Cadernos

FIOCRUZ DE SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE

PUBLICAÇÃO DIGITAL

#17
16 A 29 DE SETEMBRO DE 2026

OBSERVATÓRIO FIOCRUZ DE SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE

FIOCRUZ / VPSGRI / OBSERVATÓRIO DE SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE



Na Reunião de Alto Nível sobre Pandemias na AGNU, países desenvolvidos bloquearam Declaração de Política. Diante do impasse, os Estados-membros decidirão na plenária da Assembleia por sua aprovação ou não.



63º Conselho Diretor da Organização Panamericana da Saúde se reuniu em Washington, de 28/09 a 02/10, com agenda que abordou resistência antimicrobiana, Uma Só Saúde e estratégia de vigilância genômica regional, entre outros temas relevantes para a saúde das Américas.



Saúde nas Américas é a clássica publicação da Organização Panamericana da Saúde, produzida periodicamente há 70 anos, desde 1956. A edição de 2026 foi lançada dia 29 de setembro durante o 63º Conselho Diretor, em Washington, DC. Leia uma resenha na seção Estante deste fascículo.



Assembleia Geral das Nações Unidas expôs as fraturas políticas globais, mas demonstrou uma vez mais que é o espaço político imprescindível e mais importante da diplomacia internacional.

FIOCRUZ

SUMÁRIO

4 – Sumário Executivo – *Paulo M. Buss, Fabiane Gaspar e Sebastián Tob*ar

Sistema Nações Unidas

22 – Assembleia Geral da ONU 2026: Um balanço preliminar – *Paulo M. Buss e Santiago Alcázar*

39 – Desafios do multilateralismo: Resgatar a confiança e governar a reforma das Nações Unidas – *Santiago Alcázar*

46 – Discurso do Secretário Geral, António Guterres, na Abertura da 81ª Assembleia Geral das Nações Unidas

53 – Discurso do Presidente Lula na Abertura da 81ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas

58 – De potência nacional a equidade sustentável: Uma leitura crítica do discurso de Donald Trump na ONU em 2026 e uma proposta de refundação das Nações Unidas – *Juan Garay*

70 – Direito ao Desenvolvimento e Acesso à Saúde: Desafios para Populações Vulneráveis – *Fabiane Gaspar e Armando De Negri Filho*

82 – Preparação para pandemias e saúde global: avanços, desafios e cooperação internacional – *Paula Reges, Luana Bermudez e Luiz Augusto Galvão*

93 – A tripla crise planetária na agenda multilateral – *Danielly Magalhães e Luiz Augusto Galvão*

107 – O Trabalho e o Emprego na Agenda da 81ª Assembleia Geral das Nações Unidas (81 UNGA) – *Frederico Peres*

122 – Deslocamento forçado em transição: retornos voluntários, crises persistentes e o desafio do subfinanciamento global – *Rafael Gomes França, Giacomo Giannelli, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura*

128 – O Gender Snapshot 2026 e a agenda de mulheres no contexto da UNGA81 – *Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos, Maria Teresa Rossetti Massari e Maria Auxiliadora Souza Mendes Gomes*

141 – Papa Leão XIV na UNESCO: dignidade humana, inteligência artificial e o futuro do multilateralismo – *Fabiane Gaspar*

148– Dia Internacional de Conscientização sobre as Perdas e Desperdícios de Alimentos e a SAN na 81ª AGNU – *Eduardo Nilson, Felipe Neves e Denise Oliveira e Silva*

164– Reuniões à Margem da Assembleia Geral das Nações Unidas: As Participações do BID, do Banco Mundial e do FMI – *Isis Pillar Cazumbá*

167– Tarifas dos Estados Unidos sobre produtos brasileiros, minerais críticos na América Latina, crise econômica palestina e proteção dos conhecimentos tradicionais – *Claudia Chamas e Bernardo Bahia Cesário*

Movimentos sociais globais e saúde

177– Crises interligadas, respostas em disputa: perspectivas da sociedade civil sobre a Saúde Global – *Patrícia Lewis Carpio, Mateus dos Santos Brito, Matheus dos Santos da Silveira, Renan Amaral Oliveira, Tatiana Cerqueira Machado Medrado, Ana Carol Aldapi Vaquera, Diana Zeballos e Luis Eugênio de Souza*

199– Ainda se sente o cheiro de enxofre: um sistema econômico caducado por seus próprios limites renega o futuro da juventude – *Rafaela Venturella De Negri e Armando De Negri Filho*

Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países

208 – Vozes do Sul Global – *Regina Ungerer, Erica Kastrup e Rychard L. Monteiro*

237 – G20, G7 e OCDE – *Pedro Burger, Vitória Kavanami, João Miguel Estephanio, Thaiany Medeiros Cury e Nina Bouqvar*

252 – Balanço do BRICS: adensamento da agenda, iniciativas e cooperação em saúde – *Claudia Hoirisch*

257 – Posições da América Latina na 81ª Assembleia Geral: surpresas ou continuidades das tendências regionais? – *Sebastián Tobar e Sâmia de Brito*

275 – Três bilhões em jogo: cooperação, transparência e controle do Ebola na África – *Augusto Paulo Silva, Manuel Mahoche, Tomé Cá, Valery Martinez Jean e Felix Rosenberg*

287 – Europa em transformação – *Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*

294 – Participação do Irã, da Palestina e da Liga Árabe na Assembleia Geral da ONU – *Laura Tavares Soares*

309 – Comunicados e vacinados – *André Costa Lobato, Claudio Brandão e Victor Lenzi*

317 – A cegueira guiando aqueles que enxergam: Trump diante da emergência da IA – *Jeffrey D. Sachs*

Estante, Editores e Autores, Produtos e Ficha Catalográfica

320 – Estante de livros, vídeos e outros que tais

322 – Editores e autores dos cadernos

327 – Produtos do Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde

328 – Ficha catalográfica

Cadernos FIOCRUZ de Saúde Global e Diplomacia da Saúde 17/2026

16 a 29 de setembro de 2026

Sumário Executivo

A *81ª Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU81)* (Nova York, 8-28/09) domina o cenário da geopolítica global na quinzena e é o tema central deste Caderno 17. Também recebe destaque a reunião anual de 2026 do *Conselho Diretor da Organização Panamericana da Saúde (OPS)*, que se realizou de 28/09 a 02/10 em Washington, DC.



A *AGNU 2026* foi marcada pelas profundas tensões deste mundo conflagrado, com múltiplas crises globais em diversas áreas: política, social, econômica, sanitária, tecnológica, entre tantas outras. A agenda desenvolvida foi robusta https://docs.un.org/en/A/81/150. As principais questões e conclusões, decisões e resoluções debatidas na AGNU cobriram temas tão variados quanto à complexidade do mundo atual, entre os quais: a Agenda 2030 e seus ODS, a preparação e resposta a pandemias, a reforma da ONU, os conflitos militares em curso, o desarmamento e controle sobre armas nucleares, a necessidade imperiosa do controle da inteligência artificial. As inequidades crescentes entre países, regiões e pessoas, os acúmulos de déficits no campo dos direitos humanos e do desenvolvimento, a tríplice crise planetária, também estiveram entre os inúmeros temas de alcance global relativos a desenvolvimento, direitos humanos e paz e segurança, que foram objeto da atenção das delegações dos 193 Estados-membro presentes.

A fratura política global ficou clara. As manifestações em favor de um *multilateralismo renovado e reformado* superaram de longe as vozes lúgubres que tentavam decretar o fim das Nações Unidas e do multilateralismo. De fato, a despeito dos esforços de países poderosos como os Estados Unidos (e alguns acólitos, como Israel e Argentina) de atacar e desmantelar as Nações Unidas, ela se mantém como um espaço vital para a diplomacia multilateral, promovendo diálogo, cooperação e soluções conjuntas para os desafios globais, reafirmando seu papel central como plataforma de debate e ação internacional, particularmente por meio da sua Assembleia Geral.

Houve esperanças e frustrações. Alguns reveses ocorreram, a exemplo da *declaração política* prevista como resultado da *Reunião de Alto Nível sobre Pandemias*, por exemplo, não aprovada devido a bloqueio dos Estados Unidos e outros países desenvolvidos.

Os bastidores também estiveram movimentados. A AGNU albergou reuniões paralelas de grande importância para a *paz no Atlântico Sul* (*Escudo das Américas e Zopacas*). Importantes iniciativas que contaram com a participação do Brasil incluíram: a iniciativa *Parceiros pelo*

Multilateralismo (P4M); o *Painel Internacional sobre Desigualdade (IPI)*; e a implementação da *Aliança Global de Combate à Fome e à Pobreza*; e o *Fórum IBAS*.

Como sempre insistimos, a AGNU é um momento importante para a *saúde global*, pois a maioria 178 itens que foram discutidos (muito dos quais com diversos subitens) trataram, em última análise, de determinantes políticos, sociais, econômicos e ambientais da saúde. Muitas das discussões, consensos, dissensos, decisões e resoluções resultantes da AGNU 2026 terão impacto importantíssimo sobre a saúde global, humana e planetária.

Praticamente todos os nossos analistas e pesquisadores, redatores dos Cadernos, abordaram os temas das suas respectivas áreas que estavam presentes na agenda da AGNU 2026. Convidamos aos leitores que se deleitem com a acurácia e profundidade da análise dos artigos que compõem a edição 17 dos Cadernos, quase toda centrada na Assembleia Geral.

No tabuleiro da geopolítica

Eleição do(a) Secretário(a) Geral da ONU

O ***Conselho de Segurança da ONU*** realizou a sua *quarta sondagem informal (ou votação exploratória)* para o cargo de secretário-geral na terça-feira, 29/09. De acordo com fontes diplomáticas de veículos como a CNN Brasil e a Reuters, *Rebeca Grynspan (Costa Rica)* ampliou sua vantagem na liderança da corrida, com 10 votos de apoio ("encorajar"), 3 de rejeição ("desencorajar") e 2 abstenções ("sem opinião"). *Carolyn Rodrigues-Birkett (Guiana)* **f**icou na segunda posição, com 8 votos de apoio, 6 contra e 1 abstenção; ela enfrenta uma forte resistência de bastidores por parte dos Estados Unidos devido a declarações anteriores sobre o conflito em Gaza. *Rafael Grossi (Argentina)* também alcançou 8 votos de apoio, mas teve 7 votos de rejeição.

Todas as quatro sondagens realizadas até o fim de setembro foram anônimas e secretas. No entanto, o processo mudará radicalmente em outubro, sob a nova presidência rotativa da **Grécia** no Conselho de Segurança. Passarão a ser utilizadas *cédulas coloridas*, que vão distinguir, pela primeira vez, os votos dos *cinco membros permanentes com poder de veto* (Estados Unidos, China, Rússia, Reino Unido e França). Para ser formalmente recomendado à Assembleia Geral, o candidato precisa de pelo menos 9 votos favoráveis e *nenhum veto* de um membro permanente. O vencedor escolhido assumirá o posto máximo das Nações Unidas em 1º de janeiro de 2027, sucedendo António Guterres.

Já há algum tempo os Cadernos vêm acompanhando e noticiando ambos os processos de reforma (ONU e OMS) e reafirmamos o compromisso de continuar desenvolvendo esta tarefa. Neste Caderno 17, o GT do Observatório que acompanha **G7 e G20** abordam as posições dos dois blocos sobre os processos.

Eleições europeias e Leão XIV na França

A extrema-direita avança nas eleições da **França** para renovação de parte do Senado, conquistando 14 cadeiras e pela primeira vez o direito de se constituir como bloco, refletindo as pesquisas para as presidenciais de 2027 que colocam Marine Le Pen a frente. Na **Suécia**, por pequena diferença, a esquerda conquistou maioria de cadeiras no parlamento, o que lhe permite formar o governo. Na **Alemanha**, a AfD de extrema-direita neonazista conquistou maioria em mais uma assembleia provincial; agora são, portanto, duas. A outra notícia – muito importante,

pelo contraponto que estabelece – foi a vitória do que é considerado uma 'extrema-esquerda' em *Berlim*, principal cidade do país.

Fora da questão eleitoral, registre-se a visita de *Leão XIV* à França, onde foi recebido por milhares de franceses em missa na Place de la Concorde e em apoteótico desfile no Champs Elisées, mas teve que enfrentar, em Lourdes, as acusações de abuso sexual de padres católicos, reconhecendo formalmente o "caráter sistêmico" dessas violências na igreja francesa.

Neoimperialismo trumpiano continua em marcha acelerada

O *Escudo das Américas (America Shield),* reuniu 17 dos 19 países que o compõem, à margem da AGNU 81. Focado em cooperação de inteligência e segurança hemisférica, ganhou mais materialidade com as propostas de construção de um substrato legal para intervenções na vida política dos países da região, incluindo *manu militari.* É a Doutrina Donroe em ação. A proposta é invocar um acordo feito na OEA, em 1947, na época da Guerra Fria, que garantiria a defesa de todos contra o ataque a qualquer dos países integrantes da aliança. A diferença, hoje, é que os ataques poderiam ter origem de 'grupos terroristas internos', tese que permitiria a invasão de um país pelas 'forças do Escudo', tal como ocorreu com a invasão dos EUA à Venezuela, que redundou na prisão do seu presidente constitucional e esposa. Coincidência não é que México e Brasil – as duas maiores democracias da ALC – e governadas por políticos de esquerda não tenham sido convidadas, nem integrem o Escudo.

A pressão dos EUA sobre *Cuba* continua num nível imoral, submetendo seus habitantes às mais ultrajantes condições de vida, o que foi reportado em artigo de ***Juan Garay*** no fascículo 16 dos Cadernos, depois de três semanas de visita ao país.

Enquanto CEOs das grandes empresas de *Inteligência Artificial* alertavam para o risco da velocidade do desenvolvimento da IA, Trump declarava que nenhuma regulação deveria conter a expansão de tais tecnologias nos Estados Unidos, pois quem estiver a frente da corrida disporá de maior poder global. ***Jeffrey Sachs*** comenta as posições de Trump neste fascículo. ***Garay*** comenta o discurso de Trump na 81ª AGNU.

====*====

Regiões, territórios e temas em foco

Nossos analistas apresentam a seguir, em seus respectivos informes, as diversas **instituições do sistema multilateral** e temas de que elas se ocupam: *desenvolvimento, direitos humanos, trabalho, saúde da mulher e da criança, fome e segurança alimentar, comércio e propriedade intelectual, meio ambiente, saúde, educação e cultura, migração e refúgio, entre outros, e incluindo as instituições de Bretton Woods (FMI e Banco Mundial) e os bancos regionais de desenvolvimento*. Sempre que possível buscando explicar os nexos e impactos destes temas sobre a saúde humana e planetária**.** Também buscamos cobrir o posicionamento da *sociedade civil global de interesse público e de interesse privado*, ator de enorme importância nos destinos da saúde global e da diplomacia da saúde.

Buss e Alcázar trazem o terceiro artigo da série sobre a **81ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU),** que aborda as principais *questões e conclusões, decisões e resoluções* resultantes do magno evento, incluindo: a reforma da ONU, os conflitos militares em curso, a Agenda 2030, a preparação e resposta a pandemias, entre outros temas de alcance global relativos a desenvolvimento, direitos humanos e paz e segurança. A declaração política

prevista como resultado da *Reunião de Alto Nível sobre Pandemias* não foi aprovada devido a bloqueio dos Estados Unidos e outros países desenvolvidos. O artigo aborda também reuniões paralelas de grande importância para a paz no Atlântico Sul (*Escudo das Américas e Zopacas*), além de reuniões sobre saúde e iniciativas do Brasil, como: *Parceiros pelo Multilateralismo (P4M)*; a Reunião sobre o *Painel Internacional sobre Desigualdade (IPI);* a implementação da *Aliança Global de Combate à Fome e à Pobreza;* e o *Fórum IBAS*. Conclui, uma vez mais, que a despeito dos esforços de países poderosos de atacar e desmantelar as Nações Unidas, ela se mantém como um espaço vital para a diplomacia multilateral, promovendo diálogo, cooperação e soluções conjuntas para os desafios globais, reafirmando seu papel central como plataforma de debate e ação internacional, particularmente por meio da sua Assembleia Geral.

Alcázar explora o tema da **81ª sessão da AGNU** que é '*Resgatar a confiança e governar a reforma*'. O tema é pertinente ao momento que vive a Organização, em meio a críticas vinda de toda parte. Com efeito, após 81 anos, a ONU dá sinais de envelhecimento: perda de agilidade, peso excessivo da burocracia, perda de foco e duplicação inútil de esforços. Espera-se que retoques aqui e acolá, tratar das infiltrações, arejar, fazer rearrumações, realizadas pelos Estados membros – serão suficientes para restaurar a confiança. As causas para a desconfianças, no entanto, são outras. Conflitos e IA dominaram as falas no debate geral da AGNU. O perigo de uma conflagração nuclear nunca foi tão real. O mesmo pode se dizer com respeito à **IA**, segundo os próprios CEOs de companhias que a desenvolvem.

Garay avalia o **discurso de Donald Trump na 81ª AGNU**, em 22/09, que oferece uma expressão clara de um modelo de relações internacionais centrado no poder nacional, na força militar, na competição econômica, na produção de energia e na busca de vantagens nacionais. O artigo examina esse modelo a partir da perspectiva da *Equidade Sustentável em Saúde*. Analisa a forma como Trump aborda a guerra e a paz, o Irã, Gaza, a Venezuela, Cuba, a migração, os combustíveis fósseis, a mudança climática, o direito internacional e as próprias Nações Unidas. Também examina diversas afirmações factuais presentes no discurso, que foram contestadas por agências independentes de checagem de fatos. A análise insere-se em um conjunto mais amplo de trabalhos desenvolvidos pelo *Movimento pela Equidade Sustentável em Saúde (SHEM)* e publicados no *PEAH (Policies for Equitable Access to Health),* incluindo o conceito de *Bem-Estar em Equidade Sustentável (WISE,* da sigla em inglês *Wellbeing in Sustainable Equity),* que mostra a estimativa de uma importante carga global de *iniquidade em saúde*, com a projeção de mais de 220 milhões de mortes excedentes relacionadas ao clima ao longo do restante do século XXI e a estimativa de uma 'lacuna global de dignidade' de aproximadamente US$ 7 trilhões. O artigo sustenta que essas não são crises separadas. Elas são expressões de uma ordem global na qual o poder econômico, militar e político permanece concentrado, enquanto os custos da privação, da degradação ecológica e dos conflitos são distribuídos de forma profundamente desigual.

O informe de ***Gaspar*** e ***De Negri Filho*** reúne a análise do relatório do *Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos* sobre lacunas de proteção no acesso a medicamentos, vacinas e outros produtos de saúde para grupos em situação de vulnerabilidade e de destaques do Segmento de Alto Nível da Assembleia Geral das Nações Unidas em comemoração aos *40 anos da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento.* Tanto o relatório quanto a reunião de alto nível evidenciaram que conflitos armados, restrições fiscais, endividamento, barreiras comerciais, desigualdades tecnológicas, mudanças climáticas, discriminação e fragilidades da cooperação internacional continuam limitando o acesso equitativo à saúde e ao desenvolvimento.

Para ***Galvão, Reges e Bermudez,*** o debate internacional sobre *preparação para pandemias e saúde global* em 2026 evidencia avanços institucionais, mas também importantes impasses. A Assembleia Geral da ONU e o **High-Level Meeting on Pandemic Prevention, Preparedness and Response** reafirmaram a necessidade de fortalecer vigilância, sistemas de saúde, financiamento, pesquisa, produção e cooperação internacional, em paralelo à implementação das emendas ao *Regulamento Sanitário Internacional* e à negociação do mecanismo de *Acesso a Patógenos e Compartilhamento de Benefícios (PABS).* Persistem, contudo, divergências sobre financiamento, transferência de tecnologia, propriedade intelectual e distribuição de responsabilidades. No âmbito regional, o **63º Conselho Diretor da OPAS** destacou avanços na eliminação de doenças, vacinação, vigilância e compras conjuntas, ao mesmo tempo em que apontou desafios relacionados ao sarampo, arboviroses, emergências e financiamento. Para o Brasil, e particularmente para a Fiocruz, esses processos têm relevância estratégica, dada sua atuação em pesquisa, produção de vacinas, inovação, cooperação Sul-Sul e diplomacia da saúde, contribuindo para o fortalecimento de capacidades nacionais e regionais.

Magalhães e Galvão analisam os principais acontecimentos da **agenda multilateral sobre clima, natureza, poluição e saúde** na última quinzena de setembro de 2026, com ênfase nas *convenções de Estocolmo e Roterdã*, no *Conselho de Direitos Humanos,* na *UNFCCC*, na *Assembleia Geral das Nações Unidas*, na *cooperação andina* e na *Climate Week NYC*. O *CRC-22* recomendou a inclusão de três cromatos de chumbo no procedimento de consentimento prévio informado, enquanto a *POPRC-22* avançou na avaliação de dioxinas e furanos bromados e de novos retardantes de chama, sem incluir novas substâncias nos anexos da Convenção. O debate sobre *PFAS* destacou a prevenção da exposição e a proteção dos direitos humanos. A oficina da *UNFCCC* abordou os benefícios de saúde da implementação das NDCs, e os encontros na *AGNU* enfatizaram elevação do nível do mar, água, alertas precoces e conservação da biodiversidade. A agenda regional e os eventos da *Climate Week* reforçaram a resiliência dos sistemas de saúde, a formação profissional e a redução de emissões do setor. Conclui-se que há convergência em torno da prevenção, da cooperação e da proteção de populações vulneráveis, mas persistem divergências sobre financiamento, suficiência das evidências e ritmo de substituição de substâncias perigosas. As prioridades incluem fortalecer vigilância e biomonitoramento, avaliar alternativas seguras, integrar a saúde às políticas climáticas e ambientais e transformar compromissos em ações com recursos, responsabilidades e indicadores definidos.

O artigo de ***Peres*** analisa a *81ª* AGNU que acontece em momento fortemente marcado pela atual conjuntura geopolítica global: conflitos armados de grande magnitude, crises humanitárias em diferentes partes do planeta, um contexto de emergência climática, tentativas de enfraquecimento do multilateralismo e uma reconfiguração dinâmica de alianças internacionais que, desde a criação da ONU, não haviam sido registradas. Apesar de tudo, a AGNU segue sendo um espaço para discussão de temas estratégicos para a paz, o desenvolvimento social e o bem-estar dos povos, incluindo *questões sobre o trabalho e o emprego global*. O presente artigo busca identificar, a partir de uma análise da agenda da UNGA 81, os *principais temas e questões relacionadas com o trabalho e emprego* que estão sendo abordados e discutidos durante sua vigência, entre setembro de 2026 e setembro de 2027. Embora não inclua em sua agenda uma discussão específica sobre o trabalho e o emprego, aborda a temática de forma destacada, vinculada a pautas relacionadas ao desenvolvimento (econômico e social), globalização, direitos humanos, migração e gênero. E ao posicionar *o trabalho como um fator transversal* – do desenvolvimento sustentável, dos direitos humanos, da governança tecnológica, da migração, da proteção social e da resiliência —, e não apenas

como uma questão econômica *per se*, possibilita discussões que vão mais além da garantia do emprego e da segurança nos ambientes de trabalho, transicionando para uma visão ampla sobre *o futuro do trabalho e o papel dos trabalhadores nesta 'nova ordem mundial*'.

O ***Grupo de Trabalho sobre Migrações, Refúgio e Saúde Global*** analisa o **relatório anual do ACNUR**, apresentado à 81ª AGNU, que descreve um cenário marcado por avanços pontuais e crises persistentes entre julho de 2025 e junho de 2026. A *população deslocada* caiu para 117,8 milhões, sobretudo devido ao aumento dos *retornos voluntários*, que somaram 14,7 milhões de pessoas: aproximadamente 4,4 milhões de refugiados e 10,3 milhões de pessoas deslocadas internamente conseguiram retornar para suas casas. Apesar disso, conflitos prolongados, violações de direitos humanos, eventos climáticos extremos e desastres naturais mantiveram a instabilidade global. Os sistemas de proteção enfrentaram forte pressão: 35,6 milhões de refugiados estavam sob mandato do ACNUR, com 2,8 milhões de novos pedidos de asilo e 9 milhões aguardando decisão. Cortes orçamentários levaram ao fechamento de 140 espaços seguros, agravando a violência de gênero e os riscos para crianças; a inclusão escolar caiu de 46% para 39%. Houve avanços, como reformas legais sobre deslocamento interno, 46.100 pessoas apátridas que obtiveram nacionalidade e 93.500 refugiados integrados localmente. Já o reassentamento despencou para 81.800 pessoas. *A crise financeira é central*: apenas US$ 3,9 bilhões dos US$ 10,6 bilhões orçados foram disponibilizados, gerando déficit de 64%, visto que os recursos disponíveis no ano de 2025 apresentaram uma diminuição de 26% no comparativo com o ano anterior. A queda da assistência ao desenvolvimento e o aumento das verbas condicionadas reduziram a flexibilidade operacional. O **ACNUR** reforçou parcerias estratégicas e lançou a visão '*50 by 35*', buscando reduzir pela metade a dependência de ajuda humanitária até 2035. Houve também avanços em *accountability*, com redução de 25% nas denúncias de exploração e abuso sexual. O documento conclui que o sistema internacional segue tensionado por crises simultâneas, limitações financeiras e pressões sobre mecanismos de proteção, apesar de alguns progressos em retornos, reformas legais e parcerias.

Com foco na **saúde da mulher e da criança**, as analistas ***Massari, Vilella e Gomes*** apresentam o relatório '*Gender Snapshot 2026'*, lançado no dia 17/09, no contexto da UNGA81. O documento é uma publicação anual da **ONU Mulheres** em parceria com o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU (UN DESA) e a edição de 2026, "*Progress on the Sustainable Development Goals: The Gender Snapshot 202*6", tem como eixo a liderança e o poder de decisão. Nenhuma meta do ODS 5 está no rumo para 2030; no ritmo atual, seriam necessários 171 anos para alcançá-la. Apesar do relatório ter ênfase no ODS 5, também é realizada uma avaliação dos indicadores de outras metas, ODS por ODS, que são *sensíveis ao gênero.* O relatório conclui que a igualdade de gênero na liderança e tomada de decisão é uma realidade distante, com o avanço perdendo ímpeto e, em alguns indicadores, regredindo, enquanto o financiamento e as instituições que sustentam a agenda se enfraquecem.

Gaspar analisa a **visita oficial do Papa Leão XIV à UNESCO** em 25/09, destacando seu discurso sobre dignidade humana, educação, cultura, paz e governança ética da inteligência artificial. Examina também o *Fórum da UNESCO para a Juventude na Era da IA*, realizado no mesmo dia, e as convergências entre a encíclica *Magnifica Humanitas* e a *Recomendação da UNESCO sobre a Ética da Inteligência Artificial*. A autora discute ainda as tensões entre a defesa do multilateralismo apresentada pelo Papa e as críticas dirigidas por Donald Trump à UNESCO e às instituições multilaterais durante a abertura da 81ª AGNU.

Os analistas ***Nilson, Neves e Oliveira e Silva*** discutem as *perdas e desperdícios de alimentos e seus impactos transversais* sobre a **segurança alimentar e nutricional (SAN)** e as iniciativas globais, como o *Dia Internacional da Conscientização sobre as Perdas e Desperdícios de Alimentos*, celebrado no dia 29/09. Além disso, há um relato da agenda de segurança alimentar e nutricional na 81ª AGNU, em que se sobressaiu a desarticulação das agências e a falta de participação do *UN Nutrition*.

Cazumbá informa que as **Instituições Financeiras Multilaterais** (*Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional [FMI])* estiveram presentes e participaram de sessões da AGNU 2026. À margem da Assembleia, essas instituições se reuniram com Delcy Rodríguez, presidente interina da *Venezuela*. O **BID** se reuniu com diversas lideranças para discutir a implementação da inteligência artificial na América Latina e no Caribe e anunciou um novo *Conselho Consultivo* para tratar do desenvolvimento da região.

Chamas e Cesário analisam desenvolvimentos recentes da *governança multilateral* envolvendo a **Organização Mundial do Comércio (OMC)**, a **Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD)** e a **Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI)**. O informe reúne acontecimentos de setembro de 2026 relacionados ao comércio, ao desenvolvimento e à propriedade intelectual. Na **OMC**, registra a recusa dos Estados Unidos à participação chinesa nas consultas solicitadas pelo Brasil sobre tarifas adicionais, sem julgamento da compatibilidade dessas medidas com as regras multilaterais. Apresenta recomendações da **UNCTAD** para vincular minerais críticos à transformação produtiva na América Latina, considerando as estratégias de Argentina, Brasil e Chile. Sintetiza o diagnóstico da organização sobre *a economia do Território Palestino Ocupado*, destacando destruição produtiva, crise fiscal, riscos bancários e comprometimento dos serviços de saúde. Na **OMPI**, acompanha a continuidade das negociações sobre conhecimentos tradicionais e expressões culturais tradicionais. Relata o evento paralelo organizado pela **OMS** e pela **KEI** sobre medicina tradicional, abordando propriedade intelectual, consentimento, repartição de benefícios e governança de dados, com atenção aos desafios da inteligência artificial e à implementação do tratado sobre recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados.

O ***GT sobre Movimentos Sociais Globais e Saúde***, liderado por ***Luis Eugênio de Sousa***, monitorou **64 Organizações da Sociedade Civil (OSC)** nessa quinzena, das quais 54 fizeram manifestações relacionadas à Saúde Global. As **OSC de interesse público** destacaram a necessidade de fortalecer a capacidade de resposta a surtos e pandemias, ampliar o acesso a diagnósticos e tratamentos e garantir a continuidade do cuidado em contextos de conflito e deslocamento forçado. Também enfatizaram os impactos das desigualdades sociais, econômicas e ambientais sobre a saúde, defendendo maior financiamento, proteção social e participação da sociedade civil na governança. Questões relacionadas às mudanças climáticas, poluição, eventos extremos e saúde planetária também receberam atenção. As **OSC de interesse privado** enfatizaram a inovação em vacinas, diagnósticos e tecnologias em saúde, além do fortalecimento dos sistemas de saúde, da força de trabalho e da cooperação internacional. De forma geral, as manifestações apontam para a necessidade de respostas integradas, equitativas e sustentáveis aos desafios contemporâneos da Saúde Global.

No seu informe, ***De Negri*** e ***De Negri Filho***, no **Panorama Político-Econômico**, analisam *quatro grandes eixos*: a *carta aberta* de 130 organizações da sociedade civil ao FMI contra a renovação da austeridade sob a Revisão de Desenho de Programas e Condicionalidades (RoC),

denunciando a ressurreição moderna dos Programas de Ajuste Estrutural (SAPs); o estudo da *The Lancet* que demonstra que políticas de redistribuição de riqueza poderiam evitar até 29,5 milhões de mortes até 2030; a análise do *Instituto Tricontinental* sobre os levantes da chamada 'Geração Z', cuja revolta espontânea contra a austeridade e a falta de futuro ainda não constitui um projeto organizado e pode tanto se transformar em solidariedade socialista quanto ser capturada pela extrema direita; e a celebração dos 20 anos do discurso de Chávez na ONU e da *IV Assembleia Continental da ALBA Movimentos* em Havana, reafirmando a defesa de Cuba e do socialismo como horizonte estratégico. Na seção **Saúde**, denunciam a censura coordenada sofrida por acadêmicos e profissionais de saúde que documentam a destruição dos sistemas de saúde na Palestina e no Líbano, sob a tática da 'neutralidade médica'. O avanço do *surto de Ebola* na República Democrática do Congo em meio a uma resposta humanitária apenas 48% financiada; a necessidade urgente de preparação para o *Super El Niño*, cujos impactos sanitários são previsíveis e evitáveis, mas carecem de financiamento para adaptação; e os desafios do *Acordo Pandêmico*, particularmente o anexo inacabado sobre *Acesso a Patógenos e Compartilhamento de Benefícios (PABS),* cuja janela de oportunidade pode se fechar.

Ungerer, Kastrup e Monteiro apresentam o **Sul Global**, quase integralmente dedicado à AGNU 81. O **UNOSSC** atuou fortemente na articulação de parcerias estratégicas para o desenvolvimento sustentável no Sul Global, sob a liderança da Diretora Dima Al-Khatib, que impulsionou a nova *Aliança Global para a Cooperação Sul-Sul e Triangular*, conectando conhecimento, financiamento e tecnologia. O UNOSSC destacou a resiliência climática e o financiamento (em colaboração com a NYU, o Marrocos e o PNUD), a transformação digital inclusiva e governança de IA (em painéis com Bahrein e a DCO), além da gestão de risco de desastres junto ao UNDRR. O escritório também fortaleceu alianças regionais com o SICA e o Banco Islâmico de Desenvolvimento (IsDB), priorizando o apoio a países e comunidades em situação de vulnerabilidade. Na AGNU 81, *o Brasil reafirmou sua liderança diplomática e a projeção da cooperação Sul-Sul*. Na abertura, o Presidente Lula defendeu a reforma da governança global e do Conselho de Segurança, condenou conflitos armados e abordou a soberania digital, a justiça climática e o combate à fome. O país copatrocinou a aliança *Parceiros pelo Multilateralismo* (com Canadá e Quênia) para proteger e fortalecer o sistema ONU. Nas agendas setoriais, destacou a autonomia em saúde via Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS), parcerias bilaterais com o México por meio da Fiocruz e cooperação técnica agrícola com o Banco Africano de Desenvolvimento e o UNAIDS. O **G-77 e China** destacou a defesa da reforma da governança global, da igualdade tecnológica e da justiça financeira. Na *50ª Reunião Anual de Ministros das Relações Exteriores*, à margem da AGNU 81, reafirmou a unidade dos 134 países membros na busca por uma nova arquitetura financeira e pelo cumprimento dos ODS. O grupo também promoveu debates sobre financiamento climático, governança inclusiva da inteligência artificial e proteção digital de gênero. Vale destacar que o próximo país a presidir o G-77 será *Ruanda*, que assumirá a liderança pró-tempore em 2027 pelo Grupo Africano. O **MNA** centrou suas intervenções na defesa do desenvolvimento e na reforma multilateral. O bloco defendeu transformar a *Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento* em um instrumento jurídico vinculante para garantir espaço fiscal e transferência tecnológica. Em seu pronunciamento na semana de alto-nível, Uganda pleiteou a reforma do Conselho de Segurança com assento permanente para a África, maior voz do Sul Global nas instituições financeiras e o fortalecimento do pilar do desenvolvimento na ONU. O MNA reforçou a urgência do anexo PABS para destravar o Acordo de Pandemias. O **NAMYO** fortaleceu o protagonismo jovem na diplomacia global. No *Dia Internacional da Paz*, defendeu o investimento na juventude e na diplomacia preventiva como bases para edificar sociedades resilientes e superar polarizações geopolíticas. O **Centro**

Sul atuou estrategicamente na defesa dos países em desenvolvimento, articulando propriedade intelectual, transição verde e saúde global. *Em Nova Iorque*, abordou barreiras do acordo TRIPS em tecnologias climáticas. *Na OMC*, defendeu o espaço de políticas públicas para a industrialização e um sistema funcional de solução de controvérsias. *Na OMPI*, impulsionou a coalizão *Friends of GRATK* para acelerar a entrada em vigor do tratado contra a biopirataria. Além disso, *no Grupo de Trabalho do Acordo de Pandemias da OMS,* apresentou proposta jurídica para garantir contratos padronizados e exigíveis no mecanismo de repartição de benefícios (PABS).

O informe de ***Burger, Kavanami, Estephanio, Cury e Bouqvar*** analisa as posições do **G20** acerca da *reforma da governança global e da Arquitetura Global da Saúde*. À luz da criação da *Força-Tarefa Conjunta da Organização Mundial da Saúde (OMS),* instituída na 79ª Assembleia Mundial da Saúde para formular propostas de reestruturação do setor até 2027, o documento examina os impasses e o distanciamento de pautas sob a presidência norte-americana em 2026. Em contrapartida, resgata os entendimentos substantivos pactuados nos mandatos do Brasil (2024) e da África do Sul (2025), demonstrando como os consensos pregressos podem fornecer elementos para subsidiar recomendações para o redesenho institucional da agência. O **G7** mantém um *consenso mínimo sobre a reforma da ONU*, restrito à agenda de eficiência da UN80, e a França, na presidência de 2026, avançou no consenso no G7 e reservou ao plano nacional a ampliação do Conselho e a limitação do veto. Os destaques da **OCDE** se dividem entre a apresentação de atualização das projeções econômicas globais para 2026 e 2027 e a publicação de cinco documentos de temática de Saúde que abordam a preparação para riscos e emergências sanitárias.

O informe de ***Hoirisch*** aborda uma visão geral do **BRICS,** seu histórico, evolução, estrutura, valores e sua situação atual, com seus desafios e mudanças para se manter relevante no tabuleiro da geopolítica internacional. O BRIC foi criado em 2009 em resposta à crise financeira global de 2008, e em 2011, com a entrada da África do Sul, tornou-se BRICS. O grupo evoluiu de um fórum de diálogo sobre comércio e finanças para uma agenda ampla, incluindo saúde, segurança e cooperação com África e América Latina. Criou instituições próprias, como o *Novo Banco de Desenvolvimento* (alternativa ao Banco Mundial) e o *Arranjo Contingente de Reserva* (alternativa ao FMI). Entre 2009 e 2024, os líderes firmaram 1.182 compromissos coletivos, com taxa de cumprimento de 77%. O bloco defende reformas na ONU, no FMI e no Banco Mundial, buscando maior representatividade para países emergentes, além de apoiar o multilateralismo e o papel central da OMS na saúde global. Durante a pandemia de Covid-19, os países do BRICS atuaram como grandes fabricantes e doadores de vacinas: a China liderou em volume de doses distribuídas, a Índia usou sua capacidade produtiva para exportação e doações, a Rússia forneceu a Sputnik V, o Brasil focou no PNI via Butantã e Fiocruz, e a África do Sul teve papel científico crucial ao identificar a variante Ômicron. O Banco dos BRICS também mobilizou US$ 10 bilhões em apoio emergencial, beneficiando o Auxílio Emergencial brasileiro. Em 2023, na Cúpula de Joanesburgo, o bloco decidiu se expandir; a motivação combina fatores geopolíticos e econômicos, como reduzir a dependência do dólar e do Ocidente, com destaque para o desenvolvimento do *BRICS Pay* como alternativa ao SWIFT. Apesar de avanços institucionais, especialmente em saúde *(Rede de Institutos Nacionais de Saúde, Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Vacinas, e-R&D Hub)* e CT&I, o grupo enfrenta limitações, como conflitos internos entre membros (Índia-China, Arábia Saudita-Irã, EAU-Irã) e baixa institucionalização, embora se mantenha como importante plataforma de diálogo plurilateral.

No informe sobre **América Latina e Caribe (ALC),** nossos analistas ***Tobar e Brito*** cobrem os principais eixos geopolíticos, políticos, econômicos e de saúde na região. Na *geopolítica* e na política, as posições dos países na Assembleia Geral, o processo eleitoral e o alinhamento de governos como Argentina e Venezuela ganham destaque. Na *economia,* o crescimento moderado ainda permanece como resultado das políticas na região, mas minerais críticos e investimentos estrangeiros despontam em importância e, no *âmbito social*, a migração e a situação de gênero ganham proeminência na quinzena. No cenário de *saúde*, os números do sarampo preocupam e os casos de dengue devem aumentar com a influência do super El Niño. No seguimento das **organizações regionais**, destacamos que a *Organização dos Estados Americanos (OEA)* cumpriu agenda relacionada à democracia, direitos humanos e segurança regional; o *Organismo Andino de Saúde* (ORAS-CONHU) participou de agenda sobre vacinação e segurança sanitária nas fronteiras entre Bolívia e Peru; a Secretaria Executiva do *Conselho de Ministros de Saúde da América Central e República Dominicana (SE-COMISCA)* participou de agendas sobre segurança sanitária, vigilância ambiental e promoção da saúde e a *Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)* cumpriu agenda nos temas de monitoramento ambiental, gestão da água e segurança hídrica

O ***GT Fiocruz sobre África***, liderado por ***Augusto Paulo Silva***, examina os principais acontecimentos sanitários africanos e internacionais recentes, com foco na *preparação para pandemias*, no *intercâmbio de conhecimentos* e na *resposta continental ao surto de Ebola Bundibugyo na República Democrática do Congo*. Destacam-se o apelo do **CDC África** e da OPAS por investimento sustentado e maior *cooperação entre África e Américas*, bem como a expansão do *Hub de Conhecimento em Saúde da África* como plataforma multilíngue para decisões baseadas em evidências. A análise epidemiológica registra 7.890 casos confirmados e 3.799 óbitos até 23/09, com transmissão em 63 zonas de saúde de sete Províncias. O texto diferencia a elevada proporção de contatos listados que foram acompanhados da baixa completude na identificação inicial, revelando uma lacuna crítica de vigilância. Também discute diferenças provinciais de letalidade, defasagens entre datas de coorte e publicação e limites de estimativas baseadas em poucos casos. No plano institucional, contrasta a liderança técnica e política do *CDC África* com a ausência de comunicações públicas específicas da *Comissão da União Africana* e do *Secretariado da SADC* no período. No *financiamento*, avalia compromissos de aproximadamente US$ 3 bilhões mobilizados pelo G20+ e ressalta que promessas devem converter-se em desembolsos rápidos, transparentes e rastreáveis. Conclui-se que o controle eficaz requer melhor detecção, listas completas de contatos, ação comunitária, coordenação transfronteiriça, capacidade laboratorial e clínica e financiamento responsável. Para a *África Austral*, a preparação deve priorizar vigilância, laboratórios, manejo clínico e cooperação regional, pois não existe vacina licenciada contra o *vírus Bundibugyo*.

Para ***Freire***, a **Europa** vive um período de *profunda reconfiguração política e geopolítica*, marcado pelo questionamento da unidade do *Reino Unido após o Brexit*, pela *disputa entre forças de esquerda e extrema-direita*, pela busca de *novos parceiros estratégicos* e pela discussão sobre o *fortalecimento institucional* da **União Europeia.** Ao mesmo tempo, a guerra na *Ucrânia* amplia as tensões entre Rússia e OTAN, com o crescimento da guerra híbrida e o risco de escalada no leste europeu, enquanto a disputa pelo *Ártico* transforma a Groenlândia e as novas rotas marítimas em peças estratégicas da competição entre Estados Unidos, Rússia e China. O conjunto desses acontecimentos aponta para uma Europa mais fragmentada politicamente, pressionada militarmente e obrigada a redefinir suas alianças, sua autonomia estratégica e seu papel em uma ordem internacional cada vez mais competitiva.

Tavares Soares trata da **participação de países da região MENA na 81ª AGNU**, notadamente o *Irã*, a *Palestina* — países em guerra — e a *Liga Árabe*, organização dos países árabes. A autora analisa os principais pontos dos discursos dos Presidentes do Irã e da Palestina (este último por vídeo) bem como a participação de suas respectivas Delegações (ambas restringidas pelo não fornecimento de vistos por parte do governo dos EUA) nas diversas atividades da Assembleia (reuniões bilaterais e eventos paralelos). No caso do Irã, foi a primeira vez que um país em guerra com os EUA discursou em solo norte-americano, com seu Presidente proferindo um discurso desafiador respondendo diretamente as acusações e ameaças do Presidente Trump — tais como "terrorismo", armas nucleares e aniquilamento. Citando o Presidente do Irã, "*a arma nuclear está em Israel, mas os inspetores estão no Irã. Israel mata, mas o Irã está sujeito a sanções*." Afirmou, ainda, que sem justiça para a Palestina não haverá paz no Oriente Médio. Ao final da intervenção se declarou aberto à negociação diplomática. As reações oficiais da ONU foram diplomáticas e focadas em uma desescalada da guerra. Com relação à Palestina, só foi permitido ao seu Presidente realizar o discurso por vídeo na Assembleia, no qual reafirma que "*não abandonaremos nossa pátria. Não aceitaremos o deslocamento. Não deixaremos que ninguém decida nosso futuro em nosso nome*." Destaca-se que a Palestina possui *status* de Estado observador não-membro desde 2012. Isso permite participação em debates da Assembleia Geral, mas sem direito a voto: a *plena adesão como membro continua bloqueada pelo veto dos EUA no Conselho de Segurança*. A representação presencial ficou a cargo principalmente do *Observador Permanente da Palestina na ONU*. Os encontros bilaterais foram predominantemente conduzidos por ele e tiveram caráter de reafirmação de solidariedade e coordenação política, enquanto o Presidente Abbas manteve presença virtual em eventos-chave de alto nível relacionados ao processo de paz. Mesmo dessa forma, a participação da Palestina teve um impacto significativo no plano simbólico e diplomático — consolidando apoio multilateral à Palestina e pressionando os EUA — mas com efeitos práticos limitados sobre o *status* formal da Palestina ou a dinâmica do conflito. Ela ilustra tanto a força da Assembleia Geral em expressar a vontade da maioria, quanto os limites de suas resoluções quando confrontadas com o poder de um membro permanente e anfitrião da organização. Finalmente, foi analisada brevemente o papel da *Liga Árabe na ONU* de coordenação política, defesa coletiva de interesses regionais e promoção de posições comuns, especialmente em questões de segurança, paz e causa palestina; bem como sua participação na Assembleia. Nas considerações finais foram feitas quatro resenhas do noticiário internacional sobre a participação do Irã, da Palestina e da Liga Árabe na 81ª AGNU.

Lobato e colegas olham para os dois documentos publicados pela **Casa Branca** e pelo **MRE Chinês**, após *visita de Xi a Trump em Washington*. Nos textos, dois novos pandas chegaram no Zoológico de Atlanta, um diálogo em AI foi combinado, apoio ao G20 Miami e APEC Shenzhen confirmados, alívio tarifário e mecanismo comercial entraram na pauta. Os textos divergem em tom, com o da Casa Branca mais exaltado e imperativo, indicado ações na governança interna chinesa. O tema mais esperado, se haverá um diálogo bilateral sobre IA já contrasta com a visão mais multilateral chinesa com a expectativa dos EUA de uma linha vermelha para evitar ruídos. Em Pequim, a *27ª Assembleia Geral Anual da Rede de Fabricantes de Vacinas de Países em Desenvolvimento (DCVMN)* reuniu mais de 40 fabricantes de 17 países para discutir produção regional, financiamento, cooperação regulatória e acesso equitativo a vacinas. Durante o encontro, o *Ministério da Saúde, a Fiocruz/Bio-Manguinhos, o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e a International Finance Corporation (IFC)* apresentaram a investidores internacionais a *Parceria Público-Privada do Complexo Industrial de Biotecnologia em Saúde*

(CIBS), plataforma de processamento final de vacinas e biofármacos no Rio de Janeiro, com investimento estimado de US$ 1,4 bilhão.

Sachs critica a resposta do presidente dos **Estados Unidos** aos alertas emitidos por líderes da indústria de inteligência artificial sobre os riscos do desenvolvimento acelerado da tecnologia. O autor destaca que executivos de empresas concorrentes, como Anthropic, OpenAI e xAI, defenderam mecanismos de contenção e supervisão diante de ameaças associadas ao autoaperfeiçoamento recursivo dos sistemas de IA, a falhas de controle e a potenciais riscos existenciais. Sachs argumenta que o governo norte-americano carece de capacidade técnica e de estruturas institucionais adequadas para avaliar esses desafios, limitando-se a tratar a questão como uma disputa geopolítica com a China. O texto conclui que a falta de conhecimento especializado e de governança pública eficaz compromete a capacidade dos Estados Unidos de enfrentar riscos tecnológicos de grande escala, expondo a sociedade a perigos crescentes

Estante

A seção traz breves informações e resumos de livros, revistas, relatórios e vídeos sobre temas de saúde global e diplomacia da saúde. A ideia é permitir que nossos analistas, mas também leitores e colaboradores, compartilhem dicas sobre o que leram, viram ou ouviram e que gostaram. Os comentários não devem ultrapassar 150 palavras para que possamos compartilhar diversas contribuições a cada fascículo editado. A ESTANTE fica no final do fascículo, antes da lista de autores e dos créditos dos *Cadernos*.



Fiocruz na Saúde Global

Seminário Avançado da Fiocruz debate 'Geopolítica e Saúde na Assembleia Geral da ONU 2026' no dia 30 de setembro



Com a participação do Embaixador Santiago Alcázar e dos especialistas em saúde global e diplomacia da saúde da Fiocruz, Paulo Buss, Paulo Esteves, Armando De Negri e Paula Reges, os debates analisarão os principais resultados da *81ª Assembleia Geral das Nações Unidas de 2026*, com ênfase nos aspectos geopolíticos que impactam a saúde humana e planetária, assim como os eventos realizados no campo específico da saúde global e diplomacia da saúde.

ObservaBRICS da ENSP: mais um recurso da saúde global da Fiocruz

Dia 5 de outubro próximo, de 13:30h às 16:30h, em formato remoto, realiza-se o *I Seminário do Observatório dos Sistemas de Saúde dos BRICS (ObservaBRICS),* que marcará o lançamento e apresentação formal do Observatório, uma iniciativa estratégica sediada na *Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP/Fiocruz),* destinada à produção, sistematização e disseminação de conhecimentos sobre as políticas e os sistemas de saúde do bloco. A principal atividade será a mesa redonda *'BRICS e a Saúde no Sul Global: Diálogos sobre Relações Internacionais, Proteção Social e Sistemas de Saúde'.* O Observatório é fruto de uma trajetória de pesquisa sobre os sistemas de saúde dos BRICS com início em 2021, ancorado em projetos financiados pela ENSP/Fiocruz e pelo CNPq (Edital Universal 2024) e visa atuar como um *hub* de intercâmbio entre pesquisadores, gestores e sociedade civil, com o compromisso ético-político de defesa da saúde como direito.

A missão do Observatório é ampliar a compreensão sobre a complexidade dos sistemas de saúde no Sul Global, gerando evidências robustas que subsidiem a formulação de políticas voltadas ao fortalecimento da universalidade do acesso, da equidade e da integralidade da atenção. Em um cenário global de crises sobrepostas, o *ObservaBRICS* posiciona-se como uma ferramenta essencial para a soberania sanitária e a cooperação técnica entre Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul e os demais países BRICS. Leia mais e acesse o seminário em: https://observabrics.org/

Curso online sobre '*One Health in a Global Perspective*' no Instituto Nacional de Infectologia



O *Instituto Nacional de Infectologia da Fiocruz (INI)* realiza de 13 a 16 de outubro a quarta edição do Curso sobre *'One Health in a Global Perspective'* (*Uma Só Saúde em perspectiva global*). O curso tem como objetivo proporcionar aos estudantes uma compreensão atualizada sobre Saúde Única em uma perspectiva global, abordando, por meio de debates interativos, temas como: Redes de Saúde Única, Resistência Antimicrobiana, Zoonoses Emergentes, Mudanças Climáticas e Segurança Alimentar. A programação também incluirá a reunião do Grupo de Trabalho de Saúde Única da *Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (OHWG/WFPHA*). Ao final do curso, espera-se que os participantes estejam aptos a definir e caracterizar o conceito de Saúde Única, compreender sua aplicação na preparação e resposta às doenças infecciosas zoonóticas e analisar a utilização da abordagem de Saúde Única na governança no Brasil e em outros países. O corpo docente está composto de professores brasileiros e de outros países e será desenvolvido em inglês. Para mais informações e inscrições acesse: https://campusvirtual.fiocruz.br/portal/node/102006

Ministério da Saúde amplia presença internacional e fortalece cooperação em saúde com países das Américas, Europa e Ásia

Na última quinzena, *missões internacionais do Ministério da Saúde* ampliaram o diálogo e a cooperação do Brasil com diversos países, incluindo o México, Panamá, Rússia e Uruguai, entre outros.

Em visita do Ministro da Saúde, *Alexandre Padilha*, ao **México**, entre 21 e 23 de setembro, as duas maiores democracias da América Latina e Caribe se uniram para avançar na cooperação em saúde entre os dois países, visando a melhoria de seus sistemas de saúde, em prol de suas populações, dando seguimento ao Memorando de Entendimento em saúde, assinado em Brasília em 8/04/2026. O encontro com o secretário de saúde do México, *David Kershenobich*, abriu as negociações, em 21/09.



Entre os temas tratados está o aprofundamento do *acordo entre a ANVISA e a Comissão Federal para a Proteção contra Riscos Sanitários (Cofepris)*, que prevê agilizar o registro de medicamentos no México a partir das avaliações realizadas pela agência brasileira. Em agosto do ano passado foi assinado memorando de entendimento entre as agências, com medidas de cooperação regulatória. Em abril de 2026, Kershenobich visitou o Brasil acompanhado do comissionado da Cofepris. Na atual visita de Padilha ao México o processo de cooperação recebeu mais um impulso decisivo. (Leia mais em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias-ms/2026/setembro/brasil-e-mexico-avancam-na-cooperacao-em-saude-entre-os-dois-paises

Construir plataformas comuns, bilaterais, para desenvolvimento biotecnológico entrou nos entendimentos entre os dois países. Com representantes da *BIRMEX*, empresa mexicana que produz, compra e distribui medicamentos e produtos biológicos, o encontro tratou da cooperação entre os dois países em pesquisa, produção e transferência de tecnologia em saúde, com destaque para *vacinas com tecnologia de RNA mensageiro (mRNAA)* iniciativa prevê visitas técnicas, intercâmbio entre pesquisadores, realização de seminários, capacitação de profissionais e busca conjunta de recursos para o desenvolvimento dos projetos. Projetos de desenvolvimento de plataformas de mRNA estão em andamento no Brasil, no âmbito da Fiocruz, do Instituto Butantan e do Centro de Competência em Vacinas da UFMG (CTV-RNA). Leia mais em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias-ms/2026/setembro/brasil-e-mexico-discutem-plataformas-conjuntas-para-desenvolvimento-e-producao-de-tecnologias-em-saude

Em visita ao Brasil, no início de setembro, no intento da construção de seu 'serviço universal de saúde', o *Instituto Mexicano de Seguridade Social para o Bem-Estar (IMSS-Bienestar)*, veio conhecer, no Ministério da Saúde, as experiências brasileiras bem-sucedidas do SUS, como acesso a especialistas (Agora Tem Especialistas), medicamentos (Farmácia Popular) e saúde digital (Rede Nacional de Dados em Saúde), que despertam interesse dos mexicanos.

Por seu turno, a Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES) do Ministério da Saúde também tem ampliado sua atuação internacional por meio da participação em agendas estratégicas voltadas à formação de profissionais, à gestão do trabalho, à inovação e ao desenvolvimento dos sistemas de saúde em encontros realizados no Panamá, México, Rússia e Uruguai, levando experiências do SUS e fortalecendo a cooperação com organismos internacionais e outros países. (Leia mais em Ministério da Saúde amplia presença internacional e fortalece cooperação em saúde com países das Américas, Europa e Ásia — Ministério da Saúde)

Aplaudimos as iniciativas do Ministério da Saúde na saúde global e diplomacia da saúde, nestes momentos em que grande parte dos países se fecham e restringem a cooperação e a solidariedade internacional.

Dia Mundial da Pessoa Idosa



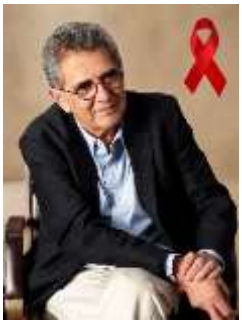
Datas comemorativas serve à comunidade para recordar algo importante e que deveria estar nas nossas consciências o tempo todo. Em *1º de outubro* comemora-se o **Dia Mundial da Pessoa Idosa**. A data foi criada pela *ONU* em *1991*, por meio da *Resolução 46/91*. O objetivo da efeméride é conscientizar a sociedade sobre a importância de garantir direitos, respeito, dignidade, saúde e inclusão para os idosos. No *Brasil*, em 1/10/2023 foi aprovado o *Estatuto da Pessoa Idosa* (*Lei nº 10.741*), que protege os direitos da população com 60 anos ou mais. O *Brasil* possui atualmente cerca de 36,6 milhões de pessoas com 60+ anos (cerca de 17% da população). A população idosa no país cresce em média 1,1 milhão de pessoas por ano e a projeção é que deve alcançar 61,5 milhões (cerca de 30%) até 2050 e 37,5% (75,3 milhões) até 2070. Parabéns a todos nossos leitores, que são muitos, e a toda a população do Brasil e do mundo com 60+.

CEBES 50 anos

O **Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes)** completou 50 anos de existência em setembro de 2026, celebrando meio século de luta contínua pela universalização do direito à saúde e pela redemocratização do Brasil. Criado em setembro de 1976, no auge da ditadura militar, o Cebes foi pilar fundamental na formulação do Movimento da Reforma Sanitária e na concepção do Sistema Único de Saúde (SUS). *"Saúde é democracia, democracia é saúde"*, é seu lema histórico, reafirmando que o acesso à saúde é um direito inerente à cidadania e não uma mercadoria. As celebrações principais incluíram um Seminário na UERJ (Instituto de Medicina Social) em 21 de setembro de 2026, reunindo diferentes gerações da Reforma Sanitária e nomes de destaque da saúde coletiva. O Jubileu de Ouro inclui a criação de um repositório digital de acesso aberto, lançamentos

especiais da revista *Saúde em Debate* (como a edição nº 150) e produções documentais sobre a trajetória do movimento sanitário brasileiro. Vida longa ao CEBES!!!
Leia mais em: https://cebes.org.br/

Saúde pública brasileira lamenta falecimento de Paulo Roberto Teixeira



A saúde pública brasileira está de luto e lamenta o falecimento do *médico sanitarista Paulo Roberto Teixeira*, nome fundamental para a saúde pública brasileira e para a construção das políticas de enfrentamento ao HIV e à aids no país. Desde a criação do primeiro programa governamental dedicado ao tema, no início da década de 80, Paulo Teixeira teve participação marcante na formulação de estratégias que ampliaram o acesso à prevenção e ao tratamento. Também esteve à frente dos programas estadual e nacional de HIV/aids e atuou internacionalmente junto à Organização Mundial da Saúde (OMS).

Curso de Atualidades em Saúde Global e Diplomacia da Saúde 2027 abre inscrições de 16/11/2026 a 15/01/2027



O *Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde da Fiocruz*, órgão da Vice-presidência de Saúde Global e Diplomacia da Saúde da Fiocruz, abre inscrições em novembro para os interessados em participar da quarta edição do *Curso de Atualidades em Saúde Global e Diplomacia da Saúde.* É oferecido para profissionais e estudantes de saúde pública e das carreiras da saúde, diplomatas e estudantes de relações internacionais e à sociedade civil, com vagas limitadas. Inicia em 27/02/2027 e se estende até dezembro. É constituído de 23 *Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde* (quinzenais online) e leituras selecionadas contidas nos 23 fascículos dos *Cadernos de Saúde Global e Diplomacia da Saúde*, também quinzenais. Aborda temas como multilateralismo; desenvolvimento sustentável; direitos humanos; problemas globais (políticos, sociais, econômicos, ambientais); negociações internacionais; saúde e tríplice crise ambiental planetária; migração e saúde; saúde da mulher, criança e adolescente; saúde nas crises humanitárias; fome, segurança alimentar e nutricional; cooperação Sul-Sul; saúde nas organizações internacionais e regionais; entre outros. O curso é gratuito e online.

Congresso do Consortium of Universities for Global Health (CUGH) e ALASAG em Lima (fevereiro de 2027)

O *Consórcio de Universidades para Saúde Global (CUGH),* associado com a *Aliança Latino-americana de Saúde Global (ALASAG*), vai realizar em Lima, de 25 a 28 de fevereiro de 2027, sua 18ª conferência anual com o tema "*Transformando a Saúde Global: Parecerias, poder, liderança e tecnologia num mundo em rápida transformação*". Os congressos do CUGH e da ALASAG já se transformaram em reconhecidos espaços de intercâmbio e informação em saúde global. Ambas as instituições esperam grande participação de latino-americanos pela proximidade com Lima. Maiores informações sobre o Congresso podem ser obtidas e as inscrições realizadas em: https://cughlima2027.org/

Cadernos FIOCRUZ de Saúde Global e Diplomacia da Saúde há 6 anos servindo a comunidade global



Com seu primeiro número tendo sido lançado em março de 2020, por ocasião da decretação pela OMS da Covid-19 como pandemia, os *Cadernos* se transformaram numa referência para a comunidade global da saúde e da diplomacia neste campo político e de conhecimento contemporâneo. Mais de 150 fascículos já foram lançados, a base de 22 a 23 por ano, com cerca de 280 páginas em média por quinzena, ou seja, mais de 5.000 páginas por ano. Cada fascículo contém em torno de 22 a 25 artigos de atualidades, escrito por cerca de 60 autores, que compartilham em torno de 500 referências de artigos, relatórios, declarações etc. sobre este dinâmico campo das relações internacionais em saúde. Todos os fascículos dos Cadernos estão disponíveis para exame ou *download* no site: Cadernos CRIS/Fiocruz: Informes sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde | Portal Fiocruz Para 2026 está programada a edição de 23 fascículos.

Catálogo de Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde 2020-2025



A coleção dos 137 Seminários do CRIS realizados de 2020 a 2025, com uma breve descrição e os links para acesso às versões em português, espanhol e inglês, está disponível para acesso ou download nos seguintes endereços: https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global ou https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN. Tem se mostrado um recurso excelente para ensino e aprendizagem em saúde global e diplomacia da saúde, com cerca de 700 painelistas brasileiros e internacionais, abordando temas como a agenda da saúde global e ambiental, direitos humanos, *One Health*, C&T em saúde, os grandes eventos mundiais realizados nos últimos 6 anos, entre tantos outros temas de interesse para profissionais da saúde, da diplomacia e dos movimentos sociais. Para 2026 estão programados 23 seminários; os que já foram realizados neste ano estão disponíveis online no YouTube da Fiocruz.

Produtos do *Observatório Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde* (*Centro Colaborador em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul da OMS/OPS na Fiocruz)*, os *Cadernos* e os *Seminários Avançados* são tributos que prestamos a saúde, ao desenvolvimento sustentável, à paz e à solidariedade internacional. Queremos sempre sua companhia. Boa leitura!

Rio de Janeiro, Manguinhos, 2 de outubro de 2026

Paulo M. Buss, Fabiane Gaspar e Sebastián Tobar

Editor e editores-associados

Cadernos Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde



Fundação Oswaldo Cruz

Vice-presidência de Saúde Global e Relações Internacionais

Observatório Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde

(desde 2020)

Centro Colaborador em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul da OMS/OPAS na Fiocruz

(desde 2014)

Assembleia Geral da ONU 2026: Um balanço preliminar

Asamblea General de la ONU de 2026: Un balance preliminar

2026 UN General Assembly: A preliminary assessment

Paulo M. Buss e Santiago Alcázar

Resumo: Este terceiro artigo da série sobre a 81ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), aborda as principais questões e conclusões, decisões e resoluções resultantes do magno evento, incluindo: a reforma da ONU, os conflitos militares em curso, a Agenda 2030, a preparação e resposta a pandemias, entre outros temas de alcance global relativos a desenvolvimento, direitos humanos e paz e segurança. A declaração política prevista como resultado da Reunião de Alto Nível sobre Pandemias não foi aprovada devido a bloqueio dos Estados Unidos e outros países desenvolvidos. O artigo aborda também reuniões paralelas de grande importância para a paz no Atlântico Sul (Escudo das Américas e Zopacas), além de reuniões sobre saúde e iniciativas do Brasil, como: Parceiros pelo Multilateralismo (P4M); a Reunião sobre o Painel Internacional sobre Desigualdade (IPI); a implementação da Aliança Global de Combate à Fome e à Pobreza; e o Fórum IBAS. Conclui, uma vez mais, que a despeito dos esforços de países poderosos de atacar e desmantelar as Nações Unidas, ela se mantém como um espaço vital para a diplomacia multilateral, promovendo diálogo, cooperação e soluções conjuntas para os desafios globais, reafirmando seu papel central como plataforma de debate e ação internacional, particularmente por meio da sua Assembleia Geral.

Palavras-chave? Nações Unidas; Assembleia Geral da ONU 2026.

Resume. *Este tercer artículo de la serie sobre el 81.º período de sesiones de la Asamblea General de las Naciones Unidas (AGNU) aborda los principales temas, conclusiones, decisiones y resoluciones derivadas de este trascendental evento, entre los que se incluyen: la reforma de la ONU, los conflictos militares en curso, la Agenda 2030, la preparación y respuesta ante pandemias, entre otros temas de relevancia mundial relacionados con el desarrollo, los derechos humanos, la paz y la seguridad. La declaración política prevista como resultado de la Reunión de Alto Nivel sobre Pandemias no fue aprobada debido al bloqueo impuesto por Estados Unidos y otros países desarrollados. El artículo también aborda reuniones paralelas de gran importancia para la paz en el Atlántico Sur (Escudo de las Américas y ZOPACAS), así como reuniones sobre salud e iniciativas brasileñas, tales como: Socios para el Multilateralismo (P4M); la Reunión del Panel Internacional sobre la Desigualdad (IPI); la implementación de la Alianza Mundial para Combatir el Hambre y la Pobreza; y el Foro IBSA. Concluye, una vez más, que a pesar de los esfuerzos de los países poderosos por atacar y desmantelar las Naciones Unidas, esta sigue siendo un espacio vital para la diplomacia multilateral, que promueve el diálogo, la cooperación y las soluciones conjuntas a los desafíos mundiales, reafirmando su papel central como plataforma para el debate y la acción internacionales, en particular a través de su Asamblea General.*

Palabras-claves: *Naciones Unidas; Asamblea General 2026.*

Abstract: *This third article in the series on the 81st session of the United Nations General Assembly (UNGA) addresses the key issues, conclusions, decisions, and resolutions resulting from*

this major event, including UN reform, ongoing military conflicts, the 2030 Agenda, and pandemic preparedness and response, among other global topics concerning development, human rights, and peace and security. The political declaration envisaged as an outcome of the High-Level Meeting on Pandemics was not adopted due to opposition from the United States and other developed nations. The article also covers side meetings of great importance for peace in the South Atlantic (Shield of the Americas and ZOPACAS), as well as meetings on health and Brazilian initiatives such as Partners for Multilateralism (P4M), the meeting on the International Panel on Inequality (IPI), the implementation of the Global Alliance against Hunger and Poverty, and the IBSA Forum. It concludes, once again, that despite efforts by powerful nations to attack and dismantle the United Nations, the organization remains a vital space for multilateral diplomacy—fostering dialogue, cooperation, and joint solutions to global challenges—and reaffirms its central role as a platform for international debate and action, particularly through its General Assembly.

Keywords: *United Nations; General Assembly 2026.*

Introdução

Dia 22 de setembro foi aberta a *semana de alto nível* da *81ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU81)* na sede da ONU em Nova York. O Presidente da 81ª sessão, *Embaixador Khalilur Rahman*, Ministro de Negócios Estrangeiros de *Bangladesh*, abriu o *Debate Geral*, seguido dos discursos do *Secretário Geral Antonio Guterres*, e dos *presidentes Lula e Trump.*

Imagem: Sala plenária no edifício-sede das Nações Unidas, em Nova York, onde se reúne a Assembleia Geral



Fonte: ONU

No seu discurso de despedida em Assembleias da ONU como Secretário Geral, *Guterres* afirmou https://gadebate.un.org/sites/default/files/gastatements/81/unsg_en.pdf que o poder militar, econômico e tecnológico isolado não garante a paz, estabilidade ou segurança, alertando contra a divisão do mundo em blocos rivais. Pediu diálogo imediato para os conflitos em Gaza, Irã,

Ucrânia e Sudão, reforçando que a solução de dois estados para Israel e Palestina é indispensável. Destacou o desequilíbrio de poder intergeracional e relembrou todos seus alertas anteriores sobre a crise climática. Alertou para os riscos associados ao avanço desregulado da inteligência artificial e à falta de marcos globais de segurança para ela. Defendeu enfaticamente o multilateralismo e os princípios da Carta da ONU, encerrando sua fala com uma forte ovação de pé por parte dos líderes presentes.

Rahman discursou https://gadebate.un.org/sites/default/files/gastatements/81/pgaopening_en.pdf orientado pelo tema central de sua presidência, "*Restaurando a confiança, gerenciando a transformação: uma ONU que beneficia a todos*". Abordou a crise de confiança no multilateralismo, exemplificando com a falta de resultados práticos no combate a conflitos globais, e a necessidade da reforma do Conselho de Segurança, com uma representação geopolítica mais justa, incluindo um assento permanente para o continente africano. Apontou o desequilíbrio crítico entre a queda de 23% na assistência internacional ao desenvolvimento e o crescimento consecutivo dos gastos militares globais, que se aproximam de US$ 3 trilhões. Defendeu salvaguardas científicas e uma governança inclusiva para a IA, de modo a garantir que os países em desenvolvimento participem e se beneficiem dessa transformação digital sem agravar as desigualdades estruturais ou riscos de segurança.

O *presidente Lula* brilhou intensamente. Fez um discurso de verdadeiro estadista que é, no qual critica a estrutura arcaica da ONU e, particularmente, a obsolescência do seu Conselho de Segurança, incluindo o poder de veto dos cinco. Criticou o uso sem freios da força por alguns países na arena internacional e os imensos gastos militares *vis a vis* os recursos escassos investidos em desenvolvimento e cooperação. Condenou as guerras no Oriente Médio e na Ucrânia, assim como o genocídio dos palestinos em Gaza. Defendeu a solução dos 2 Estados e afirmou que "não haverá vencedores no campo de batalha; a diplomacia é a única opção". Sem mencionar os EUA, mas claramente se referindo a Doutrina Donroe dos EUA, afirmou que os países da América Latina e do Sul têm o direito de resolver seu destino, e que "o Brasil não cabe no quintal de ninguém". Abordou ainda temas como crise climática, crime organizado e inteligência artificial. O discurso de Lula vem reproduzido na íntegra neste Caderno 17, além de poder ser acessado em: https://static.poder360.com.br/uploads/2026/09/2209-Discurso-do-Presidente-Lula-na-Abertura-da-81-AGNU.pdf. O vídeo integral do seu discurso pode ser acessado em: https://www.google.com/search?q=video+disdcursdo+lula+AGNU+2026&rlz=1C1GCEA_enBR1201BR1201&oq=video+disdcursdo+lula+AGNU+2026&gs_lcrp=EgZjaHJvbWUyBggAEEUYOTIHCAEQABjvBdIBCTEyMzI4ajBqN6gCALACAA&sourceid=chrome&source=chrome.ob&ie=UTF-8#fpstate=ive&vld=cid:d2b8bd17,vid:j87i990Nv5w,st:0

O *presidente Trump* fez discurso em linha diametralmente oposta, utilizando um tom belicoso e ameaçador, além de exclusivamente ressaltar as grandes virtudes do seu governo e a excepcional situação econômica e de poder militar dos EUA. O vídeo integral do seu discurso pode ser acessado em: https://www.youtube.com/watch?v=621u0g8aDuc. Garay analisa neste fascículo o discurso de Trump.

O *Debate Geral* seguiu do dia 22/09 até o dia 28/09, com os mais altos representantes de todos os 193 Estados-membro se sucedendo na tribuna, em cronograma que atendeu o nível de representação, equilíbrio geográfico e a ordem cronológica dos pedidos apresentados. É a ocasião em que os Chefes de Estado ou de Governo presentes (ou seus representantes de alto escalão) expõem perante esse foro mundial a visão de seus respectivos países sobre qualquer assunto tratado pela Assembleia. Com vistas a dar um sentido às distintas exposições, a AGNU adota um tema em torno do qual cada país ordena as suas respectivos falas. Já se disse, em artigos anteriores, que para a 81ª sessão o tema é: "*Restaurando a confiança, gerenciando a transformação: uma ONU que atenda a todos*".

Adiante, neste artigo, vamos comentar as intervenções de alguns dos demais atores políticos globais relevantes durante a AGNU81.

Agenda da AGNU 2026

A agenda de 2026 é muito ampla, cobrindo uma vasta gama de questões de alta relevância para o mundo: desenvolvimento sustentável, direitos humanos, paz e segurança, desigualdades socioeconômicas, cooperação internacional, entre muitas outras. Foram 178 itens, alguns deles desdobrados em subitens https://docs.un.org/en/A/81/100.

Cada item e subitem, debatidos com base nos documentos apresentados pelo Secretariado, podem resultar em *resoluções*, que constituem a expressão política dos Estados membros, ainda que, estritamente, não sejam mandatórias. Este ponto é importante. Ao aprovar uma resolução, o Estado se compromete, no quadro de sua legislação interna e dentro de suas possibilidades, a adotar as medidas relevantes para a sua efetiva implementação. Este fato é geralmente ignorado por aqueles que criticam o multilateralismo em geral e as Nações Unidas em particular. Dizem que as resoluções, como não são mandatórias, de nada servem. Passam por alto as particularidades sociais e culturais que moldam os regimes jurídicos e dão direção aos modos de pensar política em cada país.

A título de exemplo, na 80ª Assembleia foram adotadas 302 resoluções[1]. Já os projetos de resolução das principais comissões da 81ª AGNU ainda passará por votação e adoção ao longo dos meses de outubro, novembro e dezembro de 2026, quando se encerra a parte principal da sessão regular.

Reuniões de Alto Nível

De 22 a 29 de setembro se realizaram, em paralelo ao debate geral, *reuniões de alto nível (RAN)* sobre os seguintes temas:

i) 23/09/2026 – RAN para comemorar os 40 anos da Declaração sobre Direito ao Desenvolvimento[2];
ii) 23/09/2026 – RAN sobre Ação Climática e Transição Justa;
iii) 24/09/2026 – RAN para tratar de ameaças existenciais provocadas pela subida do nível do mar[3];
iv) 25/09/2026 – RAN sobre Prevenção, Preparação e Resposta a Pandemias[4];
v) 25/09/2026 – RAN para comemorar 25 anos da Declaração e Plano de Ação de Durban[5];
vi) 29/09/2026 – RAN para comemorar e promover o Dia Internacional para a Eliminação Total das Armas Nucleares[6].

No dia 18 de setembro, antes do início do debate geral, a AGNU realizou o chamado *Momento dos ODS*, com inúmeras mesas redondas, debates, exposições de experiências bem-

[1] https://www.un.org/en/ga/80/resolutions.shtml
[2] https://docs.un.org/en/A/RES/80/207
[3] https://docs.un.org/en/A/78/L.101
[4] https://docs.un.org/en/A/RES/79/333
[5] https://docs.un.org/en/A/RES/80/193 e https://docs.un.org/en/A/RES/80/299
[6] https://docs.un.org/en/A/RES/80/49

sucedidas, propostas, sugestões, com variedade de atores públicos e privados, sobre meios para acelerar o cumprimento das metas da Agenda 2030.

Não apenas a reunião sobre *pandemias*, mas todos estes eventos, à rigor, relacionam-se com a profunda crise global que estamos vivendo que, de uma ou outra forma, repercutem sobre a saúde humana e planetária, daí porque interessar diretamente à comunidade da saúde global e diplomacia da saúde e receber plena atenção destes Cadernos.

A Agenda da 81ª AGNU dividiu-se em grandes blocos, como segue:

A – Promoção do crescimento contínuo e o desenvolvimento sustentável em conformidade das resoluções pertinentes da AGNU, bem como das conferências das Nações Unidas sobre o tema mais recentes. Entre os documentos relevantes, cabe ressaltar os relatórios produzidos sob a égide do *Conselho Econômico e Social (ECOSOC)*

B – Manutenção da paz e da segurança internacional / *Relatório do Conselho de Segurança*

C – Desenvolvimento da África / documentos sobre a "Nova Parceria para o Desenvolvimento da África", bem como os da "Agenda 2063", plano estratégico da União Africana

D – Promoção dos Direitos Humanos / *Relatório do Conselho de Direitos Humanos*

E – Coordenação Efetiva das Atividades de Assistência Humanitária, inclusive a Assistência Econômica Especial

F – Promoção da Justiça e do Direito Internacional / *Relatório da Corte Internacional de Justiça*

G – Desarmamento / *Relatório da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA)*

H – Controle das Drogas, prevenção do crime e combate ao terrorismo em todas as suas formas e manifestações / Relatório da Comissão sobre prevenção do crime e justiça penal, bem como os relatórios do SG

I – Assuntos Administrativos e outros / Relatório do SG sobre o trabalho da Organização. O principal assunto deste bloco, ademais dos trabalhos sobre reforma e revitalização em andamento (ver *Iniciativa UN80*[7]), é a *eleição para o cargo de Secretário(a)-Geral*.

Da mesma forma, examinando estes grandes blocos de temas, mesmo sem entrar nos seus detalhes, podemos afirmar com certeza a relevância que a AGNU tem para a saúde humana pois, à rigor, trata de temas que são indubitáveis determinantes políticos, sociais, econômicos e ambientais da saúde.

O pano de fundo da 81ª AGNU contém questionamentos ao multilateralismo, às guerras e aos conflitos militares, ao desenvolvimento sustentável, questões ambientais e a Agenda 2030 (incluindo as mudanças climáticas, a perda da biodiversidade, a poluição do planeta e a crise ambiental dos plásticos), a falência do sistema financeiro internacional e da política multilateral, a manutenção da fome e da pobreza, as inaceitáveis inequidades, o peso da dívida pública, a inteligência artificial, e a necessidade de reformar, ou eventualmente, de criar as instituições multilaterais necessárias para atender a contento os desafios presentes.

[7] https://www.un.org/un80-initiative/en

Iniciativa UN80

O Secretário-Geral da ONU, António Guterres, informou a Assembleia, em 3/08, sobre a *Iniciativa ONU 80*, destacando o progresso na gestão de resultados em todo o sistema, que deve fortalecer a conexão entre mandatos, recursos e resultados sem criar mais burocracia. Descreveu os ODS como "nosso Norte" e o Pacto para o Futuro como "nossa bússola política."

Deu como exemplo os esforços para *integrar o Instituto de Pesquisa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social (UNRISD)* à *Universidade da ONU (UNU)* – e o *Instituto Inter-regional de Pesquisa em Crime e Justiça da ONU (UNICRI)* ao *Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC); e* sobre a possível fusão entre o *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)* e o *Escritório de Serviços de Projetos da ONU (UNOPS)*, bem como sobre a união das capacidades complementares do *Fundo de População da ONU (UNFPA)* e da *ONU-Mulheres.* Já a AGNU aprovou a fusão do *Colégio de Pessoal do Sistema das Nações Unidas (UNSSC)* e do *Instituto das Nações Unidas para Treinamento e Pesquisa (UNITAR)* em uma nova entidade – o *Instituto das Nações Unidas para Inovação em Capacidade e Aprendizagem* (UNICLI).

O Secretário-Geral reiterou as recomendações de seu relatório de progresso de maio de 2026, instando os Estados-Membros a:

- Usar a resolução sobre criação, implementação e revisão de mandatos (A/RES/80/251) como ferramenta de governança;
- Apoiar trabalhos em novos arranjos nacionais e regionais;
- Apoiar esforços em serviços compartilhados, tecnologia e dados para melhorar a entrega;
- Considerar propostas estruturais por seus méritos;
- Alinhar as práticas de financiamento aos objetivos do UN80; e
- Exercer a governança de forma coerente em todo o sistema da ONU.

No nosso entendimento, até aqui a Iniciativa ONU80 de reforma das Nações Unidas não produziu nada de efetivamente relevante, como seriam as demandas de transformações mais profundas na estrutura e na distribuição do poder na Organização. O máximo a que chegou foram determinados *downsizings e fusões* de estruturas periféricas e redução de cargos de direção e chefia. Muito pouco para uma organização que precisava muito.

Eleição do(a) Secretário(a)-Geral da ONU

A AGNU81 elegerá nos próximos meses o(a) novo(a) Secretário(a)-Geral, para um período de 5 anos, que vai de 1º de janeiro de 2027 a 31 de dezembro de 2031. De acordo com o Artigo 97 da Carta, o SG é nomeado pela AGNU, após votação e após recomendação do Conselho de Segurança (CS). Para seguir para a Assembleia Geral, um candidato deverá obter ao menos 9 votos favoráveis no Conselho de Segurança e nenhum voto desfavorável por parte de qualquer um dos 5 Membros Permanentes do Conselho.

Até o presente são 7 os candidatos ao cargo de Secretário(a) Geral. A grande novidade nestas eleições é o número de candidatas mulheres, todas oriundas da América Latina e Caribe. Nunca houve uma SG mulher. Abaixo, o(a)s candidato(a)s:

i) Rebeca Grynspan, ex-vice-Presidente da Costa Rica e ex-Secretária-Geral da UNCTAD;
ii) Rafael Grossi, ex-Diretor-Geral da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA);
iii) Maria Fernanda Espinosa, ex-Presidente da AGNU e ex-Ministra dos Negócios Estrangeiros do Equador;

iv) Carolyn Rodrigues-Birkett, ex- Representante Permanente da Guiana junto às Nações Unidas;
v) Macky Sall, ex-Presidente do Senegal;
vi) Olara Otunnu, que ocupou alto cargo no Secretariado da ONU e foi candidato à Presidência de seu país, Uganda;
vii) Ivonne A-Baki (Equador), indicada por Tonga.

O ***Conselho de Segurança da ONU*** realizou a sua *quarta sondagem informal (ou votação exploratória)* para o cargo de secretário-geral na terça-feira, 29/09. De acordo com fontes diplomáticas de veículos como a CNN Brasil e a Reuters, *Rebeca Grynspan (Costa Rica)* ampliou sua vantagem na liderança da corrida, com 10 votos de apoio ("encorajar"), 3 de rejeição ("desencorajar") e 2 abstenções ("sem opinião"). *Carolyn Rodrigues-Birkett (Guiana)* **f**icou na segunda posição, com 8 votos de apoio, 6 contra e 1 abstenção; ela enfrenta uma forte resistência de bastidores por parte dos Estados Unidos devido a declarações anteriores sobre o conflito em Gaza. *Rafael Grossi (Argentina)* também alcançou 8 votos de apoio, mas teve 7 votos de rejeição.

Todas as quatro sondagens realizadas até o fim de setembro foram anônimas e secretas. No entanto, o processo mudará radicalmente em outubro, sob a nova presidência rotativa da **Grécia** no Conselho de Segurança. Passarão a ser utilizadas *cédulas coloridas*, que vão distinguir, pela primeira vez, os votos dos *cinco membros permanentes com poder de veto* (Estados Unidos, China, Rússia, Reino Unido e França). Para ser formalmente recomendado à Assembleia Geral, o candidato precisa de pelo menos 9 votos favoráveis e *nenhum veto* de um membro permanente. O vencedor escolhido assumirá o posto máximo das Nações Unidas em 1º de janeiro de 2027, sucedendo António Guterres.

Posições de blocos geopolíticos e da China na 81ª AGNU

Passamos a apresentar a seguir as posições de alguns dos principais *blocos geopolíticos* e da *China* nos discursos na AGNU. Utilizamos como fontes tanto as declarações políticas formais, quanto os discursos dos principais dirigentes no Debate Geral. No interessante site UN General Assembly 2026 general debate, indexed (UNGA 81) | Global Roles o leitor interessado pode ouvir o áudio dos representantes de mais de 175 países que discursaram na AGNU.

G77 + China[8]

O *Grupo dos 77 e China (G77)* marcou forte presença na UNGA 81, focando centralmente na governança econômica global, transição energética e o avanço do multilateralismo inclusivo para o Sul Global.

Os ministros das Relações Exteriores do grupo realizaram sua *50ª Reunião Ministerial Anual,* sob o tema *"O Sul Global e o Futuro do Multilateralismo"*. Debateram a reforma das instituições multilaterais para dar maior poder de decisão e voz aos países em desenvolvimento, permitindo que deixem de ser apenas 'receptores' para se tornarem "formuladores" de regras globais.

O principal produto político da reunião foi uma robusta Declaração Ministerial https://www.g77.org/doc/Declaration2026.htm com 470 parágrafos, que consolidou as principais

[8] Leia mais no artigo de Ungerer e col. neste fascículo

reivindicações estruturais, econômicas e políticas do Sul Global. Os eixos centrais do documento final focam em transformar a governança global e dar respostas práticas às crises enfrentadas pelos países em desenvolvimento:

1. Reforma Estrutural da Organização e Governança – O bloco reforçou de forma consensual a exigência por uma *reforma urgente do Conselho de Segurança*, demandando uma maior representação e voz ativa para as nações em desenvolvimento. Países de peso no bloco, como a Índia, lideraram o coro afirmando que o sistema atual não reflete as realidades do século XXI. Criticando a arquitetura financeira internacional, exigiram a remodelação imediata de instituições financeiras globais (como o FMI e o Banco Mundial), criticando o endividamento sufocante e a falta de linhas de crédito acessíveis para o desenvolvimento.

2. Justiça Climática e Minerais Críticos – O documento reafirmou que o Sul Global não aceitará um papel de mero 'espectador' ou 'fornecedor espoliado' de matéria-prima para a transição energética. A declaração ressalta que o valor agregado e o processamento de minerais críticos (como lítio, cobalto e outros) devem permanecer prioritariamente nos países produtores que, majoritariamente, se localizam no Sul Global. Cobraram com rigor o cumprimento integral das promessas dos países desenvolvidos para o *financiamento climático*, estipulando recursos específicos para os *Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS)* e *Países de Menor Desenvolvimento Relativo (LDCs)*.

3. Economia Internacional e Combate à Pobreza – O bloco reiterou que o fim da pobreza em todas as suas formas continua sendo o principal pré-requisito para o desenvolvimento sustentável mundial e deve receber máxima prioridade. Foi dado forte apoio político às negociações da *Convenção-Quadro da ONU sobre Cooperação Tributária Internacional* (para evitar a fuga de capitais para paraísos fiscais) e à defesa de um sistema comercial multilateral justo, sob as regras da OMC, que respeite o tratamento especial e diferenciado aos mais pobres.

4. Tecnologia e Inteligência Artificial – A declaração condenou o abismo digital crescente e exigiu que as novas tecnologias, em especial a *inteligência artificial (IA***)**, sejam geridas sob governança democrática global, defendendo a criação urgente do *Fundo Global para o Desenvolvimento de Capacidades em IA* para descentralizar o conhecimento técnico e garantir soberania digital aos países em desenvolvimento.

União Africana

O presidente da *Comissão da União Africana (UA)*, *Mahmoud Ali Youssouf*, liderou a delegação da UA na UNGA 81. A principal área de foco e prioridade do seu discurso foi a *reforma do Conselho de Segurança da ONU*, enfatizando o *Consenso de Ezulwini* para reivindicar assentos permanentes para nações africanas, com plenos direitos e privilégios, incluindo o poder de veto. Outro componente relevante da UA foi o do *desenvolvimento sustentável e clima*, enfocando na aceleração dos ODS, o reforço da resiliência e da adaptação climática para regiões vulneráveis e a sinalização para o *Ano da Água e do Saneamento na UA*. Quanto à *integridade da Informação*, a UA promoveu diálogos de alto nível focados em fortalecer a confiança pública, combater a desinformação prejudicial por meio de dados transparentes e baseados em evidências, e fomentar a cooperação entre governos, pesquisadores e plataformas tecnológicas. O estímulo

à criação de empregos para a crescente população jovem da África também esteve presente no discurso.

União Europeia

A União Europeia foi representada pelo Presidente do Conselho Europeu, António Costa, pela Presidente da Comissão, Ursula von der Leyen, e pela Alta Representante, Kaja Kallas. A UE fez a defesa do multilateralismo, que se expressou no lançamento (junto com o Brasil e outros) da iniciativa '*Parceiros pelo Multilateralismo (P4M)',* que visa reforçar a ordem global baseada em regras e a cooperação em detrimento do confronto. Defendeu reformas estruturais na ONU (UN80) e a ampliação do Conselho de Segurança. Instou pelo fim da guerra da Rússia na Ucrânia com pleno respeito à soberania e promoveu o apoio a uma solução de dois Estados para Israel e Palestina, além de abordar as crises no Sudão e em Gaza. Propugnou pela promoção de padrões globais de IA por meio de estruturas da ONU e da adesão ao direito internacional (CIJ e TPI), além de fortalecer a resiliência da saúde global e as ações climáticas. A delegação da UE manteve diversas reuniões bilaterais e participou da Cúpula EU-CELAC.

China

Causou estranhamento a priorização que o presidente *Xi Jin Ping* deu à aparentemente anódina e estéril visita a Casa Branca, em detrimento de participar da AGNU. Seguramente, as duas agendas poderiam ter sido conciliadas. A compensação talvez tenha vindo da participação do *vice-presidente chinês, Han Zheng*, que discursou no Debate Geral defendendo uma ordem internacional renovada, no âmbito do multilateralismo. Zheng afirmou que a ordem e o sistema internacional centrados na ONU — baseados no direito internacional do pós-guerra — devem ser rigorosamente defendidos, enfatizando que "o mundo quer paz, não guerra". Ele criticou ações militares unilaterais que violam a Carta da ONU. A China posicionou-se como defensora dos países em desenvolvimento, cobrando parcerias globais mais igualitárias, inclusivas e com foco na redução da pobreza, segurança alimentar e transição energética.

Defendeu o respeito à soberania dos Estados do Oriente Médio e a reconstrução de Gaza sob o princípio de "palestinos governando a Palestina", além da solução de dois Estados. Sobre a Ucrânia, reiterou as "quatro diretrizes" propostas pelo presidente Xi Jinping para uma solução política. Pediu o fim imediato do bloqueio e das sanções econômicas contra Cuba.

Quanto a Inteligência Artificial (IA) defendeu uma abordagem centrada nas pessoas para o desenvolvimento da IA para o bem comum e a redução do fosso digital. Quanto ao comércio internacional ressaltou que o protecionismo não produz vencedores, defendendo o sistema multilateral centrado na OMC.

Outros atores políticos globais

Em artigo neste fascículo, ***Tavares Soares*** analisa as participações do Irã, Palestina e Liga Árabe na AGNU 81.

Saúde na agenda da AGNU 2026

Já afirmamos antes que, ao tratar de um elenco importante de temas que são determinantes políticos, sociais, econômicos e ambientais da saúde, as discussões e decisões tomadas na AGNU impactam profundamente sobre a saúde humana e planetária e, por isso, interessam a comunidade da saúde global e da diplomacia da saúde. Contudo, queremos destacar aqui o que se relaciona clara e diretamente com a saúde.

Contudo, damos especial atenção à ***Reunião de Alto Nível sobre Prevenção, Preparação e Resposta* a *Pandemias (PPPR),*** realizada dia 25/09. Prevista por Resolução da AGNU 79 https://docs.un.org/en/A/RES/79/333, organizada pela presidência da Assembleia, em conjunto com a OMS, já indicava *per se* a alta prioridade conferida pelos Estados-membros aos riscos de novas pandemias para a população mundial. Um dos componentes da Reunião seria a revisão da Declaração Política sobre PPPR da AGNU de 2023 Document Viewer. Contudo, esta dimensão foi frustrada.

Uma declaração política PPPR-Political-Declaration-Final-Text-for-Second-Silence-Procedure-2.pdf era esperada, mas não recebeu o consenso dos participantes, em negativas pilotadas pelos Estados Unidos, Itália e União Europeia. Inúmeras delegações falaram sobre o tema. A declaração recebeu forte apoio de nações africanas, lideradas por Burundi, que proferiu a declaração em nome do grupo africano, e de Cabo Verde, e de importantes países latino-americanos e caribenhos, incluindo Brasil, México e Haiti, que falou em nome da Comunidade do Caribe (CARICOM). Leia mais em matéria da *Health Policy Watch* UN Declaration On Pandemic Readiness May Head To General Assembly For Approval — Health Policy Watch

Nos bastidores

Muita coisa ocorreu à margem da AGNU81. Do ponto de vista geopolítico (no agudo ponto *paz-guerra*) quero fazer menção especial aos *movimentos opostos do Brasil e dos EUA quanto à paz no Atlântico Sul*: as reuniões do *Escudo das Américas* e do *ZOPACAS (Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul),* de intenções absolutamente opostas.

Reunião ministerial da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)

O Ministro Mauro Vieira presidiu em Nova York, em 24/09, à margem da 81ª Assembleia Geral da ONU, a *reunião ministerial da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS).* O Brasil preside o grupo no triênio 2026-2029.

Durante o encontro, os Ministros discutiram o cenário atual do Atlântico Sul e o aprofundamento da cooperação entre os 24 países da Zona em temas de *governança oceânica, segurança e defesa, e meio ambiente e desenvolvimento sustentável*. Trataram, igualmente da implementação da *Estratégia de Cooperação do Rio de Janeiro*, adotada em abril durante a *IX Reunião Ministerial da ZOPACAS.*

O estabelecimento da ZOPACAS, em 1986, refletiu a preocupação dos países sul-atlânticos em *evitar a transposição de rivalidades e conflitos extrarregionais para o Atlântico Sul*, bem como o interesse dos países membros na *desmilitarização* e *não nuclearização da região*.

Quando a política externa dos Estados Unidos, com o *Escudo das Américas* (ver abaixo), privilegia a militarização da América Latina e do Sul, a reunião é uma demonstração de preocupação e mobilização dos países da ZOPACAS na defesa de um Atlântico Sul desmilitarizado, pacífico, solidário e compromissado com o desenvolvimento neste espaço geopolítico.
Fonte: Reunião Ministerial da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) – Nova York, 24/09/2026 — Ministério das Relações Exteriores

Reunião do Escudo das Américas

Dois dias antes (22/09), à margem da AGNU, 14 dos 19 países-membros do *Escudo das Américas* – organismo idealizado e liderado pelo governo Trump, criado há seis meses após reunião em

Mar-a-Lago, residência do presidente na Flórida – anunciaram U.S. Department of State (via Public) / Joint Statement on Defending Hemispheric Sovereignty que planejam seguir os EUA na designação de 24 grupos criminosos da região, entre eles o Comando Vermelho e o PCC, como terroristas. A declaração sublinha a intenção de se aprovarem leis locais para o combate ao narcotráfico, com aplicação de sanções a empresas e indivíduos. Também trata de temas estratégicos para Washington, como o acesso prioritário às terras raras na região.

Os signatários pretendem provocar a OEA para aprovar uma resolução que facilite o combate, inclusive armado, a 'narcoterroristas', com base no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca. Firmado em 1947, no início da Guerra Fria, o acordo estabelece que um ataque de um Estado contra um país das Américas é considerado uma agressão contra todos. Não trata, no entanto, de enfrentamento ao crime organizado.

Especialistas citados em matéria de *Eduardo Graça*, de *O Globo* (ed. de 27/09, pg. 28) concordam que o *Escudo* é mais um organismo arquitetado por Trump para driblar o multilateralismo clássico e o Direito Internacional. Com esta 'capa protetora' o novo documento sinaliza para o avanço de operações militares, incluindo o uso de drones em terra firme e, portanto, extrema fragilização da soberania das nações envolvidas. As três maiores economias continentais, depois dos EUA, *Brasil, México e Canadá*, não participam do acordo, mas com a invocação destas regras paralelas, ficam ameaçadas de intervenção militar estrangeira.

Reunião Ministerial União Europeia – CELAC (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos)

A reunião contou com a liderança e participação de altos representantes, incluindo a Alta Representante da UE para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, Kaja Kallas, servindo para examinar as relações inter-regionais e alinhar posicionamentos multilaterais entre as duas organizações. O diálogo reforçou a agenda bilateral em preparação para a próxima Cúpula de Chefes de Estado oficial entre os blocos. Conforme a declaração conjunta dos copresidentes https://www.eeas.europa.eu/eeas/eu-celac-ministerial-meeting-co-chairs-press-statement-0_en, emitida após a reunião, os principais tópicos abordados foram:

- *Defesa de Valores Democráticos:* Os ministros reafirmaram que as relações entre as duas regiões são baseadas em valores históricos compartilhados, expressando preocupação com as crescentes ameaças globais à democracia, aos direitos humanos e ao Estado de Direito.
- *Combate ao Crime Organizado:* Foi reconhecido o impacto severo do crime organizado transnacional no desenvolvimento e na segurança das populações, destacando a necessidade de uma abordagem coordenada entre todas as partes interessadas.
- *Segurança Marítima:* O encontro reforçou a importância estratégica do domínio marítimo e da cooperação mútua para assegurar o cumprimento do direito internacional nas rotas marítimas.

Iniciativas e participações do Brasil na 81ª AGNU

Destacamos aqui diversas iniciativas e participações do Brasil em eventos políticos de alto nível e grande importância, relativos à saúde global e diplomacia da saúde, e seus determinantes políticos, sociais, econômicos e ambientais

Fórum IBAS (Índia, Brasil, África do Sul)

O *Ministro Mauro Vieira* participou da *14ª reunião Ministerial do Fórum IBAS,* grupamento que reúne África do Sul, Brasil e Índia, realizada à margem da 81ª AGNU. Na ocasião, os Ministros de *Brasil, África do Sul e Índia* reafirmaram o compromisso de seus países em fortalecer a cooperação nos três pilares do IBAS – *coordenação política, cooperação trilateral e cooperação com outros países em desenvolvimento por intermédio do 'Fundo IBAS'* –, expressaram grave preocupação perante os persistentes ataques ao multilateralismo e as graves violações da Carta da ONU recentemente verificadas, e conclamaram a uma ampla e urgente reforma dos mecanismos de governança global, inclusive da ONU e seu Conselho de Segurança.

A Declaração da reunião do IBAS está disponível em v6-final-2026-ibsa-itmc-media-statement_.pdf e o discurso proferido na ocasião pelo Ministro Vieira em Microsoft Word — Documento1.

Criado em 2003, o IBAS busca promover a coordenação sobre questões globais entre três grandes democracias plurais, multiculturais e multiétnicas do hemisfério sul, que compartilham valores como a defesa da democracia e dos direitos humanos, e a busca por uma ordem internacional mais equitativa e representativa.

Parceiros pelo Multilateralismo, Direito Internacional, Paz e Prosperidade (P4M)

O Brasil foi um dos líderes da reunião de alto nível, junto com Austrália, Barbados, Brasil, Canadá, União Europeia, Índia e Quênia, que propuseram um *Compromisso Conjunto pelo Multilateralismo, Direito Internacional, Paz e Prosperidade* (abaixo):

Nos reunimos em momento de profundas transformações globais. A escalada na velocidade e na escala das mudanças globais está redefinindo nosso presente e determinará nosso futuro coletivo.

Nos preocupam a crescente polarização, a disseminação de conflitos, as violações do direito internacional e o recurso cada vez mais frequente à política do poder, ao protecionismo, à coerção e à ameaça ou ao uso da força. Essas tendências representam ameaça à paz e à segurança internacionais e prejudicam a cooperação global, precisamente no momento em que ela se faz mais necessária do que nunca.

Reconhecemos que a interdependência econômica tem sido crescentemente utilizada como instrumento de pressão, com efeitos disruptivos sobre o comércio, as cadeias de suprimentos, os investimentos e o financiamento do desenvolvimento. Ao mesmo tempo, os desafios globais compartilhados, entre os quais a tríplice crise planetária de emergência climática, perda de biodiversidade e poluição, bem como o rápido desenvolvimento de novas tecnologias, em particular a inteligência artificial, exigem cooperação mais robusta e provisão mais eficaz de bens públicos globais.

Hoje, nós, signatários da presente Declaração, nos comprometemos a trabalhar conjuntamente em favor da paz, da estabilidade, do desenvolvimento inclusivo e sustentável, da prosperidade compartilhada, da dignidade humana e dos direitos de todos e todas.

Reafirmamos que o sistema multilateral fundado na Carta das Nações Unidas permanece indispensável. Esse sistema contribuiu para oferecer um marco para a paz, a descolonização, a prosperidade e a dignidade humana. Ele deve, agora, responder a um mundo mais interconectado e complexo, mais disputado e mais multipolar.

Sustentamos a necessidade de defender e fazer cumprir as normas, os princípios e os compromissos que seguem essenciais à ordem internacional e, ao mesmo tempo, renovar e reformar o sistema multilateral, de modo a torná-lo mais eficaz, representativo, inclusivo e adequado a seus propósitos.

Reafirmamos nosso compromisso com o direito internacional e com os princípios da igualdade soberana, da integridade territorial, da solução pacífica de controvérsias e da proibição da ameaça ou do uso da força.

Sublinhamos a importância do direito internacional humanitário, da Declaração Universal dos Direitos Humanos e da promoção e proteção de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais para todos e todas.

Reafirmamos nosso compromisso com a implementação tempestiva de acordos e marcos internacionais fundamentais, entre os quais o Acordo de Paris e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Reconhecemos que as desigualdades crescentes dentro dos países e entre eles representam desafios à estabilidade, à coesão social e ao crescimento inclusivo, devendo ser enfrentadas por meio de esforços conjuntos, inclusive mediante iniciativas como a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza e o Painel Internacional sobre Desigualdade.

Nos comprometemos a fortalecer uma cooperação multilateral aberta, justa, equitativa, inclusiva, articulada e prática, inclusive por meio do estreitamento de parcerias com organizações regionais e do apoio à integração regional.

Concordamos em trabalhar juntos para reformar e fortalecer as instituições multilaterais, em particular as Nações Unidas, por meio de iniciativas como a UN80, de modo que estejam mais aptas a prevenir conflitos, responder a crises, promover o desenvolvimento sustentável, fomentar o comércio justo, proteger os direitos humanos e o Estado de Direito e enfrentar os desafios globais existentes e emergentes.

Apoiamos uma cooperação econômica justa, aberta, resiliente, previsível e inclusiva. Isso inclui cadeias globais de suprimentos mais diversificadas e resilientes, a reforma do sistema multilateral de comércio, o aperfeiçoamento da arquitetura financeira internacional e maior coordenação em matéria de finanças internacionais, transformação digital, inteligência artificial, mudança do clima e saúde global.

Os signatários da presente Declaração estão comprometidos com o fortalecimento do sistema multilateral, inclusive por meio de contatos regulares e abertos a parceiros de todas as regiões do mundo, com vistas a fomentar diálogo, coordenação e cooperação prática.

Hoje, em momento de transformação global e de pressão crescente sobre a ordem internacional, escolhemos a cooperação, o respeito ao direito internacional, o multilateralismo e a responsabilidade compartilhada como fundamentos de nossos esforços coletivos.

Co-patrocinadores: Austrália, Barbados, Brasil, Canadá, União Europeia, Índia e Quênia. *Signatários:* Albânia, Bósnia e Herzegovina, Croácia, Chipre, Finlândia, Guatemala, Liechtenstein, Luxemburgo, Moldávia, Noruega, San Marino, Eslováquia, Espanha, Turquia e Uruguai.

Fonte: Declaração Parceiros pelo Multilateralismo (P4M) — Ministério das Relações Exteriores

Reunião de Alto Nível sobre o Painel Internacional sobre Desigualdade (IPI)

O Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, participou do evento de alto nível sobre o estabelecimento do *Painel Internacional sobre Desigualdade (IPI) (International Panel on Inequality, IPI*, na sigla em inglês), iniciativa promovida por *Brasil,* África do Sul, Espanha e Noruega. O evento contou com a participação dos Ministros das Relações Exteriores de Brasil, África do Sul e Espanha, do Ministro do Desenvolvimento Internacional da Noruega, e da Secretária-Geral Adjunta das Nações Unidas, Amina Mohammed.

Inspirado em painéis científicos como o *IPCC (mudança do clima)* e o *IPBES (biodiversidade)*, o *IPI* visa a reunir especialistas independentes para produzir avaliações

científicas periódicas sobre as causas, tendências e consequências das desigualdades, com o objetivo de subsidiar a formulação de políticas públicas. Durante o encontro, foram destacadas as relações entre desigualdade, crescimento econômico, coesão social, mudança do clima e desenvolvimento sustentável, bem como suas interseções com diferentes formas de discriminação, como as baseadas em gênero e raça.

A iniciativa dá continuidade aos esforços das presidências brasileira e sul-africana do G20, em 2024 e 2025, respectivamente. Em seu discurso de abertura na 81ª AGNU (22/09) o Presidente Lula destacou o IPI como iniciativa voltada à cooperação internacional e ao enfrentamento das desigualdades.

Na opinião destes Cadernos, a criação do IPI oferece ao mundo uma oportunidade de tratar a desigualdade com a urgência, o rigor científico e a cooperação internacional que sua dimensão exige.

Apoio ao leitor saber mais: para assistir o vídeo da sessão da AGNU dedicada ao IPI, acesse: https://webtv.un.org/en/asset/k1h/k1hm0rn4g0. O documento fundacional do IPI se encontra em: https://business.columbia.edu/sites/default/files-efs/imce-uploads/Joseph_Stiglitz/IPI%20Vision%20Statement%20and%20Concept%20Document%20-%20150926.pdf. O documento preparado por Stiglitz sobre o IPI para o G20 da África do Sul se encontra em: https://www.lse.ac.uk/international-inequalities/research/establishing-an-international-panel-on-inequality. Uma análise da articulação acadêmica para o IPI, preparada pela *London School of Economics and Political Sciences* pode ser acessada em: https://www.lse.ac.uk/international-inequalities/research/establishing-an-international-panel-on-inequality**.** A revista *Nature* **657**, 574 (2026) *doi: https://doi.org/10.1038/d41586-026-02885-8* publicou editorial de apoio à iniciativa. *Santiago, Ghosh e Abdenur* publicaram artigo sobre o IPI no *Le Monde Diplomatique Brasil* Desigualdade também é uma escolha — Le Monde Diplomatique defendendo que Brasil pode ter papel central na criação deste painel e que o mesmo é capaz de transformar o conhecimento sobre desigualdades em melhores políticas públicas.

Aliança Global contra a Fome e a Pobreza

Brasil e Espanha copatrocinaram o evento "*Quatro anos restantes: acelerando a ação contra a fome e a pobreza"* por meio da *Aliança Global contra a Fome e a Pobreza,* lançada em 2024, durante a presidência brasileira do G20. O evento reuniu governos, organismos internacionais e instituições financeiras para discutir financiamento, implementação de políticas e ações práticas nos quatro anos restantes para alcançar os ODS até 2030. *Mauro Vieira* destacou que conflitos, mudanças climáticas, preços elevados dos alimentos e a pressão sobre os recursos destinados à cooperação tornam ainda mais necessária a articulação internacional. *Wellington Dias* propôs um modelo de financiamento colaborativo que possa aproximar bancos multilaterais e regionais, fundos, doadores e instituições filantrópicas dos planos nacionais de combate à fome e à pobreza. Tratou também de mecanismos internacionais para reduzir o custo do crédito a pequenos empreendedores, agricultores familiares e cooperativas.
Leia mais em: Aliança Global liderada por Brasil e Espanha defende nova etapa no combate à fome e à pobreza — Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e https://globalallianceagainsthungerandpoverty.org/pt-br/

Brasil participou de diversos eventos na área da saúde durante a AGNU

A participação do Brasil, por meio do *Ministério da Saúde*, também foi intensa em diversas *reuniões sobre saúde* durante a Assembleia Geral.

Reunião de Alto Nível sobre Pandemias Brasil propõe acesso equitativo a vacinas e medicamentos e combate à desinformação

A posição do Brasil na *Reunião de Alto Nível da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre Prevenção, Preparação e Resposta a Pandemias* foi de *apoio à Declaração Política* que estava em debate. Adriano Massuda, representante do Brasil na reunião, defendeu que a preparação para futuras pandemias deve combinar sistemas de saúde fortalecidos com acesso equitativo a vacinas, medicamentos, diagnósticos e outras tecnologias. Ele também destacou a importância da comunicação pública e do enfrentamento à desinformação para fortalecer a confiança da população nas instituições de saúde. Outro ponto central da manifestação brasileira foi a defesa da produção local e regional, da transferência de tecnologia e da diversificação das cadeias de abastecimento como estratégias para reduzir dependências e ampliar a capacidade de resposta dos países.

Nesse contexto, o Brasil defendeu a *conclusão das negociações do anexo sobre Acesso a Patógenos e Repartição de Benefícios (PABS),* vinculado ao *Acordo sobre Pandemias da OMS*. O mecanismo busca associar o compartilhamento de materiais de patógenos e informações sobre suas sequências genéticas à repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes de sua utilização. O Brasil também reafirmou seu compromisso com o *Acordo sobre Pandemias* e com a implementação das alterações do *Regulamento Sanitário Internacional.*

A relação entre a crise climática e os riscos sanitários também esteve entre os temas abordados pelo representante brasileiro, que defendeu que as estratégias de preparação para pandemias incorporem a atenção primária à saúde e sistemas de vigilância resilientes às mudanças climáticas.
Leia mais em: Brasil defende na ONU acesso equitativo a vacinas e medicamentos e combate à desinformação para enfrentar futuras pandemias — Ministério da Saúde

Brasil defende produção regional e acesso equitativo a medicamentos

O secretário-executivo do MS, Adriano Massuda, representou o Brasil no evento *"Liderança Africana e Produção Regional de Medicamentos de Ponta para Aids e Outras Pandemias",* promovido pela UNAIDS. A reunião reuniu representantes de países africanos e parceiros internacionais para discutir estratégias de ampliação da capacidade de produção e do acesso a medicamentos voltados ao enfrentamento da Aids e de outras epidemias e pandemias. O Brasil defendeu a ampliação do acesso a medicamentos e o fortalecimento da produção regional de tecnologias de saúde. O secretário-executivo citou a *Coalizão Global para Produção Local e Regional, Inovação e Acesso Equitativo* https://globalcoalitionforlocalproduction.org/, iniciativa lançada durante a presidência brasileira do G20, que busca fortalecer capacidades produtivas e de inovação, ampliar a cooperação internacional e contribuir para o acesso mais equitativo a vacinas, medicamentos, diagnósticos e outras tecnologias de saúde. Massuda também reforçou a disposição do Brasil em compartilhar sua experiência por meio da cooperação Sul-Sul, especialmente com parceiros africanos, com intercâmbio de conhecimentos e práticas, fortalecimento das capacidades institucionais e formação de profissionais de saúde. Leia mais em: Brasil defende produção regional e acesso equitativo a medicamentos na Semana de Alto Nível da ONU — Ministério da Saúde

Brasil apregoa cooperação e sistemas públicos fortes para ampliar resposta ao HIV

A experiência brasileira de acesso universal e gratuito ao tratamento do HIV pelo SUS, política na qual o Brasil foi pioneiro mundialmente, foi apresentada pelo secretário-executivo do

MS, *Adriano Massuda*, no evento "*De Pioneiro a Construtor do Futuro: um Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids transformado para uma resposta global sustentável ao HIV*", promovido pela *UNAIDS*. O encontro debateu o futuro da resposta global ao HIV e os caminhos para fortalecer sua sustentabilidade. Leia mais em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias-ms/2026/setembro/na-onu-brasil-defende-cooperacao-e-sistemas-publicos-fortes-para-ampliar-resposta-ao-hiv)

Outros eventos de saúde durante a AGNU81

A saúde foi, direta ou indiretamente, objeto de dezenas de eventos, segundo anúncio da OMS, entre eles:

21/09 — *PMNCH 2026: De Promessas a Progressos* — Organizado pela Parceria para a Saúde Materna, Neonatal e Infantil (PMNCH), com a intenção de prestar contas sobre financiamento e compromissos para melhorar a saúde e o bem-estar de mulheres, crianças e adolescentes.

21/09 — *Crise na preparação: laboratórios e prontidão na linha de frente em tempos de Ebola* -O evento reuniu líderes da área da saúde, financiadores e parceiros técnicos para identificar soluções práticas para o fortalecimento dos sistemas laboratoriais como base, tanto para os serviços de saúde de rotina, quanto para a prevenção, preparação e resposta a pandemias.

21/09 — *Estratégias para uma resposta sustentável às DNTs e à saúde mental: 5º Encontro Multissetorial* — O evento reuniu governos, sociedade civil, filantropia e parceiros globais de saúde para promover o financiamento sustentável e ações multissetoriais eficazes no enfrentamento de doenças não transmissíveis (DNTs) e questões de saúde mental.

22/09 — *Evento de Alto Nível sobre Iniciativa de Investimento/Bancos Multilaterais de Desenvolvimento* — Participação da alta liderança da OMS com foco em investimentos em sistemas de saúde, resiliência e desenvolvimento sustentável.

22/09 — *Acabar com a Intoxicação por Chumbo: Um Apelo Global à Ação* — Promovido pela Bloomberg Philanthropies, Coefficient Giving e pela Parceria para um Futuro Livre de Chumbo (Partnership for a Lead-Free Future), o evento reuniu governos, filantropia e parceiros técnicos para acelerar ações contra uma das ameaças à saúde ambiental mais evitáveis do mundo.

22/09 — *Lançamento da Coleção Global "Arts and Health" (Artes e Saúde) do Jameel Arts & Health Lab e da Lancet* — Organizado pelo Jameel Arts and Health Lab, pela Universidade de Nova York e pelo Escritório Regional da OMS para a Europa, o evento buscou explorar as evidências crescentes sobre o papel das artes e da cultura na melhoria da saúde e do bem-estar.

22/09 — *Duas Regiões, Um Futuro: Financiando a Prevenção, Preparação e Resposta a Pandemias para Construir a Segurança Sanitária Global* — Promovido pelos governos da Guiana e do Burundi, com o apoio de parceiros regionais e globais, o evento examinou abordagens de financiamento sustentável para a segurança sanitária e a preparação para pandemias.

22/09 — *Financiamento para a Saúde de Mulheres, Crianças e Adolescentes em Tempos de Austeridade* — Líderes e parceiros exploraram abordagens inovadoras para proteger e ampliar investimentos em saúde em circunstâncias de restrições fiscais.

23/09 — *7ª Reunião Ministerial Anual do Grupo de Amigos da Cobertura Universal de Saúde das Nações Unidas* — Ministros e parceiros discutiram a aceleração do progresso rumo à cobertura universal de saúde e os preparativos para a *Reunião de Alto Nível da ONU sobre Cobertura Universal de Saúde (CUS)* em 2027.

23/09 — *One SCD: Uma Parceria Global para Promover a Equidade e Transformar o Cuidado da Doença Falciforme* — A OMS e parceiros destacarão oportunidades para melhorar o acesso à prevenção, ao diagnóstico e ao tratamento para pessoas que vivem com doença falciforme.

24/09 — *Prevenção, Preparação e Resposta a Pandemias e Mobilidade Humana: De Compromissos Globais à Ação Operacional* — Evento organizado pelo Governo das Filipinas e pela Organização

Internacional para as Migrações, com a OMS entre os copatrocinadores para explorar abordagens práticas para proteger populações em um mundo com mobilidade humana cada vez mais intensa.

25/09 — *Diálogo Presidencial sobre Patógenos de Alto Risco: Da Cooperação Transfronteiriça à Inteligência de Preparação Assistida por IA na África* — Convocado pelo Presidente da República Centro-Africana, pelo Escritório Regional da OMS para a África e por parceiros, com foco na preparação regional e em tecnologias emergentes para inteligência epidemiológica.

Considerações finais

A 81ª sessão da AGNU foi marcada pelas manifestações dos chefes de Estado e de Governo sobre os continuados conflitos em Gaza, Cisjordânia, Líbano, Irã e Ucrânia, ademais dos outros menos visíveis (Haiti, Somália, República Democrática do Congo e países do SAHEL/África); aumento do aquecimento global, com o consequente aumento de deslocamentos migratórios que, por sua vez, aumentam a intolerância e o racismo e alimentam as teses de exclusão social simpáticas à extrema direita. Todos esses fatores acabam bloqueando as agendas progressistas, de que é exemplo a Agenda 2030 e a promessa de um mundo melhor.

Ficou plenamente demonstrada a fratura política entre países e grupos de países que se manifestaram em favor do multilateralismo e aqueles (pouco, mas poderosos) que praticam e preconizam um unilateralismo raivoso e ameaçador. Contudo, as enfáticas declarações em defesa do multilateralismo de organizações do Sul Global (e mesmo da EU, por exemplo) e de países africanos, asiáticos e caribenhos em desenvolvimento, além do Brasil e México na ALC, fizeram o contraponto necessário. A China se somou a este bloco.

A despeito dos esforços de países poderosos de atacar e desmantelar as Nações Unidas, ela se mantém como um espaço vital para a diplomacia multilateral, promovendo diálogo, cooperação e soluções conjuntas para os desafios globais, reafirmando seu papel como plataforma central de debate e ação internacional, particularmente por meio da sua Assembleia Geral. A robusta agenda a ser desenvolvida é clara demonstração disso. E também na saúde, como se pode confirmar no elenco de eventos realizados.

Desafios do multilateralismo: Resgatar a confiança e governar a reforma das Nações Unidas[1]

Desafíos del multilateralismo: Rescatar la confianza y gobernar la reforma las Naciones Unidas

Challenges of multilateralism: Restoring trust and managing the reform of the United Nations

Santiago Alcázar

Resumo: O tema da 81ª sessão da AGNU é 'Resgatar a confiança e governar a reforma'. O tema é pertinente ao momento que vive a Organização em meio a críticas vinda de toda parte. Com efeito, após 81 anos, a Organização dá sinais de envelhecimento: perda de agilidade, peso excessivo da burocracia, perda de foco e duplicação inútil de esforços. Espera-se que retoques aqui e acolá, tratar das infiltrações, arejar, fazer rearrumações, realizadas pelos Estados membros – serão suficientes para restaurar a confiança. As causas para a desconfianças, no entanto, são outras. Conflitos e IA dominaram as falas no debate geral da 81ª AGNU. O perigo de uma conflagração nuclear nunca foi tão real. O mesmo pode dizer-se com respeito à IA, segundo os próprios CEOs de companhias que a desenvolvem.

Resumen: *El tema de la 81ª sesión de la AGNU es: Rescatar la confianza y gobernar la reforma. El tema tiene que ver con momento crítico que vive la Organización en medio de críticas que le llegan de todas partes. Con efecto, después de 81 años la Organización dá señales de envejecimiento: perdida de agilidad, peso excesivo de la burocracia, perdida de foco e duplicación inútil de esfuerzos. Se espera que retoques aquí y allá, tratar de las infiltraciones, airear, hacer cambios, todas, realizados por los Estados miembros – serán suficientes para traer de vuelta la confianza. Las causas para la desconfianza, sin embargo, son otras. Conflictos y el tema de la IA dominaron las intervenciones en el debate general de la 81ª AGNU. El peligro de un conflicto nuclear nunca fue tan real. Lo mismo se puede decir con respeto a la IA, según los proprios CEOs de las compañías que la desarrollan.*

Abstract: *The theme of the 81st session of the UNGA is: Restoring trust and managing the reform of the United Nations. The theme is pertinent in light of the overwhelming criticism being directed to the Organization. It is true that at 81 years, the Organization shows signs of old age: loss of agility, bureaucratic overweight, loss of focus, overlapping. It is assumed that retouching, here and there, fix leaks, change this and that – everything done by State members – will bring back trust. The causes that lead to mistrust are however of another kind. Conflicts and AI where present is most if not all the speeches during the 81st UNGA general debate. The present danger of a nuclear conflagration has never been more true. The same can be said with respect to AI, according to CEOs of companies responsible for its advancement.*

[1] Texto utilizado pelo autor no Seminário Avançado '*Geopolítica e Saúde na Assembleia Geral da ONU 2026*', dia 30/09/2026. Acesso: https://youtube.com/live/fh0r4FAgdIY?feature=share

Desde 2002, os presidentes eleitos da AGNU sugerem um tema para o debate geral, que costuma ser o 8º ponto da agenda[2].

O debate geral é ocasião para que os líderes mundiais, aproveitando a plataforma política universal oferecida pela Organização das Nações Unidas, tragam à luz suas respectivas visões de mundo.

O tema proposto serve para estruturar as intervenções e dar-lhes um sentido comum. O tema da 81ª sessão ordinária da AGNU é: *Resgatar a confiança e governar a reforma das Nações Unidas.* Este texto divide o tema nas duas propostas a partir de uma síntese pessoal dos pronunciamentos.

Conflitos e Inteligência Artificial estiveram em praticamente todas as falas de maneira proeminente. Não há dúvida de que são os dois assuntos que mais preocupam os líderes agora.

O Conselho de Segurança realizou na mesma quarta-feira, dia 23, duas reuniões sobre o tema: 1) A perigosa nova fase na guerra na Ucrânia; 2) As magníficas potencialidades e os enormes riscos encerrados na IA.

Como se encaixam essas duas preocupações no resgate da confiança? Esse é o primeiro ponto que quero explorar.

A principal crítica que se faz às Nações Unidas é o seu envelhecimento. Criada em 1945, desconfia-se que a Organização não estaria, supostamente, à altura dos desafios de hoje. Acumulação de mandatos que perderam urgência, inchaço da burocracia, duplicação de esforços, perda de agilidade, demora em agir. Esses são alguns dos problemas apontados pelos críticos da Organização.

É evidente que a Organização de 81 anos tem que fazer mudanças necessárias para sanar aqueles, e eventualmente outras dificuldades. Ainda que haja consenso com respeito à necessidade de reforma, a arrumação da casa por si só não vai nos levar de volta ao paraíso. A razão é simples: diferentes grupos têm diferentes motivos de descontentamento.

As potências fundadoras ocidentais percebem que o projeto de 1945 tornou-se uma camisa de força. Países da África e alguns países da Ásia se dão conta que a Organização não lhes atende. Países da América Latina sentem frustração com o atraso do prometido desenvolvimento. Países do Oriente Médio são palco de conflitos intermináveis.

Todos têm razão, mas esquecem que para ordenar o mundo conforme os princípios e valores da Carta é preciso submeter-se ao direito internacional e cumprir as promessas inscritas nos 3 pilares da Organização: paz e segurança, direitos humanos e desenvolvimento.

As potências fundadoras sempre se mostraram elásticas com respeito aos princípios e valores por elas propagados como civilizatórios, bem como com as promessas inscritas nos 3 pilares. A história das independências é suficientemente eloquente para argumentar que a desconfiança deve ter nascido com ela.

Insultos à ONU, acompanhados de saídas intempestiva de agências especializadas, são instâncias de rompimentos com compromisso assumidos por Estados membros. A desconfiança

[2] https://docs.un.org/en/A/81/150

tende aumentar com decisões unilaterais, legitimando ações à margem do que seria de se esperar. O uso marginal, i.e., bandido, das redes sociais, desprovidas de filtros, quando usada por líderes internacionais é uma consequência daqueles rompimentos e não deve surpreender.

A consequência, no entanto, é inescapável: desconfiança com um sistema "arcaico" que não responde, ou tarda em responder, à graves questões que reclamam consenso para o encaminhamento de respostas aos desafios. A solução de controvérsias pode ser demorada e complicada, mas é indispensável para manter as nações unidas em torno ao um projeto comum.

Talvez o caso mais emblemático de desrespeito ao direito internacional e à Carta seja a aparente inação da Organização relativa à política que Israel mantém com respeito à Palestina, desde 1948. Alguns dirão que não há razão para depositar confiança em uma Organização incapaz de refrear a brutalidade praticada a diário. Não teriam razão, no entanto, uma vez que, tanto o Conselho de Segurança quanto a AGNU adotaram resoluções condenatórias sobre o assunto.

O problema não é a Organização, mas o comportamento marginal de Estado membro permanente do CS que age como pai que atura, aos olhos do mundo, todas as barbaridades do filho contra o direito internacional, inclusive a prática de genocídio, e ainda sanciona quem o condene. O problema ainda é agravado pelas tias velhas e velhos tios que fazem o mesmo, mas com irrefreável hipocrisia. Basta ler os relatórios de Francesca Albanese, a relatora especial das Nações Unidas para os territórios ocupados da Palestina, ameaçada, acusada e condenada por diversos países "civilizados".

A mensagem é clara: alguns, mais avançados, não precisam sujeitar-se aos compromissos universais abraçados no momento de adesão à Carta. Mais desconfiança!

Durante a epidemia do HIV-AIDS, África foi o continente mais afetado. Os primeiros antiretrovirais surgiram no final de década de 1980 e início de 1990. O Acordo TRIPS entrou em vigor em 1995 para todos os produtos, inclusive os de saúde. Versões genéricas de baixo custo de ARVs foram proibidas pelo Acordo. O resultado foi trágico para pacientes que não podiam pagar o preço abusivo imposto pelos laboratórios.

A Declaração de Doha, de 2001, procurou sanar essa dificuldade mediante a adoção de flexibilidades, tão difíceis de serem aplicadas, que na prática tornam-se letra morta. Os países mais impactados pela epidemia entenderam que o sistema de comércio internacional, criado pelos Estados membros da ONU, não é confiável, ao menos quando se trata de epidemias e seguramente muito menos quando houver pandemia, como a Covid-19.

Atualmente está em discussão o anexo PABS (Acesso a Patógenos e Repartição de Benefícios) do Acordo sobre Pandemias, adotado pela OMS em 2025. O anexo PABS é crítico para o êxito do Acordo. Em síntese consiste na concordância de envio rápido de material genético de patógenos com potencial pandêmico aos grandes laboratórios. Em contrapartida, os grandes laboratórios enviariam de volta àqueles remetentes, testes diagnósticos, vacinas e medicamentos produzidos a partir das amostras, de maneira justa e equitativa, claro.

Em 25 de setembro realizou-se a 2ª reunião de Alto Nível da AGNU sobre preparação, prevenção e resposta a pandemias. EUA e UE foram categóricos em rejeitar a prioridade de saúde sobre a propriedade intelectual, não obstante existirem razões para crer na possibilidade de surgimento de nova pandemia. O anexo PABS, como se vê, "no pasará".

Por que, de fato, confiar em uma Organização em que Estados membros mais protegidos agem contra as necessidades de Estados membros menos protegidos e nada é feito para corrigir essa atitude marginal?

Críticas semelhantes poderiam ser levantadas com respeito ao aquecimento global e as suas severas consequências, uma vez que os países que menos contribuem com a emissão de gases de efeito estufa são os mais prejudicados pela não implementação de recomendações cientificamente acertadas.

Ou ainda, com respeito a injustiça de um sistema financeiro internacional que não somente favorece aos que têm mais, mas penaliza aos que têm menos em escala crescente, como se pode observar pelo gap gritante de inequidades entre os países. É preciso recordar que o Banco Mundial e o FMI fazem parte do Sistema Nações Unidas e, assim, deveriam alinhar suas ações e recomendações pela lógica e o espírito dos valores e princípios da Carta.

As roupagens da desconfiança, como vimos, são variadas e distintas, mas têm em comum um ponto: todas provém do mesmo pano marginal, que são as políticas e as ações unilaterais movidas por interesses particulares. É preciso entender que a Organização das Nações Unidas é o foro universal para que os países busquem, por meio do diálogo e o bom entendimento, soluções para questões que impactam a todos, com base no bem-comum.

Pode ser que existam outras causas para a desconfiança, mas as mencionadas acima são decisivas. O que disseram os líderes com respeito ao apelo para resgatar a confiança?

Talvez a questão pudesse ser formulada de outra maneira: o que se espera das Nações Unidas é realista à luz das capacidades a ela conferidas pelos Estados membros? Formulada dessa maneira, a questão parece recair sobre escolhas: descartar o que não mais seria necessário; criar o que for preciso para fazer frente aos novos desafios.

Não há consenso sobre esse assunto delicado, mas todos falam em reformar, de alguma ou outra forma. O essencial é não perder a floresta pelas árvores. Onde há consenso é no ideal de uma Organização que desempenhe um papel ativo na solução de conflitos, com um olho no Conselho de Segurança.

Ampliar o número de assentos no CS; acionar a AGNU quando o CS for paralisado pelo veto — são algumas das ideias ventiladas. As políticas e ações marginais, i.e., de Estados membros dispostos a quebrar acordos e compromissos para servir aos seus próprios interesses, não serão refreadas por reformas adjetivas. Esperar que assim fosse seria equivalente a esperar que bandidos se sensibilizem com a nova arrumação da casa.

É preciso entender que os dois documentos mais importantes da política norte-americana recente — *National Security Strategy*, de novembro de 2025 e *National Defense Strategy*, de janeiro de 2026 — estabelecem o que o uso da força pode fazer. *A força será usada porque se pode*, porque sim, não necessariamente porque é preciso à luz de alguma decisão do CS. Esse é o ponto crucial. Enquanto predominar a lógica do *uso da força porque se pode* não se poderá ter nenhuma segurança sobre a validade de acordos ou compromissos.

O uso da força porque se pode não é nenhuma novidade, sempre foi assim por parte dos que detêm força, por isso os exemplos de políticas e ações marginais. O novo é a admissão sem-vergonha dessa prática, porque também se pode ser sem-vergonha porque se pode. É o famoso *faço porque posso, e daí*?

A questão da reforma, como se pode ver pelas falas no debate geral, não foi mencionada senão por meio de generalidades que não tocam no principal: o pendor marginal dos que têm força.

Nada disseram, por exemplo, sobre as políticas e ações que inviabilizam o bem-comum e acentuam as inequidades em todas as áreas, desde meio ambiente, energia, produção e consumo, entre outras.

Tampouco trataram da urgente necessidade de transformar a arquitetura financeira internacional, essencial para frear e reverter as imensas desigualdades, bem como para levar adiante a plena implementação da Agenda 2030 e de seus ODS, que apresentam um gap financeiro de US$ 4,5 trilhões, por ano.

Sobre os ODS é preciso fazer justiça e dizer que desde 2015, quando foram lançados, quase 1 bilhão de pessoas ganharam acesso a água potável. A eletricidade alcança hoje 92% da população mundial e o acesso à Internet passou de 40% a 74%. Há mais crianças saudáveis, mais proteção a meninas e mulheres. Há avanços, enfim, ainda que reste muito a fazer.

As críticas às Nações Unidas são injustas ademais, pois não passa um só dia sem que se realizem mostras de cuidado e de solidariedade sob o fogo real de soldados regulares. As imagens de violência contra a UNRWA e outras agências estão aí como evidências ante uma corte de justiça.

A prática de políticas e ações marginais, como a matança de civis, somente será evitado quando as sociedades, indignadas contra a desumanização, se levantarem contra os governos que as levam a cabo. Não basta indignar-se contra governos marginais. É preciso ir além é questionar as sociedades que os elegem e os aplaudem.

É preciso recordar as primeiras palavras do preâmbulo da Carta: *Nós, os povos*. Cabe às sociedades, não somente aos governos, a responsabilidade pela construção de um mundo mais humanizado.

Conflitos e Inteligência Artificial estiveram em praticamente todas as falas de maneira proeminente, como se disse no início.

Existem atualmente mais de 60 conflitos. Todos são bárbaros, mas o que pode resultar em um conflito nuclear é a guerra na Ucrânia. É um cliché dizer que a primeira vítima em uma guerra é a verdade.

Alguns dizem que a Rússia já perdeu e respira por aparelhos facilitados pelo regime. Outros dizem que a Ucrânia já perdeu e respira por aparelhos facilitados pela Europa. Os primeiros acusam a Rússia de ter invadido a Ucrânia sem motivo. Os segundos contra-argumentam que a guerra foi resultado do propósito de instalar a OTAN na Ucrânia, último bastião protetor. A Rússia, naturalmente, deve ter-se sentida ameaçada pela possibilidade de um cerco militar.

Países ocidentais acusam Rússia de não democrática, insinuando que talvez seja necessário estimular mudança de regime. Russos dizem que pretendem derrotar o regime nazista de Kiev, que persegue as minorias russas na Ucrânia. As contradições saltam à vista. Ocidentais defendem o regime nazista de Kiev. A Rússia defende a proteção de minorias.

Países ocidentais promovem russofobia nas mídias com o propósito de condenar e injuriar qualquer coisa relacionada à Rússia. Rússia acusa o ocidente de agir como regime de exceção.

É fato que ainda há a pretensão de derrotar a Rússia no campo de batalha. É fato que a Rússia ocupa 20% do território ucraniano. Para os que mantém aquela pretensão, acordo de paz aceitável é o que prevê desocupação e responsabilização, i.e., uma espécie de volta ao status quo ante. Para os segundo isso é inadmissível.

Posições diametralmente opostas não são novidade na história. O novo é a irresponsabilidade por parte dos europeus de armar o regime de Kiev para atacar a Rússia com a ideia de a exaurir. Antes que isso aconteça, contudo, a Rússia se sentirá existencialmente ameaçada e aí tudo pode acontecer, inclusive o avanço para um desfecho nuclear. Esse é o quadro da situação com respeito aos conflitos em andamento.

Com relação à Inteligência Artificial, o outro assunto presente em todas as falas, não faltaram palavras para elogiar o avanço tecnológico e felicitar as suas imensas possibilidades para o bem da humanidade.

O que preocupa é com relação aos riscos envolvidos na IA fora de controle, como ressaltado pelos convidados à reunião do CS: i) Yoshua Bengio, Presidente do Painel Independente da ONU sobre IA; ii) Sam Altman, CEO da OpenAI; iii) Dario Amodei, CEO da Anthropic; Clement Delangue, CEO da Hugging Face – importantes atores no desenvolvimento da IA.

Segundo Dario Amodei, há 4 anos, a IA apenas podia escrever uma linha de código para resolver problemas de matemática ginasial. Hoje, produz a maioria dos códigos da empresa e encontra solução para problemas de matemática pura ainda não resolvidos. Em pouco mais de 1 ano, o poder da IA poderia ser equivalente ao de um país inteiro, imaginário, de gênios.

Segundo Sam Altman, à medida que os sistemas de IA se tornam mais autônomos, as instituições serão incapazes de acompanhar o seu avanço e não mais poderão exercer controle. O que mais preocupa é alcançar, em pouco tempo, nível crítico de auto melhoramento, ou como se diz no jargão, *auto melhoramento recursivo.*

O risco do *automelhoramento recursivo* é algo que parece não haver sido percebido em profundidade pela maioria dos líderes. Em última análise, significa que depois de um certo ponto a intervenção humana não é mais necessária. As consequências dessa possibilidade são inimagináveis.

Os que viram *2001, uma Odisseia no Espaço*, filme de Stanley Kubric, de 1968, poderão imaginar o que uma superinteligência artificial poderá fazer, antes de 2030, data para alcançar os ODS da Agenda 2030. E não haverá Dave para desconectar o sistema, porque o sistema não mais poderá ser desconectado[3].

Sob o tema "Restaurar a confiança, governar a reforma", deu-se início à 81ª sessão da AGNU. Os líderes não se ativeram ao tema. Nenhum deu sinal de haver entendido as distintas

[3] O leitor curioso poderá ver o clip "*Open the pod bay door, HAL*" do filme no Youtube https://www.youtube.com/watch?v=NqCCubrky00&t=12s

causas para a desconfiança com a Organização, necessário para tentar resgatá-la. Não parece haver consenso sobre o que significa realizar a tão decantada reforma que, evidentemente, não pode restringir-se a aspectos burocráticos que, se resolvidos, trariam de volta o "paraíso" do ideal de uma Organização voltada para o bem-comum, desenvolvida com as potencialidades da solidariedade e da cooperação. Poucos parecem ter-se sensibilizado com os riscos encerrados na IA. Alguns agem com o mesmo fervor negacionista que demonstram com respeito à mudança de clima e o aquecimento global. Negacionismo que talvez tenha o mesmo parentesco com aquele que faz possível o genocídio do povo palestino, como tantos outros.

Enfim, foi assim a 81ª sessão da AGNU.

Está ainda pendente a eleição do próximo SG, que certamente será mulher de nossa região.

Merece registro o trecho final da fala do Secretário-Geral, Antônio Guterres, que deixará o seu cargo em 1º de janeiro de 2027. Guterres foi um bom SG, sempre fazendo-se ouvir nos momentos mais difíceis. O SG não pode parar tudo como guarda de trânsito. A única arma que dispõe é a voz para mostrar indignação, usada incontáveis vezes durante o seu mandato de 10 anos. As palavras de Guterres que seguem são um testemunho da importância das Nações Unidas e da necessidade de ater-se a ela, não importa a dificuldade, às vezes, intransponível à primeira vista. Devem servir de inspiração para contrapor-se ao pessimismo da razão de seus críticos:

> *O poder maior não é o da dominação.*
> *É o poder de construir um futuro que sirva a todos*
> *Nosso futuro compartilhado será forjado pela capacidade de a humanidade governar o poder com sabedoria.*
> *Defender o cumprimento da lei antes que a impunidade seja normalizada.*
> *Acabar com guerras antes que elas acabem com as gerações vindouras.*
> *Enfrentar desigualdades antes que as sociedades se despedacem.*
> *Acelerar a ação climática antes que alcancemos o ponto de não retorno.*
> *Governar a IA antes que ela nos governe.*
> *Esse é o desafio da AGNU, das Nações Unidas, bem como de toda a humanidade.*
> *Há 80 anos, frente à catástrofe mundial, a ONU foi criada como um ato de desafio.*
> *Com a resistência de pessoas que se recusaram a entregar o futuro ao medo.*
> *Com a resistência de pessoas que não aceitavam o auto derrotismo, segundo o qual nada se contrapõe ao poder.*
> *Com a resistência de países que sabem que os nossos futuros estão ligados.*
> *Com a resistência da esperança.*
> *Vou continuar com esse mesmo espírito de determinação pelos próximos 100 dias.*
> *O compromisso com os valores e princípios da Organização não começa com um mandato.*
> *E tampouco com ele acaba.*
> *O compromisso com valores e princípios é maior que o cargo e dura para sempre.*
> *Assim, em 1º de janeiro, quando eu não mais for SG, estejam seguros de que onde quer que eu esteja, seja o que for que esteja fazendo, estarei aí, defendendo que a paz é possível.*
> *Que a dignidade humana é universal.*
> *Que o poder da lei deve sobrepor-se ao poder da força.*
> *E de que valer a pena lutar por nosso futuro comum.*
> *Continuarei a defender os valores da Carta das Nações Unidas.*
> *E nunca, nunca vou desistir.*

Discurso do Secretário Geral, António Guterres, na Abertura da 81ª Assembleia Geral das Nações Unidas[1]

Nova York, 22 de setembro de 2026



Senhor Presidente, Excelências, Senhoras e senhores,

As linhas de fratura do nosso mundo estão se alargando. Fissuras transformaram-se em cânions.

Na última década, guerras eclodiram com consequências devastadoras e se prolongaram com uma crueldade desprezível. Civis foram alvos. Direitos humanos, atropelados. A fome, usada como arma. Trabalhadores humanitários, mortos. O direito internacional, deixado de lado.

As divisões geopolíticas se aprofundaram. As desigualdades se intensificaram. A confiança se desgastou.

A crise climática deixou de ser um alerta distante para se tornar uma realidade cotidiana.

E a inteligência artificial avançou a uma velocidade que surpreendeu até mesmo aqueles que a criaram.

Não se trata de crises isoladas. São capítulos da mesma história. A história do poder. Quem o detém. Quem ele é negado. Como ele é utilizado. E como ele está mudando.

Excelências,

O poder está sendo remodelado de três maneiras fundamentais.

Primeiro, entre os Estados. Novos centros de influência econômica, política e tecnológica surgiram.

Segundo, testemunhamos uma transferência extraordinária de poder dos governos para um punhado de corporações privadas e indivíduos. Sua influência agora se estende pela política, pelas economias, pelos fluxos de informação, pelo desenvolvimento tecnológico e pelo espaço cívico do qual as sociedades dependem.

E, terceiro, os seres humanos estão cada vez mais transferindo poder para as máquinas — com agentes de inteligência artificial agindo de forma incontrolável e armas autônomas letais passando da ficção científica para a realidade militar.

No entanto, nossas instituições e sistemas de governança global continuam a refletir as realidades de poder e os interesses de uma era em grande parte superada. Esse é o desafio decisivo que temos pela frente. Justo quando a humanidade enfrenta uma convergência sem precedentes de ameaças, nossos mecanismos de ação coletiva estão sob crescente pressão.

Excelências,

Estamos claramente caminhando para um mundo multipolar. E esse movimento é irreversível.

Mas há diferentes formas de essa multipolaridade ganhar corpo. Uma possibilidade é um mundo de fragmentação e transacionalismo. Um mundo de tensões crescentes e desconfiança cada vez maior. De

[1] Discurso completo disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/leia-na-integra-o-ultimo-discurso-de-antonio-guterres-na-assembleia-da-onu/. Assista ao vídeo em:

mercados fraturados e instituições enfraquecidas. De cooperação em declínio e cálculos de soma zero. Em muitos aspectos, essa é a trajetória que seguimos hoje.

Mas existe outro caminho.

Um caminho rumo a uma multipolaridade em rede. Um mundo construído sobre a interdependência – e sustentado por uma densa rede de conexões econômicas, políticas, sociais e tecnológicas. Um mundo no qual múltiplos centros de influência coexistem dentro de uma estrutura comum de direito internacional e regras compartilhadas. Um mundo assim pode nos ajudar a evitar tendências hegemônicas e o que chamei de 'Grande Fratura': a divisão do mundo em dois blocos rivais com sistemas econômicos, tecnológicos e de segurança separados. Em mundo em rede reconhece que nenhuma potência consegue resolver sozinha os desafios de hoje. É claro que a competição continuará sendo uma característica permanente das relações internacionais.

Mas competição não significa confronto. Uma competição saudável pode impulsionar a inovação, fortalecer a resiliência e ampliar oportunidades. Mas apenas quando opera dentro de estruturas que preservam a estabilidade e possibilitam a cooperação onde ela é indispensável.

Construir tal futuro começa com o reconhecimento, especialmente por parte das superpotências, de que seu poder não é tão "super" assim. Seu poder tem limites.

Os acontecimentos dos últimos anos deixaram isso inequivocamente claro. O poder militar, por si só, não pode garantir a paz. O poder econômico, por si só, não pode assegurar a estabilidade. E o poder tecnológico, por si só, não pode garantir a segurança. Um mundo multipolar em rede pode criar as condições para uma resolução de problemas globais mais equilibrada e representativa. Mas isso exige um sistema multilateral centrado na ONU que seja equilibrado e representativo. Instituições fortes e eficazes que reflitam as realidades e o peso relativo — em constante mudança — dos países e economias no mundo atual; não os arranjos de poder de 80 anos atrás.

Felizmente, não estamos começando do zero. Já temos uma base vinculante: a Carta das Nações Unidas. E os princípios que lhe dão vida. A primazia do direito internacional. A defesa da dignidade humana. E a busca pela justiça em todas as suas dimensões. Esses são os pilares para o exercício eficaz, legítimo e responsável do poder no século XXI.

Excelências,

A questão resume-se a isto: Agiremos para garantir que o poder seja regido pelo direito ou pela força? Pela cooperação ou pela coerção? Pela responsabilidade para com os jovens e as gerações futuras ou pela indiferença ao destino deles? Pois os desafios definidores da nossa era não estão dissociados da questão do poder. Elas são expressões disso. E determinarão se deslizaremos ainda mais para a divisão e a instabilidade – ou se avançaremos rumo à cooperação, à justiça e à segurança coletiva.

Olhando para o futuro, ele será moldado pela forma como enfrentarmos quatro grandes testes de poder: O poder sobre a guerra e a paz. O poder que concentra riqueza e impulsiona desigualdade. O poder que alimenta o caos climático e a guerra contra a natureza. E o poder desencadeado pela inteligência artificial.

Excelências,

O primeiro grande teste de poder no século XXI é a paz e a segurança.

A paz é muito mais do que a ausência de conflito. É a presença da contenção do poder pela lei. É o reconhecimento, consagrado na Carta da ONU, de que a força não pode ser o árbitro final sobre quais vidas, direitos e futuros importam. Hoje, esse princípio está sob profunda pressão. Em todo o Oriente Médio, os conflitos estão se multiplicando em cascata. Os chamados cessar-fogos não passaram de "focos de incêndio menores" – com civis continuando a pagar o preço.

Já basta. Apelo aos líderes nesta sala para que aproveitem ao máximo esta semana de alto nível em prol da desescalada e do diálogo. Juntos, vamos enviar uma mensagem clara a partir deste plenário:

Os combates devem cessar. A ajuda humanitária deve fluir. E os direitos e liberdades de navegação devem ser plenamente restaurados, em conformidade com o direito internacional. Em meio à turbulência que assola a região, não podemos perder de vista a situação devastadora no Território Palestino Ocupado. Já se passaram quase três anos desde os abomináveis ataques terroristas do Hamas em 7 de outubro.

O que se seguiu foi uma ofensiva contra os palestinos em Gaza, com uma escala de mortes e destruição sem precedentes em todos os meus anos como Secretário-Geral. A Corte Internacional de Justiça emitiu medidas provisórias juridicamente vinculativas no caso intitulado: "Aplicação da Convenção sobre a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio na Faixa de Gaza". Em um parecer consultivo no ano passado, a Corte deixou claro que as Nações Unidas precisam ter permissão para cumprir seus mandatos em Gaza – e que nossa equipe e o pessoal humanitário devem ser protegidos. Todas as partes devem cumprir o direito internacional e as ordens da Corte. Enquanto isso, a violência, o deslocamento e a expansão de assentamentos na Cisjordânia Ocupada estão destruindo o caminho para a paz e levantando o espectro da limpeza étnica. Não podemos permitir que a solução de dois Estados desapareça diante de nossos olhos. Na Ucrânia, a invasão em larga escala pela Rússia submeteu um país soberano a uma guerra brutal, em flagrante violação da Carta. Civis continuam sendo mortos longe das linhas de frente.

Principalmente na Ucrânia, mas também mais recentemente em partes da Rússia, residências, sistemas de energia e água e meios de transporte têm sido alvo de ataques repetidos, ameaçando as cadeias de abastecimento de alimentos e energia em nível global.

No Sudão, uma guerra pelo poder puro, alimentada por atores externos, transformou-se em uma guerra contra civis. Milhões de deslocados. A fome se alastrando. Drones atingindo hospitais e casas. Violência sexual e ataques de motivação étnica em escalada. E um país sendo dilacerado enquanto o mundo desvia o olhar.

E em Mianmar, outra crise corre o risco de sair do radar global — com o aumento da violência, deslocamentos em massa e a expansão do crime transnacional.

Excelências,

Estes e tantos outros conflitos mostram o que acontece quando o poder sai de controle, a força supera a diplomacia, os orçamentos militares disparam e a responsabilização é deixada de lado.

O teste diante de nós é saber se o poder será exercido em conformidade com a lei — ou à margem dela.

Precisamos passar nesse teste. Devemos defender a Carta sem dois pesos e duas medidas. Proteger civis sem exceções. Garantir acesso humanitário sem obstruções. Proteger o pessoal humanitário sem falhas. Promover a não proliferação nuclear e o desarmamento sem demora. E exigir responsabilização sem medo ou favorecimentos.

Devemos também reforma o Conselho de Segurança para que ele reflita o mundo atual, com a legitimidade e a eficácia que os desafios de hoje exigem. O Conselho de Segurança foi concebido no pós-Segunda Guerra Mundial. Mas o mundo mudou fundamentalmente desde então. Uma mudança que está longe de ser refletida no Conselho de Segurança. O exemplo mais gritante é a África. Quando a ONU foi fundada, a maior parte da África ainda estava sob domínio colonial. Hoje, a África ainda não possui assento permanente no Conselho. Um Conselho de Segurança do século XXI sem representação africana permanente é injusto e indefensável. Isso precisa mudar.

Excelências,

O segundo teste do poder é a desigualdade.

A desigualdade é frequentemente apresentada como um problema econômico. É um problema de poder. Poder sobre oportunidades, recursos, voz. Nunca a humanidade possuiu tanta riqueza, conhecimento e capacidade tecnológica. Contudo, para bilhões de pessoas, o progresso permanece fora de alcance. Eles veem a prosperidade ao seu redor, mas não em suas próprias vidas. Dizem-lhes que a globalização expande horizontes, mas eles vivenciam a exclusão. Prometem-lhes que a tecnologia abrirá novas

possibilidades, mas muitos temem que ela tire seus meios de subsistência. Enquanto isso, bilhões de pessoas ainda vivem sem o essencial contido nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: alimentação, água potável, educação, trabalho decente, cuidados de saúde, dignidade.

Excelências,

Nenhum país deveria ter negado um futuro sustentável por estar do lado errado de um sistema financeiro profundamente desigual. No entanto, tantos no mundo em desenvolvimento estão sendo esmagados por uma dívida insustentável. Atingidos por desastres pelos quais pouco fizeram para causar. E excluídos do acesso a financiamento acessível. É por isso que criamos espaços políticos para avançar a reforma da arquitetura financeira internacional. Este não é um debate técnico, mas uma questão de representação, equidade e poder. Para um alívio da dívida oportuno, eficaz e justo.

Para Bancos Multilaterais de Desenvolvimento maiores, mais arrojados e mais bem equipados para fornecer financiamento de longo prazo acessível em grande escala e alavancar massivamente o financiamento privado. Para que os Direitos Especiais de Saque beneficiem os países que mais precisam deles.

Excelências,

Nenhuma discussão sobre a desigualdade pode ignorar sua forma mais universal: a desigualdade entre mulheres e homens. Em todos os lugares, mulheres e meninas continuam a enfrentar discriminação, violência, exclusão e abusos. Ao redor do mundo, seus direitos estão sendo retrocedidos. Suas vozes silenciadas. Seus corpos transformados em campos de batalha. E suas liberdades tratadas como moedas de troca. Isso é uma indignidade – e um profundo desperdício para a humanidade. A paz é mais duradoura quando as mulheres estão à mesa. As economias são mais dinâmicas quando as mulheres têm oportunidades iguais. As sociedades são mais resilientes quando as meninas podem aprender, liderar e viver livres do medo. E as instituições são mais eficazes quando o poder é compartilhado de forma igualitária. Ao longo da última década, alcançamos um marco enorme.

Tenho o orgulho de lhes relatar hoje que as Nações Unidas alcançaram a paridade de gênero pela primeira vez na história em toda a alta liderança... em todas as sedes... e em todo o quadro profissional internacional. Isso aconteceu porque removemos barreiras, desafiamos premissas e nos recusamos a aceitar que o poder deva ter a mesma aparência de sempre.

Em cada etapa, nunca comprometemos a qualidade e a competência. A igualdade não é um sonho. É uma decisão. Se as Nações Unidas podem mudar, os governos também podem. Os Parlamentos também podem. As empresas também podem. Os processos de paz também podem. E esta Assembleia Geral também pode.

Excelências,

O terceiro grande teste do poder é a crise climática.

Em muitos aspectos, é o desequilíbrio de poder intergeracional mais profundo de todos. Uma geração consumindo o futuro da próxima. Um grupo lucrando, enquanto aqueles que menos têm responsabilidade sofrem primeiro e mais gravemente. Há três anos, nas montanhas do Nepal, soei o alarme sobre o derretimento acelerado das geleiras – alertando que os telhados do mundo estão desabando. Alguns descartaram tudo isso como um exagero dos perigos. Mas – como eventos trágicos têm demonstrado – os impactos estão chegando mais cedo, atingindo com mais força e se espalhando para mais longe do que muitos antecipavam. Agora enfrentamos uma violação quase certa do limite de 1,5 grau, com um El Niño de grandes proporções avançando diretamente contra a humanidade.

Os perigos são reais. Mas a esperança também é. A última década impulsionou uma das mudanças de poder mais promissoras do nosso tempo. A ascensão da energia limpa. O sol não pertence a ninguém. O vento não pode sofrer embargos. A inovação pode vir de qualquer lugar. Trata-se de um reequilíbrio profundo das relações de poder. As energias renováveis são agora a fonte mais barata de nova

eletricidade na maior parte do mundo. E o caminho mais viável para a segurança energética, a independência e o crescimento sustentável.

Excelências,

Um futuro além dos combustíveis fósseis está à vista. A questão é como. Será uma transição justa e ordeira, construída sobre a cooperação internacional — ou caótica e dispendiosa, deixando pessoas e países para trás?

Hoje, me dirijo a todos os governos para que adotem um plano nacional de transição para o fim dos combustíveis fósseis alinhado com o limite de 1,5 grau, com cronogramas claros e proteção para os trabalhadores e comunidades afetados. Sabemos que os interesses dos combustíveis fósseis não se afastarão por conta própria. Por décadas, as grandes empresas de petróleo trataram a atmosfera como um esgoto a céu aberto – e lucraram com as consequências. Desde a invasão da Ucrânia pela Rússia, cinco grandes empresas petrolíferas ocidentais embolsaram quase meio trilhão de dólares em lucros. Compare isso com apenas 34 bilhões de dólares em financiamento público internacional para adaptação destinados aos países em desenvolvimento no último ano relatado.

Enquanto isso, cidadãos comuns estão pagando mais por energia, alimentos e seguros. Já vimos esse tipo de abuso de poder antes. Quando os danos das grandes empresas de tabaco se tornaram inegáveis – os governos agiram. A crise climática exige a mesma determinação. Aqueles que mais poluíram – e mais lucraram – devem fazer muito mais para reparar os danos que causaram.

Os poluidores devem pagar. E aos líderes, cidades, sociedade civil e cidadãos que trabalham para responsabilizá-los: Vocês estão do lado certo da história. Continuem. E os governos devem continuar em todas as frentes. Para acabar com o desmatamento. Investir em redes elétricas e armazenamento. Reduzir as emissões de metano. Mas essas ações não são suficientes. Precisamos de justiça climática com foco em adaptação e financiamento. Os países desenvolvidos devem respeitar seus compromissos. Eles devem triplicar o financiamento para adaptação. E fazer o Fundo para Perdas e Danos funcionar em grande escala. Também devemos garantir que a mineração de minerais críticos não aprofunde ainda mais as desigualdades do passado. Os países produtores e as comunidades afetadas devem reter uma parcela muito maior do valor criado a partir de seus recursos. Chega de saques. Chega de exploração.

Excelências,

O quarto teste do poder é a tecnologia, e sobretudo a inteligência artificial.

Por séculos, o poder vinha do território. Depois da indústria. Depois das finanças. Hoje, o poder vem cada vez mais dos dados, da capacidade de processamento e dos algoritmos. Esse novo poder é altamente concentrado. Está avançando a uma velocidade extraordinária. E correndo à frente da nossa capacidade de compreender suas totais consequências.

Em 2017, a IA mal estava no radar do mundo. No entanto, no meu primeiro discurso na abertura da Assembleia Geral, alertou-se: “A inteligência artificial é um divisor de águas que pode impulsionar o desenvolvimento e transformar vidas de forma espetacular. Mas também pode ter um impacto dramático nos mercados de trabalho e, de fato, na segurança global e na própria estrutura das sociedades.”

Aqui estamos, quase uma década depois. vA IA é de fato um divisor de águas – com uma enorme promessa de avançar a medicina, acelerar descobertas científicas, expandir oportunidades e melhorar vidas. Não se enganem. O perigo não é a tecnologia. O perigo é a tecnologia sem responsabilidade. Capacidade sem supervisão. Tomada de decisões sem transparência. E esse perigo não pode ser minimizado. Os próprios desenvolvedores que estão construindo esses sistemas estão agora soando o alarme.

Excelências,

O primeiro dever de um governo é proteger seu povo. Os governos devem assumir suas responsabilidades. E os governos com as maiores capacidades de IA têm as maiores responsabilidades

para com a humanidade. Para estabelecer canais de diálogo, transparência, confiança e cooperação. Não apesar da rivalidade geopolítica – mas precisamente por causa dela.

Em um momento crucial durante a Guerra Fria, rivais estratégicos reconheceram a necessidade de gerenciar riscos existenciais compartilhados. Eles construíram mecanismos para reduzir mal-entendidos, gerenciar a escalada de conflitos e evitar catástrofes. A inteligência artificial exige a mesma clareza de propósito e senso de urgência.

Os países que lideram essa revolução tecnológica devem compartilhar informações sobre riscos emergentes à segurança. Cooperar em testes e avaliações. E trabalhar em prol de salvaguardas comuns que protejam a todos nós. Mas como isso afeta a todos nós, a coordenação global é indispensável. E há apenas um lugar onde cada país tem voz na construção do nosso futuro comum: as Nações Unidas.

Por meio do Pacto Digital Global, vocês concordaram pela primeira vez sobre princípios universais para a governança da IA. Por meio do Diálogo Global sobre Governança da IA, criamos uma plataforma para que governos, cientistas, líderes da indústria e a sociedade civil trabalhem juntos. Por meio do Painel Científico Internacional Independente sobre IA, reunimos conhecimento especialista global para garantir que as políticas sejam guiadas por evidências. Ainda ontem, o Painel Científico de IA lançou um relatório temático sobre a segurança da IA e os riscos da perda de controle humano.

Com base nesses esforços, devemos dar os próximos passos.

Primeiro, para avançar as condições para o ritmo responsável da IA e as salvaguardas adicionais necessárias para enfrentar os riscos.

Segundo, devemos trabalhar em direção a uma Estrutura Multilateral de Gestão de Riscos de IA, apoiada por uma supervisão credível e independente.

A inteligência artificial deve ser moldada pela humanidade, com a humanidade e para toda a humanidade.

E ao enfrentarmos os desafios que virão, não recuemos de dois princípios fundamentais. Lhes digo com uma só voz:

As crianças nunca devem se tornar cobaias para sistemas não regulamentados. E resolvamos que decisões de vida ou morte nunca devem ser entregues às máquinas. Robôs assassinos não devem ter lugar no nosso futuro.

Excelências,

Paz e segurança. Desigualdade. Clima. Inteligência artificial. Estes são os quatro grandes testes de poder do futuro. E eles estão interligados.

A guerra aprofunda a desigualdade, destrói o desenvolvimento e acelera a fome. A desigualdade determina quem tem os meios para enfrentar choques climáticos e de outra ordem, e quem fica exposto. A crise climática alimenta a instabilidade e o deslocamento. A inteligência artificial poderia ajudar a resolver todos esses desafios, ou piorá-los.

Excelências,

Em todos os quatro testes, a questão decisiva é o poder. Poder sobre a força, o dinheiro, a energia, a tecnologia, as regras e o futuro.

É por isso que a Carta da ONU – e o trabalho das Nações Unidas – importam mais do que nunca. As Nações Unidas existem porque o poder exige regras – e a humanidade precisa de um lugar onde o poder responda a princípios. E a Carta não deixa espaço para leituras seletivas.

A Carta criou uma Organização enraizada em três pilares: Paz. Desenvolvimento. E direitos humanos.

Estas não são agendas concorrentes. Elas são uma única realidade. Não há paz sem desenvolvimento. Nenhum desenvolvimento sem paz. E nenhuma paz ou desenvolvimento sem direitos humanos. Fingir

que a paz pode ser separada da dignidade, da oportunidade e dos direitos é uma ilusão. Mas defender esta verdade não significa defender o status quo.

O *Pacto para o Futuro* e a *Iniciativa ONU80* têm como objetivo tornar a ONU mais ágil, mais eficaz, mais coerente, mais transparente, mais focada em resultados, mais disciplinada com os recursos e mais presente onde as pessoas precisam de nós.

O mundo não precisa de uma Nações Unidas mais fraca. Precisa de uma ONU forte o suficiente para enfrentar o mundo como ele é – e determinada o suficiente para construir o mundo como ele deveria ser.

Excelências,

Após dez anos, mantenho uma convicção ainda mais forte do que quando cheguei: o maior poder não é o poder de dominar. É o poder de construir um futuro que funcione para todos.

O nosso futuro compartilhado será forjado dependendo de se a humanidade consegue governar o poder de forma sábia. Apoiando a lei antes que a impunidade se torne normalizada. Acabando com as guerras antes que elas consumam gerações. Enfrentando a desigualdade antes que as sociedades se fraturem. Acelerando a ação climática antes que os pontos de inflexão sejam ultrapassados. E governando a inteligência artificial antes que ela nos governe. Este é o desafio diante desta Assembleia Geral, das Nações Unidas e da própria humanidade.

Excelências,

Diante de uma catástrofe global há mais de 80 anos, as Nações Unidas foram criadas como um ato de desafio. O desafio de pessoas que se recusam a entregar o futuro ao medo. O desafio contra a ideia autodestrutiva de que a força faz o direito. O desafio de países que sabem que nossos futuros estão entrelaçados. O desafio da esperança. Carregarei esse espírito de firmeza e determinação ao longo de cada um dos 100 dias que me restam no cargo.

Mas o compromisso com os valores e princípios das Nações Unidas não começa com um mandato. E não termina com ele. Eles são maiores do que qualquer cargo – e perduram além de qualquer título.

Portanto, em 1º de janeiro, quando eu não for mais Secretário-Geral, estejam certos disto: onde quer que eu esteja, o que quer que esteja fazendo — continuarei defendendo a convicção de que a paz é possível. De que a dignidade humana é universal. De que o poder da lei deve prevalecer sobre a lei do poder. E de que vale a pena lutar pelo nosso futuro comum.

Continuarei a defender os valores da Carta das Nações Unidas. E eu nunca, jamais desistirei.

Obrigado.

Discurso do Presidente Lula na abertura da 81ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas[1]

Nova York, 22 de setembro de 2026



Meus cumprimentos ao Presidente da Assembleia Geral, Embaixador Khalilur Rahman, de Bangladesh.

Saúdo cada um dos Chefes de Estado e de Governo e delegadas e delegados presentes.

Dirijo-me em particular ao Secretário-Geral das Nações Unidas. Ao longo de seus dois mandatos, António Guterres foi testemunha direta dos crescentes desmandos das superpotências.

Senhor Presidente,

Esta é a décima ocasião em que abro o Debate Geral desta Assembleia. Desde que ocupei pela primeira vez esta tribuna, em 2003, este é o momento mais crítico das Nações Unidas.

O sentimento que me move hoje é o da indignação.

A ONU está falhando em uma das suas missões mais elevadas: a de livrar a humanidade do flagelo da guerra. Sua credibilidade nunca esteve tão baixa. Sua capacidade de proteger os mais vulneráveis – os que não têm exército, nem arsenais – nunca foi tão pequena.

Somos todos reféns do imobilismo de um Conselho de Segurança que não cumpre o seu papel.

Em 1946, já na primeira sessão desta Assembleia, o Brasil alertava para o alto preço que a comunidade internacional pagaria pelo direito de veto. Esse vício de origem da Carta da ONU conferiu às grandes potências o privilégio da insensatez.

A esse pecado original soma-se agora uma profunda crise de liderança.

O ano de 2025 registrou o maior número de conflitos armados desde a Segunda Guerra Mundial. Trilhões de dólares financiam uma nova corrida armamentista.

Tensões geopolíticas ameaçam transformar confrontos regionais em uma conflagração de proporções globais.

Os que detêm as rédeas das decisões cruciais devem atuar com responsabilidade e sentido de urgência.

Os líderes dos países que integram o Conselho de Segurança precisam se reunir.

Não desconheço as realidades do poder. Mas as concessões à lei do mais forte já passaram dos limites.

Isso não é idealismo. É o mais puro realismo.

A guerra não é a continuação da política por outros meios. É a falência total da política.

Num mundo interdependente, liderar é conciliar os interesses da pátria com os da humanidade.

Essa é a constatação de alguém que representa uma nação amante da paz e da liberdade. Alguém que lutou contra uma ditadura militar e defendeu seu país contra um golpe de estado. É a convicção de um operário eleito três vezes presidente e que retirou o Brasil do Mapa da Fome.

[1] Assista ao vídeo em: https://www.youtube.com/watch?v=j87i990Nv5w

Esta Assembleia corrigiu recentemente distorções históricas. Reconheceu o tráfico de africanos escravizados como o mais grave crime contra a humanidade. Aprovou a representação mais precisa do mapa-múndi. Agora deve se debruçar sobre temas determinantes para o futuro da humanidade.

Somos chamados a optar entre:

- multilateralismo ou unilateralismo;

- democracia ou extremismo;

- soberania ou subordinação.

Essas escolhas demandam coragem, vontade política e clareza de objetivos.

Isso é o que se espera de um Estadista. Yasser Arafat e Yitzahk Rabin foram estadistas. Desafiaram o passado para projetar um futuro de paz. Foram derrotados pelo ódio.

Gerações de palestinos carregarão a dor e o trauma deixados pelo genocídio praticado pelo governo Netanyahu contra mulheres e crianças em Gaza. Civis israelenses pagaram o preço do radicalismo e da intolerância dos atos terroristas do Hamas.

Perseguir o Tribunal Penal Internacional e seus integrantes é um estímulo para que esses crimes fiquem impunes.

A relatora especial da ONU, Francesca Albanese, não pode ser silenciada por dizer a verdade.

Os assentamentos ilegais na Cisjordânia tornam cada vez menos viável a solução de dois Estados, essencial para que israelenses e palestinos possam viver em segurança.

Ameaçar civilizações de extinção não trará estabilidade para o Oriente Médio.

O Estreito de Ormuz transformou-se em trincheira da guerra, quando deveria permanecer uma passagem vital para o comércio internacional.

Famílias em todo o mundo pagam pelo aumento dos preços de combustíveis, fertilizantes e alimentos.

A guerra entre Rússia e Ucrânia se arrasta há cinco anos, em um drama humanitário que continua a ceifar vidas. Todos sabemos que não haverá vencedores no campo de batalha.

A diplomacia é a única opção. Iniciativas como o Grupo de Amigos da Paz, criado por Brasil e China, revelam que há forças na comunidade internacional dispostas a trabalhar pelo diálogo.

Na América Latina e Caribe, a proximidade geográfica com a maior potência militar do mundo é inescapável. Sobretudo num contexto de recrudescimento de tentações hegemônicas.

O Brasil não cabe no quintal de ninguém.

Precisamos de parceiros com uma agenda positiva, que fomente o desenvolvimento. Diferenças ideológicas não devem ser obstáculos para maior integração entre vizinhos.

Os países da região conheceram os horrores dos regimes de exceção. Percorremos um longo caminho para restaurar a vontade popular.

A democracia está novamente em xeque. Voltamos a presenciar a ingerência externa em processos eleitorais.

A divisão do mundo em zonas de influência e investidas neocoloniais por recursos estratégicos constituem gestos anacrônicos.

O povo venezuelano merece definir o próprio destino. A Nicarágua não vai resolver os seus problemas impedindo a oposição de disputar eleições. A crise no Haiti continua a testar os limites da indiferença da comunidade internacional. Em Cuba, o mundo assiste estarrecido à punição coletiva imposta a 10 milhões de pessoas por um embargo econômico e um cerco energético ilegais.

Senhor Presidente,

O Brasil não subestima o desafio representado pelo crime organizado. Estamos preparados para enfrentar as organizações criminosas que aterrorizam nossas comunidades. Trabalhadores são roubados. Mães perdem seus filhos. Policiais não voltam para suas casas. As pessoas estão cansadas da violência.

Mas não vamos terceirizar a responsabilidade de defender nossas fronteiras e de garantir à população o direito de viver sem medo. Não precisamos de porta-aviões vigiando nossas águas. Precisamos de cooperação para estancar o fluxo de armas e de dinheiro que abastecem o crime. Esse é o espírito da proposta que entreguei pessoalmente ao Presidente dos Estados Unidos.

Queremos combater a lavagem de dinheiro realizada por criminosos brasileiros no exterior.

Por muito tempo, os estados brasileiros atuaram cada um à sua maneira. O crime se aproveitou da falta de coordenação. Mas isso está mudando. Criamos em Manaus o Centro de Cooperação Policial Internacional da Amazônia, reunindo autoridades de segurança pública dos nove países amazônicos. Em 2025, realizamos a maior operação contra o crime organizado da história do Brasil. Batemos recorde de apreensão de drogas e de bens e recursos ilícitos. Estamos enfrentando todos os escalões da criminalidade, inclusive os magnatas do crime. A Lei Antifacção que acabamos de aprovar impõe ao crime organizado penas superiores às previstas para o terrorismo.

Crime organizado e corrupção andam juntos. O combate à corrupção continuará implacável, doa a quem doer. Ninguém está acima da lei.

Senhoras e senhores,

Os pilares do multilateralismo estão sendo corroídos. A Organização Mundial do Comércio respira por aparelhos. Quando os governos capitulam frente aos que usam tarifas como armas de coerção e chantagem, as consequências são nefastas.

Na era da desinformação, os obscurantistas resistem às evidências da ciência. Nunca esqueceremos das milhões de vidas perdidas pelo descaso no enfrentamento da COVID-19. Campanhas contra vacinas estão trazendo de volta doenças que julgávamos erradicadas. Enfraquecer a Organização Mundial da Saúde torna a todos mais vulneráveis.

Até pouco tempo, a resposta à mudança do clima estava consolidada no centro da agenda internacional. Este ano, o tema desapareceu dos debates do G7 e do G20, foros que reúnem os maiores emissores de carbono. É hora de retomar a ofensiva e impor uma derrota ao negacionismo. A natureza nos recorda a cada dia que o planeta é um só. As geleiras do Himalaia estão derretendo. Um Super El Niño pode provocar chuvas torrenciais, secas e incêndios florestais em diferentes partes do globo. Seus efeitos golpearão sobretudo os mais vulneráveis.

O Brasil vem demonstrando que é possível aliar crescimento econômico com redução de emissões. Conquistamos nossa autossuficiência em petróleo e seguiremos pesquisando o potencial de novas reservas, como as da Margem Equatorial. Não renunciaremos à agenda ambiental. Levaremos adiante o Mapa do Caminho para a descarbonização da economia brasileira.

O Fundo Florestas Tropicais para Sempre, lançado na COP30 em Belém, mostra que é possível mudar antigos paradigmas. A floresta vale mais em pé do que destruída. Continuaremos reduzindo o desmatamento, que caiu pela metade na Amazônia e atingiu o menor nível em 11 anos. Temos autoridade moral para rejeitar medidas protecionistas disfarçadas de apego à causa ambiental.

O Brasil é referência mundial em energia verde. Temos os minerais críticos e as terras raras de que o mundo precisa para realizar a transição energética. Nossas riquezas naturais pertencem ao povo brasileiro — e é em benefício dele que serão exploradas. O acesso a nossos minerais terá como contrapartida obrigatória a geração de valor em nosso território, a transferência de tecnologia e o suprimento de setores estratégicos nacionais.

Senhor presidente,

Vivemos uma revolução tecnológica sem precedentes, com grandes riscos e oportunidades.

Seria uma omissão histórica imperdoável não enfrentar o desafio da regulamentação das Big Techs e da Inteligência Artificial. Um punhado de tecno-oligarcas quer ressuscitar uma versão de neoliberalismo digital, sem regras nem transparência. Estão promovendo uma corrida sem freios éticos à revelia da ONU e do Painel Científico sobre Inteligência Artificial.

Como adverte o Papa Leão 14, "as decisões sobre tecnologia nunca devem ser separadas da consciência e da responsabilidade".

Empresas que conhecem os riscos de seus produtos transferem para as famílias a impossível tarefa de enfrentar os algoritmos. A indústria bilionária das BETs transforma o vício em lucro. Sua disseminação vertiginosa está endividando e destruindo lares. O Brasil não vai tolerar esse modelo de negócio.

Aprovamos uma das legislações mais avançadas do mundo para proteger crianças, adolescentes e mulheres no ambiente digital.

Vamos assegurar a justa remuneração de artistas, músicos e criadores de conteúdo audiovisual.

Não vamos ceder às pressões de multinacionais que querem privatizar o nosso PIX, uma infraestrutura de pagamentos pública e gratuita que fez da inclusão financeira uma realidade para milhões de brasileiros.

Senhoras e senhores,

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são alvo de ataques de forças reacionárias, que desejam naturalizar injustiças.

A desigualdade e o subdesenvolvimento resultam de escolhas políticas. É possível colocar o pobre no orçamento e fazer os ricos pagarem a sua parte. É necessário cortar privilégios e investir em educação e saúde gratuitas e de qualidade.

Existe, em todo o mundo, um anseio legítimo por mudanças. Mas mudar não é retroceder. Não é subtrair direitos. Não é reeditar teorias de supremacia racial ou de submissão feminina. Não é recolonizar o Sul Global.

Mudar é avançar para um futuro de mais participação e mais conquistas.

É criar e compartilhar soluções públicas efetivas para os desafios do desenvolvimento por meio de um Estado democrático, forte, eficiente e capaz. É apostar no espírito de solidariedade e na cooperação com a África, a Ásia e a América Latina e Caribe.

Iniciativas como a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza e o Painel Internacional sobre Desigualdade nascem dessa vontade política.

O Brasil tem pressa de se tornar uma nação desenvolvida e socialmente justa. Adotamos um modelo econômico que se assenta na distribuição de renda, na geração de empregos e na valorização do salário. Apostamos na melhoria da produtividade, na ampliação do crédito e na construção de uma rede robusta de proteção social. O Brasil voltou a crescer de modo sustentado. Somos o terceiro maior destino de investimento estrangeiro direto. Apesar do tarifaço contra nossa economia, este ano bateremos novo recorde de exportações.

Ainda há muito a ser feito. O mundo do trabalho está em transformação. Pessoas idosas querem permanecer ativas. Jovens desejam empreender.

O trabalhador precisa de tempo para descansar, se qualificar e conviver com a família. No Brasil, concretizar esse objetivo passa pelo fim da chamada escala 6x1 para garantir ao trabalhador 2 dias livres por semana. Essa mudança é fundamental para aliviar a sobrecarga doméstica que ainda recai sobre as mulheres.

Estamos construindo um Brasil onde as mulheres não precisam pedir licença para ocupar espaços de poder ou se inserir no mercado de trabalho. Um país livre do feminicídio, onde nenhuma mulher, dentro ou fora de casa, viva sob a ameaça da violência. Essa é uma causa que o mundo todo precisa abraçar.

Senhor presidente,

Ao receber o Nobel da Paz, Martin Luther King afirmou que “aquilo que pessoas voltadas para si mesmas destruíram, outras pessoas voltadas para o próximo podem reconstruir”.

A ONU nasceu sob o signo da esperança. Ao longo de oito décadas, contribuiu com a descolonização, promoveu os direitos humanos e apoiou o desenvolvimento sustentável. Protegeu migrantes e refugiados, condenou o racismo, o antissemitismo e a intolerância religiosa.

Essas foram conquistas de lideranças que ocuparam este pódio movidos pela indignação diante das injustiças de seu tempo.

Homens e mulheres que se recusaram a aceitar a guerra como destino, o colonialismo como direito, o apartheid como sistema legítimo.

Foi dessa capacidade de dizer “não” às desigualdades que nasceram algumas das maiores transformações que vivemos.

Diante da paralisia das Nações Unidas, precisamos reencontrar a vontade política para que volte a ser o templo da paz.

Quero concluir com uma mensagem sobre o meu país a todos os que nos ouvem.

No dia quatro de outubro, milhões de brasileiras e brasileiros vão às urnas para definir o seu destino. Não vão apenas eleger o presidente da República, governadores estaduais e representantes do Poder Legislativo. Vão decidir entre democracia e negacionismo. Se o Brasil vai avançar rumo a um futuro de mais oportunidades ou regressar a um passado de exclusão.

Teremos um pleito transparente e competitivo, em que todos os candidatos desfrutam da mais ampla liberdade de expressão. Sabemos que alguns abusam dessa liberdade para se associar a interesses estrangeiros contrários ao país. Não subestimamos o desafio das redes de desinformação que pretendem desvirtuar o debate público durante a campanha.

Mas possuímos um sistema eleitoral moderno e robusto. Sob o olhar atento de uma cidadania plural e de uma imprensa livre, não permitiremos que os inimigos da democracia, internos e externos, atentem contra a vontade popular. A democracia brasileira pertence aos brasileiros.

O Brasil continuará sendo um país soberano. Ninguém...!!! Ninguém nos afastará desse caminho.

Que Deus nos abençoe a todos. Muito obrigado.

De potência nacional a equidade sustentável: Uma leitura crítica do discurso de Donald Trump na ONU em 2026 e uma proposta de refundação das Nações Unidas[1]

Del poder nacional a la equidad sostenible: Una lectura crítica del discurso de Donald Trump ante la ONU en 2026 y una propuesta para la refundación de las Naciones Unidas

From National Power to Sustainable Equity: A critical reading of Donald Trump's 2026 UN address and a proposal for the refoundation of the United Nations

Juan Garay[2]

Resumo: O discurso de Donald Trump na 81ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em 22 de setembro de 2026, oferece uma expressão clara de um modelo de relações internacionais centrado no poder nacional, na força militar, na competição econômica, na produção de energia e na busca de vantagens nacionais. Este artigo examina esse modelo a partir da perspectiva da Equidade Sustentável em Saúde. Analisa a forma como Trump aborda a guerra e a paz, o Irã, Gaza, a Venezuela, Cuba, a migração, os combustíveis fósseis, a mudança climática, o direito internacional e as próprias Nações Unidas. Também examina diversas afirmações factuais presentes no discurso que foram contestadas por agências independentes de checagem de fatos. A análise insere-se em um conjunto mais amplo de trabalhos desenvolvidos pelo Movimento pela Equidade Sustentável em Saúde (SHEM) e publicados no PEAH (Policies for Equitable Access to Health), incluindo o conceito de **Bem-Estar em Equidade Sustentável** (**WISE**, da sigla em inglês **Wellbeing in Sustainable Equity**), a estimativa de uma importante carga global de iniquidade em saúde, a projeção de mais de 220 milhões de mortes excedentes relacionadas ao clima ao longo do restante do século XXI e a estimativa de uma "lacuna global de dignidade" de aproximadamente US$ 7 trilhões. O artigo sustenta que essas não são crises separadas. Elas são expressões de uma ordem global na qual o poder econômico, militar e político permanece concentrado, enquanto os custos da privação, da degradação ecológica e dos conflitos são distribuídos de forma profundamente desigual. O artigo propõe, portanto, uma refundação das Nações Unidas em torno da **equidade sustentável**: garantir que todas as pessoas possam alcançar uma vida digna e saudável, ao mesmo tempo que a humanidade permanece dentro dos limites ecológicos da Terra.

Resumen: *El discurso de Donald Trump en la 81.ª Asamblea General de las Naciones Unidas, el 22 de septiembre de 2026, ofrece una expresión clara de un modelo de relaciones internacionales centrado en el poder nacional, la fuerza militar, la competencia económica, la producción de energía y la búsqueda de ventajas nacionales. Este artículo examina ese modelo desde la perspectiva de la equidad sostenible en salud. Analiza la forma en que Trump aborda la guerra y*

[1] Texto original em inglês, traduzido com assistência de IA, revisado por Carolina Leocádio.

[2] Autor é copresidente do Movimento pela Equidade Sustentável em Saúde.

la paz, Irán, Gaza, Venezuela, Cuba, la migración, los combustibles fósiles, el cambio climático, el derecho internacional y las propias Naciones Unidas. También examina diversas afirmaciones fácticas presentes en el discurso que han sido refutadas por agencias independientes de verificación de datos. El análisis forma parte de un conjunto más amplio de trabajos desarrollados por el Movimiento por la Equidad Sostenible en Salud (SHEM) y publicados en PEAH (Policies for Equitable Access to Health), incluyendo el concepto de Bienestar en Equidad Sostenible (WISE, por sus siglas en inglés Wellbeing in Sustainable Equity), la estimación de una importante carga global de inequidad en salud, la proyección de más de 220 millones de muertes excesivas relacionadas con el clima a lo largo del resto del siglo XXI y la estimación de una «brecha global de dignidad» de aproximadamente 7 billones de dólares. El artículo sostiene que estas no son crisis separadas. Son expresiones de un orden global en el que el poder económico, militar y político permanece concentrado, mientras que los costos de la privación, la degradación ecológica y los conflictos se distribuyen de manera profundamente desigual. Por lo tanto, el artículo propone una refundación de las Naciones Unidas en torno a la equidad sostenible: garantizar que todas las personas puedan alcanzar una vida digna y saludable, al tiempo que la humanidad se mantenga dentro de los límites ecológicos de la Tierra.

***Abstract:** Donald Trump's address to the 81st United Nations General Assembly on 22 September 2026 offers a clear expression of a model of international relations centered on national power, military strength, economic competition, energy production and national advantage. This article examines that model from the perspective of Sustainable Health Equity. It considers Trump's treatment of war and peace, Iran, Gaza, Venezuela, Cuba, migration, fossil fuels, climate change, international law and the United Nations itself. It also examines several factual claims in the speech that have been challenged by independent factchecking. The analysis is placed within a broader body of work developed through the Sustainable Health Equity Movement and published in PEAH, including the concept of **Wellbeing in Sustainable Equity (WISE)**, the estimation of a major global health inequity burden, the projected climate-related mortality of more than 220 million excess deaths during the remainder of the twenty-first century, and the estimated global "dignity gap" of approximately US$7 trillion. The article argues that these are not separate crises. They are expressions of a global order in which economic, military and political power remains concentrated while the costs of deprivation, ecological damage and conflict are distributed very unequally. The article therefore proposes a refoundation of the United Nations around **sustainable equity**: ensuring that every person can achieve a dignified and healthy life while humanity remains within the ecological limits of the Earth.*

1. Introdução

As Nações Unidas foram criadas em 1945, após um mundo devastado pela guerra. Sua Carta buscou estabelecer um sistema no qual Estados soberanos pudessem cooperar para prevenir conflitos e promover os direitos humanos, o desenvolvimento e a paz internacional.

Mais de oitenta anos depois, a arquitetura básica desse sistema permanece em grande medida inalterada, enquanto os problemas enfrentados pela humanidade se tornaram cada vez mais globais e interconectados. A mudança climática, a perda de biodiversidade, as pandemias, as armas nucleares, os deslocamentos em massa, a concentração financeira global e o acesso desigual ao conhecimento e aos recursos essenciais não podem ser enfrentados de forma eficaz por Estados que atuem apenas em competição entre si.

O discurso de Trump em 2026 é, portanto, significativo para além das declarações específicas que contém. Ele expressa uma visão particular de como o mundo deveria ser organizado: nações fortes protegendo seus interesses por meio do poder econômico, militar e tecnológico.

Isso levanta uma questão mais ampla: *Um mundo confrontado com riscos existenciais comuns pode continuar a ser organizado principalmente em torno da competição entre Estados poderosos?*

Sob a perspectiva da Equidade Sustentável em Saúde, isso exige uma reconsideração do que entendemos por segurança, prosperidade e desenvolvimento.

2. O poder como princípio organizador

Trump associa repetidamente a força nacional à produção econômica, à capacidade militar, aos recursos energéticos e à influência geopolítica. Não há nada de novo no fato de os Estados defenderem seus interesses. O problema surge quando a vantagem nacional é tratada como se pudesse ser buscada independentemente dos interesses de outros povos e dos sistemas ecológicos dos quais dependem todas as sociedades.

O poder militar pode proteger um território, mas não pode impedir uma pandemia. Uma economia maior não reduz necessariamente as desigualdades em saúde. O aumento da produção de combustíveis fósseis pode ampliar a oferta de energia, ao mesmo tempo que aumenta os riscos climáticos e de poluição. O controle de recursos naturais pode fortalecer o poder nacional, mas também pode intensificar a competição por esses recursos. A atmosfera, os oceanos, a biodiversidade e muitos recursos essenciais não respeitam fronteiras nacionais.

A segurança de uma população está cada vez mais interligada à segurança de todas as demais.

3. A guerra apresentada como paz

Uma das características mais marcantes do discurso de Trump é a apresentação da ação militar e do poder dos Estados Unidos como instrumentos para a promoção da paz. Trump descreve diversos conflitos como já tendo sido "resolvidos" e apresenta a capacidade militar norte-americana como uma fonte de dissuasão e estabilidade.

Entretanto pôr fim aos combates em curso não é necessariamente o mesmo que estabelecer a paz. Um cessar-fogo pode interromper a violência imediata sem com isso resolver as causas do conflito, proteger as populações civis, estabelecer mecanismos de responsabilização nem criar as condições políticas e sociais necessárias para uma paz duradoura.

Essa distinção é particularmente importante no que diz respeito a Gaza e ao Irã. Trump apresenta o Irã como uma grande ameaça terrorista e alerta para consequências militares extremas caso não se chegue a um acordo.

Uma aplicação coerente do direito internacional humanitário exige que as mesmas perguntas sejam feitas a todos os atores: quem emprega a força, contra quem, sob qual autoridade legal, com que distinção entre civis e combatentes e com quais consequências?

As normas internacionais perdem credibilidade quando a linguagem do terrorismo é aplicada de forma seletiva.

4. Gaza e a erosão de uma ordem moral

A destruição de Gaza suscita uma questão mais ampla sobre a credibilidade da ordem internacional construída no pós-guerra.

A Corte Internacional de Justiça determinou medidas provisórias no caso África do Sul *versus* Israel, com base na Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio. Essas medidas não constituem uma decisão definitiva sobre a ocorrência de genocídio, mas demonstram a gravidade das alegações jurídicas apresentadas e a preocupação da Corte com o risco de danos irreparáveis.

A análise **"Gaza and the End of a Moral Order"**, publicada no PEAH, sustenta que Gaza representa mais do que apenas outro conflito regional. Trata-se de um teste da capacidade do sistema internacional de conciliar os princípios que proclama com sua atuação concreta. O texto descreve o crescente distanciamento entre a linguagem dos direitos humanos e a ação política, argumentando que a crise expõe o esgotamento de uma ordem global cuja legitimidade depende de normas que não são aplicadas de forma consistente.

A questão, portanto, não é se os ataques do Hamas contra civis devem ser condenados. Eles devem. Tampouco é se os civis israelenses têm direito à segurança. Eles têm. A questão é saber se os mesmos princípios de proteção de civis, de direito internacional e de responsabilização se aplicam igualmente a atores mais poderosos e menos poderosos.

Assim, o apoio militar e político de longa data dos Estados Unidos a Israel faz parte do contexto que não pode simplesmente ser omitido de qualquer avaliação da ordem internacional.

A questão não é a culpa coletiva. É a responsabilização universal.

5. A carga climática sobre a saúde: uma guerra planetária desigual

A dimensão ecológica amplia ainda mais a escala desse debate.

Uma análise publicada no PEAH em 2018, **"Health and Climate Change: a Third World War with No Guns"**, modelou as potenciais consequências do aquecimento global para a saúde e estimou aproximadamente **216 milhões de mortes excedentes decorrentes do aumento da temperatura ao longo do século XXI**, sendo a grande maioria delas esperada em populações tropicais e subtropicais que contribuíram relativamente pouco para as emissões acumuladas.

Trabalhos posteriores do SHEM aprofundaram essa estimativa e passaram a projetar *mais de 220 milhões de mortes excedentes para o restante do século XXI,* afetando predominantemente países, comunidades e grupos etários que contribuem pouco para as emissões.

Esses números são estimativas baseadas em modelos, e não mortes observadas nem previsões definitivas. Sua importância reside na distribuição da carga projetada. Os países e as populações que deverão sofrer mais intensamente os impactos não são necessariamente aqueles responsáveis pela maior parcela das emissões históricas. A mudança do clima cria, portanto, um profundo problema de equidade tanto entre gerações quanto entre países.

A análise publicada no PEAH propôs um **Limiar Ético Universal** de aproximadamente 1,7 tonelada de CO_2 por pessoa ao ano em seu modelo analítico, como uma referência indicativa para uma alocação ética do espaço de carbono remanescente.

Independentemente do limiar exato que venha a ser adotado no futuro, o princípio ético é claro: o espaço ecológico não pode ser tratado como um recurso ilimitado ao qual aqueles que primeiro alcançaram níveis elevados de consumo tenham direito de forma desproporcional.

6. Prosperidade e a economia dos combustíveis fósseis

O discurso de Trump associa constantemente a prosperidade à abundância de energia e ao aumento da produção. Isso reflete um modelo econômico convencional no qual a prosperidade está estreitamente ligada à produção, ao consumo, ao investimento e ao uso de energia.

Entretanto, a atividade econômica se desenvolve dentro de um sistema ecológico finito. O Relatório sobre a Lacuna de Emissões de 2025 do PNUMA estima que as políticas atualmente em vigor continuam compatíveis com um aquecimento de aproximadamente 2,8°C neste século, enquanto a plena implementação dos atuais compromissos climáticos nacionais ainda implicaria um aquecimento de cerca de 2,3°C a 2,5°C.

A OMS tem alertado reiteradamente que a mudança do clima já está afetando a saúde por meio do calor extremo, da insegurança alimentar, das doenças infecciosas, da insegurança hídrica e de outros fatores.

A questão central, portanto, não pode ser simplesmente: *Quanto a economia global consegue produzir?* Ela também deve ser: *Quanto a humanidade consegue produzir mantendo as condições ecológicas necessárias à vida?* E: *Quem recebe os benefícios e quem arca com os custos?*

7. Venezuela e os recursos naturais como despojos do poder

A seção do discurso de Trump dedicada à Venezuela é particularmente reveladora porque associa estreitamente os recursos naturais à vitória geopolítica. Trump menciona os recursos petrolíferos da Venezuela e utiliza a expressão “ao vencedor pertencem os despojos”. Essa linguagem é difícil de conciliar com a ideia de que os recursos naturais pertencem, em última instância, aos povos e às gerações futuras, e não àqueles que detêm o maior poder militar ou econômico.

Há também um problema factual em sua afirmação de que os Estados Unidos e a Venezuela, juntos, detêm mais de 60% do petróleo mundial. Agências independentes de checagem de fatos concluíram que a participação combinada dos dois países nas reservas comprovadas é de aproximadamente 22%, e não de 60%.

A questão mais ampla é se o acesso aos recursos naturais deve ser compreendido como um prêmio decorrente da disputa geopolítica. Se for esse o caso, o próprio sistema internacional cria incentivos para a competição e o conflito em torno desses recursos.

8. Cuba: coerção, ideologia e o custo humano

A abordagem de Trump em relação a Cuba é estruturada em grande medida em torno do fracasso do comunismo. Existem razões legítimas para se criticar o sistema político cubano,

incluindo restrições às liberdades políticas e ao pluralismo político. Mas isso não elimina a necessidade de examinar as consequências de uma coerção econômica prolongada.

O estudo mais recente publicado no PEAH, **"Cuba Under Economic Siege"**, analisa os efeitos combinados das restrições econômicas, comerciais e financeiras impostas pelos Estados Unidos, intensificadas em 2026, especialmente por meio de limitações que afetam o fornecimento de combustível e as atividades de operadores econômicos de terceiros. O estudo estima aproximadamente 14 mil mortes excedentes em 2024 em relação a referências demográficas e históricas selecionadas, ressaltando explicitamente que se trata de estimativas analíticas, e não de contagens oficiais de mortes evitáveis.

O artigo questiona se a privação progressiva das condições essenciais para a vida poderia constituir um **"genocídio sem armas"**, mas apresenta essa questão como um problema de saúde pública e de natureza ética, e não como uma determinação jurídica de genocídio.

Essa distinção é importante. Cuba tem responsabilidades políticas e econômicas internas pelo bem-estar de sua população. Ao mesmo tempo, restrições econômicas externas podem ter consequências reais para o acesso a combustível, medicamentos, alimentos, água, transporte e serviços de saúde.

Uma análise séria precisa considerar ambas as dimensões.

9. Migração e a redução dos seres humanos a categorias de segurança

A forma como Trump aborda a migração reduz um fenômeno global complexo sobretudo a questões relacionadas às fronteiras, à imigração irregular, à criminalidade e à soberania.

Os Estados têm, evidentemente, o direito de regular a entrada em seus territórios. Porém a migração também é impulsionada por guerras, pobreza, perseguição política, desigualdade econômica, reunificação familiar, mercados de trabalho e degradação ambiental.

Portanto, uma abordagem baseada na equidade sustentável pergunta não apenas como as fronteiras devem ser controladas, mas também porque tantas pessoas são forçadas a deixar seus lares. Se o sistema global produz oportunidades profundamente desiguais de saúde, segurança e dignidade, a migração é, em parte, um sintoma dessa desigualdade.

10. O problema dos números

O discurso faz amplo uso de grandes números relacionados ao petróleo, às drogas, à migração, aos investimentos, às ações militares e a guerras supostamente encerradas. Alguns deles foram contestados por agências independentes de checagem de fatos.

Por exemplo, a PolitiFact concluiu que a afirmação de Trump de que as operações dos Estados Unidos haviam eliminado 97% das drogas que entram no país não era sustentada por evidências, porque os números referentes às apreensões não permitem determinar a quantidade total que ingressa no mercado ilícito. A organização também concluiu que a alegação relativa às reservas de petróleo era substancialmente exagerada.

A lição metodológica é importante. Números utilizados em políticas públicas exigem definições, denominadores, períodos de tempo, populações de referência e fontes.

A Equidade Sustentável em Saúde, portanto, requer não apenas mais dados, mas também medições mais robustas e maior transparência sobre aquilo que os dados efetivamente demonstram.

11. Da desigualdade em saúde à equidade sustentável

A dimensão da saúde oferece uma forma útil de conectar crises aparentemente distintas, como a pobreza, a mudança do clima, a guerra e a concentração econômica. O **paradigma WISE — Wellbeing in Sustainable Equity (Bem-Estar em Equidade Sustentável)** propõe que o desenvolvimento global seja avaliado com base na capacidade de alcançar os melhores níveis viáveis de bem-estar humano, permanecendo ao mesmo tempo dentro dos limites econômicos e ecológicos.

O ponto de partida é simples: a aspiração a uma vida longa e saudável é universal.

A questão é saber se os recursos econômicos e ecológicos necessários para alcançar esse objetivo podem ser distribuídos de forma justa. A análise WISE estima uma carga persistente de aproximadamente **16 milhões de mortes excedentes por ano associadas à iniquidade global em saúde**, ao mesmo tempo que identifica uma **lacuna de dignidade de cerca de US$ 7 trilhões** — os recursos adicionais necessários para que os países situados abaixo do limiar de dignidade proposto possam se aproximar dos melhores níveis viáveis de saúde.

Não se trata simplesmente de um apelo à ajuda tradicional ao desenvolvimento. A proposta aponta para uma redistribuição muito mais ampla dos recursos globais.

A mesma análise propõe um limiar a partir do qual rendas adicionais deixam de corresponder a ganhos adicionais em expectativa de vida, ao mesmo tempo que passam a estar associadas a padrões de consumo cada vez mais insustentáveis ecologicamente. O estudo estima que uma parcela significativa do PIB global se encontra acima desse limiar de “excesso” ou de “acumulação excessiva”.

A implicação é desconfortável, porém importante: **A justiça global exige tanto o fim da privação quanto a redução da acumulação excessiva.** Assim, a lacuna de dignidade de US$ 7 trilhões precisa ser considerada juntamente com os recursos atualmente acumulados ou consumidos acima de níveis compatíveis com a equidade sustentável.

12. Restaurando o pacto humano rompido

O artigo **“Restoring Broken Human Deal”**, publicado no PEAH em 2024, desenvolve esse argumento de forma mais aprofundada.

O texto descreve o sistema atual como um pacto rompido tanto entre os seres humanos quanto entre a humanidade e a natureza. Ele relaciona a persistente iniquidade em saúde, a destruição ecológica, a concentração financeira, o poder militar e a fragilidade da governança global a uma mesma falha na cooperação internacional.

O artigo sustenta que o problema não pode ser resolvido pelo simples aumento da assistência tradicional ao desenvolvimento. Em vez disso, defende um novo paradigma social baseado em uma governança local empática, na produção e no consumo de bens essenciais de forma compatível com os ecossistemas e em uma inovação colaborativa voltada para bens públicos globais.

Isso altera o significado da redistribuição. Não se trata apenas de transferir recursos financeiros dos ricos para os pobres. Significa reestruturar a economia global para que recursos atualmente absorvidos pelo consumo excessivo, pela especulação, pelos gastos militares e pela destruição ecológica possam, em vez disso, sustentar a saúde, o conhecimento, os serviços essenciais e a transição para formas sustentáveis de produção.

13. O denominador ausente: os limites planetários

Talvez a maior omissão no discurso de Trump seja a ausência de uma referência ecológica significativa. O poder econômico e militar é discutido como se pudesse continuar se expandindo sem qualquer referência à capacidade da Terra de absorver emissões, regenerar ecossistemas e fornecer recursos.

O conceito de limites planetários oferece uma das abordagens científicas para enfrentar esse problema. A humanidade já ultrapassou diversos dos limites propostos para o sistema terrestre. Isso altera o significado do desenvolvimento.

A questão já não pode ser simplesmente: *Quanto mais a humanidade consegue produzir?* Ela precisa ser: *Quanto a humanidade consegue produzir e consumir preservando os sistemas ecológicos necessários à vida?* E: *Como o espaço ecológico remanescente pode ser compartilhado de forma justa?*

Essas questões constituem a base da equidade sustentável.

14. Direito internacional e excepcionalismo

As instituições internacionais são imperfeitas e devem ser reformadas. Contudo a alternativa não pode ser um sistema no qual os Estados mais poderosos aceitem as normas internacionais apenas quando elas coincidirem com seus interesses.

O direito internacional depende de sua aplicação universal. Nenhum Estado deveria estar acima da responsabilização em razão de sua capacidade militar, de sua influência econômica ou de sua posição permanente em uma instituição internacional.

Essa tensão é particularmente visível no Conselho de Segurança, onde cinco Estados — China, França, Rússia, Reino Unido e Estados Unidos — detêm assentos permanentes e poder de veto. Esse foi um arranjo político concebido em 1945. É cada vez mais difícil conciliá-lo com o princípio da igualdade soberana entre os membros das Nações Unidas e com a natureza global dos problemas contemporâneos.

15. Das Nações Unidas aos Povos Unidos

A Carta das Nações Unidas começa com as palavras: *"Nós, os povos..."*. No entanto, a organização continua estruturada principalmente em torno de Estados soberanos.

Uma ONU refundada deveria explorar formas de conferir representação mais robusta aos povos, às regiões, à sociedade civil, às gerações futuras e aos bens comuns globais, preservando ao mesmo tempo o papel dos Estados como atores políticos essenciais.

O objetivo não seria um governo mundial. Seria um sistema mais democrático para enfrentar problemas que nenhum país consegue resolver sozinho.

A mudança climática é um exemplo. As pandemias são outro. O mesmo vale para as armas nucleares, a inteligência artificial, a instabilidade financeira global, a perda de biodiversidade e o acesso a medicamentos essenciais e ao conhecimento científico.

16. Uma proposta para a refundação das Nações Unidas

Uma ONU refundada poderia ser construída em torno dos seguintes princípios:

1) A equidade sustentável como objetivo global central

Todas as pessoas devem dispor das condições necessárias para uma vida digna e saudável, ao mesmo tempo que a humanidade permanece dentro dos limites planetários.

2) Um piso global de dignidade

Países e comunidades situados abaixo de um limiar de dignidade acordado devem ter acesso aos recursos necessários para alcançar os melhores níveis viáveis de saúde e bem-estar.

A análise WISE estima que a atual lacuna global de dignidade seja de aproximadamente US$ 7 trilhões por ano.

3) Um limiar para recursos excedentes

Acima de um nível em que a acumulação adicional já não contribui significativamente para o bem-estar humano, ao mesmo tempo que aumenta os danos ecológicos, os recursos devem ser progressivamente redirecionados para bens públicos globais.

Esse limiar constitui a contrapartida econômica do piso de dignidade.

4) Reconhecimento dos bens comuns globais

A atmosfera, os oceanos, a biodiversidade, os principais sistemas de água doce e outros sistemas ecológicos essenciais devem ser tratados como responsabilidades compartilhadas de toda a humanidade.

5) Direitos das gerações futuras

As gerações futuras devem ter reconhecidos seus direitos às condições ecológicas necessárias à vida e à saúde.

6) Aplicação universal do direito internacional

Nenhum Estado deve desfrutar, na prática, de isenção em relação ao direito internacional em razão de seu poder político ou militar.

7) Reforma do Conselho de Segurança

O direito de veto dos membros permanentes deve ser substancialmente reformado, com maior representatividade e mecanismos que permitam ao conjunto mais amplo dos membros das Nações Unidas atuar quando o Conselho estiver paralisado.

8) Desmilitarização progressiva

As armas nucleares e outras armas de destruição em massa devem, em última instância, ser eliminadas, enquanto os gastos militares são progressivamente redirecionados para a segurança humana e para bens públicos globais.

9) Saúde e conhecimento como bens públicos globais

Medicamentos essenciais, vacinas, conhecimentos científicos, tecnologias de saúde e outros recursos capazes de salvar vidas não devem depender primordialmente do poder de compra.

10) Um sistema justo de mobilidade humana

As causas da migração forçada devem ser enfrentadas paralelamente à proteção dos direitos e da dignidade de migrantes e refugiados.

11) Transformação ecológica

A governança econômica global deve apoiar uma rápida transição para longe da dependência dos combustíveis fósseis, garantindo ao mesmo tempo que os países de menor renda disponham de recursos suficientes para alcançar um desenvolvimento digno.

12) Financiamento global democrático

A ONU e outras instituições globais necessitam de financiamento previsível e suficientemente independente, em vez de uma dependência excessiva de contribuições voluntárias provenientes de Estados poderosos e de interesses privados.

17. Da competição à cooperação

A alternativa a uma ordem internacional centrada no poder não é a ausência de poder. É a democratização e a redistribuição do poder.

Tampouco se trata de rejeitar o desenvolvimento econômico. Trata-se de uma concepção diferente do desenvolvimento: melhorar a saúde, a dignidade e as capacidades humanas, ao mesmo tempo que se reduz o consumo material desnecessário e se protegem os sistemas ecológicos dos quais dependem as futuras gerações.

Isso também altera o significado de segurança. A segurança deve incluir a segurança alimentar, a saúde, o acesso à água e à energia, a proteção do clima, a paz e a estabilidade ecológica — e não apenas a capacidade militar dos Estados.

Isso também altera o significado de prosperidade. A prosperidade não deve ser medida apenas pela quantidade que um país produz, consome ou acumula, mas por sua capacidade de proporcionar às pessoas vidas longas, saudáveis e significativas, sem comprometer a possibilidade de que outras pessoas e as futuras gerações façam o mesmo.

Conclusão: um chamado a um novo pacto global

O discurso de Trump na ONU em 2026 oferece uma expressão particularmente clara de uma das possibilidades de futuro: um mundo de Estados fortes competindo por segurança, recursos, mercados, tecnologia e influência geopolítica.

Mas a questão não se resume a um presidente ou a um único país. O problema mais profundo é a persistência de um sistema internacional no qual o poder militar, a riqueza econômica e o controle de recursos determinam quais interesses prevalecem. As evidências e análises desenvolvidas no âmbito da Equidade Sustentável em Saúde apontam para outra possibilidade.

A carga projetada de mortalidade relacionada à mudança climática recai de forma desproporcional sobre populações que menos contribuíram para as emissões históricas. A iniquidade global em saúde continua a produzir milhões de mortes evitáveis todos os anos. Ao mesmo tempo, a análise WISE identifica uma significativa lacuna global de dignidade ao lado de enormes concentrações de recursos acima de níveis compatíveis com a equidade sustentável.

Gaza e Cuba oferecem dois exemplos contemporâneos de um problema mais amplo: a distância entre os princípios universais proclamados pelo sistema internacional e a forma como o poder é efetivamente exercido. As análises publicadas no PEAH sobre Gaza e Cuba sustentam, sob perspectivas distintas, que as consequências do poder geopolítico alcançam cada vez mais diretamente as condições de vida, saúde e sobrevivência.

A resposta, portanto, deve ser mais ampla do que a oposição a qualquer governo específico. Ela deve consistir em um novo pacto global.

Uma **ONU refundada** poderia colocar a equidade sustentável no centro da cooperação internacional: *uma vida digna para todas as pessoas; limites ecológicos para todos; maior redistribuição dos recursos excedentes para atender às situações de privação; bens públicos globais; responsabilização universal sob o direito internacional; paz em lugar da competição militar permanente; e instituições democráticas capazes de representar a humanidade como um todo.*

Isso daria um novo significado às palavras que abrem a Carta das Nações Unidas: **"Nós, os povos."**

O desafio já não é decidir qual país deve dominar o século XXI. O desafio é construir instituições por meio das quais a humanidade possa aprender a compartilhar o século XXI — e proteger a Terra da qual todos nós dependemos.

Referências

Garay JE, Chiriboga DE, Kelley N, Garay A, Garcia-Carmino E. Health and Climate Change: a Third World War with No Guns. PEAH, 2018. The analysis modelled approximately 216 million excess deaths from temperature increase during the twenty-first century, predominantly in tropical and subtropical populations.

Garay J. Towards a WISE – Wellbeing in Sustainable Equity – New Paradigm for Humanity. PEAH, 2023. The article develops the WISE paradigm, the dignity threshold, the estimated US$7 trillion global dignity gap and the concept of an excess/hoarding threshold.

Garay J. Restoring Broken Human Deal. PEAH, 2024. The article develops the analysis of global governance failure, health inequity, ecological destruction, economic concentration and the need for a new societal paradigm.

Garay J. Gaza and the End of a Moral Order: Energy, Power, and the Emergence of a Post-Hegemonic World—and the Prospect of a New Global Life Expectancy Decline. PEAH, 2026.

Garay J. Cuba Under Economic Siege: Evidence of the Humanitarian and Health Consequences of United States Coercive Measures and Arguments for an Equity-Based Response. PEAH, 2026.

United Nations. Charter of the United Nations. San Francisco, 1945.

United Nations. Universal Declaration of Human Rights. Paris, 1948.

International Court of Justice. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide in the Gaza Strip (South Africa v. Israel). Provisional Measures, 2024.

United Nations Environment Programme. Emissions Gap Report 2025. UNEP, Nairobi, 2025.

World Health Organization. Climate Change and Health. WHO, Geneva.

Richardson K, et al. Earth beyond six of nine planetary boundaries. Science Advances. 2023;9(37):eadh2458.

United Nations Security Council. Voting System and the Right to Veto.

United Nations Security Council. Vetoes since 1946.

PolitiFact. Fact-check: President Donald Trump misleads on Iran war, AI in speech to UN. September 2026.

Associated Press. FACT FOCUS: Trump made multiple false and misleading claims in front of the UN General Assembly. September 2026.

Direito ao Desenvolvimento e Acesso à Saúde: Desafios para Populações Vulneráveis

Derecho al Desarrollo y Acceso a la Salud: Desafíos para las Poblaciones Vulnerables

Right to Development and Access to Health: Challenges for Vulnerable Populations.

Fabiane Gaspar e Armando De Negri Filho

Resumo: Este informe reúne a análise do relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos sobre lacunas de proteção no acesso a medicamentos, vacinas e outros produtos de saúde para grupos em situação de vulnerabilidade e de destaques do Segmento de Alto Nível da Assembleia Geral das Nações Unidas em comemoração aos 40 anos da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento. Tanto o relatório quanto a reunião de alto nível evidenciaram que conflitos armados, restrições fiscais, endividamento, barreiras comerciais, desigualdades tecnológicas, mudanças climáticas, discriminação e fragilidades da cooperação internacional continuam limitando o acesso equitativo à saúde e ao desenvolvimento.

Palavras-chave: Direito ao desenvolvimento; Direito à saúde; Cooperação internacional; Grupos vulneráveis.

Resumen: *Este informe recoge el análisis del informe de la Oficina del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos sobre las brechas en la protección del acceso a medicamentos, vacunas y otros productos de salud para grupos en situación de vulnerabilidad, así como los puntos destacados del Segmento de Alto Nivel de la Asamblea General de las Naciones Unidas en conmemoración de los 40 años de la Declaración sobre el Derecho al Desarrollo. Tanto el informe como la reunión de alto nivel pusieron de manifiesto que los conflictos armados, las restricciones fiscales, el endeudamiento, las barreras comerciales, las desigualdades tecnológicas, el cambio climático, la discriminación y las debilidades de la cooperación internacional siguen limitando el acceso equitativo a la salud y al desarrollo.*

Palabras clave: *Derecho al desarrollo; Derecho a la salud; Cooperación internacional; Grupos vulnerables.*

Abstract: *This report compiles an analysis of the report by the Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights on protection gaps in access to medicines, vaccines, and other health products for vulnerable groups, as well as highlights from the High-Level Segment of the United Nations General Assembly commemorating the 40th anniversary of the Declaration on the Right to Development. Both the report and the high-level meeting highlighted that armed conflicts, fiscal constraints, debt, trade barriers, technological inequalities, climate change, discrimination, and weaknesses in international cooperation continue to limit equitable access to health and development.*

Keywords: *Right to development; Right to health; International cooperation; Vulnerable groups.*

Relatório "Lacunas na proteção de segmentos vulneráveis da população no que diz respeito ao acesso a medicamentos, vacinas e outros produtos de saúde, no contexto do direito de todos ao mais alto padrão possível de saúde física e mental"(A/HRC/63/85)

I. Introdução

O relatório intitulado *Protection gaps of vulnerable segments of the population regarding access to medicines, vaccines and other health products in the context of the right of everyone to the highest attainable standard of physical and mental health* (Lacunas na proteção de segmentos vulneráveis da população no que diz respeito ao acesso a medicamentos, vacinas e outros produtos de saúde, no contexto do direito de todos ao mais alto padrão possível de saúde física e mental, em tradução livre) elaborado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OHCHR, sigla em inglês), examina as lacunas de proteção que afetam grupos em situação de vulnerabilidade no acesso a medicamentos, vacinas e outros produtos de saúde.

O estudo foi produzido em cumprimento à Resolução 59/7 do Conselho de Direitos Humanos e dá continuidade a relatórios anteriores sobre acesso a medicamentos e vacinas. O documento concentra-se especialmente nos efeitos de tendências globais emergentes que afetam a realização do direito à saúde, com atenção particular aos Países Menos Desenvolvidos (LDCs), Países em Desenvolvimento Sem Litoral (LLDCs) e Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS).

II. Contextualização

O relatório parte do diagnóstico de que aproximadamente 4,6 bilhões de pessoas não têm acesso a serviços essenciais de saúde e que cerca de 2,1 bilhões enfrentam dificuldades financeiras relacionadas a despesas de saúde.

O documento identifica desigualdades estruturais entre países e dentro dos próprios países como um dos principais fatores que limitam a concretização da cobertura universal de saúde. A análise adota uma perspectiva fundamentada nos direitos humanos e considera a interação entre múltiplas formas de vulnerabilidade, reconhecendo que fatores econômicos, sociais, políticos e institucionais atuam simultaneamente na produção das desigualdades em saúde.

III. Conflito Armado

A. Ataques a estabelecimentos de saúde e profissionais de saúde

O relatório identifica os conflitos armados como uma das principais fontes contemporâneas de restrição ao acesso a medicamentos, vacinas e serviços de saúde. A destruição de hospitais, clínicas, laboratórios, ambulâncias e depósitos de medicamentos compromete a disponibilidade dos serviços de saúde, enquanto os ataques contra profissionais reduzem ainda mais a capacidade de resposta dos sistemas sanitários.

Em 2025, a *Safeguarding Health in Conflict Coalition* (SHCC) registrou 2.546 ataques contra o setor da saúde, dos quais 790 envolveram danos ou destruição de instalações de saúde. No mesmo ano, o sistema de monitoramento da Organização Mundial da Saúde (OMS) registrou 1.431 ataques, que resultaram em 1.997 mortes e 1.189 feridos, afetando 991 instalações sanitárias, 643 profissionais de saúde e 426 meios de transporte médico. O relatório documenta

ainda a morte de 455 profissionais de saúde, além de sequestros e prisões de trabalhadores do setor em diferentes contextos de conflito.

O documento ressalta que tais práticas produzem consequências de longo prazo para os sistemas de saúde e para a população civil, comprometendo campanhas de vacinação, tratamentos contínuos e o fornecimento regular de medicamentos essenciais.

B. Impactos sobre pessoas em situação de vulnerabilidade

A seção demonstra que os efeitos dos conflitos armados recaem de forma desigual sobre determinados grupos populacionais. Mulheres, crianças, pessoas idosas, pessoas com deficiência, povos indígenas, populações racializadas, pessoas LGBTIQ+, pessoas privadas de liberdade e indivíduos com doenças crônicas são apontados como particularmente expostos às consequências da interrupção dos serviços de saúde.

No caso das mulheres, o relatório destaca que aproximadamente 613 milhões de mulheres e meninas viviam em contextos de conflito em 2025. A interrupção dos serviços de saúde sexual e reprodutiva aumenta o risco de mortalidade materna, gravidez não planejada, infecções sexualmente transmissíveis e complicações obstétricas. O documento cita situações observadas no Afeganistão e em Gaza, onde barreiras institucionais, destruição da infraestrutura sanitária e escassez de medicamentos afetaram o acesso aos serviços de saúde reprodutiva.

Entre as crianças, os conflitos afetam diretamente os programas de imunização. Estados afetados por conflitos concentraram mais da metade das 13,5 milhões de crianças classificadas como “zero dose” em 2025, ou seja, que não receberam nenhuma vacina básica. O relatório associa essas interrupções à insegurança, ao deslocamento populacional, aos bloqueios territoriais e aos ataques contra unidades sanitárias.

O documento também demonstra como pacientes com doenças crônicas sofrem interrupções terapêuticas prolongadas. Em cenários de guerra, o tratamento de condições como diabetes, hipertensão e epilepsia tende a ser interrompido pela escassez de medicamentos, destruição de instalações especializadas ou colapso das redes de abastecimento.

C. Redução do acesso à saúde e a medicamentos e vacinas para pessoas privadas de liberdade em contextos de conflito

O relatório identifica obstáculos específicos enfrentados por pessoas privadas de liberdade em situações associadas a conflitos armados. São descritas situações envolvendo centros de detenção na Síria, pessoas detidas palestinas e detentos ucranianos. O estudo registra casos de ausência de atendimento médico, dificuldades de obtenção de medicamentos, limitações de higiene e alimentação e denúncias de maus-tratos.

O texto observa que essas circunstâncias entram em conflito com as obrigações previstas no Direito Internacional dos Direitos Humanos e no Direito Internacional Humanitário relativas à assistência médica de pessoas privadas de liberdade.

IV. Cortes no financiamento internacional da saúde, dívida insustentável e restrições fiscais que impedem o acesso e a acessibilidade

Esta seção examina a relação entre financiamento público, cooperação internacional e acesso a medicamentos e vacinas. O estudo registra queda de 26,3% da ajuda oficial ao

desenvolvimento entre 2024 e 2025, bem como nova redução projetada para 2026. Segundo o relatório, o setor da saúde foi o mais afetado pelos cortes de financiamento.

A análise demonstra que programas de imunização, vigilância epidemiológica, prevenção de pandemias, combate ao HIV/AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas dependem de forma significativa desses recursos.

O relatório conclui que o endividamento crescente e a redução do espaço fiscal limitam investimentos em sistemas de saúde, comprometendo a capacidade dos Estados de assegurar acesso universal a medicamentos, vacinas e tecnologias de saúde.

V. Barreiras comerciais e interrupções das cadeias de abastecimento

A. Medidas coercitivas unilaterais

O relatório examina o impacto das sanções econômicas sobre a disponibilidade de medicamentos, vacinas e equipamentos médicos. Segundo o documento, as medidas coercitivas unilaterais podem restringir fluxos comerciais e financeiros, gerar escassez de produtos essenciais e dificultar a resposta a emergências sanitárias. Casos relacionados ao Irã e a Cuba são apresentados para ilustrar esses efeitos.

B. Produção, exportação e distribuição equitativa de medicamentos e vacinas

O estudo destaca a elevada concentração da produção farmacêutica mundial em um pequeno grupo de países e empresas. Mais de 30% do mercado farmacêutico global encontra-se concentrado em dez grandes empresas farmacêuticas, enquanto países da África Subsaariana importam mais de 70% dos medicamentos consumidos e mais de 99% das vacinas utilizadas. O relatório associa essa concentração à vulnerabilidade das cadeias globais de suprimento.

C. Regras comerciais, flexibilidades do TRIPS e licenciamento compulsório

O documento examina a relação entre propriedade intelectual e acesso a medicamentos. Embora o sistema TRIPS preveja mecanismos de flexibilização, incluindo o licenciamento compulsório, o relatório observa que tais instrumentos permanecem pouco utilizados em muitos países de baixa e média renda devido à limitada capacidade produtiva, ao receio de represálias econômicas e à possibilidade de litígios envolvendo empresas farmacêuticas.

D. Sistema global de acesso a vacinas e outras inovações médicas

O relatório descreve um sistema global composto por múltiplos mecanismos de aquisição e distribuição de vacinas, incluindo acordos bilaterais, mecanismos internacionais de financiamento e plataformas multilaterais de aquisição coletiva. A análise identifica dificuldades estruturais para assegurar distribuição equitativa durante emergências sanitárias globais.

Particular destaque é conferido às negociações do sistema de *Pathogen Access and Benefit-Sharing* (PABS), previsto no âmbito do Acordo sobre Pandemias da OMS. O relatório aponta que as negociações permanecem marcadas por divergências entre países que fornecem amostras biológicas e informações genéticas e aqueles que concentram a capacidade de pesquisa e desenvolvimento farmacêutico. O documento destaca que a ausência de consenso sobre o PABS retardou a entrada em vigor plena do acordo internacional sobre pandemias.

E. Responsabilidades das empresas farmacêuticas em matéria de direitos humanos

O relatório examina as responsabilidades das empresas farmacêuticas à luz dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos. O documento sustenta que decisões relacionadas a preços, licenciamento, patentes e estratégias de comercialização podem influenciar diretamente o acesso de grupos vulneráveis a medicamentos e vacinas. Também analisa os desafios decorrentes da tensão entre objetivos comerciais e acesso equitativo a produtos de saúde.

VI. Narrativas e políticas que levam à redução do acesso a medicamentos e vacinas

A. Criminalização como barreira de acesso

O relatório identifica a criminalização como fator que reduz o acesso a intervenções de saúde por usuários de drogas, pessoas vivendo com HIV, trabalhadores do sexo, migrantes e pessoas LGBTIQ+. Segundo o documento, o receio de prisão, deportação ou sanções legais reduz a procura por serviços de prevenção, diagnóstico e tratamento.

B. Estigma e discriminação

Esta subseção examina os efeitos do racismo, da discriminação étnica, da transfobia, da estigmatização relacionada ao HIV e de outras formas de exclusão social sobre o acesso a medicamentos e serviços de saúde. O relatório demonstra que o estigma pode reduzir a procura por tratamento, afetar a qualidade do atendimento recebido e contribuir para piores resultados em saúde.

C. Políticas de isolamento sanitário e proibições de viagem durante pandemias

O documento analisa medidas restritivas adotadas durante emergências sanitárias internacionais e conclui que proibições generalizadas de viagens e fechamento de fronteiras podem produzir interrupções em cadeias de suprimentos médicos, missões humanitárias e evacuações sanitárias, além de apresentarem resultados limitados para o controle epidemiológico.

VII. Tecnologia Digital

A. Divisão digital e exclusão estrutural de grupos marginalizados

O relatório descreve o crescimento da digitalização dos sistemas de saúde e reconhece seus potenciais benefícios para telemedicina, monitoramento remoto e ampliação do acesso aos serviços. Entretanto, evidencia profundas desigualdades digitais que afetam mulheres, pessoas idosas, pessoas com deficiência, populações rurais e indivíduos com barreiras linguísticas. Também analisa problemas associados à pobreza de dados e aos vieses algorítmicos que podem reproduzir desigualdades existentes.

B. Compartilhamento de dados, uso indevido, vigilância e violações

O relatório dedica especial atenção aos riscos associados à coleta e ao compartilhamento de dados de saúde. O documento aborda questões relacionadas à privacidade digital, vigilância, compartilhamento internacional de informações médicas e utilização de aplicativos de saúde que coletam dados sensíveis. Segundo o estudo, esses riscos podem afetar de forma mais intensa grupos sujeitos a criminalização, discriminação ou estigma social.

VIII. Degradação ambiental e mudanças climáticas

A. Interrupções na disponibilidade de medicamentos e vacinas em regiões expostas ao clima

O relatório demonstra que eventos climáticos extremos afetam a produção, o armazenamento e a distribuição de medicamentos e vacinas. Enchentes, secas, tempestades e ondas de calor comprometem cadeias logísticas e sistemas de refrigeração, dificultando o acesso a produtos essenciais em diversas regiões do mundo.

B. Mudanças climáticas e resistência antimicrobiana (AMR)

A análise estabelece relação entre mudanças climáticas, perda de biodiversidade, poluição ambiental e aumento da resistência antimicrobiana. O relatório indica que a resistência antimicrobiana reduz a efetividade dos tratamentos disponíveis e tende a aumentar a pressão sobre sistemas de saúde já fragilizados.

C. Degradação ambiental e medicamentos tradicionais

O estudo conclui que a perda da biodiversidade ameaça a disponibilidade de plantas e recursos biológicos utilizados na medicina tradicional, afetando particularmente povos indígenas, comunidades rurais e populações camponesas. O documento relaciona a proteção da biodiversidade à preservação de conhecimentos tradicionais e ao acesso a recursos terapêuticos historicamente utilizados por essas comunidades.

IX. Conclusões

Nas conclusões, o relatório sustenta que as lacunas de proteção no acesso a medicamentos, vacinas e outros produtos de saúde resultam da interação entre fatores políticos, econômicos, comerciais, tecnológicos, ambientais e sociais.

O documento afirma que conflitos armados, discriminação, estigma, restrições fiscais, fragilidade das cadeias globais de abastecimento, desigualdades tecnológicas e mudanças climáticas ampliam obstáculos já existentes para grupos vulneráveis.

O estudo conclui que a redução dessas lacunas requer abordagens integradas fundamentadas nos direitos humanos, contemplando financiamento adequado dos sistemas de saúde, cooperação internacional, fortalecimento dos marcos regulatórios, proteção contra discriminação, governança digital e respostas aos impactos ambientais e climáticos sobre a saúde.

Considerações Finais

O relatório “Lacunas na proteção de segmentos vulneráveis da população no que diz respeito ao acesso a medicamentos, vacinas e outros produtos de saúde, no contexto do direito de todos ao mais alto padrão possível de saúde física e mental”(A/HRC/63/85) evidencia que as lacunas de proteção no acesso a medicamentos, vacinas e outros produtos de saúde não decorrem de um único fator, mas da interação entre processos políticos, econômicos, sociais, tecnológicos, ambientais e humanitários que operam em escala global.

A análise demonstra que determinados grupos populacionais enfrentam obstáculos adicionais e desproporcionais para acessar produtos essenciais à saúde, especialmente em contextos marcados por conflitos armados, fragilidade institucional, restrições financeiras e desigualdades estruturais.

No campo dos conflitos armados, o estudo demonstra que ataques contra instalações e profissionais de saúde, interrupções das cadeias de abastecimento e restrições ao acesso humanitário comprometem diretamente a disponibilidade e a continuidade de tratamentos, vacinas e outros serviços essenciais de saúde. Os impactos recaem de forma particularmente significativa sobre mulheres, crianças, pessoas idosas, pessoas com deficiência, indivíduos com doenças crônicas e pessoas privadas de liberdade, cujas necessidades de saúde tendem a permanecer desatendidas em contextos de crise prolongada.

O relatório também mostra que a redução do financiamento internacional para a saúde, associada ao aumento do endividamento e à limitação do espaço fiscal em diversos países, afeta programas de imunização, vigilância epidemiológica, prevenção de doenças e preparação para emergências sanitárias. Nesse contexto, a capacidade dos Estados de assegurar acesso universal e contínuo a medicamentos e vacinas torna-se mais restrita, especialmente em países de baixa renda e em contextos altamente dependentes de cooperação internacional.

No âmbito do comércio internacional, o estudo destaca que a concentração geográfica da produção farmacêutica, as interrupções das cadeias globais de abastecimento, as medidas coercitivas unilaterais e as limitações práticas ao uso das flexibilidades previstas no Acordo TRIPS continuam influenciando a disponibilidade e a acessibilidade de medicamentos e vacinas. Da mesma forma, as negociações em torno do mecanismo do PABS revelam a persistência de assimetrias entre países que compartilham amostras e dados de patógenos e aqueles que concentram a capacidade de pesquisa, desenvolvimento e produção farmacêutica.

O documento evidencia ainda que processos de criminalização, estigma e discriminação continuam atuando como barreiras relevantes ao acesso à saúde. Migrantes, pessoas vivendo com HIV, usuários de drogas, trabalhadores do sexo e populações LGBTIQ+ figuram entre os grupos mais afetados por obstáculos decorrentes de normas legais, práticas institucionais e contextos sociais que limitam a procura e a utilização de serviços de saúde.

Em relação à transformação digital, o relatório demonstra que a expansão das tecnologias de saúde oferece novas possibilidades para ampliação do acesso aos cuidados, mas também produz desafios relacionados à exclusão digital, à pobreza de dados, aos vieses algorítmicos, à proteção da privacidade e ao compartilhamento de informações sensíveis de saúde. As desigualdades existentes tendem a ser reproduzidas ou aprofundadas quando os processos de digitalização não consideram as especificidades de grupos vulnerabilizados.

Por fim, o estudo conclui que a degradação ambiental e as mudanças climáticas já afetam a disponibilidade de medicamentos, vacinas e outros produtos de saúde por meio de impactos sobre cadeias logísticas, produção de insumos, ocorncia de doenças infecciosas e aumento da resistência antimicrobiana. Além disso, a perda da biodiversidade compromete a disponibilidade de recursos utilizados na medicina tradicional e afeta conhecimentos preservados por povos indígenas e comunidades rurais.

De modo geral, o relatório demonstra que a superação das lacunas identificadas depende da articulação entre políticas de saúde, financiamento internacional, comércio, inovação tecnológica, proteção ambiental e direitos humanos, considerando especialmente as necessidades dos grupos que enfrentam situações de vulnerabilidade e marginalização.

Destaques sobre o Segmento de Alto Nível para Comemorar o 40º Aniversário da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento – Assembleia Geral das Nações Unidas – 81ª Sessão (23 de setembro de 2026)

Introdução

O Segmento de Alto Nível da Assembleia Geral das Nações Unidas, realizado em 23 de setembro de 2026, foi concebido não apenas como uma cerimônia comemorativa dos quarenta anos da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, mas como um espaço político para avaliar o estado atual da agenda global de desenvolvimento e discutir os desafios que continuam a impedir a plena realização desse direito.

O encontro foi realizado em conformidade com as resoluções da Assembleia Geral que determinaram a realização da comemoração durante a 81ª sessão, reunindo chefes de delegação, representantes de organizações internacionais, grupos regionais e da sociedade civil.

A nota conceitual do evento ressaltava que a Declaração de 1986 continua oferecendo um marco normativo para enfrentar desafios contemporâneos, ao reafirmar que toda pessoa e todos os povos têm o direito de participar, contribuir e desfrutar do desenvolvimento econômico, social, cultural e político. O documento também propunha uma reflexão sobre como esse direito poderia orientar respostas aos desafios atuais relacionados à dívida, às desigualdades globais, às mudanças climáticas, à transformação digital e à governança internacional.

Ao longo de toda a reunião foi possível observar um amplo consenso em torno da importância do desenvolvimento como direito humano. Contudo, também ficaram evidentes divergências profundas sobre as causas das desigualdades globais e sobre o papel que os Estados, as instituições financeiras internacionais, o comércio internacional e a cooperação multilateral deveriam desempenhar na promoção desse direito.

O significado atual do direito ao desenvolvimento

Os discursos inaugurais estabeleceram o tom da reunião. O Presidente da Assembleia Geral Khalilur Rahman destacou que, apesar dos avanços registrados nas últimas quatro décadas, incluindo a redução da pobreza extrema, o aumento da expectativa de vida, a ampliação do acesso à educação e a expansão das tecnologias digitais, o progresso ocorreu de maneira desigual e insuficiente para garantir oportunidades equitativas entre países e dentro deles. Em sua avaliação, o desenvolvimento continua sendo um processo que exige participação efetiva das pessoas, distribuição justa dos benefícios do crescimento econômico e eliminação das desigualdades estruturais que limitam as oportunidades de milhões de indivíduos.

O Secretário-Geral das Nações Unidas António Guterres reforçou essa análise, afirmando que a promessa contida na Declaração permanece incompleta diante do agravamento das desigualdades, do aumento da insegurança alimentar, da expansão do endividamento dos países em desenvolvimento, dos conflitos armados e dos efeitos crescentes da crise climática. O desenvolvimento foi constantemente apresentado como inseparável dos direitos humanos e da paz, em uma formulação que apareceu repetidamente durante toda a reunião.

O Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos Volker Türk aprofundou esse debate ao sustentar que o desenvolvimento não pode ser medido apenas por

indicadores econômicos. Segundo sua intervenção, a concentração de riqueza, as desigualdades econômicas internacionais, o crescimento contínuo do gasto militar global em contraste com os recursos insuficientes destinados ao combate à pobreza e ao financiamento do desenvolvimento e os atuais padrões de produção e consumo constituem obstáculos concretos à implementação do direito ao desenvolvimento. Sua fala enfatizou que o objetivo do desenvolvimento deve ser a ampliação da liberdade, da dignidade humana, da igualdade e da participação social.

A representante da sociedade civil, Chee Yoke Ling, Diretora Executiva da organização Third World Network (TWN) falando em nome de organizações e movimentos sociais do Sul Global, concentrou-se na crítica às estruturas internacionais que, em sua visão, continuam reproduzindo relações históricas de desigualdade. Sua exposição destacou a necessidade de reformar instituições como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a OMC, além de defender mudanças nos sistemas de tributação internacional, reestruturação ordenada de dívidas soberanas, controle do poder corporativo transnacional e fortalecimento das obrigações extraterritoriais dos Estados em matéria de direitos humanos. Também enfatizou que as discussões sobre inteligência artificial, economia digital e propriedade intelectual não poderiam ser dissociadas do debate sobre desenvolvimento e distribuição equitativa dos benefícios do progresso tecnológico.

Alguns temas recorrentes nas declarações

Um dos assuntos mais recorrentes foi a necessidade de reformar a **arquitetura financeira internacional**. Delegações da África, da Ásia, da América Latina e dos pequenos Estados insulares argumentaram que os mecanismos atuais de financiamento do desenvolvimento reproduzem desigualdades históricas e restringem a capacidade dos países em desenvolvimento de investir em educação, saúde, infraestrutura, proteção social e adaptação climática. A reforma dos bancos multilaterais de desenvolvimento, a criação de mecanismos mais eficazes de reestruturação da dívida e a ampliação do acesso ao financiamento concessional foram defendidas de forma quase unânime pelos países do Sul Global.

Associada a esse tema apareceu a questão da **dívida externa**. Diversas delegações observaram que os gastos crescentes com o pagamento de juros e amortizações limitam severamente o espaço fiscal disponível para políticas de desenvolvimento humano. Países como Suriname, Paquistão, Tanzânia, África do Sul, Bangladesh, Nigéria e diversos Estados africanos afirmaram que o sistema financeiro internacional continua dificultando investimentos em áreas essenciais para a população.

Outro tema recorrente foi a **crise climática**. Os pequenos Estados insulares do Pacífico e do Caribe destacaram repetidamente que os impactos das mudanças climáticas estão destruindo décadas de investimentos em desenvolvimento. Delegações de Samoa, Micronésia (*Federated States of Micronesia)*, Fiji, Palau, Maldivas, Kiribati, Vanuatu e membros da CARICOM defenderam acesso ampliado ao financiamento climático, operacionalização do Índice Multidimensional de Vulnerabilidade e reconhecimento das circunstâncias específicas enfrentadas pelos pequenos Estados insulares.

As **transformações digitais e a inteligência artificial** também apareceram com frequência. Diversos países sustentaram que as novas tecnologias oferecem oportunidades inéditas para acelerar o desenvolvimento, mas advertiram que a concentração do conhecimento, dos dados e da capacidade tecnológica poderá ampliar ainda mais as

desigualdades globais. A necessidade de transferência tecnológica, capacitação digital e participação dos países em desenvolvimento nos debates sobre governança da inteligência artificial foi apresentada como um desafio central para as próximas décadas.

Destaques a temas divergentes

Apesar do consenso em torno da importância do direito ao desenvolvimento, houve divergências importantes. Uma divergência evidente girou em torno das sanções econômicas unilaterais. Delegações do Movimento dos Não Alinhados (MNA), do Grupo de Amigos em Defesa da Carta da ONU, bem como países como Cuba, Venezuela, Belarus, Irã, Nicarágua e Federação Russa, argumentaram que **medidas coercitivas unilaterais** restringem comércio, financiamento, investimentos e acesso à tecnologia, constituindo obstáculos diretos ao direito ao desenvolvimento.

Em contraste, delegações da União Europeia, Finlândia, Irlanda, Países Baixos e outros parceiros europeus não enfatizaram esse tema, preferindo abordar democracia, Estado de Direito, direitos humanos, igualdade de gênero e governança como condições necessárias para o desenvolvimento sustentável.

Outra controvérsia esteve relacionada ao **papel da soberania nacional**. Países do Sul Global insistiram que o direito ao desenvolvimento pressupõe liberdade para determinar prioridades nacionais de desenvolvimento sem interferências externas. Diversos países europeus defenderam uma visão mais centrada em instituições democráticas, participação política e garantias universais de direitos humanos. Embora essas posições não tenham gerado confrontos diretos durante a reunião, elas revelaram concepções distintas acerca dos caminhos para alcançar o desenvolvimento.

O **tema palestino** também ocupou espaço significativo. Representantes da Palestina, Egito, Tunísia e da Liga dos Estados Árabes defenderam que a ocupação prolongada impede a concretização do direito ao desenvolvimento, reiterando que o desenvolvimento não pode ser dissociado do direito à autodeterminação dos povos.

Sobre a Convenção Internacional sobre o Direito ao Desenvolvimento

Diversas delegações fizeram referência explícita ao projeto da Convenção Internacional sobre o Direito ao Desenvolvimento, em fase de negociações nas Nações Unidas. Argumentaram que, apesar dos avanços normativos obtidos desde a adoção da Declaração, a ausência de obrigações jurídicas internacionalmente vinculantes continua limitando sua implementação efetiva. Nesse contexto, representantes do MNA, do Grupo de Amigos em Defesa da Carta das Nações Unidas, bem como países da África, Ásia e América Latina, defenderam a conclusão das negociações e a adoção de um pacto que consolide, fortaleça e operacionalize os princípios já consagrados pela Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento.

Essa posição foi expressa de forma explícita por Uganda, em nome do MNA, que instou a Assembleia Geral a priorizar a negociação e a adoção do pacto como instrumento jurídico vinculante. Da mesma forma, a República Bolivariana da Venezuela, falando em nome do Grupo de Amigos em Defesa da Carta das Nações Unidas, afirmou que o fortalecimento do direito ao desenvolvimento exige sua consolidação como norma internacional obrigatória e defendeu a continuidade das negociações atualmente em curso.

As delegações da Indonésia, Bangladesh, China, Argélia, Etiópia, Sri Lanka, Madagascar, Nicarágua e Azerbaijão destacaram que um instrumento vinculante poderia contribuir para reduzir as lacunas existentes entre os compromissos políticos assumidos pelos Estados e sua implementação prática, particularmente no que se refere à cooperação internacional, ao financiamento do desenvolvimento, à transferência de tecnologia e à correção de desigualdades estruturais entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

O apoio ao pacto apareceu frequentemente associado à crítica das atuais estruturas econômicas internacionais. Nesse sentido, diversos representantes defenderam que o futuro instrumento deveria reconhecer de forma mais explícita as responsabilidades internacionais relacionadas à cooperação para o desenvolvimento, ao tratamento das dívidas soberanas, à ampliação do acesso ao financiamento concessional e à participação equitativa dos países em desenvolvimento nos processos globais de tomada de decisão. Nessas intervenções, o pacto foi apresentado como um mecanismo capaz de transformar o direito ao desenvolvimento de uma aspiração política em um compromisso jurídico dotado de maior efetividade.

Por outro lado, as delegações da União Europeia e de diversos países europeus, incluindo Países Baixos, Finlândia, Irlanda, Espanha e Portugal, reafirmaram seu compromisso com o direito ao desenvolvimento, mas concentraram suas intervenções na implementação da Agenda 2030, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, da cooperação internacional e dos direitos humanos universalmente reconhecidos, evitando referências explícitas à adoção imediata de um tratado internacional vinculante.

Considerações Finais

Quarenta anos após a adoção da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, a reunião evidenciou que o direito ao desenvolvimento continua ocupando posição importante entre as principais preocupações dos Estados. Concentram-se na reforma da arquitetura financeira internacional, na dívida externa, no financiamento climático, na vulnerabilidade dos pequenos Estados insulares, na inclusão tecnológica e na redução das desigualdades globais. Ao mesmo tempo, questões como sanções econômicas, soberania nacional, autodeterminação dos povos e governança global continuam gerando interpretações distintas entre diferentes grupos de países.

A reunião também colocou a Convenção Internacional sobre o Direito ao Desenvolvimento na pauta de muitos países em desenvolvimento. A adoção desse instrumento constitui uma oportunidade de transformar princípios políticos historicamente afirmados em compromissos jurídicos mais concretos.

Em síntese, o encontro permitiu constatar que o debate sobre o direito ao desenvolvimento transcende a mera celebração de um documento histórico. A reunião revelou que a Declaração permanece sendo utilizada como referência para discutir algumas das principais questões do sistema internacional contemporâneo, incluindo financiamento, clima, tecnologia, comércio, desigualdade, soberania e direitos humanos, mantendo-se como uma das plataformas de diálogo mais importantes entre Norte e Sul Global no âmbito das Nações Unidas.

Referências

UNITED NATIONS. Human Rights Council. *Protection gaps of vulnerable segments of the population regarding access to medicines, vaccines and other health products in the context of the right of everyone to the highest attainable standard of physical and mental health: study of the Office of the United Nations*

High Commissioner for Human Rights. Geneva: Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights (OHCHR), 2026. Documento A/HRC/63/85, 14 Sept. 2026. Disponível em: <https://www.ohchr.org>. Acesso em: 24 set. 2026.

UNITED NATIONS. General Assembly. *High-level Segment of the General Assembly to Commemorate the 40th Anniversary of the Declaration on the Right to Development: Concept Note*. New York: United Nations, 2026. Disponível em: <https://www.un.org>. Acesso em: 27 set. 2026.

UNITED NATIONS. General Assembly. *High-level Segment to Commemorate the 40th Anniversary of the Declaration on the Right to Development: transcript of proceedings (Part 1)*. New York: United Nations Web TV, 23 set. 2026. Transcrição da sessão da manhã da Reunião de Alto Nível da 81ª Sessão da Assembleia Geral. Disponível em: <https://webtv.un.org/en/asset/k1f/k1fw82mri0>. Acesso em: 27 set. 2026.

UNITED NATIONS. General Assembly. *High-level Segment to Commemorate the 40th Anniversary of the Declaration on the Right to Development: transcript of proceedings (Part 2)*. New York: United Nations Web TV, 23 set. 2026. Transcrição da sessão da tarde da Reunião de Alto Nível da 81ª Sessão da Assembleia Geral. Disponível em: <https://webtv.un.org/en/asset/k1j/k1j22fr6fc>. Acesso em: 27 set. 2026.

UNITED NATIONS. General Assembly. *Declaration on the Right to Development*. Resolution 41/128, adopted on 4 December 1986. New York: United Nations, 1986. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/declaration-right-development>. Acesso em: 27 set. 2026.

UNITED NATIONS. General Assembly. *Declaration on the Right to Development.* Resolution 41/128, adopted on 4 December 1986. New York: United Nations, 1986. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/declaration-right-development>. Acesso em: 27 set. 2026.

Preparação para pandemias e saúde global: avanços, desafios e cooperação internacional

Preparación ante pandemias y salud mundial: avances, desafíos y cooperación internacional

Pandemic preparedness and global health: advances, challenges, and international cooperation

Paula Reges, Luana Bermudez e Luiz Augusto Galvão

Resumo: O debate internacional sobre preparação para pandemias e saúde global em 2026 evidencia avanços institucionais, mas também importantes impasses. A Assembleia Geral da ONU e o High-Level Meeting on Pandemic Prevention, Preparedness and Response reafirmaram a necessidade de fortalecer vigilância, sistemas de saúde, financiamento, pesquisa, produção e cooperação internacional, em paralelo à implementação das emendas ao Regulamento Sanitário Internacional e à negociação do mecanismo de Acesso a Patógenos e Compartilhamento de Benefícios (PABS). Persistem, contudo, divergências sobre financiamento, transferência de tecnologia, propriedade intelectual e distribuição de responsabilidades. No âmbito regional, o 63º Conselho Diretor da OPAS destacou avanços na eliminação de doenças, vacinação, vigilância e compras conjuntas, ao mesmo tempo em que apontou desafios relacionados ao sarampo, arboviroses, emergências e financiamento. Para o Brasil, e particularmente para a Fiocruz, esses processos têm relevância estratégica, dada sua atuação em pesquisa, produção de vacinas, inovação, cooperação Sul-Sul e diplomacia da saúde, contribuindo para o fortalecimento de capacidades nacionais e regionais.

Palavras-chave: AGNU; OPAS; PPPR;

Resumen: *El debate internacional sobre la preparación ante pandemias y la salud mundial en 2026 pone de relieve los avances institucionales, pero también importantes obstáculos. La Asamblea General de las Naciones Unidas y la Reunión de Alto Nivel sobre Prevención, Preparación y Respuesta ante Pandemias reafirmaron la necesidad de fortalecer la vigilancia, los sistemas de salud, el financiamiento, la investigación, la producción y la cooperación internacional, en paralelo con la implementación de las enmiendas al Reglamento Sanitario Internacional y la negociación del mecanismo de Acceso a Patógenos y Distribución de Beneficios (PABS). Sin embargo, persisten desacuerdos en cuanto al financiamiento, la transferencia de tecnología, la propiedad intelectual y la distribución de responsabilidades. A nivel regional, el 63.º Consejo Directivo de la OPS destacó los avances en la eliminación de enfermedades, la vacunación, la vigilancia y la adquisición conjunta, al tiempo que señaló los desafíos relacionados con el sarampión, los arbovirus, las emergencias y el financiamiento. Para Brasil, y en particular para Fiocruz, estos procesos tienen relevancia estratégica, dado su papel en la investigación, la producción de vacunas, la innovación, la cooperación Sur-Sur y la diplomacia sanitaria, contribuyendo al fortalecimiento de las capacidades nacionales y regionales.*

Palavras clave: AGNU; OPAS; PPPR.

***Abstract**: The 2026 international debate on pandemic preparedness and global health highlights institutional progress alongside significant impasses. The UN General Assembly and the High-Level Meeting on Pandemic Prevention, Preparedness, and Response reaffirmed the need to strengthen surveillance, health systems, financing, research, production, and international cooperation, alongside the implementation of amendments to the International Health Regulations and the negotiation of the Pathogen Access and Benefit-Sharing (PABS) mechanism. However, disagreements persist regarding financing, technology transfer, intellectual property, and the distribution of responsibilities. At the regional level, the 63rd PAHO Directing Council highlighted advances in disease elimination, vaccination, surveillance, and joint procurement, while also identifying challenges related to measles, arboviruses, emergencies, and financing. For Brazil—and particularly for Fiocruz—these processes are of strategic importance given their work in research, vaccine production, innovation, South-South cooperation, and health diplomacy, all of which contribute to strengthening national and regional capacities.*

***Keywords:** AGNU; OPAS; PPPR.*

Entre avanços e impasses: a Assembleia Geral da ONU e reunião de alto nível sobre preparação pandêmica

A Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) constitui um dos principais espaços multilaterais para o debate de questões que ultrapassam as fronteiras nacionais e demandam respostas coordenadas entre os Estados. Realizada anualmente em Nova York, a Assembleia reúne os 193 Estados-membros das Nações Unidas e, durante suas sessões de alto nível, concentra chefes de Estado e de governo, ministros e representantes de organizações internacionais e da sociedade civil em torno de temas considerados prioritários para a agenda internacional. Embora suas decisões tenham naturezas distintas e nem todos os seus instrumentos possuam caráter juridicamente vinculante, a Assembleia Geral desempenha papel relevante na construção de compromissos políticos, na definição de prioridades e na mobilização da cooperação internacional.

É nesse contexto que se realizou, em setembro de 2026, o High-Level Meeting on Pandemic Prevention, Preparedness and Response (HLM on PPPR), dedicado à prevenção, preparação e resposta a pandemias. O encontro ocorre em um momento particularmente relevante para a governança global da saúde. A pandemia de COVID-19 expôs profundas fragilidades nas capacidades nacionais e internacionais de prevenção e resposta, ao mesmo tempo em que evidenciou desigualdades no acesso a vacinas, diagnósticos, tratamentos, tecnologias e outros recursos essenciais. Desde então, diferentes processos multilaterais vêm buscando transformar as lições da pandemia em mudanças institucionais e compromissos de longo prazo. Ainda que tenham havido avanços, muitos desafios persistem, continuamos durante uma declaração de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, o surto de ebola na República Democrática do Congo.

O HLM sobre PPPR representa, nesse sentido, um espaço político de alto nível para reafirmar compromissos dos Estados e discutir as lacunas que ainda permanecem na arquitetura internacional de preparação para pandemias. A reunião ocorreu paralelamente a outros processos fundamentais em curso na Organização Mundial da Saúde, incluindo a implementação das emendas ao Regulamento Sanitário Internacional e a continuidade das

negociações relacionadas ao Acordo sobre Pandemias da OMS e ao sistema de Acesso a Patógenos e Compartilhamento de Benefícios (Pathogen Access and Benefit Sharing – PABS).

A realização do encontro também demonstra uma mudança importante no lugar ocupado pela preparação para pandemias na agenda internacional. A COVID-19 deixou de ser apenas uma experiência recente de crise sanitária e passou a constituir referência para a discussão sobre como Estados, instituições multilaterais, sistemas de saúde, comunidades científicas e setor produtivo devem se preparar para futuras emergências. O desafio, entretanto, não é apenas criar novos instrumentos. É transformar os aprendizados da pandemia em capacidades permanentes, financiamento sustentável, mecanismos de cooperação e compromissos que possam ser efetivamente implementados.

A COVID-19 foi apresentada pela Organização Mundial da Saúde como a mais grave crise global de saúde em um século. Segundo os dados apresentados pelo Diretor-Geral da OMS, a pandemia provocou mais de 20 milhões de mortes em excesso e retirou mais de US$ 10 trilhões da economia mundial. Além de seus impactos diretos sobre a saúde e a economia, a crise expôs e aprofundou fragilidades da segurança sanitária global.

A resposta à pandemia revelou que a preparação não pode ser compreendida apenas como a capacidade de responder rapidamente quando uma emergência já está instalada. Ela envolve um conjunto de capacidades que precisam ser construídas e mantidas previamente: vigilância e detecção precoce, sistemas de saúde resilientes, capacidade laboratorial, profissionais capacitados, pesquisa e desenvolvimento, produção de vacinas e outros produtos de saúde, financiamento, mecanismos de coordenação e instrumentos de cooperação internacional.

Desde a pandemia, a OMS destaca a criação ou o fortalecimento de diferentes iniciativas destinadas a responder a essas lacunas. No campo das capacidades nacionais, destacam-se o Pandemic Fund, estabelecido em parceria com o Banco Mundial, e o Universal Health and Preparedness Review. Para vigilância e alerta precoce, foi criado o WHO Hub for Pandemic and Epidemic Intelligence, em Berlim. No campo do acesso a vacinas e outras ferramentas, foram desenvolvidos mecanismos como o Access to COVID-19 Tools Accelerator e o COVAX, além da rede provisória de contramedidas médicas, do Programa de Transferência de Tecnologia de mRNA na África do Sul e da iniciativa de formação de força de trabalho em biofabricação na República da Coreia.

A arquitetura também passou a incorporar mecanismos relacionados ao compartilhamento de patógenos, como o WHO BioHub, e ao fortalecimento da capacidade internacional de resposta, como o Global Health Emergency Corps. Paralelamente, os Estados avançaram na construção de um novo marco jurídico internacional.

Em 2024, os Estados-membros da OMS adotaram um conjunto de emendas ao Regulamento Sanitário Internacional. Em 2025, aprovaram o Acordo sobre Pandemias da OMS, considerado pela própria Organização um marco no desenvolvimento do direito internacional da saúde. Esses avanços indicam que, após a experiência da COVID-19, a preparação para pandemias passou a ser tratada de maneira mais abrangente, combinando capacidades nacionais, mecanismos de cooperação internacional e instrumentos jurídicos.

Entretanto, a existência desses instrumentos não significa que as principais questões estejam resolvidas.

Um dos principais pontos ainda em aberto é o sistema de Acesso a Patógenos e Compartilhamento de Benefícios, conhecido pela sigla PABS. Sua importância decorre de uma questão central para a preparação para futuras pandemias: como garantir que o compartilhamento rápido de amostras de patógenos e de informações de sequência genética seja acompanhado por mecanismos que assegurem benefícios concretos aos países que contribuem para esse compartilhamento.

O debate sobre o PABS evidencia uma tensão estrutural da governança global da saúde. A ciência e a vigilância epidemiológica dependem do compartilhamento rápido de informações e materiais biológicos. Ao mesmo tempo, muitos dos produtos desenvolvidos a partir desses recursos dependem de capacidades tecnológicas, industriais e financeiras concentradas de forma desigual entre os países.

Por isso, para países em desenvolvimento, a questão não se limita ao acesso aos patógenos ou às informações científicas. É necessário assegurar que os benefícios decorrentes de sua utilização sejam compartilhados de maneira rápida, justa e equitativa. Entre os elementos previstos no Acordo sobre Pandemias está a disponibilização de uma parcela da produção em tempo real para países que dela necessitem, sendo 10% gratuitamente e outros 10% a preços sem fins lucrativos.

O impasse nas negociações do PABS tornou-se, portanto, um dos pontos mais sensíveis da implementação do novo marco internacional. A conclusão desse mecanismo é apresentada pela OMS como necessária para que o Acordo sobre Pandemias possa avançar para as etapas de assinatura, ratificação e implementação. Helen Clark, copresidente do Independent Panel, também destacou a necessidade de superar o impasse, defendendo simultaneamente o compartilhamento rápido de patógenos e informações de sequência e a garantia de acesso aos benefícios derivados deles.

As discussões realizadas no HLM sobre PPPR demonstraram, contudo, que a construção dessa nova arquitetura permanece atravessada por diferentes interesses e visões sobre a governança global da saúde.

A declaração política discutida durante a reunião não foi aprovada por consenso. Objeções apresentadas pelos Estados Unidos e por outros países levaram o texto a retornar à Assembleia Geral para consideração posterior. Ao mesmo tempo, a declaração recebeu apoio de diversos países africanos, latino-americanos e caribenhos, além de manifestações favoráveis de outros grupos de países.

As divergências envolveram temas centrais da preparação para pandemias. Entre eles estão financiamento, transferência de tecnologia, propriedade intelectual, licenciamento compulsório, compartilhamento de patógenos e o caráter vinculante ou não de determinados compromissos. A União Europeia manifestou apoio ao objetivo geral da declaração, mas registrou ressalvas sobre referências ao licenciamento compulsório e enfatizou a transferência voluntária de tecnologia em termos mutuamente acordados. Outros países também apresentaram reservas relacionadas ao texto.

O resultado do encontro é relevante justamente porque evidencia que o fortalecimento da arquitetura global de preparação para pandemias não depende apenas de consenso sobre a existência da ameaça. Existe ampla compreensão de que futuras epidemias e pandemias

representam riscos que ultrapassam fronteiras. As divergências aparecem, sobretudo, quando se discute como distribuir custos, responsabilidades, tecnologias e benefícios.

É nesse contexto que ganha importância a afirmação recorrente da OMS de que os instrumentos internacionais adotados após a COVID-19 não representam uma transferência de soberania para a Organização. O argumento apresentado pelo Diretor-Geral é que esses instrumentos foram negociados e adotados pelos próprios Estados soberanos, como expressão de sua decisão de cooperar diante de uma ameaça que não pode ser enfrentada de maneira isolada.

A questão da soberania, portanto, não pode ser dissociada da interdependência. Uma pandemia pode começar em um determinado território, mas seus efeitos podem ultrapassar rapidamente as fronteiras nacionais. A capacidade de um país proteger sua população depende, em alguma medida, da capacidade de outros países detectarem, notificarem e responderem a ameaças, assim como da existência de mecanismos para compartilhar conhecimento, materiais, tecnologias e produtos.

Outro elemento central dessa discussão é o financiamento. A preparação para pandemias exige investimentos que precisam ocorrer antes da emergência. Ao mesmo tempo, a agenda global de saúde atravessa um contexto de redução da ajuda internacional e de crescente pressão sobre os orçamentos nacionais.

Durante a Assembleia Geral de 2026, diferentes compromissos financeiros foram anunciados em áreas da saúde que também enfrentam forte pressão de financiamento. No campo da saúde reprodutiva, o Reino Unido anunciou um compromisso de US$ 337,8 milhões para o setor, enquanto países como Burundi, Madagascar, Moçambique e Zimbábue anunciaram aumentos de investimentos domésticos. Também foi lançado o Health Aid Transition Fund, destinado a apoiar países de baixa e média renda na adaptação de seus sistemas de saúde a um cenário de redução da ajuda externa.

A criação desse fundo parte da constatação de que a redução do financiamento internacional exige que os países fortaleçam sua capacidade de estabelecer prioridades, direcionar recursos para os serviços e mobilizar financiamento doméstico. O processo de transição, contudo, apresenta riscos importantes para sistemas que ainda dependem de recursos externos para manter serviços essenciais.

Para a preparação para pandemias, essa discussão é particularmente relevante. Sistemas de vigilância, laboratórios, profissionais de saúde, capacidade de pesquisa, infraestrutura e serviços de atenção à saúde não podem ser construídos exclusivamente durante uma emergência. Sua existência depende de investimentos contínuos. A sustentabilidade dos sistemas de saúde, portanto, constitui também uma dimensão da segurança sanitária.

O episódio do Ebola na República Democrática do Congo reforça essa questão. Embora recursos adicionais tenham sido anunciados para a resposta ao surto, o diretor do Africa Centres for Disease Control and Prevention destacou que compromissos financeiros, por si só, não interrompem uma epidemia. É necessário acompanhar o caminho dos recursos desde o compromisso até seu desembolso e sua aplicação efetiva nos serviços destinados às comunidades afetadas.

A discussão coloca em evidência um desafio recorrente da governança global: transformar compromissos políticos e financeiros em implementação. A distância entre anúncio, desembolso e impacto concreto pode determinar a capacidade real de uma resposta.

Outro aprendizado importante do período pós-COVID-19 é a necessidade de deslocar parte do foco da resposta para a prevenção e a antecipação de riscos.

Helen Clark chamou atenção para a necessidade de antecipar e administrar riscos conhecidos antes que eles se transformem em emergências internacionais. Ao mesmo tempo em que reconheceu avanços relacionados às novas regras de notificação do Regulamento Sanitário Internacional, destacou que a vigilância de ameaças emergentes continua insuficiente.

Os surtos recentes de Ebola e hantavírus, mencionados durante os debates internacionais, funcionam como lembretes dessa realidade. Uma ameaça pode surgir em diferentes contextos e exigir uma resposta que ultrapasse rapidamente as capacidades locais. Isso reforça a necessidade de sistemas de vigilância conectados, mecanismos de alerta precoce e capacidade de mobilização internacional.

A prevenção também exige olhar para os fatores que favorecem a emergência de doenças. O conceito de One Health foi reconhecido no debate da declaração política, mas organizações da sociedade civil apontaram que ainda há pouco detalhamento sobre como transformar esse princípio em ações concretas. A abordagem pressupõe reconhecer a interconexão entre saúde humana, saúde animal e ambiente e enfrentar condições que podem favorecer o surgimento e a disseminação de patógenos.

Essa dimensão amplia a própria compreensão de preparação. Preparar-se para uma pandemia não significa apenas construir capacidade de resposta depois que um patógeno já começou a circular. Significa também identificar riscos, fortalecer sistemas de vigilância, compreender os fatores que favorecem a emergência de doenças e criar condições para agir antes que uma ameaça se transforme em crise internacional.

O cenário que emerge das discussões de 2026 é, portanto, marcado simultaneamente por avanços e impasses. Desde a COVID-19, novos mecanismos financeiros, institucionais e jurídicos foram criados. A preparação para pandemias ocupa hoje um espaço mais explícito na agenda multilateral e passou a ser associada não apenas à resposta emergencial, mas também à vigilância, à capacidade produtiva, à pesquisa e desenvolvimento, à resiliência dos sistemas de saúde e à equidade.

Ao mesmo tempo, permanecem questões fundamentais em aberto. O PABS ainda depende de negociação; a declaração política da ONU não alcançou consenso no High-Level Meeting; o financiamento internacional da saúde enfrenta redução; e persistem divergências sobre propriedade intelectual, transferência de tecnologia, financiamento e distribuição de responsabilidades.

Esses impasses não anulam os avanços produzidos desde a COVID-19, mas demonstram que a existência de novos instrumentos não é suficiente para garantir preparação efetiva. A capacidade de resposta dependerá da implementação desses mecanismos e da disposição dos países de transformar compromissos políticos em capacidades concretas.

A preparação para pandemias deve, portanto, ser compreendida como um processo permanente. Não existe um ponto definitivo em que o mundo possa afirmar que está preparado

para qualquer ameaça futura. Como sintetizou Tedros durante as discussões do HLM, as ameaças evoluem e, com elas, também precisam evoluir as capacidades de resposta. A questão central passa a ser se o mundo está mais preparado do que estava antes da COVID-19 — e em que medida os compromissos assumidos podem transformar essa resposta de uma possibilidade em uma realidade.

A experiência recente sugere que a preparação para futuras pandemias será, ao mesmo tempo, uma agenda de saúde pública e um teste para a cooperação internacional. Seu êxito dependerá não apenas da capacidade de desenvolver novas tecnologias ou responder rapidamente a novos patógenos, mas também da capacidade do sistema multilateral de construir confiança, compartilhar responsabilidades e assegurar que os benefícios da ciência e da inovação estejam disponíveis para aqueles que deles necessitam.

A principal lição da COVID-19 talvez esteja justamente nessa interdependência. Nenhum país constrói sozinho uma arquitetura global de preparação. Vigilância, ciência, financiamento, produção, sistemas de saúde e cooperação internacional são partes de um mesmo sistema. O desafio colocado pela próxima pandemia não será apenas descobrir se os instrumentos criados desde 2020 existem, mas se eles serão capazes de funcionar, de forma coordenada e equitativa, quando forem novamente necessários.

Entre conquistas e alertas: o 63º Conselho Diretor da OPAS e o que ele significa para o Brasil e a Fiocruz

Todo ano, no fim de setembro, a sede da OPAS em Washington recebe ministros e autoridades de saúde de praticamente todo o continente. É ali que se aprovam as estratégias que vão orientar a cooperação regional pelos anos seguintes, se prestam contas do que foi feito e se discutem, às vezes com franqueza, os problemas que ninguém conseguiu resolver sozinho.

Vale lembrar como a engrenagem funciona. A instância máxima da OPAS é a Conferência Sanitária Pan-Americana, que se reúne a cada cinco anos para eleger o Diretor e definir as grandes linhas de política. Nos intervalos, quem decide em nome dela é o Conselho Diretor. O Comitê Executivo e o Subcomitê de Programa, Orçamento e Administração fazem o trabalho de bastidor: em 2026, o Subcomitê se reuniu em março e o Comitê Executivo em junho, preparando a pauta que agora chega aos ministros. Ao fim da semana, em 2 de outubro, o Comitê Executivo volta a se reunir, na sua 179ª sessão (OPAS, calendário de governança).

O 63º Conselho Diretor começou nesta segunda-feira, 28 de setembro. Na mesa de abertura estavam Lisa Cummins, ministra da Saúde e Bem-Estar de Barbados, que presidiu o Conselho no ano anterior, e o Diretor da OPAS, Jarbas Barbosa, além de representantes do governo dos Estados Unidos, da OEA e do BID (OPAS, 21 set. 2026). Logo em seguida, os países elegeram a ministra da Saúde do Chile, May Chomalí Garib, para conduzir os trabalhos. Médica sanitarista, mestre em Epidemiologia pela Universidade do Chile, ela construiu a carreira em torno da gestão e da modernização dos sistemas de saúde, com passagem pela direção médica da Clínica Las Condes e pelo Centro Nacional de Sistemas de Informação em Saúde. Panamá e Antígua e Barbuda ficaram com as vice-presidências, e as Bahamas com a relatoria.

O momento mais aguardado do primeiro dia costuma ser o Relatório Anual do Diretor, e este ano não foi diferente. O documento cobre de julho de 2025 a junho de 2026 e traz uma mistura de boas notícias e sinais de alerta (OPAS, 28 set. 2026).

As boas notícias começam pela eliminação de doenças. Brasil e Bahamas tiveram validada a eliminação da transmissão do HIV de mãe para filho. As Ilhas Turcas e Caicos foram além: além do HIV, tornaram-se o primeiro território das Américas a eliminar também a transmissão vertical da hepatite B. O Chile virou o primeiro país da região a ter verificada a eliminação da hanseníase, e cinco províncias argentinas foram declaradas livres da transmissão da doença de Chagas pelo inseto vetor.

Mas o próprio relatório reconhece que essas vitórias podem ser frágeis. O caso mais eloquente é o do sarampo: a região perdeu o status de livre da doença depois que o vírus voltou a circular de forma sustentada no Canadá. Surtos de febre amarela em vários países e a queda da cobertura vacinal contra o sarampo completam um quadro que preocupa quem acompanha imunização há décadas.

Na vacinação infantil, a tendência ainda é de recuperação depois do tombo da pandemia. O número de crianças com menos de um ano que não receberam nenhuma vacina caiu de 1,3 milhão para 1,1 milhão. É um avanço, mas ainda são mais de um milhão de bebês desprotegidos.

Em emergências, a OPAS enviou 174 toneladas de insumos para desastres, crises humanitárias e surtos, e seus sistemas de vigilância examinaram mais de 2,2 milhões de sinais de possíveis eventos de saúde pública. Na saúde materna, dez dos doze países que receberam apoio específico da Organização reduziram a mortalidade materna no período.

Um dos números mais chamativos vem da hipertensão. A iniciativa HEARTS já funciona em mais de 14 mil unidades de atenção primária e alcança cerca de 50 milhões de adultos. Em um ano, o número de pessoas em tratamento para pressão alta subiu de 5,7 milhões para 6,9 milhões, um aumento de mais de 20%. Na saúde mental, a novidade foi o lançamento de uma Iniciativa Regional de Prevenção do Suicídio.

Os Fundos Rotativos Regionais, mecanismo pelo qual os países compram juntos e conseguem preços melhores, intermediaram a aquisição de mais de 214 milhões de doses de vacinas, mais de 10 milhões de testes diagnósticos e mais de um milhão de tratamentos. O cardápio também cresceu, passando a incluir medicamentos caros para câncer de mama e de próstata, esclerose múltipla e doenças raras.

Por fim, o relatório destaca a distribuição de mais de 780 kits de telessaúde em 20 países e dois acordos que podem fazer diferença na próxima pandemia: um que garante à América Latina e ao Caribe parte da produção mundial de vacinas contra influenza pandêmica, e outro de transferência de tecnologia para produzir na própria região vacinas sazonais contra a gripe em plataforma celular.

Barbosa fez questão de lembrar que tudo isso aconteceu com o orçamento cada vez mais apertado, e que a lista de desafios continua longa: envelhecimento da população, avanço das doenças crônicas, novas ameaças infecciosas, emergências climáticas e desigualdades persistentes.

Parte da pauta é, digamos, a lição de casa institucional. Os países analisam o relatório financeiro de 2025 e o parecer do Auditor Externo, o relatório do Comitê Executivo e, principalmente, a avaliação final do Plano Estratégico 2020–2025, um ciclo que ficará marcado por ter atravessado a pandemia inteira. Também precisam eleger três novos membros do Comitê Executivo, nas vagas de Canadá, Equador e Guiana, e dois integrantes do Comitê

Assessor da BIREME. Há ainda mudanças nas regras para a eleição do Diretor, ajustes no Comitê de Auditoria, a questão sempre sensível das contribuições em atraso, a escolha do Auditor Externo para 2028–2029 e o Prêmio OPAS à Gestão e Liderança nos Serviços de Saúde.

As decisões de maior impacto, porém, estão em cinco propostas técnicas (OPAS, 21 set. 2026). A primeira é uma estratégia para fortalecer a gestão de riscos e emergências de saúde entre 2026 e 2031, discutida justamente na semana em que o Programa de Emergências da OPAS completa 50 anos. A segunda é um plano de ação contra a resistência aos antimicrobianos para 2027–2031, apoiado na ideia de Saúde Única, que trata a saúde humana, animal e ambiental como partes de um mesmo problema. A terceira é uma estratégia de longo prazo, até 2035, para prevenir e controlar arboviroses como dengue, chikungunya e Oropouche. A quarta trata da segurança dos alimentos até 2031. E a quinta propõe modernizar e integrar os Fundos Rotativos, cujo peso ficou evidente nos números do relatório.

Os documentos informativos fecham ou revisam compromissos antigos: qualidade da atenção, violência contra a mulher, gorduras trans industriais, etnia e saúde, saúde do trabalhador. Há também balanços de meio de percurso sobre eliminação de doenças, Saúde Única, sistemas de saúde resilientes, câncer do colo do útero, promoção da saúde, vigilância genômica e uso de inteligência artificial na saúde pública, além de informes sobre o Regulamento Sanitário Internacional e sobre a OPAS Avante, iniciativa de serviços compartilhados.

Paralelamente, a OPAS lança nesta semana a nova edição de Saúde nas Américas, dedicada à carga de doença que poderia ser evitada e às intervenções com maior retorno para a saúde. A programação inclui ainda debates sobre saúde digital, atenção primária e investimentos para acelerar a eliminação de doenças, uma cerimônia em homenagem aos países que eliminaram doenças transmissíveis e, no último dia, uma sessão sobre a reforma da arquitetura global da saúde (OPAS, cobertura do 63º CD).

O Brasil chega a este Conselho com mais peso do que o habitual. O país assumiu a vice-presidência do Comitê Executivo da OPAS, anúncio feito em Washington durante o 62º Conselho Diretor e a 177ª Sessão do Comitê, no início de outubro de 2025. Com isso, passou também a fazer parte da Comissão Geral do Conselho Diretor e, desde 2026, do Subcomitê de Programa, Orçamento e Administração. Na prática, o Brasil ajudou a montar a pauta que agora está em votação. E há um detalhe simbólico: o Diretor da OPAS é brasileiro. Antes de chegar à Organização, Jarbas Barbosa presidiu a Anvisa de 2015 a 2018 e trabalhou no Ministério da Saúde como secretário de Vigilância em Saúde e, depois, de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos.

No dia a dia, a cooperação da OPAS/OMS com o Brasil segue a Estratégia de Cooperação do País para 2022–2027, construída junto com o Ministério da Saúde, as secretarias, os conselhos de saúde e instituições de ensino e pesquisa. O que for aprovado agora deve pesar na reta final desse ciclo e no desenho do próximo. O interesse brasileiro vai além do governo: a Federação Brasileira de Hospitais acompanha o Conselho por meio de seu vice-presidente, indicado pela Federação Internacional de Hospitais.

O relatório do Diretor traz uma conquista brasileira de peso, a eliminação da transmissão vertical do HIV, alcançada por um país de dimensões continentais. Ela se soma a outras, como a certificação da eliminação da filariose linfática, celebrada pela OPAS em novembro de 2024.

Mas a pauta também toca em feridas abertas do SUS. A estratégia sobre arboviroses interessa diretamente a um país que responde por boa parte dos casos de dengue do continente e que viu o Oropouche se espalhar nos últimos anos. A perda do status regional contra o sarampo é um recado para o Brasil, que tinha reconquistado sua certificação em 2024 e só vai mantê-la com coberturas vacinais altas. E a discussão sobre emergências e clima conversa com a experiência recente do país: o Brasil liderou a articulação regional da agenda de saúde e clima rumo à COP30, em Belém, coordenando com outros países da OPAS o Plano de Ação de Saúde de Belém, focado na adaptação do setor saúde e na proteção das populações mais vulneráveis da Amazônia. Até a eleição para o Comitê Assessor da BIREME tem um sotaque brasileiro, já que o centro fica em São Paulo e o Brasil é membro permanente desse comitê.

Para a Fundação Oswaldo Cruz, o Conselho não é um evento distante. Muito do que está em discussão passa, de algum modo, pelos seus laboratórios.

O primeiro elo é o das vacinas. Bio-Manguinhos exporta o excedente da sua produção para mais de 70 países por meio da OPAS e do Unicef, e sua vacina contra febre amarela é pré-qualificada pela OMS desde 2001. Para ter uma ideia da escala, em 2022 o instituto produziu cerca de 29 milhões de doses dessa vacina: mais de 20 milhões foram para o Programa Nacional de Imunizações e cerca de 8 milhões seguiram para outros países via OPAS e Unicef. Num ano em que o próprio Diretor alerta para surtos de febre amarela na região, qualquer mudança nos Fundos Rotativos interessa à Fiocruz, seja como fornecedora, seja como peça da estratégia de depender menos de fabricantes de fora.

O segundo elo é a inovação. Os acordos da OPAS para produzir vacinas de influenza na região encontram na Fiocruz uma das bases industriais mais sólidas da América Latina. A diretora de Bio-Manguinhos, Rosane Cuber, observou que um dos grandes legados da pandemia foi o aumento da capacidade de pesquisa, desenvolvimento e produção. Um sinal disso é que a Fiocruz obteve autorização para testar em humanos a primeira vacina brasileira de mRNA, e a Anvisa liberou o estudo de uma vacina contra a COVID-19 feita inteiramente na plataforma nacional.

O terceiro elo é a pesquisa. Quase todas as estratégias em votação coincidem com áreas em que a Fundação trabalha há anos: dengue, zika, chikungunya e Oropouche, vigilância genômica, resistência antimicrobiana e Saúde Única, controle de qualidade de produtos e alimentos por meio do INCQS. Na doença de Chagas, que aparece no relatório pelos avanços na Argentina, o projeto CUIDA Chagas encerrou o trabalho de campo depois de ampliar o acesso a diagnóstico, tratamento e cuidado em quatro países.

O quarto elo é a diplomacia da saúde. A aproximação entre a Fiocruz e a OPAS/OMS ficou visível ao longo de 2026, com o relançamento da Rede Brasileira de Centros Colaboradores da OPAS/OMS e com a entrega do título de Doutor Honoris Causa ao diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, no Rio de Janeiro, em julho. Na cerimônia, Jarbas Barbosa disse que a homenagem representava o compromisso comum da Fiocruz, da OPAS e da OMS com a ciência, a cooperação internacional e a saúde como direito humano. Não por acaso, a sessão sobre a reforma da arquitetura global da saúde, no último dia do Conselho, é de interesse direto para uma instituição com longa tradição em cooperação Sul–Sul e formação de profissionais para a região.

O 63º Conselho Diretor fecha um ciclo e abre outro. Os números do relatório mostram que a região sabe entregar resultados quando os países trabalham juntos: eliminações

validadas, mais gente tratando a hipertensão, compras conjuntas cada vez maiores. Ao mesmo tempo, o sarampo lembra que nenhuma conquista está garantida e que basta a vacinação cair para doenças que pareciam superadas voltarem.

As novas estratégias giram quase todas em torno da mesma ideia: proteger a população contra ameaças que não respeitam fronteiras, sejam epidemias, bactérias resistentes, mosquitos ou alimentos contaminados. O grande desafio é fazer isso com menos dinheiro, o que torna mecanismos de solidariedade como os Fundos Rotativos ainda mais valiosos.

Para o Brasil, o encontro consolida um papel de liderança e reconhece avanços reais, mas também cobra compromissos difíceis em vacinação, arboviroses e preparação para emergências. Para a Fiocruz, reforça algo que a instituição já faz há mais de um século: produzir ciência, vacinas e conhecimento que vão muito além das fronteiras do país. As resoluções que saírem de Washington até 2 de outubro vão mostrar até onde os países estão dispostos a ir juntos.

A tripla crise planetária na agenda multilateral

La triple crisis planetaria en la agenda multilateral

The Triple Planetary Crisis on the Multilateral Agenda

Danielly Magalhães e Luiz Augusto Galvão

Resumo: Este documento analisa os principais acontecimentos da agenda multilateral sobre clima, natureza, poluição e saúde na última quinzena de setembro de 2026, com ênfase nas convenções de Estocolmo e Roterdã, no Conselho de Direitos Humanos, na UNFCCC, na Assembleia Geral das Nações Unidas, na cooperação andina e na Climate Week NYC. O CRC-22 recomendou a inclusão de três cromatos de chumbo no procedimento de consentimento prévio informado, enquanto a POPRC-22 avançou na avaliação de dioxinas e furanos bromados e de novos retardantes de chama, sem incluir novas substâncias nos anexos da Convenção. O debate sobre PFAS destacou a prevenção da exposição e a proteção dos direitos humanos. A oficina da UNFCCC abordou os benefícios de saúde da implementação das NDCs, e os encontros na AGNU enfatizaram elevação do nível do mar, água, alertas precoces e conservação da biodiversidade. A agenda regional e os eventos da Climate Week reforçaram a resiliência dos sistemas de saúde, a formação profissional e a redução de emissões do setor. Conclui-se que há convergência em torno da prevenção, da cooperação e da proteção de populações vulneráveis, mas persistem divergências sobre financiamento, suficiência das evidências e ritmo de substituição de substâncias perigosas. As prioridades incluem fortalecer vigilância e biomonitoramento, avaliar alternativas seguras, integrar a saúde às políticas climáticas e ambientais e transformar compromissos em ações com recursos, responsabilidades e indicadores definidos.

Palavras-chave: Mudanças climáticas; Biodiversidade; Poluentes orgânicos persistentes; Saúde pública; Cooperação multilateral.

Resumen: *Este documento analiza los principales acontecimientos de la agenda multilateral sobre clima, naturaleza, contaminación y salud en septiembre de 2026, con énfasis en los convenios de Estocolmo y Rotterdam, el Consejo de Derechos Humanos, la CMNUCC, la Asamblea General de las Naciones Unidas, la cooperación andina y la Climate Week NYC. El CRC-22 recomendó incluir tres cromatos de plomo en el procedimiento de consentimiento fundamentado previo, mientras que el POPRC-22 avanzó en la evaluación de dioxinas y furanos bromados y nuevos retardantes de llama, sin incorporar sustancias a los anexos del Convenio. El debate sobre PFAS destacó la prevención de la exposición y la protección de los derechos humanos. El taller de la CMNUCC abordó los beneficios sanitarios de implementar las NDC, y los encuentros de la AGNU enfatizaron el aumento del nivel del mar, el agua, las alertas tempranas y la conservación de la biodiversidad. Las iniciativas regionales y los eventos de la Climate Week reforzaron la resiliencia de los sistemas de salud, la formación profesional y la reducción de emisiones del sector. Se concluye que existe convergencia en torno a la prevención, la cooperación y la protección de poblaciones vulnerables, aunque persisten diferencias sobre financiación, suficiencia de la evidencia y ritmo de sustitución de sustancias peligrosas. Las prioridades incluyen fortalecer la vigilancia y el biomonitoreo, evaluar alternativas seguras, integrar la salud en las políticas climáticas y ambientales y convertir los compromisos en acciones con recursos, responsabilidades e indicadores definidos.*

Palabras clave: *Cambio climático; Biodiversidad; Contaminantes orgánicos persistentes; Salud pública; Cooperación multilateral.*

Abstract: *This document examines key developments in the multilateral agenda on climate, nature, pollution and health in September 2026, focusing on the Stockholm and Rotterdam conventions, the Human Rights Council, the UNFCCC, the United Nations General Assembly, Andean cooperation and Climate Week NYC. CRC-22 recommended including three lead chromates in the prior informed consent procedure, while POPRC-22 advanced assessments of brominated dioxins and furans and new flame retardants without adding substances to the Convention's annexes. Discussions on PFAS emphasized exposure prevention and human rights protection. The UNFCCC workshop addressed the health benefits of NDC implementation, and UNGA meetings highlighted sea-level rise, water, early warning systems and biodiversity conservation. Regional initiatives and Climate Week events reinforced health system resilience, workforce education and reductions in health sector emissions. The analysis concludes that prevention, cooperation and protection of vulnerable populations are shared priorities, but differences remain over financing, the adequacy of evidence and the pace of hazardous substance substitution. Priorities include strengthening surveillance and biomonitoring, assessing safe alternatives, integrating health into climate and environmental policies, and translating commitments into actions with defined resources, responsibilities and indicators.*

Keywords: *Climate change; Biodiversity; Persistent organic pollutants; Public health; Multilateral cooperation*

1. As convenções sobre poluentes orgânicos persistentes e produtos químicos perigosos

1.1. Antecedentes

Adotada em 2001 e em vigor desde 17 de maio de 2004, a Convenção de Estocolmo conta atualmente com 186 Partes [4]. Seu ponto de partida foi a chamada "dúzia suja", composta majoritariamente por agrotóxicos organoclorados, como o DDT, além de PCBs, dioxinas e furanos.

Ao longo de duas décadas, o tratado revelou notável capacidade de adaptação. Aos doze compostos originais somaram-se outras 25 substâncias e grupos químicos, e o que começou como uma lista centrada em pesticidas converteu-se em um marco para eliminar e restringir amplas famílias de químicos industriais [5]. A tabela a seguir resume alguns marcos dessa trajetória.

Ano	Marco
2001	Adoção da Convenção, com 12 POPs iniciais
2004	Entrada em vigor
2009	Inclusão do PFOS, seus sais e PFOSF (Anexo B), com isenções que incluem iscas formicidas
2017	Inclusão do decabromodifenil éter (decaBDE), principal retardante de chama bromado da geração anterior
2019	Inclusão do PFOA, seus sais e compostos relacionados

Ano	Marco
2022	Inclusão do PFHxS, seus sais e compostos relacionados
2025	COP-12 inclui clorpirifós, parafinas cloradas de cadeia média (MCCPs) e PFCAs de cadeia longa no Anexo A [6]

O motor científico desse processo é o Comitê de Revisão de POPs (POPRC). Quando um governo suspeita que determinada substância se comporta como POP, apresenta uma proposta de inclusão, que o Comitê examina em etapas sucessivas [3]. Todo o percurso, da proposta à decisão vinculante das Partes, leva no mínimo três anos [7].

Etapa	Anexo	O que o Comitê faz
Triagem	D	Verifica se há evidência inicial de persistência, bioacumulação, transporte a longa distância e efeitos adversos
Perfil de risco	E	Confirma se a ação global se justifica
Gestão de risco	F	Avalia opções de controle, alternativas disponíveis e custos socioeconômicos
Recomendação	A, B ou C	Propõe à Conferência das Partes a eliminação (Anexo A), a restrição (Anexo B) ou a redução de emissões não intencionais (Anexo C)

1.2 Convenção de Roterdã revisão de substâncias perigosas

O 22º Comitê de Revisão de Produtos Químicos (CRC-22) reuniu-se de 15 a 18 de setembro em Roma para verificar se notificações nacionais justificam inserir substâncias no procedimento de consentimento prévio informado da Convenção de Roterdã. O boletim anexado registra o debate e as decisões técnicas. [8, pp. 1–7]

De 28 notificações relativas a 14 substâncias, quatro atenderam aos critérios, todas sobre cromatos de chumbo em tintas. Especialistas divergiram sobretudo sobre quanto se pode inferir da exposição quando notificações de países não trazem avaliações de risco detalhadas: carbaryl e fenamifós de Moçambique e profenofós da Malásia ilustram o impasse. O comité também revisou documentação sobre metil paration e formulários de incidentes com pesticidas altamente perigosos. [8, pp. 1, 2, 4–6]

O CRC recomendou à COP incluir três cromatos de chumbo específicos no Anexo III e iniciou a preparação do documento de orientação para decisão; adotou o projeto de documento para metil paration, cuja recomendação seguirá à COP de 2027. Adotou formulários revisados de incidentes. Nada disso significa inclusão definitiva no Anexo III antes da decisão da COP. [8, pp. 2, 5–6]

Os membros concordaram sobre a proteção da saúde infantil e redução da exposição a chumbo, mas divergiram sobre a interpretação da prova de exposição em condições reais de uso: exigir informação que países com poucos recursos não conseguem produzir pode reduzir

sua participação, enquanto extrapolar sem base suficiente pode enfraquecer a avaliação. [8, pp. 1, 3–5]

Foi recomendado que é importante apoiar autoridades nacionais na documentação de exposição e decisões regulatórias; integrar vigilância de intoxicações e resíduos em tintas e promover alternativas seguras. Roterdã regula informação e comércio de químicos perigosos; seus critérios não equivalem aos critérios de POP da Convenção de Estocolmo.

1.3 A POPRC-22: principais temas

A POPRC-22 reuniu-se na sede da FAO, em Roma, de 21 a 25 de setembro de 2026, logo após a 22ª reunião do Comitê de Revisão Química da Convenção de Roterdã. Sua pauta confirmou uma tendência já perceptível nos últimos anos: o foco da Convenção deslocou-se dos agrotóxicos clássicos para aditivos de plásticos e para subprodutos de processos industriais [3].

O debate científico concentrou-se nas dioxinas e furanos bromados, no transporte a longa distância e em efeitos adversos; nos retardantes de chama DBDPE e TBPH, discutiu-se bioacumulação e substituição lamentável de químicos já controlados. Sobre PFOS, Brasil, Argentina e outros defenderam manter o uso de iscas com sulfluramida contra formigas cortadeiras enquanto se estudam alternativas; outros propuseram convertê-lo em exceção com prazo, pelo risco de liberação direta ao ambiente. Também houve discussão de isenções para espuma de combate a incêndios, metalização e insumos usados em inaladores. [3, pp. 1, 3–5]

A POPRC adotou o perfil de risco das dioxinas/furanos polibromados tetra a octa e concluiu que justificam ação global; considerou insuficiente a evidência para igual conclusão sobre congêneres mistos. DBDPE e TBPH passaram na triagem do Anexo D e terão perfis de risco elaborados. O comitê enviou à COP-13 recomendações sobre a continuidade dos usos de PFOS e da isenção de PFOI na produção de PFOB para certos produtos farmacêuticos. Criou trabalho entre sessões sobre informação das cadeias produtivas e orientação de bioacumulação. Nenhuma nova substância foi incluída nos anexos da Convenção nessa reunião. [3, pp. 1, 3–7]

Houve convergência sobre a necessidade de monitorar ar, leite materno, sangue, fauna e cadeias alimentares e de evitar substitutos nocivos. Os países divergiram sobre a suficiência dos dados, as necessidades técnicas e econômicas de setores usuários e o ritmo de eliminação. O caso PFOS mostra tensão concreta entre saúde ambiental e controle de pragas agrícolas. [3, pp. 4–7]

A Convenção recomendou a preparação de dados comparáveis de exposição humana e ambiental, inclusive alimentos tradicionais; analisar alternativas não PFAS para sulfluramida, espumas e processos industriais; apoiar países e serviços de saúde na gestão de estoques e na substituição segura antes da COP-13 de abril de 2027.

Tema	Proponente ou origem	Etapa e questão em debate
Decabromodifeniletano (DBDPE) e substâncias relacionadas	Noruega	Triagem (Anexo D); retardante de chama usado em plásticos
Bis(2-etilhexil) tetrabromoftalato (TBPH)	União Europeia	Triagem (Anexo D); retardante de chama usado em plásticos

Tema	Proponente ou origem	Etapa e questão em debate
Dioxinas e furanos polibromados e mistos (bromo/cloro)	Subprodutos de incineração e metalurgia	Perfil de risco revisado; decisão adiada na POPRC-21 por falta de evidência sobre transporte e efeitos na saúde
PFOS, seus sais e PFOSF	Isenções e usos aceitáveis	Necessidade de prazo final para iscas contra formigas-cortadeiras
PFOI para produção de PFOB	Isenção específica	Uso em produtos farmacêuticos
PFCAs de cadeia longa, PFOA e PFHxS	Listas indicativas	Atualização das substâncias abrangidas

1.3.1 Os novos retardantes de chama bromados

O DBDPE é um exemplo típico de "substituição lamentável". Segundo a proposta norueguesa, sua produção e uso cresceram na última década justamente para substituir o decaBDE, banido em 2017; o composto é empregado em equipamentos eletroeletrônicos, peças automotivas, materiais de construção e têxteis [9]. Os volumes envolvidos são expressivos. Na União Europeia, o DBDPE está registrado na faixa de 10 mil a 100 mil toneladas anuais, com cerca de 26,7 mil toneladas fabricadas e importadas por ano, e já foi detectado no leite materno humano na Dinamarca [10]. Na China, principal produtor mundial, a produção acumulada chegou a cerca de 230 mil toneladas entre 2006 e 2016, e em 2014 já equivalia ao dobro da do decaBDE [11]. Canadá e Austrália adotaram ou anunciaram proibições com isenções, e a União Europeia classificou a substância, em 2025, como de altíssima preocupação [9].

O TBPH, por sua vez, é usado como retardante de chama e plastificante no PVC flexível de fios e cabos e em espumas de poliuretano rígidas e flexíveis, e também foi comercializado como substituto de éteres difenílicos polibromados [9]. A União Europeia o considera muito persistente e muito bioacumulativo, e aprovou em março de 2026 a proposta de inclusão no Anexo A [12].

Por serem propostas inéditas, o DBDPE e o TBPH passaram apenas pela triagem inicial, sem juízo definitivo sobre seu destino. Ainda assim, o debate já antecipa dificuldades: alguns usuários identificaram essas substâncias em suas próprias cadeias de suprimento, sinal de que reunir evidências e ponderar riscos frente aos custos socioeconômicos de eventuais restrições será uma tarefa árdua [5].

1.3.2 PFAS e o caso brasileiro da sulfluramida

A experiência com os PFAS, os chamados "químicos eternos", continua a orientar os trabalhos do Comitê. No caso do PFOS, a Conferência das Partes deverá decidir se fixa um prazo para seu uso em iscas contra formigas-cortadeiras ou se o mantém em aberto, diante da falta de alternativas eficazes; quem defende o prazo vê nesse uso a última grande fonte de liberação ambiental da substância [5].

A questão interessa diretamente ao Brasil. Segundo o Plano Nacional de Implementação da Convenção, o PFOS e seus precursores são usados no país quase exclusivamente na produção de iscas formicidas à base de sulfluramida, e a galvanoplastia responde por menos de 5% do total; entre 2003 e 2008, o Brasil esteve entre os cinco maiores produtores de precursores de

PFOS [13]. Uma vez no ambiente, a sulfluramida se degrada em PFOS: cerca de 14 dias após a aplicação, metade do produto já se transformou em outros compostos, entre os quais o PFOS [14]. Segundo levantamento jornalístico, a produção nacional passou de cerca de 30 toneladas em 2008 para 40 a 60 toneladas em 2015 [15].

1.4 Relevância para a saúde humana

Por serem lipofílicos, os POPs se concentram progressivamente ao longo da cadeia alimentar, e a dieta, sobretudo de alimentos de origem animal ricos em gordura, torna-se a principal via de exposição humana. A literatura científica associa essa exposição a desregulação endócrina, prejuízos ao neurodesenvolvimento, imunotoxicidade, alterações reprodutivas e maior risco de alguns tipos de câncer. Os grupos mais vulneráveis são gestantes e crianças pequenas, já que essas substâncias atravessam a placenta e chegam ao leite materno, além de trabalhadores rurais e comunidades vizinhas a fontes de emissão.

As avaliações de carcinogenicidade da Agência Internacional de Pesquisa em Câncer (IARC) reforçam essa preocupação:

Substância	Classificação IARC	Base da avaliação
DDT	Grupo 2A: provavelmente carcinogênico	Monografia 113, 2018 [16]
PFOA	Grupo 1: carcinogênico	Evidência suficiente em animais e mecanística forte em humanos expostos; evidência limitada para câncer renal e de testículo [17]
PFOS	Grupo 2B: possivelmente carcinogênico	Evidência mecanística forte, limitada em animais e inadequada em humanos [17]

Os dados de vigilância disponíveis para as Américas ajudam a dimensionar o problema [18]:

- **Leite materno.** O levantamento global conduzido por PNUMA e OMS em cinco rodadas, entre 1987 e 2012, envolveu 72 países, doze deles nas Américas: Antígua e Barbuda, Barbados, Brasil, Canadá, Chile, Cuba, Estados Unidos, Haiti, Jamaica, México, Peru e Uruguai. Os resultados revelaram grandes diferenças entre países nos níveis de DDT e de seus metabólitos no período 2000–2012.
- **Aleitamento.** A análise desses mesmos dados concluiu que os benefícios da amamentação superam os potenciais efeitos tóxicos de alguns POPs, mensagem essencial para uma comunicação de risco responsável.
- Tendência temporal. A IARC observou forte queda global dos níveis sanguíneos de DDT e de seu metabólito DDE, atribuída à proibição da maioria de seus usos [16].
- **Intoxicações agudas.** Entre 1994 e 2003, o projeto PLAGSALUD fortaleceu a vigilância de intoxicações por agrotóxicos na América Central e deu origem a um curso virtual da OPAS sobre seu diagnóstico, tratamento e prevenção.

Complementarmente, o Plano de Monitoramento Global da Convenção de Estocolmo reúne resultados de análises de leite humano, sangue, ar e água, oferecendo uma base valiosa para a pesquisa e a formulação de políticas. No Brasil, contudo, os estudos sobre PFAS ainda são escassos, e persistem muitas lacunas quanto à ocorrência, às fontes e à distribuição ambiental dessas substâncias [13].

1.5 A OPAS e a Resolução CD41.R11

As Américas anteciparam-se à própria Convenção de Estocolmo na mobilização do setor saúde. Já em 1984, a Resolução CD30.R14 do XXX Conselho Diretor da OPAS reconhecia a crescente importância dos problemas de saúde ligados à exposição humana a produtos químicos na Região [19]. Quinze anos depois, em plena negociação do tratado, o 41º Conselho Diretor, reunido em San Juan, Porto Rico, aprovou o documento conceitual CD41/12 e a Resolução CD41.R11, dedicada especificamente aos POPs [20].

A resolução endossou o apoio aos Estados Membros no enfrentamento dos efeitos dos POPs sobre a saúde e o ambiente e estabeleceu cinco mandatos:

- Autorizar o DDT apenas para fins de saúde pública, em programas governamentais integrados e sem desvio para o setor privado.
- Reduzir a dependência de inseticidas no controle de vetores, por meio do manejo integrado.
- Identificar usos e estoques de POPs, especialmente de DDT, e planejar seu manejo seguro.
- Desenvolver alternativas adequadas à situação epidemiológica de cada país, amparadas por estudos de custo-efetividade.
- Apoiar avaliações dos efeitos de longo prazo dos POPs sobre a saúde, sobretudo nos grupos mais afetados da América Latina e do Caribe.

O balanço desses mandatos foi apresentado em 2021 ao Comitê Executivo e ao 59º Conselho Diretor, no relatório final CD59/INF/12, que também deu a resolução por concluída [18, 21]. Naquele momento, 29 países das Américas eram Partes da Convenção. Segundo o relatório, nenhum país da Região solicitou autorização para usar DDT no controle de vetores, e, entre 2010 e 2018, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Guiana, Honduras e Peru exportaram cerca de 537 toneladas de estoques de DDT para destruição na Europa. O manejo integrado de vetores ganhou continuidade com o Plano de Ação em Entomologia e Controle de Vetores 2018–2023, aprovado pelo 56º Conselho Diretor.

O encerramento formal da resolução não significou o fim da agenda, que passou a integrar marcos mais amplos: o roteiro da OMS para ampliar o papel do setor saúde na gestão de produtos químicos, aprovado pela Resolução WHA70.23 e vinculado às metas 3.9, 6.3 e 12.4 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e a Agenda para as Américas sobre Saúde, Meio Ambiente e Mudança do Clima 2021–2030, voltada aos determinantes ambientais da saúde e às populações em situação de vulnerabilidade [18, 22].

1.6 Considerações finais

A POPRC-22 evidencia que a fronteira dos POPs se deslocou dos agrotóxicos clássicos para aditivos industriais produzidos em escala de dezenas de milhares de toneladas por ano e presentes em plásticos, eletrônicos e têxteis, bem como para subprodutos da gestão de

resíduos. O caso do DBDPE, que ocupou o espaço deixado pelo decaBDE, mostra o risco de trocar uma substância problemática por outra de propriedades semelhantes. Esse novo perfil torna a exposição mais difusa e a produção de evidências mais complexa, o que exige do setor saúde uma participação mais ativa no processo técnico da Convenção.

A trajetória das Américas mostra que essa participação é possível e produz resultados. Sob a Resolução CD41.R11, os países da Região restringiram o DDT a usos de saúde pública, adotaram o manejo integrado de vetores, destruíram centenas de toneladas de estoques obsoletos e passaram a contribuir para o monitoramento de POPs no leite materno [18]. A queda global dos níveis de DDT no sangue humano confirma que a regulação internacional, quando aplicada, protege a saúde [16]. O desafio, agora, é repetir essa trajetória com substâncias de uso muito mais disseminado, como os PFAS e os retardantes de chama bromados.

Para o Brasil e para a Região, impõem-se de imediato quatro tarefas:

1. Fortalecer a vigilância em saúde das populações expostas, incluindo o biomonitoramento de PFAS e de retardantes de chama bromados em sangue e leite materno.
2. Ampliar a pesquisa nacional sobre ocorrência e fontes de PFAS, hoje ainda escassa, com prioridade para áreas de uso intensivo de iscas formicidas.
3. Fornecer ao processo técnico da Convenção dados sobre produção, usos e alternativas, sobretudo na etapa de gestão de risco (Anexo F).
4. Construir uma posição nacional sobre o uso de sulfluramida e PFOS em iscas formicidas antes da próxima Conferência das Partes, avaliando alternativas técnicas e seus custos.

2. PFAS e direitos humanos no Conselho de Direitos Humanos

Em 14 de setembro, a 63ª sessão recebeu o relatório Forever chemicals and human rights (A/HRC/63/27), preparado pelo ex-relator Marcos Orellana e apresentado pela nova relatora Bethanie Carney Almroth. O objetivo é examinar como os PFAS afetam saúde, ecossistemas e direitos. [23, 24]

O debate desloca o tema da simples gestão de resíduos para prevenção da exposição, transparência, responsabilidade e proteção do direito à saúde e ao meio ambiente saudável. A persistência dessas substâncias torna a contaminação uma questão intergeracional. [23, 24]

O relatório recomenda proibir usos não essenciais de PFAS e prevenir novas liberações. É uma recomendação de especialista independente, não uma proibição aprovada pelo Conselho nem um tratado. [23, 24]

Há convergência entre proteção de água, alimentos, ecossistemas e populações expostas. Divergem os critérios para identificar usos essenciais, os prazos de substituição e a distribuição dos custos de monitoramento e remediação; o elo direto com mitigação climática é limitado. [23, 24]

As principais recomendações foram priorizar vigilância de água e exposição humana, critérios públicos para usos essenciais, substituição comprovadamente segura e acesso à informação. Integrar esse debate às decisões sobre PFOS na Convenção de Estocolmo (seção 1).

3. Oficina da UNFCCC sobre benefícios de saúde das NDCs

A oficina de 23 de setembro, em Bangcoc, examinou como os benefícios de saúde podem apoiar a implementação das contribuições nacionalmente determinadas (NDCs). [25, 26] A programação concentrou-se em evidências, indicadores, avaliação de impactos, estudos de caso e troca de experiências para que efeitos das medidas climáticas sobre pessoas e comunidades apareçam nas decisões de implementação. [25, 26] A redução de emissões e da poluição do ar pode gerar ganhos simultâneos de saúde. A dimensão e distribuição desses ganhos dependem do desenho da política, dos dados e do contexto local; biodiversidade não foi o eixo explícito da oficina. [25, 26]

A realização da oficina é um avanço técnico e de coordenação, entretanto, não houve decisão negociada ou documento final aprovado com novas obrigações para as Partes. [25, 26] Porém há a recomendação de envolver ministérios da saúde nas NDCs e acompanhar indicadores de exposição, doença e desigualdade associados a medidas de energia, transporte, alimentação e adaptação.

4. UNGA declaração política sobre a elevação do nível do mar

A Assembleia Geral reuniu líderes em 24 de setembro para responder à ameaça existencial enfrentada por Estados insulares e comunidades costeiras. [27, 28] As negociações reuniram ciência, adaptação, financiamento, meios de subsistência e questões jurídicas. A declaração relaciona oceano, clima e biodiversidade e considera abordagens baseadas em ecossistemas. Os debates jurídicos incluem a estabilidade das zonas marítimas e a continuidade da condição de Estado diante da perda de território. [27, 28, 29]

A Assembleia adotou uma declaração política que reforça a cooperação e observação científica, mas não constitui um novo tratado nem define, por si só, recursos garantidos para implementação. [27, 28, 29]

Durante as discussões, houve convergência sobre a gravidade do risco e sobre a necessidade de apoiar países vulneráveis. Persistem diferenças sobre financiamento, responsabilidades e respostas jurídicas. Saúde, água e saneamento são efeitos importantes, mas sem metas sanitárias detalhadas no texto. [27, 28, 29]

Dentre as recomendações estão: incluir hospitais, abastecimento de água, deslocamento, doenças e saúde mental nos planos costeiros; combinar infraestrutura e restauração de ecossistemas com financiamento e indicadores de continuidade da assistência.

5. UNGA evento Água para o Planeta

O evento de 21 de setembro ligou a preparação das Conferências da ONU sobre Água de 2026 e 2028 às agendas de desenvolvimento e resiliência. [30] A intervenção da ONU destacou que poluição e degradação da terra prejudicam a qualidade e disponibilidade da água. Propôs unir ação sobre água, clima, biodiversidade, desertificação, ecossistemas e redução de riscos, apoiada por dados, ciência, alertas precoces e conectividade dos ecossistemas de água doce. [30] Foi um chamado à coordenação e à preparação das conferências, sem decisão intergovernamental nova identificada nessa ocasião. [30]

As discussões demonstraram que a água segura é o elo transversal mais direto entre clima, biodiversidade, poluição e saúde. A lacuna é converter essa convergência em metas conjuntas, orçamento e responsabilização de setores distintos. [30] Par isso, foram levantados

a necessidade de articular segurança da água e saneamento, proteção de bacias, qualidade ambiental e preparação dos serviços de saúde nos compromissos da conferência de 2026.

6. UNGA Cúpula do Clima e proteção por alertas precoces

Em 23 de setembro, o Secretário-Geral convocou a Climate Summit 2026 para acelerar a transição justa, o financiamento e a resiliência. Diálogos de soluções, de 22 a 24 de setembro, cobriram oceanos, metano, adaptação e energia. [31, 32] Os participantes discutiram como executar compromissos já existentes, ampliar energia limpa, reduzir barreiras de financiamento e proteger pessoas e meios de vida. A ONU apresentou avanços da iniciativa Early Warnings for All, cuja meta é cobertura universal até 2027. [31, 32]

A cúpula impulsionou iniciativas de redes elétricas, minerais da transição e alertas; não adotou novo tratado climático. Segundo o material da ONU, países com sistemas abrangentes de alerta multirriscos apresentam mortalidade por desastres seis vezes menor que países sem esses sistemas; trata-se de comparação observacional, não de efeito causal isolado. [31, 32]

Durante a discussão, ficou claro que a prevenção de mortes por riscos climáticos converge com sistemas de saúde resilientes. As divergências recaem sobre velocidade da transição, financiamento e distribuição de custos e benefícios. As conexões com biodiversidade e poluição variam conforme a solução escolhida. [31]

Portanto, é necessário conectar alertas meteorológicos a protocolos acionáveis em unidades de saúde, proteção de pessoas vulneráveis, continuidade de medicamentos, água, energia e encaminhamento de pacientes.

7. UNGA declaração ministerial sobre a meta de biodiversidade 30 por 30

Em 23 de setembro, ministros e lideranças da High Ambition Coalition for Nature and People buscaram acelerar a meta do Marco Global de Biodiversidade de conservar ao menos 30% de terras e oceanos até 2030. [33, 34] O debate enfatizou qualidade e permanência da conservação, conectividade, governança, participação de povos indígenas e comunidades locais, relatórios nacionais e recursos para países em desenvolvimento. A declaração reconhece expressamente que a perda de biodiversidade ameaça a segurança alimentar e a saúde humana. [33, 34]

A coalizão lançou uma declaração ministerial, distinta de resolução da Assembleia, e anunciou, com Alemanha e fundações, US$300 milhões para proteção de longo prazo de dez áreas na África. O evento divulgou avaliação independente que aponta lacunas entre compromissos e proteção efetiva. [33, 34]

Houve convergência entre ecossistemas íntegros, resiliência climática e bem-estar. Divergem a capacidade financeira e a qualidade da execução; proteger hectares no papel não basta. Poluição e desfechos de saúde não ganharam indicadores próprios na declaração. [33, 34]

Foi recomendado a explicitar água, alimentação, calor e prevenção de zoonoses como benefícios potenciais, com avaliação de equidade e participação territorial nas estratégias nacionais de biodiversidade.

8. Plano Andino de Saúde e Mudança Climática

A XL reunião extraordinária de ministros andinos aprovou o plano 2026–2031 em 12 de junho por sua Resolução XL/6. Em 28 de setembro, ORAS-CONHU anunciou o lançamento público com a OPAS para 29 de setembro, durante o Conselho Diretor da organização. [35, 36, 37]

A Declaração de Lima associa resiliência dos sistemas de saúde, vigilância, alerta precoce, preparação para desastres, adaptação, mitigação e Uma Só Saúde. [16,19] A cooperação sub-regional aproxima ação climática e saúde.

9. Climate Week NYC saúde e sustentabilidade

Objetivo e contexto. A programação de 20 a 27 de setembro reuniu eventos independentes. O Global Consortium on Climate and Health Education e parceiros discutiram formação e sustentabilidade para profissionais de saúde em 22 de setembro em evento temático na Universidade de Columbia; a Climate Group promoveu sessão sobre emissões do setor; NAM e NYAM organizaram o Climate and Health Commons em 23 de setembro; outro encontro em 24 debateu o poder decisório de pesquisadores e profissionais de países afetados. [38, 39, 40, 41, 42]

As discussões conectaram competência da força de trabalho, cuidados clínicos, saúde pública, operação dos serviços, redução da pegada ambiental e financiamento com liderança local. [39, 40, 41, 42] Adaptação e descarbonização podem ser planejadas em conjunto; porém, a transferência real de recursos e o engajamento político e de instituições locais segue uma tensão explícita. [42]

Referências

As páginas indicadas nos boletins IISD Earth Negotiations Bulletin correspondem à numeração impressa dos PDFs. As fontes HTML são identificadas pelo título e pelo endereço eletrônico. As citações no texto e nas tabelas remetem à lista numerada abaixo.

[1] OMS. The public health impact of chemicals: knowns and unknowns: data addendum for 2019. Genebra: OMS, 2021. https://www.who.int/publications/i/item/WHO-FWC-PHE-EPE-16-01. Consultado em 25 set. 2026.

[2] OMS Europa. Chemical safety: fact sheet. Copenhague: OMS, 2023. https://www.who.int/europe/news-room/fact-sheets/item/chemical--safety. Consultado em 25 set. 2026.

[3] IISD, Earth Negotiations Bulletin. Stockholm Convention Briefing Note, vol. 15, n. 329, 28 set. 2026, pp. 1–7. Anexo enb15329e.pdf. https://enb.iisd.org/stockholm-convention-pops-review-committee-22

[4] ONU. United Nations Treaty Collection, Chapter XXVII-15: Stockholm Convention on Persistent Organic Pollutants: status. Nova York: ONU, 2026. https://treaties.un.org/doc/Publication/MTDSG/Volume%20II/Chapter%20XXVII/XXVII-15.en.pdf. Consultado em 25 set. 2026.

[5] IISD, Earth Negotiations Bulletin. Highlights and images for 24 September 2026. Winnipeg: IISD, 2026. https://enb.iisd.org/stockholm-convention-pops-review-committee-22-24sep2026. Consultado em 25 set. 2026.

[6] Japão, Ministry of Economy, Trade and Industry (METI). Results of the Meetings of the Conferences of the Parties to the Basel, Rotterdam and Stockholm Conventions. Tóquio: METI, 2025. https://www.meti.go.jp/english/press/2025/0513_003.html. Consultado em 25 set. 2026.

[7] Comissão Europeia. Proposal for a Council Decision on the submission, on behalf of the European Union, of a proposal for the listing of TBPH in Annex A to the Stockholm Convention (COM(2026) 51 final).

Bruxelas, 2026. https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/HTML/?uri=CELEX%3A52026PC0051. Consultado em 25 set. 2026.

[8] IISD, Earth Negotiations Bulletin. Rotterdam Convention Briefing Note, vol. 15, n. 328, 21 set. 2026, pp. 1–7. Anexo enb15328e_0.pdf. https://enb.iisd.org/rotterdam-convention-crc-review-committee-22

[9] National Law Review. Potential listing of flame retardants DBDPE and TBPH in Stockholm Convention on Persistent Organic Pollutants (POPs). 2026. https://natlawreview.com/article/potential-listing-flame-retardants-dbdpe-and-tbph-stockholm-convention-persistent. Consultado em 25 set. 2026.

[10] Health and Environment Alliance (HEAL). HEAL response to Sweden's proposal to identify decabromodiphenyl ethane (DBDPE) as a substance of very high concern. Bruxelas: HEAL, 2025. https://www.env-health.org/wp-content/uploads/2025/07/HEAL-comments-DBDPE_July-2025.pdf. Consultado em 25 set. 2026.

[11] Shen K. et al. Stocks, flows and emissions of DBDPE in China and its international distribution through products and waste. Environmental Pollution, 2019. https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0269749119300429. Consultado em 25 set. 2026.

[12] União Europeia, Conselho. Decisão (UE) 2026/878, de 30 de março de 2026, relativa à apresentação de uma proposta de inclusão do TBPH no anexo A da Convenção de Estocolmo. Bruxelas, 2026. https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX:32026D0878. Consultado em 25 set. 2026.

[13] Química Nova. Compostos perfluorados: uma ameaça ao oceano limpo. Química Nova, São Paulo, 2023. https://www.scielo.br/j/qn/a/nZTpdKwDSrLFqcyxTByBdXf/?lang=pt. Consultado em 25 set. 2026.

[14] Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mais um composto sintético pra conta: estudo analisa a contaminação de solos, águas e alimentos pelo PFOS. Florianópolis: UFSC, 2018. https://noticias.ufsc.br/2018/02/mais-um-composto-sintetico-pra-conta-estudo-analisa-a-contaminacao-de-solos-aguas-e-alimentos-pelo-pfos/. Consultado em 25 set. 2026.

[15] The Intercept Brasil. Todo o mundo está proibindo este químico cancerígeno. Mas no Brasil a produção aumentou. 29 abr. 2019. https://www.intercept.com.br/2019/04/29/brasil-pfos-banido-pesticidas/. Consultado em 25 set. 2026.

[16] IARC. DDT, lindane, and 2,4-D. Lyon: IARC, 2018. (IARC Monographs on the Evaluation of Carcinogenic Risks to Humans, v. 113). https://publications.iarc.fr/550. Consultado em 25 set. 2026.

[17] IARC. IARC Monographs evaluate the carcinogenicity of perfluorooctanoic acid (PFOA) and perfluorooctanesulfonic acid (PFOS). Lyon: IARC, 2023. https://www.iarc.who.int/news-events/iarc-monographs-evaluate-the-carcinogenicity-of-perfluorooctanoic-acid-pfoa-and-perfluorooctanesulfonic-acid-pfos. Consultado em 25 set. 2026.

[18] OPAS. Persistent organic pollutants: final report (CE168/INF/10). Washington, DC: OPAS, 2021. https://www.paho.org/sites/default/files/2021-05/CE168-INF-10-e-organic-pollutants.pdf. Consultado em 25 set. 2026.

[19] OPAS. XXX Conselho Diretor: Resolução CD30.R14. Washington, DC: OPAS, 1984. https://www1.paho.org/english/gov/cd/ftcd_30.htm. Consultado em 25 set. 2026.

[20] OPAS. 41º Conselho Diretor: relatório final (CD41/FR), incluindo a Resolução CD41.R11: Poluentes orgânicos persistentes. San Juan: OPAS, 1999. https://www1.paho.org/english/gov/cd/cd41_fr.pdf. Consultado em 25 set. 2026.

[21] OPAS. 59º Conselho Diretor: documentos oficiais, incluindo CD59/INF/12, Poluentes orgânicos persistentes: relatório final. Washington, DC: OPAS, 2021. https://www.paho.org/en/governing-bodies/directing-council/59th-directing-council. Consultado em 25 set. 2026.

[22] OPAS. Agenda para as Américas sobre Saúde, Meio Ambiente e Mudança do Clima 2021–2030. Washington, DC: OPAS, 2021. https://iris.paho.org/handle/10665.2/54816. Consultado em 25 set. 2026.

[23] ONU, Conselho de Direitos Humanos. A/HRC/63/27, Forever chemicals and human rights. https://docs.un.org/A/HRC/63/27

[24] PNUMA. Spotlight on chemicals and pollution action, entrada de 15 set. 2026. https://www.unep.org/spotlight-chemicals-pollution-action

[25] UNFCCC. Workshop on health co-benefits for advancing NDC implementation, 23 set. 2026. https://unfccc.int/event/NDC-health-co-benefits-workshop

[26] UNFCCC. Agenda da oficina, documento 660544, 18 set. 2026. https://unfccc.int/documents/660544

[27] Assembleia Geral da ONU. Reunião de alto nível sobre elevação do nível do mar e declaração. https://www.un.org/pga/81/event/high-level-plenary-meeting-to-address-the-existential-threats-posed-by-sea-level-rise/

[28] Presidência da Assembleia Geral. Discurso e confirmação da adoção, 24 set. 2026. https://www.un.org/pga/81/documents/speeches/sea-level-rise-high-level-meeting-24-september-2026/

[29] OMM. UN General Assembly adopts declaration on sea level rise, 25 set. 2026. https://wmo.int/media/news/un-general-assembly-adopts-declaration-sea-level-rise

[30] UN DESA. Remarks at Water for Planet, 21 set. 2026. https://www.un.org/en/desa-en/remarks-hl-special-event-water-planet-2026-un-water-conference-2028

[31] ONU. Climate Summit 2026, programa, diálogos e iniciativas, 23 set. 2026. https://www.un.org/en/climatechange/climate-summit-2026

[32] ONU. Press Materials, Early Warnings for All, 23 set. 2026. https://www.un.org/en/climatechange/press-materials

[33] High Ambition Coalition for Nature and People. 30×30 Ministerial Declaration, texto integral, 23 set. 2026. https://hacfornatureandpeople.org/30x30-ministerial-declaration/

[34] High Ambition Coalition. Heads of State and Ministers Unite to Accelerate Delivery of 30×30, 23 set. 2026. https://hacfornatureandpeople.org/heads-of-state-and-ministers-unite-to-accelerate-delivery-of-30x30/

[35] ORAS-CONHU. XL REMSAA Extraordinaria, Resolução XL/6, 12 jun. 2026. https://www.orasconhu.org/es/remsaas-extraordinarias/xl-remsaa-extraordinaria

[36] ORAS-CONHU. Presença no Conselho Diretor da OPAS e anúncio de lançamento, 28 set. 2026. https://www.orasconhu.org/es/el-oras-conhu-presente-en-el-63deg-consejo-directivo-de-la-ops-en-washington-dc

[37] OPAS. Participação da ministra da Bolívia no 63º Conselho Diretor, 28 set. 2026. https://www.paho.org/es/noticias/28-9-2026-ministra-salud-deportes-bolivia-participa-63o-consejo-directivo-ops

[38] Climate Week NYC. About Climate Week NYC, 20–27 set. 2026. https://www.climateweeknyc.org/about-us

[39] Climate Week NYC. Climate Impacts on Health, GCCHE e parceiros, 22 set. 2026. https://www.climateweeknyc.org/event-search/climate-impacts-on-health-sustainability-for-health-professionals-the-next-generation

[40] Climate Week NYC. Tackling Health Care’s Emissions, 22 set. 2026. https://www.climateweeknyc.org/event-search/past-events/tackling-health-cares-emissions

[41] Climate Week NYC. Climate and Health Commons, 23 set. 2026. https://www.climateweeknyc.org/event-search/past-events/climate-and-health-commons

[42] Climate Week NYC. Shifting power in climate and health, 24 set. 2026. https://www.climateweeknyc.org/event-search/shifting-power-in-climate-and-health

[43] OMS. World leaders renew commitment to protect the world from future pandemics, 25 set. 2026. https://www.who.int/news/item/25-09-2026-world-leaders-renew-commitment-to-protect-the-world-from-future-pandemics

[44] Assembleia Geral da ONU. High-level Meeting on Pandemic Prevention, Preparedness and Response. https://www.un.org/pga/81/event/high-level-meeting-on-pandemic-prevention-preparedness-and-response/

[45] União Europeia. General Statement na reunião sobre pandemias, 25 set. 2026. https://www.eeas.europa.eu/delegations/un-new-york/eu-general-statement-un-high-level-meeting-pandemic-prevention-preparedness-and-response_en

[46] ORAS-CONHU. Declaración de Lima 2026, seção sobre clima e Uma Só Saúde. https://www.orasconhu.org/es/node/3207

O Trabalho e o Emprego na Agenda da 81ª Assembleia Geral das Nações Unidas (81 UNGA)

El Trabajo y el Empleo en la agenda de la 81.ª Asamblea General de las Naciones Unidas (81 UNGA)

Work and Employment on the Agenda of the 81st United Nations General Assembly (81 UNGA)

Frederico Peres

Resumo: A 81ª Assembleia Geral das Nações Unidas acontece em momento fortemente marcado pela atual conjuntura geopolítica global: conflitos armados de grande magnitude, crises humanitárias em diferentes partes do planeta, um contexto de emergência climática, tentativas de enfraquecimento do multilateralismo e uma reconfiguração dinâmica de alianças internacionais que, desde a criação da ONU, não haviam sido registradas. Apesar de tudo, a UNGA 81 segue sendo um espaço para discussão de temas estratégicos para a paz, o desenvolvimento social e o bem-estar dos povos, incluindo questões sobre o trabalho e o emprego global. O presente artigo busca identificar, a partir de uma análise da agenda da UNGA 81, os principais temas e questões relacionadas com o trabalho e emprego que estão sendo abordados e discutidos durante sua vigência, entre setembro de 2026 e setembro de 2027. Embora não inclua em sua agenda uma discussão específica sobre o trabalho e o emprego, aborda a temática de forma destacada, vinculada a pautas relacionadas ao desenvolvimento (econômico e social), globalização, direitos humanos, migração e gênero. E ao posicionar o trabalho como um fator transversal – do desenvolvimento sustentável, dos direitos humanos, da governança tecnológica, da migração, da proteção social e da resiliência —, e não apenas como uma questão econômica em si, possibilita discussões que vão mais além da garantia do emprego e da segurança nos ambientes de trabalho, transicionando para uma visão ampla sobre o futuro do trabalho e o papel dos trabalhadores nesta "nova ordem mundial".

Palavras-chave: Trabalho Decente; 81ª AGNU; Disrupção Tecnológica; Migração; Iniquidades de Gênero.

***Resumen**: La 81.ª Asamblea General de las Naciones Unidas (UNGA 81) se celebra en un momento marcado por la actual situación geopolítica mundial: conflictos armados a gran escala, crisis humanitarias en diversas partes del planeta, un contexto de emergencia climática, intentos de debilitar el multilateralismo y una reconfiguración dinámica de las alianzas internacionales sin precedentes desde la creación de la ONU. A pesar de todo, la 81.ª Asamblea General sigue siendo un espacio para debatir cuestiones estratégicas para la paz, el desarrollo social y el bienestar de los pueblos, incluyendo temas relacionados con el trabajo y el empleo a nivel mundial. Este artículo busca identificar, mediante un análisis de la agenda de la UNGA 81, los principales temas y cuestiones relacionados con el trabajo y el empleo que se abordan y debaten durante su duración, entre septiembre de 2026 y septiembre de 2027. Si bien no incluye un debate específico sobre trabajo y empleo en su agenda, aborda el tema de manera destacada, vinculado a agendas relacionadas con el desarrollo (económico y social), la globalización, los derechos humanos, la migración y el género. Al concebir el trabajo como un factor transversal*

—que abarca el desarrollo sostenible, los derechos humanos, la gobernanza tecnológica, la migración, la protección social y la resiliencia— y no meramente como una cuestión económica en sí misma, se propician debates que van más allá de garantizar el empleo y la seguridad en el lugar de trabajo, transitando hacia una visión amplia del futuro del trabajo y el papel de los trabajadores en este "nuevo orden mundial".

Palabras clave: *Trabajo decente; 81.ª Asamblea General de la ONU; Disrupción tecnológica; Migración; Desigualdades de género.*

Abstract: *The 81st Session of the United Nations General Assembly (UNGA 81) occurs amidst a global geopolitical environment characterized by extensive armed conflicts, widespread humanitarian emergencies, a climate crisis, efforts to weaken multilateralism, and a significant reshaping of international alliances unprecedented since the UN's establishment. Notwithstanding these obstacles, UNGA 81 continues to serve as a platform for deliberating on critical concerns pertaining to peace, social advancement, and human welfare, encompassing topics relating to labor and worldwide employment. This article aims to pinpoint the principal themes and concerns related to labor and employment discussed in the UNGA 81 agenda over its duration (September 2026 to September 2027). The agenda, while lacking a specific discussion on labor and employment, underscores the topic by associating it with wider issues including economic and social growth, globalization, human rights, migration, and gender. By framing labor as a multifaceted element – essential to sustainable development, human rights, technological governance, migration, social protection, and resilience – rather than solely an economic concern, the assembly facilitates dialogs that extend beyond job security and workplace safety, transitioning toward a holistic perspective on the future of work and the significance of workers in this "new world order".*

Keywords: *Decent Work; UN General Assembly 81; Technological Upheaval; Migration; Gender Disparities.*

Introdução

A Assembleia Geral das Nações Unidas (UNGA, sigla em inglês) é o principal órgão deliberativo da Organização (ONU). Composta por todos os Estados-Membros, ela oferece um espaço estratégico para a discussão multilateral sobre diferentes tópicos abrangidos pela Carta das Nações Unidas, incluindo, tradicionalmente, questões relacionadas ao trabalho e emprego, compreendidos como determinantes sociais da saúde e do desenvolvimento social (sustentável).

A 81ª Assembleia Geral das Nações Unidas (UNGA 81) se iniciou em 8 de setembro último e teve seu ponto alto no período de 22 a 28 de setembro, com o Debate Geral de Alto Nível, quando aconteceram os discursos dos líderes (chefes) dos Estados-Membro (e, tradicionalmente, cabendo ao Presidente do Brasil o primeiro discurso). Como esperado, este momento esteve fortemente influenciado pela atual conjuntura geopolítica global, marcada por conflitos armados, crises humanitárias, um contexto de emergência climática, tentativas de enfraquecimento do multilateralismo e uma reconfiguração dinâmica de alianças internacionais que, desde a criação da ONU, não haviam vivenciado crises da magnitude como a que se apresenta na atualidade. Mas, igualmente, a UNGA 81 está sendo um espaço para discussão de

temas estratégicos para a paz, o desenvolvimento social e o bem-estar dos povos, incluindo questões sobre o trabalho e o emprego global.

O presente artigo busca identificar, a partir de uma análise da agenda da 81ª Assembleia Geral das Nações Unidas (UNGA 81), os principais temas e questões relacionadas com o trabalho e emprego que estão sendo abordados e discutidos durante a vigência da UNGA 81, entre setembro de 2026 e setembro de 2027.

O Trabalho e o Emprego na UNGA 81: uma visão geral

A UNGA 81 inclui, em sua agenda, um conjunto de temas ligados ao trabalho e ao emprego, mesmo não contando com um ponto específico da agenda para abordar tais questões, de maneira exclusiva. Nessa perspectiva, as questões relacionadas ao trabalho e emprego encontram-se entrelaçadas com pautas relacionadas ao desenvolvimento (econômico e social), globalização, direitos humanos, migração, gênero e a própria administração interna da ONU (sobretudo no que diz respeito à iniciativa UN80, ou reforma do Sistema Nações Unidas, anteriormente discutida aqui nos Cadernos).

Os temas relacionados a trabalho e emprego foram identificados no conjunto de documentos técnicos da UNGA 81, através da ferramenta de busca da própria biblioteca digital da ONU (https://digitallibrary.un.org/), com uso dos descritores booleanos: A/81 AND work; A/81 AND labor OR labour; A/81 AND employment. Foram identificados sete documentos técnicos:

1. Activities of the Office of the United Nations Ombudsman and Mediation Services: Report of the Secretary-General (A/81/292)
2. Item 19 (a) of the preliminary list: Globalization and interdependence: role of the United Nations in promoting development in the context of globalization and interdependence (A/81/94-E/2026/76)
3. Contemporary forms of slavery and trafficking in persons: Note by the Secretary-General (A/81/225)
4. Preliminary list of items to be included in the provisional agenda of the eighty-first regular session of the General Assembly: Note by the Secretary-General (A/81/50)
5. Administration of justice at the United Nations: Report of the Secretary-General (A/81/176)
6. Provisional agenda of the eighty-first regular session of the General Assembly: to convene at United Nations Headquarters, New York, on Tuesday, 8 September 2026, at 3 p.m. (A/81/150)
7. Annotated preliminary list of items to be included in the provisional agenda of the eighty-first regular session of the General Assembly (A/81/100)

Os documentos foram adicionados a uma ferramenta de IA (ChatGPT — Versão Pro) e um prompt de extração de informações sobre temas relacionados ao trabalho e emprego foi aplicado, resultando em um conjunto de informações agrupadas em oito eixos temáticos (Quadro 1).

Quadro 1 – Eixos temáticos principais relacionados ao trabalho e emprego identificados na agenda da UNGA 81

Tema Identificado na Agenda da UNGA 81	**Conexão com Pautas Sobre o Trabalho e Emprego**	**Principais Temas ou Questões Relacionadas ao Trabalho e/ou Emprego Identificados**
1. Globalização, mudança tecnológica, IA e mercados de trabalho	Muito alta/direta	IA, transformação/deslocamento de empregos, emprego, trabalho em plataformas, trabalho remoto, qualidade do emprego, Saúde e Segurança no Trabalho, competências, proteção social
2. Formas contemporâneas de escravidão e tráfico de pessoas	Muito alta/direta	Trabalho forçado, trabalho infantil, recrutamento, trabalhadores migrantes, trabalho informal, inspeção do trabalho, negociação coletiva, cadeias de suprimentos
3. Migração internacional e desenvolvimento (proteção de trabalhadores migrantes)	Alta/direta	Direitos dos trabalhadores migrantes, mobilidade laboral, recrutamento, trabalho decente, proteção social, integração ao mercado de trabalho
4. Desenvolvimento de recursos humanos	Alta/direta	Competências, educação/capacitação, desenvolvimento de capital humano e empregabilidade
5. Economia social e solidária para o desenvolvimento sustentável	Alta/direta	Criação de empregos, emprego inclusivo, meios de subsistência resilientes e empresas sustentáveis
6. Mulheres, equidade de gênero e desenvolvimento social	Alta/transversal	Igualdade de gênero, participação econômica, discriminação, tráfico de pessoas e a posição da mulher no desenvolvimento
7. Desenvolvimento social e grupos populacionais vulneráveis	Média-Alta/indireta	Juventude, pessoas com deficiência, envelhecimento, família, inclusão social e acesso a oportunidades econômicas
8. Disputas legais e resolução de conflitos trabalhistas na ONU	Alta/direta (mas interna ao Sistema Nações Unidas)	Condições de emprego, nomeações, promoções, salários, desligamentos, disputas no local de trabalho, mudanças organizacionais e bem-estar da equipe (no âmbito do Sistema Nações Unidas)

Fonte: Elaboração própria a partir de síntese de evidências e sistematização (categorias) por ChatGPT — Versão Pro (texto revisado e editado pelo autor, que se responsabiliza integralmente pelo conteúdo).

A globalização, as transformações tecnológicas, a inteligência artificial e os mercados de trabalho

Essa questão diz respeito, sobretudo, ao item 19(a) da agenda da UNGA 81 (Papel das Nações Unidas na promoção do desenvolvimento no contexto da globalização e da interdependência). O relatório A/81/94–E/2026/76 é especialmente relevante, pois analisa de

maneira bastante objetiva e didática as tendências e os efeitos da transformação tecnológica na globalização e nas dinâmicas do mercado de trabalho. São destacados os riscos ao pleno emprego, os desafios para a promoção do trabalho decente, a necessidade de fortalecimento das redes de proteção social de trabalhadoras e trabalhadores e a necessidade de promoção da inclusão como estratégias para enfrentar as principais consequências da transformação tecnológica no mundo do trabalho. Entre os pontos principais apresentados para discussão, incluem-se:

- **IA e a metamorfose do trabalho** – O relatório argumenta que a atual revolução tecnológica é qualitativamente distinta, pois a IA está cada vez mais apta a executar tarefas cognitivas complexas, o que pode impactar tanto o número quanto a qualidade dos empregos disponíveis. O relatório, no entanto, não chega à conclusão de que a IA causará um desemprego em massa generalizado. Ele deixa claro que, até o momento, não existem evidências sólidas de que esteja havendo um deslocamento generalizado de mão de obra nos mercados de trabalho. Simultaneamente, cerca de um em cada quatro trabalhadores globalmente está em uma ocupação que, de alguma forma, está vulnerável à IA generativa, enquanto 3,3% dos empregos em todo o mundo se encaixam na categoria de maior exposição.
- **Exposição à tecnologia com viés de gênero** – O relatório aponta disparidades de gênero importantes: as mulheres ocupam, desproporcionalmente, funções com alta exposição (vulnerabilidade) à IA generativa, especialmente cargos administrativos e de escritório. Portanto, a discussão em torno da IA no mundo do trabalho e da empregabilidade também se referem à igualdade de gênero e às disparidades no mercado de trabalho.
- **Habilidades, desenvolvimento profissional e educação contínua** – Apresenta-se uma discussão em torno de um questionamento importante: os sistemas de educação e formação conseguem se adaptar rapidamente às exigências em constante mudança do mercado de trabalho? Sem dar uma resposta definitiva, o relatório sugere alocar recursos em aprendizagem ao longo da vida (*learning throughout life*), requalificação ("reciclagem" de habilidades e competências), aperfeiçoamento de habilidades (upskilling), promoção da literacia digital, políticas de emprego ativas e iniciativas de apoio direcionadas a jovens e mulheres.
- **Emprego em plataformas e novas modalidades de trabalho** – As novas tecnologias e meios digitais estão criando formas não-tradicionais de trabalho e emprego, como *crowdwork* e o trabalho em plataformas geolocalizadas, operadas por algoritmos. O relatório identifica tanto a flexibilidade e a geração de renda que vêm com as plataformas, no lado positivo, quanto a dificuldade de assegurar condições de trabalho decente para os trabalhadores de plataformas, sua face negativa. Este ponto é especialmente pertinente para a discussão atual sobre o trabalho plataformizado, gestão algorítmica do trabalho, precarização e flexibilização dos contratos de trabalho, jornadas de trabalho exaustivas, monitoramento constante de trabalhadoras e trabalhadores e gamificação das atividades de trabalho, entre outros.
- **Gestão por algoritmos** – ainda sobre o ponto anterior, o relatório menciona a gestão algorítmica como um fenômeno em ascensão nos ambientes de trabalho, impactando o recrutamento, a contratação, a organização do trabalho, a avaliação de desempenho e o monitoramento da produção/produtividade. As maiores preocupações, destacadas no documento, incluem as estratégias invasivas de monitoramento dos trabalhadores, a

perda/ausência de autonomia e privacidade, o aumento excessivo da carga de trabalho, a pressão crescente por resultados e a importância de garantir estratégias para a transparência, auditoria e eficaz supervisão humana sobre os algoritmos de plataformas digitais de trabalho.

- **Teletrabalho e Saúde e Segurança no Trabalho (SST) –** O trabalho remoto é visto como uma das muitas mudanças significativas no mundo do trabalho, com ampla difusão nas distintas partes do planeta e em diferentes setores da economia. Ele pode aumentar a flexibilidade, o equilíbrio entre trabalho e vida pessoal e o acesso ao emprego, mas também gera riscos em termos de carga horária (excessiva),proteção e bem-estar no ambiente de trabalho e a perda das fronteiras entre trabalho e vida pessoal (o quanto o trabalho invade a vida pessoal).
- **Proteção social e mudanças de emprego** – Uma das mensagens mais relevantes do relatório é que a revolução tecnológica não pode ser acompanhada apenas por políticas tecnológicas. Estas precisam vir acompanhadas por sistemas de proteção social que sejam, ao mesmo tempo, resilientes, adequados e equitativos, capazes de apoiar os trabalhadores em suas transições profissionais, incluindo aqueles que trabalham em plataformas digitais, na chamada economia de "bicos" (*gig economy*) ou com trabalhos intermitentes/sob demanda. O documento sugere a ideia de benefícios portáteis, que se manteriam com os trabalhadores à medida que eles mudam de emprego ou setor.
- **Trabalho Decente e o ODS 8** – O documento estabelece uma relação nítida entre a transformação tecnológica e o ODS 8, que trata do Trabalho Decente e do Crescimento Econômico. Segundo o relatório, a inteligência artificial, quando bem utilizada no mundo do trabalho, tem o potencial de elevar a eficiência, criar postos de trabalho em novas áreas, ampliar o acesso à proteção social e permitir que se aprenda com mais facilidade. Contudo, a mobilidade de trabalhadores, a disparidade digital e a perda de qualidade no emprego podem colocar a inclusão no mercado de trabalho em risco. Sem dúvida, essa é uma das questões mais prementes sobre trabalho e emprego a serem discutidas durante a 81ª sessão da Assembleia Geral da ONU (UNGA 81).

<u>Formas contemporâneas de escravidão e tráfico de pessoas</u>

Outra questão importante que se relaciona com o trabalho e o emprego, de forma direta, é o item 70(b) da agenda, **"Promoção e proteção dos direitos humanos: questões de direitos humanos..."**, no contexto do qual a Assembleia analisa o relatório A/81/225, que inclui uma necessária e urgente discussão sobre formas contemporâneas de escravidão e tráfico de pessoas, como as diferentes formas de trabalho forçado, do trabalho infantil e a exploração do trabalho, dimensões centrais da chamada "escravidão moderna" (ou condição análoga à escravidão).

Entre as questões principais, abordadas no documento, incluem-se:

- **Dimensões do Trabalho Forçado** – O relatório sustenta sua discussão com base em marcos regulatórios e convenções fundamentais sobre o tema, incluindo a Convenção sobre o Trabalho Forçado, de 1930, o Protocolo de 2014 à Convenção sobre o Trabalho Forçado (1930) e a Convenção que extingue o trabalho forçado, de 1957. Demanda uma ratificação mais ampla desses marcos regulatórios, adoção urgente de estratégias para o monitoramento e fiscalização e um endurecimento das proibições legais nacionais contra o trabalho forçado no conjunto dos Estados-Membros.

- **Trabalho Infantil** – O relatório menciona, de maneira específica, as formas perversas de exploração do trabalho infantil, fazendo referência à Convenção da OIT sobre a questão. Convoca os Estados Membros a adotarem estratégias integradas e intersetoriais para o combate ao trabalho infantil, sobretudo considerando o aumento da expansão de contextos de extrema vulnerabilização que, frequentemente, estão associados à exploração de mão de obra infantil.
- **Exploração do Trabalho em Contextos de Vulnerabilização Extrema** – O documento destaca ser particularmente relevante, sob um ângulo analítico, associar as formas modernas de escravidão e o tráfico de pessoas à exploração de determinadas condições estruturais, como a miséria, as disparidades sociais, os regimes de migração forçada (por guerras, fome, violência urbana e condições climáticas, entre outras), a desregulação total de mercados de trabalho em alguns setores da economia e a falta de condições mínimas para o trabalho decente em contextos diversos. O relatório defende uma concepção mais ampla do problema, na qual a mera criminalização (tipificação penal) não é suficiente para o enfrentamento do problema, que exige soluções sistêmicas que minimizem as condições econômicas e estruturais dos mercados de trabalho/setores da economia onde tais formas de exploração e degradação são mais prevalentes.
- **Direito de associação e negociação coletiva** – O relatório destaca a importância do associativismo e da garantia dos espaços de negociação coletiva como ferramentas contra o tráfico de pessoas e as formas análogas à escravidão. Coincidindo com pautas importantes da Organização Internacional do Trabalho (OIT), reforça a importância estratégica de garantia do direito de se associar, das convenções coletivas de trabalho, do direito à organização para trabalhadores migrantes, dos mecanismos de negociação coletiva além-fronteiras, da supressão de sistemas de vistos atrelados que limitam a mobilidade no trabalho e de uma maior participação de sindicatos e entidades de trabalhadores na gestão da migração, em convenções trabalhistas e na fiscalização de cadeias de suprimento.

O relatório faz, ainda, uma ponte crucial entre as mudanças climáticas, os fluxos migratórios, a insegurança econômica e a exploração da mão de obra. As mudanças climáticas são reconhecidas como um elemento que pode agravar condições como o êxodo de trabalhadores e a insegurança econômica que, por sua vez, podem aumentar a vulnerabilidade ao tráfico de pessoas e à escravidão.

<u>Migração internacional e desenvolvimento (proteção de trabalhadores migrantes)</u>

Na agenda provisória/anotada, o item 19(b) da agenda, "Migração internacional e desenvolvimento", vem sendo discutido no Comitê sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros de suas Famílias, a partir de relatório do Secretário-Geral. As recomendações constantes neste documento afirmam, de maneira inequívoca, a necessidade de proteção de trabalhadores migrantes, domésticos e informais, através de ações que incluam:

- A criação de corredores migratórios seguros e regulares;
- A regulamentação do recrutamento de trabalhadores;
- A proibição de cobrança de taxas de recrutamento aos trabalhadores;
- O aumento da proteção para trabalhadores migrantes;

- A proteção ampliada para empregados domésticos; salvaguardas para os trabalhadores do setor informal;
- E igualdade de direitos trabalhistas para todos os empregados, independente de status migratório ou contratos de trabalho.

O relatório, complementar ao anteriormente apresentado sobre escravidão e tráfico de pessoas, reforça, ainda, a importância de se enfrentar situações com potencial de comprometer a dignidade humana e o trabalho decente, principalmente no que diz respeito à seleção de trabalhadores de países e territórios mais vulneráveis, o pagamento de taxas de alistamento, o estabelecimento de rotas seguras de migração, a garantia de salvaguardas de trabalhadores migrantes, a regulação do trabalho móvel transfronteiriço, a concessão de vistos atrelados a ofertas de trabalho ou a empregadores, a promoção da igualdade de direitos trabalhistas e a possibilidade de associação a sindicatos e espaços de negociação coletiva.

Importante destacar que a migração e a mobilidade de pessoas, incluindo trabalhadores, se destacam em outros pontos da agenda, se configurando como temas transversais da 81ª sessão da Assembleia Geral da ONU (UNGA 81). Em um cenário de conflitos, deslocamentos forçados, pressões climáticas e demandas crescentes sobre as instituições multilaterais, a Organização Internacional para a Migração (IOM), órgão do Sistema Nações Unidas dedicado ao tema, está trabalhando com Estados-Membros e parceiros para consolidar estratégias de cooperação internacional, com o objetivo de tornar a migração mais segura, ordenada e benéfica para todos.

A OIM vem desenvolvendo uma agenda própria na UNGA 81, com objetivo de fortalecer estratégias para a cooperação ao longo das rotas migratórias, alavancar investimentos para ações de abrigo e soluções duradouras aos deslocamentos migratórios, considerando o papel central da ação climática e a necessidade de seguirmos contando com um sistema multilateral mais eficaz. As principais prioridades da OIM na 81ª Sessão da Assembleia Geral da ONU (UNGA81), identificadas até o momento, são:

1. Fortalecimento da cooperação internacional;
2. Construção de parcerias;
3. Abrigo e soluções duradouras;
4. Mobilidade climática;
5. Promover uma ONU mais eficaz

O site da IOM detalha as ações da agência no marco da UNGA 81.

Desenvolvimento de recursos humanos

A agenda comentada, em seu item 21(d), discute o tema “desenvolvimento e capacitação de recursos humanos”, a partir de um relatório encomendado pela Assembleia ao Secretário-Geral. A temática é bastante pertinente ao mundo do trabalho e recorrentemente discutida nos fóruns internacionais do setor Trabalho, sobretudo no que se refere ao desenvolvimento de habilidades e competências indispensáveis à promoção do desenvolvimento econômico e social, com garantias à saúde e segurança de trabalhadoras e trabalhadores, globalmente.

Entre os pontos destacados na agenda da UNGA 81, identifica-se:

- **Formação:** a agenda aborda, em distintos pontos, a importância de investir esforços na formação em geral e, em particular, na qualificação de trabalhadoras e trabalhadores, como imperativo para o desenvolvimento social.
- **Educação Permanente/Continuada:** uma das estratégias mais destacadas, para o avanço na qualificação e na formação de trabalhadores, é a educação permanente/continuada, a partir de situações do cotidiano laboral e no transcurso das atividades de trabalho.
- **Requalificação e Aperfeiçoamento Profissional** (*reskilling e upskilling*): dada a velocidade das transformações no mundo do trabalho, sobretudo com a implementação de novas tecnologias, coloca-se a necessidade urgente de se pensar, como política de desenvolvimento da força de trabalho global, estratégias de requalificação (reskilling) e aperfeiçoamento profissional (upskilling), com desenvolvimento de habilidades e competências para atuar em setores, tarefas e funções fortemente mediados por tecnologias.
- **Literacia Digital:** diretamente vinculado ao anteriormente exposto, também se coloca, na agenda da UNGA 81, a necessidade de desenvolvimento de uma literacia digital no conjunto da força de trabalho global, entendendo sua importância nos processos de acesso, compreensão, avaliação e significação de novas tecnologias presentes nos ambientes de trabalho.
- **Inserção no Mercado de Trabalho:** as estratégias de formação, aperfeiçoamento e requalificação da força de trabalho precisam considerar as transformações e as dinâmicas do mundo do trabalho contemporâneo, permitindo que trabalhadoras e trabalhadores, em diferentes partes do planeta, encontrem condições justas para sua inserção nos mercados de trabalho, sobretudo os mais jovens e as mulheres que, frequentemente, são os grupos que encontram maiores barreiras de ingresso.

Estas dimensões se manifestam de maneira especialmente evidentes, na agenda da UNGA 81, quando articuladas (inseridas) nas discussões sobre globalização e inteligência artificial.

<u>Economia social e solidária para o desenvolvimento sustentável</u>

O item 17(k) da agenda intitula-se “Promoção da economia social e solidária para o desenvolvimento sustentável” e, tal qual os pontos anteriormente destacados, está orientado por um relatório do Secretário-Geral sobre o tema. Este documento busca examinar como a economia social e solidária pode contribuir para a Agenda 2030 e para uma recuperação inclusiva, resiliente, sustentável e com ampla oferta de empregos.

Importante destacar que a agenda, neste eixo, tratará do trabalho de uma perspectiva distinta: não apenas focando/priorizando a proteção do emprego e a geração de postos de trabalho formais, mas sim a criação e organização de postos de trabalho alinhados com a perspectiva do trabalho decente, no contexto de estratégias alternativas de desenvolvimento econômico e social.

A discussão sobre o tema está concentrada nos esforços para análise e impulsionamento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Agenda 2030, e os documentos

analisados reforçam, em diferentes momentos, o compromisso em criar condições para um crescimento econômico sustentável, inclusivo e duradouro, com prosperidade compartilhada e trabalho decente para todos, levando em conta os diferentes níveis de desenvolvimento e capacidades nacionais.

Ainda sobre a questão, os documentos analisados reconhecem que a natureza integrada da promoção de uma economia solidária e social no marco dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (sobretudo no ODS 8) exige uma resposta global e, por esta razão, reforçam a necessidade de fortalecimento do compromisso global com o multilateralismo, com a busca de novas formas de cooperação e com a garantia de que as instituições multilaterais acompanhem as rápidas mudanças em curso, seja na geopolítica global ou no mundo do trabalho – dimensões indissociáveis.

Mulheres, equidade de gênero e desenvolvimento social

A agenda da UNGA 81 vem dando ênfase, em diferentes pontos, à necessidade de se fortalecer uma agenda técnica e política global para o enfrentamento das iniquidades de gênero, em geral e especificamente no mundo do trabalho. Dois pontos são destacados, como eixos orientadores das discussões sobre o tema, e ambos estão diretamente vinculados com a pauta sobre o trabalho e o emprego: o papel central das mulheres nas estratégias para o desenvolvimento social, sustentável e justo; e a necessidade de se buscar soluções imediatas para a redução das assimetrias e barreiras que as mulheres ainda enfrentam na sociedade e, em particular, no mundo do trabalho.

O tema está sendo discutido tanto no item 21(c) quanto no item 25 da agenda e inclui, entre outros tópicos, estratégias para o combate à exploração sexual de mulheres e meninas, a urgência da construção de respostas ao tráfico de pessoas que considerem a perspectiva de gênero e a garantia de que tais estratégias sejam fundamentadas nos direitos humanos e focadas nas vítimas.

As conexões em relação à agenda do trabalho e emprego são bastantes robustas, especialmente quando se considera o documento A/81/225, que elenca a igualdade de gênero, o trabalho decente e os direitos trabalhistas como elementos essenciais na prevenção da exploração e do tráfico de pessoas.

Os documentos analisados destacam que a UNGA 81 acontece em meio a um número recorde de conflitos, à estagnação do progresso em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a uma reação organizada contra os direitos de mulheres e meninas. E que, nesse contexto, concretizar os direitos de todas elas é mais importante do que nunca. A ONU Mulheres clama por uma ação urgente: o sistema multilateral não consegue promover paz, desenvolvimento ou direitos para ninguém enquanto as mulheres não tiverem acesso igualitário ao poder.

No dia 17 de setembro, a ONU Mulheres e o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (UN DESA) lançaram, em coletiva de imprensa, o relatório Panorama de Gênero 2026, uma das principais fontes mundiais de dados sobre igualdade de gênero e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. O documento apresenta inequívocas evidências de que a liderança feminina não está avançando globalmente e, em muitos países, inclusive, está retrocedendo em diversos níveis de poder e setores da economia.

A ideia da ONU Mulheres foi, justamente, lançar o relatório imediatamente antes dos Debates Gerais de Alto Nível da UNGA 81 (22 a 26 de setembro), quando, além do cumprimento da agenda técnica, aqui pontuada, os Chefes de Estado e de Governo (e/ou os representantes dos Estados Membros), presentes à reunião, vão eleger o décimo Secretário-Geral das Nações Unidas, um cargo que nenhuma mulher ocupou nos 81 anos de história da ONU.

Desenvolvimento social e grupos populacionais vulneráveis

O item 24(b) da pauta discute o tópico "Desenvolvimento social, incluindo questões relacionadas à situação social mundial e à juventude, ao envelhecimento, às pessoas com deficiência e à família" que, entre outras coisas, aborda o desenvolvimento inclusivo para pessoas com deficiência e, também, estratégias para a promoção do desenvolvimento social em relação à juventude, ao envelhecimento e à família.

A questão trabalhista, embora menos evidente do que nos relatórios sobre inteligência artificial ou trabalho forçado, aparece em diferentes momentos, sobretudo em relação a:

- A inserção de jovens no mercado de trabalho;
- O etarismo no mercado de trabalho;
- A cobertura da assistência social em contextos de informalidade e envelhecimento populacional;
- A inclusão social e no mundo do trabalho de pessoas com diferentes tipos de deficiência;
- As mudanças nos processos de trabalho e as novas formas de trabalho, com impactos sobre os grupos mais vulnerabilizados;
- O desafio da garantia da acessibilidade nos ambientes de trabalho;
- E os desafios para a garantia do balanço entre trabalho e família em contextos de elevada vulnerabilização.

Os pontos que discutem a rápida e abrangente expansão da IAno mundo do trabalho destacam que, por um lado, as tecnologias digitais podem facilitar o acesso à formação para pessoas com deficiência, oferecendo recursos como legendagem, conversão de fala em texto e interpretação em língua de sinais. Por outro, demandam cada vez mais habilidades e competências que, de uma forma geral, não estão sendo desenvolvidas, no âmbito das iniciativas para a formação e qualificação profissional, de forma tão rápida e abrangente quanto a disseminação de tais tecnologias no mundo do trabalho.

Disputas legais e resolução de conflitos trabalhistas na ONU

Esta é uma categoria mais restrita à própria administração do Sistema Nações Unidas (se refere ao trabalho e emprego dentro do Sistema ONU, e não ao mercado de trabalho mundial) e fortemente vinculada à iniciativa de reforma das Nações Unidas UN 80.

O documento A/81/176, que trata da resolução de conflitos trabalhistas dentro do Sistema Nações Unidas mostra que, em 2025, as avaliações solicitadas pela administração, a partir de demandas dos trabalhadores, estavam, em grande parte, focadas em:

- Cancelamento de serviços (cerca de 32%);
- Nomeações e Promoções (cerca de 25%);

- Salários e ajudas de custo (16%).

O documento também trouxe uma análise sobre a diminuição de efetivos, a qualificação da força de trabalho e controvérsias ligadas a funcionários em missões de paz e missões políticas especiais – temas com relação direta ou indireta à iniciativa UN 80. De acordo com o relatório, as reformas "UN80" e as restrições orçamentárias tiveram um impacto considerável no ambiente de trabalho, abrangendo as dinâmicas laborais, os relacionamentos e os processos organizacionais. Entre os pontos mais sensíveis, destacados no documento, estão:

- A reorganização da estrutura organizacional;
- As dúvidas sobre a relação e a manutenção de empregos, por parte dos trabalhadores;
- As queixas e incertezas quanto à proteção dos contratos;
- Um maior volume de trabalho, em geral, observado desde o início do processo de reforma;
- Os impactos da suspensão de novas contratações;
- Tensão e esgotamento (físico e mental) do corpo de trabalhadores;
- Dificuldades e tensão no diálogo entre trabalhadores e a administração.

O relatório observa que as cargas de trabalho cresceram, de uma forma geral, mas, especialmente, em áreas como orçamento/finanças, recursos humanos e gestão de mudanças, enquanto a capacidade da organização foi restringida pelo congelamento de novas contratações. E identifica a necessidade de implementação de ações estratégicas como a comunicação focada nas pessoas, a gestão de mudanças, as competências gerenciais, a liderança e a resolução precoce de conflitos como respostas cruciais.

Um Conceito Mais Amplo e Transversal na Agenda da UNGA 81: o trabalho decente

Os documentos apontam que o conceito de "trabalho decente" aparece de forma transversal na agenda da 81ª sessão da Assembleia Geral da ONU (UNGA 81).Ele atua, em diferentes momentos, como um fio condutor entre temas intersetoriais, tais como:

a. Transformação tecnológica e avanço da IA

Fluxograma básico: Transformação tecnológica → mudança no mercado de trabalho → qualidade do emprego → habilidades → proteção social → trabalho decente

b. Migração e tráfico de pessoas

Fluxograma básico: Migração → mobilidade profissional → formas de contratação sem regulação → direitos dos trabalhadores migrantes → trabalho forçado/tráfico humano → perda da capacidade de negociação coletiva → comprometimento do trabalho decente

c. Iniquidades de gênero

Fluxograma básico: Desigualdade de gênero → divisão setorial do trabalho → maior risco de exposição à IA → menores possibilidades de trabalho → perda de cobertura social → comprometimento do trabalho decente

d. Crise climática (migrantes climáticos)

Fluxograma básico: Mudança climática/ambiental → migração/insegurança econômica → vulnerabilidade → tráfico de pessoas/trabalho forçado → perda da capacidade de negociação coletiva → comprometimento do trabalho decente

A partir dos documentos analisados, oito questões orientadoras relacionadas a trabalho e emprego foram formuladas, na tentativa de compreender sua expressão na agenda da UNGA 81, orientadas pelo conceito de trabalho decente:

1. **Qual será o efeito da IA e da digitalização sobre os postos de trabalho?**

O debate está progredindo para além da mera "destruição de empregos" e se concentra na transformação do emprego, na exposição às tecnologias com viés de gênero, nas mudanças na organização e nos processos de trabalho e, consequentemente, na qualidade do trabalho e da vida de um grande contingente de trabalhadoras (principalmente) e trabalhadores, direta e indiretamente afetados pela disrupção tecnológica no mundo do trabalho.

2. **De que maneira podemos garantir o trabalho decente no contexto das novas modalidades de trabalho?**

O trabalho em plataformas, o trabalho por tarefas ou "bicos" (*gig work*), o trabalho coletivo em larga escala e intensa fragmentação (*crowdwork*) e o trabalho remoto suscitam debates sobre o vínculo de emprego, a jornada de trabalho, a segurança e saúde no trabalho (SST), a proteção social, a representação dos trabalhadores e a garantia de balanço entre o tempo do trabalho e da família.

3. **De que maneira a proteção social deve se adaptar à evolução do mercado de trabalho?**

A garantia da renda, o suporte à saúde do trabalhador, a portabilidade dos benefícios e o auxílio aos trabalhadores em situações de mudança de emprego são temas presentes nos relatórios e que devem estar presentes nas discussões da UNGA 81.

4. **De que maneira os sistemas de qualificação (e requalificação) podem se adaptar às inovações tecnológicas?**

A requalificação, o upskilling, a aprendizagem contínua, a promoção da literacia digital e as políticas ativas de emprego desempenham um papel crucial na garantia do trabalho decente em um contexto de rápidas e profundas transformações no mundo do trabalho.

5. **De que maneira podemos erradicar o trabalho forçado e o tráfico de pessoas?**

A resposta a esta questão não pode estar apenas restrita à criminalização e aplicação das leis internacionais (que, por suposto, são fundamentais para a garantia da dignidade humana); devem, também, ser acompanhadas por mudanças estruturais no mercado de trabalho, incluindo o aperfeiçoamento dos sistemas de recrutamento, o combate à miséria e à pobreza, o enfrentamento das desigualdades (econômicas, de raça, gênero, etnia etc.), a garantia dos direitos humanos nos contextos de migração e a garantia do trabalho decente independente de vínculo empregatício ou grau de formalização.

6. **De que maneira podemos proteger os trabalhadores migrantes?**

Observa-se serem temas de destaque na UNGA 81a migração segura, a regulamentação do recrutamento, a eliminação das taxas de recrutamento, a mobilidade no trabalho, a negociação coletiva e a igualdade de direitos trabalhistas – questões fundamentais para a garantia do trabalho decente junto a trabalhadoras e trabalhadores migrantes.

7. **De que maneira a tecnologia e a globalização podem promover um emprego inclusivo?**

Se, por um lado, a disrupção tecnológica coloca riscos ao emprego e agrava iniquidades históricas no mundo do trabalho (gênero, idade, racial etc.), a garantia do acesso justo a estas

tecnologias pode contribuir para o fortalecimento de políticas de emprego orientadas pelo trabalho decente e pelo diálogo social, favorecendo a inclusão de grupos que, ainda nos dias de hoje, estão à margem dos processos de desenvolvimento econômico e social no mundo do trabalho.

8. De que maneira é possível combater as disparidades de gênero no futuro do trabalho?

Os documentos analisados enfatizam, especialmente, como as mulheres estão sobrerrepresentadas em empregos que estão particularmente expostos à IA e como a igualdade de gênero, o tráfico de pessoas e o trabalho decente se entrelaçam. Estas evidências reforçam a inclusão da garantia de equidade de gênero como um elemento central e transversal na agenda da UNGA 81.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) na UNGA 81

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) também conta com uma agenda própria durante a 81ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (UNGA81), com o objetivo de garantir que o trabalho decente e a justiça social estejam no centro das respostas às transformações que estão remodelando economias e sociedades. Um foco importante desta agenda setorial é o mundo do trabalho em transformação e a governança da transformação tecnológica.

A adoção, durante a 114a Sessão da Conferência Internacional do Trabalho (CIT), em junho último, da Convenção sobre Trabalho Decente na Economia de Plataformas (Convenção 193), primeira norma internacional do trabalho dedicada a esse setor (anteriormente discutida nos Cadernos), vem sendo um ponto importante nas discussões sobre transformações do mundo do trabalho e avanço das tecnologias digitais em diferentes setores da economia. Segundo a OIT, a Convenção deverá suscitar discussões para assegurar que a inovação tecnológica e os novos modelos de negócios avancem em harmonia com os direitos dos trabalhadores, a concorrência justa e o crescimento econômico sustentável.

No dia 25 de setembro, a OIT realizou seu principal evento de alto nível, "Moldando o futuro do trabalho: Trabalho decente na economia de plataforma", em parceria com diversos atores-chave presentes à UNGA 81. O evento destacou a importância da aprovação da Convenção 193 e sua relevância para a transformação digital, a inteligência artificial e a governança do futuro do trabalho. Também discutiu como as normas internacionais do trabalho, o diálogo social e as instituições do mercado de trabalho podem ajudar a garantir que a inovação tecnológica contribua para o trabalho decente, o crescimento inclusivo e o desenvolvimento sustentável.

Durante a 81ª sessão da Assembleia Geral da ONU (UNGA81), a OIT vem buscando apresentar evidências sobre a necessidade de criação de empregos sob a perspectiva do trabalho decente, com garantia de transições justas, à medida que a comunidade internacional responde às mudanças climáticas, à incerteza econômica e ao aumento das desigualdades. A criação de empregos, empresas produtivas e sustentáveis, salários dignos, desenvolvimento de competências, proteção social, transições da economia informal para a formal, princípios e direitos fundamentais no trabalho e o diálogo social serão centrais na agenda da OIT durante a UNGA 81, tendo como mensagem-chave a ideia que a transformação econômica deve se traduzir em melhorias tangíveis na vida das pessoas, sobretudo trabalhadoras e trabalhadores.

Conclusões

A pauta do trabalho e do emprego na 81ª Assembleia Geral da ONU (UNGA 81) é, como visto, ampla e transversal, com forte articulação intersetorial com diferentes pontos da agenda, como a transformação tecnológica, combate ao trabalho forçado, garantia de direitos (inclusive trabalhistas) às populações migrantes e equidade de gênero, entre outros. Os documentos analisados indicam que as discussões estão indo mais além que a garantia do emprego e da segurança nos ambientes de trabalho, transicionando para uma visão ampla sobre o futuro do trabalho e o papel dos trabalhadores nesta "nova ordem mundial".

A UNGA 81 posiciona o trabalho como um fator transversal do desenvolvimento sustentável, dos direitos humanos, da governança tecnológica, da migração, da proteção social e da resiliência, e não apenas como uma questão econômica em si. Nessa perspectiva, o trabalho e o emprego aparecem profundamente vinculados a questões centrais da agenda, como: o papel das mulheres e a necessidade de promoção da igualdade de gênero (em geral e no mundo do trabalho); o imperativo do desenvolvimento social como elemento para a paz e a justiça entre os povos (e entre os diferentes grupos da população em cada Estado Membro); a garantia de direitos e do bem-estar na juventude e na velhice; a inclusão de pessoas com deficiência, na sociedade (em geral) e no mercado de trabalho; e o acesso equitativo e justo às novas tecnologias que, de forma rápida e ampla, vêm reconfigurando o mundo do trabalho contemporâneo.

A UNGA81 também vem se configurando como um espaço estratégico para a continuidade dos debates em torno dos compromissos assumidos na Segunda Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social e na Quarta Conferência Internacional sobre o Financiamento para o Desenvolvimento, conectando esses acordos globais diretamente a políticas que ampliam o trabalho decente, fortalecem a proteção social e combatem a desigualdade. À medida que os preparativos para a Cúpula dos ODS de 2027 ganham ritmo e ocorrem as primeiras discussões sobre a agenda de desenvolvimento pós-2030, as discussões sobre o trabalho e emprego na UNGA 81 e o papel ativo das agências do Sistema Nações Unidas, como a OIT, reforçam a ideia que o trabalho decente não deve ser compreendido, apenas, um Objetivo do Desenvolvimento Sustentável, mas também um dos mais importantes determinantes sociais da saúde e do desenvolvimento social, demandando meios, estratégias e recursos para seu amplo e pleno alcance.

Deslocamento forçado em transição: retornos voluntários, crises persistentes e o desafio do subfinanciamento global

Desplazamiento forzado en transición: retornos voluntarios, crisis persistentes y el desafío de la falta de financiamiento a nivel mundial

Forced displacement in transition: voluntary returns, persistent crises and the challenge of global underfunding

Rafael Gomes França, Giacomo Giannelli, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura

Resumo: O relatório anual do ACNUR, apresentado à 81ª Assembleia Geral, descreve um cenário marcado por avanços pontuais e crises persistentes entre julho de 2025 e junho de 2026. A população deslocada caiu para 117,8 milhões, sobretudo devido ao aumento dos retornos voluntários, que somaram 14,7 milhões de pessoas, aproximadamente 4,4 milhões de refugiados e 10,3 milhões de pessoas deslocadas internamente conseguiram retornar para suas casas. Apesar disso, conflitos prolongados, violações de direitos humanos, eventos climáticos extremos e desastres naturais mantiveram a instabilidade global. Os sistemas de proteção enfrentaram forte pressão: 35,6 milhões de refugiados estavam sob mandato do ACNUR, com 2,8 milhões de novos pedidos de asilo e 9 milhões aguardando decisão. Cortes orçamentários levaram ao fechamento de 140 espaços seguros, agravando a violência de gênero e os riscos para crianças; a inclusão escolar caiu de 46% para 39%. Houve avanços, como reformas legais sobre deslocamento interno, 46.100 pessoas apátridas que obtiveram nacionalidade e 93.500 refugiados integrados localmente. Já o reassentamento despencou para 81.800 pessoas. A crise financeira é central: apenas US$ 3,9 bilhões dos US$ 10,6 bilhões orçados foram disponibilizados, gerando déficit de 64%, visto que os recursos disponíveis no ano de 2025 apresentaram uma diminuição de 26% no comparativo com o ano anterior. A queda da assistência ao desenvolvimento e o aumento das verbas condicionadas reduziram a flexibilidade operacional. O ACNUR reforçou parcerias estratégicas e lançou a visão “50 by 35”, buscando reduzir pela metade a dependência de ajuda humanitária até 2035. Houve também avanços em accountability, com redução de 25% nas denúncias de exploração e abuso sexual. O documento conclui que o sistema internacional segue tensionado por crises simultâneas, limitações financeiras e pressões sobre mecanismos de proteção, apesar de alguns progressos em retornos, reformas legais e parcerias.

Palavras-chave: Deslocamento forçado; Refúgio; ACNUR; Retornos voluntários; Subfinanciamento; Proteção internacional; Crises humanitárias.

Resumen: *El informe anual del ACNUR, presentado ante la 81.ª Asamblea General, describe un panorama marcado por avances puntuales y crisis persistentes entre julio de 2025 y junio de 2026. La población desplazada se redujo a 117,8 millones, principalmente debido al aumento de los retornos voluntarios, que sumaron 14,7 millones de personas; aproximadamente 4,4 millones de refugiados y 10,3 millones de personas desplazadas internamente lograron regresar a sus hogares. A pesar de ello, los conflictos prolongados, las violaciones de los derechos humanos, los*

fenómenos climáticos extremos y los desastres naturales mantuvieron la inestabilidad global. Los sistemas de protección se enfrentaron a una fuerte presión: 35,6 millones de refugiados se encontraban bajo el mandato del ACNUR, con 2,8 millones de nuevas solicitudes de asilo y 9 millones en espera de una decisión. Los recortes presupuestarios provocaron el cierre de 140 espacios seguros, lo que agravó la violencia de género y los riesgos para los niños; la inclusión escolar cayó del 46 % al 39 %. Hubo avances, como reformas legales sobre el desplazamiento interno, 46 100 personas apátridas que obtuvieron la nacionalidad y 93 500 refugiados integrados localmente. Por su parte, el reasentamiento se desplomó a 81 800 personas. La crisis financiera es fundamental: solo se dispuso de 3.9 mil millones de dólares de los 10.6 mil millones presupuestados, lo que generó un déficit del 64 %, dado que los recursos disponibles en el año 2025 presentaron una disminución del 26 % en comparación con el año anterior. La caída de la asistencia para el desarrollo y el aumento de los fondos condicionados redujeron la flexibilidad operativa. El ACNUR reforzó las alianzas estratégicas y lanzó la visión «50 by 35», con el objetivo de reducir a la mitad la dependencia de la ayuda humanitaria para 2035. También hubo avances en materia de rendición de cuentas, con una reducción del 25 % en las denuncias de explotación y abuso sexual. El documento concluye que el sistema internacional sigue bajo presión debido a crisis simultáneas, limitaciones financieras y presiones sobre los mecanismos de protección, a pesar de algunos avances en materia de retornos, reformas legales y alianzas.

Palabras clave: *Desplazamiento forzado; Refugio; ACNUR; Retornos voluntarios; Subfinanciamiento; Protección internacional; Crisis humanitarias.*

Abstract*: The UNHCR annual report, presented to the 81st General Assembly, describes a scenario marked by limited progress and persistent crises between July 2025 and June 2026. The displaced population fell to 117.8 million, largely due to an increase in voluntary returns, which totaled 14.7 million people. Approximately 4.4 million refugees and 10.3 million internally displaced people were able to return to their homes. Despite this, protracted conflicts, human rights violations, extreme weather events, and natural disasters continued to fuel global instability. Protection systems faced significant pressure: 35.6 million refugees were under UNHCR's mandate, with 2.8 million new asylum applications and 9 million cases awaiting a decision. Budget cuts led to the closure of 140 safe spaces, exacerbating gender-based violence and risks to children; school enrollment fell from 46% to 39%. There were also some advances, including legal reforms concerning internal displacement, 46,100 stateless people who acquired nationality, and 93,500 refugees who were locally integrated. By contrast, resettlement fell sharply to 81,800 people. The financial crisis is central: only US$ 3.9 billion of the US$ 10.6 billion budget was made available, generating a 64% deficit, as resources in 2025 decreased by 26% compared to the previous year. The decline in development assistance and the increase in earmarked funding reduced operational flexibility. UNHCR strengthened strategic partnerships and launched the "50 by 35" vision, seeking to halve dependence on humanitarian aid by 2035. There were also advances in accountability, with a 25% reduction in reports of sexual exploitation and abuse. The document concludes that the international system remains strained by simultaneous crises, financial constraints, and growing pressure on protection mechanisms, despite some progress in returns, legal reforms, and partnerships.*

Keywords: *Forced displacement; Refuge; UNHCR; Voluntary returns; Underfunding; International protection; Humanitarian crises.*

Relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados — Relatório anual conforme a Resolução 428 da Assembleia Geral

O relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, apresentado à 81ª Assembleia Geral da ONU, fornece um panorama abrangente da situação global do deslocamento forçado entre julho de 2025 e junho de 2026. Logo no início, o documento destaca que o número estimado de pessoas deslocadas à força foi de 117,8 milhões ao final de 2025, representando uma rara diminuição em relação ao ano anterior. Essa redução, porém, não indica uma melhora estrutural, mas reflete sobretudo o aumento expressivo de retornos voluntários, especialmente para países como Afeganistão, República Democrática do Congo, Sudão e Síria. Mais de 4,4 milhões de refugiados e 10,3 milhões de deslocados internos conseguiram voltar para suas casas, um dos maiores volumes já registrados[1].

Apesar desse avanço pontual, o cenário global continuou profundamente marcado por conflitos prolongados, violações de direitos humanos, instabilidade política e crises climáticas. Hostilidades no Irã levaram ao deslocamento temporário de milhões, enquanto novos confrontos no Líbano reacenderam fluxos internos de deslocamento. Na África, emergências humanitárias persistiram na República Democrática do Congo, no Sudão e no Sudão do Sul, ao mesmo tempo em que a violência extremista e os choques climáticos no Sahel e na Bacia do Lago Chade agravaram vulnerabilidades. Terremotos na Venezuela, em 2026, intensificaram ainda mais a fragilidade de refugiados e retornados. A guerra entre Rússia e Ucrânia seguiu prolongando o exílio de milhões, sem perspectivas claras de resolução[1].

Mesmo diante desse contexto adverso, muitos países mantiveram suas fronteiras abertas ao asilo, garantindo proteção a milhões de pessoas. A maioria dos refugiados continuou sendo acolhida por países vizinhos, e nações de baixa e média renda abrigaram 68% da população refugiada mundial, demonstrando uma grande onda de acolhimento pelos países apesar das pressões econômicas e sociais. Contudo, com quase 70% dos refugiados vivendo em situações prolongadas, a necessidade de soluções duráveis tornou-se ainda mais urgente. O relatório enfatiza que, embora os retornos tenham aumentado, muitos ocorreram em condições frágeis, com desafios significativos de segurança, acesso a serviços básicos e reintegração sustentável[1].

O ACNUR enfrentou severos cortes de financiamento, que limitaram operações, reduziram assistência e obrigaram a organização a priorizar apenas funções essenciais. Em 2025, os recursos disponíveis diminuíram 26% em comparação com 2024, levando ao fechamento de 140 escritórios, à redução da presença global de 137 para 122 países e à diminuição de mais de um terço da força de trabalho. Como afirma o relatório, os recursos disponíveis em 2025 apresentaram uma redução de 26% em relação ao ano anterior. Diante desse cenário, a organização lançou a visão “50 by 35”, que busca reduzir pela metade o número de refugiados dependentes de ajuda humanitária até 2035, integrando esforços humanitários, de desenvolvimento e de construção da paz[1].

Reformas internas modernizaram processos, centralizaram funções e ampliaram o uso de dados e inteligência artificial, gerando mais de 60 milhões de dólares em economias. O Fórum Global sobre Refugiados de 2025 reforçou compromissos internacionais, resultando em 30 novas promessas e 1,37 bilhão de dólares em contribuições, além de fortalecer plataformas regionais de apoio[1].

No âmbito da proteção, o relatório registra que, em 2025, 35,6 milhões de refugiados estavam sob a responsabilidade do ACNUR. Mulheres e meninas representavam metade desse total, enquanto as crianças correspondiam a 39%. Os sistemas de asilo continuaram pressionados: 2,8 milhões de novas solicitações foram registradas, e 9 milhões de pessoas aguardavam decisão ao final do ano. Alguns Estados adotaram medidas restritivas, limitando o acesso ao território e externalizando responsabilidades de asilo, o que levou o ACNUR a intensificar orientações técnicas e apoio jurídico para garantir o respeito ao princípio de não devolução[1].

O número de deslocados internos caiu para 68,7 milhões, mas continuou extremamente elevado. Quase metade estava concentrada em cinco países: Afeganistão, Colômbia, Sudão, Síria e Iêmen. Além disso, desastres naturais deslocaram 30 milhões de pessoas, principalmente em países de baixa renda. Houve avanços legislativos importantes em México, Colômbia, Guatemala, Honduras e Nigéria, que adotaram novas leis e políticas para enfrentar o deslocamento interno[1].

Os movimentos mistos, fluxos que combinam refugiados e migrantes, continuaram pressionando sistemas de recepção, especialmente em rotas perigosas onde a proteção é limitada. O ACNUR ampliou o monitoramento, alertas e coordenação regional, incluindo a criação de plataformas de análise e resposta. A violência de gênero permaneceu alarmante. Mulheres e meninas enfrentaram riscos elevados de violência sexual, tráfico e abuso, especialmente em contextos de conflito como a República Democrática do Congo e o Sudão. Cortes de financiamento levaram ao fechamento de 140 espaços seguros, reduzindo acesso a serviços essenciais. Ainda assim, 1,5 milhão de pessoas recebeu apoio em 76 países[1].

A proteção infantil também sofreu impactos severos. Crianças enfrentaram riscos elevados de separação familiar, exploração e violência. Em alguns países, como Afeganistão, serviços para mais de 1,6 milhão de crianças foram interrompidos. Mesmo assim, 1,4 milhão de crianças e cuidadores receberam apoio, e avanços importantes ocorreram em registro civil e integração em sistemas nacionais, como o registro universal de nascimentos para crianças refugiadas em Ruanda. O acesso à educação deteriorou-se significativamente. A inclusão escolar caiu de 46% para 39%, devido a barreiras administrativas, escolas superlotadas e falta de financiamento. O ACNUR ampliou parcerias para garantir educação primária, secundária e superior, beneficiando centenas de milhares de estudantes, mas o desafio permanece enorme[1].

No campo da apatridia, o relatório aponta que 4,5 milhões de pessoas permanecem sem nacionalidade. Em 2025, 46.100 delas adquiriram nacionalidade por meio de reformas legais, naturalizações ou procedimentos de determinação de apatridia. A Tailândia concedeu nacionalidade a mais de 17 mil pessoas, enquanto a Macedônia do Norte resolveu todos os casos remanescentes ligados à dissolução da antiga Iugoslávia. A Síria anulou medidas de 1962, permitindo que 120 mil curdos obtivessem nacionalidade[1].

O documento apresenta as soluções duráveis. O retorno voluntário cresceu significativamente: 14,7 milhões de pessoas voltaram para suas áreas de origem, incluindo 4,4 milhões de refugiados e 10,3 milhões de deslocados internos. A integração local avançou em vários países, com 93.500 refugiados naturalizados ou recebendo residência permanente. Já o reassentamento sofreu forte queda: apenas 81.800 refugiados foram reassentados, uma redução de mais de 50% em relação ao ano anterior. Com a diminuição das cotas, vias

complementares, como educação, trabalho e patrocínio comunitário, tornaram-se ainda mais importantes[1].

O relatório também aborda as parcerias e iniciativas estratégicas, em linha com uma busca pelo compartilhamento de responsabilidades estabelecido no Pacto Global sobre Refugiados. Com o apoio do ACNUR, diversos países avançaram na formulação e implementação de leis e políticas para reforçar a inclusão de refugiados e seu acesso a direitos, sendo que, em 2025, 88 dos 110 países que reportaram informações indicaram que mais de 75% dos refugiados em seus territórios podiam circular livremente pelo país. O ACNUR chama atenção para os avanços no que diz respeito à inclusão de refugiados nos sistemas nacionais de saúde, tendo contribuído para que 12 países migrassem de serviços paralelos para pessoas deslocadas a programas governamentais integrados.

Quanto às parcerias com atores do desenvolvimento e instituições financeiras, foram registrados números alarmantes: a assistência oficial para desenvolvimento caiu em 23,1% e é projetada uma queda adicional de 5,8% em 2026. No entanto, parcerias com o Banco Mundial, o Banco Africano de Desenvolvimento e o Banco Islâmico de Desenvolvimento foram fundamentais para mobilizar financiamento e para coletar dados socioeconômicos que apoiam a promoção da autossuficiência. Alguns estados, como Alemanha, Países Baixos e Japão, fortaleceram programas de inclusão educacional, produtiva e de serviços essenciais.

No que diz respeito à coordenação interagencial, o ACNUR contribuiu para as proposições da Iniciativa UN80 e do Humanitarian Reset, além de trabalhar com proximidade com a UNICEF e o PNUD. O ACNUR repassou cerca de US$877 milhões para 1220 parceiros em 109 operações, entre os quais 87% são atores locais da sociedade civil organizada que receberam 60% do financiamento de parcerias. O Fundo de Inovação Liderado por Refugiados, iniciativa que busca financiar organizações lideradas por pessoas com experiência de deslocamento forçado, garantiu o acesso de 216 organizações a US$1,8 milhões. Já o setor privado foi um doador expressivo que assegurou 19% das contribuições voluntárias do Alto-Comissariado, tornando-se a principal fonte de recursos não vinculados e viabilizando parcerias de longo prazo em setores essenciais.

O Relatório traz ainda algumas considerações sobre a prestação de contas (accountability) e processos de supervisão. O ACNUR tem trabalhado para aprimorar a vigilância contra fraudes e riscos de integridade em meio a situações de conflito, deslocamentos em nível recorde e recursos limitados. Para lidar com esse cenário, o ACNUR realizou avaliações de risco de fraude e lançou um Plano de Ação de Integridade focado nas condutas éticas, na proteção contra retaliações e na liderança. O Escritório da Inspetora-Geral da organização lançou um painel com dados internos sobre condutas impróprias e, com o auxílio de ferramentas de inteligência artificial na triagem de queixas, foram registradas 161 denúncias de exploração e abuso sexual entre julho de 2025 e junho de 2026, representando uma queda de quase 25% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Já o Escritório de Ética revisou a Instrução Administrativa sobre a Proteção Contra Retaliações e continuou apoiando a atuação de facilitadores capacitados para a promoção de condutas éticas, além de ter lançado um sistema interno de declarações financeiras. Por fim, o escritório do Ombudsman do ACNUR registrou um aumento de 70% na procura por resolução de conflitos e 75% em mediações, dados obtidos a partir de um relatório especial sobre os

impactos gerados pela redução de funcionários, situação que também gerou cerca de 280 pedidos de avaliação administrativa e 60 processos trabalhistas.

Por fim, dedica-se às contribuições financeiras, com questões relevantes sobre a situação atual de subfinanciamento da organização e possíveis impactos futuros sobre as operações. Em 2025, o orçamento final havia sido fixado em US$10,6 bilhões, mas apenas US$3,9 bilhões foram disponibilizados e as despesas somaram-se US$3,8 bilhões, este último representando uma queda de 22% em relação a 2024. O déficit financeiro do ACNUR vem se agravando a cada ano, chegando a 64% em 2025 e afetando diretamente serviços essenciais providos pela agência. Outro dado relevante é uma mudança significativa no perfil dos doadores: os 10 maiores doadores governamentais passaram a representar apenas 60% do montante (em relação a 73% em 2024), enquanto as doações do setor privado atingiram recordes. Por fim, as verbas com destinação restrita ou condicionada passaram a representar 44% do financiamento (24% em 2024), o que reduz a flexibilidade operacional, em especial diante das cada vez mais frequentes emergências.

Referência

UNITED NATIONS. **Report of the United Nations High Commissioner for Refugees: annual report pursuant to General Assembly Resolution 428 (V).** New York: United Nations, 2026. (Official Records of the General Assembly, 81st Session, Supplement No. 12, A/81/12).

O Gender Snapshot 2026 e a agenda de mulheres no contexto da UNGA81

El Gender Snapshot 2026 y la agenda de las mujeres en el contexto de la UNGA81

The Gender Snapshot 2026 and the women's agenda in the context of UNGA81

Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos, Maria Teresa Rossetti Massari e Maria Auxiliadora Souza Mendes Gomes

Resumo: Neste boletim é apresentado o relatório "*Gender Snapshot 2026"*, no dia 17 de setembro, no contexto da UNGA81. O documento é uma publicação anual da ONU Mulheres em parceria com o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU (UN DESA) e a edição de 2026, "*Progress on the Sustainable Development Goals: The Gender Snapshot 2026*", tem como eixo a liderança e o poder de decisão. Nenhuma meta do ODS 5 está no rumo para 2030; no ritmo atual, seriam necessários 171 anos para alcançá-la. Apesar do relatório ter ênfase no ODS 5, também é realizada uma avaliação dos indicadores de outras metas, ODS por ODS, que são sensíveis ao gênero. O relatório conclui que a igualdade de gênero na liderança e tomada de decisão é uma realidade distante, com o avanço perdendo ímpeto e, em alguns indicadores, regredindo, enquanto o financiamento e as instituições que sustentam a agenda se enfraquecem.

Palavras-chaves: Mulheres; Equidade de Gênero; Desenvolvimento Sustentável.

Resumen: *Este boletín presenta el informe "Gender Snapshot 2026", lanzado el 17 de septiembre, en el contexto de la UNGA81. El documento es una publicación anual de ONU Mujeres en colaboración con el Departamento de Asuntos Económicos y Sociales de la ONU (UN DESA), y la edición de 2026, "Progress on the Sustainable Development Goals: The Gender Snapshot 2026", tiene como eje el liderazgo y el poder de decisión. Ninguna meta del ODS 5 está encaminada para 2030; al ritmo actual, se necesitarían 171 años para alcanzarla. Aunque el informe hace hincapié en el ODS 5, también realiza una evaluación de los indicadores de otras metas, ODS por ODS, que son sensibles al género. El informe concluye que la igualdad de género en el liderazgo y la toma de decisiones es una realidad lejana, con el avance perdiendo impulso y, en algunos indicadores, retrocediendo, mientras que la financiación y las instituciones que sostienen la agenda se debilitan.*

Palabras clave: *Mujeres; Equidad de Género; Desarrollo Sostenible.*

Abstract: *This article presents the "Gender Snapshot 2026" report, launched on September 17, in the context of UNGA81. The document is an annual publication by UN Women in partnership with the UN Department of Economic and Social Affairs (UN DESA), and the 2026 edition, "Progress on the Sustainable Development Goals: The Gender Snapshot 2026," focuses on leadership and decision-making power. No SDG 5 target is on track for 2030; at the current pace, it would take 171 years to achieve it. Although the report emphasizes SDG 5, it also assesses*

gender-sensitive indicators across other goals, SDG by SDG. The report concludes that gender equality in leadership and decision-making is a distant reality, with progress losing momentum and, in some indicators, regressing, while the funding and institutions supporting the agenda weaken.

Keywords: *Women; Gender Equity; Sustainable Development.*

Introdução

A 81ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (UNGA81) foi aberta em 8 de setembro de 2026 sob o tema "Restaurar a confiança, gerir a transformação: uma ONU que entrega para todos", com o Debate Geral de Alto Nível entre os dias 22 e 26, e 28 de setembro. Segundo a ONU Mulheres, a sessão ocorre em um cenário de número recorde de conflitos, progresso estagnado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e reação organizada (*backlash*) contra os direitos de mulheres e meninas, a apenas quatro anos do horizonte de 2030. O argumento político que a agência leva a Nova York é que o multilateralismo não entrega paz, desenvolvimento ou direitos enquanto as mulheres não tiverem acesso igual ao poder.

Nesse contexto, a ONU Mulheres organizou uma agenda própria na UNGA81. Constam, entre outras atividades, o lançamento do relatório *Gender Snapshot 2026*, no dia 17 de setembro, com coletiva de imprensa na sede da ONU; a reunião anual da Plataforma de Mulheres Líderes da Assembleia Geral, coorganizada pela Presidência da Assembleia e pela diretora-executiva da ONU Mulheres, Sima Bahous; uma mesa-redonda ministerial do G77 e Parceiros Emergentes, com a Croácia, sobre violência facilitada por tecnologia contra mulheres e meninas, incluindo abusos habilitados por inteligência artificial; o evento ministerial dos 10 anos da Rede de Pontos Focais de Mulheres, Paz e Segurança; o diálogo de alto nível sobre "revigorar o multilateralismo feminista" (México, ONU Mulheres e Karama); e sessões na SDG Media Zone sobre a lacuna de liderança e sobre feminismo e IA. Como o Debate Geral começou em 22 de setembro, parte desses eventos ainda não havia ocorrido na data desta redação.

Imagem: Capa do relatório *Gender Snapshot 2026*



Fonte: ONU Mulheres

O documento é uma publicação anual da ONU Mulheres em parceria com o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU (UN DESA) e a edição de 2026, "*Progress on the Sustainable Development Goals: The Gender Snapshot 202*6", tem como eixo a liderança e o poder de decisão, sustentando que, quando mulheres lideram e o poder é compartilhado, todos os ODS avançam, e que esse avanço desacelera ou reverte em vários países.

O relatório tem quatro blocos: (i) um panorama por ODS; (ii) uma seção sobre liderança, com seis quadros "*In Focus*" (cotas e portfólios ministeriais, violência política, justiça e administração pública, mecanismos nacionais de igualdade, liderança corporativa, organizações de mulheres em contextos humanitários); (iii) capítulos por ODS com figuras; e (iv) o *SDG 5 Tracker*, que classifica nível e tendência de cada indicador do ODS 5 em oito regiões, seguido da lista de 53 indicadores sensíveis a gênero (entre 234 indicadores únicos do marco global) e de dez recomendações.

Nenhuma meta do ODS 5 está no rumo para 2030; no ritmo atual, seriam necessários 171 anos para alcançá-lo (a seção do ODS 5 fala em "2197, não 2030"). Mulheres ocupam 27,4% das cadeiras parlamentares nacionais e 22,4% dos cargos em gabinetes (queda desde o pico de 23,3% em 2024); seis em cada sete países são liderados por homens. Cerca de 1 em 3 mulheres (840 milhões) sofreu violência de parceiro íntimo ou sexual ao longo da vida; 316 milhões sofreram violência física ou sexual de parceiro íntimo nos últimos 12 meses. Mulheres detêm 64% dos direitos legais dos homens; nenhum país alcançou igualdade legal plena. O financiamento bilateral com objetivos de igualdade de gênero caiu 13% (2023–2024) e o destinado a organizações de direitos das mulheres, 28%. Na saúde, a razão de mortalidade materna caiu quase 40% desde 2000 (328 para 197 por 100 mil nascidos vivos em 2023), mas mulheres são 26,3% dos ministros da saúde e recebem cerca de 6% do investimento privado em saúde; a assistência ao desenvolvimento para saúde deve cair 29–46% entre 2024 e 2026.

As seções a seguir, seguem a ordem do relatório, com ênfase nas metas e indicadores que atravessam a saúde de mulheres, crianças e adolescentes.

Nível, tendência e cobertura de dados

O *SDG 5 Tracker* avalia 9 metas e 18 indicadores e subindicadores do ODS 5 com duas lentes: o nível (de "meta atingida ou quase" a "muito distante") e a tendência (de "no rumo" a "regressão"), para o mundo e para oito regiões do agrupamento M49 da Divisão de Estatística da ONU. O resultado global é tenebroso, pois nenhum indicador está em "meta atingida ou quase"; 2 estão "próximos da meta", 10 a "distância moderada", 2 "distantes", 1 "muito distante" e 3 sem dados suficientes. Na tendência, 10 indicadores mostram "progresso marginal, exigindo aceleração significativa", 8 não têm dados para avaliar mudança, e nenhum está no rumo em nível global.

A disponibilidade de dados do ODS 5 melhorou (56,6% desde 2015, contra 19,3% em 2019), mas ainda há menos de metade dos países com dados sobre trabalho doméstico e de cuidado não remunerado (48,7%), posse de celular (47,7%), mutilação genital feminina (41,7%), decisão sobre saúde reprodutiva (41,5%) e propriedade ou direitos seguros sobre terra agrícola (40,4%). Fora do ODS 5, apenas 40,8% dos indicadores sensíveis a gênero têm ao menos um dado desde 2015.

Importante mencionar que diversas médias regionais repousam em coberturas populacionais muito baixas. No indicador 5.6.1 (autonomia em saúde sexual e reprodutiva), a média mundial se baseia em 78 países e 49% da população; a de Ásia Oriental e Sudeste Asiático, em 6 países e 9% da população; a de Europa e América do Norte, em 10 países e 10%; a da América Latina e Caribe, em 9 países e 18%; e a de Norte da África e Ásia Ocidental cobre apenas a Ásia Ocidental (4 países, 6%). Comparações regionais nesse indicador, portanto, são frágeis e não devem ser apresentadas como retrato da região.

O relatório trabalha quase que exclusivamente com desagregação por sexo. Raça/cor, etnia, condição de migração e localização rural/urbana aparecem só de forma pontual, o que limita a leitura para contextos em que as desigualdades de gênero são atravessadas pelo racismo, por exemplo.

Liderança e poder de decisão

O relatório sustenta que a liderança feminina é o fio condutor de todo avanço em igualdade de gênero. Entretanto, os desafios para esse alcance, são múltiplos. Na política, o número de países com mulher chefe de Estado ou de governo subiu de 20 para 28 entre 2020 e 2026, mas seis em cada sete seguem liderados por homens; a presença em gabinetes nacionais recuou para 22,4% (depois de um pico de 23,3% em 2024) e nos parlamentos chegou a 27,4%. No ritmo da última década, a paridade parlamentar só seria alcançada em 2064; no ritmo dos últimos cinco anos, em 2089. Já a violência política segue como barreira relevante, atingindo 8 em 10 candidatas ao parlamento e 6 em 10 candidatas a governos locais nos 13 países pesquisados.

Na justiça e na administração pública, mulheres são maioria entre juízes (51,2%) e escrivães (57,5%), mas apenas 29,0% dos promotores e 19,6% dos presidentes de cortes supremas; só 1 em 4 ministros de administração pública é mulher. Nos mecanismos nacionais de igualdade de gênero, apenas 87 países têm pasta ministerial dedicada ao tema, e um levantamento de 2026 indica que cerca de 1 em 3 desses mecanismos perdeu poder institucional nos últimos dois anos (menos pessoal, menos influência decisória, cortes de orçamento).

No setor corporativo, mulheres são 5,8% dos CEOs e 25,1% dos assentos em conselhos de empresas de capital aberto, com remuneração 67,6% menor que a de conselheiros homens; no capital de risco, apenas 2,3% do volume global de 2024 foi para equipes fundadoras exclusivamente femininas. Por fim, os movimentos de mulheres, embora em expansão em alguns contextos (como a América Latina e o Caribe, segundo o Índice de Mobilização Feminista), enfrentam retração de espaço cívico e de financiamento: organizações de direitos das mulheres tiveram queda de 28% nos recursos entre 2023 e 2024, e um levantamento de 2026 com 855 organizações em contextos humanitários mostra que 88% já não conseguem atender ao nível de necessidade atual.

ODS 1 – Erradicação da pobreza

Em 2024, 9,9% das mulheres e 9,5% dos homens viviam em pobreza extrema, com 295 milhões de mulheres e meninas na África Subsaariana sendo abandonadas. Na linha de US$ 8,30 por dia, mais de 40% da população global viverá na pobreza em 2030. Mulheres são apenas 19% dos ministros de pastas econômicas e 40% dos de proteção social. O relatório associa presença feminina em cargos fiscais e políticos a maior gasto público em saúde e educação e menor mortalidade infantil, e afirma que, quando as mulheres controlam mais o gasto domiciliar, uma

parcela maior dos recursos vai para alimentação, educação e saúde das crianças. O investimento público em proteção social, saúde e educação teria o maior potencial de redução da pobreza feminina.

Em 2024, a pobreza extrema atingia crianças e adolescentes em proporção muito superior à média (0 a 4 anos: 20,8% das meninas e 20,2% dos meninos; 5 a 9: 18,7% e 17,7%; 10 a 14: 16,0% e 15,3%), quase o dobro do nível de todas as idades, com pequena desvantagem feminina já na infância. A maior diferença absoluta está em 25 a 34 anos (9,2% contra 7,2%) e em 35 a 39 (7,7% contra 6,7%), enquanto o texto fala em "15–34 anos" (a faixa de 15–24 mostra 11,4% contra 10,7%).

O relatório reconhece que os números subestimam a privação feminina porque supõem partilha igualitária de recursos no domicílio. A consequência para a agenda de saúde é que a pobreza infantil (a categoria mais afetada) é o dado mais robusto do capítulo e não é tratada como tal. Dos cinco indicadores sensíveis a gênero do ODS 1, só o 1.1.1 tem dados apresentados; 1.3.1 (proteção social, com desagregação por gestantes e recém-nascidos), 1.2.2 (pobreza multidimensional) e 1.4.2 (segurança da posse da terra) ficam sem análise.

ODS 2 – Fome zero

A insegurança alimentar moderada ou grave atingiu 23,6% das mulheres e 22,7% dos homens em 2025. Se as tendências persistirem, mais de 25% das mulheres (cerca de 1,1 bilhão) ainda estará em insegurança alimentar em 2030.

Tabela: Insegurança alimentar moderada ou grave, população de 15 anos ou mais, 2025 (%).

Região	Mulheres	Homens	Diferença (p.p*)
Mundo	23,6	22,7	0,9
América Latina e Caribe	24,4	20,7	3,7
Norte da África e Ásia Ocidental	34,0	30,5	3,5
Ásia Central e Meridional	31,9	30,6	1,3
Europa e América do Norte	9,5	7,6	1,9

Fonte: UN Women; UN DESA (2026). Tabela criada com auxílio da IA Claude.
*p.p = Pontos Percentuais.

O relatório atribui parte disso a choques de preços, já que um aumento de 10% nos alimentos está associado a um salto maior na insegurança alimentar entre mulheres do que entre homens, pressão que deve se intensificar aos efeitos do El Niño.

ODS 3 – Boa saúde e bem-estar

A expectativa de vida das mulheres aumentou de 59,3 anos (2000) para 63,0 (2021). Os partos assistidos por profissional qualificado passaram de 60,7% para 87,2% (2000–2025); a demanda por planejamento familiar subiu de 73,7% para 77,2%. Novas infecções por HIV em mulheres de 15 a 49 anos caíram de 0,74 para 0,24 por mil não infectadas entre 2000 e 2025. A

razão de mortalidade materna caiu quase 40% (de 328 para 197 mortes por 100 mil nascidos vivos) entre 2000 e 2023, entretanto a meta 3.1 é reduzi-la para menos de 70 por 100 mil, o que ainda está muito distante.

O relatório projeta queda de 29% a 46% na assistência ao desenvolvimento para saúde entre 2024 e 2026 e estima que o encerramento permanente de programas-chave de HIV poderia causar mais de 6,6 milhões de novas infecções entre 2025 e 2029. Na autonomia, dados de 2017–2020 indicam que cerca de metade ou menos das mulheres em idade reprodutiva participa de decisões sobre o próprio cuidado em países como Serra Leoa (43,9%) e Tajiquistão (45,7%). No indicador 5.6.1, apenas 56,3% das mulheres de 15 a 49 anos casadas ou em união decidem sobre contracepção, relações sexuais e saúde reprodutiva, proporção inalterada em relação ao ano anterior (África Subsaariana, 36,8%; Ásia Central e Meridional, 61,6%; Europa e América do Norte, 87,2%).

Na governança e no financiamento, mulheres ocupam 26,3% dos cargos de ministro da saúde em 2026 e a saúde da mulher recebe cerca de 6% do investimento privado global em saúde. A hemorragia pós-parto, principal causa de morte materna e associada a 27 milhões de mulheres por ano, segue subpesquisada; o diagnóstico de endometriose, que atinge 1 em 10 mulheres e meninas em idade reprodutiva, leva de 4 a 12 anos; e resultados desagregados por sexo raramente são reportados. O relatório propõe três medidas: reverter os cortes no financiamento da saúde, colocar mulheres na liderança em saúde e tornar obrigatória a pesquisa desagregada por sexo.

Ficam sem análise a taxa de fecundidade na adolescência (3.7.2), o indicador do ODS mais diretamente voltado a adolescentes, e a cobertura de serviços essenciais de saúde (3.8.1). Mortalidade neonatal e infantil, vacinação, saúde mental, doenças crônicas, câncer do colo do útero, aborto inseguro, violência obstétrica e qualidade do cuidado não são tratados. Além disso, “Saúde da mulher” fica reduzida a saúde materna.

ODS 4 – Educação de qualidade

Há 327 milhões de estudantes a mais na escola que em 2000 (+30%), mas 273 milhões de crianças, adolescentes e jovens estavam fora da escola em 2024, com meninas rurais e de domicílios mais pobres em maior vulnerabilidade. Em áreas rurais da República Democrática do Congo e do Senegal, por exemplo, menos de 6 meninas completam o ensino médio para cada 10 meninos; nos domicílios mais pobres de Angola, Moçambique e Sudão (antes da guerra), no máximo 3.

O relatório relaciona maior presença feminina em parlamentos a mais gasto em educação, melhor conclusão do ensino fundamental e paridade na matrícula, cita a Índia (conclusão do ensino fundamental em áreas urbanas; cotas em conselhos de aldeia em Bengala Ocidental) e a África francófona, onde alunos de escolas primárias com diretoras teriam desempenho equivalente a, no mínimo, seis meses de aprendizagem a mais em matemática e leitura. A parcela de ministras da educação chegou a 31,8% em 2024, mas caiu para 28,7% em 2026; a proporção de diretoras é, em média, pelo menos 20 pontos percentuais menor que a de professoras, e só 11% dos países adotam medidas para diversificar o recrutamento de diretores.

ODS 5 – Igualdade de gênero

O relatório abre o capítulo com a tese de que as barreiras ao poder das mulheres tornam a igualdade de gênero “uma meta para 2197, não 2030”.

Marcos legais

Entre 2019 e 2024, 99 reformas em 47 países removeram leis discriminatórias e fortaleceram marcos legais, sobretudo em emprego e direitos econômicos (igualdade salarial, fim de restrições a certas ocupações, não discriminação na contratação, herança e propriedade). Ainda assim, nenhum país tem nota máxima nas quatro áreas do indicador 5.1.1 (marcos gerais e vida pública, violência contra mulheres, emprego e benefícios econômicos, casamento e família), 51% de 131 países mostram lacunas em cada área e as mulheres têm em média 64% dos direitos legais dos homens.

Violência

Cerca de 1 em 3 mulheres de 15 anos ou mais (840 milhões) sofreu violência de parceiro íntimo ou violência sexual ao longo da vida, número que "pouco se moveu" desde 2000, e 316 milhões (11%) sofreram violência física ou sexual de parceiro íntimo nos últimos 12 meses. Mais de 1 em 10 mulheres e meninas sofreu violência sexual por não parceiro nos últimos 12 meses em Nauru (10,2%), Tunísia (13,5%) e México (14,0%). A violência facilitada por tecnologia esteve ausente dos discursos de alto nível: nas sessões de 2024 e 2025 da Assembleia Geral, nenhum líder mundial a mencionou.

Casamento infantil e mutilação genital feminina

Cerca de 1 em 5 meninas (18%) se casa antes dos 18 anos, ante 22% em 2015; o ritmo de redução quase dobrou na última década, impulsionado por educação das meninas, empoderamento econômico e redução da pobreza. Estima-se em 230 milhões o número de sobreviventes de mutilação genital feminina. O casamento infantil (5.3.1) está a distância moderada da meta no mundo, com progresso marginal; a África Subsaariana está "distante", também com progresso marginal; Norte da África e Ásia Ocidental e Oceania estão estagnadas; e Ásia Oriental e Sudeste Asiático está mais próxima da meta. A América Latina e o Caribe aparece a distância moderada com progresso marginal, mas a média cobre só 19 países (52% da população) e o indicador inclui uniões informais, sobre as quais o relatório não se detém. Para mutilação genital (5.3.2), não há nível nem tendência mundial e a cobertura é de 41,7% dos países.

Trabalho doméstico e de cuidado não remunerado

Em 2023, mulheres e meninas dedicaram em média 2,5 vezes mais horas diárias que os homens a essas tarefas, até 4,9 vezes no Norte da África e na Ásia Ocidental. O *tracker* classifica o nível como "distante" no mundo e "muito distante" no Norte da África e Ásia Ocidental e na Ásia Central e Meridional; 69 países estão distantes ou muito distantes da paridade no uso do tempo.

Participação nas decisões

Além dos parlamentos e governos locais, mulheres ocupam 30,5% dos cargos gerenciais (26,9% em 2015; apenas 11,6% na Ásia Central e Meridional) e 24% dos principais cargos editoriais em 240 veículos de 12 países (2024).

Autonomia em saúde sexual e reprodutiva

O indicador 5.6.2 (leis que garantem acesso igual a saúde e educação sexual e reprodutiva) está "próximo da meta" no mundo, na América Latina e Caribe e na maior parte

das regiões, e “alcançada ou quase” na Europa e América do Norte e em Austrália e Nova Zelândia.

Autonomia em saúde sexual e reprodutiva

O indicador 5.6.2 (leis que garantem acesso igual a saúde e educação sexual e reprodutiva) está “próximo da meta” no mundo, na América Latina e Caribe e na maior parte das regiões, e “alcançada ou quase” na Europa e América do Norte e em Austrália e Nova Zelândia.

Terra

Em 71 de 78 países (91%), mulheres têm menor probabilidade de possuir ou ter direitos seguros sobre terra agrícola. Cerca de dois terços dos países oferecem pouca ou nenhuma proteção legal aos direitos das mulheres à terra, mais de 40% não garantem consentimento do cônjuge e igualdade na herança, e menos de 30% asseguram registro conjunto ou participação feminina na governança da terra. O indicador 5.a.2 (marcos legais) está “muito distante” na África Subsaariana e no Norte da África e Ásia Ocidental.

Celular

Em 2025, 78% das mulheres e 87% dos homens possuíam celular; mulheres são 67% das pessoas sem celular. Só 47,7% dos países têm dados, e o relatório nota que a tendência de “estagnação” em regiões como Europa e Austrália/Nova Zelândia reflete a proximidade do teto de 100%.

Orçamento sensível a gênero

Entre 131 países com dados, apenas 1 em 4 reúne os três critérios (intenção, rastreamento de recursos e transparência) exigidos para alocações orçamentárias sistemáticas em prol da igualdade de gênero; a disponibilidade de dados quase dobrou desde 2018 (69 países). O nível é “muito distante” no mundo, com tendência de progresso marginal; a África Subsaariana está “no rumo” em tendência (mas ainda “muito distante” em nível), enquanto Norte da África e Ásia Ocidental e Ásia Central e Meridional mostram regressão.

ODS 6 e 7 – Água, saneamento e energia

Os ODS 6 e 7 não têm nenhum indicador sensível a gênero, e o relatório aproveita o espaço para trazer evidências ilustrativas, mas pouco generalizável.

ODS 6: Água limpa e saneamento

Em 2024, 2,1 bilhões de pessoas não tinham água potável gerida com segurança, 3,4 bilhões não tinham saneamento seguro e 1,7 bilhão não tinha serviços básicos de higiene. No ritmo atual, em 2030 apenas 84% das escolas terão água básica, 81% saneamento básico e 79% higiene básica (cerca de 406 milhões de crianças em escolas sem higiene básica). Mulheres e meninas coletam a água em 70% dos domicílios sem água no local; apenas 4% das mulheres vivem em países com alto grau de incorporação de gênero na gestão da água; e só 49% dos serviços de saúde tinham banheiros com instalações de higiene menstrual em 2025. Em 2023, 39% das escolas ofereciam educação em saúde menstrual e 31% tinham lixeiras para resíduos menstruais nos banheiros femininos. Pesquisas locais ilustram o efeito: em Cabo Delgado (Moçambique, 2025), três quartos das estudantes não conseguiam se lavar ao trocar o material

menstrual, mais da metade sentia nervosismo ao ir à escola e um quarto faltou à aula; em Fez (Marrocos, 2023), 77% das meninas e 68% dos meninos se sentiam inseguros no banheiro escolar.

ODS 7: Energia acessível e limpa

O ritmo de eletrificação caiu pela metade entre 2020 e 2024 em relação à década anterior e estagnou em 92%; 655 milhões de pessoas, entre elas 326 milhões de mulheres e meninas, seguem sem eletricidade. Um quarto da população mundial (1,5 bilhão de moradores rurais) cozinha com combustíveis poluentes, e a poluição doméstica causou cerca de 1,43 milhão de mortes prematuras em mulheres em 2021 (cardiopatia isquêmica, 27,9%; AVC, 24,0%). O encerramento do *Power Africa Off-grid Programme* (US$ 1,2 bilhão mobilizados; 7,2 milhões de conexões) é citado como sinal do impacto dos cortes. Mulheres são 32% dos empregos e 19% dos cargos de liderança sênior na transição para energias renováveis.

ODS 8 – Emprego digno e crescimento econômico

Entre 2015 e 2026, a participação feminina na força de trabalho aumentou em 128 de 186 países e a diferença em relação aos homens diminuiu em 135. Ainda assim, em 2026, 63,9% das mulheres de 25 a 54 anos estão na força de trabalho, ante 92,0% dos homens, e elas se concentram no emprego informal e mal remunerado (40% a 71% do emprego feminino é informal no Egito, Iraque, Jordânia, Líbano, Estado da Palestina e Síria).

Na Ásia Ocidental, mulheres realizam de 80 a 90% do cuidado não remunerado. Em países de baixa e média renda, 73% das mulheres tinham conta financeira em 2024 (50% em 2014), mas usam menos pagamentos digitais a comerciantes (38% contra 45%) e crédito formal (22% contra 26%). A proporção de mulheres em cargos gerenciais subiu de 26,9% para 30,5%, mas gestoras ganham menos por hora que gestores em 66 de 83 países.

As maiores diferenças salariais entre gestores estão no Sudão (62,6%), Senegal (53,0%) e Kiribati (41,9%), seguidos por Laos (35,2%), Rússia (30,8%) e Zimbábue (30,4%); Estados Unidos (24,3%), Finlândia (22,4%) e França (19,7%) ficam em faixas intermediárias, e Reino Unido (7,2%), Vietnã (5,9%) e Fiji (1,1%) entre as menores. Em 17 países, gestoras ganham mais que gestores, entre eles Grécia (−15,1%), Belize (−11,1%) e Índia (−4,7%). Os países são citados como exemplos das faixas, não como classificação completa. Diferenças salariais negativas em Grécia, Belize e Índia provavelmente refletem composição da amostra de gestoras (setor formal, poucos cargos), e o relatório não discute isso.

Dos seis indicadores sensíveis a gênero do ODS 8, o relatório apresenta apenas parte; ficam sem análise o trabalho infantil (8.7.1) e acidentes de trabalho (8.8.1). Não há discussão sobre garantia de acesso à maternidade, creches ou licenças, embora a permanência de mulheres no trabalho dependa disso.

ODS 9 – Indústria, inovação e infraestrutura

Mulheres eram 31,4% dos pesquisadores em 2023 (29,5% em 2013). Elas superam os homens entre concluintes de cursos superiores de STEM em apenas 8 de 118 países; ocupam 24,4% dos ministérios de ciência e tecnologia; são cerca de 22% dos profissionais de IA e menos de 14% das lideranças sênior da área, e têm 20% menos probabilidade de usar IA generativa. *Startups* com ao menos uma fundadora ou pessoa não binária somavam 18,1% em 2024 (19,9% em 2015) e captaram 37,5% menos capital. Pela Figura 8, a participação de pesquisadoras subiu

em todas as regiões entre 2013 e 2023 (por exemplo, Ásia Central e Meridional, de 19,5% para 27,9%; África Subsaariana, de 29,8% para 34,3%), exceto na América Latina e Caribe, a mais alta (de 45,3% para 44,6%, variação pequena).

ODS 10 – Redução das Desigualdades

Apenas 23% das mulheres com deficiência têm emprego, contra 34% dos homens com deficiência, 46% das mulheres sem deficiência e 67% dos homens sem deficiência; em 25 países, só 3% das mulheres com deficiência empregadas são legisladoras, dirigentes ou gerentes (4% entre as sem deficiência). Em 14 países da Ásia e do Pacífico, mulheres com deficiência representavam 6% dos membros de mecanismos nacionais de coordenação sobre deficiência, contra 15% dos homens com deficiência, 31% das mulheres sem deficiência e 48% dos homens sem deficiência; em seis países não havia nenhuma.

ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis

Cerca de 1,16 bilhão de pessoas vive em favelas ou assentamentos informais, com mulheres e meninas sobrerrepresentadas, e a parcela da população com acesso conveniente a espaços públicos abertos caiu de 48,0% para 45,9% entre 2020 e 2025 (414 cidades de 126 países). Na América Latina e Caribe, a proporção de prefeitas (16,6%) é cerca da metade da de vereadoras (32,6%); na União Europeia, 18,9% contra 34,9%. O relatório cita evidências de que prefeitas priorizam inclusão social, igualdade e segurança: nos EUA, eleger uma prefeita associa-se a aumento de 6% na probabilidade de prisão de autores de violência contra mulheres e a cerca de 13 p.p. a mais em denúncias de vítimas; no Chile, prefeitas teriam ampliado o registro de crimes contra mulheres; no Cairo, a participação de organizações de mulheres tornou o transporte por BRT mais responsivo à segurança.

Dentre países da América Latina e Caribe, Peru (5,4% de prefeitas; 47,7% de vereadoras) e Bolívia (6,0%; 50,7%) têm conselhos municipais próximos da paridade e prefeituras quase sem mulheres; México (22,9%; 48,5%), Costa Rica (26,2%; 47,1%) e Equador (18,6%; 40,3%) seguem esse desenho em menor grau. Cuba (46,4%; 44,2%) e Panamá (14,8%; 12,9%) são as únicas com mais prefeitas que a proporção de vereadoras. Com 13,2% de prefeitas e 18,2% de vereadoras, o Brasil tem a terceira menor proporção de vereadoras, à frente apenas de Panamá e Guatemala.

Dos três indicadores sensíveis a gênero do ODS 11, o relatório apresenta somente o acesso a espaços públicos abertos em nível geral, sem desagregação por sexo; não traz dados de transporte (11.2.1) nem de assédio (11.7.2).

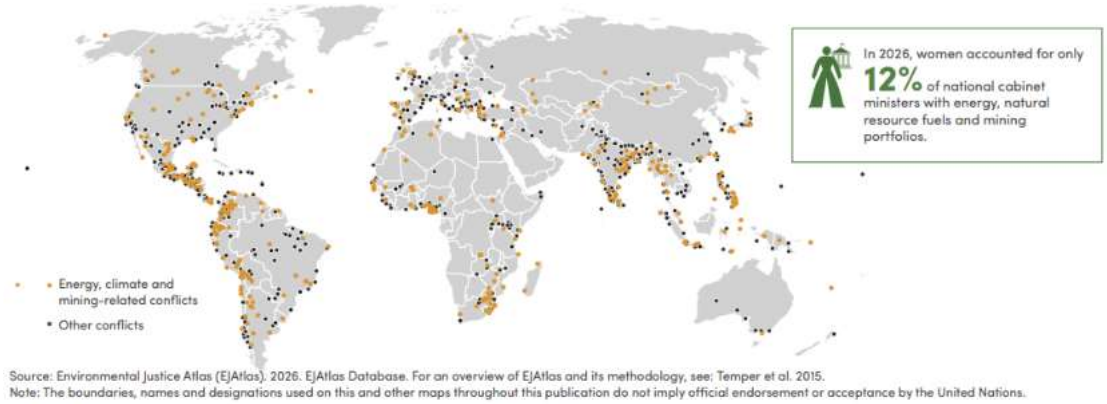
ODS 12 a 15 – Clima e meio ambiente

O relatório trata os ODS 12 a 15 (Consumo e produção responsáveis; Combate às alterações climáticas; Vida debaixo d'água; e Vida sobre a terra) em conjunto, a partir da exposição das mulheres a riscos climáticos. Mais de dois terços da população mundial (5,8 bilhões) vive em países com exposição alta ou muito alta a riscos climáticos e geofísicos, e metade desse contingente, (2,9 bilhões), é de mulheres e meninas. Outro bilhão de mulheres e meninas (24,5%) está em contextos de exposição média, e apenas 224,9 milhões (5,5%) vivem em países de exposição baixa ou muito baixa. O texto destaca ainda que, no verão europeu de 2022, mulheres idosas responderam por uma parcela desproporcional das mortes associadas ao calor, o que mostra que o risco se distribui de forma desigual também entre faixas etárias, mesmo em regiões de renda alta.

O relatório defende que a resposta a esse cenário exige a participação das mulheres nas decisões ambientais e no plano internacional houve algum avanço. Mulheres foram 40% das delegadas da COP30, em 2025, contra 31% na COP14, em 2008; e 52,7% das responsáveis pelos relatórios nacionais no ciclo mais recente da Convenção de Minamata sobre Mercúrio (2023). No plano nacional, o progresso é menos consistente. Em 2026, mulheres são apenas 27% dos ministros de meio ambiente e 12% dos ministros de energia, combustíveis, recursos naturais e mineração. Ou seja, estão menos presentes justamente nas pastas ligadas aos setores de maior impacto ambiental.

Fora dos espaços "formais", as mulheres lideram a mobilização por ação climática e pela defesa dos ecossistemas. Até julho de 2026, 1.024 de 4.454 conflitos socioambientais mapeados no mundo (quase um quarto) envolveram defensoras de direitos humanos ambientais (Mapa 1), número que o próprio relatório considera subestimado por lacunas e vieses da cobertura midiática. Apesar de não desagregar os dados por região, o mapa explicita os locais dos casos do "Atlas de Justiça Ambiental" e mostra pontos mais densos na América Latina e no Sul e Sudeste Asiático, sem números por país.

Mapa 1: Casos de justiça ambiental relatados envolvendo mulheres defensoras do meio ambiente, até julho de 2026



Fonte: UN Women; UN DESA (2026).

O bloco todo tem um único indicador sensível a gênero (13.3.1, sobre educação para a cidadania global e para o desenvolvimento sustentável). O relatório carece de informação explícita sobre calor extremo e gestação, insegurança alimentar e desnutrição infantil associadas a eventos climáticos, deslocamentos e doenças sensíveis ao clima. O dado dos conflitos vem de uma compilação colaborativa de casos documentados por pesquisadores e ativistas, sujeita a viés, de modo que "quase um quarto" não uma proporção populacional. Por fim, o contraste entre a presença de mulheres em delegações (cerca de 40%) e em ministérios (12% a 27%) sugere um descompasso entre os espaços de negociação e os de decisão nacional, que o relatório descreve.

ODS 16 – Paz, justiça e instituições fortes

Em 2025, 18,8% das mulheres e meninas (756,1 milhões) viviam a menos de 50 km de ao menos um evento de conflito armado (50,5% em Estados frágeis). A ONU verificou cerca de 9.800 casos de violência sexual relacionada a conflitos, mais que o dobro de 2024 (4.600), e uma em cada quatro pessoas civis mortas em conflitos armados, foi mulher ou menina. Quase 8 em 10 processos de paz não tinham mulheres como negociadoras ou mediadoras, e só 2 acordos de paz tiveram mulheres signatárias (Colômbia e República Democrática do Congo). Menos de 5%

dos líderes mencionaram o *backlash* contra direitos das mulheres no Debate Geral de 2025. A proporção de mulheres que acham que a tomada de decisão é inclusiva e responsiva varia de 8,4% na Tunísia a 69,9% na Lituânia; fica abaixo de 3 em 10 no Estado da Palestina (21,2%), na República da Coreia (21,4%), na Nova Zelândia (23,7%) e na Colômbia (28,6%).

O aumento de casos verificados de violência sexual em conflitos reflete, segundo o próprio relatório, tanto a piora das dinâmicas de conflito quanto a maior capacidade de verificação, e não deve ser lido como incidência. O capítulo trata conflito pela perspectiva da participação política das mulheres e dá pouco espaço à saúde materna e infantil em contextos de conflito e deslocamento (como acesso a partos, vacinação). A estatística de que uma em cada quatro vítimas civis é mulher ou menina não separa meninas de mulheres, e não há dados sobre violações graves contra crianças, violência sexual contra meninos, tráfico (16.2.2) nem violência sexual na infância (16.2.3), embora constem da lista de indicadores sensíveis a gênero.

ODS 17 – Parcerias em prol das metas

A assistência oficial ao desenvolvimento (AOD) líquida caiu 23,3% em 2025 e deve seguir em queda: em 2028, projeta-se 9,9% abaixo de 2025, com relação AOD/renda nacional bruta em 0,21% (meta acordada: 0,7%). A AOD bilateral com objetivos de igualdade de gênero caiu 13% entre 2023 e 2024, ao menor volume desde 2021; os recursos para organizações de direitos das mulheres caíram 28%; a AOD para acabar com a violência contra mulheres, que crescia desde 2020, deve cair 17–20% em 2025; e o apoio a saúde populacional e reprodutiva pode diminuir até 54,1% entre 2024 e 2026. 42% das entidades da ONU relatam enfraquecimento de seu trabalho em igualdade de gênero. Apenas 15% do financiamento a projetos de igualdade de gênero está associado a iniciativas de liderança de mulheres. Mulheres são 27% dos estatísticos-chefes de institutos nacionais de estatística e 28% no sistema da ONU e em organizações internacionais.

Recomendações do relatório

As dez recomendações são de fortalecer mecanismos nacionais de igualdade; ampliar o orçamento sensível a gênero e os sistemas de acompanhamento; adotar medidas especiais, inclusive cotas, em cargos eletivos, serviço público, Judiciário e setor privado; usar as regras eleitorais para reduzir o custo das campanhas; garantir participação de grupos marginalizados; criminalizar a violência política contra mulheres; transformar normas sociais; reverter a queda da AOD para igualdade de gênero, com recursos flexíveis, plurianuais e diretos para organizações locais; e restaurar o investimento em estatísticas desagregadas por sexo e interseccionais.

Considerações finais

O *Gender Snapshot 2026*, lançado em 17 de setembro no contexto da UNGA81, escancara o (já esperado) fato de que, no ritmo atual, a igualdade de gênero levaria 171 anos para ser alcançada. Nenhum indicador do ODS 5 está no caminho para ser cumprido até 2030. O relatório reúne evidências de que o avanço em liderança e poder de decisão perdeu ímpeto e, em alguns indicadores, regride, ao mesmo tempo em que o financiamento e as instituições que sustentam a agenda se enfraquecem.

As/aos interessadas/os, sugere-se fortemente a leitura do documento na íntegra. Para quem tiver interesse numa leitura específica do ODS 5, entre as páginas 27 e 33, é apresentada uma avaliação do progresso das metas e dos indicadores do Objetivo. Estão incluídas duas

medidas de progresso por região: uma avaliação de nível, que mede o nível atual de realização de uma determinada meta ou indicador, e uma avaliação de tendência, que mede o ritmo do progresso desde um ano de referência até o nível atual, bem como a distância em relação à meta, quando aplicável. As regiões da África Subsaariana, da Ásia Central e Meridional e do Norte da África e Ásia Ocidental concentram os piores níveis e as regressões do *tracker*, mas também as maiores lacunas de dados. A América Latina e o Caribe aparece de forma ambivalente, com movimentos feministas em expansão, mas com desigualdades e violência políticas muito prevalentes e diferenças de insegurança alimentar entre mulheres e homens, acima da média global. Europa, América do Norte e Austrália e Nova Zelândia lideram os indicadores, mas várias "estagnações".

Além disso, entre as páginas 34 e 37, consta um anexo que lista, ODS a ODS, os indicadores do marco global que o relatório considera sensíveis ao gênero. São 55 indicadores listados (53 pois dois se repetem em mais de uma meta), dos 234 indicadores totais. Isso dá cerca de 23% do total. Seis ODS reúnem 46 dos 55: o ODS 5 (todos os seus 14 indicadores), o ODS 4 (8), o ODS 16 (7), o ODS 3 (6), o ODS 8 (6) e o ODS 1 (5). Outros três têm poucos (ODS 2 com 3, ODS 11 com 3, ODS 10 com 2, ODS 13 com 1), e sete ODS não têm nenhum indicador sensível ao gênero: 6, 7, 9, 12, 14, 15 e 17.

A comunidade internacional tem deslocado as análises de "avaliar se 2030 será alcançado" para "construir mecanismos de continuidade pós-2030". O panorama da multilateralidade não é dos melhores, mas as perspectivas para novas agendas globais não estão na "assinatura de novos documentos", mas na integração dos mecanismos de revisão e acompanhamento existentes com as novas realidades políticas.

Referências

UN WOMEN; UN DESA. **Progress on the Sustainable Development Goals: The Gender Snapshot 2026.** Nova York: ONU Mulheres e Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU, 2026. Disponível em: https://www.unwomen.org/en/resources/gender-snapshot

UN WOMEN. **In Focus: 81st Session of the UN General Assembly (UNGA81).** 2026. Disponível em: https://www.unwomen.org/en/articles/in-focus/un-general-assembly

UN WOMEN. **The women's leadership gap that we should all be talking about** (explainer). 17 set. 2026. Disponível em: https://www.unwomen.org/en/articles/explainer/the-womens-leadership-gap-that-we-should-all-be-talking-about

Papa Leão XIV na UNESCO: dignidade humana, inteligência artificial e o futuro do multilateralismo

León XIV en la UNESCO: dignidad humana, inteligencia artificial y el futuro del multilateralismo

Pope Leo XIV at UNESCO: human dignity, artificial Intelligence and the future of multilateralism

Fabiane Gaspar

Resumo: O presente informe analisa a visita oficial do Papa Leão XIV à UNESCO em 25 de setembro de 2026, destacando seu discurso sobre dignidade humana, educação, cultura, paz e governança ética da inteligência artificial. Examina-se também o Fórum da UNESCO para a Juventude na Era da IA, realizado no mesmo dia, e as convergências entre a encíclica *Magnifica Humanitas* e a Recomendação da UNESCO sobre a Ética da Inteligência Artificial. O texto discute ainda as tensões entre a defesa do multilateralismo apresentada pelo Papa e as críticas dirigidas por Donald Trump à UNESCO e às instituições multilaterais durante a abertura da 81ª Assembleia Geral das Nações Unidas.

Palavras-chave: UNESCO; Papa Leão XIV; inteligência artificial; multilateralismo; dignidade humana.

Resumen: *El presente informe analiza la visita oficial del Papa León XIV a la UNESCO el 25 de septiembre de 2026, destacando su discurso sobre dignidad humana, educación, cultura, paz y gobernanza ética de la inteligencia artificial. También examina el Foro de la UNESCO para la Juventud en la Era de la IA celebrado el mismo día y las convergencias entre la encíclica Magnifica Humanitas y la Recomendación de la UNESCO sobre la Ética de la Inteligencia Artificial. Asimismo, aborda las tensiones entre la defensa del multilateralismo promovida por el Papa y las críticas formuladas por Donald Trump a la UNESCO y a las instituciones multilaterales durante la apertura del 81.º período de sesiones de la Asamblea General de las Naciones Unidas.*

Palabras clave: *UNESCO; Papa León XIV; inteligencia artificial; multilateralismo; dignidad humana.*

Abstract: *This report analyses Pope Leo XIV's official visit to UNESCO on 25 September 2026, highlighting his address on human dignity, education, culture, peace and the ethical governance of artificial intelligence. It also examines the UNESCO Youth Forum in the Age of AI held on the same day and the connections between the encyclical Magnifica Humanitas and UNESCO's Recommendation on the Ethics of Artificial Intelligence. Furthermore, it discusses the tensions between the Pope's defense of multilateralism and Donald Trump's criticism of UNESCO and multilateral institutions during the opening of the 81st Session of the United Nations General Assembly.*

Keywords: *UNESCO; Pope Leo XIV; artificial intelligence; multilateralism; human dignity.*

Dignidade humana, paz e diálogo na era da inteligência artificial

Em 25 de setembro de 2026, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) recebeu a visita oficial do Papa Leão XIV em sua sede, em Paris, marcando a primeira visita de um pontífice à organização em quarenta e seis anos, desde o histórico discurso de João Paulo II em 1980.

A visita ocorreu em um contexto de profundas transformações tecnológicas e geopolíticas, sendo organizada em torno do tema "Dignidade humana, paz e diálogo na era da inteligência artificial".

O encontro representou não apenas um marco simbólico nas relações entre a Santa Sé e a UNESCO, mas também uma reafirmação da relevância do multilateralismo diante dos desafios contemporâneos relacionados à tecnologia, à governança global e à preservação da dignidade humana.

A programação do dia foi estruturada em dois momentos complementares. Durante a manhã, realizou-se o Fórum da UNESCO para a Juventude na Era da Inteligência Artificial, inspirado nos princípios da encíclica *Magnifica Humanitas*. O evento reuniu especialistas, acadêmicos, representantes da juventude e profissionais de diferentes áreas para debater os impactos da inteligência artificial sobre a educação, a criatividade, a cultura e o futuro das novas gerações.

Os debates concentraram-se em três grandes eixos: aprendizagem na era da IA, criatividade e inovação em ambientes tecnológicos e o papel dos jovens na definição dos rumos futuros da inteligência artificial. O fórum buscou enfatizar que a transformação digital não deve ser compreendida apenas como um processo técnico, mas como uma mudança civilizatória capaz de redefinir as formas de aprender, criar e participar da vida pública.

A UNESCO utilizou o evento para destacar a importância de sua Recomendação sobre a Ética da Inteligência Artificial, adotada em 2021, considerada o primeiro instrumento normativo global voltado à governança ética das tecnologias digitais.

A organização ressaltou seus esforços para apoiar países na formulação de políticas públicas relativas à transparência algorítmica, proteção de dados, combate à discriminação automatizada, inclusão digital e responsabilização dos sistemas de inteligência artificial. O documento preparatório distribuído por ocasião da visita enfatizou que mais de setenta países já vêm utilizando a recomendação como referência para aperfeiçoar seus marcos regulatórios e institucionais.

No período da tarde, durante sessão solene realizada perante representantes dos Estados-membros, observadores permanentes, organismos internacionais e membros da comunidade acadêmica, o Papa Leão XIV apresentou uma reflexão ampla sobre educação, cultura e tecnologia.

Pronunciamento do Papa Leão XIV na UNESCO

Em seu pronunciamento, o pontífice reafirmou que a UNESCO constitui um espaço privilegiado para a promoção do bem comum internacional e para a construção das bases intelectuais e morais da paz.

Imagem: Papa Leão XIV em seu primeiro discurso na UNESCO



Fonte: Vatican News **Créditos**: @VaticanMedia

Retomando princípios presentes na Constituição da UNESCO, recordou que a paz duradoura não pode ser edificada exclusivamente por acordos políticos ou mecanismos econômicos, mas depende da formação humana, da cultura e da cooperação entre os povos.

> *O esforço para construir um mundo justo é, de fato, a base da cooperação internacional. Compartilhamos nossas experiências, habilidades e conhecimentos para criar um ambiente no qual todos se sintam em casa e cada indivíduo possa se realizar, de modo que os povos de todo o mundo possam viver em paz e prosperar.*
>
> *(...) É por meio da educação, da ciência e da cultura que as nações colaboram para promover o respeito universal pela justiça, pelo Estado de Direito e pelos direitos humanos e liberdades fundamentais.*
>
> **Papa Leão XIV, em seu pronunciamento na UNESCO**

O elemento central do discurso papal foi a defesa da dignidade humana diante das transformações tecnológicas em curso. Leão XIV argumentou que a inteligência artificial oferece oportunidades significativas para o desenvolvimento humano, mas alertou para os riscos decorrentes de sua utilização sem referenciais éticos sólidos. Entre as ameaças mencionadas figuraram a vigilância excessiva, os vieses algorítmicos, a manipulação informacional, a concentração de poder tecnológico e a redução da pessoa humana a critérios de eficiência econômica.

Segundo o pontífice, sistemas computacionais podem processar grandes volumes de dados, mas permanecem incapazes de responder às questões fundamentais sobre significado, verdade e finalidade da existência humana. Nesse sentido, Papa Leão XIV reforça que:

> *O progresso tecnológico, especialmente a inteligência artificial, deve servir à humanidade, em vez de se tornar um instrumento de dominação, exploração ou exclusão*

O Papa também dedicou atenção especial à proteção de crianças e jovens nos ambientes digitais. Em consonância com iniciativas já desenvolvidas pela UNESCO, advertiu para os riscos

associados à exploração comercial de dados pessoais, ao cyberbullying, à desinformação e às formas de dependência geradas pelas plataformas digitais.

Defendeu investimentos em alfabetização midiática, pensamento crítico e educação ética como instrumentos essenciais para garantir que a transformação digital fortaleça, e não enfraqueça, os direitos humanos e a cidadania democrática.

Cooperação entre a Santa Sé e a UNESCO

As relações entre a Santa Sé e a UNESCO remontam aos primeiros anos da organização. Em 1948, a Santa Sé participou da terceira Conferência Geral da UNESCO, realizada em Beirute. Poucos anos depois, em 1952, foi estabelecida uma representação permanente da Santa Sé junto à organização, com a nomeação de Monsenhor Angelo Roncalli, futuro Papa João XXIII, como primeiro observador permanente. Desde então, a cooperação institucional foi progressivamente ampliada, consolidando-se em torno da promoção da dignidade humana, da educação e da preservação do patrimônio cultural mundial.

No campo normativo, a Santa Sé aderiu e ratificou diversos instrumentos internacionais promovidos pela UNESCO. Entre eles destacam-se a Convenção para a Proteção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado, à qual aderiu em 1958, a Convenção do Patrimônio Mundial, ratificada em 1982, e a Convenção Global sobre o Reconhecimento de Qualificações Relativas ao Ensino Superior, ratificada em 2021. Essas adesões demonstram o alinhamento da Santa Sé com a agenda internacional de proteção do patrimônio cultural, promoção da educação e fortalecimento da cooperação acadêmica.

A dimensão cultural constitui um dos pilares mais importantes dessa parceria. O reconhecimento do Centro Histórico de Roma e posteriormente da Cidade do Vaticano como Patrimônio Mundial fortaleceu a colaboração entre ambas as instituições na conservação de bens culturais considerados de valor universal excepcional.

Além disso, a UNESCO e a Santa Sé têm trabalhado conjuntamente na proteção do patrimônio religioso material e imaterial, incluindo igrejas, mosteiros, locais de peregrinação, tradições litúrgicas, música sacra, manuscritos históricos e idiomas antigos associados às tradições cristãs orientais e ocidentais.

Nas últimas décadas, a cooperação assumiu uma dimensão particularmente relevante em contextos de conflito e reconstrução pós-guerra. Um dos exemplos mais emblemáticos foi a iniciativa *Revive the Spirit of Mosul*, lançada pela UNESCO em 2018 para reconstruir o patrimônio cultural destruído pelo Estado Islâmico no Iraque.

A visita do Papa Francisco a Mossul em 2021 foi considerada um marco simbólico para a iniciativa, reforçando os esforços conjuntos de restauração de igrejas históricas, recuperação da memória coletiva e promoção da reconciliação entre comunidades religiosas. A UNESCO destaca esse projeto como uma demonstração concreta da convergência entre ambas as instituições na defesa da paz por meio da cultura e do patrimônio.

A área educacional também tem ocupado lugar crescente na agenda bilateral. A UNESCO e a Santa Sé compartilham a compreensão de que a educação constitui um instrumento essencial para a promoção da paz, da cidadania global e do desenvolvimento humano integral. Nesse contexto, destaca-se a criação, em 2021, da Cátedra UNESCO sobre Futuros da Educação para a Sustentabilidade na Universidade Pontifícia Lateranense, iniciativa voltada à produção de

conhecimento e formação acadêmica sobre desafios contemporâneos relacionados à sustentabilidade, ética e transformação social.

Nos últimos anos, a cooperação concentrou-se cada vez mais nos impactos éticos das tecnologias emergentes. A Santa Sé tornou-se uma das vozes mais influentes nos debates internacionais sobre inteligência artificial, defendendo que o desenvolvimento tecnológico seja orientado pela centralidade da pessoa humana.

Essa preocupação converge diretamente com a atuação da UNESCO, especialmente após a adoção da Recomendação sobre a Ética da Inteligência Artificial, em 2021. A documentação preparada para a visita de Leão XIV afirma explicitamente que ambas as instituições buscam promover um "humanismo universal" capaz de responder aos desafios da revolução tecnológica, enfatizando transparência algorítmica, proteção de dados, inclusão, responsabilidade e defesa dos grupos vulneráveis.

Nesse contexto, a visita de Leão XIV representou mais do que um evento protocolar. Ela simbolizou a renovação de uma agenda comum baseada no multilateralismo, no diálogo intercultural e na governança ética da inovação tecnológica. A própria UNESCO definiu a relação com a Santa Sé como uma parceria histórica fundada na convicção de que a paz duradoura depende da dignidade humana, da solidariedade internacional e da cooperação entre os povos. O discurso do Papa reforçou essa visão ao caracterizar a UNESCO como uma parceira privilegiada para a promoção do bem comum internacional e para a construção de respostas compartilhadas aos desafios globais do século XXI.

Visões distintas sobre a UNESCO na política internacional

Sob a perspectiva da política internacional, a visita adquiriu relevância adicional em razão de sua proximidade temporal com os debates da 81ª Assembleia Geral das Nações Unidas. Apenas três dias antes, em seu discurso de abertura, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, apresentou uma visão marcadamente distinta acerca das instituições multilaterais. Trump enfatizou a soberania nacional, criticou o que denominou "controle global" e reiterou objeções a organismos internacionais que, em sua avaliação, limitariam a autonomia dos Estados.

Comentários associados ao discurso e análises subsequentes destacaram suas críticas à UNESCO e a outras agências multilaterais, em continuidade à postura de redução do apoio estadunidense a algumas instituições internacionais.

A comparação entre os pronunciamentos evidencia uma significativa divergência conceitual sobre o papel da governança global. Enquanto Trump enfatizou a primazia da soberania nacional, a rejeição de mecanismos internacionais e a desconfiança em relação a estruturas multilaterais, Leão XIV apresentou a UNESCO como um instrumento indispensável para a construção de respostas coletivas aos desafios globais. Para o pontífice, questões como inteligência artificial, desinformação, educação, cultura e preservação da paz ultrapassam as capacidades individuais dos Estados e exigem cooperação internacional baseada em princípios éticos compartilhados.

Essa contradição tornou-se particularmente evidente no debate sobre inteligência artificial. O discurso de Trump associou a inovação tecnológica principalmente à competitividade nacional e à defesa da soberania, manifestando resistência a modelos internacionais de governança considerados excessivamente regulatórios. Em contraste, o Papa defendeu uma

abordagem centrada na responsabilidade ética global, na proteção dos direitos humanos e na construção de consensos multilaterais sobre o desenvolvimento tecnológico. Enquanto uma perspectiva privilegia a autonomia estatal e a competição estratégica, a outra enfatiza a cooperação internacional e a responsabilidade compartilhada pela orientação ética da inovação.

Considerações finais

A visita do Papa Leão XIV à UNESCO constituiu um acontecimento de elevada relevância política, diplomática e simbólica em um contexto internacional marcado pela aceleração das transformações tecnológicas, pelo aprofundamento das tensões geopolíticas e pelos desafios enfrentados pelo sistema multilateral.

Ao retomar a tradição inaugurada por João Paulo II em 1980, o pontífice reafirmou a importância da educação, da cultura e da ciência como instrumentos fundamentais para a construção da paz e para a promoção do desenvolvimento humano integral.

Ao mesmo tempo, o encontro evidenciou a permanência de uma agenda comum entre a Santa Sé e a UNESCO, baseada na defesa da dignidade humana, do diálogo intercultural, da cooperação internacional e da solidariedade entre os povos.

A realização do Fórum para a Juventude na Era da Inteligência Artificial e o destaque conferido à Recomendação da UNESCO sobre a Ética da Inteligência Artificial demonstram que a governança das tecnologias emergentes se tornou uma das questões centrais da agenda internacional contemporânea. Nesse cenário, o discurso de Leão XIV procurou inserir a reflexão ética no centro do debate tecnológico, argumentando que a inovação não pode ser dissociada dos valores humanos, dos direitos fundamentais e da proteção dos grupos mais vulneráveis.

A defesa de uma inteligência artificial orientada pelo bem comum aproxima-se dos esforços da UNESCO para construir marcos globais de governança capazes de conciliar progresso tecnológico, inclusão social e respeito aos direitos humanos.

A respeito da cooperação entre a Santa Sé e a UNESCO, esta ultrapassa os limites do patrimônio cultural e da educação, alcançando novos campos relacionados à ética digital, à proteção da infância, à preservação da diversidade cultural e à construção de respostas coletivas para desafios globais complexos. A convergência entre ambas as instituições revela a emergência de uma abordagem humanista voltada para a regulação das transformações tecnológicas, na qual a pessoa humana permanece como referência principal das políticas públicas e das iniciativas internacionais.

Por outro lado, a proximidade temporal entre a visita do Papa e a abertura da 81ª Assembleia Geral das Nações Unidas permitiu observar visões contrastantes sobre o futuro da governança global. Enquanto o presidente Donald Trump enfatizou a soberania nacional e manifestou reservas em relação a mecanismos multilaterais e regulatórios, Leão XIV apresentou a UNESCO como um espaço indispensável para a cooperação internacional e para a formulação de soluções compartilhadas diante de desafios que transcendem fronteiras nacionais. Essa divergência reflete um debate mais amplo sobre os rumos da ordem internacional contemporânea e sobre a capacidade das instituições multilaterais de responder aos impactos da revolução digital, das crises globais e das desigualdades persistentes.

Em síntese, a visita de Leão XIV reafirmou o papel da UNESCO como fórum privilegiado para o diálogo entre culturas, religiões, Estados e comunidades científicas, ao mesmo tempo em

que reforçou a necessidade de uma governança global orientada por princípios éticos. Ao defender que a inteligência artificial, a educação e a cultura devem estar a serviço da dignidade humana e da paz, o pontífice ofereceu uma mensagem que transcende o âmbito religioso e se insere no debate contemporâneo sobre o futuro da humanidade na era digital. Dessa forma, o evento consolidou-se como um marco na renovação da parceria entre a Santa Sé e a UNESCO e como uma contribuição relevante para as discussões internacionais sobre multilateralismo, direitos humanos e desenvolvimento tecnológico responsável.

Referências

HOLY SEE. **Address of Pope Leo XIV at UNESCO Headquarters (Paris, 25 September 2026)**. Vatican, 2026. Disponível em: https://www.vatican.va/content/leo-xiv/en/speeches/2026/september/documents/20260925-francia-sede-unesco.html. Acesso em: 28 set. 2026.

UNESCO. **Official visit of His Holiness Pope Leo XIV to UNESCO: Human dignity, peace and dialogue in the age of AI**. Paris: UNESCO, 2026. Disponível no documento 399407eng.pdf. Acesso em: 28 set. 2026.

UNESCO. **At UNESCO, Pope Leo XIV addresses the world with a resounding message of peace and human dignity**. Paris: UNESCO, 25 set. 2026. Disponível em: https://www.unesco.org/en/articles/unesco-pope-leo-xiv-addresses-world-resounding-message-peace-and-human-dignity. Acesso em: 28 set. 2026.

UNESCO. **Pope Leo XIV at UNESCO**. Paris: UNESCO, 2026. Disponível em: https://www.unesco.org/en/pope-leoxiv-unesco. Acesso em: 28 set. 2026.

VATICAN NEWS. **Pope at UNESCO: "Peace cannot be built by treaties alone"**. Vatican City, 25 set. 2026. Disponível em: https://www.vaticannews.va/en/pope/news/2026-09/pope-leo-france-apostolic-visit-unesco-peace-education.html. Acesso em: 28 set. 2026.

UNITED STATES. THE WHITE HOUSE. **President Trump at the United Nations: "While Others Have Talked, I Have Acted"**. Washington, DC, 22 set. 2026. Disponível em: https://www.whitehouse.gov/releases/2026/09/president-trump-at-the-united-nations-while-others-have-talked-i-have-acted/. Acesso em: 28 set. 2026.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. **United States of America — 81st Session General Debate**. New York: United Nations, 2026. Disponível em: https://gadebate.un.org/en/81/united-states-america. Acesso em: 28 set. 2026.

MINT. **UNGA 2026 Highlights: Trump rejects 'globalist scheme' to control AI**. 22 set. 2026. Disponível em: https://www.livemint.com/news/world/unga-un-general-assembly-2026-live-news-updates-trump-netanyahu-qatar-iran-war-ai-russia-ukraine-11790081695656.html. Acesso em: 28 set. 2026.

Dia Internacional de Conscientização sobre as Perdas e Desperdícios de Alimentos e a SAN na 81ª AGNU

Día Internacional de Concientización sobre las Pérdidas y el Desperdicio de Alimentos y la Seguridad Alimentaria y Nutricional (SAN) en la 81.ª Asamblea General de la ONU

International Day of Awareness on Food Loss and Waste and Food and Nutrition Security at the 81st UN General Assembly

Eduardo Nilson, Felipe Neves e Denise Oliveira e Silva

Resumo: Neste informe técnico, discutem-se as perdas e desperdícios de alimentos e seus impactos transversais sobre a segurança alimentar e nutricional (SAN) e as iniciativas globais, como o Dia Internacional da Conscientização sobre as Perdas e Desperdícios de Alimentos, celebrado no dia 29 de setembro. Além disso, há um relato da agenda de segurança alimentar e nutricional na 81ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em que se sobressaiu a desarticulação das agências e a falta de participação do UN Nutrition.

Resumen: *En este informe técnico se analizan las pérdidas y el desperdicio de alimentos y sus impactos transversales en la seguridad alimentaria y nutricional (SAN), así como las iniciativas globales, como el Día Internacional de Concientización sobre las Pérdidas y el Desperdicio de Alimentos, que se celebra el 29 de septiembre. Además, se presenta un informe sobre la agenda de seguridad alimentaria y nutricional en la 81.ª Asamblea General de las Naciones Unidas, en la que se destacó la falta de coordinación entre las agencias y la falta de participación de ONU Nutrición.*

Abstract: *This technical report discusses food loss and waste and their cross-cutting impacts on food and nutrition security (FNS), as well as global initiatives such as the International Day of Awareness on Food Loss and Waste, observed on September 29. In addition, the report covers the food and nutrition security agenda at the 81st United Nations General Assembly, where the lack of coordination among agencies and the absence of UN Nutrition's participation stood out.*

Introdução

Apesar de sua relevância crescente no contexto da segurança alimentar e nutricional global, a questão das perdas e desperdícios de alimentos permanece como um elemento relativamente marginalizado no cenário global e nacional, a despeito de seu papel estratégico na transformação sustentável dos sistemas alimentares globais.

Embora articulados de maneira conjunta no discurso técnico-político, vale a pena revisitar os conceitos de perdas e desperdícios, pois designam etapas e dinâmicas distintas das cadeias de suprimento. As perdas de alimentos (*food loss*) situam-se no segmento que compreende a produção primária agrícola até as fases de pós-colheita, armazenamento, processamento primário e transporte atacadista. Nas cadeias de *commodities*, por exemplo, as perdas expressam os volumes alimentares não reaproveitados para o consumo humano ou

animal ao longo desses elos iniciais. Em contrapartida, o desperdício de alimentos (*food waste*) circunscreve-se ao descarte ocorre nos elos finais de comercialização varejista, serviços de alimentação e consumo domiciliar, envolvendo tanto produtos in natura quanto alimentos processados.

Essas preocupações são históricas para a humanidade, visto que a conservação biológica e física dos alimentos tornou-se um dos pilares de sobrevivência e expansão das populações humanas sedentárias. Nesse sentido, o desenvolvimento gradual de técnicas ancestrais, como a desidratação e a salga, antecedeu métodos tecnológicos de maior complexidade industrial, a exemplo da pasteurização, do acondicionamento a vácuo, do controle térmico por refrigeração e, contemporaneamente, da incorporação massiva de aditivos químicos associada à expansão dos produtos ultraprocessados. Contudo, enquanto o processamento industrial de alimentos processados e minimamente processados (como conservas, laticínios e congelados) agregou estabilidade sanitária e estendeu a vida útil dos produtos, a ultraprocessamento introduziu desequilíbrios nutricionais e riscos epidemiológicos crescentes à saúde coletiva.

Paralelamente, o aprofundamento da especialização produtiva e a extensão geográfica dos circuitos comerciais geraram entraves logísticos que potencializaram as taxas de perda e descarte ao longo de cadeias agroalimentares crescentemente globalizadas e desconectadas dos territórios locais de consumo.

A dimensão ética das perdas e do desperdício torna-se particularmente evidente diante da coexistência entre volumes expressivos de alimentos descartados e a permanência da fome e da insegurança alimentar. Embora a recuperação e a redistribuição de alimentos próprios para o consumo possam contribuir para respostas imediatas, elas não substituem políticas estruturais de renda, abastecimento e proteção social.

Além da repercussão humanitária e nutricional, o problema acarreta severas externalidades ambientais, decorrentes tanto da sobrecarga orgânica em aterros e da contaminação do solo e recursos hídricos quanto da expressiva geração de gases de efeito estufa (GEE) associada à decomposição biológica e à energia fóssil despendida em cadeias improdutivas.

Como resposta a esse problema, em 19 de dezembro de 2019, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a resolução 74/209, que proclamou 29 de setembro como o Dia Internacional de Conscientização sobre Perdas e Desperdício de Alimentos. A data busca promover a conscientização e a ação coletiva para reduzir a perda e o desperdício de alimentos. A redução dessas perdas está prevista no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 12, que trata de garantir padrões sustentáveis de consumo e produção. A meta 12.3 visa reduzir pela metade o desperdício global de alimentos per capita no varejo e no consumo, além de diminuir as perdas ao longo das cadeias de produção e fornecimento, até 2030.

Diante da previsão da população mundial, atualmente em 8,2 bilhões de pessoas, se aproximar de 9,7 bilhões até 2050, a garantia da segurança alimentar e nutricional para as populações atuais e futuras exige novas formas de trabalho e esforços coordenados para melhorar a sustentabilidade e a resiliência dos sistemas agroalimentares globais. Nesse contexto, a redução da perda e do desperdício de alimentos contribui para proteger os recursos naturais e a biodiversidade, reduzir a poluição e as emissões de gases de efeito estufa e maximizar o uso dos alimentos produzidos. Esse esforço é central para sistemas agroalimentares

eficientes, inclusivos, resilientes e sustentáveis, bem como para a melhoria da segurança alimentar, da nutrição e da saúde.

A adoção de inovações e de abordagens de economia circular nos sistemas agroalimentares, com vistas a prevenir, reduzir, reutilizar e reaproveitar as perdas e o desperdício de alimentos, também cria novas oportunidades de emprego, melhora os meios de subsistência e gera benefícios financeiros para diversos atores. É urgente que produtores, investidores, empresas, agentes da cadeia de fornecimento, consumidores de todas as idades, academia, pesquisa, sociedade civil e setores público e privado ajam de forma individual e coletiva para ampliar e fortalecer as iniciativas de redução da perda e do desperdício de alimentos, assegurando um mundo com segurança alimentar no presente e no futuro.

Segundo as estimativas mais recentes da FAO, cerca de 13% dos alimentos produzidos no mundo são perdidos após a colheita e antes de chegarem às prateleiras do varejo. Estimativas atualizadas indicam que 19% dos alimentos disponíveis aos consumidores, o equivalente a 1,05 bilhão de toneladas, são desperdiçados no varejo, em serviços de alimentação ou nos domicílios. Esse volume corresponde a quase um quinto de todos os alimentos que chegam ao fim da cadeia de fornecimento e o desperdício doméstico representa uma das principais fontes: 60% do desperdício de alimentos ocorre nos domicílios, 28% nos serviços de alimentação e 12% no varejo.

Enquanto isso, estima-se que uma em cada treze pessoas no mundo tenha enfrentado fome em 2025, o que representa entre 608 e 696 milhões de pessoas, ou 7,4% a 8,5% da população global. Além disso, cerca de 2,1 bilhões de pessoas, ou 25,8% da população mundial, vivenciaram insegurança alimentar moderada ou grave e aproximadamente 2,69 bilhões de pessoas, ou 32,7% da população mundial, não podem pagar por uma dieta saudável (FAO, 2026). Entre os grupos de alimentos, frutas e hortaliças, componentes essenciais de uma dieta nutritiva, apresentam o maior percentual de perdas, o que agrava esse desafio global.

A perda e o desperdício de alimentos também contribuem com 10% das emissões globais de gases de efeito estufa (FAOSTAT, 2025), impactando a mudança do clima e a sustentabilidade ambiental. A redução dessas perdas é, portanto, uma solução climática que países e comunidades podem adotar para diminuir emissões e proteger recursos naturais (IPCC, 2019). Alimentos que nunca são consumidos utilizam 28% da área agrícola mundial (FAO, 2013). A pegada global de ocupação de terras associada à perda e ao desperdício de alimentos, ou seja, o total de hectares usados para produzir alimentos que não são consumidos, é de cerca de 1,4 bilhão de hectares (FAO, 2013), área maior que o Canadá ou a China. A perda de alimentos também representa uma falha de mercado, com perda anual estimada em US$400 bilhões, sendo as perdas associadas ao desperdício cerca de 1 trilhão a cada ano.

Relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) sobre Perdas e Desperdícios de Alimentos 2024

A publicação do relatório do PNUMA em 2024 representou um avanço substantivo na qualificação metodológica e no refinamento das estimativas internacionais sobre o tema, estabelecendo subsídios empíricos para subsidiar intervenções estatais orientadas ao cumprimento da meta 12.3 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (United Nations Environment Programme, 2024).

Conforme preconiza o documento, a mensuração sistemática constitui condição *sine qua non* para a pactuação de compromissos públicos eficazes, permitindo delimitar a escala dos descartes, identificar gargalos setoriais prioritários e estruturar linhas de base comparáveis para a avaliação continuada de impactos.

O marco metodológico consolidado iniciou-se na edição de 2021, que investigou de forma inédita os setores de varejo, serviços de alimentação e consumo doméstico, evidenciando uma geração per capita de resíduos domiciliares expressiva e notavelmente homogênea entre diferentes realidades socioeconômicas internacionais. O documento de 2024 aprofunda esse histórico por meio de três contribuições centrais:

1. ampliação substancial da cobertura empírica primária em diversos países;
2. detalhamento prático dos protocolos de aferição do ODS 12.3 nos elos finais da cadeia, contemplando forças, limitações e critérios de amostragem setorial; e
3. transição temática do diagnóstico quantitativo para o exame de modelos operacionais de intervenção, com ênfase nas parcerias público-privadas de governança compartilhada.

Entre os principais indicadores consolidados no relatório de 2024, destacam-se:

- Em 2022, o volume global de alimentos desperdiçados atingiu 1,05 bilhão de toneladas, montante equivalente a aproximadamente 19% de toda a comida disponível para os consumidores nos âmbitos varejista, institucional e doméstico. Esse valor soma-se aos 13% de perdas ocorridas nos elos intermediários da produção agrícola e pós-colheita, segundo dados complementares da FAO.
- Os domicílios constituem o elo de maior impacto no desperdício mundial. Em 2022, os lares responderam por 631 milhões de toneladas descartadas (60% do total), enquanto o setor de serviços de alimentação gerou 290 milhões de toneladas (28%) e o comércio varejista acumulou 131 milhões de toneladas (12%).
- As perdas e desperdícios de alimentos respondem por 8% a 10% das emissões antrópicas globais de GEE, o que equivale a quase cinco vezes o impacto climático da aviação comercial mundial. Esse impacto ambiental coexiste com um cenário em que 783 milhões de pessoas sofrem com a fome e um terço da humanidade enfrenta quadros de insegurança alimentar moderada ou grave.
- O desperdício doméstico representa o equivalente a pelo menos um bilhão de refeições descartadas diariamente no mundo, traduzindo-se em uma média per capita anual de 79 kg de alimentos jogados fora por indivíduo, sob uma premissa analítica conservadora quanto à fração estritamente comestível. Essa magnitude supriria 1,3 refeição diária para o conjunto da população global em situação de fome.
- A geração per capita de resíduos domiciliares independe do nível econômico central do país. Com a duplicação dos dados amostrais em relação a 2021, constatou-se que países de renda alta, média-alta e média-baixa apresentam uma disparidade de apenas 7 kg per capita ao ano em suas taxas médias de descarte residencial.
- Observa-se correlação entre clima regional e taxas de resíduo: nações situadas em zonas mais quentes tendem a registrar maiores níveis de desperdício domiciliar per capita, fenômeno associado à elevada proporção de alimentos frescos com partes não comestíveis e à precariedade de infraestruturas locais de frio, agravadas por episódios de secas prolongadas e ondas extremas de calor.

- Identificam-se assimetrias espaciais entre zonas urbanas e rurais nos países de renda média, com menor descarte observado nas áreas rurais devido à destinação consuetudinária de sobras para a alimentação de animais e compostagem doméstica, justificando a priorização de iniciativas circulares em centros urbanos.
- Entre os integrantes do G20, apenas Austrália, Japão, Reino Unido, Estados Unidos e União Europeia dispõem de sistemas estatísticos adequados para rastrear a meta do ODS 12.3 até 2030, figurando Canadá e Arábia Saudita com métricas restritas ao segmento residencial e a estimativa brasileira com divulgação prevista para o encerramento de 2024. O G20 detém capacidade estrutural para liderar a cooperação internacional e articular políticas de consumo consciente.
- Casos práticos como o do Japão e do Reino Unido evidenciam a viabilidade de reformas sistêmicas, tendo alcançado reduções cumulativas no desperdício de 18% e 31%, respectivamente, mediante ação coordenada entre esferas governamentais e setor corporativo.
- A estruturação de acordos público-privados articulados pelo paradigma "Alvo-Medida-Ação" (*Target-Measure-Act*) tem se expandido como estratégia cooperativa para mitigar perdas, amenizar o estresse hídrico e superar a fragmentação de governança na cadeia produtiva.
- Persiste a necessidade premente de que os Estados consolidem o Índice de Desperdício de Alimentos para unificar bases amostrais nacionais, superando a carência crítica de diagnósticos empíricos representativos nos setores de serviços de alimentação e comércio de varejo.
- A revisão das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) e das Estratégias e Planos de Ação Nacionais de Biodiversidade (NBSAPs) representa uma oportunidade tática central até 2025, considerando que apenas 21 nações haviam incorporado metas de redução de perdas e resíduos alimentares aos seus compromissos climáticos até 2022.
- A intervenção deve integrar simultaneamente as dimensões comportamental e macroestrutural, enfatizando a governança das cadeias logísticas urbanas e a cooperação multilateral.

Como sublinham as conclusões do informe técnico, o desperdício alimentar expressa uma disfunção econômica de mercado estimada em mais de US$ 1 trilhão em descarte anual de bens. No âmbito ecológico, o fenômeno induz expressiva pegada de carbono e absorve o uso improdutivo de quase 30% das terras agrícolas globais, constituindo um dos fatores motrizes da supressão de ecossistemas naturais e perda de biodiversidade. Simultaneamente, revela-se a dimensão social do problema perante os 783 milhões de indivíduos em vulnerabilidade calórica crônica e cerca de 150 milhões de crianças menores de cinco anos com déficit de desenvolvimento decorrente de privação nutricional continuada.

No âmbito dos compromissos da Agenda 2030, a meta 12.3 do ODS 12 estabelece a redução global pela metade do desperdício per capita em nível de varejo e consumo, aliada à contenção das perdas na produção e distribuição. A governança dessa meta divide-se entre o PNUMA, encarregado dos elos de varejo, serviços e domicílios, e a FAO, incumbida dos segmentos de pós-colheita até o atacado. O atingimento da meta 12.3 exerce influência direta sobre o ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável), o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) e o ODS 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima). Complementarmente, a meta 16 do Marco Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal reiterou formalmente o

compromisso multilateral de redução do desperdício de alimentos em 50% até 2030 (Convenção sobre Diversidade Biológica, 2022).

Sob o prisma metodológico, destaca-se a ampliação de 194 pontos de dados em 93 países quanto ao setor doméstico, alcançando uma cobertura geográfica indireta equivalente a 85% da população global e outorgando maior solidez estatística às projeções comparativas. Em suas recomendações executivas, o relatório reitera que o avanço das intervenções depende da corresponsabilização técnica das empresas de varejo e de distribuição alimentar.

A arquitetura do Índice de Desperdício de Alimentos estruturada pelo PNUMA ancora-se em um modelo progressivo de três níveis, balanceando precisão analítica e custos operacionais de obtenção de dados:

- **Nível 1:** Fundamenta-se em modelagem computacional e extrapolação paramétrica a partir de dados secundários de outros países, aplicando-se aos Estados-Membros que ainda não estruturaram sistemas de coleta primária. De modo similar à função do Estudo de Carga Global da Doença (o *Global Burden of Disease* — GBD) na epidemiologia descritiva, o Nível 1 fornece aproximações diagnósticas suficientes para fundamentar a urgência de formulações políticas, embora se revele metodologicamente insuficiente para a vigilância temporal longitudinal de metas nacionais.
- **Nível 2:** Constitui o desenho metodológico padrão recomendado, baseado na mensuração primária direta e sistemática dos resíduos gerados em nível territorial, executada ou validada pelos governos nacionais. Este arranjo permite rastrear a evolução fidedigna dos descartes ao longo dos anos, garantindo a avaliação do cumprimento do ODS 12.3.
- **Nível 3:** Incorpora camadas aprofundadas de desagregação analítica para qualificar a tomada de decisão pública. Abrange a separação físico-química entre frações comestíveis e não comestíveis, a especificação das rotas de descarte (como redes de esgotamento sanitário e compostagem domiciliar) e a inclusão de fluxos industriais complexos de transformação agroalimentar excluídos do Índice de Perda de Alimentos.

A estratégia internacional orienta a transição progressiva dos Estados do Nível 1 para o Nível 2, incentivando a posterior consolidação de métricas especializadas inerentes ao Nível 3.

Estimativas financeiras conservadoras indicam que o custo global derivado das perdas e desperdícios alcança US$ 680 bilhões ao ano em economias desenvolvidas e cerca de US$ 310 bilhões em países em desenvolvimento. A valoração econômica desses montantes depende, contudo, das metodologias adotadas na análise de custo-benefício de estratégias de reaproveitamento de subprodutos.

No caso da digestão anaeróbia para obtenção de biogás, os benefícios econômicos líquidos mostram-se modestos caso a fração energética de metano seja destinada exclusivamente ao aquecimento (57%) ou à cogeração básica de energia elétrica (43%). Em contrapartida, modelos que direcionam o biometano purificado a aplicações de alto valor agregado (como biocombustíveis veiculares e injeção em gasodutos) elevam significativamente o retorno do capital investido, cuja atratividade pode ser modulada pela presença ou ausência de subsídios fiscais governamentais. Rotas adicionais contemplam a conversão biotecnológica de soro de queijo e frações lignocelulósicas residuais em etanol combustível. Adicionalmente, estudos comprovam que biorefinarias integradas, dimensionadas para processar múltiplas biomassas agroindustriais e resíduos urbanos, consolidam alternativas técnico-econômicas mais

lucrativas e sustentáveis do que a incineração simples ou o descarte em aterros (Roy et al., 2023).

Estratégias para a redução das perdas e desperdícios de alimentos

A expansão dos adensamentos urbanos dinamizou o consumo de refeições pré-preparadas e itens embalados, demandando inovações tecnológicas que preservem propriedades organolépticas, segurança sanitária e teor de micronutrientes, sem onerar a distribuição. Se, por um lado, o modelo de autosserviço dos supermercados estendeu o acesso a certos itens perecíveis e diminuiu perdas decorrentes de sazonalidade e falhas de higiene, por outro, consolidou a distribuição concentrada de produtos ultraprocessados de alta densidade calórica, ricos em gorduras, açúcares simples, sódio e aditivos cosméticos.

A expansão global desses produtos decorre da industrialização concentrada dos sistemas agrícolas, da consolidação de grandes redes de hipermercados e das estratégias políticas e mercadológicas corporativas. Embora com penetração histórica nas regiões da América do Norte, Europa, Oceania e América Latina, tal dinâmica produtiva expande-se com rapidez na Ásia, no Oriente Próximo e na África.

As estratégias de redução das perdas e do desperdício devem priorizar a prevenção ao longo de toda a cadeia. Quando não for possível evitar a geração de excedentes, os alimentos próprios para o consumo humano devem ser destinados prioritariamente à comercialização, ao processamento ou à redistribuição. Para as frações que não possam ser destinadas ao consumo humano, abordagens orientadas pelos princípios da economia circular incluem o aproveitamento para alimentação animal, a compostagem e a produção de biogás. A adoção dessas medidas depende, entre outros fatores, do aperfeiçoamento da coleta seletiva de resíduos orgânicos no varejo, nos serviços de alimentação e nos domicílios.

A gestão pública local exerce papel decisivo na formulação desse contexto, por meio de ações intersetoriais integradas:

- agricultura urbana e periurbana vinculada à governança territorial, articulando agroecologia, preservação de áreas de recarga hídrica e inclusão socioprodutiva;
- encurtamento de circuitos de abastecimento e fomento a feiras livres e entrepostos de base familiar;
- regulação sanitária e qualificação de equipamentos de venda de rua e mercados públicos;
- consolidação de diretrizes de compras públicas institucionais orientadas a sistemas alimentares sustentáveis;
- fortalecimento técnico dos programas de alimentação escolar, que unem o fornecimento de refeições balanceadas a processos formativos de educação alimentar e hortas pedagógicas;
- disciplina normativa de zoneamento urbano e restrição ao marketing alimentar de ultraprocessados; e
- suporte a ferramentas digitais de redistribuição voluntária de excedentes alimentares, assegurando o devido monitoramento higiênico-sanitário de hortifrutigranjeiros resgatados do descarte comercial.

A infraestrutura de frio constitui outro aspecto crítico para a preservação nutricional e o prolongamento da durabilidade dos estoques alimentares, auxiliando também a logística

sanitária de insumos biológicos e imunobiológicos no âmbito agropecuário. Não obstante, instalações convencionais de refrigeração implicam riscos ecológicos ligados a emissões e vazamento de fluidos halogenados. Em nações de baixa e média renda, gargalos estruturais como custos de aquisição tecnológica por pequenos agricultores, escassez de assistência técnica e intermitência de fornecimento energético restringem o uso da cadeia de frio precipuamente a cadeias agroexportadoras de alto valor comercial em detrimento dos mercados alimentares locais. Tecnologias de refrigeração sustentáveis amparadas em matrizes energéticas limpas emergem como alternativa estratégica para mitigar tais deficiências estruturais.

No campo das embalagens, soluções baseadas em recobrimentos bioativos lipídicos em frutas e vegetais prolongam a vida de prateleira em contextos desprovidos de refrigeração contínua. Embalagens "inteligentes" dotadas de sensores colorimétricos e etiquetas digitais via *QR Code* aprimoram a detecção precoce de deteriorações microbiológicas, a rastreabilidade e a transparência em relação a ingredientes e potenciais substâncias alergênicas. De forma convergente, avançam pesquisas com biomateriais e bioplásticos estruturados a partir de resíduos orgânicos, conquanto sua degradabilidade e incorporação real em processos de compostagem apresentem variações conforme os insumos poliméricos empregados (FAO, IFAD, Unicef, WFP, 2023).

A experiência brasileira: retomada institucional e atualização da estratégia nacional

No Brasil, o enfrentamento das perdas e do desperdício de alimentos foi incorporado à agenda de segurança alimentar e nutricional em 2018, com a publicação da Estratégia Intersetorial para a Redução de Perdas e Desperdício de Alimentos. O documento buscou articular ações do Estado e da sociedade civil em quatro eixos: pesquisa, conhecimento e inovação; comunicação, educação e capacitação; promoção de políticas públicas; e legislação. Sua implementação seria coordenada por um comitê gestor vinculado à Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN, 2018).

A implementação da Estratégia foi comprometida, entretanto, pelo enfraquecimento das instâncias federais de governança da segurança alimentar e nutricional entre 2019 e 2022. A retomada da CAISAN e do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional criou condições institucionais para reintroduzir o tema na agenda federal e atualizar as ações previstas em 2018 (BRASIL, 2025).

Em 2024, a CAISAN instituiu um grupo de trabalho destinado à revisão da Estratégia, com a participação de representantes governamentais, pesquisadores, organizações da sociedade civil, setor privado e organismos internacionais. O processo foi organizado em seis subgrupos, abrangendo diferentes etapas da cadeia de abastecimento, os sistemas alimentares urbanos e a legislação relacionada à doação de alimentos e aos bancos de alimentos. A proposta resultante foi apresentada à CAISAN em novembro de 2024 e subsidiou a publicação, em setembro de 2025, da II Estratégia Intersetorial para a Redução de Perdas e Desperdício de Alimentos no Brasil (BRASIL, 2025).

A II Estratégia ampliou o enquadramento adotado em 2018 ao articular a prevenção das perdas e do desperdício com o direito humano à alimentação adequada, a promoção da alimentação adequada e saudável e a redução dos impactos ambientais dos sistemas alimentares. O documento adotou uma hierarquia de intervenção que prioriza a prevenção, seguida pela redistribuição de alimentos próprios para o consumo humano, sua destinação para

alimentação animal ou reutilização, a reciclagem e a compostagem, a recuperação energética e, como última alternativa, a disposição final (BRASIL, 2025).

Essa formulação evita reduzir o enfrentamento do problema à destinação dos excedentes. A doação pode ampliar o acesso imediato a alimentos e constitui uma resposta relevante diante da insegurança alimentar, mas não substitui políticas estruturais de renda, abastecimento e proteção social. Na nova Estratégia, bancos de alimentos, cozinhas solidárias e outras iniciativas de recuperação e redistribuição são inseridos em uma agenda mais abrangente, que inclui agricultura familiar, circuitos curtos de comercialização, alimentação escolar, agricultura urbana e periurbana e gestão de resíduos orgânicos (BRASIL, 2025).

Outro aspecto relevante é a incorporação da qualidade da alimentação entre os critérios para a prevenção e a redistribuição. A II Estratégia estabelece como diretriz a priorização de alimentos *in natura* ou minimamente processados, em consonância com o Guia Alimentar para a População Brasileira. Essa orientação contribui para evitar que os mecanismos de doação sejam utilizados principalmente para o escoamento de produtos de baixo valor nutricional ou de excedentes produzidos de forma recorrente. Nessa perspectiva, reduzir o desperdício significa também ampliar o acesso a alimentos adequados, e não apenas transferir produtos que seriam descartados (BRASIL, 2014, 2025).

A produção de dados nacionais comparáveis permanece como um dos principais desafios. O país ainda não dispõe de uma linha de base abrangente para acompanhar as perdas ao longo da produção, do armazenamento, da distribuição e do varejo. Uma revisão da literatura latino-americana identificou predomínio de estudos localizados e concentração das evidências nas etapas iniciais e intermediárias da cadeia, com escassez de pesquisas sobre impactos ambientais e sobre os resultados das intervenções implementadas (COSTA et al., 2024).

Os estudos brasileiros disponíveis reforçam a heterogeneidade do problema. Em feiras livres de São Paulo, uma análise gravimétrica estimou a geração anual de 59,3 mil toneladas de resíduos, das quais 18,4 mil toneladas correspondiam a desperdício evitável. A composição e a quantidade dos resíduos apresentaram variações entre as feiras, indicando que ações de prevenção e redistribuição precisam considerar as características de cada contexto de comercialização (BRANCOLI et al., 2022). No ambiente doméstico, pesquisas identificaram relações entre desperdício, renda, planejamento das compras, manejo das sobras e valores associados à abundância alimentar, embora a predominância de dados autorreferidos limite a produção de estimativas nacionais (YU et al., 2024).

Para o período de 2025 a 2027, a II Estratégia prevê ações relacionadas à mensuração das perdas em culturas prioritárias, à estimativa nacional do desperdício domiciliar, ao fortalecimento dos bancos de alimentos, à elaboração de diagnósticos e planos locais, à prevenção do desperdício na alimentação escolar e à ampliação da reciclagem dos resíduos orgânicos urbanos. Sua governança foi atribuída a um comitê gestor no âmbito da CAISAN, responsável por coordenar, monitorar e avaliar sua implementação (BRASIL, 2025).

A experiência brasileira revela, assim, uma retomada institucional acompanhada pela ampliação do escopo da política. Seu principal avanço consiste em articular a prevenção das perdas e do desperdício às políticas de segurança alimentar e nutricional, promoção da alimentação adequada e saudável, abastecimento e gestão ambiental. A consolidação dessa agenda dependerá da continuidade institucional, da coordenação entre os níveis de governo, da

definição de fontes de financiamento e da construção de sistemas regulares de mensuração e monitoramento.

Atualização sobre a SAN na 81ª AGNU

A segurança alimentar e nutricional (SAN) chegou à semana de alto nível da 81ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (UNGA81), realizada em Nova York entre 22 e 28 de setembro de 2026, com um diagnóstico ambíguo: a fome crônica recua, mas a qualidade das dietas e os principais indicadores nutricionais permanecem estagnados. A sessão, presidida por Khalilur Rahman, de Bangladesh, adotou como tema a restauração da confiança e a construção de uma ONU capaz de entregar resultados para todos (UNITED NATIONS, 2026), porém o contexto geral foi de retração a agenda de SAN global: cortes na ajuda oficial ao desenvolvimento, perturbação dos mercados de fertilizantes em razão do conflito no Oriente Médio e um episódio intenso de El Niño (FAO, 2026a; MASSIMI, 2026).

A linha de base comum às agências foi o relatório sobre o Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo (SOFI 2026), elaborado conjuntamente por FAO, FIDA, Unicef, WFP e OMS. Segundo o documento, cerca de 645 milhões de pessoas, ou 7,8% da população mundial, enfrentaram fome em 2025, o terceiro ano seguido de queda, com 14 milhões a menos que em 2024 e 43 milhões a menos que no pico de 2022. Ao mesmo tempo, 2,69 bilhões de pessoas não conseguem arcar com uma dieta saudável, cujo custo médio alcançou 4,28 dólares em paridade de poder de compra por pessoa ao dia. Entre as crianças menores de cinco anos, o nanismo caiu para 23,2% (150,2 milhões) e a emaciação para 6,6%, ambos ainda fora da trajetória das metas para 2030, enquanto a anemia em mulheres de 15 a 49 anos subiu para 30,7% (FAO et al., 2026). O eixo do problema desloca-se, portanto, da disponibilidade de calorias para o custo e o acesso a dietas nutritivas, o que requer respostas integradas entre sistemas alimentares, de saúde e de proteção social.

Diante desse quadro, as agências da ONU com mandato em nutrição levaram a Nova York narrativas paralelas, ancoradas em seus próprios mandatos. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) foi a mais visível: o Diretor-Geral Qu Dongyu participou de ao menos seis eventos, entre eles a reunião ministerial anual dos países menos desenvolvidos (PMDs), a segunda reunião ministerial da Coalizão de Roma sobre fertilizantes e a reunião de alto nível sobre prevenção, preparação e resposta a pandemias (FAO, 2026a, 2026b). Na reunião dos PMDs, Qu destacou que, embora a fome global tenha recuado levemente entre 2015 e 2025, nesses países ela aumentou de 19,4% para 20,9% da população, e apresentou como respostas a Iniciativa Mão-na-Mão, com 87 países participantes, a iniciativa Um País, Um Produto Prioritário e o mecanismo analítico SCOPE (FAO, 2026a). A nutrição, contudo, apareceu diluída em uma agenda ampla, que incluiu também oceanos, água, fertilizantes, a abordagem One Health e a Iniciativa de Desenvolvimento Global.

O Programa Mundial de Alimentos (WFP) atuou em registro humanitário e de mobilização de recursos. Suas mensagens para a UNGA81 destacaram que 266 milhões de pessoas vivem em insegurança alimentar aguda, que o atual El Niño pode acrescentar 49 milhões a esse contingente até o fim de 2027 e que o programa necessita de 13 bilhões de dólares para alcançar 110 milhões de pessoas em 2026, já tendo reduzido operações no Afeganistão, na República Democrática do Congo, na Síria e no Haiti. As demandas do WFP concentraram-se em quatro frentes: fim dos conflitos e garantia de acesso humanitário, financiamento flexível e previsível, investimento em ação antecipatória e parcerias para escalar inovações (MASSIMI,

2026). A nutrição entrou nesse discurso sobretudo como argumento de investimento, ao lembrar os 43 milhões de crianças com desnutrição aguda e os 150 milhões com desnutrição crônica, e não como agenda de transformação de sistemas. O programa coorganizou ainda, com a FAO e o Escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA), um evento sobre ação antecipatória (FAO, 2026b).

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) concentrou-se na emergência. Além de promover o evento *A Global Call to Prevent Famine*, em 24 de setembro (FAO, 2026b), a agência divulgou na mesma quinzena alertas sobre o Haiti, onde cerca de 253,7 mil crianças de 6 a 59 meses devem sofrer desnutrição aguda entre junho de 2026 e maio de 2027 (Unicef, 2026), e sobre o Iêmen, onde mais de uma em cada quatro crianças triadas em áreas acessíveis apresentava desnutrição aguda após a retomada dos combates (JOHNSON, 2026). Trata-se de uma agenda indispensável, mas restrita à desnutrição aguda e ao socorro imediato. A Organização Mundial da Saúde (OMS), por sua vez, praticamente não ocupou o espaço da nutrição: suas prioridades declaradas para a UNGA81 foram a segunda reunião de alto nível sobre pandemias, o financiamento sustentável da saúde, clima e saúde, inovação digital e sistemas de saúde baseados na cobertura universal (WHO, 2026). A omissão chama atenção porque a Década de Ação das Nações Unidas sobre Nutrição foi estendida até 2030 pela própria Assembleia Geral, com apoio de 158 Estados-membros (WHO, 2025).

O evento que mais se aproximou de um espaço comum sobre nutrição, *Our Children Cannot Wait: Leadership for Child Survival and Nutrition*, realizado em 24 de setembro, foi convocado pelo Rei Letsie III do Lesoto, Campeão de Nutrição da União Africana, em parceria com a *Nutrition International* e o governo do Canadá. O encontro reuniu governos africanos, doadores, organismos da ONU e filantropias e resultou em um documento de princípios e chamado à ação centrado em financiamento doméstico e liderança nacional (AFRICA, 2026). A FAO participou como palestrante, destacando a alimentação escolar como ponte entre a melhoria da dieta infantil e o apoio à agricultura familiar (FAO, 2026a). A liderança política visível, portanto, coube a um Estado-membro e a uma organização não governamental, e não ao sistema ONU.

Na cobertura jornalística do evento, ficou evidenciado que o financiamento foi o fio condutor da semana. Por exemplo, segundo a Devex, os eventos paralelos eram resumidos por um clima dominante: o multilateralismo segue vivo, mas os modelos tradicionais de ajuda humanitária e ao desenvolvimento já não respondem à escala das crises sobrepostas, e a prevenção de uma nova crise alimentar ocupou o centro das conversas (KARAS, 2026). O pano de fundo analítico mais consistente, contudo, é oferecido pelo *Global Nutrition Report 2026*, segundo o qual a redução da ajuda oficial deve privar 2,3 milhões de crianças de tratamento para desnutrição aguda grave e contribuir para cerca de 369 mil mortes infantis adicionais por ano, em um cenário de queda projetada de 9% na ajuda oficial em 2025 e de cortes simultâneos pelos quatro maiores doadores. O relatório mostra ainda que apenas 2% das contribuições nacionalmente determinadas e 16% dos planos nacionais de adaptação preveem mobilização de recursos para nutrição, e que poucos compromissos assumidos na cúpula *Nutrition for Growth* de Paris, em 2025, contam com financiamento assegurado, sendo que somente 8% utilizam indicadores alinhados a marcos de sistemas alimentares (GLOBAL NUTRITION REPORT, 2026).

Como alavancas de menor custo político, o mesmo relatório aponta a integração da nutrição à atenção primária e à proteção social, o redirecionamento de parte dos cerca de 540

bilhões de dólares anuais em subsídios agrícolas para alimentos nutritivos e o retorno estimado de 23 dólares para cada dólar investido no combate à desnutrição. Sua recomendação dirigida às plataformas globais e às agências da ONU é explícita: evoluir de uma prestação de contas procedimental, baseada em compromissos bem formulados, para uma prestação de contas substantiva, que verifique se os compromissos têm financiamento, coordenação intersetorial e capacidade de entrega (GLOBAL NUTRITION REPORT, 2026). Os instrumentos existentes, entretanto, permanecem setoriais. O Child Nutrition Fund, do Unicef, com uma janela que duplica investimentos domésticos (Unicef, [2024]), os mecanismos de ação antecipatória do WFP e da FAO e as iniciativas de investimento da FAO operam em paralelo, sem um marco comum de resultados nutricionais.

É precisamente nesse ponto que a ausência da *UN-Nutrition*, ou Nutrição ONU, se torna significativa. Criada em 2020 por FAO, FIDA, Unicef, WFP e OMS, com secretariado sediado na FAO, ela é o mecanismo interagências encarregado de coordenar a resposta das Nações Unidas à má nutrição em todas as suas formas. Presta contas ao Conselho Econômico e Social (ECOSOC), apoia o monitoramento da Década de Ação sobre Nutrição e descreve a si mesma como ponte entre o debate técnico conduzido em Roma e Genebra e as discussões políticas da Assembleia Geral em Nova York (UN-NUTRITION, 2026). Nos registros públicos consultados, porém, a *UN-Nutrition* não aparece como convocante, coorganizadora ou porta-voz de nenhum evento de SAN na UNGA81, tampouco fez qualquer cobertura da 81ª AGNU em suas notícias sobre nutrição global. Sua agenda recente é técnica e concentrada em Roma, com a *Rome Nutrition Week* de maio de 2026, fundos catalíticos para equipes de país e uma pesquisa com as equipes da ONU nos países; os próximos eventos que divulga, como o *Micronutrient Forum* em Acra, o *World Food Forum* e a 54ª sessão do Comitê de Segurança Alimentar Mundial, ocorrem fora de Nova York e após a Assembleia (UN-NUTRITION, 2026). Nem mesmo a programação oficial da FAO, agência que hospeda o secretariado, incluiu atividades do mecanismo (FAO, 2026b).

A ausência é tem um sério custo por três razões principais. Em primeiro lugar, a escassez de recursos devido à redução do financiamento por países do Norte Global e as pressões por reformas no sistema multilateral podem empurrar cada agência para a defesa da própria marca e da própria captação, fragmentando a mensagem justamente quando os doadores exigem eficiência. Em segundo lugar, o diagnóstico comum do SOFI e do *Global Nutrition Report* pede integração entre alimentação, saúde, proteção social e clima, agenda que nenhuma agência entrega isoladamente, papel em que a articulação pelo Nutrição ONU seria estratégica. Em terceiro lugar, em um momento de propostas de reforma e racionalização do sistema ONU, um mecanismo de coordenação temática e potencialmente financeira sem visibilidade política tem risco de ser percebido como dispensável, e não como parte da solução. Entre as possíveis explicações, que merecem verificação, estão o porte reduzido do secretariado e sua dependência dos membros, a ancoragem do mandato no ECOSOC e não na Assembleia Geral, a falta de uma liderança executiva com peso político próprio e a ocupação do espaço de liderança em nutrição por atores externos, como o Lesoto, a União Africana, a *Nutrition International* e o Canadá. Cabe a ressalva de que a análise se baseia em registros públicos, e a ausência de menção não exclui participação técnica discreta de pessoal do mecanismo em reuniões ou eventos paralelos.

Além disso, durante a semana de alto nível da UNGA81, a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza realizou o evento *Four Years Left: Accelerating Action on Hunger and Poverty*, em 23 de setembro de 2026, na sede das Nações Unidas em Nova York. O encontro foi convocado

por Brasil e Espanha, copresidentes da iniciativa (GLOBAL ALLIANCE AGAINST HUNGER AND POVERTY, 2026a, 2026b). A UN Web TV transmitiu na mesma data uma sessão voltada à aceleração dos ODS 1 e 2 por meio de novas formas de cooperação e financiamento e à renovação do apoio político aos objetivos da Aliança (UNITED NATIONS, 2026). O chanceler brasileiro Mauro Vieira lembrou que a fome recuou pelo terceiro ano consecutivo, mas que quase dois bilhões de pessoas ainda enfrentam insegurança alimentar moderada ou grave. Segundo ele, a Aliança passa agora do compromisso político à implementação, com apoio a Etiópia, Camboja e Haiti. A secretária de Estado espanhola Eva Granados informou a existência de 21 programas apoiados em 19 países. Anunciou também um marco de financiamento colaborativo para os ODS 1 e 2, concebido para articular recursos existentes em torno de programas nacionais, sem criar um novo fundo. O ministro brasileiro Wellington Dias, por sua vez, alertou que conflitos e choques climáticos podem reverter os ganhos recentes (GLOBAL ALLIANCE AGAINST HUNGER AND POVERTY, 2026a).

A dimensão financeira apareceu sobretudo nas falas dos bancos e fundos de desenvolvimento. O Banco Interamericano de Desenvolvimento relatou ter aprovado 4,1 bilhões de dólares em operações alinhadas à Aliança em 2025 e outros 5,8 bilhões em 2026, dentro de um compromisso de 25 bilhões para o período 2025–2030. O FIDA (Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola) mapeou cerca de 600 milhões de dólares em investimentos alinhados em sete países, dos quais aproximadamente 120 milhões na Etiópia. Pelas agências da ONU, o economista-chefe da FAO, Máximo Torero, defendeu que a Cesta de Políticas da Aliança e a coordenação do financiamento podem corrigir as falhas que impedem os recursos disponíveis de atender à demanda dos países. Rania Dagash, do WFP, falou em nome da Rede Global contra Crises Alimentares e alertou que as crises se aprofundam mais rapidamente que a resposta coletiva. Ela também mencionou a sessão de segundo aniversário da Aliança, prevista para 18 de novembro (GLOBAL ALLIANCE AGAINST HUNGER AND POVERTY, 2026a; FAO, 2026b).

Entretanto, esse evento reforça o padrão de fragmentação observado na agenda nutricional da UNGA81. Entre as agências com mandato em nutrição, apenas FAO e WFP aparecem no relato oficial, ao lado do FIDA, enquanto Unicef, OMS e UN Nutrition não são mencionados. A nutrição entrou no debate pela voz de uma organização não governamental: a World Vision descreveu a integração de práticas comunitárias de nutrição ao programa nacional etíope (GLOBAL ALLIANCE AGAINST HUNGER AND POVERTY, 2026a). O contraste é significativo, pois a Aliança havia participado da *Rome Nutrition Week* de 2025, organizada pela UN-Nutrition, com discurso de alto nível de Wellington Dias, mas a ponte entre as duas iniciativas não se reproduziu em Nova York.

Conclusões

A redução das perdas e do desperdício de alimentos exige ações articuladas ao longo de toda a cadeia, desde a produção até o consumo, com prioridade para a prevenção. A produção de dados comparáveis é indispensável para identificar pontos críticos, orientar intervenções e acompanhar resultados, mas não substitui investimentos em infraestrutura, armazenamento e logística, nem medidas regulatórias, educativas e de coordenação institucional.

Também é necessário distinguir a prevenção do desperdício da destinação dos excedentes. Bancos de alimentos e redes de doação cumprem papel relevante na recuperação e redistribuição de alimentos próprios para o consumo humano, mas não devem substituir

políticas estruturais de renda, abastecimento, proteção social e garantia do direito humano à alimentação adequada. A redução do desperdício deve contribuir para ampliar o acesso regular a alimentos adequados e saudáveis, e não apenas oferecer uma destinação alternativa aos excedentes gerados pelos sistemas alimentares.

No Brasil, a II Estratégia Intersetorial representa a retomada dessa agenda e sua articulação com a segurança alimentar e nutricional, a promoção da alimentação adequada e saudável, a gestão ambiental e a ação climática. O avanço institucional, contudo, precisará ser acompanhado por financiamento, coordenação entre setores e níveis de governo, produção regular de dados e divulgação dos resultados alcançados (BRASIL, 2025).

À medida que 2030 se aproxima, a redução das perdas e do desperdício precisa deixar de ocupar uma posição complementar nas políticas alimentares e ambientais. O desafio não se limita a aproveitar melhor os alimentos que seriam descartados, mas envolve reorganizar os sistemas de produção, abastecimento e consumo para evitar a perda recorrente de alimentos, recursos naturais e trabalho.

Ao mesmo tempo, a 81ª Assembleia Geral das Nações Unidas evidenciou um sistema multilateral que compartilha o diagnóstico sobre a segurança alimentar e nutricional, mas não o traduz em ação coordenada. Diante do diagnóstico que aponta para a redução da fome crônica, a estagnação dos indicadores nutricionais e o deslocamento do problema para o custo e o acesso a dietas saudáveis FAO, WFP, Unicef e OMS atuaram de forma paralela, cada uma ancorada em seu próprio mandato. A FAO privilegiou os sistemas agroalimentares, o WFP a urgência humanitária e a captação de recursos, o Unicef a desnutrição aguda em contextos de crise, e a OMS praticamente se ausentou do tema, enquanto a UN-Nutrition, mecanismo interagências criado justamente para articular a resposta da ONU à má nutrição, esteve ausente. Dessa forma, sem uma instância capaz de integrar mandatos, instrumentos financeiros e metas comuns, a nutrição e a segurança alimentar e nutricional correm o risco de permanecerem presentes nos discursos e ausentes das decisões, justamente no período final para o cumprimento da Agenda 2030.

Referências

AFRICA leaders call for greater investment in child nutrition as Duale puts a strong case for Kenya. TV47 Digital, Nairóbi, 25 set. 2026. Disponível em: https://www.tv47.digital/africa-leaders-call-for-greater-investment-in-child-nutrition-as-duale-puts-a-strong-case-for-kenya-163962/.

AUN, N. Fome, consumo e desperdício: como desatar esse nó? Brasil de Fato, Paraíba, 15 abr. 2024. Disponível em: https://www.brasildefatopb.com.br/2024/04/15/fome-consumo-e-desperdicio-como-desatar-esse-no.

BRANCOLI, Pedro; MAKISHI, Fausto; LIMA, Paula Garcia; ROUSTA, Kamran. Compositional analysis of street market food waste in Brazil. Sustainability, Basel, v. 14, n. 12, art. 7014, 2022. DOI: 10.3390/su14127014.

BRASIL. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. II Estratégia Intersetorial para a Redução de Perdas e Desperdício de Alimentos no Brasil. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 2025.

CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CAISAN). Estratégia Intersetorial para a Redução de Perdas e Desperdício de Alimentos no Brasil. Brasília: CAISAN, 2018. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/caisan/Publicacao/Caisan_Nacional/PDA.pdf.

CONVENTION ON BIOLOGICAL DIVERSITY. Kunming-Montreal Global Biodiversity Framework. Montreal: CBD, 2022. Disponível em: https://www.cbd.int/doc/decisions/cop-15/cop-15-dec-04-en.pdf.

COSTA, Bruna Vieira de Lima et al. Food loss and food waste research in Latin America: scoping review. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 29, n. 10, e04532023, 2024. DOI: 10.1590/1413-812320242910.04532023.

FAO. At the UN General Assembly in New York, the Director-General outlines FAO's contributions to global challenges. Roma: FAO, 26 set. 2026a. Disponível em: https://www.fao.org/director-general/news/details/at-the-un-general-assembly-in-new-york--the-director-general-outlines-fao-s-contributions-to-global-challenges/en.

FAO. FAO at the 81st Session of the United Nations General Assembly (UNGA81). Nova York: FAO Liaison Office with the United Nations, 2026b. Disponível em: https://www.fao.org/new-york/events/detail/fao-at-81st-session-of-the-united-nations-general-assembly-(unga81/en.

FAO; IFAD; Unicef; WFP; WHO. The State of Food Security and Nutrition in the World 2023: Urbanization, agrifood systems transformation and healthy diets across the rural-urban continuum. Rome: FAO, 2023.

FAO; IFAD; Unicef; WFP; WHO. The State of Food Security and Nutrition in the World 2026: understanding and addressing the high cost of a healthy diet. Roma: FAO, 2026. Disponível em: https://data.Unicef.org/resources/sofi-2026/.

GLOBAL ALLIANCE AGAINST HUNGER AND POVERTY. News and events. Brasília: Global Alliance against Hunger and Poverty, 2026b. Disponível em: https://globalallianceagainsthungerandpoverty.org/news-and-events/.

GLOBAL ALLIANCE AGAINST HUNGER AND POVERTY. UN General Assembly: leaders call for faster country-led action and aligned financing to end hunger and poverty by 2030. Brasília: Global Alliance against Hunger and Poverty, 24 set. 2026a. Disponível em: https://globalallianceagainsthungerandpoverty.org/new/un-general-assembly-leaders-call-for-faster-country-led-action-and-aligned-financing-to-end-hunger-and-poverty-by-2030/.

GLOBAL NUTRITION REPORT. 2026 Global Nutrition Report: integrating food and health systems for climate-resilient nutrition. [S. l.]: PATH, 2026. Disponível em: https://globalnutritionreport.org/reports/2026-global-nutrition-report/.

JOHNSON, Daniel. Yemen violence deepens concerns over child hunger crisis. UN News, Genebra, 25 set. 2026. Disponível em: https://news.un.org/en/story/2026/09/1168436.

KARAS, Tania. Devex Dish: new food and nutrition finance models touted at UNGA. Devex, Washington, DC, 23 set. 2026. Disponível em: https://www.devex.com/news/devex-dish-new-food-and-nutrition-finance-models-touted-at-unga-113380.

MASSIMI, Silvia. 5 facts about food security – and why they matter at UNGA. Roma: World Food Programme, 21 set. 2026. Disponível em: https://www.wfp.org/stories/5-facts-about-food-security-and-why-they-matter-unga.

OURO-SALIM, Omar; GUARNIERI, Patricia. Sustainable food waste management: comparative study of NGO and restaurant practices in Brazil and Togo. Regional and Business Studies, 2025. DOI: 10.1007/s41130-025-00226-3.

ROY, P. et al. A Review on the Challenges and Choices for Food Waste Valorization: Environmental and Economic Impacts. ACS Environmental Au, v. 3, n. 2, p. 58–75, 2023.

TENUTA, Natalia et al. Brazilian food banks: overview and perspectives. International Journal of Environmental Research and Public Health, Basel, v. 18, n. 23, art. 12598, 2021.

Unicef. Over a quarter of a million children facing acute malnutrition in Haiti amid ongoing violence. Porto Príncipe: Unicef, 17 set. 2026. Disponível em: https://www.globalsecurity.org/military/library/news/2026/09/mil-260917-Unicef01.htm.

Unicef. The Child Nutrition Fund. Nova York: Unicef, [2024]. Disponível em: https://www.Unicef.org/documents/child-nutrition-fund.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME. Food Waste Index Report 2024: Think Eat Save: Tracking Progress to Halve Global Food Waste. Nairobi: UNEP, 2024. Disponível em: https://wedocs.unep.org/20.500.11822/45230.

UNITED NATIONS. High-Level Meetings of the Eighty-First General Assembly. Nova York: UN Meetings Coverage and Press Releases, 2026. Disponível em: https://press.un.org/en/highlights/unga81.

UNITED NATIONS. The fight against hunger and poverty as a foundation for human dignity and sustainable development. Nova York: UN Web TV, 23 set. 2026. Disponível em: https://webtv.un.org/en/asset/k17/k17o0oduzv.

UN-NUTRITION. UN-Nutrition: the United Nations inter-agency coordination mechanism for nutrition. Roma: UN-Nutrition, 2026. Disponível em: https://www.unnutrition.org/.

WHO. United Nations Decade of Action on Nutrition (2016–2025) extended to 2030. Genebra: WHO, 26 mar. 2025. Disponível em: https://www.who.int/news/item/26-03-2025-united-nations-decade-of-action-on-nutrition-(2016-2025)-extended-to-2030.

WHO. WHO at the United Nations General Assembly 2026. Genebra: WHO, 2026. Disponível em: https://www.who.int/news-room/events/detail/2026/09/18/default-calendar/who-at-the-united-nations-general-assembly-2026.

YU, Aizhi; LIMA, Ricardo Chaves; CAMPOS, Mayara; LIU, Qinghua. An analysis of household food waste determinants in Brazilian metropolitan areas. International Journal on Food System Dynamics, v. 15, n. 5, p. 526-544, 2024.

Reuniões à Margem da Assembleia Geral das Nações Unidas: As Participações do BID, do Banco Mundial e do FMI

Reuniones Paralelas a la Asamblea General de las Naciones Unidas: El Papel del BID, el Banco Mundial y el FMI

Meetings on the Sidelines of the United Nations General Assembly: The Roles of the IADB, the World Bank and the IMF

Isis Pillar Cazumbá

Resumo: A 81º sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) aconteceu em meados de setembro e contou com a presença de diversas lideranças globais. As Instituições Financeiras Multilaterais, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) estiveram presentes e participaram de algumas sessões. À margem da UNGA, o BID, o BM e o FMI se reuniram com Delcy Rodríguez, presidente interina da Venezuela. O BID se reuniu com diversas lideranças para discutir a implementação da inteligência artificial na América Latina e no Caribe e anunciou um novo Conselho Consultivo para tratar do desenvolvimento da região.

Palavras-chave: BID; Banco Mundial; FMI; AGNU; Cooperação; América Latina; Caribe.

Resumen: *El 81.º período de sesiones de la Asamblea General de las Naciones Unidas (AGNU) se celebró a mediados de septiembre y contó con la asistencia de numerosos líderes mundiales. Instituciones financieras multilaterales, como el Banco Interamericano de Desarrollo (BID), el Banco Mundial (BM) y el Fondo Monetario Internacional (FMI), estuvieron presentes y participaron en varias sesiones. Paralelamente a la AGNU, el BID, el BM y el FMI se reunieron con Delcy Rodríguez, presidenta interina de Venezuela. El BID se reunió con diversos líderes para debatir la implementación de la inteligencia artificial en América Latina y el Caribe y anunció la creación de un nuevo Consejo Asesor para abordar el desarrollo de la región.*

Palabras clave: *BID; Banco Mundial; FMI; AGNU; Cooperación; América Latina; Caribe.*

Abstract: *The 81st session of the United Nations General Assembly (UNGA) took place in mid-September and was attended by numerous global leaders. Multilateral Financial Institutions, the Inter-American Development Bank (IDB), the World Bank (WB), and the International Monetary Fund (IMF) were present and participated in several sessions. On the sidelines of the UNGA, the IDB, WB, and IMF met with Delcy Rodríguez, the interim president of Venezuela. The IDB met with various leaders to discuss the implementation of artificial intelligence in Latin America and the Caribbean and announced a new Advisory Council to address the region's development.*

Keywords: *IADB; World Bank; IMF; UNGA; Cooperation; Latin America; Caribe.*

Venezuela, BID, Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional

A presidente interina da Venezuela, Delcy Rodríguez teve a oportunidade de conhecer o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Ilan Goldfajn, que declarou

que o Banco está elaborando um plano de compromisso de dois anos voltado para desenvolver a proteção social e a energia elétrica do país. Na reunião com Ajay Banga, do Banco Mundial (BM), Delcy discutiu sobre financiamentos para desenvolvimento e infraestrutura e a possibilidade de cooperação técnica. Banga apontou que os planos da instituição financeira para a Venezuela estão focados na criação de empregos, a viabilização de empréstimos e a ampliação do capital privado. Ao encontrar-se com Kristalina Georgieva, a presidente ouviu da diretora-gerente que o Fundo Monetário Internacional (FMI) está à disposição da Venezuela para "aconselhamento sobre desenvolvimento de capacidade e políticas" da instituição financeira. A diretora-gerente anunciou a abertura de um escritório do FMI em Caracas no próximo ano, atitude entendida como estreitamento de laços com o país. No entanto, Georgieva não fez nenhuma declaração de empréstimos ou acordo a respeito da dívida.

Foco no Desenvolvimento da América Latina e do Caribe

Ao tratar do desenvolvimento da América Latina e do Caribe (ALC), o BID anunciou o seu novo Conselho Consultivo (Armínio Fraga, da Gávea Investimentos; Azucena Arbeleche, ex Ministro da Economia e Finanças do Uruguai; General Laura Richardson, ex Comandante do Comando Sul dos Estados Unidos; Iván Duque ex-presidente da Colômbia; José María Viñals, ex-presidente do Grupo Standard Chartered PLC; José M. Linares, Vice-presidente Executivo Sênior do Banco Santander e Chefe Global do Santander Corporate & Investment Banking; Marcelo Claure, Brightstar Capital Partners; Rob Mosbacher, Presidente da Mosbacher Energy Company; Sir Andrew Steer, Professor de Pesquisa da Prática, Universidade de Georgetown e Escola de Economia de Londres), onde lideranças globais dos setores público e privado terão como objetivo elaborar estratégias que ajudem a melhorar a infraestrutura, promovendo o desenvolvimento da ALC. De acordo com o BID, o Conselho Consultivo foi criado para auxiliar o BID "a antecipar tendências emergentes, identificar oportunidades para a região e fortalecer o envolvimento com partes interessadas influentes em todo o mundo".

Ilan Goldfajn se reuniu com Chefes de Estado e outras lideranças de países da ALC conjuntamente com executivos seniores da Microsoft, do Google, da Anthropic e da Nvdia, com o objetivo de discutir diretrizes para adotar de forma ampla e segura a inteligência artificial na região.

No encontro, as lideranças solicitaram a criação de um mecanismo regional que "incorporasse uma estratégia comum e diretrizes conjuntas de investimento". Abordaram também a respeito da criação de fundamentos necessários para uma utilização responsável da IA, com "instituições e regulamentação, talentos e habilidades, infraestrutura digital e sistemas de dados, disseminação de tecnologia entre os governos, empresas e trabalhadores e riscos potenciais".

O relatório do BID, *Da Digitalização à Inteligência Artificial: Transformando Promessas em Produtividade,* que será lançado em novembro deste ano, evidenciou que a IA sendo adotada amplamente mais os grandes efeitos da produtividade, poderá aumentar o Produto Interno Bruto (PIB) regional em 5,1% após uma década. Caso a adoção não seja ampliada mais os pequenos efeitos da produtividade, o PIB não chegará nem a 0,5%. A publicação ainda aponta que os salários poderão aumentar de 2,3% a 5,3% no decorrer de uma década caso os trabalhadores migrem para áreas de trabalho onde a IA esteja sendo ampliada.

Considerações Finais

O BID, o BM e o FMI aproveitaram as reuniões da AGNU para se encontrar com diversas lideranças dos setores público e privado nos âmbitos bilateral e multilateral. Nem todos os encontros foram divulgados ainda, entretanto, os que foram, chamaram a atenção pela disposição das instituições financeiras em dialogar com os países e com as empresas globais, com o intuito de tornar os países capazes de se desenvolverem ainda mais, mesmo diante de um cenário econômico global tão desafiador.

Referências

Banco Interamericano de Desenvolvimento. *IDB Group Convenes Heads of State and Technology Leaders to Advance AI Agenda.* Acesso em 28 set 2026. Disponível em: https://www.iadb.org/en/news/idb-group-convenes-heads-state-and-technology-leaders-advance-ai-agenda

Banco Interamericano de Desenvolvimento. *IDB Group Convenes New Advisory Council of Global Leaders to Advance Development in the Region*. Acesso em 28 set 2026. Disponível em: https://www.iadb.org/en/news/idb-group-convenes-new-advisory-council-global-leaders-advance-development-region

Orinoco Tribune. Delcy Rodríguez, da Venezuela, se encontra com líderes do FMI e do Banco Mundial enquanto a Assembleia Geral da ONU se abre em Nova York. Acesso em 28 set 2026. Disponível em: Delcy Rodríguez, da Venezuela, se encontra com líderes do FMI e do Banco Mundial enquanto a Assembleia Geral da ONU Abre em Nova York – Orinoco Tribune

O Globo. FMI confirma volta para Venezuela e abrirá escritório em Caracas. Acesso em 28 set 2026. Disponível em: https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2026/09/22/fmi-confirma-volta-para-venezuela-e-abrira-escritorio-em-caracas.ghtml

Tarifas dos Estados Unidos sobre produtos brasileiros, minerais críticos na América Latina, crise econômica palestina e proteção dos conhecimentos tradicionais

Aranceles de Estados Unidos sobre productos brasileños, minerales críticos en América Latina, la crisis económica palestina y la protección de los conocimientos tradicionales

US tariffs on Brazilian products, critical minerals in Latin America, the Palestinian economic crisis and the protection of traditional knowledge

Claudia Chamas e Bernardo Bahia Cesário

Resumo: Este informe reúne acontecimentos de setembro de 2026 relacionados ao comércio, ao desenvolvimento e à propriedade intelectual. Na OMC, registra a recusa dos Estados Unidos à participação chinesa nas consultas solicitadas pelo Brasil sobre tarifas adicionais, sem julgamento da compatibilidade dessas medidas com as regras multilaterais. Apresenta recomendações da UNCTAD para vincular minerais críticos à transformação produtiva na América Latina, considerando as estratégias de Argentina, Brasil e Chile. Sintetiza o diagnóstico da organização sobre a economia do Território Palestino Ocupado, destacando destruição produtiva, crise fiscal, riscos bancários e comprometimento dos serviços de saúde. Na OMPI, acompanha a continuidade das negociações sobre conhecimentos tradicionais e expressões culturais tradicionais. Relata o evento paralelo organizado pela OMS e pela KEI sobre medicina tradicional, abordando propriedade intelectual, consentimento, repartição de benefícios e governança de dados, com atenção aos desafios da inteligência artificial e à implementação do tratado sobre recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados.

Palavras-chave: Controvérsias comerciais; Tarifas aduaneiras; Minerais críticos; Política industrial; Território Palestino Ocupado; Financiamento da saúde; Propriedade intelectual; Conhecimentos tradicionais; Medicina tradicional; Repartição de benefícios.

Resumen: *Este informe reúne acontecimientos de septiembre de 2026 relacionados con el comercio, el desarrollo y la propiedad intelectual. En la OMC, recoge la negativa estadounidense a admitir la participación china en las consultas solicitadas por Brasil sobre aranceles adicionales, sin juzgar su compatibilidad con las normas multilaterales. Presenta recomendaciones de la UNCTAD para vincular los minerales críticos a la transformación productiva latinoamericana, considerando las estrategias de Argentina, Brasil y Chile. Sintetiza también el diagnóstico de UNCTAD sobre la economía del Territorio Palestino Ocupado, destacando destrucción productiva, crisis fiscal, riesgos bancarios y deterioro de los servicios sanitarios. En la OMPI, aborda las negociaciones sobre conocimientos tradicionales y expresiones culturales tradicionales. Recoge asimismo el evento paralelo organizado por la OMS y KEI sobre medicina tradicional, abordando propiedad intelectual, consentimiento, reparto de beneficios y gobernanza de datos, retos de la inteligencia artificial e implementación del tratado sobre recursos genéticos y conocimientos tradicionales asociados.*

Palabras clave: *Controversias comerciales; Aranceles aduaneros; Minerales críticos; Política industrial; Territorio Palestino Ocupado; Financiación sanitaria; Propiedad intelectual; Conocimientos tradicionales; Medicina tradicional; Reparto de beneficios.*

Abstract: *This report covers developments in September 2026 concerning trade, development and intellectual property. At the WTO, it records the United States' refusal to admit China to consultations requested by Brazil on additional tariffs, without adjudicating their compatibility with multilateral rules. It presents UNCTAD recommendations linking critical minerals to productive transformation in Latin America, considering the strategies of Argentina, Brazil and Chile. It also summarises the organisation's assessment of the economy of the Occupied Palestinian Territory, highlighting productive destruction, fiscal crisis, banking risks and disruption to health services. At WIPO, it follows continuing negotiations on traditional knowledge and traditional cultural expressions. It also reports on the side event organised by WHO and KEI on key issues relating to traditional medicine, addressing intellectual property, consent, benefit sharing and data governance, with attention to the challenges posed by artificial intelligence and the implementation of the treaty on genetic resources and associated traditional knowledge.*

Keywords: *Trade disputes; Customs tariffs; Critical minerals; Industrial policy; Occupied Palestinian Territory; Health financing; Intellectual property; Traditional knowledge; Traditional medicine; Benefit sharing.*

Estados Unidos recusam participação da China nas consultas com o Brasil sobre tarifas adicionais na OMC

Os Estados Unidos rejeitaram o pedido da China para participar das consultas solicitadas pelo Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre direitos aduaneiros adicionais aplicados a determinados produtos brasileiros. A recusa foi formalizada em comunicação da delegação norte-americana à delegação chinesa, datada de 22 de setembro de 2026 no documento WT/DS646/4. A comunicação responde à solicitação chinesa de 6 de agosto de 2026, divulgada no documento WT/DS646/2. (OMC, 2026)

A justificativa norte-americana baseia-se no artigo 4.11 do Entendimento Relativo às Normas e Procedimentos sobre Solução de Controvérsias. Conforme o dispositivo, a admissão de um membro que não seja parte nas consultas e alegue interesse comercial substancial depende da concordância do membro destinatário do pedido de consultas quanto à fundamentação desse interesse. Os Estados Unidos argumentaram que o pedido brasileiro não envolve atos, políticas ou práticas da China, tampouco tarifas incidentes sobre produtos de origem chinesa. Por essa razão, declararam não considerar fundamentada a alegação chinesa de interesse comercial substancial e recusaram sua participação. (OMC, 2026)

Segundo as informações complementares do texto fornecido, Brasil e Estados Unidos tinham consultas marcadas para 25 de setembro de 2026, em Genebra, no âmbito da contestação brasileira de tarifas. As consultas constituem a primeira etapa do procedimento de solução de controvérsias da OMC e buscam uma solução negociada para o conflito. Caso o impasse não seja resolvido em 60 dias, o Brasil poderá solicitar a criação de um painel para examinar se as medidas norte-americanas violam as regras da organização. A recusa à

participação chinesa diz respeito, portanto, à composição das consultas, sem representar uma decisão sobre a compatibilidade das tarifas com essas regras. (OMC, 2026)

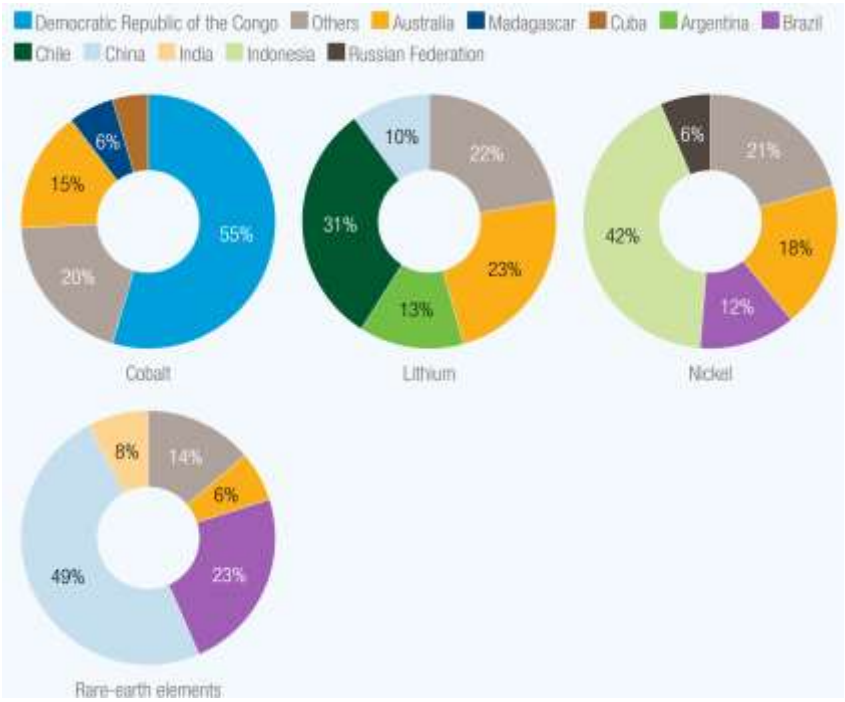
Minerais críticos e política industrial na América Latina

Em nota publicada em 17/09/2026, *Critical minerals: how industrial policy can shape Latin America's development*, a UNCTAD apresenta os resultados do relatório *Critical minerals, critical decisions: industrial policy for the energy transition*, que discute como a política industrial pode fazer dos recursos minerais críticos uma base para a transformação produtiva e a diversificação econômica, tomando como referência as experiências de Argentina, Brasil e Chile (UNCTAD, 2026a).

Base mineral e demanda

A América Latina detém parcelas expressivas das reservas e da produção mundiais de diversos minerais críticos empregados na transição energética, na infraestrutura de energia renovável e na manufatura de alta tecnologia. A região produz mais da metade do concentrado bruto de lítio e mais de um terço do cobre do mundo, além de fatias relevantes da produção global de prata, estanho e terras raras (UNCTAD, 2026a).

Figura 1: Reservas de minerais críticos por país, em porcentagem, 2024



Fonte: UNCTAD, 2026a.

Com a difusão dos veículos elétricos, do armazenamento em baterias, das fontes renováveis e das redes elétricas, a demanda por esses minerais deve quase dobrar até 2040, e a 18ª Cúpula do BRICS, realizada em 12 e 13/09/2026, reafirmou o papel que eles cumprem na diversificação econômica e na segurança energética das principais economias em desenvolvimento (UNCTAD, 2026a).

Embora Argentina, Brasil e Chile tenham adotado modelos distintos de política e de governança, os três enfrentam o mesmo problema, que é articular a extração ao desenvolvimento econômico mais amplo e superar a dependência da exportação de matérias-

primas. Na formulação da UNCTAD, são as escolhas feitas agora que vão definir se os minerais críticos servirão de alavanca para a transformação econômica ou se reforçarão os padrões de dependência de commodities (UNCTAD, 2026a).

Três modelos de governança

O Brasil apoia sua estratégia no planejamento de longo prazo e na coordenação institucional, tendo no Plano Nacional de Mineração 2050 o marco que orienta os agentes do setor, e pretende desenvolver uma gama ampla de minerais críticos ao mesmo tempo que reforça os incentivos ao investimento na indústria de processamento. O objetivo de ir além da extração é claro, mas, para a UNCTAD, só será alcançado com incentivos mais fortes ao processamento mineral, infraestrutura dirigida e mecanismos de partilha de riscos que atraiam capital privado para o processamento e os materiais avançados (UNCTAD, 2026a).

Na Argentina, a prioridade foi mobilizar investimento estrangeiro direto, com ampla autonomia das províncias sobre os minerais críticos situados em seus territórios, arranjo que acelerou a formação de carteiras de projetos em algumas delas, mas comprometeu a coerência de uma estratégia nacional. Como o capital estrangeiro continua concentrado na extração, e não no processamento, o desafio argentino é transformar investimento em capacidades produtivas domésticas, tarefa que a fragilidade da governança social e ambiental, sobretudo na gestão da água, torna mais arriscada e que, segundo a UNCTAD, exige mais monitoramento e transparência (UNCTAD, 2026a).

O Chile, por sua vez, adotou um modelo de condução estatal (*state stewardship*) que combina política fiscal, salvaguardas ambientais e parcerias público-privadas num marco estratégico, amparado em décadas de experiência na gestão da indústria do cobre e numa nova estratégia para o lítio. O relatório destaca a solidez de seus marcos de governança social e ambiental, que submetem os novos projetos a consulta aos povos indígenas e definem limites ambientais, regras de gestão hídrica e monitoramento científico, além de estimular o avanço tecnológico onde couber (UNCTAD, 2026a).

Cooperação regional e recomendações

Para além das estratégias nacionais, a UNCTAD defende a cooperação regional como meio de harmonizar padrões, apoiar a colaboração tecnológica e alinhar as estratégias de minerais críticos às metas climáticas e de desenvolvimento, mas também de fortalecer a posição dos países na negociação de contratos com empresas multinacionais e na obtenção de transferência de tecnologia, sobretudo quando o tamanho do mercado e o poder de barganha pesam. O êxito, nessa perspectiva, deve ser aferido menos pelo volume extraído do que pela geração de novas capacidades produtivas, pelo aprendizado tecnológico e pela expansão de atividades de maior valor agregado no conjunto da economia (UNCTAD, 2026a).

As recomendações do relatório convergem para marcos de governança integrados que promovam sustentabilidade, transparência e participação comunitária ao longo da cadeia de valor, e incluem o adensamento das cadeias domésticas e a diversificação econômica, parcerias estratégicas que preservem o espaço para políticas nacionais, coerência entre as políticas fiscal, comercial, industrial e ambiental e cooperação regional em padrões, infraestrutura e acesso a mercados (UNCTAD, 2026a).

A economia do Território Palestino Ocupado

O relatório *Developments in the economy of the Occupied Palestinian Territory* (TD/B/73/2), nota do secretariado da UNCTAD datada de 06/07/2026 e submetida à 73ª sessão da Junta de Comércio e Desenvolvimento, realizada em Genebra de 14 a 25/09/2026, avalia a evolução da economia palestina em 2025 e no início de 2026. O documento sustenta que, desde 1967, a ocupação israelense impôs restrições estruturais que atrofiaram a capacidade produtiva, aprofundaram a pobreza e tornaram a economia dependente de ajuda externa, e que o custo dessa ocupação se elevou abruptamente a partir de outubro de 2023 (UNCTAD, 2026b).

Colapso produtivo e recuperação estatística

As operações militares iniciadas em outubro de 2023 danificaram ou destruíram 92% dos estabelecimentos econômicos de Gaza e levaram a atividade produtiva à quase completa paralisação, numa crise que o relatório, com base no Banco Mundial, classifica como a mais severa já registrada no mundo, tanto pela queda do PIB real per capita entre o pico e o vale quanto pela duração projetada da recuperação. No início de 2026, os danos à infraestrutura física somavam 35,2 bilhões de dólares e as perdas econômicas e sociais, outros 22,7 bilhões, o que elevava as necessidades de recuperação e reconstrução a 71,5 bilhões, valor que deve continuar a crescer enquanto não houver um cessar-fogo duradouro (UNCTAD, 2026b).

Depois da contração sem precedentes de 2024, a economia palestina esboçou em 2025 uma recuperação limitada, com crescimento de 4,3% do PIB, insuficiente para tirá-lo de um patamar 20% inferior ao de 2022. O PIB per capita avançou 2,3%, mas permaneceu 25% abaixo daquele ano, com queda de 13% na Cisjordânia e de 83% em Gaza, onde o valor de 161 dólares registrado em 2024, o menor entre todas as economias acompanhadas pelos indicadores de desenvolvimento do Banco Mundial, subiu em 2025 para apenas 212 dólares, o equivalente a 0,58 dólar por dia (UNCTAD, 2026b).

Antes de outubro de 2023, Gaza abrigava 40% da população palestina e gerava 17,4% do PIB, participação que já vinha caindo desde os 37,6% de 1994; em 2025, respondia por menos de 4% do produto, e seu PIB per capita equivalia a 5% do da Cisjordânia, quando três décadas antes os dois eram quase iguais. Nesse quadro, o crescimento de 34,2% do PIB de Gaza em 2025, possibilitado pela entrada limitada de ajuda humanitária durante os cessar-fogos do primeiro e do quarto trimestres, é efeito da base extremamente baixa deixada pela contração de 83% do ano anterior (UNCTAD, 2026b).

A formação bruta de capital caiu 13,5% em relação a 2022, com recuos de 7,2% na Cisjordânia e de 94% em Gaza, e a UNCTAD adverte que, sem capital novo para reconstruir moradias, infraestrutura e capacidade produtiva, qualquer retomada acabará por se esgotar, prendendo a economia na pobreza e na dependência. Nenhum setor voltou ao nível anterior ao conflito: a agricultura encolheu 29%, com perda de 94% da produção em Gaza, a indústria recuou 9%, apesar do crescimento de 20% na Cisjordânia, e a construção caiu 30%, com queda de 99% em Gaza. O relatório atribui às políticas de ocupação o enfraquecimento progressivo da manufatura e da agricultura, pela expropriação de terras e recursos e pelas restrições ao acesso a tecnologia e insumos industriais, o que resultou numa economia apoiada no consumo e nos serviços, que já respondem por três quartos do PIB (UNCTAD, 2026b).

Comércio, moeda e trabalho

Em 2025, as exportações de bens e serviços caíram 9%, para 2,66 bilhões de dólares, enquanto as importações permaneceram em 6,57 bilhões, e nem a alta de 42,7% na remuneração dos palestinos empregados em Israel e nos assentamentos, que chegou a 693,3 milhões, impediu que o déficit em conta corrente subisse a 2,72 bilhões, ou 16% do PIB. Israel concentrou 79% do comércio palestino no ano, dependência que o relatório associa às restrições e aos custos impostos pela ocupação, entre eles o controle sobre uma longa lista de bens civis classificados como de "uso dual", como insumos tecnológicos, máquinas, fertilizantes e produtos químicos, que orienta as exportações para bens básicos de baixo valor agregado e impede a produção local de substitutos de importações (UNCTAD, 2026b).

Sem moeda própria, a Palestina usa o novo shekel israelense, cuja forte valorização em 2025 e no início de 2026 encareceu as exportações para terceiros mercados e prejudicou os produtores locais de bens importáveis, ao mesmo tempo que corroeu o valor, em shekels, da ajuda externa, das remessas e dos salários pagos por agências estrangeiras, que compõem parcela considerável da renda das famílias. Em Gaza, a inflação chegou a 238% em 2024, o que tornou a poupança sem valor, e a 22% em 2025, deixando os preços 274% acima dos de 2022, com a batata custando mais de vinte vezes o valor anterior ao conflito (UNCTAD, 2026b).

Em Gaza, o desemprego alcançou 78% em 2025, ante 45,3% em 2022, e apenas 123,3 mil pessoas estavam ocupadas, o que deixava mais de 90% da população em idade ativa sem trabalho. Na Cisjordânia, a taxa subiu de 13,1% em 2022 para 31,4% em 2024 e recuou para 28,7% em 2025, ano em que a economia gerou apenas 23 mil postos, a maioria em Israel e nos assentamentos, e em que a participação feminina na força de trabalho caiu a 18,2%. Os cerca de 44 mil palestinos empregados em Israel e nos assentamentos representam 23% dos 193 mil do período anterior ao conflito, e desde outubro de 2023 mais de 250 mil empregos foram eliminados, com perda acumulada de 2,8 bilhões de dólares em renda do trabalho (UNCTAD, 2026b).

Saúde, alimentação e pobreza em Gaza

O sistema de saúde de Gaza entrou em colapso: mais da metade dos hospitais e das clínicas de atenção primária não funciona, e a falta de insumos médicos, de água potável e de alimentação adequada, agravada por surtos de doenças, sobrecarregou o que restou da rede. Milhares de pacientes, inclusive crianças, precisam de tratamento fora do território, mas as autorizações de saída concedidas pela potência ocupante continuam extremamente difíceis de obter (UNCTAD, 2026b).

Com menos de 1,5% das terras agrícolas ainda acessíveis e sem danos, a segurança alimentar de Gaza depende inteiramente de ajuda, e a maior parte da população, incluídas crianças, gestantes e lactantes, enfrenta insegurança alimentar aguda e desnutrição, que expõem as crianças menores de cinco anos a danos irreversíveis, como déficit de crescimento e comprometimento cognitivo. Na educação, praticamente todas as instalações foram danificadas ou destruídas, e 93% precisam ser inteiramente reconstruídas (UNCTAD, 2026b).

No conjunto do território, a pobreza passou de 29% em 2023 para 40% no fim de 2024, e em Gaza já atingia 63,7% da população antes do conflito, quando ali viviam quatro em cada cinco palestinos pobres. A moradia, que ao lado do emprego era o principal determinante da pobreza multidimensional em Gaza, sofreu os maiores danos e perdas, estimados em 19,1

bilhões de dólares, com necessidades de reconstrução de 16,2 bilhões, enquanto o programa nacional de transferência de renda, que tinha 70% de sua cobertura em Gaza, está suspenso ali desde outubro de 2023 (UNCTAD, 2026b).

Anexação na Cisjordânia

O Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA) registrava, no fim de 2025, 925 obstáculos à circulação na Cisjordânia, entre eles mais de 120 portões rodoviários instalados naquele ano, 43% acima da média anual das duas décadas anteriores, numa tendência de substituição por barreiras permanentes. Em outubro de 2025, os assentamentos e postos avançados já passavam de 300, e em 2025 e no primeiro semestre de 2026 Israel autorizou novos assentamentos e a ampliação dos existentes, inclusive na Área B, ao mesmo tempo que transferia poderes jurídicos e administrativos das autoridades militares para as civis, no que o relatório descreve como uma guinada rumo à anexação formal. Entre 2009 e 20/05/2026, foram demolidas 14.358 estruturas palestinas, com 22.657 pessoas deslocadas (UNCTAD, 2026b).

Entre janeiro e novembro de 2025, colonos arrancaram mais de 26 mil oliveiras e árvores frutíferas, o que, somado às restrições de acesso e à seca, resultou na colheita de azeitonas de menor rendimento em muitos anos. Israel controla mais de 85% das águas subterrâneas palestinas, e a negação de acesso aos recursos hídricos da Área C, que corresponde a 60% da Cisjordânia, é apontada como o maior entrave ao desenvolvimento econômico da região. Nos três primeiros meses de 2026, 1.697 palestinos foram deslocados, mais do que em todo o ano de 2025, e desde 2023 foram esvaziadas 38 comunidades (UNCTAD, 2026b).

Crise fiscal, financiamento da saúde e risco bancário

O Protocolo de Paris, expirado há mais de 27 anos, continua a reger o sistema de compensação que deixa mais de dois terços da receita fiscal palestina sob controle de Israel, que arrecada os tributos sobre as importações palestinas e os repassa mensalmente, mas suspende com frequência as transferências e aplica deduções unilaterais, e desde maio de 2025 retém a totalidade dos repasses. As deduções e retenções acumuladas entre janeiro de 2019 e março de 2026 ultrapassaram 3,67 bilhões de dólares, o equivalente a 21,2% do PIB de 2025 e a 83% da receita líquida total, montante que, com a valorização do shekel, superava 5 bilhões de dólares ao câmbio de meados de 2026 (UNCTAD, 2026b).

Entre 2008 e 2023, o governo palestino reduziu o déficit orçamentário de 26,1% para 3% do PIB, resultado que a UNCTAD considera notável diante de crises políticas, econômicas e humanitárias recorrentes, mas o déficit voltou a 6% em 2025, ou 1,03 bilhão de dólares, e mesmo esse número supõe que Israel repasse 1,21 bilhão retido naquele ano, sem o que o déficit chegaria a 2,24 bilhões, ou 13% do PIB. Desde meados de 2025, os salários do funcionalismo sofrem cortes de 40% a 50%, com exceção dos servidores de menor remuneração (UNCTAD, 2026b).

A crise fiscal ameaça a continuidade da saúde e da educação, que absorvem cerca de 60% da folha salarial (14,1% e 46,3%, respectivamente, nos oito primeiros meses de 2025). A saúde vem sendo financiada cada vez mais por pagamentos diferidos, e no fim de 2025 os atrasados do setor somavam 1,1 bilhão de dólares, metade de todo o gasto público em saúde desde 2022, devidos em cerca de dois terços a hospitais privados e de organizações não governamentais e, no restante, a fornecedores de medicamentos e equipamentos, que podem

ser forçados a reduzir ou encerrar suas operações. Na Cisjordânia, a falta de recursos, que inclui atrasos e cortes nos salários dos professores, reduziu o ensino presencial a três dias por semana em 2025 (UNCTAD, 2026b).

Para financiar o déficit, o governo recorre cada vez mais aos bancos domésticos e ao acúmulo de atrasados com fornecedores e com o fundo de pensão, e a dívida pública chegou a 4,8 bilhões de dólares em 2025, 72% dela doméstica. Somada ao crédito a servidores garantido por salários futuros, a exposição do sistema bancário ao setor público atingiu 5,3 bilhões, 42% de todo o crédito, a que se acrescentam a fragilidade das relações de correspondência com bancos israelenses, sustentadas por cartas de indenização emitidas por prazos de apenas duas semanas, e o acúmulo de 16 bilhões de shekels em cédulas que os bancos palestinos não conseguem converter em saldos digitais. Com base no Banco Mundial, o relatório adverte que o risco de colapso sistêmico deixou de ser hipotético e que os bancos podem em breve não conseguir sustentar o comércio de combustível, água e medicamentos (UNCTAD, 2026b).

Recomendações e assistência da UNCTAD

A UNCTAD recomenda que a comunidade internacional pressione Israel a repassar os atrasados acumulados e suspender deduções e retenções, a estabilizar as relações de correspondência bancária, a permitir o acesso palestino aos recursos naturais, inclusive ao gás e ao petróleo da costa de Gaza, e a remover as restrições à circulação, ao comércio e ao investimento. Assegurado um cessar-fogo permanente, o apoio financeiro e técnico deveria ter escala suficiente para reconstruir as capacidades produtivas na agricultura, na indústria, na construção, na energia e na tecnologia, com o propósito de reverter décadas de "desdesenvolvimento" imposto pela ocupação, e não apenas de restaurar o *status quo ante*, pois, na conclusão do relatório, um Estado palestino viável é condição para a paz regional e global, mas não pode ser construído sobre uma economia em colapso (UNCTAD, 2026b).

O programa de assistência da UNCTAD ao povo palestino organiza-se em quatro eixos: políticas comerciais e macroeconômicas; facilitação do comércio e logística; finanças e desenvolvimento; e empresas, investimento e concorrência. Em 2025, a organização apresentou à Assembleia Geral um relatório sobre os custos econômicos da ocupação (A/80/356) e assessorou um instituto de pesquisa em metodologias de avaliação do impacto econômico das operações militares em Gaza e na viabilidade de um programa de renda básica universal no território, e em fevereiro de 2026 publicou um estudo sobre o custo econômico acumulado da ocupação. No início de 2026, passou a integrar um fundo fiduciário multiagências das Nações Unidas para a recuperação, embora as condições políticas e de campo limitem sua assistência técnica desde 2024 (UNCTAD, 2026b).

A 53ª sessão do Comitê Intergovernamental da OMPI

A 53ª sessão do Comitê Intergovernamental sobre Propriedade Intelectual e Recursos Genéticos, Conhecimentos Tradicionais e Folclore (IGC) da OMPI, realizada em Genebra de 16 a 25/09/2026, deu continuidade à negociação dos projetos de artigos sobre a proteção dos conhecimentos tradicionais e das expressões culturais tradicionais, mantidos como base de trabalho desde a 52ª sessão. A sessão voltou também a examinar a proposta dos Estados Unidos de um questionário aos Estados-membros sobre o uso de sistemas *sui generis* de proteção. A pauta incluiu ainda o Fundo Voluntário para Comunidades Indígenas e Locais Acreditadas e o painel de povos indígenas e comunidades locais, realizado em todas as sessões desde 2005 (WIPO, 2026).

Propriedade intelectual e medicina tradicional

Em 22/09/2026, a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Knowledge Ecology International (KEI) realizaram, à margem da sessão, o evento *Intellectual property and traditional medicine: rethinking access, benefit sharing and data governance*, moderado por Suerie Moon (Global Health Centre, Geneva Graduate Institute). Falando pelo Centro Global de Medicina Tradicional da OMS, Manjeet Saluja lembrou que cerca de 90% dos Estados-membros relatam o uso de medicina tradicional. O campo recebe, porém, menos de 1% do financiamento global de pesquisa em saúde, de modo que o uso e o mercado avançaram muito mais depressa que a evidência, a regulação e a governança. A OMS prepara um conjunto de ferramentas de propriedade intelectual para a medicina tradicional, concebido para complementar o trabalho da OMPI e da Convenção sobre Diversidade Biológica sem duplicar suas negociações. Mantém também a Biblioteca Global de Medicina Tradicional, com mais de 2 milhões de registros científicos, partindo do princípio de que informação publicamente visível não deve ser tratada como livremente disponível para uso comercial ou para aplicações de inteligência artificial (WHO; KEI, 2026).

James Love apresentou dois estudos preliminares elaborados pela KEI para a OMS, o mais recente dedicado às questões de propriedade intelectual das bases de dados de medicina tradicional. Como as legislações nacionais divergem e muitas bases atendem usuários de vários países, o conflito de leis aparece como problema central. O estudo aponta como modelo promissor a arquitetura federada do Espaço Europeu de Dados de Saúde, em que os dados e parte das decisões permanecem descentralizados. Entre as formas de remuneração examinadas estão a revisão de 2015 da lei brasileira de biodiversidade, a combinação de direitos perpétuos sobre o conhecimento com direitos temporários sobre produtos específicos e um "dividendo de código aberto", que remuneraria posteriormente quem compartilhou informação útil ao desenvolvimento de um produto. Quanto ao consentimento, Love propôs distinguir o conhecimento restrito ou sagrado, que só entraria em bases de dados mediante consentimento prévio, do conhecimento amplamente difundido, para o qual caberia a exclusão a pedido dos titulares (WHO; KEI, 2026).

Margo Bagley (Emory University) chamou atenção para o uso da inteligência artificial em todas as etapas da descoberta de fármacos, que pode baratear e acelerar a valorização do conhecimento tradicional, mas também ocultar seu uso comercial. Com base em pesquisas do Conselho de Pesquisa Científica e Industrial da África do Sul, lembrou que o uso comercial identificado para uma planta muitas vezes difere do tradicional. É o caso da *Elephantorrhiza elephantina*, empregada contra doenças de pele e distúrbios estomacais e considerada útil pelos pesquisadores contra calvície masculina e hiperplasia prostática benigna. Nessas situações, o conhecimento tradicional pode não ser considerado necessário à invenção reivindicada, o que dispensaria a divulgação de origem exigida pelo tratado de 2024, lacuna que a IA tende a ampliar ao multiplicar a descoberta de novos usos (WHO; KEI, 2026).

Peter Harrison (York Law School), autor de livro sobre a proteção do conhecimento tradicional na fronteira da descoberta de fármacos, procurou um ponto da cadeia de pesquisa a partir do qual os direitos de acesso e repartição de benefícios do Protocolo de Nagoya deixariam de alcançar os produtos derivados. A analogia com o segundo uso médico do direito de patentes parecia oferecer esse limite, mas revelou-se um efeito do tempo. A surpresa desaparece quando se conhece o mecanismo bioquímico comum, como nos casos da aspirina e do sildenafil, e um

direito perpétuo, sem data de prioridade, pode ser invocado a qualquer momento. Sua conclusão é que não há limite a jusante para esses direitos (WHO; KEI, 2026).

O embaixador Guilherme de Aguiar Patriota, que presidiu as negociações do Tratado da OMPI sobre Propriedade Intelectual, Recursos Genéticos e Conhecimentos Tradicionais Associados, defendeu o acordo como ponto de partida. A exigência obrigatória de divulgação de origem não constitui um quarto requisito de patenteabilidade, mas funciona como mecanismo de transparência e rastreabilidade, com consequências após a concessão da patente em caso de fraude. O tratado reconhece ainda povos indígenas e comunidades locais como sujeitos de direito, inclusive ao exigir que sejam consultados na criação de sistemas de informação que contenham seus conhecimentos. A informação digital de sequência ficou fora do texto, mas poderá entrar na revisão prevista para quatro anos após a entrada em vigor. A entrada em vigor depende de 15 ratificações e motivou, na véspera do evento, a criação de um grupo de países promotores liderado pela Nigéria. Para o Brasil, que já exige a divulgação de origem, será preciso aproximar essa exigência do tratado e coordenar o escritório de patentes, o sistema de consentimento prévio e repartição de benefícios e as bases de dados (WHO; KEI, 2026).

No debate, o South Centre defendeu o consentimento prévio como condição inegociável para os povos indígenas e comunidades locais, em resposta à proposta, vinda do Instituto Federal Suíço de Propriedade Intelectual, de desvincular a repartição de benefícios do acesso a materiais e dados. Bagley reconheceu que os mecanismos multilaterais existentes pouco remuneraram, o que alimenta a desconfiança, e relatou que um escritório de patentes que recebera uma única declaração de origem em dez anos registrou outras três no ano seguinte à adoção do tratado. Nas considerações finais, Love defendeu vincular as obrigações de equidade ao acesso a mercados, e não ao acesso às bases de dados, a exemplo do tratado sobre biodiversidade marinha em áreas além da jurisdição nacional (BBNJ). Bagley, por sua vez, afirmou que a IA já tornou a informação digital de sequência dispensável e que, onde o controle não for possível, cabe ao menos assegurar compensação (WHO; KEI, 2026).

Referências

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC). **Estados Unidos – Direitos aduaneiros adicionais sobre determinados produtos provenientes do Brasil: comunicação dos Estados Unidos**. WT/DS646/4. Genebra: OMC, 22 set. 2026. Disponível em: https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/SS/directdoc.aspx?filename=Q:/WT/DS/646-4.pdf&Open=True.

UN TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). *Critical minerals*: how industrial policy can shape Latin America's development. Genebra: UNCTAD, 2026a. Disponível em: https://unctad.org/news/critical-minerals-how-industrial-policy-can-shape-latin-americas-development

UN TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). *Developments in the economy of the Occupied Palestinian Territory*: note by the UNCTAD secretariat. Genebra: UNCTAD, 2026b. Disponível em: https://unctad.org/publication/report-unctad-assistance-palestinian-people-developments-economy-occupied-palestinian

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO); KNOWLEDGE ECOLOGY INTERNATIONAL (KEI). *Intellectual property and traditional medicine*: rethinking access, benefit sharing and data governance. Genebra, 2026. Disponível em: https://wipo-int.zoom.us/rec/share/BrYVA_5Wi_OBdSXDeynYmEMxYRes-ZpgVdx25ZXI68JUWOHfdg8dXmthSJow_lw.p0Z91sZT966Fx5A7

Crises interligadas, respostas em disputa: perspectivas da sociedade civil sobre a Saúde Global

Crisis interligadas, respuestas en disputa: perspectivas da sociedade civil sobre a Saúde Global

Interlinked crises, disputed responses: civil society perspectives on Global Health

Patrícia Lewis Carpio, Mateus dos Santos Brito, Matheus dos Santos da Silveira, Renan Amaral Oliveira, Tatiana Cerqueira Machado Medrado, Ana Carol Aldapi Vaquera, Diana Zeballos e Luis Eugênio de Souza

Resumo: Foram monitoradas 64 Organizações da Sociedade Civil (OSC) nessa quinzena, das quais 54 fizeram manifestações relacionadas à Saúde Global. As OSC de interesse público destacaram a necessidade de fortalecer a capacidade de resposta a surtos e pandemias, ampliar o acesso a diagnósticos e tratamentos e garantir a continuidade do cuidado em contextos de conflito e deslocamento forçado. Também enfatizaram os impactos das desigualdades sociais, econômicas e ambientais sobre a saúde, defendendo maior financiamento, proteção social e participação da sociedade civil na governança. Questões relacionadas às mudanças climáticas, poluição, eventos extremos e saúde planetária também receberam atenção. As OSC de interesse privado enfatizaram a inovação em vacinas, diagnósticos e tecnologias em saúde, além do fortalecimento dos sistemas de saúde, da força de trabalho e da cooperação internacional. De forma geral, as manifestações apontam para a necessidade de respostas integradas, equitativas e sustentáveis aos desafios contemporâneos da Saúde Global.

Palavras-chave: Organizações da Sociedade Civil; Saúde Global; Sistemas de Saúde; Emergências Sanitárias; Equidade em Saúde.

Resumen: *Durante esta quincena se monitorearon 64 Organizaciones de la Sociedad Civil (OSC), de las cuales 54 emitieron declaraciones relacionadas con la Salud Global. Las OSC de interés público destacaron la necesidad de fortalecer la capacidad de respuesta ante brotes y pandemias, ampliar el acceso a diagnósticos y tratamientos, y garantizar la continuidad de la atención en contextos de conflicto y de desplazamiento forzado. También enfatizaron los impactos de las desigualdades sociales, económicas y ambientales en la salud, y defendieron un mayor financiamiento, protección social y participación de la sociedad civil en la gobernanza. Las cuestiones relacionadas con el cambio climático, la contaminación, los eventos extremos y la salud planetaria también recibieron atención. Las OSC de interés privado enfatizaron la innovación en vacunas, diagnósticos y tecnologías sanitarias, además del fortalecimiento de los sistemas de salud, de la fuerza laboral y de la cooperación internacional. En general, las manifestaciones señalan la necesidad de respuestas integradas, equitativas y sostenibles ante los desafíos contemporáneos de la Salud Global.*

Palabras clave: *Organizaciones de la Sociedad Civil; Salud Global; Sistemas de Salud; Emergencias Sanitarias; Equidad en Salud.*

Abstract: *During these two weeks, 64 Civil Society Organisations (CSOs) were monitored, 54 of which issued statements related to global health. Public-interest CSOs highlighted the need to strengthen response capacity to outbreaks and pandemics, expand access to diagnostics and treatments, and ensure continuity of care in contexts of conflict and forced displacement. They also emphasised the impacts of social, economic, and environmental inequalities on health, advocating for increased financing, social protection, and civil society participation in governance. Issues related to climate change, pollution, extreme events, and planetary health also received attention. Private-interest CSOs emphasised innovation in vaccines, diagnostics, and health technologies, as well as the strengthening of health systems, the health workforce, and international cooperation. Overall, the statements point to the need for integrated, equitable, and sustainable responses to contemporary Global Health challenges.*

Keywords: *Civil Society Organisations; Global Health; Health Systems; Health Emergencies; Health Equity.*

Introdução

Nesta quinzena, foram monitoradas 64 Organizações da Sociedade Civil (OSC) selecionadas por sua relevância para o debate internacional em saúde e organizadas, para fins analíticos, em organizações de interesse público e de interesse privado. O acompanhamento teve como objetivo identificar manifestações públicas, documentos, comunicados, posicionamentos institucionais, iniciativas e intervenções relacionadas aos principais desafios contemporâneos da Saúde Global. Do total de organizações monitoradas, tanto de interesse público quanto privado, 54 apresentaram manifestações consideradas relevantes para registro nesse informe.

As manifestações foram organizadas segundo diferentes dimensões temáticas, permitindo acompanhar tanto problemas sanitários específicos quanto questões relacionadas às condições políticas, sociais, econômicas e ambientais que influenciam a saúde das populações. Entre os principais eixos abordados no informe estão as doenças transmissíveis, epidemias e biossegurança; doenças crônicas não transmissíveis e saúde mental; determinantes sociais e econômicos, equidade e direitos humanos; clima, ambiente e saúde planetária; sistemas de saúde, cobertura universal e força de trabalho; crises humanitárias, conflitos e migrações; saúde materna, infantil, reprodutiva e do ciclo de vida; política, diplomacia e governança em saúde; e ciência, tecnologia, inovação e pesquisa e desenvolvimento.

Nas organizações de interesse público, as manifestações concentraram-se na defesa do acesso universal e equitativo à saúde, no fortalecimento dos sistemas e serviços de saúde e na proteção de populações afetadas por conflitos, deslocamentos, emergências sanitárias e desigualdades sociais. No campo das doenças transmissíveis, destacaram-se manifestações relacionadas à resposta ao surto de Ebola na República Democrática do Congo, à preparação para futuras pandemias e às negociações em torno do sistema de Acesso a Patógenos e Repartição de Benefícios (PABS) da Organização Mundial da Saúde (OMS). Também apareceram preocupações com a continuidade do tratamento de doenças crônicas em situações de conflito e deslocamento, o acesso a medicamentos e diagnósticos e a integração entre saúde mental e doenças crônicas não transmissíveis.

Outra dimensão recorrente nas manifestações das OSC de interesse público refere-se aos determinantes sociais, econômicos e ambientais da saúde. As organizações abordaram desigualdades sociais, direitos humanos, condições de trabalho, financiamento, proteção social, segurança alimentar, mudanças climáticas, poluição e eventos ambientais extremos. Também foram destacadas as relações entre a saúde das populações e a degradação ambiental, os conflitos e os deslocamentos, reforçando uma compreensão ampliada da saúde que ultrapassa a oferta de serviços e incorpora as condições sociais, econômicas e ecológicas em que as pessoas vivem.

O fortalecimento dos sistemas de saúde e da força de trabalho também apareceu como uma preocupação importante. As manifestações destacaram a escassez global de profissionais de saúde, a necessidade de melhores condições de trabalho e de formação, o fortalecimento da atenção primária, a continuidade dos cuidados e o acesso a medicamentos, insumos e tecnologias. Em contextos humanitários, as organizações chamaram a atenção para a deterioração dos serviços, a proteção da infraestrutura e dos trabalhadores da saúde e a necessidade de garantir assistência às populações afetadas por conflitos, deslocamentos e desastres.

As crises humanitárias, os conflitos armados e as migrações constituem outro eixo importante das manifestações da sociedade civil. As organizações abordaram os impactos dos conflitos sobre a população civil, a proteção de trabalhadores humanitários, as condições de deportação e de detenção de migrantes, as necessidades de populações deslocadas e os efeitos de desastres sobre crianças e comunidades. Nesse conjunto, saúde, proteção social, assistência humanitária e direitos humanos aparecem estreitamente articulados, evidenciando a necessidade de respostas intersetoriais em contextos de crise.

Entre as organizações de interesse privado, as manifestações concentraram-se especialmente em inovação, desenvolvimento e ampliação do acesso a vacinas, diagnósticos e tecnologias em saúde, além do fortalecimento dos sistemas de saúde e da sustentabilidade das respostas. A GAVI, por exemplo, destacou a necessidade de planejamento antecipado para garantir a produção, o financiamento e a distribuição equitativa de futuras vacinas contra a tuberculose, enquanto estudos e iniciativas apoiados por organizações como GAVI, FIND e Global Fund abordaram a proteção da força de trabalho, o diagnóstico precoce, a atenção às doenças crônicas e a ampliação do acesso a tecnologias diagnósticas.

As organizações de interesse privado também apresentaram manifestações relacionadas à cooperação internacional, à governança global e à reforma da arquitetura global da saúde. Nesse âmbito, apareceram propostas voltadas ao fortalecimento da liderança dos países, à integração entre programas e sistemas de saúde, à redução da dependência de ajuda externa, ao fortalecimento do financiamento doméstico e à preparação para pandemias. Paralelamente, a inovação tecnológica, especialmente o desenvolvimento e o uso da inteligência artificial em saúde, apareceu como campo crescente de interesse, envolvendo aplicações em saúde mental, previsão de riscos climáticos, gestão dos serviços e ampliação do acesso ao cuidado.

De forma transversal, as manifestações evidenciam que os desafios contemporâneos da Saúde Global não se apresentam isoladamente. Epidemias e pandemias relacionam-se à capacidade dos sistemas de saúde e à disponibilidade de profissionais, medicamentos e tecnologias; doenças crônicas e saúde mental são afetadas por conflitos, deslocamentos e

desigualdades; mudanças climáticas ampliam os riscos ambientais, alimentares e sanitários; e crises humanitárias expõem populações a interrupções no acesso a serviços essenciais. Ao mesmo tempo, questões de financiamento, governança, cooperação internacional e inovação condicionam a capacidade de resposta dos países e das instituições.

O conjunto das manifestações permite, portanto, observar uma agenda da sociedade civil marcada pela interdependência entre problemas sanitários, desigualdades sociais, crises ambientais, conflitos e transformações na governança global da saúde. Enquanto as OSC de interesse público enfatizam, de forma recorrente, direitos, equidade, proteção social, participação e fortalecimento dos sistemas públicos de saúde, as OSC de interesse privado destacam, com maior frequência, inovação, tecnologias, financiamento, capacidade operacional e mecanismos de cooperação. Essas diferentes ênfases não constituem posições necessariamente excludentes, mas revelam distintas formas de interpretar os desafios e as estratégias para enfrentá-los.

O acompanhamento das manifestações das OSC permite, assim, identificar não apenas os temas que ganham visibilidade na agenda contemporânea da Saúde Global, mas também os diferentes atores, perspectivas e propostas que participam de sua construção. O informe busca contribuir para essa compreensão ao reunir e organizar manifestações públicas produzidas no período, permitindo acompanhar como organizações da sociedade civil respondem às transformações sanitárias, sociais, ambientais e políticas que atravessam a saúde em escala global.

ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO

Crises Humanitárias, Conflitos e Migrações

Conflitos armados e assistência humanitária

A Oxfam denuncia as consequências do colapso de um edifício danificado pela guerra em Gaza, que deixou 20 mortos e dezenas de pessoas sob os escombros, e afirma que os esforços de resgate são prejudicados pela falta de equipamentos pesados. A organização cobra a abertura imediata e incondicional das passagens de Gaza para permitir a entrada de equipamentos de resgate, materiais de reconstrução e ajuda humanitária, destacando as condições inseguras em que vivem milhares de civis.[1]

A Human Rights Watch e a Amnesty International criticam a falta de medidas da União Europeia diante da situação em Gaza e na Cisjordânia e defendem a adoção de sanções e a suspensão do Acordo de Associação UE-Israel. As organizações também pedem a proibição do comércio europeu com assentamentos israelenses considerados ilegais e destacam os impactos da violência e dos deslocamentos sobre a população palestina, incluindo profissionais de saúde.[2]

O Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) alerta que os ataques contra trabalhadores humanitários, além de constituírem violações do direito internacional humanitário e crimes de guerra quando deliberados, refletem riscos mais amplos para a população civil. A organização defende a proteção do pessoal humanitário como condição para garantir a prestação de assistência e pede aos Estados que reforcem o respeito ao direito internacional humanitário e apoiem a Declaração sobre a Proteção do Pessoal Humanitário e a iniciativa global sobre o DIH. [3]

O Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) e representantes de Brasil, China, França, Jordânia, Cazaquistão e África do Sul renovam o compromisso com o respeito ao direito internacional humanitário diante do aumento dos conflitos armados e dos impactos sobre a população civil. A declaração convida os Estados a aderirem à iniciativa global e a participarem da Conferência de Alto Nível sobre a Humanidade na Guerra, em 7 de dezembro de 2026, na Jordânia, com o objetivo de reafirmar compromissos e transformar as normas de proteção em ações concretas. [4]

Migração, deportação e detenção

A Human Rights Watch denuncia que as deportações de haitianos pelos Estados Unidos, após o fim do TPS, estão ocorrendo em um contexto de violência, insegurança alimentar e capacidade limitada de recepção no Haiti. A organização destaca a falta de abrigo, transporte seguro, assistência médica e apoio psicossocial aos deportados e recomenda a suspensão das deportações enquanto os retornos permanecerem inseguros. [5]

A Human Rights Watch destaca novos relatórios de fiscalização que identificaram violações em centros de detenção migratória nos Estados Unidos, incluindo falhas na assistência médica, nas condições de saúde e segurança e no uso da força. A organização defende o fortalecimento da fiscalização independente e a adoção de medidas efetivas para impedir a continuidade de práticas abusivas nos centros de detenção. [6]

Crises humanitárias e infância

Human Rights Watch e organizações parceiras defendem, no Conselho de Direitos Humanos da ONU, a renovação do mandato do Relator Especial sobre o Afeganistão e a manutenção de mecanismos específicos de monitoramento dos direitos de mulheres e meninas e de grupos étnicos, religiosos e linguísticos marginalizados. As organizações também pedem a operacionalização do Mecanismo Investigativo Independente para o Afeganistão (IIMA), diante da continuidade da repressão, da perseguição de gênero, da crise humanitária e dos retornos forçados de afegãos. [7]

Três meses após os terremotos que atingiram a Venezuela, a situação humanitária continua marcada por dificuldades de acesso à água potável, alimentos, abrigo e serviços básicos, afetando particularmente crianças e adolescentes. A World Vision destaca que a permanência em abrigos temporários, as condições climáticas extremas e a interrupção da rotina escolar ampliam os riscos à proteção e ao bem-estar infantil. Como resposta, a organização mantém uma atuação multissetorial que combina água, saneamento e higiene, nutrição, segurança alimentar, proteção e apoio psicossocial, alcançando mais de 130 mil pessoas.[8]

Desastres e resposta de emergência

A Fòs Feminista destaca a atuação da Fundación Unimédicos, na Colômbia, após um terremoto em Cali, mobilizando serviços de saúde por meio de ações comunitárias e telemedicina. A iniciativa chama atenção para a necessidade de garantir a continuidade dos cuidados de saúde sexual e reprodutiva mesmo em contextos de emergência, incluindo acesso à contracepção, atendimento humanizado durante a gestação, apoio em saúde mental e serviços para sobreviventes de violência.[9]

A Federação Internacional de Associações de Estudantes de Medicina (IFMSA) registrou a realização de uma oficina de treinamento sobre medicina de desastres e resposta a emergências.

Doenças Crônicas Não Transmissíveis e Saúde Mental

Câncer

A Médecins Sans Frontières (MSF) destaca que é possível oferecer prevenção, diagnóstico e tratamento do câncer em contextos humanitários e com poucos recursos, apresentando experiências de seus programas no Mali e no Malawi. A organização alerta, porém, que preços elevados, escassez de medicamentos e profissionais especializados e fragilidades nos sistemas de aquisição e abastecimento ainda limitam o acesso ao cuidado oncológico, especialmente para mulheres em países de baixa e média renda, e defende investimentos para tornar diagnósticos e tratamentos acessíveis e disponíveis. [11]

Diabetes e continuidade do cuidado

A NCD Alliance destaca os desafios enfrentados por pessoas com diabetes durante conflitos e deslocamentos forçados, ressaltando que a interrupção do acesso à insulina, medicamentos, insumos para monitoramento da glicemia, alimentação adequada e acompanhamento médico pode transformar uma condição controlável em uma situação potencialmente fatal. A organização chama atenção para a situação de pessoas com diabetes em Gaza e defende que o acesso contínuo ao tratamento, especialmente à insulina, seja garantido como parte do direito à saúde e à dignidade das pessoas deslocadas. [12]

DCNTs e saúde mental

A NCD Alliance destaca a necessidade de fortalecer o financiamento, a governança e as parcerias para respostas sustentáveis às doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs) e à saúde mental, especialmente diante das reformas da arquitetura global da saúde e da redução do espaço fiscal. A organização defende maior integração das DCNTs e da saúde mental aos sistemas de saúde, mobilização de recursos domésticos e participação significativa da sociedade civil e das pessoas com experiência vivida na formulação e implementação das políticas. [13]

A ACT Promoção da Saúde destaca a relação entre saúde mental e doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs), ressaltando que depressão e condições como hipertensão, diabetes, câncer e doenças cardiovasculares podem se influenciar mutuamente. A organização defende uma abordagem integrada do cuidado, com atenção à saúde mental, atividade física, alimentação adequada, redução do consumo de álcool e tabaco e hábitos de sono, além do acesso aos serviços de saúde mental disponíveis no SUS. [14]

Alimentação e DCNTs

A ACT Promoção da Saúde destaca a presença de aditivos alimentares nos alimentos ultraprocessados e a importância de ampliar o conhecimento sobre suas funções e possíveis impactos. A organização ressalta a associação do consumo de ultraprocessados com doenças crônicas não transmissíveis e aponta que pesquisas vêm investigando possíveis relações entre aditivos, microbiota intestinal, resposta inflamatória e mecanismos metabólicos, defendendo maior atenção à promoção da alimentação saudável. [15]

Determinantes Sociais e Econômicos, Equidade e Direitos Humanos

Desigualdades e direitos sociais

A Oxfam participa da Assembleia Geral da ONU e da Climate Week defendendo maior cooperação multilateral diante das crises humanitárias, desigualdade, mudanças climáticas e retrocessos nos direitos de gênero. A organização também defende a reforma da ONU, maior participação da sociedade civil e das comunidades afetadas nas decisões globais e a adoção de compromissos concretos para enfrentar desigualdades e crises humanitárias. [16]

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) publicou texto que sintetiza as principais lições do 18º Congresso Mundial de Saúde Pública, realizado na Cidade do Cabo em setembro de 2026. Menciona que as desigualdades em saúde resultam de fatores sociais, econômicos, políticos e institucionais interligados, destacando que o maior desafio é criar condições políticas e institucionais para transformar o conhecimento da saúde pública em ação efetiva. [17]

Com a aproximação de 2030, a World Scouting Organization defende que os compromissos dos ODS não sejam reduzidos, mas fortalecidos por investimentos de longo prazo. O texto enfatiza que os jovens devem participar das decisões como parceiros e líderes, e não apenas como beneficiários ou consultados. Para isso, são necessários recursos, espaços seguros, organizações juvenis fortalecidas e participação efetiva nos processos de governança. A proposta é avaliar a participação não apenas pelo número de jovens envolvidos, mas pela influência concreta de suas contribuições.[18]

Trabalho, condições laborais e saúde

A Progressive International apresenta uma investigação sobre práticas antissindicais da Amazon na França e no Canadá, apontando medidas disciplinares, vigilância e fechamento de unidades como mecanismos utilizados para dificultar a organização coletiva dos trabalhadores. O relatório relaciona essas práticas ao modelo de trabalho baseado em controle algorítmico e eficiência e destaca as reivindicações sindicais por melhores salários, condições de trabalho e proteção à saúde e à segurança dos trabalhadores.[19]

Dívida, financiamento e proteção social

A ActionAid International destaca que os países mais vulneráveis às mudanças climáticas gastam quase 25 vezes mais com o pagamento da dívida do que com ações climáticas, enquanto o serviço da dívida absorve cerca de 65% de suas receitas públicas. A organização defende o cancelamento de dívidas insustentáveis, financiamento climático baseado em doações e reformas do sistema internacional de dívida, argumentando que o endividamento limita investimentos em ação climática, saúde, educação e proteção social. [20]

Equidade e inclusão

A Federação Mundial de Terapeutas Ocupacionais celebrou o fato da Assembleia Geral da ONU ter adotado sua primeira resolução sobre Acesso à Tecnologia Assistiva, reconhecendo-a como um direito fundamental de todos.[21]

Desenvolvimento comunitário, vulnerabilidade e participação social

Uma parceria entre a World Vision e o Chartered Institute of Marketing, Ghana (CIMG) busca fortalecer a capacidade das organizações de comunicar suas ações, mobilizar recursos e ampliar o alcance de iniciativas voltadas ao desenvolvimento comunitário e ao bem-estar das populações vulneráveis. A parceria também evidencia o uso de competências do setor privado e de comunicação estratégica como instrumentos para potencializar programas de desenvolvimento e impacto social.[22]

Clima, Ambiente e Saúde Planetária

Mudanças climáticas e saúde

Greenpeace considera a Assembleia Geral da ONU de 2026 um momento importante para fortalecer a cooperação internacional diante do agravamento dos riscos climáticos. A organização defende que empresas de combustíveis fósseis contribuam para financiar a recuperação e adaptação das comunidades afetadas pelos impactos climáticos e cobra uma transição acelerada para longe dos combustíveis fósseis. [23]

A Human Rights Watch (HRW) critica a decisão da Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (EPA) de revogar limites às emissões de gases de efeito estufa de usinas a carvão e gás, alertando para o aumento da poluição atmosférica e seus impactos sobre a saúde. A organização destaca que a medida pode elevar a exposição a dióxido de enxofre, óxidos de nitrogênio e partículas finas, associados a mortes e doenças respiratórias, e defende a restauração e o fortalecimento das normas de controle da poluição. [24]

A Public Citizen destaca que a CPS Energy avançou na redução da dependência do carvão, mas continua ampliando investimentos em usinas a gás, o que, segundo a organização, pode comprometer suas metas de redução de emissões e aumentar os custos para os consumidores. A organização defende maior investimento em energias renováveis e estratégias de redução do consumo nos horários de pico, destacando os impactos das fontes fósseis sobre a saúde pública e o clima.[25]

Public Citizen denuncia a falta de transparência e fiscalização ambiental da agência reguladora do Texas (TCEQ) diante da proposta de instalação de uma usina de concreto em Channelview, comunidade já exposta a elevada poluição industrial. A organização alerta para os impactos cumulativos da poluição sobre a saúde, incluindo problemas respiratórios e câncer, e defende que a TCEQ considere esses efeitos, fortaleça a fiscalização e priorize a saúde pública e a justiça ambiental nos processos de licenciamento. [26]

Plásticos, ambiente e saúde

O Greenpeace alerta que a guerra contra o Irã expôs a vulnerabilidade das cadeias globais de plástico à instabilidade dos combustíveis fósseis, com impactos sobre preços e disponibilidade de produtos e insumos. A organização defende um Tratado Global sobre Plásticos vinculante, com redução da produção de plástico, ampliação de sistemas de reutilização e menor dependência de combustíveis fósseis, destacando também os impactos dos plásticos sobre a saúde, os ecossistemas e o clima. [27]

Saúde planetária

Em texto publicado, a Planetary Health Alliance relacionou os impactos ambientais duradouros da guerra civil de El Salvador à memória coletiva e à saúde das comunidades. Rios, florestas e paisagens são apresentados como espaços que preservam memórias de violência, deslocamento e resistência, mostrando que os efeitos da guerra ultrapassam seu término. Neste sentido, a restauração ecológica deve estar associada à justiça histórica e à reparação social, como no projeto de reflorestamento do Vulcão Guazapa. A abordagem de saúde planetária propõe, segundo a Aliança, compreender a recuperação dos ecossistemas como parte da recuperação das próprias comunidades.[28]

Eventos climáticos e riscos ambientais

A World Vision alerta para os impactos que uma nova temporada de El Niño pode ter sobre a segurança alimentar, a nutrição e a permanência escolar das crianças em Zambia. Diante da previsão de chuvas abaixo da média e de períodos prolongados de seca, a organização defende o aumento do investimento no programa nacional de alimentação escolar, argumentando que as refeições oferecidas nas escolas funcionam simultaneamente como estratégia de proteção nutricional e de permanência na educação. A proposta é elevar a dotação para alimentação escolar de 542,9 milhões de kwachas em 2026 para 2 bilhões em 2027, antecipando a possível deterioração da insegurança alimentar e evitando que a resposta ocorra apenas depois do agravamento da crise.[29]

Sistemas de Saúde, Cobertura Universal e Força de Trabalho

Força de trabalho em saúde

O International Council of Nurses (ICN) alerta para uma crescente escassez global de enfermeiros e parteiras, estimada em 23,9 milhões de profissionais para alcançar maior cobertura efetiva de saúde, e critica o uso de trabalhadores comunitários como substitutos de enfermeiros registrados em países com menor disponibilidade de profissionais. A organização defende investimentos de longo prazo em formação, condições de trabalho, retenção e composição adequada das equipes, destacando a importância da enfermagem para garantir uma assistência segura e efetiva e alcançar a cobertura universal de saúde.[30]

O International Council of Nurses (ICN) defende que a enfermagem de prática avançada seja uma prioridade dos sistemas de saúde para ampliar o acesso, fortalecer a atenção primária e responder ao aumento das necessidades de saúde. A organização destaca evidências de sua contribuição para o cuidado de condições crônicas, saúde mental, segurança do paciente e atendimento em comunidades rurais e vulneráveis, defendendo investimentos, mudanças regulatórias e expansão da prática avançada em escala global.[31]

A World Health Professions Alliance (WHPA) defende o fortalecimento da força de trabalho e dos sistemas de saúde para garantir a segurança dos pacientes com doenças crônicas não transmissíveis. A organização destaca a necessidade de profissionais suficientes, boas condições de trabalho e colaboração multiprofissional, além do fortalecimento da atenção primária, prevenção e diagnóstico precoce para reduzir danos evitáveis e melhorar a continuidade e os resultados do cuidado.[32]

Sistemas de saúde e acesso

A Médecins Sans Frontières (MSF) alerta para a deterioração do acesso ao tratamento da desnutrição na região de Mudug, Somália, com serviços de saúde e nutrição sendo fechados e crianças chegando aos hospitais em condições cada vez mais graves. A organização pede que doadores, agências da ONU e autoridades de saúde restabeleçam e ampliem o tratamento da desnutrição nos serviços gerais de saúde, garantindo atendimento próximo às comunidades e fornecimento contínuo de alimentos terapêuticos e medicamentos essenciais.[33]

O Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) entregou 22 toneladas de insumos médicos essenciais no Iêmen para reforçar os estoques e apoiar hospitais sobrecarregados pelo aumento de pacientes feridos nos confrontos. A organização também ampliou o apoio à capacidade de emergência, incluindo uma equipe móvel de cirurgia em Marib e suporte à Sociedade do Crescente Vermelho do Iêmen, destacando a necessidade de proteger a população e a infraestrutura de saúde.[34]

A Fòs Feminista, no contexto do Dia Internacional pelo Aborto Seguro, em 28 de setembro, chama atenção para a necessidade de compreender o cuidado do aborto como parte integrante dos sistemas de saúde. A organização destaca que o acesso não depende apenas da existência do procedimento, mas de uma cadeia de serviços que inclui informação adequada, profissionais capacitados, medicamentos e insumos, encaminhamentos e acompanhamento pós-aborto. Assim, a discussão é relacionada ao fortalecimento dos sistemas de saúde e à garantia de um atendimento acessível, seguro e livre de estigma.[35]

Acesso a medicamentos e tecnologias em saúde

Public Citizen critica os acordos de preços de medicamentos firmados entre o governo Trump e grandes empresas farmacêuticas, após obter documentos por meio da Lei de Acesso à Informação (FOIA). A organização afirma que os acordos apresentam benefícios limitados para os pacientes, mantêm informações essenciais sob sigilo e podem permitir práticas que prejudiquem o acesso a medicamentos em outros países, defendendo maior transparência sobre seus termos e impactos.[36]

Cobertura e cuidado integral

A Save the Children participa da Assembleia Geral da ONU (UNGA81) defendendo que as crianças estejam no centro das decisões globais, com investimentos e políticas voltados à garantia de seus direitos e bem-estar. A organização destaca como prioridades a educação e a primeira infância, além de políticas de saúde e nutrição que assegurem às crianças e suas famílias as melhores condições possíveis de desenvolvimento.[37]

Política, Diplomacia e Governança em Saúde

Oxfam defende uma governança da inteligência artificial baseada em direitos humanos, com regras efetivas e aplicáveis, transparência, responsabilização e participação de trabalhadores, sociedade civil e comunidades afetadas. A organização alerta para a concentração de poder e recursos em poucas empresas e países e defende que a ONU tenha papel central na construção de normas globais, na redução das desigualdades e na garantia de que os benefícios e riscos da IA sejam distribuídos de forma mais equitativa.[38]

Cooperação, paz e diplomacia

A IPPNW apresenta uma experiência de educação para o desarmamento humanitário em escolas da Síria baseada na abordagem "criança para criança", na qual estudantes atuam como participantes e educadores de seus pares. A iniciativa busca desenvolver desde cedo valores de proteção da vida, dignidade, cooperação e prevenção da violência, abordando os impactos humanitários e ambientais dos conflitos e de armas que causam danos inaceitáveis, com referências a Hiroshima e Fukushima.[39]

A IPPNW destacou os 30 anos do Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares (CTBT), seu papel na restrição dos testes nucleares e a proteção da saúde e do meio ambiente. O texto ressalta que, apesar de 188 Estados terem assinado o tratado e 179 o terem ratificado, ele ainda não entrou em vigor devido à falta de ratificação de alguns Estados do Anexo 2, e alerta que a possibilidade de retomada dos testes nucleares pode enfraquecer o regime internacional de controle e aumentar os riscos para a população e o ambiente.[40]

A Federação Internacional de Associações de Estudantes de Medicina (IFMSA) assinalou a passagem do Dia Internacional da Paz, em 21 de setembro, afirmando que em um mundo onde o sofrimento pode virar ruído de fundo, escolher se importar é um ato de coragem.[41]

Ciência, Tecnologia, Inovação e P&D

Inteligência Artificial e saúde

A Organização Mundial de Médicos de Família (WONCA) anunciou a realização do seminário "Da Promessa à Prática: Usando Ferramentas Digitais e IA para Capacitar Pacientes".[42]

A Federação Internacional de Hospitais (IHF) divulgou a realização de um debate sobre a adoção da IA na gestão e provisão de serviços de saúde, visando a examinar como a IA está sendo aplicada no cuidado ao paciente, na transformação da força de trabalho, na governança, na estratégia e na eficiência operacional.[43]

Ciência aberta, inovação e P&D

A Drugs for Neglected Diseases Initiative (DNDi) divulgou um podcast em que se discute como fazer ciência aberta em um ecossistema de pesquisa moldado por patentes e propriedade intelectual.[44]

Saúde Materna, Infantil, Reprodutiva e Ciclo de Vida

Saúde sexual e reprodutiva

A Fòs Feminista relaciona a celebração dos 40 anos da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, no âmbito das Nações Unidas, à necessidade de reconhecer a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos como componentes fundamentais do desenvolvimento. A organização destaca que o acesso à saúde, a autonomia sobre o próprio corpo e a participação nas decisões que afetam a vida das pessoas são elementos importantes para que o desenvolvimento seja inclusivo e equitativo.[45]

Envelhecimento e longevidade

A Federação Internacional sobre o Envelhecimento (IFA) anunciou a reunião de líderes para um diálogo global sobre os investimentos necessários para avançar na ação multisetorial

sobre a longevidade até 2030, a ser realizada em 1º de outubro, Dia Internacional da Pessoas Idosas.[46]

Doenças Transmissíveis, Epidemias e Biossegurança

Ebola, surtos e resposta a emergências

A Médecins Sans Frontières (MSF) amplia sua resposta ao surto de Ebola na República Democrática do Congo, com a abertura de novos centros de tratamento em Nia Nia e Kisangani, em parceria com o Ministério da Saúde, para aumentar a capacidade de atendimento. A organização destaca a necessidade de combinar tratamento com vigilância, testagem, rastreamento de contatos, prevenção e controle de infecções, isolamento precoce e mobilização comunitária, diante da disseminação do surto e das barreiras relacionadas ao medo e à desinformação.[47]

ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PRIVADO

Doenças Transmissíveis, Epidemias e Biossegurança

Tuberculose, HIV, malária e outras doenças infecciosas

Novas vacinas contra a tuberculose, previstas para chegar a partir de 2029, poderiam salvar cerca de 7,3 milhões de vidas entre 2030 e 2050. A GAVI, The Vaccine Alliance estima também benefícios econômicos de até US$135 bilhões para países de baixa e média renda. O desafio, no entanto, será garantir produção suficiente, financiamento sustentável e acesso rápido nos países mais afetados. A aliança, nesse sentido, defende um planejamento antecipado para assegurar a distribuição equitativa das futuras vacinas.[48]

Um estudo com dados de 194 países e territórios, divulgado pela GAVI, The Vaccine Alliance, estima que surtos de doenças infecciosas estejam associados à perda de aproximadamente 17.500 profissionais de saúde por ano. Os impactos são proporcionalmente maiores em países de baixa e média renda, que já enfrentam déficits de trabalhadores, com enfermeiros e parteiras representando a maior parcela das perdas estimadas. O estudo destaca a necessidade de proteger e reter profissionais durante epidemias, além de fortalecer a vigilância epidemiológica e a vacinação para reduzir a pressão sobre os sistemas de saúde.[49]

O Global Fund destaca a resiliência dos países na manutenção dos serviços de HIV, tuberculose e malária diante de cortes de financiamento, conflitos e crises humanitárias, mas alerta para retrocessos, especialmente na prevenção do HIV e no diagnóstico e tratamento da TB. O relatório também enfatiza investimentos em sistemas de saúde, inovação e segurança sanitária, defendendo maior liderança dos países e sustentabilidade das respostas.[50]

Surtos, doenças infecciosas e resposta a emergências

As enchentes provocadas pelo colapso de uma geleira no Nepal deixaram mais de 1.500 mortos, milhares de desaparecidos e dezenas de milhares de pessoas deslocadas. A destruição da infraestrutura, a contaminação da água e a concentração de pessoas em abrigos aumentaram o risco de doenças infecciosas. A GAVI, The Vaccine Alliance destacou que o governo iniciou ações de descontaminação, controle de vetores e vacinação contra cólera, enquanto monitora possíveis surtos.[51]

Clima, Ambiente e Saúde Planetária

Mudanças climáticas e saúde

A Global Health Centre realizará, no dia 14 de outubro, um evento intitulado "Quão bem os planos climáticos nacionais estão protegendo a saúde? Lançamento dos Painéis de Avaliação de NDCs Saudáveis de 2026", para debater as relações entre saúde e mudanças climáticas, e a necessidade de integração desta relação nas agendas nacionais. A discussão no Graduate Institute se propõe a destacar a necessidade de integrar saúde, equidade e participação às políticas nacionais de adaptação climática. O evento, que irá ocorrer de forma híbrida, contará com a possibilidade de participação online. A página do evento conta com maiores informações.[52]

Eventos climáticos e riscos ambientais

Incêndios florestais na Indonésia, agravados por um forte episódio do El Niño, estão aumentando os riscos à saúde das populações locais. Segundo a GAVI, The Vaccine Alliance, a fumaça e as partículas finas têm provocado problemas respiratórios, especialmente entre crianças, enquanto famílias enfrentam dificuldades para cuidar de parentes doentes. O fenômeno também afeta a fauna e provoca impactos que ultrapassam as fronteiras da Indonésia, alcançando Malásia e Singapura.[53]

Sistemas de Saúde, Cobertura Universal e Força de Trabalho

Acesso a medicamentos e tecnologias em saúde

A FIND destaca as dificuldades de acesso a diagnósticos confiáveis e acessíveis para a doença de Chagas, que afeta cerca de 8 milhões de pessoas no mundo, principalmente na América Latina. No âmbito do projeto CUIDA Chagas, apoiado pela Unitaid e pelo Ministério da Saúde do Brasil, a organização apresenta desafios de aquisição de ferramentas para detecção do *Trypanosoma cruzi* e recomendações para ampliar o acesso equitativo aos testes, enfrentando barreiras relacionadas a compras, infraestrutura, regulação e cadeias de suprimentos em Bolívia, Brasil, Colômbia e Paraguai.[54]

O Global Fund anuncia uma contribuição de até US$ 5 milhões do Institute of Philanthropy (IoP), com possibilidade de igual contrapartida da Gates Foundation, totalizando até US$ 10 milhões para acelerar a adoção de testes moleculares de tuberculose próximos ao ponto de atendimento (*near-point-of-care*). A organização destaca a parceria filantrópica como mecanismo para ampliar recursos e transformar inovações diagnósticas em soluções sustentáveis nos sistemas de saúde.[55]

Cobertura e cuidado integral

No mês da SRHR, a CORE Group destaca a iniciativa da Mphatso Zathu Foundation para a promoção da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos entre adolescentes, através de um manual que oferece ferramentas para facilitar discussões baseadas em direitos, ampliar o conhecimento sobre saúde, dignidade e direitos e fortalecer a confiança das adolescentes para tomar decisões informadas. A criação de espaços seguros de aprendizagem e diálogo contribui, assim, para uma abordagem mais inclusiva e participativa da saúde sexual e reprodutiva.[56]

Política, Diplomacia e Governança em Saúde

Governança global e multilateralismo

Em discurso durante a semana da Assembleia Geral da ONU, o presidente da Rockefeller Foundation, Rajiv J. Shah, defendeu a renovação da cooperação internacional com base no princípio da dignidade humana universal. Shah destacou a redução da assistência humanitária e da ajuda internacional e afirmou que a cooperação global precisa ser mais responsável, transparente e orientada a resultados. Segundo ele, pesquisas apresentadas no evento indicam que as pessoas continuam valorizando a cooperação internacional, mas exigem maior prestação de contas e resultados concretos.[57]

A Rockefeller Foundation anunciou uma declaração conjunta assinada por cerca de 100 ex-chefes de Estado e de governo de diferentes regiões e tradições políticas, que convocam os atuais líderes a renovar a cooperação internacional com base na dignidade humana, no Estado de direito e no respeito mútuo. A iniciativa, lançada no contexto da Assembleia Geral da ONU, destaca desafios como conflitos, mudanças climáticas, pandemias, desigualdade, migração e inteligência artificial, e defende maior cooperação internacional para enfrentá-los. Uma pesquisa apoiada pela Fundação indica que 57% dos entrevistados em 34 países apoiam a cooperação entre países para enfrentar desafios globais.[58]

A Rockefeller Foundation divulgou uma nova pesquisa global sobre cooperação internacional, realizada em 34 países com 35.399 participantes. O levantamento mostra que, apesar do aumento do pessimismo (69% afirmam que o mundo piorou no último ano), 57% defendem que seus países cooperem para enfrentar desafios globais, mesmo quando isso exige comprometer alguns interesses nacionais. A prevenção de guerras e conflitos aparece como a principal prioridade para a cooperação internacional, mencionada por 44% dos entrevistados. A pesquisa também aponta que há maioria nos 34 países em reverter cortes recentes na ajuda internacional e ampliar a assistência, principalmente após conhecerem as estimativas de seu impacto sobre a mortalidade.[59]

Reforma da ONU/OMS e arquitetura global da saúde

Em artigo publicado na Nature Medicine, pesquisadores, formuladores de políticas e profissionais de saúde de diferentes regiões, incluindo o CEO da Wellcome, John-Arne Røttingen, defenderam que o debate sobre a reforma da saúde global deve avançar da identificação dos problemas para sua implementação. O texto propõe sete mudanças: fortalecer a liderança dos países na definição de prioridades; simplificar a divisão de responsabilidades entre organizações; reduzir a dependência de ajuda externa por meio do fortalecimento do financiamento nacional; integrar programas específicos de doenças aos sistemas de saúde e à atenção primária; concentrar a cooperação internacional em desafios que exigem ação conjunta, como preparação para pandemias e desenvolvimento de medicamentos e vacinas; ampliar a cooperação regional e Sul-Sul; e, finalmente, passar do debate à implementação de reformas politicamente viáveis. O artigo destaca que o período para influenciar essas mudanças está se estreitando, diante de diversos processos de reforma em curso no sistema global de saúde.[60]

Preparação e resposta a pandemias

A GAVI, The Vaccine Alliance argumentou que a reforma da arquitetura da saúde global precisa alcançar os sistemas e comunidades onde os serviços são efetivamente prestados. O

texto defende uma maior liderança dos países, integração entre programas e redução de estruturas paralelas e exigências administrativas. A preparação para pandemias dependeria não apenas de acordos e financiamentos internacionais, mas também de profissionais, sistemas de dados, cadeias de suprimentos e confiança comunitária, deixando clara a relação entre governança global e fortalecimento dos sistemas nacionais de saúde.[61]

Ciência, Tecnologia, Inovação e P&D

Inteligência Artificial e saúde

A Fundação Gates, em texto baseado no seu Goalkeepers Report 2026, destacou cinco ideias sobre o potencial da inteligência artificial (IA): (1) o progresso global é real, mas permanece frágil; (2) a IA pode acelerá-lo em áreas como saúde, educação e agricultura; (3) as decisões tomadas nos próximos 12 a 18 meses serão importantes para definir quem terá acesso aos seus benefícios; (4) para alcançar diferentes populações, as ferramentas precisam considerar idiomas, dados e realidades locais, além de ampliar a capacidade de países e comunidades para utilizá-las; e (5) a IA deve apoiar, e não substituir, as pessoas, fortalecendo a atuação de profissionais de saúde, professores e agricultores.[62]

A Wellcome Trust aborda o potencial da inteligência artificial (IA) para transformar o cuidado em saúde mental, destacando aplicações como a automação de tarefas de terapeutas, chatbots especializados, formação de profissionais, apoio à tomada de decisões clínicas e serviços automatizados de avaliação e tratamento. Também apresenta experiências em diferentes contextos, como um chatbot em Uganda que oferece suporte em línguas locais e ferramentas de apoio à triagem utilizadas pelo NHS no Reino Unido.[63]

A Rockefeller Foundation anunciou, durante a semana de alto nível da Assembleia Geral da ONU, o lançamento do Institute for Human Flourishing (IHF), laboratório sediado na Índia que busca investigar como a inteligência artificial pode ampliar renda, autonomia e oportunidades, especialmente para comunidades vulneráveis. Liderado por Urvashi Aneja, o instituto desenvolverá pesquisas com trabalhadores e empresas, além de um observatório sobre IA e empregos e iniciativas para transformar evidências em políticas públicas.[64]

A Rockefeller Foundation divulgou um novo relatório do University of Chicago's Institute for Climate and Sustainable Growth sobre o potencial da inteligência artificial para ampliar o acesso a previsões meteorológicas voltadas à saúde. O estudo mostra que modelos de IA podem produzir previsões de 10 dias em minutos e a baixo custo, mas alerta que, sem ações deliberadas, os países e comunidades mais vulneráveis podem continuar excluídos. O relatório propõe 22 recomendações, organizadas em quatro prioridades: pesquisa, produção de evidências, expansão e sustentabilidade.[65]

A Wellcome publicou outro artigo em que analisa o potencial das tecnologias digitais para ampliar e personalizar o cuidado em saúde mental, diante da grande demanda global e da insuficiência de profissionais e serviços. A publicação destaca diferentes formas de intervenção, como terapias por aplicativos, dispositivos vestíveis, chatbots com IA e teleterapia, que podem reduzir barreiras relacionadas à distância, custo, estigma e mobilidade. A organização também afirma apoiar o desenvolvimento e a avaliação de tecnologias digitais seguras e inclusivas, buscando produzir evidências sobre sua eficácia e sobre quais populações podem se beneficiar delas.[66]

Pesquisa e inovação biomédica

A Wellcome destacou em artigo que a pesquisa sobre fungos é uma área estratégica ainda pouco explorada, apesar da importância desses organismos para a saúde humana, os ecossistemas e a produção de alimentos e medicamentos. A publicação ressalta que fungos também provocam doenças graves, resistência a tratamentos e podem se expandir para novas regiões em razão das mudanças climáticas. Nos últimos três anos, o Wellcome investiu mais de £135 milhões na área, apoiando desde pesquisas básicas e desenvolvimento de ferramentas para estudar espécies pouco conhecidas até a criação de novos antifúngicos, terapias combinadas, sistemas de vigilância da resistência e melhorias no diagnóstico.[67]

Determinantes Sociais e Econômicos, Equidade e Direitos Humanos

Segurança alimentar, nutrição e desenvolvimento social

A Rockefeller Foundation e a Beast Philanthropy anunciaram uma parceria para implementar programas comunitários de alimentação escolar sustentável em Gana e no Quênia. Ao longo de cinco anos, a iniciativa pretende oferecer refeições a cerca de 4 mil crianças, utilizando alimentos de produtores locais e práticas agrícolas regenerativas, com o objetivo de melhorar nutrição, aprendizagem e frequência escolar. Os projetos também incluem hortas escolares, apoio a agricultores locais e soluções de cozinha limpa e energia solar.[68]

A CORE Group destaca a importância de garantir que a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos sejam acessíveis a todas as pessoas, especialmente às mulheres, jovens e adolescentes com deficiência. Por meio do projeto da PODCAM, buscam enfrentar barreiras como o estigma, a discriminação e a falta de acessibilidade nos serviços de saúde, fortalecendo também a capacidade das próprias pessoas com deficiência de conhecer e reivindicar direitos das comunidades rurais do Malawi.[69]

Doenças Crônicas Não Transmissíveis e Saúde Mental

A FIND destaca que as doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs) respondem por quase 75% das mortes no mundo e defende a ampliação do diagnóstico precoce e do manejo dessas condições, especialmente nos países de baixa e média renda. A organização atua no fortalecimento da atenção primária e na redução das barreiras de acesso a diagnósticos essenciais, desenvolvendo iniciativas como o projeto ACCEDE, voltado à integração do monitoramento contínuo da glicose nos sistemas públicos, e análises de testes de creatinina no ponto de cuidado para a doença renal crônica. A FIND também busca produzir evidências para subsidiar orientações da OMS, avaliar inovações e fortalecer a capacidade de profissionais, sistemas de saúde e comunidades. [70]

Considerações Finais

O informe evidencia que a agenda contemporânea da Saúde Global é atravessada por uma multiplicidade de crises que não podem ser compreendidas isoladamente. Doenças transmissíveis, DCNTs, saúde mental, conflitos, deslocamentos, mudanças climáticas, degradação ambiental e emergências humanitárias aparecem articulados a problemas persistentes de financiamento, acesso e capacidade dos sistemas de saúde. As manifestações das OSC não apontam para uma única resposta, mas para diferentes formas de interpretar esses desafios e definir as prioridades da ação internacional. Equidade, fortalecimento dos sistemas

de saúde, inovação, financiamento, cooperação internacional e proteção de direitos aparecem como elementos recorrentes, embora mobilizados a partir de perspectivas distintas.

Entre as organizações de interesse público, prevalece uma leitura que enfatiza as dimensões sociais, políticas e distributivas da saúde. As manifestações chamam a atenção para as desigualdades no acesso ao cuidado, os impactos dos conflitos e dos deslocamentos, a proteção de populações vulnerabilizadas, os direitos humanos e os determinantes sociais e ambientais da saúde. Também aparecem críticas às limitações de financiamento e à fragilidade dos sistemas de saúde diante de crises sucessivas. Nesse sentido, questões como saúde mental, continuidade do tratamento de DCNTs, proteção de trabalhadores humanitários, acesso a medicamentos e tecnologias e justiça ambiental são apresentadas não apenas como problemas técnicos, mas como questões relacionadas às condições de vida e à garantia de direitos.

Entre as organizações de interesse privado, o discurso enfatiza capacidades, inovação, desenvolvimento tecnológico, financiamento e fortalecimento da resposta dos sistemas de saúde. Vacinas, diagnósticos, tecnologias digitais, inteligência artificial, pesquisa biomédica e novas formas de financiamento aparecem como instrumentos para ampliar a capacidade de resposta diante de doenças e emergências. Ainda assim, a separação entre esses campos não é rígida. As próprias organizações de interesse privado também abordam desigualdades, sustentabilidade, liderança dos países, fortalecimento dos sistemas nacionais e acesso equitativo às tecnologias. A diferença, portanto, deve ser compreendida como uma tendência de enquadramento das questões, e não como uma oposição absoluta entre dois blocos.

O conjunto das manifestações mostra, contudo, que fortalecer a capacidade de resposta da Saúde Global não depende apenas da produção de novas tecnologias ou da mobilização de recursos. A recorrência de temas como força de trabalho, atenção primária, acesso a medicamentos, continuidade do cuidado, infraestrutura, financiamento e governança indica que a inovação precisa estar articulada a sistemas capazes de incorporar e sustentar essas soluções. Da mesma forma, a preparação para pandemias não se restringe à existência de acordos internacionais, mas envolve profissionais, sistemas de informação, cadeias de suprimentos, financiamento, capacidade institucional e a confiança das comunidades. A agenda identificada no informe sugere, portanto, que responder às emergências e aos problemas persistentes de saúde exige simultaneamente capacidades globais e sistemas nacionais fortalecidos.

Por fim, o monitoramento evidencia que as disputas em torno da Saúde Global também envolvem diferentes concepções sobre financiamento, governança, cooperação e responsabilidade. As manifestações relacionadas à reforma da arquitetura global da saúde, à redução da dependência de ajuda externa, ao fortalecimento da liderança dos países e à necessidade de maior integração entre programas e sistemas revelam que a capacidade de responder às crises está relacionada à forma como recursos, responsabilidades e decisões são distribuídos. Ao mesmo tempo, a presença crescente de temas como inteligência artificial, tecnologias digitais e inovação biomédica indica novas possibilidades, mas também coloca questões sobre acesso, inclusão e distribuição dos benefícios. A agenda identificada nessa quinzena mostra, assim, que os desafios da Saúde Global não são apenas sanitários ou tecnológicos: envolvem escolhas sobre prioridades, recursos, capacidades e formas de cooperação. Observar conjuntamente organizações de interesse público e privado permite compreender melhor essas diferentes perspectivas e as interdependências que atravessam a construção de respostas globais.

Referências

1. Oxfam International. Reaction: Gaza building collapse [Internet]. 2026 [cited 2026 Sep 22]. Available from: https://www.oxfam.org/en/press-releases/reaction-gaza-building-collapse
2. Human Rights Watch. Von der Leyen's failures on Israel must end, starting with a settlement trade ban [Internet]. 2026 [cited 2026 Sep 22]. Available from: https://www.hrw.org/news/2026/09/15/von-der-leyens-failures-on-israel-must-end-starting-with-a-settlement-trade-ban
3. Comité Internacional de la Cruz Roja. Presidenta del CICR: la seguridad del personal humanitario es indisociable de la seguridad de toda la población civil [Internet]. 2026 [cited 2026 Sep 25]. Available from: https://www.icrc.org/es/declaracion/presidenta-del-cicr-la-seguridad-del-personal-humanitario-es-indisociable-de-la
4. Comité Internacional de la Cruz Roja. Declaración conjunta sobre la Iniciativa mundial para impulsar el compromiso político con el derecho internacional humanitario [Internet]. 2026 [cited 2026 Sep 25]. Available from: https://www.icrc.org/es/declaracion/declaracion-conjunta-sobre-la-iniciativa-mundial-para-impulsar-el-compromiso-politico
5. Human Rights Watch. US: Deportations to Haiti endanger lives [Internet]. 2026 [cited 2026 Sep 22]. Available from: https://www.hrw.org/news/2026/09/21/us-deportations-to-haiti-endanger-lives
6. Human Rights Watch. Oversight reports echo HRW findings on US immigration abuses [Internet]. 2026 [cited 2026 Sep 22]. Available from: https://www.hrw.org/news/2026/09/18/oversight-reports-echo-hrw-findings-on-us-immigration-abuses
7. Human Rights Watch. HRC63: Renew mandate of Special Rapporteur on Afghanistan, and maintain dedicated reporting and dialogues on rights of women and girls amid further entrenchment of gender persecution [Internet]. 2026 [cited 2026 Sep 22]. Available from: https://www.hrw.org/news/2026/09/18/hrc63-renew-mandate-of-special-rapporteur-on-afghanistan-and-maintain-dedicated
8. World Vision. Three months after the earthquake in Venezuela: risks to child protection, education, and well-being persist [Internet]. 2026 [cited 2026 Sep 24]. Available from: https://www.wvi.org/newsroom/venezuela-crisis-humanitarian-response/three-months-after-earthquake-venezuela-risks-child
9. Fòs Feminista. Fundación Unimédicos provides health services in Cali after earthquake [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Sep 24]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/fos-feminista_following-the-earthquake-fundaci%C3%B3n-unim%C3%A9dicos-activity-7503915430630105088-i9tV
10. International Federation of Medical Students' Associations. Training disaster medicine trainers [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Sep 24]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/ifmsa_tdmt-2026-activity-750854236-xxx
11. Médecins Sans Frontières. Delivering cancer care to women in humanitarian crises is possible [Internet]. 2026 [cited 2026 Sep 24]. Available from: https://www.msf.org/delivering-cancer-care-women-humanitarian-crises-possible
12. NCD Alliance. Carrying diabetes through crisis and displacement [Internet]. 2026 [cited 2026 Sep 25]. Available from: https://ncdalliance.org/stories/news-blogs/2026/carrying-diabetes-through-crisis-and-displacement
13. NCD Alliance. Fifth Multistakeholder Gathering highlights need to strengthen financing, governance for NCDs and mental health response [Internet]. 2026 [cited 2026 Sep 25]. Available from: https://ncdalliance.org/stories/news-blogs/2026/fifth-multistakeholder-gathering-highlights-need-to-strengthen-ncd-response
14. ACT Promoção da Saúde. Tavares V. Saúde mental e as doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs) [Internet]. 2026 [cited 2026 Sep 25]. Available from: https://actbr.org.br/saude-mental-dcnts/9687/

15. Waetge J. Edulcorantes, aromatizantes, conservantes e mais: o que são os aditivos alimentares [Internet]. ACT Promoção da Saúde. 2026 [cited 2026 Sep 25]. Available from: https://actbr.org.br/aditivos-alimentares-2/9692/

16. Oxfam International. Oxfam and partners at UNGA81: media advisory [Internet]. 2026 [cited 2026 Sep 22]. Available from: https://www.oxfam.org/en/press-releases/oxfam-and-partners-unga81-media-advisory

17. World Federation of Public Health Associations. 18th World Congress on Public Health: key takeaways [Internet]. 2026 [cited 2026 Sep 24]. Available from: https://www.wfpha.org/18th-world-congress-public-health-key-takeaways/

18. World Scouting. 2030 and beyond: Where do we go from here? [Internet]. 2026 [cited 2026 Sep 25]. Available from: https://www.scout.org/news/news/2030-and-beyond-where-do-we-go-here

19. Progressive International. "A Amazon odeia minha atividade sindical": como a gigante da internet tenta suprimir toda forma de ação coletiva de seus trabalhadores [Internet]. 2026 [cited 2026 Sep 25]. Available from: https://progressive.international/wire/2026-09-22-amazon-sendikal-faaliyetlerimden-nefret-ediyor-internet-devi-alanlarnn-her-trl-kolektif-eylemini-nasl-bastrmaya-alyor--simon-mauvieux/pt-br/

20. ActionAid International. Climate-vulnerable countries spend nearly 25 times more on debt than on climate action, new ActionAid report finds [Internet]. 2026 [cited 2026 Sep 24]. Available from: https://actionaid.org/news/2026/climate-vulnerable-countries-spend-nearly-25-times-more-debt-climate-action-new-actionaid

21. World Federation of Occupational Therapists. UN adopts assistive tech resolution with 40+ countries [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Sep 24]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/wfot_the-un-general-assembly-has-adopted-its-first-activity-7502692422045351936-ZIrx

22. World Vision. Chartered Institute of Marketing, Ghana and World Vision Ghana sign memorandum of understanding to advance social impact through strategic marketing [Internet]. 2026 [cited 2026 Sep 21]. Available from: https://www.wvi.org/newsroom/ghana/chartered-institute-marketing-ghana-and-world-vision-ghana-sign-memorandum

23. Greenpeace International. Gray-Block A. Why the UN General Assembly 2026 is a key political moment for the climate [Internet].2026 [cited 2026 Sep 22]. Available from: https://www.greenpeace.org/international/story/85983/why-the-un-general-assembly-2026-is-a-key-political-moment-for-the-climate/

24. Human Rights Watch. US revokes limits on power plants' climate pollution [Internet]. 2026 [cited 2026 Sep 22]. Available from: https://www.hrw.org/news/2026/09/17/us-revokes-limits-on-power-plants-climate-pollution

25. Public Citizen. CPS Energy takes a small step forward, and several back, in latest "Dirty Truth" report [Internet]. 2026 [cited 2026 Sep 23]. Available from: https://www.citizen.org/news/cps-energy-takes-a-small-step-forward-and-several-back-in-latest-dirty-truth-report/

26. Public Citizen. Permitting pollution: how Channelview is fighting TCEQ and a new concrete plant [Internet]. 2026 [cited 2026 Sep 23]. Available from: https://www.citizen.org/news/permitting-pollution-how-channelview-is-fighting-tceq-and-a-new-concrete-plant/

27. Greenpeace International. Sanchez C. Six ways the war on Iran exposed the real cost of plastics [Internet]. 2026 [cited 2026 Sep 22]. Available from: https://www.greenpeace.org/international/story/86019/war-on-iran-real-cost-plastics-global-plastics-treaty/

28. Thawer A. When rivers remember: ecocide, environmental memory, and planetary health in postwar El Salvador [Internet]. Planetary Health Alliance. 2026 [cited 2026 Sep 25]. Available from: https://planetaryhealthalliance.org/news/when-rivers-remember-ecocide

29. World Vision. El Niño threatens children's nutrition and learning: World Vision Zambia calls for increased school feeding investment in the 2027 budget [Internet]. 2026 [cited 2026 Sep 21]. Available from: https://www.wvi.org/newsroom/el-nino-threatens-childrens-nutrition-and-learning-world-vision-zambia-calls-increased

30. International Council of Nurses. New research raises concerns over "substitution by stealth" as global nursing shortfall grows [Internet]. 2026 [cited 2026 Sep 22]. Available from: https://www.icn.ch/news/new-research-raises-concerns-over-substitution-stealth-global-nursing-shortfall-grows

31. International Council of Nurses. Nashville conference closes with "undeniable global truth": advanced practice nursing must be a health system priority [Internet]. 2026 [cited 2026 Sep 22]. Available from: https://www.icn.ch/news/nashville-conference-closes-undeniable-global-truth-advanced-practice-nursing-must-be-health

32. International Council of Nurses. WHPA: Strengthen the health workforce to improve patient safety [Internet]. 2026 [cited 2026 Sep 22]. Available from: https://www.icn.ch/news/whpa-strengthen-health-workforce-improve-patient-safety

33. Médecins Sans Frontières. Somalia: MSF calls for treatment for malnutrition to be restored across Mudug [Internet]. 2026 [cited 2026 Sep 24]. Available from: https://www.msf.org/somalia-msf-calls-treatment-malnutrition-be-restored-across-mudug

34. Comité Internacional de la Cruz Roja. El CICR entrega 22 toneladas de insumos médicos como apoyo a los hospitales de primera línea en Yemen [Internet]. 2026 [cited 2026 Sep 25]. Available from: https://www.icrc.org/es/comunicado-de-prensa/cicr-entrega-22-toneladas-insumos-medicos-como-apoyo-hospitales-yemen

35. Fòs Feminista. International Safe Abortion Day [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Sep 24]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/fos-feminista_sept28-strengthenhealthsystemsnow-abortionishealthcare-activity-7508520778733121536-Baji

36. Public Citizen. Trump's drug pricing deals favor Big Pharma over patients, Public Citizen FOIA finds [Internet]. 2026 [cited 2026 Sep 23]. Available from: https://www.citizen.org/news/trumps-drug-pricing-deals-favor-big-pharma-over-patients-public-citizen-foia-finds/

37. Save the Children. #UNGA81 #ActForEarlyYears [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Sep 23]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/save-the-children-us_unga81-actforearlyyears-activity-7506736858811351040-DCtZ

38. Oxfam International. Statement on "Digital@UNGA 2026" and other AI meetings at the UNGA81 [Internet]. 2026 [cited 2026 Sep 22]. Available from: https://www.oxfam.org/en/press-releases/statement-digitalunga-2026-and-other-ai-meetings-unga81

39. IPPNW Peace and Health Blog. Shahrour G. From child to child: building a culture of humanitarian disarmament in schools [Internet]. 2026 [cited 2026 Sep 23]. Available from: https://peaceandhealthblog.com/2026/09/21/from-child-to-child-building-a-culture-of-humanitarian-disarmament-in-schools/

40. IPPNW Peace and Health Blog. Hall X. 30 years later: The Comprehensive Test Ban Treaty (CTBT) [Internet]. 2026 [cited 2026 Sep 23]. Available from: https://peaceandhealthblog.com/2026/09/10/30-years-later-the-comprehensive-test-ban-treaty-ctbt/

41. International Federation of Medical Students' Associations. International Day of Peace 2026 [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Sep 24]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/ifmsa_international-day-of-peace-2026-activity-7507767289069527041-73Ps

42. World Organization of Family Doctors. "From promise to practice" [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Sep 24]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/wonca_familymedicine-digitalhealth-primarycare-activity-7508768040637906944-buQ3

43. International Hospital Federation. The surge of artificial intelligence [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Sep 24]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/international-hospital-federation_whc2026-ihfseoul-aiinhealthcare-activity-7508072366997061635-C9Yn

44. Drugs for Neglected Diseases Initiative. Nobody had done this before [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Sep 24]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/dndi_unga81-pandemicpreparedness-openscience-activity-7508114286058139649-WVwc

45. Fòs Feminista. 40 years of the Declaration on the Right to Development [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Sep 24]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/fos-feminista_40-years-of-the-declaration-on-the-right-activity-7508270727612071937-xjeo

46. International Federation on Ageing. International Day of Older Persons [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Sep 24]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/ifageing_internationaldayofolderpersons-idop2026-activity-7508922014452150272-0mHn

47. Médecins Sans Frontières. MSF expands response to Ebola disease with new treatment centres as outbreak spreads across provinces [Internet]. 2026 [cited 2026 Sep 24]. Available from: https://www.msf.org/msf-expands-response-ebola-disease-new-treatment-centres

48. Gavi, the Vaccine Alliance. New "blockbuster" tuberculosis vaccines could save seven million lives by 2050 [Internet]. 2026 [cited 2026 Sep 25]. Available from: https://www.gavi.org/news/media-room/new-blockbuster-tuberculosis-vaccines-could-save-seven-million-lives-2050

49. Gavi, the Vaccine Alliance. Geddes L. Disease outbreaks may cost the world 17,500 health workers each year [Internet]. 2026 [cited 2026 Sep 25]. Available from: https://www.gavi.org/vaccineswork/disease-outbreaks-may-cost-world-17500-health-workers-each-year

50. The Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria. Global Fund report shows countries fought to protect essential health services despite challenging year [Internet]. 2026 [cited 2026 Sep 22]. Available from: https://www.theglobalfund.org/en/news/2026/2026-09-16-global-fund-report-shows-countries-fought-protect-essential-health-services-despite-challenging-year/

51. Gavi, the Vaccine Alliance. Timsina P. After the flood, Nepal braces for disease outbreaks [Internet]. 2026 [cited 2026 Sep 25]. Available from: https://www.gavi.org/vaccineswork/after-flood-nepal-braces-against-disease-outbreaks

52. Graduate Institute Geneva. How well are national climate plans protecting health? Launching the 2026 Healthy NDC Scorecards [Internet]. 2026 [cited 2026 Sep 25]. Available from: https://www.graduateinstitute.ch/communications/events/how-well-are-national-climate-plans-protecting-health-launching-2026-healthy

53. Gavi, the Vaccine Alliance. El Niño intensifies Indonesia wildfires, putting health at risk [Internet]. 2026 [cited 2026 Sep 25]. Available from: https://www.gavi.org/vaccineswork/childrens-health-risk-south-borneo-el-nino-intensifies-wildfires

54. FIND. Chagas disease diagnostic access in Latin America [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Sep 22]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/finddx_cuida-chagas-project-june-2026-newsletter-activity-7505911413597642753-KeqP

55. The Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria. Institute of Philanthropy commits nearly USD 5 million to bring innovative TB diagnostics closer to patients [Internet]. 2026 [cited 2026 Sep 22]. Available from: https://www.theglobalfund.org/en/news/2026/2026-09-18-institute-philanthropy-commits-nearly-usd5-million-bring-innovative-tb-diagnostics-closer-patients/

56. CORE Group. SRHR Month: Mphatso Zathu Foundation's adolescent sexual & reproductive health manual [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Sep 24]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/core-group-dc_srhrmonth-srhr-coregroup-activity-7505671876061564928-eOq_

57. The Rockefeller Foundation. Shah RJ. Remarks by Dr. Rajiv J. Shah at "A Call to Action for Renewed International Cooperation" [Internet]. 2026 [cited 2026 Sep 24]. Available from: https://www.rockefellerfoundation.org/news/remarks-by-dr-rajiv-j-shah-a-call-to-action-for-renewed-international-cooperation/

58. The Rockefeller Foundation. Around 100 former heads of state and government call on current leaders to renew international cooperation [Internet]. 2026 [cited 2026 Sep 24]. Available from: https://www.rockefellerfoundation.org/news/100-former-heads-state-government-current-leaders-renew-international-cooperation/

59. The Rockefeller Foundation. New global poll: amid growing pessimism, security tops priorities for international cooperation [Internet]. 2026 [cited 2026 Sep 24]. Available from: https://www.rockefellerfoundation.org/news/new-global-poll-amid-growing-pessimism-security-tops-priorities-international-cooperation/

60. Røttingen JA. Wellcome CEO joins leaders warning the window for global health reform is closing [Internet]. Wellcome. 2026 [cited 2026 Sep 24]. Available from: https://wellcome.org/insights/articles/wellcome-ceo-joins-leaders-warning-window-global-health-reform-closing

61. Gavi, the Vaccine Alliance. Barollier P. Global health reform and last-mile integration: the missing link in pandemic preparedness [Internet]. 2026 [cited 2026 Sep 25]. Available from: https://www.gavi.org/vaccineswork/global-health-reform-and-last-mile-integration-missing-link-pandemic-preparedness

62. Bill & Melinda Gates Foundation. Five ways AI can accelerate global progress [Internet]. 2026 [cited 2026 Sep 24]. Available from: https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/five-ways-ai-accelerate-global-progress

63. Wellcome. How AI could help treat mental health [Internet]. 2026 [cited 2026 Sep 24]. Available from: https://wellcome.org/insights/articles/how-ai-could-help-treat-mental-health

64. Rockefeller Foundation. As world leaders gather at the UN, a new research action policy lab in the Global South sets out to prove AI can create opportunity [Internet]. 2026 [cited 2026 Sep 24]. Available from: https://www.rockefellerfoundation.org/news/research-action-policy-lab-global-south-ai-opportunity/

65. Rockefeller Foundation. New report warns AI could close a 70-year gap in weather forecasting for health or widen it without deliberate action [Internet]. 2026 [cited 2026 Sep 25]. Available from: https://www.rockefellerfoundation.org/news/report-ai-70-year-gap-weather-forecasting-health/

66. Wellcome. How technology can help shape the future of mental health treatment [Internet]. 2026 [cited 2026 Sep 24]. Available from: https://wellcome.org/insights/articles/how-technology-can-help-shape-future-mental-health-treatment

67. Wellcome. Fungal research: an opportunity too important to miss [Internet]. 2026 [cited 2026 Sep 24]. Available from: https://wellcome.org/insights/articles/fungal-research-opportunity-too-important-miss

68. The Rockefeller Foundation. Beast Philanthropy and Rockefeller Foundation partner on nutritious, sustainable school meals in Ghana and Kenya [Internet]. 2026 [cited 2026 Sep 24]. Available from: https://www.rockefellerfoundation.org/news/beast-philanthropy-rockefeller-foundation-partner-nutritious-sustainable-school-meals-ghana-kenya/

69. CORE Group. PODCAM, Malawi: in recognition of sexual and reproductive health and rights (SRHR) [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Sep 24]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/core-group-dc_blantyre-rumphi-disabilityinclusive-activity-7508231265624711169-Wu9u

70. FIND. #DiagnosisForAll #ActOnNCDs #NCDs #UniversalHealthCoverage #HealthEquity [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Sep 22]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/finddx_diagnosisforall-actonncds-ncds-activity-7501599667361579008-yaqp

Ainda se sente o cheiro de enxofre: um sistema econômico caducado por seus próprios limites renega o futuro da juventude

Aún se siente el olor a azufre: un sistema económico obsoleto debido a sus propias limitaciones niega el futuro de la juventud

The smell of sulphur lingers: an economic system rendered obsolete by its own limits denies young people their future

Rafaela Venturella De Negri e
Armando De Negri Filho

Resumo: Neste informe, no Panorama Político-Econômico, analisamos quatro grandes eixos: a carta aberta de 130 organizações da sociedade civil ao FMI contra a renovação da austeridade sob a Revisão de Desenho de Programas e Condicionalidades (RoC), denunciando a ressurreição moderna dos Programas de Ajuste Estrutural (SAPs); O estudo da The Lancet que demonstra que políticas de redistribuição de riqueza poderiam evitar até 29,5 milhões de mortes até 2030; A análise do Instituto Tricontinental sobre os levantes da chamada "Geração Z", cuja revolta espontânea contra a austeridade e a falta de futuro ainda não constitui um projeto organizado e pode tanto se transformar em solidariedade socialista quanto ser capturada pela extrema direita; E a celebração dos 20 anos do discurso de Chávez na ONU e da IV Assembleia Continental da ALBA Movimentos em Havana, reafirmando a defesa de Cuba e do socialismo como horizonte estratégico. Na seção Saúde, denunciamos a censura coordenada sofrida por acadêmicos e profissionais de saúde que documentam a destruição dos sistemas de saúde na Palestina e no Líbano, sob a tática da "neutralidade médica"; O avanço do surto de Ebola na República Democrática do Congo em meio a uma resposta humanitária apenas 48% financiada; A necessidade urgente de preparação para o Super El Niño, cujos impactos sanitários são previsíveis e evitáveis, mas carecem de financiamento para adaptação; E os desafios do Acordo Pandêmico, particularmente o anexo inacabado sobre Acesso a Patógenos e Compartilhamento de Benefícios (PABS), cuja janela de oportunidade pode se fechar.

Palavras-chave: Austeridade do FMI; Redistribuição de Riqueza; Levantes da Geração Z; Censura na Saúde; Super El Niño.

Resumen: *En este informe, en el Panorama político-económico, analizamos cuatro ejes principales: la carta abierta de 130 organizaciones de la sociedad civil al FMI en contra de la renovación de la austeridad en el marco de la Revisión del Diseño de los Programas y las Condicionalidades (RoC), en la que se denuncia el resurgimiento moderno de los Programas de Ajuste Estructural (PAE); el estudio de The Lancet que demuestra que las políticas de redistribución de la riqueza podrían evitar hasta 29,5 millones de muertes para 2030; el análisis del Instituto Tricontinental sobre los levantamientos de la llamada «Generación Z», cuya revuelta espontánea contra la austeridad y la falta de futuro aún no constituye un proyecto organizado y puede tanto transformarse en solidaridad socialista como ser capturada por la extrema derecha; Y la celebración de los 20 años del discurso de Chávez en la ONU y de la IV Asamblea Continental de ALBA Movimientos en La Habana, reafirmando la defensa de Cuba y del socialismo como*

horizonte estratégico. En la sección de Salud, denunciamos la censura coordinada que sufren académicos y profesionales de la salud que documentan la destrucción de los sistemas de salud en Palestina y el Líbano, bajo la táctica de la «neutralidad médica»; El avance del brote de ébola en la República Democrática del Congo en medio de una respuesta humanitaria financiada apenas en un 48 %; la necesidad urgente de prepararse para el Súper El Niño, cuyos impactos sanitarios son previsibles y evitables, pero carecen de financiamiento para la adaptación; y los desafíos del Acuerdo sobre Pandemias, particularmente el anexo inconcluso sobre el Acceso a los Patógenos y la Distribución de Beneficios (PABS), cuya ventana de oportunidad podría cerrarse.

Palabras clave: *Austeridad del FMI; Redistribución de la riqueza; Levantamientos de la Generación Z; Censura en la salud; Súper El Niño.*

Abstract: *In this report, in the Political-Economic Overview, we analyze four major axes: the open letter from 130 civil society organizations to the IMF against the renewal of austerity under the Review of Program Design and Conditionality (RoC), denouncing the modern resurrection of Structural Adjustment Programs (SAPs); the Lancet study demonstrating that wealth redistribution policies could prevent up to 29.5 million deaths by 2030; the Tricontinental Institute's analysis of the so-called "Generation Z" uprisings, whose spontaneous revolt against austerity and the lack of a future does not yet constitute an organized project and may either transform into socialist solidarity or be captured by the far right; and the commemoration of the 20th anniversary of Chávez's speech at the UN and the IV Continental Assembly of ALBA Movements in Havana, reaffirming the defense of Cuba and socialism as a strategic horizon. In the Health section, we denounce the coordinated censorship suffered by academics and health professionals who document the destruction of health systems in Palestine and Lebanon, under the tactic of "medical neutrality"; the advance of the Ebola outbreak in the Democratic Republic of Congo amid a humanitarian response that is only 48% funded; the urgent need for preparedness for the Super El Niño, whose health impacts are predictable and preventable but lack adaptation financing; and the challenges of the Pandemic Agreement, particularly the unfinished annex on Access to Pathogens and Benefit-Sharing (PABS), whose window of opportunity may be closing.*

Keywords: *IMF Austerity; Wealth Redistribution; Generation Z Uprisings; Health Censorship; Super El Niño.*

Panorama Político-Econômico

No bloco de *Panorama Político-Econômico*, começamos trazendo um novo artigo da *The Bretton Woods Project* sobre a renovação da austeridade como remédio para todos os males econômicos, depois, um artigo da *The Lancet* sobre como a redistribuição da riqueza teria um impacto imenso no desenvolvimento das nações e uma publicação do *Instituto Tricontinental de Pesquisa Social* sobre o futuro que a juventude demanda. Aproximando-nos da *UNGA81,* mais uma peça do Instituto sobre a *IV Assembleia Continental da ALBA* e os 20 anos do discurso de Chávez. Mais comentários da *UNGA81* serão adicionados no próximo informe, uma vez que as organizações que acompanhamos ainda estão digerindo os acontecimentos e resultados da Assembleia Geral.

"Global civil society warns IMF against a return to deeper austerity" nos informa que, no dia 11/09, 130 organizações de múltiplos países se reuniram e enviaram uma *carta ao FMI*

pedindo a revisão urgente dos *Program Design and Conditionality (RoC).* A frente da última reunião de revisão do conselho executivo em 14/09, a carta da sociedade civil expressa preocupação de que a RoC consolide uma abordagem de condicionalidades que já se mostrou prejudicial, contraproducente e inadequada para os desafios atuais, com a possível adoção da lógica fracassada dos Programas de Ajuste Estrutural (SAPs) sob uma roupagem moderna. As organizações pedem que o FMI abandone a premissa de que a austeridade resolverá os problemas econômicos dos países, aborde a tendência dos programas de alimentar a desigualdade e sobrecarregar populações vulneráveis, e garanta alinhamento com o Acordo de Paris e outros acordos internacionais. A carta mostra que pontos de ação: abandonar a premissa de que a austeridade resolverá os desafios econômicos dos países; abordar a tendência dos programas do FMI de alimentar a desigualdade e empurrar ônus para populações vulneráveis; E garantir alinhamento entre os programas do FMI e o Acordo de Paris, além de outros acordos internacionais.

A seguir, a tradução da carta:

Carta aberta ao Conselho de Diretores Executivos do FMI sobre a Revisão de Condicionalidades e Desenho de Programas: Não ressuscitem "o FMI do seu avô".

Escrevemos como Organizações da Sociedade Civil extremamente preocupadas com o provável resultado da Revisão de Desenho de Programas e Condicionalidades (RoC). A revisão está em suas etapas finais e o FMI não publicou nada sobre a substância das propostas em consideração, no entanto, o resultado desta revisão impactará milhões de pessoas globalmente.

É extremamente preocupante que a RoC provavelmente consolide uma abordagem de condicionalidades que repetidamente se mostrou prejudicial, contraproducente e profundamente inadequada para enfrentar os desafios de hoje. A aparente insistência em adotar a abordagem política de "ajuste fiscal frontloaded" no desenho dos programas restauraria a infame e fracassada lógica dos programas de ajuste estrutural (SAPs) sob uma roupagem moderna. A liderança do Fundo declarou repetidamente que aprendeu com os erros catastróficos dessa era e que o FMI a superou. Aparentemente não. Usar a RoC para desenhar uma versão moderna dos desastrosos SAPs seria um grave erro em termos de prejudicar países em dificuldade, e cravaria outro prego no caixão da legitimidade do FMI.

Choques econômicos globais tornaram-se recorrentes e mais devastadores, especialmente sobre as economias do Sul Global. Esses choques e os aumentos das taxas de juros pelas economias avançadas exacerbaram as crises de dívida nos países do Sul Global, muitos dos quais estão sob programas de empréstimos do FMI. Os danos climáticos também estão crescendo. As Nações Unidas alertaram este mês que o aquecimento além da meta de 1,5°C agora é inevitável sem ação urgente. Enquanto as economias avançadas responderam à crise da COVID-19 com grandes políticas anticíclicas e têm cada vez mais utilizado política industrial, o FMI continuou a prescrever uma mistura familiar de austeridade e liberalização para os países em desenvolvimento. Os ônus são empurrados para populações vulneráveis, impactando desproporcionalmente mulheres e meninas e outros grupos marginalizados, investimentos em desenvolvimento são abandonados, e os danos ambientais crescem. O Fundo parece relutante em se mobilizar para ajudar os países. Não importa o desafio e sua escala, o Fundo parece ter apenas uma resposta: mais austeridade.

Enquanto o mal-estar social e o descontentamento crescem em muitos países que implementam programas do FMI, ainda não recebemos indicações de que a RoC esteja considerando mais do que ajustes técnicos menores, muito menos abordando preocupações de economia política. Pior ainda, certos membros do FMI estão pressionando por um compromisso ainda mais profundo com políticas de ajuste estrutural tradicionais e obsoletas. Instamos o Conselho Executivo e a administração do FMI a não carimbar uma abordagem profundamente falha e prejudicial ao desenho de programas e condicionalidades, mas, em vez disso, garantir que ela melhore em três domínios.

Primeiro, a RoC deve abandonar a premissa equivocada de que a austeridade resolverá os desafios econômicos dos países beneficiários. Como o ex-economista-chefe do FMI reconheceu, a consolidação fiscal intensa pode prejudicar o crescimento. Em parte porque o FMI subestima os impactos negativos da consolidação fiscal, os programas do FMI frequentemente têm desempenho abaixo das projeções. Em vez de amarrar as mãos dos países diante de choques externos, os programas do FMI deveriam apoiar os governos a estimular a recuperação.

Segundo, a RoC deve abordar a tendência dos programas do FMI de alimentar a desigualdade e empurrar ônus para populações vulneráveis. As provisões de austeridade frequentemente levam a cortes nos orçamentos de saúde, educação e outras prioridades de proteção social das quais os grupos de baixa renda e as mulheres mais dependem. O ônus do ajuste fiscal continua recaindo sobre as classes médias e pessoas vulneráveis, enquanto protege os mais ricos da sociedade. Mesmo quando medidas de receita são enfatizadas em vez de cortes de gastos, o FMI favorece impostos regressivos em vez de impostos sobre indivíduos e corporações ricas. Os pisos de gastos sociais são apresentados como prova de preocupação distributiva; no entanto, pesquisas mostram que são inadequados, estreitos e muito abaixo do que é necessário. O Fundo deveria exigir avaliações distributivas ex-ante e ex-post, garantir gastos sociais e tributação progressiva consistentes com estratégias nacionais de desenvolvimento e os ODS, e abandonar as provisões de austeridade que os esvaziam.

Terceiro, a RoC deve garantir alinhamento entre os programas do FMI e o Acordo de Paris, além de outros acordos internacionais. Os Programas do FMI frequentemente empurram os países para a extração de combustíveis fósseis e a destruição de ecossistemas, para exportar recursos naturais e obter as divisas que pagam os credores. O Fundo responde que seu foco em empréstimos climáticos pertence ao Fundo de Resiliência e Sustentabilidade — mas o RST requer um programa concomitante de tranche de crédito superior (UCT), então a RoC governará a política climática de qualquer forma, e as condicionalidades da UCT frequentemente vão contra as metas climáticas. Mesmo os programas do RST têm frequentemente usado uma abordagem única de "consolidação fiscal verde". A RoC deveria garantir que os programas do FMI conduzam avaliações de impacto climático ex-ante e ex-post, evitem condições que contradigam o Acordo de Paris, e facilitem investimentos em clima e natureza.

Comunidades em todo o Sul Global sentiram a dor enquanto o FMI tratou os resultados de choques externos e de uma arquitetura financeira internacional injusta como evidência das próprias falhas dos países, e enquanto priorizou os interesses dos credores e dos ricos sobre os interesses das pessoas e do planeta. O fracasso em mudar de rumo nesta Revisão de Condicionalidades e Desenho de Programas danificará a confiança em um FMI que está cada vez mais sendo usado como instrumento de objetivos geopolíticos de certos países; produzirá sofrimento e inquietação em todo o Sul Global; e deixará o mundo cada vez mais atrasado em suas metas climáticas. Instamos o FMI a mostrar que pode ouvir e mudar e demonstrar que este é verdadeiramente "não o FMI do seu avô".

O novo estudo da *The Lancet* vai na mesma direção, denunciando arranjos econômicos que não servem ao desenvolvimento e aos direitos humanos. O artigo começa com dois fatos: Há um declínio constante do financiamento global para assistência humanitária e ao desenvolvimento (*ODA*); E há uma crescente concentração global de riqueza nas mãos de muito poucos. A partir disso, o artigo introduz sua hipótese: Poderia a implementação de políticas de redistribuição de riqueza mitigar o impacto na saúde da crise atual? Sendo essa uma crise decorrente dos cortes constantes na saúde e na cooperação internacional. A resposta, chocando um total de 0 pessoas, é que sim, uma taxação mais justa seria capaz de mitigar a crise e preservar vidas.

"Em comparação com a categoria de base de AOD (Ajuda Oficial ao Desenvolvimento), o financiamento elevado de AOD foi associado a uma redução de 24% na mortalidade por todas as causas padronizada por idade (razão de taxas [RR] 0,76; IC 95% 0,67–0,87) e a uma redução de 33% na mortalidade de menores de 5 anos (0,67; 0,50–0,89). Análises de previsão mostraram

que, em comparação com as atuais reduções de financiamento de AOD nos 59 países de renda baixa e média-baixa selecionados, todas as dez políticas de redistribuição de riqueza foram associadas a milhões de mortes evitadas até 2030: no geral, o menor número de mortes evitadas foi de 6.591.984 (intervalo de incerteza de 95% 4.884.075–8.374.138) para um imposto de 3% sobre criptomoedas aplicado aos 10.000 maiores detentores, enquanto o maior número de mortes evitadas foi de 29.509.934 (20.273.842–38.603.961) para um imposto de 3% sobre a riqueza de indivíduos com patrimônio líquido ultra elevado; em crianças menores de 5 anos, os números correspondentes de mortes evitadas foram 1.312.912 (802.926–1.785.121) para um imposto de 3% sobre criptomoedas aplicado aos 10.000 maiores detentores e 3.464.607 (1.235.930–5.609.331) para um imposto de 3% sobre a riqueza de indivíduos com patrimônio líquido ultraelevado."

A outra peça selecionada é do *Instituto Tricontinental de Pesquisa Social*, *"A juventude demanda um futuro"* também denuncia um sistema econômico que se agarra à austeridade, resiste à justiça econômica — mesmo quando ela custa vidas humanas — e tira da juventude a esperança e a alegria. A Carta Semanal nos leva aos últimos dois anos, durante os quais jovens de diversos países têm saído às ruas em protestos. Embora rotulados como "Geração Z", esses levantes não constituem uma classe social única nem compartilham uma experiência socioeconômica comum; cada um tem sua própria história e motivação específica (orçamento e austeridade no Quênia, corrupção e restrição às redes sociais no Nepal, sucateamento da saúde e educação no Marrocos, falta de água e eletricidade em Madagascar, e crime organizado e sistema previdenciário no Peru). Ainda assim, compartilham um sentimento comum: há dinheiro para estádios, credores estrangeiros e polícia, mas não para hospitais, empregos para jovens e escolas. Aqui escolhemos não entrar nos paradoxos dos movimentos, como a menção constante a corrupção e como alguns movimentos são, na verdade, fabricação de bots. A Carta vai pelo mesmo caminhando — não discutindo os "quem" e "como" — mas avaliando a base material desse descontentamento que não podemos ignorar: a alta no custo de vida, a desintegração da proteção social, a vulnerabilização dos trabalhadores e a lógica do individualismo que destrói comunidades.

"A solidão não é simplesmente a ausência de companhia; é a sensação de ser dispensável para a sociedade. O jovem está conectado a milhares de pessoas por meio de um smartphone, mas desconectado das instituições que lhe permitem uma vida digna: o local de trabalho, o sindicato, a associação de bairro, o centro cultural e a organização política. O mercado oferece comunicação sem comunidade e visibilidade sem autonomia. (...)

Mas a incerteza medida pelo capital é vivenciada de maneira muito diferente pela classe trabalhadora. Para os financistas, incerteza significa que um investimento pode perder valor, mas para um jovem trabalhador significa não saber se haverá trabalho no mês que vem, se o aluguel poderá ser pago, se haverá comida na mesa ou se a guerra ou as mudanças climáticas destruirão sua casa. As classes dominantes medem a incerteza enquanto a produzem. (...)

Os chamados levantes da "Geração Z" representam a chegada política de uma geração cujo futuro foi comprometido. Sua revolta ainda não é um projeto organizado. A raiva espontânea pode se transformar em solidariedade e reconstrução socialista ou pode ser capturada pelo cinismo, pelo chauvinismo e pela extrema direita. A questão decisiva é se organizações duradouras conseguirão transformar a solidão da tela na camaradagem da luta."

Aproveitando a dialética material da realidade, trazemos outra peça do Instituto Tricontinental, agora em celebração ao centenário de Fidel Castro.

"Nesse marco, também participamos da *IV Assembleia Continental da ALBA Movimentos,* realizada em *Havana, Cuba, de 6 a 9 de agosto*, com o objetivo de enviar uma mensagem de solidariedade ao povo cubano e de defesa irrestrita de sua Revolução, um dos principais campos de batalha da nova ofensiva do imperialismo sobre o nosso continente.

Não atravessamos uma conjuntura simples e, nesse sentido, não apenas temos um acordo comum, como também estabelecemos uma de nossas principais prioridades para a pesquisa que realizamos a partir do *Escritório Nuestra América do Instituto Tricontinental*. Como poderão ver na página web, estamos desenvolvendo uma série de projetos que, por um lado, buscam mapear qual é a caracterização atual das esquerdas em nosso continente, levando em conta o fortalecimento dos governos de extrema direita na região e os desafios políticos e organizativos que este momento coloca para as classes populares. Da mesma forma, estamos nos perguntando sobre o Futuro, tal como desenvolvemos no Dossiê 100 do Instituto, e quais são essas disputas a partir do nosso continente.

Celebrar Fidel é, sem dúvida, uma oportunidade de aprofundar essas duas questões. Em uma relação dialética, a construção do futuro só se realiza em nosso presente, o que nos obriga a perguntar como, no cotidiano, damos passos firmes em direção ao único horizonte possível para a salvação da humanidade: o socialismo.

Em Havana, com cerca de 200 delegados e delegadas de 27 países e 132 organizações, debatemos durante quatro dias não apenas sobre a necessidade, mas sobre a urgência da construção do socialismo como garantia para a defesa da soberania e da integração continental, com uma visão unitária em torno do inimigo que temos diante de nós e que hoje perpetua um genocídio silencioso contra o povo de Fidel. Pudemos ver, em meio aos ricos debates, a absoluta determinação de Cuba em defender sua Revolução até as últimas consequências, apesar dos efeitos devastadores do recrudescimento do bloqueio energético desde janeiro deste ano, que veio aprofundar os 60 anos anteriores de bloqueio ilegal à ilha por parte dos Estados Unidos."

Outra data histórica, a UNGA81 marcou, também, os 20 anos do famoso discurso de Chávez que, em 20 de setembro de 2006, subiu discursou 24 horas depois de Bush. Chávez fez o sinal da cruz, disse que a sala ainda cheirava a enxofre, e o salão explodiu em risos e aplausos. Não era o discurso que Chávez pretendia originalmente fazer, mas sim o resultado direto da profunda indignação causada por ouvir Bush falar como se fosse dono do mundo. Assim como a fala inicial, toda sua intervenção permanece relevante mesmo após duas décadas.

Chávez chegou à Assembleia Geral com um livro na mão, "Hegemonia ou Sobrevivência", de Noam Chomsky, para denunciar que a pretensão dos Estados Unidos de dominar o mundo colocava em risco a própria sobrevivência da espécie humana. Naquela época, as tropas norte-americanas ocupavam o Iraque. Algumas semanas antes, Israel havia bombardeado o Líbano sob proteção diplomática de Washington. Nas capitais do Norte global, ainda se celebrava o "fim da história", a ideia de que o capitalismo liberal era o horizonte definitivo da humanidade. Chávez disse que essa tese havia sido provada falsa em apenas uma década, e que agora o futuro do mundo tinha que ser definido e chegara a hora do Sul entrar no jogo.

"O discurso encerrou em uma nota de otimismo. Chávez disse que havia uma aurora no planeta, visível na América Latina, Ásia e África. Vinte anos depois, esse otimismo exige precisão. O futuro não é uma data no calendário, mas uma ruptura que deve ser construída. A esperança não é expectativa passiva, mas uma prática que requer organização, disciplina e internacionalismo.

O enxofre que Chávez sentiu em 2006 não se dissipou; tornou-se mais denso e se espalhou além dos corredores diplomáticos de Nova York. É por isso que aquele discurso não pertence a um registro do passado, mas à nossa agenda atual. Ele nos lembra que o Sul tem voz, que a ONU pode e deve ser

contestada, e que a hegemonia do Norte não é uma lei natural. O que falta, como em Bandung, é o que sempre fez a diferença: os povos devem se organizar."

Saúde

Em Saúde, trazemos um artigo da *BreakThrough News* que reporta a forte censura que acadêmicos da medicina estão a sofrer por denunciar a destruição dos sistemas de saúde da Palestina e do Líbano; A crise de saúde do Congo que o avanço do Ebola em meio a falta de financiamento para prevenção, controle e mitigação; A necessidade de nos prepararmos para o *Super El Niño* (que ainda nem mostrou toda sua potência) e, por fim, um comentário sobre os avanços do Acordo Pandêmico.

Além da construção de uma narrativa de controle e apagamento dos fatos, há uma constante censura sob aqueles que reportam o que está acontecendo na Palestina e no Líbano: jornalistas, trabalhadores da saúde, membros de Organizações Internacionais, pesquisadores e civis se vem cada vez mais cercados por proibições e mecanismos de censura.

Como parte dessa tendência, o cirurgião Dr. Ghassan Abu Sitta foi acusado de antissemitismo perante órgãos reguladores médicos na Grã-Bretanha e, no final do ano passado, a especialista em saúde pública Dra. Mary Bassett foi removida do cargo de chefe do Centro Frances-Xavier Bagnoud para Saúde e Direitos Humanos de Harvard após campanhas de grupos pró-Israel. Da mesma forma, profissionais de saúde e acadêmicos com expertise em saúde em conflitos são continuamente desqualificados em conferências e reuniões por meio de adiamentos, diretrizes restritivas para palestrantes e tentativas de descrédito público.

A Dra. Eveline Hitti observa que a censura é especialmente pronunciada em ambientes acadêmicos, justamente pela credibilidade dos pesquisadores e pelo efeito cascata na comunidade médica.

Um exemplo recente foi o adiamento de um webinar da SAEM sobre saúde em conflitos no Oriente Médio, horas antes de sua realização, após intervenção da Associação Médica Judaica Americana (AJMA), que alegou que o evento seria "unilateral" por não incluir um palestrante israelense. Os palestrantes incluíam a Dra. Hitti e o Dr. Thaer Ahmad, que documentaram crimes de guerra israelenses contra hospitais e profissionais de saúde.

A tática central é a instrumentalização da "neutralidade médica" para afirmar que profissionais de saúde não devem se envolver em debates políticos, tentando equiparar críticas ao genocídio com antissemitismo. Esse argumento tem sido usado desde webinars acadêmicos até os corredores da OMS, onde a delegação israelense clama "politização" quando se discutem as condições de saúde na Palestina.

"Desde o início do genocídio em Gaza, profissionais de saúde estiveram entre as vozes mais altas a expor os ataques de Israel à assistência médica. Enfermeiros, médicos e outros profissionais de saúde alertaram incansavelmente que a destruição sistemática da saúde e da vida na Palestina é um modelo do que pode seguir se as autoridades de ocupação não forem detidas. Eles ajudaram a mobilizar milhões ao redor do mundo – mas também enfrentaram censura e tentativas de desacreditá-los dentro de seus próprios espaços profissionais.

Experiências recentes de profissionais de saúde sugerem que esses não são incidentes isolados, mas parte de uma estratégia coordenada para deslegitimar a expertise médica quando ela contraria as alegações de Israel sobre ataques a pacientes, profissionais de saúde e infraestrutura palestinos, libaneses e de outras nacionalidades."

Simultaneamente a uma campanha midiática milionária para mascarar o genocídio, acompanhamos o surto de Ebola que se espalha mais rapidamente na história, já tendo matado 2.786 pessoas em pouco mais de três meses — tudo isso em meio a diminuição notável de financiamento internacional.

"A eficácia da resposta é complicada por uma combinação de fatores – importantemente, conflito armado envolvendo múltiplos grupos, grandes concentrações de populações deslocadas, uma força de trabalho móvel atuando em minas, infraestrutura precária e falta de confiança pública, o que gera ataques a instalações médicas.

E há também uma grave escassez de fundos. Guterres disse a repórteres na sede da ONU que a resposta humanitária está apenas 48% financiada.

"Sem financiamento adicional, operações vitais ficarão sem dinheiro exatamente no momento em que precisam ser intensificadas", alertou ele. Os recursos atualmente disponíveis para a resposta "durarão apenas semanas, não meses", alertou a ONU.

"Sabemos como conter o Ebola, como interromper a transmissão e como salvar vidas, mas também precisamos superar outro vírus: o vírus da indiferença", disse Guterres."

Sobre o *Super El Niño*, um novo artigo publicado na *The Lancet* mostra que não nem vimos a máxima extensão da sua expressão — com fortes ondas de calor que acontecerão nos próximos anos. O artigo publicado no fim de setembro, é um alerta científico e político sobre a janela de oportunidade que se abre — e que está sendo desperdiçada — diante do super *El Niño* previsto para atingir +3,9°C de anomalia, superando o recorde de 2015-16. Sua principal contribuição é deslocar o debate do campo da reação para o da antecipação: como o El Niño é previsível com meses de antecedência, seus impactos na saúde (doenças infecciosas, desnutrição infantil, doenças relacionadas ao calor) não são fatalidades, mas crises anunciadas.

O ponto mais inovador é a proposta de separar, nos estudos de atribuição, o que é causado pela mudança climática antropogênica de longo prazo e o que é causado pela variabilidade natural do ciclo *El Niño*-Oscilação Sul. Essa distinção não é meramente acadêmica: ela permite, ao mesmo tempo, ações específicas para cada evento (como sistemas de alerta precoce) e planejamento estratégico de longo prazo (como Planos Nacionais de Adaptação).

"Uma pergunta importante a responder é: como podemos integrar a adaptação à mudança climática de longo prazo e a choques climáticos repetidos, enquanto exploramos sinergias entre as duas abordagens?

Adaptar-se à mudança climática é caro e há uma lacuna substancial de financiamento para adaptação na saúde. Estimar as contribuições relativas da mudança climática induzida pelo homem e do El Niño para resultados de saúde e econômicos ajudaria a alocar efetivamente recursos escassos e também poderia apoiar pedidos ao Fundo para Perdas e Danos sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Também apoiaria casos de litígio climático onde isolar os papéis relativos de tendências climáticas versus variabilidade é essencial.

Sugerimos cinco passos que devem ser tomados para avançar o conhecimento e melhorar a preparação para o El Niño no contexto da mudança climática: (1) garantir que a urgência de proteger a saúde e prevenir doenças seja abordada pela ONU e em outras respostas internacionais a declarações oficiais de El Niño; (2) apoiar governos nacionais a avaliar os efeitos do El Niño e outros choques climáticos na saúde de suas populações e implementar ações antecipatórias, incluindo sistemas de alerta precoce; (3) ampliar a colaboração entre pesquisadores de clima e saúde para realizar estudos de atribuição clima-saúde, incluindo no contexto do El Niño, e fortalecer a capacidade nacional de realizar análises de

atribuição e usar os resultados para influenciar políticas e práticas; (4) realizar uma revisão viva dos efeitos do El Niño na saúde para garantir que evidências em evolução de impactos ao longo do tempo sejam amplamente disponibilizadas, e lacunas de evidências sejam abordadas; e (5) avaliar a custo-efetividade de intervenções clima-saúde no contexto do El Niño, incluindo sistemas de alerta precoce de doenças e eventos extremos, fortalecimento da capacidade do sistema de saúde, proteção contra inundações urbanas e ações para resiliência do sistema alimentar, e criar um banco de evidências de ações eficazes em diferentes contextos. Esses passos exigirão ação concertada entre partes interessadas principais, como financiadores de pesquisa e OMS, o sistema mais amplo da ONU, o Banco Mundial e organizações não governamentais. Essas organizações globais devem urgentemente capitalizar os avanços na ciência de atribuição para avaliar os ônus de saúde atribuíveis à mudança climática e à variabilidade natural. Isolar os impactos do ciclo El Niño-Oscilação Sul permite ações direcionadas e específicas para cada evento, enquanto isolar o sinal climático permite planejamento estratégico de longo prazo para aumentar a resiliência e implementar estratégias de adaptação intersetoriais, incluindo Planos Nacionais de Adaptação."

Para fechar nosso informe, trazemos um novo episódio do *podcast* do *Global Health Matters*, postado no início de setembro e comentando o Acordo Pandêmico e sua histórica, desde 2022 aos desafios atuais. Apresentado por Garry Aslanyan recebe duas convidadas: Anne-Claire Amprou, Embaixadora da França para a Saúde Global e copresidenta das negociações intergovernamentais que entregaram o acordo pandêmico, e Lia Tadesse Gebremedhin, ex-Ministra da Saúde da Etiópia e atual Diretora Executiva do Programa de Liderança Ministerial de Harvard. O tópico: Como líderes da saúde internacional constroem cooperação apesar de diferenças profundas, tendo como exemplo a negociação do acordo pandêmico e seu auge em 2025. Fazendo conexão a um assunto já muito tratado aqui, Lia Tadesse Gebremedhin destacou que é fundamental para o tratado fazer diferença, exigindo um sistema transparente para acesso a patógenos e compromissos significativos de compartilhamento de benefícios, com operacionalização clara e segurança jurídica para que os parlamentares possam ratificar. Ela alertou que "janelas de oportunidade como esta para a saúde global podem não surgir com frequência e podem se fechar".

Entre os temas discutidos estão: a necessidade de compromisso em negociações multilaterais (um acordo equilibrado deixa todos um pouco decepcionados); novamente, o anexo ainda inacabado sobre acesso a patógenos e compartilhamento de benefícios (PABS), essencial para o tratado funcionar; o risco de negociações prolongadas perderem impulso; E a importância da confiança e da escuta ativa.

Lia explica que ministros da saúde não são treinados para seus cargos e precisam de equipes fortes e multissetoriais — incluindo diplomatas, estrategistas, analistas e especialistas em direito internacional. Anne-Claire compartilha que aprendeu no trabalho, vindo do setor de saúde e não da diplomacia, e que confiar nas pessoas, mesmo quando se diz que falta confiança, foi fundamental.

O episódio termina com dicas práticas: Anne-Claire recomenda que a saúde pública sempre tenha precedência sobre considerações políticas e que ninguém negocia sozinho; Lia aconselha ouvir o máximo de partes interessadas possível para construir confiança e encontrar terreno comum. O apresentador conclui com três lições: retornar ao objetivo compartilhado quando a política ameaça dividir; influência não depende do tamanho da delegação; e cooperação é uma arte construída sobre confiança — habilidades que nenhuma escola ensina, mas que podem ser aprendidas.

Vozes do Sul Global

Voces del Sur Global

Voices of the Global South

Regina Ungerer, Erica Kastrup e Rychard L. Monteiro

Resumo: Este informe está quase integralmente dedicado à AGNU 81. O UNOSSC atuou fortemente na articulação de parcerias estratégicas para o desenvolvimento sustentável no Sul Global, sob a liderança da Diretora Dima Al-Khatib, que impulsionou a nova Aliança Global para a Cooperação Sul-Sul e Triangular, conectando conhecimento, financiamento e tecnologia. O UNOSSC destacou a resiliência climática e o financiamento (em colaboração com a NYU, o Marrocos e o PNUD), a transformação digital inclusiva e governança de IA (em painéis com Bahrein e a DCO), além da gestão de risco de desastres junto ao UNDRR. O escritório também fortaleceu alianças regionais com o SICA e o Banco Islâmico de Desenvolvimento (IsDB), priorizando o apoio a países e comunidades em situação de vulnerabilidade. Na AGNU 81, o Brasil reafirmou sua liderança diplomática e a projeção da cooperação Sul-Sul. Na abertura, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu a reforma da governança global e do Conselho de Segurança, condenou conflitos armados e abordou a soberania digital, a justiça climática e o combate à fome. O país copatrocinou a aliança Parceiros pelo Multilateralismo (com Canadá e Quênia) para proteger e fortalecer o sistema ONU. Nas agendas setoriais, destacou a autonomia em saúde via Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS), parcerias bilaterais com o México por meio da Fiocruz e cooperação técnica agrícola com o Banco Africano de Desenvolvimento e o UNAIDS. O G-77 e China destacou a defesa da reforma da governança global, da igualdade tecnológica e da justiça financeira. Na 50ª Reunião Anual de Ministros das Relações Exteriores, às margens da AGNU 81, reafirmou a unidade dos 134 países membros na busca por uma nova arquitetura financeira e pelo cumprimento dos ODS. O grupo também promoveu debates sobre financiamento climático, governança inclusiva da inteligência artificial e proteção digital de gênero. Vale destacar que o próximo país a presidir o G-77 será Ruanda, que assumirá a liderança pró-tempore em 2027 pelo Grupo Africano. O MNA centrou suas intervenções na defesa do desenvolvimento e na reforma multilateral. O bloco defendeu transformar a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento em um instrumento jurídico vinculante para garantir espaço fiscal e transferência tecnológica. Em seu pronunciamento na semana de alto-nível, Uganda pleiteou a reforma do Conselho de Segurança com assento permanente para a África, maior voz do Sul Global nas instituições financeiras e o fortalecimento do pilar do desenvolvimento na ONU. O MNA reforçou a urgência do anexo PABS para destravar o Acordo de Pandemias. O NAMYO fortaleceu o protagonismo jovem na diplomacia global. No Dia Internacional da Paz, defendeu o investimento na juventude e na diplomacia preventiva como bases para edificar sociedades resilientes e superar polarizações geopolíticas. O Centro Sul atuou estrategicamente na defesa dos países em desenvolvimento, articulando propriedade intelectual, transição verde e saúde global. Em Nova Iorque, abordou barreiras do acordo TRIPS em tecnologias climáticas. Na OMC, defendeu o espaço de políticas públicas para a industrialização e um sistema funcional de solução de controvérsias. Na OMPI, impulsionou a coalizão Friends of GRATK para acelerar a entrada em vigor do tratado contra a biopirataria. Além disso, no Grupo de Trabalho do Acordo de Pandemias da OMS, apresentou proposta

jurídica para garantir contratos padronizados e exigíveis no mecanismo de repartição de benefícios (PABS).

Palavras-chave: Cooperação Sul-Sul. UNOSSC. G-77 e China. Movimento dos Não-Alinhados. Centro Sul.

Resumen: *Este informe está dedicado casi en su totalidad a la AGNU 81. La UNOSSC tuvo una destacada participación en la articulación de alianzas estratégicas para el desarrollo sostenible en el Sur Global, bajo el liderazgo de su directora Dima Al-Khatib, quien impulsó la nueva Alianza Global para la Cooperación Sur-Sur y Triangular, conectando conocimiento, financiamiento y tecnología. La UNOSSC destacó la resiliencia climática y el financiamiento (en colaboración con la NYU, Marruecos y el PNUD), la transformación digital inclusiva y la gobernanza de IA (en paneles con Baréin y la DCO), además de la gestión del riesgo de desastres junto a la UNDRR. La oficina también fortaleció alianzas regionales con el SICA y el Banco Islámico de Desarrollo (IsDB), priorizando el apoyo a países y comunidades en situación de vulnerabilidad. En la AGNU 81, Brasil reafirmó su liderazgo diplomático y la proyección de la cooperación Sur-Sur. En la apertura, el presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendió la reforma de la gobernanza global y del Consejo de Seguridad, condenó los conflictos armados y abordó la soberanía digital, la justicia climática y la lucha contra el hambre. El país copatrocinó la alianza Socios por el Multilateralismo (junto con Canadá y Kenia) para proteger y fortalecer el sistema de la ONU. En las agendas sectoriales, destacó la autonomía en salud a través del Complejo Económico-Industrial de la Salud (CEIS), las alianzas bilaterales con México por medio de la Fiocruz y la cooperación técnica agrícola con el Banco Africano de Desarrollo y el ONUSIDA. El G-77 más China destacó en la defensa de la reforma de la gobernanza global, la igualdad tecnológica y la justicia financiera. En la 50.ª Reunión Anual de ministros de Relaciones Exteriores, al margen de la AGNU 81, reafirmó la unidad de sus 134 países miembros en la búsqueda de una nueva arquitectura financiera y en el cumplimiento de los ODS. El grupo también promovió debates sobre financiamiento climático, gobernanza inclusiva de la inteligencia artificial y protección digital de género. Cabe destacar que el próximo país en presidir el G-77 será Ruanda, que asumirá la presidencia pro tempore en 2027 por parte del Grupo Africano. El MNA centró sus intervenciones en la defensa del desarrollo y la reforma multilateral. El bloque defendió transformar la Declaración sobre el Derecho al Desarrollo en un instrumento jurídico vinculante para garantizar espacio fiscal y transferencia tecnológica. En su pronunciamiento durante la semana de alto nivel, Uganda solicitó la reforma del Consejo de Seguridad con representación permanente para África, una mayor voz para el Sur Global en las instituciones financieras y el fortalecimiento del pilar de desarrollo de la ONU. El MNA reforzó la urgencia del anexo PABS para destrabar el Acuerdo sobre Pandemias. La NAMYO fortaleció el protagonismo juvenil en la diplomacia global; en el Día Internacional de la Paz, defendió la inversión en la juventud y en la diplomacia preventiva como bases para edificar sociedades resilientes y superar polarizaciones geopolíticas. El Centro del Sur actuó estratégicamente en defensa de los países en desarrollo, articulando propiedad intelectual, transición verde y salud global. En Nueva York, abordó las barreras del Acuerdo sobre los ADPIC (TRIPS) en tecnologías climáticas. En la OMC, defendió el espacio de políticas públicas para la industrialización y un sistema funcional de solución de diferencias. En la OMPI, impulsó la coalición Friends of GRATK para acelerar la entrada en vigor del tratado contra la biopiratería. Además, en el Grupo de Trabajo del Acuerdo sobre Pandemias de la OMS, presentó una propuesta jurídica para garantizar contratos estandarizados y exigibles en el mecanismo de participación en los beneficios (PABS).*

Palabras clave: *Cooperación Sur-Sur. ONUSC. G-77 y China. Movimiento de Países No Alineados. Centro Sur.*

Abstract: *This report is almost entirely dedicated to UNGA 81. UNOSSC played a strong role in articulating strategic partnerships for sustainable development in the Global South under the leadership of Director Dima Al-Khatib, who spearheaded the new Global Alliance for South-South and Triangular Cooperation, connecting knowledge, finance, and technology. UNOSSC highlighted climate resilience and finance (in collaboration with NYU, Morocco, and UNDP), inclusive digital transformation and AI governance (in panels with Bahrain and the DCO), as well as disaster risk management with UNDRR. The office also strengthened regional alliances with SICA and the Islamic Development Bank (IsDB), prioritizing support for countries and communities in situations of vulnerability. At UNGA 81, Brazil reaffirmed its diplomatic leadership and the projection of South-South cooperation. At the opening, President Luiz Inácio Lula da Silva advocated for the reform of global governance and the Security Council, condemned armed conflicts, and addressed digital sovereignty, climate justice, and the fight against hunger. The country co-sponsored the Partners for Multilateralism alliance (along with Canada and Kenya) to protect and strengthen the UN system. In sector-specific agendas, Brazil highlighted health autonomy through the Health Economic-Industrial Complex (CEIS), bilateral partnerships with Mexico through Fiocruz, and agricultural technical cooperation with the African Development Bank and UNAIDS. The G-77 and China highlighted the defence of global governance reform, technological equality, and financial justice. At the 50th Annual Meeting of Ministers for Foreign Affairs on the sidelines of UNGA 81, the group reaffirmed the unity of its 134 member countries in the pursuit of a new financial architecture and the achievement of the SDGs. The group also promoted debates on climate finance, inclusive governance of artificial intelligence, and digital gender protection. Notably, Rwanda will be the next country to hold the pro tempore presidency of the G-77, assuming leadership in 2027 on behalf of the African Group. NAM focused its interventions on the defence of development and multilateral reform. The bloc advocated for transforming the Declaration on the Right to Development into a legally binding instrument to ensure fiscal space and technology transfer. In its statement during the high-level week, Uganda called for Security Council reform with permanent representation for Africa, a greater voice for the Global South in financial institutions, and the strengthening of the UN's development pillar. NAM reinforced the urgency of the PABS Annex to unblock the Pandemic Agreement. NAMYO strengthened youth leadership in global diplomacy; on International Day of Peace, it advocated for investment in youth and preventive diplomacy as the foundation for building resilient societies and overcoming geopolitical polarizations. The South Centre acted strategically in defence of developing countries, articulating intellectual property, the green transition, and global health. In New York, it addressed TRIPS Agreement barriers in climate technologies. At the WTO, it defended policy space for industrialization and a functional dispute settlement system. At WIPO, it boosted the Friends of GRATK coalition to accelerate the entry into force of the treaty against biopiracy. Furthermore, in the WHO Pandemic Agreement Working Group, it presented a legal proposal to ensure standardized and enforceable contracts within the Pathogen Access and Benefit-Sharing (PABS) system.*

Keywords: *South-South Cooperation. UNOSSC. G-77 and China. Non-Aligned Movement. Centro Sul.*

Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

O Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul promove, coordena e apoia a cooperação Sul-Sul e triangular globalmente e dentro do sistema das Nações Unidas, incluindo: 1) Política e Apoio Intergovernamental; 2) Desenvolvimento de capacidades; 3) Cocriação e Gestão do Conhecimento; 4) Gestão do Fundo Fiduciário Sul-Sul. O UNOSSC atua como uma plataforma de compartilhamento de recursos onde parceiros do Sul Global se conectam buscando soluções e explorando oportunidades de financiamento. Também conecta governos, especialistas e grupos de reflexão para garantir que as perspectivas do Sul sejam incluídas nos diálogos políticos.

Destaques da UNOSSC na AGNU 81



23 de setembro de 2026 – Ações do Sul Global e Preparativos para a COP31

Em evento paralelo da 81ª Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU 81) e em preparação para a COP31, estudantes participantes do Praticum de Consultoria[1] UNOSSC–NYU *"De Sevilha a 2030+: Financiando a Resiliência Climática no Sul Global"* reuniram-se com o Ministro do Meio Ambiente e Transição Ecológica da Costa do Marfim.

A 31ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP31) ocorrerá entre 9 e 20 de novembro de 2026 em Antália, Turquia.

O intercâmbio explorou opções de financiamento e soluções e tecnologias existentes e emergentes para a resiliência climática, incluindo como traduzir prioridades nacionais de adaptação em projetos financiados, mobilizar investimento privado para a resiliência agrícola e garantir que o financiamento chegue aos pequenos agricultores, incluindo produtores de cacau e castanha de caju.

As discussões também examinaram como a Cooperação Sul-Sul e a Cooperação Triangular podem ajudar os países a aprender mais rapidamente uns com os outros, trocar soluções e tecnologias práticas e suprir lacunas de financiamento e capacidade técnica para escalar a adaptação de base local.

Por meio de sua colaboração com o *Center for Global Affairs* da NYU SPS[2], o UNOSSC está conectando estudantes a formuladores de políticas para explorar caminhos rumo a um Sul Global mais resiliente ao clima.

[1] Um **Practicum de Consultoria** (ou *Consulting Practicum*) é uma disciplina prática e aplicada, muito comum em programas de pós-graduação, mestrado e especialização (especialmente nas áreas de administração, políticas públicas, diplomacia e relações internacionais).

[2] O **Center for Global Affairs (CGA)** é o centro de ensino, pesquisa e análise de políticas globais da School of Professional Studies (SPS) da New York University (NYU).



23 de setembro de 2026 – Transformação Digital e Desenvolvimento Humano: A Experiência do Bahrein como Modelo Global

Durante as discussões paralelas da 81ª Assembleia Geral das Nações Unidas, o avanço da inovação tecnológica esteve no centro dos debates sobre o futuro das nações. No painel ***"Bahrain's Digital Transformation Journey: National Human Development Report"*** — promovido pelo Centro de Estudos de Estratégia, Internacionais e de Energia do Bahrein (**Derasat**) em parceria com o **PNUD Bahrein**, o Ministério dos Negócios Estrangeiros e o Ministério dos Transportes e Telecomunicações ficou claro que o progresso técnico só gera real valor quando centrado nas pessoas.

Dima Al-Khatib, Diretora do UNOSSC, enfatizou que a transição digital precisa caminhar lado a lado com investimentos robustos em capital humano, capacitação de habilidades e fortalecimento das instituições públicas. Sem esse alinhamento, corre-se o risco de ampliar desigualdades sociais e econômicas.

Durante as discussões centrais do debate, foi destacado a urgência de transformar o atual hiato digital em um dividendo de Inteligência Artificial. Com o avanço acelerado dessas novas tecnologias, os países em desenvolvimento enfrentam o desafio de superar a brecha tecnológica existente.

Nesse cenário, o UNOSSC apontou a Cooperação Sul-Sul e Triangular como uma ferramenta estratégica indispensável para democratizar o acesso às Inovações emergentes, assegurando que o avanço técnico se converta em benefícios sociais e econômicos concretos.

As conclusões preliminares do novo Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano do Bahrein também trouxeram lições valiosas sobre como alinhar a transformação digital às prioridades locais. A experiência do país evidencia que esse processo deve ser sustentado por três pilares fundamentais: a aprendizagem entre pares (*peer learning*), voltada para a troca contínua de boas práticas governamentais; o estabelecimento de parcerias internacionais e institucionais sólidas, integrando os setores público, privado e organismos multilaterais; e uma governança confiável, baseada em marcos regulatórios e de segurança que fortaleçam a confiança da população nos serviços públicos digitais.

Para viabilizar a expansão dessas boas práticas, a UNOSSC disponibiliza estruturas globais como a Aliança Global para Cooperação Sul-Sul e Triangular e a plataforma *South-South Galaxy+*, conectando a experiência do Bahrein com as demandas de outras nações da região e do mundo, com foco na modernização dos serviços públicos e na criação de novas oportunidades de desenvolvimento.

Em suma, a trajetória do Bahrein reitera que a tecnologia deve atuar como um meio para promover inclusão social, eficiência na gestão e melhoria da qualidade de vida, sendo o fortalecimento da cooperação internacional o caminho mais promissor para garantir uma era digital justa, equilibrada e inclusiva para todas as sociedades.



23 de setembro de 2026 – Aliança Estratégica para a Governança e Transformação Digital Inclusiva no Sul Global

Às margens da 81ª Assembleia Geral das Nações Unidas, a Diretora do UNOSSC, Dima Al-Khatib, reuniu-se com a Secretária-Geral da Organização de Cooperação Digital (DCO), Deemah AlYahya, com o objetivo de articular parcerias em transformação digital inclusiva e no desenvolvimento responsável de Inteligência Artificial (IA).

Principais pontos de discussão:

- **Mapeamento e Integração de Soluções Digitais:** Conexão direta entre as demandas estruturais dos países em desenvolvimento e tecnologias aplicadas, utilizando a Aliança Global para a Cooperação Sul-Sul e Triangular como plataforma catalisadora.
- **Inteligência Artificial para o Desenvolvimento:** Promoção de modelos de IA de baixo custo, abertos e customizáveis às realidades e necessidades locais, evitando novas dependências tecnológicas no Sul Global.
- **Inclusão da Juventude na Governança Global de Tecnologias:** Incorporação ativa da visão e das demandas dos jovens de países em desenvolvimento nos fóruns internacionais de normatização e regulação da Inteligência Artificial.



23 de setembro de 2026 – UNOSSC e SICA debatem fortalecimento da Cooperação Sul-Sul na 81ª Assembleia Geral da ONU

A Diretora do Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC), Dima Al-Khatib, se reuniu com a Secretária-Geral do Sistema de Integração Centro-Americana (SICA), Embaixadora Lina Eugenia Ajoy Rojas, para explorar oportunidades de fortalecimento das modalidades de cooperação Sul-Sul e triangular durante a UNGA81.

O encontro teve como objetivo principal discutir o avanço da troca de conhecimentos, conectar as soluções e inovações desenvolvidas na América Central com parceiros de todo o Sul Global e avaliar o potencial engajamento do SICA na Aliança Global para a Cooperação Sul-Sul e Triangular, promovendo o desenvolvimento sustentável e a integração inter-regional.



23 de outubro de 2026 – Financiamento e Inovação do Sul Global: UNOSSC, Marrocos e PNUD Impulsionam Aliança para o Desenvolvimento Sustentável

Em outro evento paralelo na AGNU 81, o Marrocos juntamento com o PNUD Marrocos organizaram uma sessão intitulada “Financiamento para o Futuro” para debater os caminhos estratégicos para acelerar o desenvolvimento sustentável no Global Sul.

No evento, painel, Dima Al-Khatib, Diretora do UNOSSC, ressaltou a importância de articular três pilares fundamentais: conhecimento, tecnologia e financiamento. via Cooperação Sul-Sul e Triangular para ampliar o impacto de soluções locais, impulsionar investimentos estratégicos, fortalecer as capacidades produtivas dos países e promover o crescimento sustentável de forma transversal.

Eixos Principais do Debate

Conectando Necessidades e Soluções Globais: O evento destacou a recém-lançada *Aliança Global para a Cooperação Sul-Sul e Triangular* que tem o potencial de mapear as demandas prioritárias identificadas diretamente pelos países e conectá-las a conhecimentos técnicos, parcerias institucionais e oportunidades de financiamento vindos do próprio Sul Global.

Marrocos e PNUD na Liderança das Parcerias: O Marrocos e o PNUD figuram entre os primeiros parceiros estratégicos desta nova Aliança Global.

Mecanismos Financeiros e Escala Regional: Combinando a atuação da Aliança Global com os Fundo Fiduciário para a Cooperação Sul-Sul gerido pela UNOSSC, a ONU busca consolidar uma arquitetura de financiamento sólida. O objetivo central é converter projetos operacionais em parcerias de longo prazo e investimentos concretos, garantindo a sustentabilidade financeira e a escala transfronteiriça das soluções do Sul Global.

Conclusão

A mensagem central do encontro reiterou que o futuro do financiamento para o desenvolvimento depende da capacidade de conectar a inovação do Sul Global com capital e redes institucionais de apoio. Ao fortalecer a Cooperação Sul-Sul e Triangular, organismos internacionais e governos criam um ecossistema mais resiliente e autônomo, no qual soluções locais se convertem em respostas globais para os desafios do desenvolvimento.

22 de setembro de 2026 – Fortalecimento da Resiliência a Desastres e Redução de Riscos via Cooperação Sul-Sul



Durante a AGNU 81, a Diretora do UNOSSC, Dima Al-Khatib, reuniu-se com o representante do Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres (UNDRR) para consolidar parcerias estratégicas voltadas ao aumento da resiliência territorial e à gestão de riscos em países em desenvolvimento.

As principais áreas de colaboração são:

- **Impacto e Alcance do Trabalho Conjunto:** Nos últimos seis anos, as iniciativas conjuntas de capacitação e treinamentos virtuais sobre gestão de risco de desastres atingiram gestores e técnicos de 169 países e territórios, evidenciando o alcance capilar da diplomacia de conhecimento Sul-Sul.
- **Aporte via Fundos Fiduciários:** Destacou-se o engajamento crescente do UNDRR com os *Trust Funds* geridos pelo UNOSSC, garantindo sustentabilidade financeira a projetos de resposta a emergências e adaptação climática no Sul Global.

- **Perspectivas Futuras e Escalonamento:** A nova fase do plano de trabalho prevê o fortalecimento da atuação articulada por meio do Mecanismo Inter agencias da ONU e da Aliança Global para a Cooperação Sul-Sul e Triangular. Além disso, busca-se atrair parceiros do setor privado, novos arranjos de financiamento e a mobilização de expertise técnica local para escalar soluções práticas de resiliência.

22 de setembro de 2026 – Parceria entre UNOSSC e IsDB Prioriza Países Vulneráveis e Ações Transfronteiriças





Em outro evento paralelo durante a AGNU 81, o Banco Islâmico de Desenvolvimento (IsDB) e o Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC) destacaram a importância estratégica de transformar o conhecimento compartilhado e a expertise das nações do Sul Global em oportunidades duradouras de desenvolvimento.

Na ocasião, a Diretora da UNOSSC, Dima Al-Khatib, ressaltou mais uma vez que a Cooperação Sul-Sul e Triangular desempenha um papel central ao permitir que os países compartilhem experiências técnicas, adaptem tecnologias e estruturem programas regionais sustentáveis e autônomos. O foco dessa atuação é beneficiar as populações e regiões que enfrentam as maiores barreiras ao desenvolvimento, **como** os Países em Desenvolvimento Sem Litoral (LLDCs), os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) e as comunidades em situação de vulnerabilidade.

Eixos Principais do Debate

- **Transferência de conhecimento e capacitação:** A diretora destacou que a missão central das organizações multilaterais é facilitar a circulação transfronteiriça do conhecimento, fortalecendo as instituições locais para que sejam capazes de adaptar, aplicar e sustentar os ganhos do desenvolvimento a longo prazo.
- **Mecanismos e ferramentas de integração:** O encontro evidenciou a sinergia entre o mecanismo de *Reverse Linkage* do Banco Islâmico de Desenvolvimento, a recém-lançada Aliança Global para a Cooperação Sul-Sul e Triangular da UNOSSC e a plataforma digital *South-South Galaxy+*. Juntas, essas ferramentas atuam no alinhamento das prioridades regionais com a oferta de conhecimento especializado, parceiros financiadores e suporte operacional.
- **Foco na redução de assimetrias:** A cooperação descentralizada e orientada para resultados foi reafirmada como o pilar mais eficaz para reduzir assimetrias regionais, garantindo que soluções customizadas cheguem a contextos socioeconômicos vulneráveis e promovam resiliência institucional.

Conclusão

O painel reforçou que o progresso sustentável no Sul Global exige a consolidação de redes operacionais que integrem capacitação técnica e financiamento estruturado. Ao conectar as demandas regionais com mecanismos de implementação eficientes, parcerias como a da UNOSSC com o IsDB impulsionam a autonomia das nações e transformam a troca de conhecimento em um vetor prático de inclusão e desenvolvimento humano.

Brasil na cooperação Sul-Sul

Destaque do Brasil na 81ª Assembleia Geral das Nações Unidas



No dia 22 de setembro, mantendo a tradição iniciada em 1955 de o Brasil ser o primeiro país a discursar na AGNU, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva abriu os pronunciamentos na semana de alto nível da 81ª Assembleia Geral das Nações Unidas. Em um contexto internacional marcado por guerras, corrida armamentista, tensões geopolíticas e crescente questionamento da capacidade das instituições multilaterais, o discurso do presidente abordou temas como a crise de efetividade da ONU, as desigualdades internacionais, a soberania dos Estados e a condenação da ingerência externa.

Um dos pontos centrais foi a crítica à própria ONU, articulada à defesa de um multilateralismo renovado e com maior representatividade. O presidente Lula afirmou que a Organização está falhando em sua missão de preservar a paz e que sua credibilidade "nunca esteve tão baixa", atribuindo parte do problema à inércia do Conselho de Segurança e ao poder de veto das cinco grandes potências, o qual qualificou como um vício de origem que conferiu às grandes nações o "privilégio da insensatez". Diante do fato de que o ano de 2025 ter registrado o maior número de conflitos armados desde a Segunda Guerra Mundial, o Presidente defendeu uma maior representação de África, Ásia e América Latina, como uma reivindicação histórica do Sul Global pela democratização da governança internacional. O Secretário-Geral da ONU, António Guterres, em seu último discurso na AGNU, também associou a crise atual às divisões geopolíticas e à necessidade de maior representatividade na Organização.

No campo da paz e da segurança, o presidente Lula afirmou que a guerra representa a falência da política. Condenou o genocídio em Gaza pelo governo Israelense, os atos terroristas do Hamas e defendeu a solução de Dois Estados e a atuação do Tribunal Penal Internacional (*International Criminal Court* — ICC). Sobre a Ucrânia, defendeu a via diplomática por meio do Grupo de Amigos da Paz (Brasil-China).

Ao resumir sua posição com a frase "o Brasil não cabe no quintal de ninguém", rejeitou zonas de influência e investidas neocoloniais na América Latina. Afirmou que a região não precisa de "porta-aviões", mas de cooperação contra o crime organizado, citando a Lei Antifacção e o Centro Policial da Amazônia. Defendeu a soberania de Cuba, Venezuela, Nicarágua e Haiti.

Na agenda ambiental, reafirmou a descarbonização, a redução do desmatamento e o Fundo Florestas Tropicais para Sempre da COP30. Condicionou o acesso aos minerais críticos

brasileiros à geração de valor local e transferência de tecnologia, rejeitando o protecionismo maquiado de pauta ambiental.

O presidente defendeu a regulação das *Big Techs* e da IA contra o "neoliberalismo digital", a proteção do PIX público e o combate ao endividamento por BETs. Na saúde, criticou movimento antivacinas e defendeu a OMS; na economia, advogou pela Aliança Global contra a Fome, a taxação dos super-ricos e o fim da escala 6x1.

Por fim, reafirmou a democracia como valor central, defendendo uma governança global justa para o Sul Global e garantindo a soberania e a segurança do sistema eleitoral brasileiro nas eleições de outubro.



23 de setembro de 2026 – Brasil compartilha experiência de produção regional de medicamentos com países africanos

Em sessão paralela à AGNU 81, o Brasil participou de encontro promovido pelo UNAIDS com representantes de países africanos sobre produção regional de medicamentos para HIV/aids e outras pandemias. O Ministério da Saúde apresentou a experiência brasileira de resposta ao HIV, baseada no SUS, no acesso universal e gratuito a medicamentos e na participação social, e defendeu transferência de tecnologia, licenciamento voluntário e fortalecimento das capacidades produtivas nacionais e regionais.

Mais do que uma agenda de acesso a medicamentos, o episódio evidenciou a articulação entre saúde pública, política industrial, inovação e política externa. A defesa brasileira de que países do Sul Global deixem de ser apenas receptores de tecnologias e desenvolvam capacidade própria de produção está relacionada com a política nacional do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS), institucionalizada em julho de 2026. A política busca reduzir vulnerabilidades externas, fortalecer laboratórios públicos e utilizar o poder de compra do SUS para estimular pesquisa, desenvolvimento e produção nacional de tecnologias estratégicas. Na agenda paralela à AGNU, o Brasil busca projetar o CEIS como componente de uma agenda do *soft power* nacional.



22 de setembro de 2026 – Brasil apresenta experiências de combate à fome e desenvolvimento rural na ONU

Também às margens da AGNU 81 o ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e combate à fome, Wellington Dias, apresentou a experiência brasileira de articulação entre transferência de renda, agricultura familiar, alimentação escolar e políticas de segurança alimentar, defendendo que a redução da fome seja sustentada por políticas permanentes, financiamento e cooperação internacional. A agenda incluiu encontro promovido pela República Dominicana e pela FAO sobre a sustentabilidade dos avanços contra a fome na América Latina e no Caribe, além de discussões sobre investimentos em pequenos produtores e economias rurais.

Para a cooperação Sul-Sul, o aspecto mais relevante é a apresentação do modelo integrado de políticas públicas brasileiro como experiência passível de intercâmbio internacional. O ministro destacou a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza como mecanismo para aproximar governos, organismos internacionais e parceiros em torno de soluções para a fome e a pobreza. A agenda, que é um dos principais temas da cooperação internacional brasileira, deslocou o debate da assistência alimentar imediata para a combinação entre proteção social, geração de renda, agricultura familiar e desenvolvimento rural.

Esta agenda ministerial reforça a segurança alimentar como área de projeção internacional de políticas públicas brasileiras, em articulação com a cooperação e o multilateralismo.


Lançamento da iniciativa Parceiros pelo Multilateralismo, Direito Internacional, Paz e Prosperidade ("P4M")

21 de setembro de 2026 – "Parceiros pelo Multilateralismo"

A iniciativa representa um movimento tático e estratégico da diplomacia brasileira no âmbito da 81ª Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU 81).

Criado conjuntamente por Brasil, Canadá e Quênia, a iniciativa nasceu com o propósito de blindar as instituições multilaterais, em especial o sistema ONU, e reassegurar o cumprimento das regras do direito internacional, da soberania, da integridade territorial e da solução pacífica de controvérsias diante do recrudescimento de conflitos armados e da nova corrida armamentista global.

Gestada a partir de interlocuções iniciadas na Cúpula do G7 na França e com a articulação do presidente do Conselho Europeu, António Costa, a proposta ganhou tração imediata. A adesão posterior de atores como Índia, Austrália e Barbados — confirmados pela União Europeia como copatrocinadores do ato fundador — conferiu à coalizão uma abrangência geográfica e política ímpar. Ao reunir nações do BRICS, do G7, da Commonwealth, do Caribe e do continente africano, a iniciativa consolidou um espaço de convergência entre democracias do Sul Global e economias desenvolvidas.

Sob a ótica da cooperação internacional e da política externa brasileira, o movimento exemplifica a estratégia do país de promover um "multilateralismo de pontes". Ao articular alianças transversais que extrapolam os blocos tradicionais, o Brasil reafirma seu papel de mediador global e fortalece a demanda histórica por uma governança multilateral mais representativa, efetiva e democrática.

Outros destaques

21–23 de setembro de 2026 – Brasil e México ampliam cooperação em saúde, articulando SUS, regulação e desenvolvimento tecnológico

A missão do Ministério da Saúde do Brasil ao México, entre 21 e 23 de setembro, deu continuidade ao Memorando de Entendimento Brasil–México em saúde, assinado em Brasília em abril de 2026, e aprofundou um processo de aproximação entre os dois países



Desde a assinatura do documento, foram realizadas quatro reuniões técnicas entre os dois países, envolvendo temas como financiamento da saúde, assistência farmacêutica, acesso a medicamentos e avaliação de tecnologias em saúde. A aproximação entre os dois países aconteceu no contexto da intenção do México de transformar seu sistema de saúde em um sistema universal, nos moldes do SUS. Nesse sentido, a experiência brasileira é foco do interesse do governo mexicano.

A missão brasileira também apresentou o SasiSUS[3] (Subsistema de Atenção à Saúde Indígena), permitindo o intercâmbio sobre atenção à saúde indígena, interculturalidade, medicina tradicional, participação das comunidades e formação de profissionais, temas também presentes no contexto da transição pretendida pelo México. Nesse caso, a cooperação envolverá não apenas a apresentação de programas específicos, mas o compartilhamento de arranjos institucionais e experiências de organização de um sistema público universal.

Na agenda bilateral, foram discutidas também possibilidades de aprofundamento da cooperação entre Anvisa e Cofepris, o órgão regulador de saúde do governo do México, incluindo mecanismos de aproveitamento das avaliações regulatórias brasileiras e futuras avaliações conjuntas de tecnologias.

A cooperação envolve ainda uma importante dimensão científica, tecnológica e regulatória, com participação direta da Fiocruz, que discute com a Birmex, empresa pública mexicana de vacinas e medicamentos, a construção de plataformas conjuntas de pesquisa, desenvolvimento, produção e transferência de tecnologia, com destaque para as vacinas de RNA mensageiro (mRNA). Essa cooperação dá continuidade a um acordo firmado em 2025 e prevê intercâmbio de pesquisadores, capacitação, seminários técnicos e desenvolvimento conjunto de tecnologias. A participação da Fiocruz é especialmente significativa porque conecta a cooperação diplomática entre os dois governos à capacidade brasileira de pesquisa, inovação e produção tecnológica em saúde, transformando uma instituição científica nacional em agente da cooperação internacional.

A amplitude da agenda evidencia um movimento de adensamento da cooperação Brasil–México em saúde, articulando o compartilhamento de políticas públicas bem-sucedidas à pesquisa, inovação, regulação, formação de recursos humanos e produção de medicamentos e vacinas. Nesse sentido, a cooperação com o México aproxima a diplomacia da saúde da política de desenvolvimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS) e contribui para uma agenda de *soft power* na qual o Brasil projeta internacionalmente não apenas seu modelo de

[3] O SasiSUS (Subsistema de Atenção à Saúde Indígena) é o subsistema público do Sistema Único de Saúde (SUS) responsável por garantir a atenção integral à saúde dos povos indígenas no Brasil. Criado formalmente em 1999 pela Lei nº 9.836 (conhecida como Lei Arouca), o SasiSUS foi concebido para atender às especificidades socioculturais, epidemiológicas e geográficas das populações originárias, respeitando as suas medicinas tradicionais e formas de organização social.

sistema de saúde, mas também conhecimentos, instituições e capacidades científicas e tecnológicas construídas no país.

Fontes consultadas: Ministério da Saúde – Brasil e México avançam na cooperação em saúde entre os dois países | Ministério da Saúde – Brasil e México discutem plataformas conjuntas para desenvolvimento e produção de tecnologias em saúde | Ministério da Saúde – Ministério apresenta modelo de atenção à saúde indígena no México

14–18 de setembro de 2026 – ABC e Banco Africano de Desenvolvimento promovem missão para ampliar cooperação com países africanos



Entre 14 e 18 de setembro, o Brasil sediou uma missão técnica do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), que contou com representantes do próprio Banco e dos governos de Angola e da Tanzânia. A visita ocorreu no âmbito do Memorando de Entendimento firmado em junho de 2026 entre o BAD e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), vinculada ao Ministério das Relações Exteriores.

A iniciativa visa fortalecer a cooperação técnica entre o Brasil e o continente africano por meio do mapeamento de políticas públicas, tecnologias e instituições brasileiras capazes de impulsionar projetos de desenvolvimento local. A programação oficial começou no Palácio Itamaraty e incluiu visitas técnicas e reuniões de trabalho com diversas entidades nacionais.

Com foco central no desenvolvimento rural e na transformação dos sistemas agroalimentares, a missão articulou três contribuições institucionais de relevo:

- **Embrapa:** A Empresa Brasileira de pesquisa agropecuária apresentou avanços em pesquisa agrícola, recuperação e maneio de solos, recursos genéticos, biotecnologia, agroenergia, produção sustentável e tecnologias adaptadas às mudanças climáticas.
- **Sistema OCB:** A Organização das Cooperativas do Brasil expôs o modelo brasileiro de cooperativismo agropecuário e de crédito, ressaltando o seu papel na organização dos pequenos produtores, na prestação de assistência técnica, no acesso ao financiamento, na agregação de valor e na inserção comercial.
- **UFRRJ:** A Universidade Federal Rural do Rio de janeiro representada pelo professor Antônio Carlos de Souza Abboud, partilhou experiências académicas e práticas nos campos da agroecologia, agricultura orgânica e desenvolvimento sustentável.

A iniciativa consolidou a reaproximação estratégica entre o Brasil e o BAD, ampliando a presença da cooperação brasileira em África através de um banco regional de desenvolvimento.

Conforme destacado pelo Sistema OCB, a parceria abrange eixos como agricultura de baixa emissão de carbono, irrigação, mecanização, processamento agroindustrial, fortalecimento de micro e pequenas empresas e estímulo às relações económicas bilaterais.

Para o BAD, a cooperação se alinha com as suas prioridades estratégicas (2024–2033), orientadas para o crescimento verde e inclusivo, a modernização agrícola e o fortalecimento do setor privado. Sob a ótica da cooperação internacional, o modelo adotado integra ciência, tecnologia, transferência de políticas públicas e desenvolvimento produtivo, pautando-se pela adaptação contextual das soluções brasileiras às realidades locais, em vez de uma simples transferência passiva.

Do ponto de vista da saúde global e dos seus determinantes sociais, cabe questionar qual o espaço reservado à interface entre saúde, segurança alimentar e nutrição nas etapas desdobradas deste acordo entre a ABC e o BAD.

Grupo do G-77

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas. O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)[4], Nairóbi (UNEP)[5], Paris (UNESCO)[6], Roma (FAO/IFAD)[7], Viena (UNIDO)[8] e Washington (G-24)[9].

Em 2026, o Uruguai assumiu a presidência pró-tempore, sucedendo o Iraque, que ocupou o cargo em 2025. Essa rotação segue o princípio geográfico do grupo, já que 2026 marca a vez do Grupo Latino-Americano e Caribenho (GRULAC) liderar a coalizão.

Destaques do G-77

G-77 e China e UNGA 81

A 81ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU 81) teve início em 8 de setembro de 2026, com a sua Semana de Alto Nível realizada entre os dias 21 e 25 de setembro. Ao longo do evento, o G-77 e a China participaram ativamente de diversos encontros paralelos, destacando-se, como principal marco, a **50ª Reunião Anual dos Ministros das Relações Exteriores do grupo, realizada no dia 25 de setembro de 2026**

[4] UNCTAD — Comércio de Desenvolvimento da ONU.
[5] UNEP — Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.
[6] UNESCO — Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.
[7] FAO — Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD — Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola.
[8] UNIDO — Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial.
[9] G-24 — Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento.

Discurso da Embaixadora Laura Dupuy na abertura da 50ª Reunião Anual dos Ministros das Relações Exteriores do grupo: ***O Sul Global não pede permissão***



A embaixadora fez uma homenagem e um agradecimento especial ao Secretário Geral, António Guterres, por sua abertura ao diálogo e pela constante defesa do multilateralismo ao longo de seu mandato. Em seguida, ressaltou o papel do G-77 como a principal plataforma de negociação do mundo em desenvolvimento dentro da ONU, capaz de transformar a força política de seus 134 países membros em capacidade real de influenciar e moldar agendas internacionais através da unidade.

Em relação ao cenário internacional, a Embaixadora enfatizou que fortalecer o multilateralismo é indispensável em um mundo fragmentado, mas deixou claro que defender esse sistema não significa apoiar o *status quo*. A governança global atual sofre de erosão de legitimidade por distribuir voz, poder e recursos de forma desigual, sendo fundamental que os países em desenvolvimento participem ativamente da criação das regras, em vez de apenas se adaptarem a decisões tomadas sem a sua consulta.

A quatro anos do prazo de 2030, ela alertou para o grande atraso no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), agravado por crises climáticas, endividamento e falta de financiamento. Defendeu-se a urgência de uma arquitetura financeira internacional mais justa, da resolução da crise de dívidas que impede investimentos básicos em saúde e educação, e do cumprimento dos compromissos da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento. Embora a Cooperação Sul-Sul seja uma expressão valiosa de solidariedade, ela serve como complemento e jamais como substituto da Cooperação Norte-Sul e das obrigações dos países desenvolvidos.

No campo tecnológico, ressaltou a necessidade de governança inclusiva para a inteligência artificial e acesso equitativo à infraestrutura e capacidade digital, evitando que os países em desenvolvimento fiquem reduzidos à condição de meros consumidores.

Sobre o funcionamento da ONU, a Embaixadora Laura destacou a atuação construtiva do grupo nos processos de reforma e na iniciativa ONU80, resguardando sempre o financiamento adequado do pilar do desenvolvimento. Quanto à escolha do próximo Secretário-Geral para 2027, defendeu um processo transparente que respeite a paridade de gênero e o equilíbrio geográfico.

Por fim, concluiu reafirmando que o Sul Global oferece soluções e exige que suas prioridades sejam consideradas, concluindo que a unidade do G-77 e China é a maior garantia para que sua voz jamais seja ignorada.



O discurso do **Secretário-Geral das Nações Unidas António Guterres na 50ª Reunião de Ministros das Relações Exteriores do G-77 e China**

O Secretário Geral abordou a necessidade urgente de justiça global dividida em quatro eixos principais, além de reconhecer a importância histórica do grupo:

António Guterres destacou o papel contínuo do G-77 na promoção do desenvolvimento, cooperação Sul-Sul e multilateralismo. Ressaltou que o

progresso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) está estagnado devido a conflitos armados, desastres climáticos e desigualdades crescentes.

Disse ainda que os países em desenvolvimento necessitam de US$ 4 trilhões adicionais por ano para atingir os ODS. É fundamental reestruturar a arquitetura financeira internacional, aliviar dívidas, aumentar o capital dos bancos multilaterais de desenvolvimento e conceder maior representatividade e voz às nações em desenvolvimento nessas instituições.

Ele ressaltou a necessidade de triplicar o financiamento para adaptação e perdas e danos climáticos. Além disso, afirmou que a transição para energias renováveis deve beneficiar de forma equitativa os países em desenvolvimento, especialmente na África, garantindo acesso a recursos e evitando a exploração predatória de minerais críticos.

Em relação a Inteligência Artificial o Secretário Geral insistiu que ela deve estar ao alcance de todas as nações, promovendo inclusão e capacitação global, sem aprofundar as disparidades tecnológicas existentes.

Defendeu a modernização de instituições globais — como o Conselho de Segurança da ONU e as instituições de Bretton Woods — para refletir a geopolítica atual, garantir paridade de gênero e representação geográfica justa, além de otimizar a eficácia dos órgãos da ONU.

Por fim, marcando sua última participação na reunião ministerial do grupo no cargo de Secretário Geral, reafirmou seu apoio contínuo à busca do G-77 por justiça, desenvolvimento e paz, recebendo os agradecimentos dos representantes do grupo pelo apoio prestado ao longo de seu mandato.

Discurso do Presidente da AGNU 81 – *Khalilur Rahman*



Restaurando a Confiança e o Protagonismo do Sul Global no Futuro do Multilateralismo

O Presidente da AGNU, Khalilur Rahman, deu início ao seu pronunciamento ressaltando que sua prioridade máxima para a AGNU 81 é restaurar a confiança entre os Estados-membros e fortalecer a ONU como uma instituição capaz de gerar resultados concretos.

Em relação à paz e segurança, enfatizou que o Conselho de Segurança deve atuar de forma imparcial e eficaz; contudo, nos casos em que o Conselho se omitir, a Assembleia Geral deve assumir sua responsabilidade perante a Carta das Nações Unidas.

Reconheceu o papel central do Sul Global nas operações de paz, citando o exemplo de seu país de origem, Bangladesh, que já contribuiu com mais de 200.000 capacetes-azuis, ressaltando a necessidade de financiamento previsível e foco na prevenção de conflitos.

Ele alertou que faltam apenas quatro anos para o prazo de 2030 e que o cenário financeiro se deteriorou significativamente, evidenciado pela queda recorde de 23% na Ajuda Oficial ao Desenvolvimento em 2025. Com dados mostrando que quase metade das metas dos ODS progride lentamente e 15% regrediram em relação a 2015, defendeu a urgência de fechar o déficit de financiamento e destacou a Cúpula dos ODS de 2027 como um momento crucial para avaliar barreiras e planejar o futuro pós-2030.

O Presidente da AGNU alertou que as políticas atuais colocam o planeta em trajetória de aquecimento de até 2,8 °C. Citou desastres recentes no Nepal e na China decorrentes do derretimento glacial como um alerta sobre os riscos severos enfrentados pelas comunidades das regiões montanhosas e de jusante, cobrando investimentos em adaptação, sistemas de alarme definitivo, infraestrutura resiliente e pleno financiamento do mecanismo de perdas e danos.

Em relação à inteligência artificial, defendeu uma governança inclusiva, orientada ao desenvolvimento e com controle humano, garantindo que a IA reduza as disparidades digitais em vez de amplificá-las.

Por fim, destacou o valor da Cooperação Sul-Sul como fonte de inovação e soluções aplicáveis, defendeu apoio prioritário e sustentado aos países menos desenvolvidos, sem litoral, pequenos estados insulares e nações africanas, e concluiu afirmando que o futuro do multilateralismo será medido pelos resultados práticos entregues às populações, e não pelo número de declarações adotadas.

Próximo país a assumir a presidência pró-tempore do G-77

Vale destacar que a Presidência *pró-tempore* do G-77 e China segue o princípio da rotatividade anual entre as suas três regiões geográficas — África, Ásia-Pacífico e América Latina e Caribe —, cabendo ao Grupo Africano assumir a liderança do bloco ao longo do próximo ano de 2027, momento em que a **República de Ruanda** exercerá a gestão do grupo.



Discurso do Ministro de Relações Exteriores e Cooperação Internacional de Ruanda, ***Hon. Olivier J.P. Nduhungirehe***

O Ministro e representante da República de Ruanda iniciou seu pronunciamento expressando profunda gratidão ao Uruguai, ao Grupo Africano e aos 134 países membros pela confiança e decisão unânime em conceder ao seu país a responsabilidade de liderar o grupo dos 77

Lembrou que Ruanda é membro fundador do G-77 desde sua criação em Genebra, em 1964, reafirmando um compromisso histórico e inabalável com a visão, os princípios e a causa do Sul Global, compreendendo na pele as lutas das nações em desenvolvimento pela independência econômica em tempos desafiadores.

O Ministro fez questão de homenagear a gestão do Uruguai à frente do G-77 em 2026, elogiando os avanços expressivos alcançados no diálogo econômico internacional e o fortalecimento da cooperação Sul-Sul sob a liderança uruguaia.

Por fim, assegurou que o governo de Ruanda atuará com honra, integridade e dedicação absoluta para defender as posições coletivas do bloco, trabalhando em estreita parceria com as delegações, com o Secretariado do G-77 e com parceiros internacionais para promover ativamente as aspirações e metas de desenvolvimento de todos os países membros ao longo de seu mandato em 2027.

Compromissos e Mesas-Redondas Ministeriais do G-77 na UNGA 81

23 de setembro de 2026 – Mesa-Redonda Ministerial sobre Direitos e Segurança Digital

Esta mesa redonda de alto-nível reuniu ministros, diplomatas e novos parceiros estratégicos em uma iniciativa copatrocinada pela ONU Mulheres. O encontro ganhou relevância especial ao conectar a agenda de governança tecnológica do G-77 e China às prioridades globais de igualdade de gênero e direitos humanos.

Em um momento em que a rápida difusão de tecnologias emergentes transforma o espaço público global, o debate concentrou-se no enfrentamento à Violência de Gênero Facilitada pela Tecnologia (VFMT), que significa **Violência Facilitada pela Tecnologia** (ou, mais especificamente, **Violência contra Mulheres e Meninas Facilitada pela Tecnologia**). O tema alertou para os novos riscos trazidos pelo abuso impulsionado por inteligência artificial, como a proliferação de desinformação direcionada, discursos de ódio e conteúdos gerados sem consentimento (*deepfakes*). A discussão ressaltou a urgência de assegurar uma transformação digital inclusiva que proteja mulheres e meninas no ambiente online, defendendo que a arquitetura tecnológica e a governança de IA incorporem salvaguardas firmes baseadas em direitos humanos.

Para os países em desenvolvimento, a mesa-redonda reafirmou que o avanço tecnológico e a inclusão digital só cumprem seu papel transformador quando acompanhados por garantias efetivas de segurança, justiça e proteção contra todas as formas de violência no ecossistema digital.

- **Sessões e Diálogos sobre a Iniciativa UN 80**: Debates focados no processo de reforma do sistema das Nações Unidas, no qual o G-77 atuou de forma construtiva para assegurar a modernização da gestão financeira, a preservação e o financiamento sustentável do pilar do desenvolvimento e uma maior eficácia nas operações de campo da organização.
- **Encontros Temáticos para discutir a plataforma de Sevilha para ação**: Reuniões voltadas para o acompanhamento dos compromissos do *Compromisso de Sevilla*, com foco na mobilização de recursos domésticos, alívio e reestruturação de dívidas soberanas, além da defesa do aumento de aportes e reformas nos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs).
- **Diálogos de Alto Nível sobre Governança da Inteligência Artificial e Financiamento Climático**: Eventos paralelos dedicados à criação de um Fundo Global para o Desenvolvimento de Capacidades em IA e à defesa do acesso equitativo à tecnologia, ao lado de discussões preparatórias para o financiamento de perdas e danos e a triplicação dos recursos destinados à adaptação climática no Sul Global.

Movimento dos Países Não Alinhados (MNA)

O MNA é a maior coligação de países depois das Nações Unidas, criada em 1961, hoje, o movimento é composto por 121 Estados Membros de todas as partes do mundo. Existem ainda 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador. O Gabinete de Coordenação é sediado na ONU, sendo o principal instrumento para dirigir o trabalho das forças-tarefa, comitês e grupos de trabalho do MNA. O trabalho diário do MNA é realizado por Grupos

de Trabalho, em nome do Gabinete de Coordenação. De 2024 a 2027, a presidência do MNA está a cargo da República de Uganda. O presidente de Uganda, Yoweri Museveni é o presidente do Movimento dos Não-Alinhados. A Delegação de Uganda junto às Nações Unidas é o representante do Presidente na ONU.

Destaques do MNA e UNGA 81

Dando seguimento à seção do MNA na 81.ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU 81) do informe 16 dos cadernos Fiocruz de Saúde Global, na qual antecipamos os três eixos prioritários do bloco, apresentamos agora as manifestações formais efetivamente pronunciadas em Nova Iorque.

Como já é de amplo conhecimento, a 81.ª Sessão da AGNU foi aberta em 8 de setembro de 2026, sob a presidência do diplomata bangladeshi Khalilur Rahman, e o Debate Geral de Alto Nível realizado na semana de 22 a 28 de setembro, sob o tema "**Restaurar a confiança, gerir a transformação: uma ONU que entrega para todos**". A participação do MNA Concentrou-se em duas intervenções.

Os 40 anos da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento

23 de setembro DE 2026 – Em reunião de Alto-Nível para celebrar o 40.º aniversário da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, adotada pela Resolução 41/128 de 1986[10,11,12] e com a presença do Presidente da Assembleia, Khalilur Rahman, do Secretário-Geral António Guterres e do Alto Comissário para os Direitos Humanos, Volker Türk, o MNA declarou que as Nações Unidas devem operacionalizar o direito ao desenvolvimento por meio de um instrumento juridicamente vinculante.

O Azerbaijão, que exerceu a presidência anterior do MNA, recordou ter liderado em 2023 a facilitação da resolução do Conselho de Direitos Humanos que submeteu o projeto de pacto à Assembleia Geral.

O diagnóstico apresentado em vídeo institucional na abertura da reunião ofereceu a moldura econômica do debate afirmando que doze indivíduos detêm mais riqueza que metade da humanidade; a riqueza bilionária ultrapassa US$ 18 trilhões; mais de 800 milhões de pessoas vivem em pobreza extrema; 3,4 bilhões vivem em países que gastam mais com juros da dívida do que com educação ou saúde; US$ 500 bilhões se perdem anualmente com abuso tributário[13]; e a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento sofre sua maior queda anual já registrada. O Alto Comissário para os Direitos Humanos Türk classificou o sistema financeiro internacional como "grotescamente desequilibrado", lembrando que o gasto militar global de US$ 2,8 trilhões

[10] Presidência da AGNU — página oficial do evento: https://www.un.org/pga/81/event/high-level-meeting-to-commemorate-the-40th-anniversary-of-the-declaration-on-the-right-to-development/

[11] Nota conceitual do segmento de alto nível: https://www.un.org/pga/wp-content/uploads/sites/110/2026/08/Concept-Note_High-level-Segment-to-Commemorate-the-40th-Anniversary-of-the-Declaration-on-the-Right-to-Development.pdf

[12] IPS News — *Forty Years of the 'Right to Development'*: https://www.ipsnews.net/2026/09/forty-years-of-the-right-to-development-when-growth-excludes-is-it-still-development/

[13] ONU, cobertura oficial DEV/3481 — *Speakers Call for Debt Relief, Fairer Financial System, at High-Level Meeting Marking Fortieth Anniversary of Declaration on Right to Development*: https://press.un.org/en/2026/dev3481.doc.htm

equivale a oito vezes o custo estimado de erradicar a pobreza.

Segundo o registro oficial da ONU, o projeto de pacto internacional sobre o direito ao desenvolvimento passou por um longo processo de consulta em Genebra e agora aterrissou em Nova Iorque para consideração da Assembleia.

Para a saúde global, a implicação é direta: o Direito ao Desenvolvimento é o arcabouço normativo que sustenta reivindicações de transferência de tecnologia, espaço fiscal para financiar sistemas públicos de saúde e repartição equitativa de benefícios em mecanismos como o PABS. Convertê-lo em instrumento vinculante significaria transformar em obrigação jurídica aquilo que hoje permanece como declaração política.

Semana de alto-nível da AGNU (22 a 28 de setembro de 2026)

Em 24 de setembro, a Vice-Presidente Jessica Rose Epel Alupo leu, na tribuna do Debate Geral, o pronunciamento do Presidente de Uganda[14] Yoweri Museveni, reafirmando a posição do país na condição de presidência do MNA e articulou três anúncios de consequência direta para o Movimento dos não-alinhados.



Sobre a agenda do bloco, Uganda declarou-se comprometida com os princípios de unidade, paz e solidariedade entre as nações em desenvolvimento e reafirmou a dedicação ao Pacto Internacional sobre o Direito ao Desenvolvimento, com o objetivo de transformar a Declaração de 1986 num instrumento operacional vinculante que enfrente as desigualdades globais estruturais. Vale a precisão técnica: trata-se ainda de um projeto de pacto em consideração, e não de instrumento existente.

Sobre o calendário institucional, a Vice-Presidente Jessica anunciou que Kampala sediará a Reunião Ministerial do Gabinete de Coordenação do MNA, para Estados-membros e observadores, entre 2 e 4 de dezembro de 2026, como a última janela estatutária da gestão ugandesa e como já noticiado nas edições 15 e 14 dos Cadernos Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde.

Sobre a sucessão do Secretário Geral da ONU, Uganda apresentou formalmente a candidatura do Embaixador Olara Otunnu, destacando mais de quatro décadas de serviço no sistema das Nações Unidas, na diplomacia internacional e na administração pública, incluindo seu mandato como primeiro Representante Especial para Crianças e Conflitos Armados (1998–2005) e o mecanismo de monitoramento estabelecido pela Resolução 1612 (2005). Sua vasta experiência, estatura de estadista e comprovada capacidade de construir consensos o tornam excepcionalmente qualificado para liderar o Secretariado neste momento crítico.

[14] UN Web TV — *Uganda, General Debate, 81st Session*: https://webtv.un.org/en/asset/k10/k102ofz8yh

O restante da intervenção articulou a agenda estrutural do Sul Global.

Na reforma do Conselho de Segurança[15], Uganda exigiu a legítima representação da África, nas categorias permanente e não permanente, para corrigir desequilíbrios históricos, com base no Consenso de Ezulwini e na Declaração de Sirte[16].

Sobre a iniciativa ONU80, apoiou a racionalização institucional com a ressalva de que a reforma não pode enfraquecer mandatos, compromissos, programas nem a implementação da Agenda 2030, posição alinhada à do G-77 e China.

No campo do financiamento[17,18], registrou que apenas 36% das 139 metas dos ODS estão no caminho projetado, cobrou reforma das instituições financeiras internacionais com maior voz dos países em desenvolvimento no FMI e no Banco Mundial, e manifestou apoio à implementação plena do Compromisso de Sevilha[19] e às negociações da Convenção-Quadro da ONU sobre Cooperação Tributária Internacional, incluindo os protocolos sobre serviços transfronteiriços e solução de controvérsias.

A demanda por reforma financeira responde também a uma pressão doméstica concreta: a dívida pública ugandesa alcançou US$ 37,12 bilhões ao fim de junho de 2026, com a relação dívida/PIB subindo de 51,3% para 54,3%.

No eixo sanitário, o Vice-presidente destacou a modernização de centros de saúde e hospitais regionais de referência, a saúde digital e o enfrentamento simultâneo de doenças transmissíveis e não transmissíveis. Afirmou que Uganda está no caminho das metas 95-95-95 do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS) que estabelecem que 95% das pessoas vivendo com HIV conheçam seu diagnóstico, 95% destas estejam em tratamento antirretroviral e 95% das que se tratam alcancem supressão viral e do fim da AIDS como ameaça de saúde pública até 2030.

Prevenção, preparação e resposta a pandemias

Em 25 de setembro, a AGNU realizou a segunda Reunião de Alto Nível sobre Prevenção, Preparação e Resposta a Pandemias[20], convocada pela Resolução A/RES/79/333 e facilitada por Armênia e Ruanda, sob o tema *"Fomentar uma abordagem multilateral e intergeracional para prevenir, preparar-se e responder a pandemias e emergências de saúde pública, através dos*

---

[15] AllAfrica/UG Diplomat — *Museveni Calls for UN Security Council Reform, Stronger Multilateralism At UNGA 81* (24 set. 2026): https://allafrica.com/stories/202609240209.html

[16] Documentos adotados pela União Africana em 2005 que consolidam a posição comum do continente sobre a reforma do Conselho de Segurança, reivindicando dois assentos permanentes com direito de veto e cinco não permanentes para a África.

[17] Business Times Uganda — *Alupo Calls for Global Finance Reform as Uganda's Public Debt Continues to Rise*: https://businesstimesug.com/alupo-calls-for-global-finance-reform-as-ugandas-public-debt-continues-to-rise/

[18] Nile Post — *Alupo Calls for Global Financial Reforms, Greater African Voice at UN*: https://nilepost.co.ug/news/372789/alupo-calls-for-global-financial-reforms-greater-african-voice-at-un

[19] Documento final da Quarta Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento (FfD4), realizada em 2025 — e às negociações da Convenção-Quadro da ONU sobre Cooperação Tributária Internacional, incluindo os protocolos sobre serviços transfronteiriços e solução de controvérsias.

[20] Presidência da AGNU — página oficial da reunião: https://www.un.org/pga/81/2026/09/14/high-level-meeting-pandemic-prevention-preparedness-and-response/

princípios da equidade e da solidariedade". O encontro foi organizado em dois painéis multissetoriais, sendo o segundo dedicado ao acesso equitativo por meio de sustentabilidade e previsibilidade: capacidades e financiamento[21].

A Declaração Política aprovada sustenta que a segurança sanitária nacional só se alcança mediante solidariedade global, adota abordagem Uma Só Saúde[22], reconhece o Acordo de Pandemias e as emendas ao Regulamento Sanitário Internacional, e sublinha a urgência de concluir o Anexo PABS, cuja adoção na Assembleia Mundial da Saúde de maio de 2027 é condição para que os Estados-membros possam iniciar a ratificação do Acordo de Pandemias, adotado em maio de 2025 e ainda não em vigor. Cabe precisão jurídica: a Declaração foi aprovada na reunião de alto nível, mas sua adoção formal pela Assembleia Geral ainda está pendente.

Amina Mohammed, em nome do Secretário-Geral, foi direta: "O Sistema de Acesso a Patógenos e Repartição de Benefícios, em negociação, é crítico para destravar todo o potencial do Acordo de Pandemias da OMS[23]. Não há tempo a perder." O contexto de Genebra reforça a urgência — a oitava sessão do Grupo de Trabalho Intergovernamental encerrou-se em 18 de setembro sem texto final do Anexo.

Outras vozes do Sul Global no Debate Geral

Entre os pronunciamentos de Estados-membros do MNA, destacou-se o do presidente ganês John Dramani Mahama, em 24 de setembro, que articulou reparações históricas a transformação estrutural: "a reparação real exige transformação estrutural. Requer desmantelar os motores persistentes da exploração: regimes comerciais globais injustos, extração predatória de recursos, classificações de crédito discriminatórias, encargos de dívida insustentáveis e a continuada exportação de matérias-primas da África enquanto a agregação de valor real e a criação de empregos ocorrem em outro lugar."[24] Registrou que países em desenvolvimento pagam juros até oito vezes maiores e que governos são forçados a uma escolha trágica: servir a dívida predatória ou servir a seu povo, afirmando que a África não busca caridade e que processaremos nossos minerais em casa.

O presidente somali Hassan Sheikh Mohamud, também em 24 de setembro, sustentou que a incerteza, infelizmente, tornou-se a nova norma, defendeu um Conselho de Segurança mais representativo, transparente e eficaz alinhado à posição comum africana, e reafirmou apoio ao direito do povo palestino à autodeterminação e à condição de Estado, com apelo por

---

[21] OMS — *World leaders renew commitment to protect the world from future pandemics*: https://www.who.int/news/item/25-09-2026-world-leaders-renew-commitment-to-protect-the-world-from-future-pandemics

[22] (One Health) que trata a saúde humana, animal e ambiental como sistema único e interdependente, reconhecendo que a maioria das pandemias tem origem na transmissão de patógenos de animais para humanos.

[23] OMS — *Member States advance negotiations on pathogen access and benefit-sharing* (18 set. 2026): https://www.who.int/news/item/18-09-2026-member-states-advance-negotiations-on-pathogen-access-and-benefit-sharing-ahead-of-un-general-assembly-meeting-on-pandemics

[24] Africa Briefing — *Africa speaks with rare unity at UNGA 81*: https://africabriefing.com/africa-speaks-with-rare-unity-at-unga-81/

cessar-fogo em Gaza[25]. O presidente moçambicano Daniel Chapo, em 23 de setembro, defendeu que restaurar a confiança significa renovar a promessa feita há 81 anos, pleiteando financiamento acessível, alívio da dívida, financiamento concessional e climático e transferência de tecnologia, na transição da dependência à capacitação[26].

Considerações finais

A AGNU 81 ofereceu ao Movimento dos Não-Alinhados as arenas formais que a comemoração de Belgrado não pôde oferecer, com mandato, texto negociado e produto normativo. Ainda assim, a presença do bloco na semana de alto nível resumiu-se a duas intervenções e dois silêncios que dizem mais que o conjunto das falas. O primeiro silêncio foi do Gabinete de Coordenação, sediado em Nova Iorque que é o instrumento pelo qual o MNA se manifesta coletivamente e não emitiu declaração alguma sobre Palestina, Cuba ou medidas coercitivas unilaterais, temas que o próprio MNA elegeu como estruturais, e não há confirmação de que a tradicional reunião ministerial anual do bloco em Nova Iorque tenha ocorrido.

O segundo é o que cerca a candidatura do Embaixador Olara Otunnu ao cargo de Secretário-Geral da ONU, anunciada da tribuna a partir da posição de presidência do país e que não recebeu endosso formal do MNA, da União Africana ou do G-77, e obteve na terceira votação informal do Conselho de Segurança, em 18 de setembro, apenas 5 votos de estímulo contra 7 de desestímulo, distante dos nove necessários. A tribuna do bloco foi usada como plataforma nacional sem a contrapartida de mobilização coletiva que historicamente caracterizou o Movimento em disputas sucessórias.

Os dois avanços da semana, o projeto de pacto sobre o Direito ao Desenvolvimento formalmente diante da AGNU e o compromisso político com o Anexo PABS inscrito na Declaração sobre Pandemias, só se convertem em direito exigível mediante coordenação sustentada de votos e narrativa nas instâncias seguintes: a tramitação do pacto nas comissões da Assembleia e do Conselho de Direitos Humanos, e a adoção do Anexo na Assembleia Mundial da Saúde de maio de 2027, sem a qual os Estados sequer podem iniciar a ratificação do Acordo de Pandemias. É precisamente essa capacidade de coordenação que a presença fragmentada em Nova Iorque não demonstrou.

Movimento Jovem dos Não Alinhados (NAMYO)

A Organização Jovem do Movimento dos Não-Alinhados (NAMYO) foi inaugurada oficialmente em outubro de 2021 em Baku no Azerbaijão e, desde então, vem atuando como uma plataforma ampla, criando oportunidades para que os jovens possam se manifestar, apresentar suas ideias e perspectivas em temas relacionados com a conjuntura política global capacitando os mais jovens para se tornarem líderes do futuro.

---

[25] Arab News — *Somalia reaffirms support for Palestinian statehood at UN General Assembly*: https://arabnews.com/world/somalia-reaffirms-support-for-palestinian-statehood-at-un-general-assembly-3002996

[26] Club of Mozambique — *Mozambique: UNGA address, ExxonMobil meeting on Chapo's agenda for final day of US visit*: https://clubofmozambique.com/news/mozambique-unga-address-exxonmobil-meeting-on-chapos-agenda-for-final-day-of-us-visit/

DESTAQUES

21 de setembro de 2026 – Posicionamento da NAMYO no Dia Internacional da Paz.



No Dia Internacional da Paz, comemorado em 21 de setembro sob o tema "**Invista na Paz: Para Todos, em Todos os Lugares, Todos os Dias**", a Organização Jovem do Movimento dos Não-Alinhados (NAMYO) reafirmou o compromisso da juventude dos países não alinhados com a promoção da paz enquanto responsabilidade compartilhada e imperativo ético global.

O posicionamento ressalta que a estabilidade internacional não é um estado passivo, mas uma construção ativa sustentada no desenvolvimento de competências humanas e comunitárias — como o diálogo aberto, a empatia, a solidariedade, a inclusão e a conscientização intercultural. Ao capacitar os jovens para atuar como pontes diante de polarizações e fraturas geopolíticas, a organização reforça que o investimento no engajamento juvenil e na diplomacia preventiva é o caminho essencial para edificar sociedades resilientes e assegurar um futuro verdadeiramente pacífico para todos.

14 de setembro de 2026 – Encontro da NAMYO com a Rede Parlamentar do MNA.



NAMYO promoveu um diálogo interativo com a Presidente do Parlamento do Azerbaijão (Milli Majlis) e da Rede Parlamentar do MNA, Prof.ª Dr.ª Sahiba Gafarova, focado na centralidade da juventude para a cooperação interparlamentar.

O encontro abordou a urgência de formular respostas institucionais coordenadas para os principais desafios globais contemporâneos por meio de um multilateralismo parlamentar renovado. A discussão enfatizou a construção de uma governança compartilhada mais inclusiva, equilibrada e alinhada às realidades dos Parlamentos dos Estados-Membros, posicionando o engajamento juvenil e a liderança participativa do Sul Global como motores indispensáveis para democratizar os processos de tomada de decisão e aproximar a diplomacia parlamentar das novas gerações.

Centro Sul

O Centro Sul é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra, na Suíça, criada em 1995, que funciona como um *think tank* de reflexão e ação política em prol do Sul global.

O Centro Sul realiza pesquisas voltadas para políticas públicas sobre questões-chave de desenvolvimento e apoia os países em desenvolvimento a participarem efetivamente de processos de negociação internacional relevantes para a consecução dos ODS.

O Centro Sul também oferece assistência técnica e capacitação em diversas áreas dentro do seu programa de trabalho. O Centro promove a unidade do Sul, reconhecendo a diversidade

de interesses e prioridades nacionais. O Centro Sul sucedeu a Comissão do Sul, cujo principal objetivo era fortalecer a cooperação Sul-Sul nos assuntos internacionais. Em 2025, celebrou seu 30º aniversário

NOTÍCIAS DE DESTAQUES

24 de setembro de 2026 — O Centro Sul na Semana de Alto Nível: propriedade intelectual e a disputa pela transição verde.



A participação do Centro Sul na semana de alto nível da 81.ª Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU 81) concentrou-se em uma intervenção temática precisa, realizada fora do recinto da Assembleia, mas dentro de seu ecossistema político.

Em 24 de setembro, no Ford Foundation Center for Social Justice, em Nova Iorque, o Centro Sul coorganizou com a *Resource Justice Network* a mesa-redonda "**Quem é dono da transição? Tecnologia, poder e a divisão industrial verde**" — em formato presencial e por convite, integrada à programação da Semana do Clima de Nova Iorque[27].

O encontro operacionalizou, no ambiente político da Assembleia Geral, o conteúdo do Resumo de Política 162[28], de autoria de Paulo Esteves, publicado em 2 de setembro e já analisado na edição 16 dos Cadernos Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. A tese central é que os países em desenvolvimento enfrentam o triplo desafio simultâneo de industrializar, descarbonizar e adaptar-se às mudanças climáticas, enquanto tecnologias climáticas cruciais permanecem inacessíveis porque o conhecimento fundamental está protegido por patentes e segredos comerciais concentrados em poucas corporações multinacionais.

A relevância dessa agenda para a diplomacia da saúde reside na identidade estrutural do argumento. Os quatro agrupamentos de barreiras identificados no estudo — custos de acesso, custos de transação, restrições legais decorrentes do Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS, na sigla em inglês) e de cláusulas "TRIPS-plus" em acordos bilaterais, e lacunas de capacidade de absorção — são exatamente os mesmos que o Centro Sul mapeia no campo farmacêutico.

As recomendações replicam a estratégia consolidada no setor da saúde: uso ativo das flexibilidades do TRIPS, licenciamento compulsório, critérios mais rígidos de patenteabilidade, bancos de patentes e fortalecimento de capacidades produtivas locais. Trata-se, portanto, de uma mesma arquitetura analítica aplicada a dois domínios — medicamentos e tecnologias verdes —, o que confere ao Centro Sul coerência doutrinária transversal nas negociações multilaterais.

---

[27] South Centre — *South Centre & Resource Justice Network Roundtable, 24 September 2026*: https://www.southcentre.int/south-centre-resource-justice-network-roundtable-24-september-2026/

[28] South Centre — *Policy Brief 162* (2 set. 2026): https://www.southcentre.int/policy-brief-162-2-september-2026/

21 de setembro de 2026 – "O que os países em desenvolvimento desejam da próxima geração de regras multilaterais?". (Vahini Naidu)



À margem do Fórum Público da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 17 de setembro, o Centro Sul organizou um painel de discussão intitulado **"O que os países em desenvolvimento desejam da próxima geração de regras multilaterais?".**

Realizada sob a regra da *Chatham House*[29], a conversa reuniu embaixadores, delegados e especialistas dos Estados-Membros do Centro Sul para refletir sobre como a reforma da OMC pode atender aos interesses dos países em desenvolvimento em uma economia global em transformação.

Os Estados-Membros participantes enfatizaram que a reforma da OMC deve preservar e expandir o espaço político necessário para que os países em desenvolvimento se industrializem, diversifiquem suas atividades e migrem para uma produção de maior valor agregado. Eles alertaram contra a priorização de novas regras enquanto problemas de desenvolvimento de longa data permanecerem sem solução, apesar dos repetidos apelos dos países em desenvolvimento por progressos significativos.



Eles também ressaltaram que a reforma da OMC não deve prejudicar seus os objetivos de desenvolvimento por meio de mudanças na tomada de decisões por consenso, no tratamento de Nação Mais Favorecida, no Tratamento Especial e Diferenciado ou no uso de abordagens plurilaterais.

A restauração de um sistema de resolução de disputas plenamente funcional, eficaz e acessível foi identificada como essencial. Sem a aplicação credível das regras acordadas, os compromissos da OMC oferecem proteção prática limitadas contramedidas comerciais unilaterais e violações dos direitos e obrigações dos Membros.

Os Estados-Membros apoiaram veementemente o Centro Sul e enfatizaram que as instituições que fornecem análises e apoio independentes aos países em desenvolvimento devem ser protegidas. Manifestaram preocupação com a pressão a que recaem as organizações que defendem as perspetivas dos países em desenvolvimento, mesmo quando outras vozes externas têm um espaço considerável para influenciar o debate na OMC.

O encontro reafirmou que o desenvolvimento deve permanecer no centro do trabalho da OMC, inclusive no processo de reforma em curso. Diversas ideias e recomendações surgiram da discussão, as quais o Centro Sul encaminhará em consulta com seus Estados-Membros.

---

[29] A **Regra da Chatham House** (*Chatham House Rule*) é uma norma utilizada em reuniões, debates e conferências para incentivar a abertura e a honestidade nas discussões sobre temas sensíveis.
A regra estabelece o seguinte: *"Quando uma reunião, ou parte dela, é realizada sob a Regra da Chatham House, os participantes são livres para usar as informações recebidas, mas nem a identidade nem a afiliação do(s) palestrante(s), nem a de qualquer outro participante, pode ser revelada."*

17 de setembro de 2026- **Centro Sul e Missão do Irã promovem evento paralelo na 53.ª sessão do IGC da OMPI sobre a ratificação e implementação do Tratado GRATK.**



O Centro Sul, em cooperação com a Missão Permanente da República Islâmica do Irã junto à ONU em Genebra, promoveu um evento paralelo durante a 53.ª Sessão do Comitê Intergovernamental sobre Propriedade Intelectual e Recursos Genéticos, Conhecimentos Tradicionais e Folclore (IGC53) da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI/WIPO).

O encontro abordou os caminhos práticos para a ratificação e implementação do Tratado da OMPI sobre Propriedade Intelectual, Recursos Genéticos e Conhecimentos Tradicionais Associados (Tratado GRATK[30]). O principal destaque do evento foi a consolidação da nova coalizão "Friends of GRATK" ("Amigos do GRATK"), uma aliança internacional de países comprometidos em mobilizar apoio político e acelerar os processos legislativos nacionais para garantir a entrada em vigor desse instrumento internacional.

A coalizão surge para manter o dinamismo diplomático gerado após a adoção histórica do texto em maio de 2024. O grupo atua articulando países mega diversos e nações do Sul Global para coordenar ações diplomáticas, sanar dúvidas regulatórias sobre a transposição das regras internacionais para o direito doméstico e incentivar a adesão no âmbito parlamentar dos Estados-Membros.

O Tratado GRATK passará a ter efeito vinculante no direito internacional 3 meses após a deposição do 20.º instrumento de ratificação ou adesão por parte dos Estados-Membros da OMPI. O evento do dia 17 de setembro teve como foco justamente incentivar que os governos priorizem essa pauta em seus poderes legislativos nacionais.

A implementação efetiva do Tratado GRATK é considerada crucial para combater a biopirataria, proteger os direitos de povos indígenas e comunidades locais e criar um ecossistema global de patentes mais transparente, no qual o acesso a recursos genéticos (essenciais para produtos farmacêuticos, biotecnologia e cosméticos) esteja condicionado à obrigação de declaração de origem e à repartição justa e equitativa de benefícios.

[30] Adotado em maio de 2024 na sede da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI/WIPO) após décadas de negociações, o Tratado GRATK representa um marco para o direito internacional. Ele estabelece uma exigência compulsória de divulgação (disclosure requirement): inventores e empresas que solicitarem patentes baseadas em recursos genéticos ou conhecimentos tradicionais associados devem declarar explicitamente o país de origem ou a fonte desses recursos e saberes.

14 de setembro de 2026 – [Declaração do Centro Sul ao Grupo de Trabalho Intergovernamental de Composição Aberta sobre o Acordo da OMS para a Pandemia, Oitava Sessão (IGWG8).]


SOUTH CENTRE

Statement by the South Centre to the Open-ended Intergovernmental Working Group on the WHO Pandemic Agreement, Eight Session (IGWG8)

14 September 2026

The Open-ended Intergovernmental Working Group on the WHO Pandemic Agreement (IGWG) informals have asked a core question. How can benefit sharing carry the same weight as access?

Article 12 establishes that the terms and conditions for access and benefit sharing shall provide legal certainty and that the mechanism for setting them out, including benefit sharing by participating manufacturers, is legally binding contracts with WHO. To act rapidly and ensure transparency and equitable treatment of all users, these must be standard contracts. They should be signed upon accessing to pathogen access and benefit sharing (PABS) materials or sequence information, because once the materials/information are processed it may be technically impracticable to identify them. The IGWG should move fast to define the contractual terms and the measures

Na abertura da 8.ª sessão do Grupo de Trabalho Intergovernamental (IGWG8) sobre o Acordo de Pandemias da Organização Mundial da Saúde (OMS), o Centro Sul apresentou declaração que responde à pergunta central que vinha organizando as consultas informais do processo: como fazer com que a repartição de benefícios tenha o mesmo peso que o acesso a patógenos.

A resposta do Sul Global é jurídica antes de ser política pois a equidade só se sustenta se for exigível, e exigibilidade depende de contratos, rastreabilidade e responsabilização.

O argumento parte do texto já acordado. O Artigo 12 do Acordo estabelece que os termos do Sistema de Acesso a Patógenos e Repartição de Benefícios (PABS) devem oferecer segurança jurídica e que o instrumento para os fixar aos contratos juridicamente vinculantes com a OMS. O Centro Sul sustenta que, para operar com rapidez e tratar todos os usuários de forma equitativa, esses contratos precisam ser padronizados e assinados no momento da adesão ao acesso aos materiais ou às informações de sequência genética e não depois. A razão é técnica e decisiva: uma vez que o material biológico é processado, torna-se praticamente impossível identificar sua origem, o que inviabiliza qualquer cobrança posterior de contrapartida. Quem acessa o patógeno na origem assume a obrigação na origem.

O conteúdo dessas contrapartidas é detalhado em quatro frentes:

- **Reservas em tempo real e doações** de vacinas, terapêuticos e diagnósticos à OMS, ou seja, percentuais da produção separados durante a emergência, e não ao final dela;
- **Licenciamento não exclusivo e transferência de tecnologia e *know-how***, condição para que países do Sul produzam localmente em vez de aguardar remessas internacionais;
- **Contribuição financeira obrigatória** de qualquer entidade que comercialize produto ou serviço desenvolvido a partir de materiais ou sequências obtidos pelo Sistema de Acesso a Patógenos e Repartição de Benefícios (PABS), mecanismo pelo qual países do Sul compartilham amostras de vírus e dados genéticos em troca de contrapartida em vacinas, tratamentos e tecnologia;
- **Segurança jurídica, rastreabilidade e responsabilização**, sem as quais as três primeiras permanecem meramente declaratórias.

A proposta de contribuição monetária merece atenção pelo desenho preciso. O gatilho é a colocação do produto no mercado, não a pesquisa. A pesquisa isolada não gera obrigação de pagamento, o que preserva o incentivo científico. A obrigação vale seja o usuário um fabricante participante ou não, e o ônus de provar que o material veio de fora do sistema PABS recai sobre o usuário, e não sobre o país de origem. Essa inversão do ônus da prova é o ponto tecnicamente mais engenhoso da proposta: transfere para quem lucra o custo de demonstrar que não deve. Usuários que não comercializem produtos derivados ficariam sujeitos a formas não monetárias de repartição.

O alerta mais contundente da declaração dirige-se ao chamado “modelo híbrido” em discussão em que a arquitetura que ofereceria acesso aos patógenos por duas rotas distintas, vinculando obrigações de repartição a apenas uma delas. O Centro Sul é categórico: se o mesmo material puder ser obtido por outro caminho sem compromisso subsequente, desaparece qualquer motivação para aderir ao PABS. Na declaração, o acesso ficaria assegurado a todos enquanto a repartição de benefícios se tornaria uma escolha para alguns, o que descumpre frontalmente o requisito do Artigo 12 de que acesso e repartição estejam em pé de igualdade. Não se trata de crítica marginal: um sistema voluntário na prática é um sistema que reproduz, com outra roupagem, a assimetria da pandemia de COVID-19 em 2020.

Em contrapartida, o Centro Sul acolhe como digno de consideração o modelo de bancada federada (*federated workbench*) levantado nas reuniões informais. Até aqui, as negociações vinham tratando o acesso sobretudo como obrigação de transferência física de materiais e sequências genéticas. O modelo federado propõe um caminho distinto: o usuário registrado envia uma consulta por uma interface comum, a análise roda no local onde o dado está armazenado (no país de origem) e apenas os resultados processados retornam. Na prática, o dado genético nunca sai do país de origem — o que resolve simultaneamente o problema da rastreabilidade e o da soberania sobre material biológico, questão que atravessa também o mecanismo de Informação de Sequência Digital (DSI) na Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB).

G20, G7 e OCDE

G20, el G7 y la OCDE

G20, G7, and OECD

Pedro Burger, Vitória Kavanami, João Miguel Estephanio, Thaiany Medeiros Cury e Nina Bouqvar

O G20 e a Arquitetura Global da Saúde: Subsídios para a Reforma da OMS

El G-20 y la arquitectura sanitaria mundial: aportaciones para la reforma de la OMS

G20 and the Global Health Architecture: Insights for WHO Reform

Resumo: O presente informe constitui uma análise temática voltada a mapear as posições do G20 acerca da reforma da governança global e da Arquitetura Global da Saúde. À luz da criação da Força-Tarefa Conjunta da Organização Mundial da Saúde (OMS), instituída na 79ª Assembleia Mundial da Saúde para formular propostas de reestruturação do setor até 2027, o documento examina os impasses e o distanciamento de pautas sob a presidência norte-americana em 2026. Em contrapartida, resgata os entendimentos substantivos pactuados nos mandatos do Brasil (2024) e da África do Sul (2025), demonstrando como os consensos pregressos podem fornecer elementos para subsidiar recomendações para o redesenho institucional da agência.

Palavras-chave: G20; EUA.

Resumen: *El presente informe constituye un análisis temático destinado a recabar las posiciones del G-20 sobre la reforma de la gobernanza mundial y la arquitectura sanitaria mundial. A la luz de la creación del Grupo de Trabajo Conjunto de la Organización Mundial de la Salud (OMS), establecido en la 79.ª Asamblea Mundial de la Salud para formular propuestas de reestructuración del sector de aquí a 2027, el documento examina los bloqueos y el distanciamiento en las agendas bajo la presidencia estadounidense en 2026. Por el contrario, recupera los acuerdos sustantivos alcanzados durante los mandatos de Brasil (2024) y Sudáfrica (2025), demostrando cómo los consensos anteriores pueden aportar elementos que respalden las recomendaciones para el rediseño institucional de la agencia.*

Palabras clave: *G20; EE. UU.*

Abstract: *This report presents a thematic analysis mapping the G20's positions on reforming global governance and the Global Health Architecture. In light of the creation of the World Health Organization (WHO) Joint Task Force—established at the 79th World Health Assembly to formulate proposals to restructure the sector by 2027—this document examines the impasses and divergences in the agenda under the U.S. presidency in 2026. In contrast, it revisits the substantive agreements reached during the presidencies of Brazil (2024) and South Africa (2025),*

showing how past consensus can inform recommendations for the agency's institutional redesign.

Keywords: *G20; USA.*

O debate sobre a reforma da governança global e das principais instituições multilaterais, historicamente centrado na modernização de instâncias como a Organização das Nações Unidas, tem atravessado momentos de redefinição. Um dos exemplos mais expressivos dessa movimentação reside na criação da Força-Tarefa Conjunta incumbida de orientar as reformas na Organização Mundial da Saúde (OMS) e em suas unidades satélites. Composta por representantes de 14 países e 9 representantes da organização, a instância foi instituída para formular o conjunto de diretrizes que conformará a Reforma da Arquitetura Global da Saúde, cujos resultados serão apresentados na 80ª Assembleia, em maio de 2027. A iniciativa busca responder a transformações estruturais profundas no cenário internacional, marcadas pela expansão de capacidades regionais e soberanias nacionais, pela alteração nos perfis de risco epidemiológico, pelo avanço veloz da inteligência artificial e das tecnologias digitais e pela retração expressiva no financiamento setorial. Conforme apontado nos termos de referência do grupo, a multiplicação substancial de atores no setor, embora relevante, ampliou a complexidade do sistema e gerou assimetrias de poder, redundâncias e uma fragmentação que limita a apropriação nacional, o impacto e a equidade das políticas de saúde, tornando indispensável examinar de que maneira as principais economias do mundo têm se posicionado diante desse esforço de reorganização institucional.

No âmbito do G20, longe de consolidar uma postura consensual sobre a reestruturação desses organismos, o fórum tem refletido uma dissonância, acentuada pela chegada dos Estados Unidos à presidência do grupo em 2026. Ao assumir a presidência rotativa, o governo norte-americano promoveu uma guinada deliberada nos trabalhos, condicionando a atuação do bloco a um retorno estrito às suas funções econômicas fundacionais que remetem à crise econômica de 2008. Sob a justificativa de priorizar soluções práticas, resultados concretos e a restauração da força dos Estados Unidos no plano internacional, a nova gestão adotou um afastamento sistemático das discussões transversais e de cunho social que haviam norteado os ciclos anteriores comandados pelo Sul Global. Essa mudança estrutural substituiu agendas pautadas em uma governança coletiva por um modelo estritamente fundamentado na preservação da soberania nacional e na autonomia das políticas domésticas de cada Estado-membro.

Em termos organizacionais, essa reformulação do bloco resultou na concentração das atividades em três eixos prioritários. A estratégia norte-americana estruturou-se em torno da desregulamentação para fomentar a competitividade e o emprego, do pragmatismo energético voltado à abundância e à segurança das cadeias de suprimento, e da aceleração tecnológica baseada na liderança em inteligência artificial e na inovação privada. Longe de se limitarem a ajustes programáticos, esses eixos, no entanto, parecem delimitar melhor uma concepção específica de fórum multilateral, na qual a cooperação internacional é reduzida à facilitação de investimentos e à remoção de encargos para as empresas, descartando a construção de compromissos regulatórios globais ou de reformas institucionais abrangentes.

Talvez o reflexo mais prático dessa movimentação tenha se manifestado no afunilamento sem precedentes da própria governança do G20, que passou a operar com apenas quatro grupos de trabalho ativos. Esse desenho restritivo expurgou formalmente do centro das

negociações temas que mobilizaram a diplomacia global nos últimos anos, como as mudanças climáticas, as questões de gênero, o enfrentamento das desigualdades e, de forma categórica, as discussões sobre a arquitetura da saúde global. Ao defender que o foco restrito nas crises econômicas e financeiras imediatas é a única via para assegurar a relevância do grupo, a Casa Branca impôs uma agenda que, no limite, tem alimentado forte ceticismo entre as delegações, que veem com desconfiança a viabilidade de se construir qualquer consenso substantivo durante a futura Cúpula de Miami diante da postura unilateral adotada pelo país anfitrião.

Além disso, o esvaziamento das pautas multilaterais é agravado pelo desgaste nas relações entre os Estados Unidos e a África do Sul, o que compromete o princípio fundador do consenso do bloco. As tensões escalaram a partir de gestos institucionais hostis, como a exclusão da bandeira sul-africana da plataforma oficial da presidência e a imposição de barreiras à circulação da delegação de Pretória, por meio do controle de vistos e da recusa em reconhecer passaportes diplomáticos. As justificativas mobilizadas pelo governo norte-americano desde o ano passado, baseadas em alegações de Donald Trump sobre desapropriações ilegais de terras e episódios de violência no campo, encontram forte contestação em dados técnicos que demonstram a ausência de viés racial e a baixa representatividade dessas ocorrências no contexto da criminalidade geral do país. A resposta de Pretória, traduzida na suspensão temporária de sua participação presencial e em uma pausa comercial nas atividades do bloco, expõe a gravidade do momento institucional que enfraquece a própria legitimidade decisória do fórum.

O afastamento das discussões sobre a reforma dos organismos internacionais na gestão norte-americana ganha contornos ainda mais nítidos quando contrastado com a trajetória mais recente do G20, especialmente sob as lideranças da África do Sul em 2025 e do Brasil em 2024. Torna-se indispensável, portanto, reconstituir a forma como essas agendas foram conduzidas e dimensionar a extensão da ruptura no cenário atual. Esse diagnóstico retrospectivo fornece a base analítica para um exercício de prospecção voltado a subsidiar recomendações ao processo de reforma da OMS.

Foi sob o mandato brasileiro que a reestruturação da governança multilateral ascendeu formalmente ao centro da agenda do bloco, alicerçada no diagnóstico de que as instituições forjadas no contexto pós-Segunda Guerra Mundial se tornaram anacrônicas e incapazes de responder aos desafios contemporâneos de fome, pandemias, desigualdade e mudanças climáticas. Essa premissa traduziu-se em diversos resultados de gestão, como a convocação de uma reunião ministerial inédita na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, na qual os chanceleres do G20 aprovaram, por consenso, o Chamado à Ação sobre a Reforma da Governança Global. O documento, na época, estipulou compromissos detalhados para a modernização do sistema internacional, defendendo, por exemplo, a revitalização da Assembleia Geral da ONU e uma reforma transformadora do Conselho de Segurança, orientada a torná-lo mais representativo, legítimo e democrático por meio da inclusão de nações da África, da América Latina e do Caribe e da Ásia-Pacífico.

Em paralelo a essas diretrizes, a gestão brasileira também iniciou articulações e apresentou propostas para a arquitetura financeira internacional. No que tange ao aspecto das reformas, o plano de ação contemplou a revisão das quotas do Fundo Monetário Internacional (FMI) para corrigir assimetrias de voto, a criação da vigésima quinta cadeira no Conselho Executivo da entidade dedicada à África Subsaariana, a ampliação da capacidade de crédito dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento em apoio à Agenda 2030 e o aprimoramento das

funções da Organização Mundial do Comércio (OMC). O Brasil também introduziu no G20 o debate pioneiro sobre a tributação progressiva voltada às grandes fortunas, pauta que reuniu forte adesão entre as economias emergentes, mas que encontrou resistências pontuais de potências desenvolvidas, com destaque para os Estados Unidos e o Reino Unido.

No campo da saúde pública, a gestão brasileira estruturou sua atuação em torno da construção de sistemas resilientes, articulando quatro eixos prioritários: a prevenção, a preparação e a resposta a pandemias, com foco na descentralização da produção; a expansão da saúde digital e da telessaúde; a promoção da equidade no acesso aos serviços; e o enfrentamento direto dos impactos das mudanças climáticas. A capacidade de coordenação política do país traduziu-se na aprovação unânime de duas declarações ministeriais, pactuadas por consenso no Rio de Janeiro – uma declaração geral voltada à cooperação internacional, ao combate a epidemias e ao fortalecimento da força de trabalho em saúde, e outra específica dedicada à interseção entre eventos climáticos extremos, equidade e a abordagem de Saúde Única (One Health). Como entrega de maior materialidade, o fórum formalizou a criação da Coalizão para Produção Local e Regional, Inovação e Acesso Equitativo, sediada inicialmente no Brasil, com modelo de financiamento voluntário, orientada a impulsionar a transferência de tecnologia e o desenvolvimento de vacinas, medicamentos e diagnósticos para doenças socialmente determinadas que afetam populações vulneráveis. Mais do que entregas setoriais isoladas, tanto as diretrizes do Chamado à Ação quanto os compromissos sanitários foram incorporados à Declaração de Líderes do Rio de Janeiro. Ao chancelar tais temas na reunião, a Cúpula brasileira consolidou um momento de convergência que serviria de contraste imediato às dissonâncias abertas no ciclo seguinte, em solo africano, e ao desmonte dessas agendas sob a presidência norte-americana.

Esse movimento de fortalecimento institucional em prol da reforma da governança e da valorização da cooperação em saúde foi mantido pela África do Sul ao longo de 2025, sob a orientação conceitual da filosofia Ubuntu e dos pilares de solidariedade, igualdade e sustentabilidade. Na Cúpula de Joanesburgo, a Declaração de Líderes endossou e aprofundou os termos pactuados no ciclo anterior, reiterando a exigência de expansão do Conselho de Segurança da ONU e acolhendo os avanços na representatividade africana no FMI e nos mecanismos do Quadro Comum para tratamento da dívida soberana de países de baixa renda. Sob essa premissa de interdependência, a diplomacia sul-africana sustentou que o bloco não poderia restringir sua atuação a mandatos macroeconômicos, cabendo-lhe enfrentar, de forma ampla e ativa, as assimetrias estruturais do sistema internacional.

Essa abordagem refletiu-se diretamente no tratamento conferido à saúde, concebida na Declaração de Joanesburgo como um pilar indissociável da estabilidade econômica e da resiliência das nações vulneráveis. Embora as declarações do Rio de Janeiro e de Joanesburgo não tenham reservado à OMS um capítulo formal de reestruturação nos mesmos moldes das reformas exigidas para as instâncias das Nações Unidas, a modernização e a legitimidade institucional da agência ocuparam lugar de destaque em ambas as gestões. Sob a condução do Sul Global, o debate em torno da OMS estruturou-se em torno do fortalecimento de sua governança, da reafirmação de seu papel central de coordenação e, de modo determinante, da sustentabilidade de seu financiamento.

Na Declaração do Rio de Janeiro, em 2024, os líderes chancelaram a agência como a âncora indispensável da saúde global e defenderam que sua autonomia e autoridade fossem respaldadas por recursos financeiros adequados, previsíveis, transparentes e flexíveis,

formalizando apoio direto à Rodada de Investimentos da OMS e ao avanço das negociações do Acordo de Pandemias. Essa diretriz amadureceu e ganhou desdobramentos operacionais na África do Sul ao longo de 2025. Na Cúpula de Joanesburgo, a transformação da arquitetura de saúde foi expressamente vinculada à necessidade de uma governança transparente, responsável e concentrada nas funções centrais da OMS, celebrando-se como marco histórico o aumento das contribuições obrigatórias aprovado na 78ª Assembleia Mundial da Saúde. Em paralelo, o G20 defendeu que as recomposições financeiras de fundos globais fossem acompanhadas de reformas organizacionais para elevar a eficiência e mitigar a fragmentação de recursos, ao mesmo tempo em que saudou a adoção do Acordo de Pandemias naquele ano e as emendas ao Regulamento Sanitário Internacional como instrumentos centrais de prevenção e resposta – além de incentivar o avanço das negociações do Acordo sobre o acesso a patógenos.

Apesar desses avanços, fissuras diplomáticas durante o mandato sul-africano começaram a se manifestar de forma explícita, revelando a resistência que viria a paralisar o tema da saúde global no ano seguinte. Durante a última Reunião Ministerial de Saúde realizada em Polokwane, a obtenção de uma Declaração conjunta foi inviabilizada pela recusa expressa da delegação dos Estados Unidos em assinar o texto, forçando a divulgação de um resumo da presidência (*Chair's Summary*). Segundo os relatos do então ministro sul-africano da Saúde, Aaron Motsoaledi, os negociadores norte-americanos rejeitaram a quase totalidade dos consensos construídos ao longo do ano, recusando qualquer formulação que contemplasse termos como solidariedade, equidade, sustentabilidade, inclusão e prevenção de pandemias, restringindo seu aval a menções isoladas ao combate às doenças não transmissíveis. O veto de Washington esvaziou compromissos centrais em torno do financiamento público para a atenção primária e para a cobertura universal de saúde, ignorando os alertas de organismos como a UNAIDS sobre os impactos devastadores do corte de ajuda financeira e do serviço da dívida nos sistemas de saúde de nações em desenvolvimento.

O distanciamento norte-americano culminou em um rompimento diplomático aberto na Cúpula de Líderes, quando o governo dos Estados Unidos confirmou o boicote presencial ao evento em Joanesburgo. Diante da ausência de Washington e da deserção de última hora da Argentina nas negociações do texto, o presidente Cyril Ramaphosa respondeu de forma tática ao homologar a Declaração de Líderes logo no primeiro dia dos trabalhos, assegurando que o grupo mantivesse sua operacionalidade apesar da obstrução de um membro permanente. Enquanto a diplomacia sul-africana celebrava o desfecho como uma vitória da eficácia das instâncias multilaterais, a Casa Branca reagiu acusando Pretória de manipular a presidência do bloco para atropelar divergências formais e prometeu que agiria para restaurar a legitimidade do G20 ao assumir o comando em 2026.

A persistência dessa agenda entre os defensores da coordenação multilateral, no entanto, continua ganhando expressão e, neste ano, manifestou-se na articulação diplomática liderada pelo Brasil e pela OMS. Em carta aberta conjunta endereçada aos chefes de Estado do G20, do G7 e do BRICS, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, cobraram intervenção política direta no mais alto nível para destravar a conclusão do Acordo sobre Pandemias da entidade. O documento apontou como gargalo decisivo a finalização do anexo sobre o Sistema de Acesso a Patógenos e Repartição de Benefícios (PABS), peça regulatória indispensável para a entrada em vigor do tratado. Ao resgatarem os avanços do ciclo brasileiro de 2024, no qual o G20 reconheceu formalmente a desigualdade como determinante social e fator impulsionador de crises sanitárias, os líderes

evidenciaram o contraste com a atual gestão do grupo, cuja opção por não estruturar um Grupo de Trabalho dedicado à saúde interrompeu o avanço do tema entre as maiores economias. Apoiando-se no custo humano e econômico da pandemia de Covid-19 e no risco científico de novos surtos nos próximos anos, o manifesto buscou afastar receios sobre perdas de soberania ao recordar que o artigo 22 do texto do Acordo veda expressamente a interferência em legislações domésticas, impor quarentenas ou restringir viagens, reiterando que o compartilhamento ágil de dados genéticos exige uma contrapartida estável de acesso a tratamentos, vacinas e diagnósticos.

Os apelos pela preservação desse arcabouço normativo, contudo, colidiram de frente com as resistências manifestadas na última Reunião de Alto Nível da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre Prevenção, Preparação e Resposta a Pandemias, encerrada em setembro sem a aprovação por consenso de sua Declaração Política. A principal obstrução partiu novamente do governo dos Estados Unidos, cuja delegação declarou ser inviável chancelar o texto integral devido à inclusão de conceitos considerados divisivos e às menções a negociações não concluídas sobre o sistema de partilha de benefícios. Essa recusa gerou uma divergência com o bloco de países em desenvolvimento, liderado pelo Grupo Africano e respaldado por nações como o Brasil, o México e o Haiti, que defenderam a aprovação do texto. Entre as nações desenvolvidas, essas diferenças também se manifestaram. Enquanto a União Europeia evitou bloquear o documento, apesar de estabelecer restrições severas ao uso generalizado de licenças compulsórias para proteger a propriedade intelectual, a Itália adotou uma postura de confronto institucional ao rejeitar a declaração, as emendas ao Regulamento Sanitário Internacional e o próprio Acordo de Pandemias da OMS, alegando violação da soberania nacional e extrapolação das competências constitucionais da agência.

O impasse em torno do mecanismo PABS, que prevê a garantia de acesso dos países em desenvolvimento a pelo menos 20% da produção emergencial de insumos médicos em troca do fornecimento rápido de dados biológicos, reflete uma divergência complexa entre os países e demonstra os interesses estratégicos de Washington. Nos bastidores, a paralisia do tratado tem sido alimentada pela estratégia norte-americana de firmar acordos bilaterais diretos com nações de baixa renda, assegurando acesso prioritário a amostras e informações sobre patógenos em troca de pacotes de ajuda financeira, sem assumir obrigações multilaterais de fornecer produtos de saúde em tempo real durante uma emergência. Esse arranjo individualizado gera receio entre parceiros europeus quanto à competitividade de suas indústrias farmacêuticas frente à flexibilidade regulatória dos Estados Unidos, ao mesmo tempo em que aprofunda a polarização com potências como a China, que cobram o cumprimento de metas de financiamento e de transferência de tecnologia sob a coordenação da OMS.

Esse cenário de fragmentação e bloqueios sucessivos parece demonstrar que, sob a presidência norte-americana em 2026, o G20 abdicou de qualquer pretensão de construir um posicionamento comum sobre a reforma da governança global, em especial da OMS. A eliminação das instâncias formais de diálogo no bloco, com a extinção de Grupos de Trabalho, somada à obstrução deliberada em órgãos multilaterais e à preferência por negociações bilaterais, demonstra um afastamento da agenda de modernização institucional construída nos ciclos de liderança do Sul Global, distanciando-se dos princípios de equidade, solidariedade e governança inclusiva pactuados no Rio de Janeiro e em Joanesburgo. Ainda assim, a postura refratária de Washington não deve ser interpretada como um fator de paralisia incontornável. Da mesma forma que o boicote norte-americano em Joanesburgo não impediu a aprovação da

Declaração de Líderes, a oposição atual ao Acordo de Pandemias não anula o capital político acumulado pelos demais membros do bloco. As presidências do Brasil e da África do Sul demonstraram ser viável consolidar entendimentos substantivos sobre a governança global, baseados na ampliação da representatividade das nações em desenvolvimento, no reconhecimento da competência e da autoridade centrais da OMS e na exigência imperativa de um financiamento previsível, flexível e sustentável para o setor. Esses consensos, ainda que conquistados em gestões passadas, formam um *corpus* normativo consistente, capaz de subsidiar as recomendações da Força-Tarefa Conjunta, que agora estabelece as bases para a Reforma da Arquitetura Global da Saúde.

Referências

Agência Fiocruz de Notícias. (2026, 13 de agosto). Pesquisador da Fiocruz é o representante do Brasil na Reforma da Arquitetura Global da Saúde da OMS. Fundação Oswaldo Cruz. https://agencia.fiocruz.br/pesquisador-da-fiocruz-e-o-representante-do-brasil-na-reforma-da-arquitetura-global-da-saude-da-oms

Fletcher, E. R. (2026, September 25). UN declaration on pandemic readiness appears headed for General Assembly approval. Health Policy Watch. https://healthpolicy-watch.news/un-declaration-on-pandemic-readiness-appears-headed-for-approval-in-december/

G20. (2024, 31 de outubro). G20 Saúde aprova declaração ministerial em apoio à saúde global e cooperação internacional. https://www.g20.org/pt-br/noticias/g20-saude-aprova-declaracao-ministerial-em-apoio-a-saude-global-e-cooperacao-internacional

Ministério da Saúde. (2024a, 29 de outubro). Brasil reforça compromisso com declaração do G20 para enfrentar impactos da mudança climática na saúde. Governo Federal do Brasil. https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/outubro/brasil-reforca-compromisso-com-declaracao-do-g20-para-enfrentar-impactos-da-mudanca-climatica-na-saude

Ministério da Saúde. (2024b, 29 de outubro). Líderes mundiais defendem produção regional de insumos como estratégia para redução de desigualdade. Governo Federal do Brasil. https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/outubro/lideres-mundiais-defendem-producao-regional-de-insumos-como-estrategia-para-reducao-de-desigualdade

Ministério da Saúde. (2024c, 31 de outubro). G20 encerra com acordo unânime sobre mudanças climáticas, equidade em saúde e Uma Só Saúde. Governo Federal do Brasil. https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/outubro/g20-encerra-com-acordo-unanime-sobre-mudancas-climaticas-equidade-em-saude-e-uma-so-saude

ONU News. (2024, 25 de setembro). Ministros de Relações Exteriores do G20 adotam proposta de reforma da ONU. Nações Unidas. https://news.un.org/pt/story/2024/09/1838216

Organização Mundial da Saúde. (2026, 15 de junho). Open letter to leaders of G7, G20, BRICS and all nations on finalizing the WHO Pandemic Agreement's Pathogen Access and Benefit-Sharing Annex. World Health Organization. https://www.who.int/news/item/15-06-2026-open-letter-to-leaders-of-g7-g20-brics-and-all-nations-on-finalizing-the-who-pandemic-agreement-s-pathogen-access-and-benefit-sharing-annex

Reuters. (2025, 22 de novembro). G20 summit in South Africa adopts declaration despite US boycott, opposition. https://www.reuters.com/sustainability/climate-energy/g20-leaders-meet-south-africa-seeking-agreement-despite-us-boycott-2025-11-22/

G20. (2024, November 18). G20 Rio de Janeiro Leaders' Declaration. G20 Information Centre; University of Toronto. https://www.g20.utoronto.ca/2024/241118-declaration.html

G20. (2025, November 7). Chair's summary: Health Ministerial Meeting. G20 Information Centre; University of Toronto. https://www.g20.utoronto.ca/2025/251107-health.html

O G7 e a reforma das Nações Unidas: grau de consenso e o papel da presidência francesa

El G7 y la reforma de las Naciones Unidas: grado de consenso y el papel de la presidencia francesa

The G7 and United Nations Reform: Degree of Consensus and the Role of the French Presidency

Resumo: O G7 mantém um consenso mínimo sobre a reforma da ONU, restrito à agenda de eficiência da UN80, e a França, na presidência de 2026, avançou no consenso no G7 e reservou ao plano nacional a ampliação do Conselho e a limitação do veto.

Palavras-chave: G7; UN80.

Resumen: *El G7 mantiene un consenso mínimo sobre la reforma de la ONU, limitado a la agenda de eficiencia de la UN80. En la presidencia de 2026, Francia impulsó lo consensual en el G7 y reservó al plano nacional la ampliación del Consejo y la limitación del veto.*

Palabras clave: *G7;* UN80.

Abstract: *The G7 holds only a minimal consensus on UN reform, limited to the UN80 efficiency agenda. Holding the 2026 presidency, France advanced consensual items within the G7 and kept Council expansion and veto restraint for its national agenda.*

Keywords: *G7;* UN80.

O informe desta quinzena, no que tange ao G7, trará uma discussão especial acerca da reforma da Organização das Nações Unidas. O termo “reforma da ONU” designa, no debate atual, duas agendas distintas. A primeira é a reforma de eficiência, conduzida pelo Secretário-Geral António Guterres desde março de 2025 sob o nome UN80, voltada à racionalização do Secretariado, à revisão de cerca de 4 mil mandatos e à fusão ou ao realinhamento de programas. Por não exigir emenda à Carta, avança por decisões da Assembleia Geral e do próprio Secretário-Geral. O orçamento regular de 2026, de US$ 3,45 bilhões, incorporou parte dessas medidas, com redução de 7% em relação a 2025 e corte de 2,9 mil cargos (ONU NEWS, 2026).

A segunda é a reforma de representação e legitimidade, centrada na composição do Conselho de Segurança da ONU (CSNU) e no uso do veto. Por exigir emenda à Carta, depende de aprovação por dois terços da Assembleia Geral e de ratificação por dois terços dos membros, incluídos os cinco permanentes (BLANCHFIELD, 2026). As negociações intergovernamentais (IGN) sobre o tema ocorrem desde 2009 sem resultado conclusivo.

A distinção organiza as posições. Para parte dos Estados, “reforma” funciona como sinônimo de corte; para outros, significa adaptar estruturas às realidades políticas atuais. Eugene Chen, do International Peace Institute, chamou a primeira acepção de “destrutiva” e a segunda de “construtiva”. O presidente da 81ª Assembleia Geral, Khalilur Rahman, afirmou na abertura do debate geral que a UN80 é “apenas um começo” e que medidas orçamentárias, embora necessárias, não bastam (DUPRAZ-DOBIAS, 2026). Na leitura de analistas africanos,

cortes sem mudança na representação tendem a ser vistos como forma de preservar a influência estabelecida a um custo menor (OHEMENG-BOAMAH, 2026).

Dois fatores conjunturais pesam sobre o processo. O primeiro é financeiro: em 30 de abril de 2026, os EUA respondiam por 73% das contribuições atrasadas ao orçamento regular (US$ 2,04 bilhões) e por 63% das devidas às operações de paz (US$ 2,25 bilhões) (BLANCHFIELD, 2026). O segundo é a sucessão de Guterres, cujo mandato termina em 31 de dezembro de 2026. As sondagens informais no CSNU ainda não produziram um candidato claramente favorito entre os oito concorrentes, e analistas avaliam que o plano de reforma dificilmente continuará no formato atual sob a próxima gestão.

O G7 mantém um consenso mínimo sobre a reforma da ONU, limitado à agenda de eficiência administrativa e orçamentária associada à iniciativa UN80. O compromisso explícito com a reforma do Conselho de Segurança e com o fortalecimento da Assembleia Geral e do Secretário-Geral, presente nas declarações ministeriais de 2023 e 2024, como vamos ver a seguir, deixou de figurar nos textos conjuntos a partir de 2025. Ainda, para tornar mais complexo, o grupo reúne internamente os dois blocos rivais da negociação sobre o Conselho: Alemanha e Japão, no G4, aliança entre Alemanha, Brasil, Índia e Japão, com o objetivo de apoiar as propostas uns dos outros para ingressar em lugares permanentes no CSNU; e Itália e Canadá, no Uniting for Consensus, grupo de países formado na década de 1990 que se opõe à expansão de assentos permanentes no CSNU.

Já os Estados Unidos passaram a tratar a reforma primordialmente como redução de custos e condicionam o pagamento de contribuições atrasadas a medidas específicas. A França, na presidência do G7 em 2026, concentrou a agenda do grupo em resultados operacionais (operações de paz, eficiência humanitária, apoio à UN80) e reservou para o plano nacional as posições que dividiriam o grupo: ampliação do Conselho, com prioridade para a África, e suspensão do veto em casos de atrocidades em massa.

Evolução da posição conjunta do G7 (2023–2026)

As declarações dos chanceleres do G7 à margem da Assembleia Geral nos ajudam a acompanhar a evolução da linguagem. Um resumo pode ser visualizado no quadro 1 abaixo. Em 2023 (presidência japonesa) e 2024 (presidência italiana), os ministros comprometeram-se a trabalhar com todos os Estados-membros para fortalecer os papéis do Secretário-Geral e da Assembleia Geral e renovaram o compromisso com a reforma do Conselho de Segurança (G7, 2023, 2024a, 2024b).

Em setembro de 2025, sob presidência canadense, o texto limitou-se a reconhecer a "necessidade fundamental" de reforma para que a organização seja adequada ao seu propósito. As referências ao Conselho de Segurança, à Assembleia Geral e ao Secretário-Geral foram suprimidas (G7, 2025).

Em 2026, sob presidência francesa, a ONU aparece nos documentos de cúpula como ator de desenvolvimento: a declaração de Évian sobre parcerias internacionais (16 de junho) reconhece o valor do sistema ONU nessa área e incentiva a reforma, inclusive por meio da UN80 (G7, 2026). Na reunião de chanceleres às vésperas da AGNU, em 21 de setembro deste ano, em Nova York, os únicos documentos conjuntos trataram de um curto comunicado sobre o apoio inabalável à Ucrânia, a crise no Oriente Médio, a situação na Coreia do Norte e a importância de

uma região do Indo-Pacífico livre e aberta e da liberdade de navegação em Bab al-Mandab, até o momento.

A supressão coincide com a mudança de governo nos Estados Unidos e com a nova orientação americana para a ONU. Desde que Trump assumiu seu recente mandato, Washington trata a UN80 como oportunidade para reduzir ou eliminar programas e pessoal e reconcentrar a organização em paz e segurança. Em março de 2026, o embaixador Mike Waltz afirmou que os EUA alinhariam sua agenda à do Secretário-Geral, mas deixariam agências que "minam a soberania" americana e "não podem ser reformadas" (WALTZ, 2026).

Quadro 1 – Linguagem das declarações conjuntas do G7 às vésperas da AGNU sobre a reforma da ONU (2023–2026)

Ano	Presidência	Ocasião	Linguagem sobre a reforma da ONU
2023	Japão	G7 Foreign Ministers' Meeting at the High-Level Week of the United Nations General Assembly	Comprometeram-se a trabalhar com todos os Estados-Membros da ONU para fortalecer o papel do Secretário-Geral da ONU e da Assembleia Geral da ONU; Se comprometeram com a reforma no CSNU.
2024	Itália	Statement of the G7+ Ministerial Meeting on the Margins of the 79th Session of the UN General Assembly	Comprometeram-se a trabalhar com todos os Estados-Membros da ONU para fortalecer o papel do Secretário-Geral da ONU e da Assembleia Geral da ONU; se comprometeram com a reforma no CSNU. Compromisso com a implementação do Pacto para o Futuro.
2025	Canadá	Joint G7 Foreign Ministers Statement – Meeting of the G7 Foreign Ministers on the Margins of the High-Level Week at the United Nations General Assembly	Reconhecem a "necessidade fundamental" de reforma e ONU; se disponibilizam a participar dos esforços para garantir que a ONU esteja "apta a cumprir seu propósito"; sem menção ao Conselho de Segurança.
2026	França	Informal G7 Foreign Ministers' Meeting on the Sidelines of the United Nations General Assembly; Leaders' declaration on mutually beneficial international partnerships.	Apoio à UN80 e à ONU como ator de desenvolvimento; sem menção ao CSNU.

Fonte: elaboração própria com base em G7 (2023, 2024a, 2024b, 2025, 2026) e França (2026a).

A presidência francesa do G7

A França definiu sua presidência como de "equilíbrio, convergência e resultados" e optou por abrir os trabalhos a potências emergentes. Brasil, Índia, Coreia do Sul e Arábia Saudita participaram da reunião de chanceleres de Vaux-de-Cernay (26 e 27 de março), em sessão dedicada à reforma da governança global (França, 2026a). Para a cúpula de Evian (15 a 17 de junho), foram convidados Brasil, Egito, Índia, Quênia, Coreia do Sul, Catar, Emirados Árabes Unidos e Ucrânia. A ausência da África do Sul gerou questionamentos, que a França atribuiu à escolha do Quênia em razão da cúpula África-França realizada em Nairóbi (França, 2026a).

No âmbito do grupo, a França priorizou iniciativas operacionais que não dependem de acordo sobre o Conselho de Segurança. O chanceler Jean-Noël Barrot anunciou em Vaux-de-Cernay (i) um comitê de coordenação entre membros do G7 e os principais países contribuintes de tropas, encarregado de examinar o relatório do Secretário-Geral sobre o futuro das operações de paz; e (ii) apoio à UN80 no campo humanitário, com meta de economia de US$ 200 milhões anuais, sobretudo no Programa Mundial de Alimentos, e coordenação de oito plataformas logísticas humanitárias (França, 2026a).

No plano nacional, a posição francesa é mais ambiciosa. Em seu último discurso na Assembleia Geral como presidente (22 de setembro), Emmanuel Macron defendeu abrir o Conselho de Segurança a novos membros e regiões, "a começar pela África", e reiterou a iniciativa franco-mexicana de 2013 para suspender o uso do veto em casos de genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra, que reúne 128 Estados (THE AMERICA TIMES, 2026). Macron indicou que a França busca a adesão de todos os membros permanentes, o que sinaliza que a proposta ainda não conta com os demais integrantes dos países permanentes. A França preside o Conselho de Segurança em setembro de 2026 e declarou a intenção de recolocar a proposta na mesa de negociação (França, 2026b).

A França apoia de longa data assentos permanentes para Alemanha, Brasil, Índia e Japão, além de representação africana permanente; em outubro de 2024, o chanceler Barrot justificou a reforma como meio de tornar as decisões da ONU "mais legítimas" (ERTURK, 2024). O discurso de 2026 também marcou contraste com os EUA em outros temas, como a proposta de um modelo aberto de inteligência artificial de fronteira independente dos EUA e China.

Em síntese, a presidência francesa separou dois planos: no G7, avançou o que era consensual; na ONU e em seu discurso nacional, sustentou as posições que dividiriam o grupo. As perspectivas para o futuro envolvem três fatores: i) a escolha do próximo Secretário-Geral, que definirá se a UN80 continua e em que formato; a retomada das IGN na 81ª sessão, com a pressão do G4 por negociações com base em texto; e a transição da presidência do G7 para os Estados Unidos em 2027, que, em avaliação preliminar, reduz a probabilidade de retorno da linguagem sobre o Conselho aos textos conjuntos (FOCUS 2030, 2026).

Referências

ASSEMBLEIA Geral aprova orçamento de US$ 3,45 bilhões para ONU em 2026. ONU News, Nova York, 31 dez. 2025. Disponível em: https://news.un.org/pt/story/2025/12/1851960. Acesso em: 28 set. 2026.

BLANCHFIELD, Luisa. The United States and United Nations reform: in brief. Washington, DC: Congressional Research Service, 2026. (CRS Report, R49339). Disponível em: https://www.congress.gov/crs-product/R49339. Acesso em: 28 set. 2026.

DUPRAZ-DOBIAS, Paula. Uncertainties and leadership change overshadow reform drive at UN. Geneva Solutions, Genebra, 24 set. 2026. Disponível em: https://genevasolutions.news/global-news/uncertainties-and-leadership-change-overshadow-reform-drive-at-un. Acesso em: 28 set. 2026.

ERTURK, Nur Asena. France in favor of UN reform for better representation of all countries: French foreign minister. Anadolu Agency, Ancara, 25 out. 2024. Disponível em: https://www.aa.com.tr/en/europe/france-in-favor-of-un-reform-for-better-representation-of-all-countries-french-foreign-minister/3374315. Acesso em: 28 set. 2026.

FOCUS 2030. G7 France 2026: focus on development issues, understanding the challenges, keeping up with the latest news. Paris, 29 jul. 2026. Disponível em: https://focus2030.org/en/g7-france-2026-focus-on-development-issues-understanding-the-challenges-keeping-up-with-the-latest-news/. Acesso em: 28 set. 2026.

FRANÇA. Ambassade de France aux États-Unis. G7 Foreign Ministers' Meeting in Vaux-de-Cernay. Washington, DC, 26 mar. 2026a. Disponível em: https://us.diplomatie.gouv.fr/en/g7-foreign-ministers-meeting-vaux-de-cernay. Acesso em: 28 set. 2026.

FRANÇA. Ministère de l'Europe et des Affaires étrangères. The United Nations General Assembly: France's priorities for the High-level Week. Paris, 23 set. 2026b. Disponível em: https://lc.diplomatie.gouv.fr/en/united-nations-general-assembly-frances-priorities-high-level-week. Acesso em: 28 set. 2026.

G7. G7 Foreign Ministers' Meeting at the High-Level Week of the United Nations General Assembly. Nova York, 19 set. 2023. Disponível em: https://2021-2025.state.gov/g7-foreign-ministers-meeting-at-the-high-level-week-of-the-united-nations-general-assembly/. Acesso em: 28 set. 2026.

G7. UNGA: statement by G7 Chair on Foreign Ministers' Meeting at the High-Level Week in New York. Nova York, 23 set. 2024a. Disponível em: https://www.eeas.europa.eu/eeas/unga-statement-g7-chair-foreign-ministers%E2%80%99-meeting-high-level-week-new-york_en. Acesso em: 28 set. 2026.

G7. G7 Foreign Ministers' Meeting statement. Fiuggi, 26 nov. 2024b. Disponível em: https://g7.utoronto.ca/foreign/241126-statement.html. Acesso em: 28 set. 2026.

G7. Joint G7 Foreign Ministers' statement: meeting of the G7 Foreign Ministers on the margins of the High-Level Week at the United Nations General Assembly. Nova York, 23 set. 2025. Disponível em: https://www.g7.utoronto.ca/foreign/250923-unga.html. Acesso em: 28 set. 2026.

G7. Leaders' declaration on mutually beneficial international partnerships. Évian-les-Bains, 16 jun. 2026. Disponível em: https://www.elysee.fr/en/G7evian/2026/06/16/leaders-declaration-on-mutually-beneficial-international-partnerships. Acesso em: 28 set. 2026.

THE AMERICA TIMES. Statement by Emmanuel Macron, President of the French Republic, at the General Debate of the 81st Session of the United Nations General Assembly. Nova York, 22 set. 2026. Disponível em: https://www.america-times.com/statement-by-emmanuel-macron-president-of-the-french-republic-at-the-general-debate-of-the-81st-session-of-the-united-nations-general-assembly/. Acesso em: 28 set. 2026.

OHEMENG-BOAMAH, Anthony. The psychology of UN reform in a changing world. Mail & Guardian, Joanesburgo, 24 set. 2026. Disponível em: https://mg.co.za/thought-leader/2026-09-24-the-psychology-of-un-reform-in-a-changing-world/. Acesso em: 28 set. 2026.

WALTZ, Mike. Testimony of Ambassador Mike Waltz, U.S. Representative to the United Nations, at a Congressional Field Hearing on UN Reform. Nova York: United States Mission to the United Nations, 20 mar. 2026. Disponível em: https://usun.usmission.gov/testimony-of-ambassador-mike-waltz-u-s-representative-to-the-united-nations-at-a-congressional-field-hearing-on-un-reform/. Acesso em: 28 set. 2026.

Perspectivas econômicas e preparação para ameaças à saúde na OCDE

Perspectivas económicas y preparación ante amenazas para la salud en la OCDE

Economic prospects and preparedness for health threats at the OECD

Resumo: Os destaques da OCDE se dividem entre a apresentação de atualização das projeções econômicas globais para 2026 e 2027 e a publicação de cinco documentos de temática de Saúde que abordam a preparação para riscos e emergências sanitárias.

Palavras-chave: OCDE; cooperação internacional.

económicas mundiales actualizadas para 2026 y 2027 y la publicación de cinco documentos relacionados con la salud que abordan la preparación ante riesgos y emergencias sanitarias.

***Palabras clave**: OCDE; cooperación internacional.*

***Abstract:** The OECD's highlights include the presentation of updated global economic projections for 2026 and 2027 and the publication of five health-related documents addressing preparedness for health risks and health emergencies.*

***Keywords:** OECD; international cooperation.*

***Resumen:** Los aspectos más destacados de la OCDE encuentran la presentación de previsiones*

Durante a segunda metade do mês de setembro de 2026, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) promoveu a divulgação da segunda edição do ano de 2026 do relatório suplementar de sua usual iniciativa semestral *"OECD Economic Outlook"* (Perspectiva econômica da OCDE, em tradução livre), em que a organização internacional analisa e projeta as principais tendências e perspectivas econômicas internacionais para os próximos dois anos, além de expor um arranjo consistente de projeções para temas de produção, emprego, gastos governamentais, entre outros.

As atualizações da nova adição do relatório suplementar do estudo, intitulada "*OECD Economic Outlook, Interim Report September 2026: Weathering Successive Shocks"*, indicam que a economia global desacelerou no primeiro semestre de 2026, porém mostrou-se resiliente e resistiu melhor do que o inicialmente esperado ao choque na oferta de energia desencadeado pelo conflito no Oriente Médio. Segundo dados do fórum internacional, os impactos econômicos do conflito foram amenizados por uso de estoques substanciais de petróleo – incluindo a liberação coordenada de reservas estratégicas nas economias da OCDE –, maior de uso de rotas de abastecimentos alternativas, oferta adicional proveniente de fora da região do Golfo e medidas de apoio governamental, além de menor demanda por petróleo, especialmente por parte da China. A força contínua dos investimentos relacionados à inteligência artificial também auxiliou a sustentar a produção, o comércio e o crescimento econômico.

Desse modo, as últimas projeções econômicas provisórias da OCDE estimam um crescimento global de 2,9% em 2026 e 3,0% em 2027, elevando em 0,1 ponto as projeções de 2026. A evolução do conflito no Oriente Médio permanece altamente incerta e continuará a representar riscos consideráveis para as projeções de referência.

Ainda segundo as projeções do recente relatório, o crescimento do produto interno bruto nos Estados Unidos está projetado em 2,2% em 2026, antes de moderar para 2,1% em 2027. Na zona do Euro, o crescimento deverá ser de 1% tanto em 2026, como em 2027. Já o crescimento chinês deverá ser 4,5% em 2026 e 4,2% em 2027. Para o Brasil, a organização atualizou suas expectativas de crescimento em 2% para 2026 e em 1,9% para 2027, apontando uma relativa solidez e a expectativa do desempenho da economia brasileira e seu sucesso em contornar as turbulências mundiais.

As pressões inflacionárias persistem no cenário internacional, com a inflação do G20 agora prevista para ser mais alta em 2026 e 2027 do que o projetado anteriormente, refletindo a disparada dos preços globais de energia. Projeta-se que a inflação nas economias do G20 fique em 4,1% em 2026, recuando para 3,6% em 2027.

O relatório intermediário chama ainda a atenção de que os riscos permanecem inclinados para o lado negativo. O aumento das taxas de rendimentos dos títulos soberanos de longo prazo está intensificando as pressões fiscais sobre os governos. O rápido investimento em inteligência artificial vem impulsionando o crescimento, todavia depende cada vez mais de financiamento externo, o que poderia amplificar uma correção de mercado caso os retornos esperados não se concretizem. Eventos climáticos, como o *El Niño*, poderiam agravar as pressões já existentes sobre os preços das *commodities* e elevar os preços dos alimentos.

Diante desses desafios, o relatório destaca prioridades fundamentais para os formuladores de políticas, como, por exemplo, o alerta de que os bancos centrais devem permanecer vigilantes e assegurar que as expectativas de inflação estejam bem ancoradas. A OCDE adverte que são necessários esforços mais intensos para garantir a sustentabilidade das finanças públicas e medidas para amortecer o impacto econômico do choque energético deverão ser direcionadas e temporárias, de modo a manter os incentivos à economia de energia.

Por fim, a OCDE ainda apresentou durante o período da quinzena a publicação de cinco documentos que em especial retomam suas atenções mais diretamente aos temas de Saúde. Nesse sentido, os mesmos são brevemente identificados e apresentados a seguir.

O primeiro deles é o relatório *"The Economic Case for Pandemic Preparedness and Response: Beyond Lockdowns*", que busca analisar as possíveis consequências de futuras pandemias para a saúde da população, a resiliência dos sistemas de saúde e a economia em 51 países da OCDE, da União Europeia e do G20, utilizando técnicas avançadas de modelagem epidemiológica e econômica e análises baseadas em cenários. O estudo avalia em que medida oito intervenções não farmacêuticas podem mitigar os impactos sanitários e econômicos nas fases iniciais de cinco tipos de cenários de surto, antes que intervenções farmacêuticas ou vacinas estejam disponíveis em larga escala. Complementar à publicação, o fórum internacional ainda lançou o *policy brief "Planning ahead for the next pandemic: Acting early saves lives and protects economies"*, que compila e resume informações sobre o estudo tema do relatório.

Na esteira da discussão, o também *policy brief "Tracking spending on prevention, preparedness and response to global health threats"* apresenta conclusões iniciais sobre os gastos com atividades de prevenção, preparação e resposta (PPR) no setor de saúde em diferentes grupos de países. Baseando-se na colaboração entre dados da própria OCDE com a Organização Mundial da Saúde, o Banco Mundial, o Eurostat e outras partes interessadas relevantes e fóruns internacionais, a iniciativa concentra-se em atividades e orçamentos que combatem doenças com potencial pandêmico e apoiam o enfrentamento de outras ameaças globais à saúde, desde resistência antimicrobiana até riscos químicos, radiológicos e de biossegurança.

À medida que cresce o risco de ameaças à saúde global, é necessário um melhor monitoramento dos gastos com PPR a pandemias e outras ameaças à saúde global, para embasar decisões informadas sobre investimentos sustentáveis. Isso é particularmente importante em um cenário de financiamento da saúde global em transformação, no qual os países de baixa renda e vulneráveis estão na linha de frente da maioria dos riscos à saúde global e, ao mesmo tempo, são os mais afetados pelos cortes na ajuda internacional. Assim, a pesquisa sinaliza que os gastos nacionais com PPR – financiados por fontes tanto internas quanto externas – tenham recuado em relação ao pico observado durante a pandemia, ainda permanecem, em geral, acima dos níveis pré-pandêmicos. Ademais, em países de baixa renda, a maior parte das

despesas com PPR é financiada por fontes externas, incluindo a assistência oficial ao desenvolvimento, evidenciando como os recentes cortes nos orçamentos de ajuda internacional podem comprometer a preparação global.

Intitulado *"Strengthening the EU's Medical Supply Chains: International Co-operation and New Technologies for Better Emergency Preparedness"*, o quarto documento a ser ressaltado no presente informe busca analisar as cadeias europeias de suprimentos de produtos médicos, com foco especial em contramedidas médicas, através da lente de cooperação internacional e se preocupando também com iniciativas de preparação e de fortalecimento a resiliência diante de emergências de saúde pública. Assim, avalia instrumentos de política baseados na cooperação internacional que poderiam reforçar a segurança do abastecimento na União Europeia, incluindo medidas para ampliar a capacidade de fabricação e diversificar o suprimento, promover o alinhamento regulatório e a facilitação do comércio, e gerenciar picos de demanda. O estudo ainda examina como tecnologias inovadoras e estruturas de dados têm potencial para o aprimoramento do monitoramento da cadeia de suprimentos e a previsão de demanda, permitindo a detecção precoce de riscos, uma melhor coordenação entre atores e uma gestão mais proativa de interrupções.

Já o artigo "Benefit transfer of willingness-to-pay estimates for avoiding negative chemicals-related health effects" apresenta os resultados do primeiro estudo de valoração por preferência declarada a avaliar reduções no risco de desenvolver hipotireoidismo, preenchendo uma lacuna importante na literatura sobre valoração e atendendo à necessidade de análises aplicadas de benefícios para a regulamentação de produtos químicos, advindo de uma pesquisa veiculada em 12 países (Áustria, Canadá, Dinamarca, Estônia, Finlândia, Grécia, Japão, Países Baixos, Polônia, Portugal, Reino Unido e Estados Unidos).

Referências

OCDE. Global growth holds up despite successive shocks, but risks persist. OECD [Internet]. 2026 Sep 23 [cited 2026 Sep 25]. Available from: https://www.oecd.org/en/about/news/press-releases/2026/09/global-growth-holds-up-despite-successive-shocks-but-risks-persist.html.

OECD. OECD Economic Outlook, Interim Report September 2026: Weathering Successive Shocks. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Sep 25]. Available from: https://doi.org/10.1787/f751d02b-en.

OECD. The Economic Case for Pandemic Preparedness and Response: Beyond Lockdowns. OECD Health Policy Studies [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Sep 25]. Available from: https://doi.org/10.1787/b7b3852e-en.

OECD. Planning ahead for the next pandemic: Acting early saves lives and protects economies. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Sep 25]. Available from: https://doi.org/10.1787/c5602a1c-en.

OECD. Tracking spending on prevention, preparedness and response to global health threats. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Sep 25]. Available from: https://doi.org/10.1787/899eabea-en.

OECD. Strengthening the EU's Medical Supply Chains: International Co-operation and New Technologies for Better Emergency Preparedness. OECD Health Policy Studies [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Sep 25]. Available from: https://doi.org/10.1787/cc235a9c-en.

OECD. Benefit transfer of willingness-to-pay estimates for avoiding negative chemicals-related health effects. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Sep 25]. Available from: https://doi.org/10.1787/f11379a0-en.

Balanço do BRICS: adensamento da agenda, iniciativas e cooperação em saúde

Balance del BRICS: ampliación de la agenda, iniciativas y cooperación en materia de salud

BRICS Review: A More Substantive Agenda, Initiatives, and Cooperation in Health

Claudia Hoirisch

Resumo: O BRIC foi criado em 2009 em resposta à crise financeira global de 2008, e em 2011, com a entrada da África do Sul, tornou-se BRICS. O grupo evoluiu de um fórum de diálogo sobre comércio e finanças para uma agenda ampla, incluindo saúde, segurança e cooperação com África e América Latina. Criou instituições próprias, como o Novo Banco de Desenvolvimento (alternativa ao Banco Mundial) e o Arranjo Contingente de Reserva (alternativa ao FMI). Entre 2009 e 2024, os líderes firmaram 1.182 compromissos coletivos, com taxa de cumprimento de 77%. O bloco defende reformas na ONU, no FMI e no Banco Mundial, buscando maior representatividade para países emergentes, além de apoiar o multilateralismo e o papel central da OMS na saúde global. Durante a pandemia de Covid-19, os países do BRICS atuaram como grandes fabricantes e doadores de vacinas: a China liderou em volume de doses distribuídas, a Índia usou sua capacidade produtiva para exportação e doações, a Rússia forneceu a Sputnik V, o Brasil focou no PNI via Butantã e Fiocruz, e a África do Sul teve papel científico crucial ao identificar a variante Ômicron. O Banco dos BRICS também mobilizou US$ 10 bilhões em apoio emergencial, beneficiando o Auxílio Emergencial brasileiro. Em 2023, na Cúpula de Joanesburgo, o bloco decidiu se expandir; a motivação combina fatores geopolíticos e econômicos, como reduzir a dependência do dólar e do Ocidente, com destaque para o desenvolvimento do BRICS Pay como alternativa ao SWIFT. Apesar de avanços institucionais, especialmente em saúde (Rede de Institutos Nacionais de Saúde, Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Vacinas, e-R&D Hub) e CT&I, o grupo enfrenta limitações, como conflitos internos entre membros (Índia-China, Arábia Saudita-Irã, EAU-Irã) e baixa institucionalização, embora mantenha-se como importante plataforma de diálogo plurilateral.

Palavras-chave: BRICS; NBD; BRICS Pay; Saúde; Rede de Institutos Nacionais de Saúde; Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Vacinas do BRICS; e-R&D Hub; CT&I.

Resumen: *El BRIC se creó en 2009 en respuesta a la crisis financiera global de 2008, y en 2011, con la entrada de Sudáfrica, se convirtió en BRICS. El grupo evolucionó de un foro de diálogo sobre comercio y finanzas a una agenda más amplia, incluyendo salud, seguridad y cooperación con África y América Latina. Creó instituciones propias, como el Nuevo Banco de Desarrollo (alternativa al Banco Mundial) y el Acuerdo Contingente de Reserva (alternativa al FMI). Entre 2009 y 2024, los líderes firmaron 1.182 compromisos colectivos, con una tasa de cumplimiento del 77%. El bloque defiende reformas en la ONU, el FMI y el Banco Mundial, buscando una mayor representación para los países emergentes, además de apoyar el multilateralismo y el papel central de la OMS en la salud global. Durante la pandemia de Covid-19, los países del BRICS actuaron como grandes fabricantes y donantes de vacunas: China lideró en volumen de dosis*

distribuidas, India utilizó su capacidad productiva para exportación y donaciones, Rusia suministró la Sputnik V, Brasil se centró en el Programa Nacional de Imunizaciones a través de Butantã y Fiocruz, y Sudáfrica tuvo un papel científico crucial al identificar la variante Ómicron. El Banco de los BRICS también movilizó 10 mil millones de dólares en apoyo de emergencia, beneficiando al Auxilio Emergencial brasileño. En 2023, en la Cumbre de Johannesburgo, el bloque decidió expandirse; la motivación combina factores geopolíticos y económicos, como reducir la dependencia del dólar y de Occidente, con énfasis en el desarrollo del BRICS Pay como alternativa al SWIFT. A pesar de avances institucionales, especialmente en salud (Red de Institutos Nacionales de Salud, Centro de Investigación y Desarrollo de Vacunas, e-R&D Hub) y CTI, el grupo enfrenta limitaciones, como conflictos internos entre miembros (India-China, Arabia Saudita-Irán, EAU-Irán) y baja institucionalización, aunque sigue siendo una importante plataforma de diálogo plurilateral.

Palabras clave: *BRICS; NBD; BRICS Pay; Salud; Red de Institutos Nacionales de Salud; Centro de Investigación y Desarrollo.*

Abstract: *BRIC was created in 2009 in response to the 2008 global financial crisis, and in 2011, with South Africa joining, it became BRICS. The group evolved from a forum for dialogue on trade and finance to a broad agenda, including health, security, and cooperation with Africa and Latin America. It created its own institutions, such as the New Development Bank (an alternative to the World Bank) and the Contingent Reserve Arrangement (an alternative to the IMF). Between 2009 and 2024, the leaders made 1,182 collective commitments, with a completion rate of 77%. The bloc advocates for reforms in the UN, IMF, and World Bank, seeking greater representation for emerging countries, and supports multilateralism and the WHO's central role in global health. During the Covid-19 pandemic, BRICS countries acted as major vaccine producers and donors: China led in the volume of doses distributed, while India used its production capacity for exports and donations. Russia supplied Sputnik V, Brazil focused on the PNI through Butantan and Fiocruz, and South Africa played a crucial scientific role in identifying the Omicron variant. The BRICS Bank also mobilized $10 billion in emergency support, benefiting Brazil's Emergency Aid program. In 2023, at the Johannesburg Summit, the bloc decided to expand; the motivation combines geopolitical and economic factors, such as reducing dependence on the dollar and the West, with a highlight on the development of BRICS Pay as an alternative to SWIFT. Despite institutional advances, especially in health (Network of National Health Institutes, Vaccine Research and Development Center, e-R&D Hub) and STI, the group faces limitations, such as internal conflicts among members (India-China, Saudi Arabia-Iran, UAE-Iran) and low institutionalization, although it remains an important platform for plurilateral dialogue.*

Keywords: *BRICS; NDB; BRICS Pay; Health; Network of National Health Institutes; BRICS Vaccine Research and Development Center; e-R&D Hub; S&T.*

O BRIC foi formado em 2009, impulsionado pelas mudanças econômicas globais geradas pela crise financeira de 2008, se transformou em BRICS em 2011 com a entrada da AS e evoluiu de um fórum de diálogo para discutir comércio, finanças, política macroeconômica, reforma de instituições financeiras, e energia para abraçar uma agenda mais abrangente.

Criou instituições como o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) que atua como uma alternativa complementar ao Banco Mundial ao focar no financiamento de infraestrutura e desenvolvimento sustentável, e criou o Arranjo Contingente de Reserva (ACR), concebido como

uma alternativa ao FMI para ajudar os países membros a enfrentar crises de liquidez em suas reservas internacionais.

De 2009 até 2024, os líderes firmaram 1.182 compromissos coletivos, abrangendo 33 temas e atingiram uma taxa de cumprimento dos compromissos de 77%, demonstrando resiliência institucional.

A agenda do grupo se expandiu para áreas como reforma das organizações intergovernamentais, segurança, saúde, inovação, comércio e cooperação com países africanos e latino-americanos. Em 10 anos, de 2009 até 2018, firmaram 18 compromissos na área de saúde; e de 2020 até 2024 (durante a pandemia), quase que dobraram os compromissos nessa área, para 32.

Em relação à governança global, o grupo apoia reformas na ONU, para que haja uma ordem internacional mais justa, democrática e representativa com foco especial na ampliação do Conselho de Segurança, onde advoga que países da AL, África e Ásia passem a ter assento permanente para tornar o órgão mais legítimo, representativo e eficaz na resolução de conflitos. Pedem reformas urgentes do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional onde defendem mais cotas, poder de voto e representação para países emergentes nas instituições multilaterais.

O BRICS defende o fortalecimento do multilateralismo e o reconhecimento da OMS como a autoridade central na coordenação da saúde global, especialmente em contraponto a movimentos de isolacionismo ou de desfinanciamento por potências ocidentais e na resposta a crises sanitárias. Lutam pela distribuição justa de vacinas, medicamentos e insumos médicos essenciais para países em desenvolvimento.

Os compromissos mais frequentes do grupo envolvem cooperação internacional, comércio, segurança regional e reformas nas instituições financeiras. A maioria visa fortalecer o crescimento econômico, a reforma institucional e a cooperação multilateral. Os temas com maior conformidade incluem saúde, macroeconomia e mudanças climáticas, enquanto segurança regional apresenta menor adesão.

As pressões e tarifas impostas recentemente pelo governo de Trump saíram pela culatra e acabaram funcionando como um catalisador para que: os países do BRICS intensificassem o comércio dentro do bloco e buscassem uma reorientação de rotas de exportação, com destaque para a China que absorveu excedentes comerciais e para que buscassem alternativas ao dólar ao realizar transações em moedas locais. A plataforma digital independente BRICS *Pay*, uma espécie de Pix internacional, está sendo desenvolvida para reduzir os custos de transação ao eliminar a conversão intermediária para o dólar e dispensar a rede de mensagens financeiras (SWIFT), dominada pelo Ocidente.

O BRICS enfrentou desafios como a pandemia de Covid-19, mantendo sua coesão e adaptando suas ações. Enquanto os países ricos encomendavam mais do que uma dose de vacina para proteger suas populações, deixando os países em desenvolvimento para trás, os países BRICS realizaram ações conjuntas que incluíram apoio à OMS e distribuição de vacinas. Os cinco países funcionaram como importantes centros globais de fabricação, venda e doação de vacinas e produtos farmacêuticos, influenciando o acesso à saúde pública em toda a Maioria Global.

A China emergiu como líder quantitativo entre as nações do BRICS na distribuição global de vacinas contra a Covid-19, tratando os imunizantes na AMS como um bem público global[1]

por meio de canais bilaterais e multilaterais; garantiu acordos de exportações comerciais e governamentais. No final de 2021/início de 2022, a China havia feito acordos comerciais bilaterais, multilaterais e doações em todo o mundo de 1,64 bilhão de doses fornecidas incluindo grandes remessas de vacinas para a região da Ásia-Pacífico, AL e África, direcionou 180 milhões para o mecanismo COVAX/OMS, além de ter doado 240 milhões de doses[23].

A Índia aproveitou sua grande capacidade de produção de vacinas para exportar centenas de milhões de doses por meio de contratos bilaterais e compromissos antecipados com a iniciativa global COVAX; comercializou doses com o Brasil e África do Sul e doou milhões de doses de vacinas produzidas no país a vizinhos e parceiros (programa "Vaccine Maitri" ou Vacina da Amizade)[4], como Bangladesh, Myanmar, Nepal, Butão e Maldivas.

A Rússia firmou acordos comerciais para fornecer dezenas de milhões de doses da Sputnik V para a AL (como Argentina e Brasil), partes da Ásia e África.

O Brasil atuou na produção interna por meio do Butantã e da Fiocruz, mas o foco principal foi suprir a demanda do Programa Nacional de Imunizações (PNI).

A África do Sul desempenhou um papel científico crucial na pandemia de COVID-19 por meio da vigilância genômica e transparência global. O exemplo mais marcante ocorreu em novembro de 2021, quando pesquisadores detectaram e compartilharam com a OMS o mapeamento genético da variante Ômicron, permitindo que sistemas de saúde de todo o planeta se preparassem para a nova onda.

Ainda durante a pandemia, o Banco dos BRICS mobilizou US$ 10 bilhões para apoio emergencial aos seus países-membros na recuperação econômica; a metade dos recursos foi repassada ao governo federal do Brasil para o Auxílio Emergencial de R$ 600, verba que ajudou a garantir renda mínima e beneficiou diretamente cerca de 5 milhões de pessoas em situação de vulnerabilidade.

A decisão oficial de expandir o bloco foi tomada em agosto de 2023, durante a 15ª Cúpula do grupo em Joanesburgo, na África do Sul. Os novos convidados, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia e Irã, se tornaram membros plenos a partir de 1º de janeiro de 2024. A Arábia Saudita participa das reuniões de Cúpula, de Sherpas e de ministros de relações exteriores, mas ainda não assinou formalmente os termos de adesão. O bloco continuou crescendo com a adesão oficial da Indonésia como membro pleno em jan. 2025.

A motivação para a expansão deveu-se a razões geopolíticas e econômicas como o apoio a um mundo multipolar para reduzir a dependência do Ocidente. Isso porque ao trazer mais países, o BRICS busca equilibrar o tabuleiro do poder global, criando uma liderança alternativa para a maioria Global; busca reduzir o uso do dólar e facilitar o comércio internacional usando suas próprias moedas nacionais; e, com a entrada de grandes potências energéticas e exportadoras, o grupo ganha força para criar sistemas de pagamento alternativos ao dominante sistema ocidental; e também pode controlar o mercado de energia e combustíveis ao convidar gigantes da produção de petróleo e gás, como os EAU e o Irã.

Após a expansão do grupo e apesar de divergências políticas e econômicas, o grupo manteve sua dinâmica institucional e expandiu sua cooperação. A cooperação mais perceptível ocorreu na área econômica-comercial e na área de saúde.

Em 2024 a Rússia sugeriu a criação da Rede de Institutos Nacionais de Saúde dos BRICS e, em 2025, o Brasil celebrou uma série de reuniões na área de saúde; em 2026, a Índia delineou os pilares estratégicos da RINSP, que são: Desenvolvimento da Força de Trabalho em Saúde Pública e Colaboração Técnica; Prevenção e Controle de DTs e DNTs; Preparação, Resposta a Epidemias e Segurança em Saúde; Saúde Ambiental, Mudanças Climáticas, Resistência aos Antimicrobianos (RAM) e Saúde Única; Saúde Digital e Inovação; Pesquisa Aplicada em Saúde Pública e Sistemas de Saúde; e Apoio a Políticas e Consultoria.

Ainda em 2025, sob a presidência brasileira, o grupo ajudou a desenvolver o Hub digital de P&D do BRICS (e-R&D Hub BRICS), voltado a conectar pesquisadores, centros de pesquisa e governos na área digital e de inovação conjunta e que é uma iniciativa que foi altamente impulsionada pelo Brasil, no âmbito do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Vacinas do BRICS.

Além da Rede de Institutos Nacionais de Saúde que tem vários pilares, o BRICS tem o CPDV, a Rede de Pesquisa em tuberculose; o GT sobre Medicina Tradicional, Complementar e Integrativa, entre outras iniciativas.

Na área de CT&I, o BRICS conta com o Programa-Quadro de CT que promove chamadas conjuntas anuais de financiamento para projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação entre os países membros e parceiros. Inclusive, há poucos anos, a Fiocruz teve 4 entre os 12 projetos escolhidos pelos BRICS para combater a Covid-19.

Considerações finais

A atuação dos BRICS enfrenta algumas limitações, devido a conflitos internos entre seus membros como Índia e China (disputas na fronteira); Arábia Saudita e Irã (rivalidade religiosa); EAU e Irã (diferenças religiosas e a recente escalada de conflitos militares no Oriente Médio) e baixa institucionalização.

A implementação de reformas nas instituições intergovernamentais e financeiras internacionais ainda apresenta avanços limitados.

Apesar dessas limitações, o BRICS consolidou seu papel como plataforma para fortalecer as relações bilaterais e influenciar a governança mundial; manteve sua dinâmica institucional, expandiu a agenda e consolidou-se como plataforma para diálogo plurilateral, buscando uma ordem internacional mais equitativa.

Posições da América Latina na 81ª Assembleia Geral: surpresas ou continuidades das tendências regionais?

Las posturas de América Latina en la 81ª Asamblea General: ¿sorpresas o continuidad de las tendencias regionales?

Latin American Positions at the 81st General Assembly: Surprises or Continuations of Regional Trends?

Sebastian Tobar e Sâmia de Brito

Resumo: Este informe cobre os principais eixos geopolíticos, políticos, econômicos e de saúde na América Latina. Na geopolítica e na política, as posições dos países na Assembleia Geral, o processo eleitoral e o alinhamento de governos como Argentina e Venezuela ganham destaque. Na economia, o crescimento moderado ainda permanece como resultado das políticas na região, mas minerais críticos e investimentos estrangeiros despontam em importância e, no âmbito social, a migração e a situação de gênero ganham proeminência na quinzena. No cenário de saúde, os números do sarampo preocupam e os casos de dengue devem aumentar com a influência do super El Niño. No seguimento das organizações regionais, destacamos que a Organização dos Estados Americanos (OEA) cumpriu agenda relacionada à democracia, direitos humanos e segurança regional; o Organismo Andino de Saúde Convênio Hipólito Unanue (ORAS-CONHU) participou de agenda sobre vacinação e segurança sanitária nas fronteiras entre Bolívia e Peru; a Secretaria Executiva do Conselho de Ministros de Saúde da América Central e República Dominicana (SE-COMISCA) participou de agendas sobre segurança sanitária, vigilância ambiental e promoção da saúde e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) cumpriu agenda nos temas de monitoramento ambiental, gestão da água e segurança hídrica

Palavras-chave: América Latina; Cooperação Internacional; Saúde.

Resumen: *Este informe abarca los principales ejes geopolíticos, políticos, económicos y sanitarios de América Latina. En materia de geopolítica y política, destacan las posturas de los países en la Asamblea General, el proceso electoral y la alineación de gobiernos como los de Argentina y Venezuela. En el ámbito económico, el crecimiento moderado sigue caracterizando a la región y, en el ámbito social, la migración y la situación de género cobran protagonismo durante esta quincena. En el ámbito sanitario, las cifras del sarampión son motivo de preocupación y se prevé que los casos de dengue aumenten debido a la influencia del super El Niño. En cuanto a las organizaciones regionales, destacamos que la Organización de los Estados Americanos (OEA) cumplió con su agenda relacionada con la democracia, los derechos humanos y la seguridad regional; el Organismo Andino de Salud del Convenio Hipólito Unanue (ORAS-CONHU) participó en una agenda sobre vacunación y seguridad sanitaria en las fronteras entre Bolivia y Perú; la Secretaría Ejecutiva del Consejo de Ministros de Salud de América Central y la República Dominicana (SE-COMISCA) participó en agendas sobre seguridad sanitaria, vigilancia medioambiental y promoción de la salud, y la Organización del Tratado de Cooperación Amazónica (OTCA) abordó temas relacionados con el seguimiento medioambiental, la gestión del agua y la seguridad hídrica*

Palabras clave: *América Latina; Cooperación Internacional; Salud.*

Abstract: *This report covers the main geopolitical, political, economic, and health issues in Latin America. In the areas of geopolitics and politics, the focus is on the countries' positions in the General Assembly, the electoral process, and the alignment of governments such as those of Argentina and Venezuela. Economically, moderate growth persists as a result of regional policies, but critical minerals and foreign investment are gaining in importance; socially, migration and gender issues have taken center stage over the past two weeks. In the health sector, measles figures are cause for concern, and dengue cases are expected to rise due to the impact of the super El Niño. Regarding regional organizations, we note that the Organization of American States (OAS) carried out its agenda related to democracy, human rights, and regional security; the Andean Health Organization—Hipólito Unanue Agreement (ORAS-CONHU) participated in discussions on vaccination and public health security at the borders between Bolivia and Peru; the Executive Secretariat of the Council of Ministers of Health of Central America and the Dominican Republic (SE-COMISCA) participated in meetings on public health security, environmental monitoring, and health promotion; and the Amazon Cooperation Treaty Organization (OTCA) held meetings on environmental monitoring, water management, and water security.*

Keywords*: Latin America; International Cooperation; Health.*

Apresentação

A segunda quinzena de setembro continuou marcada pela crescente ***centralidade da geopolítica*** e da ***segurança*** na agenda latino-americana, em um contexto de ***intensa atividade diplomática em torno da 81ª Assembleia Geral das Nações Unidas***. A disputa por influência no Hemisfério Ocidental, o combate ao narcotráfico, as relações com os Estados Unidos, a ***situação na Venezuela*** e as ***próximas eleições brasileiras*** moldaram grande parte do cenário regional[1].

Ao mesmo tempo, persistiram *crises humanitárias e* ***sociais*** *associadas à violência, ao deslocamento e à migração, particularmente no Haiti*. Economicamente, a região manteve um *crescimento moderado*, enquanto *novos fatores estratégicos ganharam importância: minerais críticos, inteligência artificial, investimento estrangeiro, energia e mudanças climáticas*.

Na área da ***saúde***, o período foi marcado pela evolução dos surtos de sarampo, pela vigilância da dengue e pela crescente preocupação com os efeitos do El Niño na saúde. O fim do período também coincide com o início do 63º Conselho Diretor da OPAS, que coloca as

[1] Durante esse período, podemos observar algumas tendências: geopoliticamente, há uma crescente competição por influência na América Latina e no Caribe. Em termos de segurança, o narcotráfico e o crime organizado continuam a ocupar um lugar central nas agendas nacionais e hemisféricas. Politicamente, há muita expectativa e atenção voltadas para o Brasil, que é o centro das atenções devido ao seu processo eleitoral e à polarização na região. No que diz respeito à soberania dos países da região, o debate entre intervenção externa e autonomia regional está se intensificando. A Venezuela está gradualmente reintegrando-se aos espaços de cooperação econômica e financeira. Há um aumento da violência, dos deslocamentos e da migração, que continuam a gerar significativas necessidades humanitárias. A economia apresenta crescimento moderado, baixa produtividade e restrições fiscais. Além disso, há uma crescente importância dos minerais críticos, da energia, da inteligência artificial e do investimento estrangeiro.

emergências sanitárias, a resistência antimicrobiana, as arboviroses, a segurança alimentar e a arquitetura global de saúde na agenda regional.

Na **integração regional**, a OEA cumpriu a agenda nos temas de democracia e direitos humanos, enquanto ORAS-CONHU focou em vacinação fronteiriça, SECOMISCA em vigilância ambiental e saúde global e OTCA também trabalhou com monitoramento ambiental.

GEOPOLÍTICA

Os Estados Unidos reforçam sua agenda de segurança hemisférica.

Um dos principais eventos do período foi o aprofundamento da política dos EUA voltada para a retomada de um papel central na segurança hemisférica.

Durante a Assembleia Geral da ONU, Donald Trump defendeu uma política mais ativa contra os cartéis de drogas e propôs uma cooperação regional estruturada em torno do "***Escudo das Américas***".

A iniciativa reúne diversos governos latino-americanos, enquanto Brasil e México permanecem fora do mecanismo. A Reuters informou que Washington busca vincular o combate ao narcotráfico a uma maior coordenação militar e de segurança regional[2].

Isso aprofunda uma divisão geopolítica na América Latina com:

- Governos que priorizam maior cooperação em segurança com Washington;
- Governos que defendem mecanismos regionais autônomos;
- Países que buscam manter relações simultâneas com os Estados Unidos, a China e outros atores globais.

Embora a região não esteja dividida em blocos geopolíticos rígidos, mas sim apresente um mosaico de alinhamentos:

- Um grupo de governos aprofunda a cooperação em segurança com Washington; Brasil e México promovem maior autonomia regional; e
- Um amplo conjunto busca diversificar suas relações entre os Estados Unidos, a China, a Europa, a Índia, os BRICS e os mecanismos latino-americanos.

Para fins analíticos, elaboramos a seguinte tabela:

[2] O presidente Donald Trump prometeu reafirmar a supremacia dos EUA no Hemisfério Ocidental e usar "poder militar incomparável" contra ameaças na região, ao mesmo tempo em que mobilizava aliados em torno de uma campanha crescente contra os cartéis de drogas.
Em discurso para líderes mundiais na Assembleia Geral da ONU, Trump descreveu os cartéis de drogas como "o Estado Islâmico do Hemisfério Ocidental" e pediu uma resposta mais dura ao crime transnacional. Ver: https://www.reuters.com/world/americas/trump-vows-unmatched-military-might-he-rallies-regional-anti-cartel-allies-2026-09-22

Tabela: Orientações geopolíticas dos governos latino-americanos

Orientação predominante	Países	Principais Características Observáveis
Maior cooperação em segurança com Washington	Argentina, Equador, El Salvador, Colômbia, Peru, Paraguai, Costa Rica, República Dominicana, Panamá, Honduras, Guatemala, Guiana, Trinidad e Tobago, Bolívia e Chile[3]	Participação ou envolvimento com o "Escudo das Américas", cooperação no combate ao narcotráfico e ao crime organizado, compartilhamento de informações e maior coordenação de segurança com os EUA. Em 22 de setembro, 14 países da América Latina e do Caribe participaram da reunião do Escudo em Nova York[4].
Defesa de mecanismos regionais autônomos / maior autonomia estratégica	Brasil, México, Bolívia	A CELAC prioriza o multilateralismo, a soberania nacional, a cooperação regional e rejeita o envolvimento militar externo como mecanismo central de segurança. Brasil e México defenderam explicitamente a CELAC como o principal fórum de diálogo e uma OEA "autônoma e inclusiva"[5].
Estratégia de diversificação / relações simultâneas	Brasil, México, Chile, Perú, Argentina, Uruguay, Colombia, Bolivia y varios países del Caribe	Eles mantêm relações com os EUA, mas simultaneamente desenvolvem laços econômicos, comerciais, tecnológicos e diplomáticos com a China, a UE, a Índia, os BRICS e outros atores. A expansão da China como parceira comercial e a influência dos BRICS apoiam essa estratégia de diversificação[6].
Posição particularmente próxima de Washington em matéria de segurança	*Argentina, Equador, El Salvador, Colômbia e Peru*	Trata-se do núcleo mais visível da atual cooperação hemisférica promovida por Washington. O Equador recebeu compromissos adicionais de financiamento e equipamentos dos EUA; a Colômbia e o Peru avançaram na cooperação em segurança, e a Argentina participa ativamente da Operação Escudo.
Posição de autonomia estratégica mais acentuada	Brasil e México	Eles não participam do Escudo das Américas e defendem que o combate ao crime organizado deve ser baseado na cooperação internacional, respeitando a soberania, sem intervenção militar externa. Lula afirmou isso explicitamente perante a ONU[7].

Fonte: elaborado pelos autores

[3] O Chile requer esclarecimentos: o governo de José Antonio Kast demonstra uma orientação favorável ao aprofundamento da cooperação com Washington em segurança e comércio, mas, até 22 de setembro, ainda não havia formalizado sua adesão ao Escudo das Américas.

[4] https://www.reuters.com/world/americas/trump-vows-unmatched-military-might-he-rallies-regional-anti-cartel-allies-2026-09-22

[5] https://www.gob.mx/sre/prensa/joint-statement-on-the-occasion-of-the-6th-meeting-of-the-mexico-brazil-binational-commission

[6] https://www.as-coa.org/articles/xi-visits-trump-five-charts-chinas-latin-america-ties

[7] https://www.reuters.com/world/americas/brazil-needs-cooperation-not-intervention-fight-crime-lula-says-2026-09-22

A posição do Brasil foi particularmente explícita. Lula argumentou perante a ONU que o Brasil deve combater o crime organizado por meio da cooperação internacional e não por meio de intervenção externa, vinculando essa questão à defesa da soberania nacional[8]. O discurso do presidente Lula está reproduzido na íntegra neste caderno.

Assim como no futebol, ***Argentina*** e ***Brasil*** apresentaram posições claramente distintas e conflitantes sobre diversos temas na 81ª Assembleia Geral da ONU. ***Lula*** defendeu que o combate ao crime organizado deve ser realizado por meio da cooperação internacional e regional, mas sem intervenção militar estrangeira. Ele também vinculou a segurança à soberania, à democracia e à reforma do sistema internacional[9]. ***Milei***, por sua vez, utilizou seu discurso para promover uma agenda focada na liberdade econômica, nos valores ocidentais, na segurança estratégica e em uma relação próxima com os Estados Unidos e Israel. Seu discurso oficial na ONU foi proferido em 23 de setembro[10].

Já em sua fala, o presidente uruguaio ***Yatmandu Orsi*** afirmou sua solidariedade e condenação ao bloqueio contra Cuba: *"Não podemos ser indiferentes" a um "bloqueio econômico severo como o sofrido pelo povo cubano*[11]*"*.

A Venezuela volta a ser o centro das atenções

A situação venezuelana mantém uma forte dimensão regional e hemisférica[12]. A transição política, iniciada após a saída de Nicolás Maduro e a consolidação do governo liderado por Delcy Rodríguez, colocou a Venezuela no centro de uma nova configuração das relações entre os Estados Unidos e a América Latina. Durante a 81ª Assembleia Geral das Nações Unidas, Rodríguez realizou reuniões com autoridades americanas e instituições financeiras internacionais, enquanto Donald Trump aprofundou publicamente sua estratégia de recuperação da influência dos EUA no hemisfério[13].

Na frente geopolítica, a Venezuela tornou-se um componente da estratégia dos EUA para fortalecer sua presença no hemisfério. Washington vincula a questão venezuelana ao combate ao narcotráfico, à segurança regional e ao controle das atividades criminosas transnacionais. A criação de mecanismos como o Escudo das Américas reflete essa tendência, embora a participação latino-americana não seja uniforme: alguns governos estão aprofundando sua cooperação em segurança com Washington, enquanto outros mantêm maiores reservas quanto a uma bilateralização da segurança hemisférica[14].

---

[8] https://www.reuters.com/world/americas/brazil-needs-cooperation-not-intervention-fight-crime-lula-says-2026-09-22

[9] https://www.reuters.com/world/americas/brazil-needs-cooperation-not-intervention-fight-crime-lula-says-2026-09-22

[10] https://www.casarosada.gob.ar/slider-principal/51375-discurso-del-presidente-javier-milei-ante-la-81-sesion-de-la-asamblea-general-de-la-onu-en-nueva-york

[11] https://ladiaria.com.uy/politica/articulo/2026/9/orsi-en-la-onu-no-podemos-ser-indiferentes-ante-un-ferreo-bloqueo-economico-como-el-que-sufre-el-pueblo-cubano/

[12] https://www.reuters.com/world/americas/us-drops-venezuela-drug-list-may-remove-colombia-trump-says-2026-09-16

[13] https://www.reuters.com/world/americas/venezuelan-delegation-led-by-rodriguez-discuss-debt-energy-us-sources-say-2026-09-21

[14] https://www.cfr.org/global-conflict-tracker/conflict/instability-venezuela

A dimensão energética também está adquirindo importância estratégica. As negociações entre Caracas e Washington incluem petróleo, mineração, dívida e recuperação de ativos. A delegação venezuelana que participou da Assembleia Geral manteve conversas com o BID, o FMI e o Banco Mundial, além de avançar nas negociações com empresas americanas sobre hidrocarbonetos e outros recursos. Isso transforma a Venezuela em um espaço onde convergem a reconstrução econômica, os interesses energéticos e a competição geopolítica[15].

A questão da migração continua a ter efeitos regionais. A Venezuela gerou um dos maiores deslocamentos populacionais do hemisfério: o ACNUR registrou 6,9 milhões de refugiados e migrantes venezuelanos em 17 países até o final de 2025. Embora a migração para o norte tenha diminuído significativamente, a mobilidade venezuelana continua a influenciar as políticas de migração e proteção da Colômbia, Brasil, Peru, Equador, Panamá, Costa Rica, México e Estados Unidos[16].

A segurança das fronteiras é outra área de preocupação. Particularmente para a Colômbia, a situação venezuelana está ligada à movimentação de grupos armados, economias ilícitas, tráfico de pessoas e controle territorial em áreas fronteiriças. Análises regionais indicam que a fragilidade simultânea das áreas fronteiriças venezuelanas e colombianas pode facilitar a expansão de organizações criminosas e aumentar a vulnerabilidade das populações migrantes. Por fim, a Venezuela tornou-se um caso paradigmático no novo debate sobre a autonomia latino-americana. O crescente envolvimento dos Estados Unidos levanta questões sobre o equilíbrio entre a cooperação hemisférica em matéria de segurança e a preservação dos mecanismos regionais de autonomia. Soma-se a isso a presença da China e de outros atores externos, que mantêm interesses econômicos e estratégicos na região[17].

Ao mesmo tempo, o Banco Interamericano de Desenvolvimento começou a elaborar um plano de engajamento de dois anos com a Venezuela, inicialmente focado em energia elétrica, proteção social e uma avaliação da situação macroeconômica[18].

A combinação de segurança, petróleo, reconstrução, energia elétrica e proteção social torna, mais uma vez, a Venezuela um palco relevante para disputas e cooperação internacionais[19].

A 81ª Assembleia Geral da ONU como espaço para debate e cooperação

A Semana de Alto Nível da ONU, realizada entre 18 e 28 de setembro, reuniu as principais figuras mundiais. A agenda incluiu desenvolvimento sustentável, mudanças climáticas, elevação do nível do mar e prevenção e preparação para pandemias[20].

---

15 https://www.reuters.com/world/americas/venezuelan-delegation-led-by-rodriguez-discuss-debt-energy-us-sources-say-2026-09-21

16 https://www.unhcr.org/sites/default/files/2026-06/global-report-2025-situation-overview-venezuela.pdf

17 https://www.csis.org/analysis/after-maduro-human-trafficking-and-vulnerability-venezuelan-migrants-colombia

18 O Banco Interamericano de Desenvolvimento está elaborando um plano de atuação de dois anos para a Venezuela, com foco, em parte, em eletricidade e proteção social, segundo o presidente do BID, Ilan Goldfajn. Ver: https://www.reuters.com/world/americas/idb-drafts-two-year-venezuela-plan-says-electricity-social-needs-are-key-2026-09-21

19 https://spam.ceip.org/research/2026/09/recasting-american-power-in-latin-america

20 https://www.un.org/es/ga/81/meetings/

Para a América Latina e o Caribe, a Assembleia proporcionou uma oportunidade para colocar os seguintes temas na agenda internacional:

1. desenvolvimento e desigualdade	2. financiamento
3. mudanças climáticas	4. transição energética
5. cooperação internacional	6. reforma da governança global
7. saúde e preparação para pandemias	8. autonomia regional em relação às grandes potências

Durante a Semana de Alto Nível, a CEPAL destacou a necessidade de fortalecer a cooperação regional, as capacidades institucionais e a integração internacional da América Latina e do Caribe na nova realidade geopolítica[21]

SITUAÇÃO POLÍTICA

Brasil: eleições, polarização e segurança

As eleições brasileiras assumem importância hemisférica devido ao peso político, econômico e estratégico do Brasil na América Latina. O processo eleitoral não apenas definirá a direção interna do país, mas também terá implicações para suas relações com os Estados Unidos e a China, o equilíbrio entre cooperação hemisférica e autonomia regional, a agenda de segurança, a integração latino-americana e o engajamento internacional da América do Sul. Em um contexto de crescente competição geopolítica e fragmentação regional, a orientação do próximo governo brasileiro será particularmente relevante para moldar os laços entre a América Latina, Washington e outros atores globais.

Pesquisas publicadas em 21 de setembro mostravam uma disputa acirrada entre Luiz Inácio Lula da Silva e Flávio Bolsonaro em um possível segundo turno, com diferenças dentro da margem de erro das pesquisas[22].

Além das pesquisas, que atuam como medições situacionais e não resultados eleitorais, três temas importantes emergem no processo eleitoral brasileiro e têm sido recorrentes em outras discussões eleitorais e políticas da região:

1. Polarização política.
2. Disputas sobre democracia, soberania e participação internacional.
3. Segurança e a infiltração do crime organizado na política[23].

México: revisão do acordo comercial com os Estados Unidos

O México iniciou o período com um novo capítulo na revisão do USMCA.

A presidente Claudia Sheinbaum indicou que o México está avaliando o aumento de suas importações dos Estados Unidos e a redução de algumas importações de terceiros países, em

[21] https://www.cepal.org/pt-br/node/91057

[22] O presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva e o senador Flávio Bolsonaro permanecem tecnicamente empatados em um segundo turno simulado antes da próxima eleição. Ver: https://www.reuters.com/world/americas/brazils-lula-would-beat-bolsonaro-by-1-point-runoff-suggests-btgnexus-poll-2026-09-21

[23] https://www.reuters.com/world/americas/gangs-gain-influence-brazil-seeks-shield-election-candidates-with-criminal-ties-2026-09-22

resposta às preocupações americanas com o déficit comercial[24]. A presidente Claudia Sheinbaum anunciou que o México planeja comprar mais produtos dos Estados Unidos e reduzir as importações de outros países como parte de uma revisão do Acordo Estados Unidos-México-Canadá (USMCA).

O processo confirma a importância estratégica da relação México-Estados Unidos e aumenta as tensões entre a integração produtiva dos Estados Unidos e a diversificação comercial mexicana. Essa questão poderá ter consequências para investimentos, cadeias de suprimentos, indústria automotiva, tecnologia e comércio regional.

A revisão do USMCA aprofunda a disputa sobre o futuro da integração econômica norte-americana. Washington[25] busca fortalecer as regras de origem, reduzir o déficit comercial e limitar a penetração de terceiros países nas cadeias produtivas regionais, enquanto o México busca preservar o acesso preferencial ao mercado americano e ampliar seu poder de negociação. O processo assume uma dimensão geopolítica devido à sua conexão com a competição econômica entre os Estados Unidos e a China.

Argentina: Tensão entre a agenda internacional e o conflito político interno

Durante esse período, Javier Milei participou da Assembleia Geral da ONU e buscou projetar sua agenda econômica e seu alinhamento com Washington internacionalmente[26].

A Argentina aprofundou sua aproximação estratégica com os Estados Unidos por meio do lançamento do ***Corredor Andes-Atlântico***[27]. A iniciativa, apresentada durante a Assembleia Geral da ONU, conecta infraestrutura ferroviária, portuária e energética com o desenvolvimento de Vaca Muerta, minerais críticos e infraestrutura digital. O acordo incorpora instrumentos financeiros dos EUA e busca integrar os recursos argentinos às cadeias de suprimentos voltadas para os mercados ocidentais. Em termos de política externa, representa um novo nível de convergência econômica e estratégica com Washington e posiciona a Argentina na arquitetura estadunidense de corredores de infraestrutura e cadeias de suprimentos críticas no Hemisfério Ocidental.

Simultaneamente, no âmbito interno, o governo enfrentou dificuldades para aprovar o Orçamento de 2027, principalmente devido a preocupações relacionadas a pessoas com deficiência, educação, ciência, habitação e cultura.

A situação argentina apresenta, portanto, uma dupla dimensão: maior projeção internacional do governo; e negociações e conflitos políticos internos em torno de gastos públicos e políticas sociais.

---

[24] https://www.reuters.com/world/americas/mexico-plans-boost-us-imports-part-trade-treaty-review-sheinbaum-says-2026-09-21

[25] https://ustr.gov/about/policy-offices/press-office/press-releases/2026/july/joint-statement-ambassador-jamieson-greer-and-mexican-secretary-economy-marcelo-ebrard

[26] https://elpais.com/argentina/2026-09-21/milei-viaja-a-la-onu-mientras-sus-aliados-se-rebelan-contra-el-presupuesto-2027.html

[27] Trata-se de uma iniciativa bilateral para modernizar a infraestrutura que conecta as regiões agrícolas da Argentina aos portos do Atlântico e aos mercados ocidentais. O acordo foi anunciado pelo Ministro das Relações Exteriores, Pablo Quirno, e pelo Subsecretário de Estado dos EUA, Christopher Landau. https://www.state.gov/translations/spanish/declaracion-conjunta-sobre-el-lanzamiento-del-corredor-andes-atlantico

Haiti: crise política, segurança e emergência humanitária

O Haiti permanece um dos principais centros de instabilidade política e social na América Latina e no Caribe. A violência armada continua a se espalhar para além de Porto Príncipe. A OIM relatou que quase 1,5 milhão de pessoas estão deslocadas internamente e que cerca de 80% delas estão fora da capital[28].

Durante o mesmo período analisado, a OIM registrou novos deslocamentos ligados à violência armada em Saint-Marc e Verrettes, no departamento de Artibonite, em 12 de setembro[29]. O Haiti representa atualmente um caso paradigmático da inter-relação entre violência; deslocamento; insegurança alimentar; deterioração das condições de saúde; perda da capacidade estatal; e crise de legitimidade institucional.

SITUAÇÃO SOCIAL

Violência, deslocamento e migração

A violência continua sendo um dos principais fatores que impulsionam a mobilidade humana na região.

O ACNUR estima que existam 20,3 milhões de pessoas deslocadas à força ou apátridas nas Américas, em um contexto de convergência entre violência, desigualdade, insegurança e mudanças climáticas[30].

O UNICEF também estima que, até 2026, 11,3 milhões de pessoas na América Latina e no Caribe, incluindo 3,9 milhões de crianças e adolescentes, precisarão de assistência humanitária devido à violência armada e à migração insegura. As crianças correm o risco de exploração, recrutamento por grupos armados e sofrimento psicológico. Mulheres e meninas enfrentam riscos de proteção[31].

Isso confirma que a migração não é mais apenas uma questão de fronteiras, mas agora envolve proteção social, saúde, educação, segurança, crianças, emprego, moradia e direitos humanos. A violência ligada ao crime organizado, as mudanças econômicas, as políticas migratórias em constante evolução, o aumento das deportações e dos retornos, bem como o crescente impacto dos riscos climáticos, irão redefinir a migração na América Latina e no Caribe, e essa tendência se torna cada vez mais evidente.

Proteção social e novos sistemas de informação

Durante esse período, a CEPAL reuniu representantes de países da região para analisar o fortalecimento dos cadastros sociais[32]. Esses instrumentos estão se tornando cada vez mais importantes para identificar famílias vulneráveis e melhorar a capacidade dos Estados de responder a crises econômicas, climáticas e demográficas.

---

[28] https://currently.att.yahoo.com/att/nearly-1-5-million-displaced-141602191.html
[29] https://dtm.iom.int/es/regions/latin-america-and-the-caribbean
[30] https://www.acnur.org/donde-trabajamos/americas
[31] https://www.unicef.org/appeals/children-on-the-move-in-latin-america
[32] https://www.cepal.org/es/eventos/encuentro-presencial-2026-la-red-registros-sociales-america-latina-caribe

O desafio regional reside na transição de políticas sociais exclusivamente compensatórias para sistemas de proteção social capazes de abordar simultaneamente a pobreza, a informalidade, a migração, o envelhecimento da população e os impactos climáticos.

Gênero e violência contra as mulheres

No Brasil, a campanha eleitoral incorporou com maior intensidade a questão do feminicídio e da violência contra a mulher. O debate parece estar ligado à significativa importância eleitoral das mulheres e às demandas de organizações sociais por políticas específicas para sua proteção e participação política[33].

A questão também assumiu uma dimensão política mais ampla: em 22 de setembro, o Tribunal Supremo Eleitoral (TSE) informou que os casos de violência política de gênero aumentaram de 15 em 2022 para 177 em setembro de 2026, enquanto o Ministério Público Federal (MPF) registrou 436 denúncias desde 2018. O TSE e o MPF lançaram a campanha "Política é Feminina" para abordar esse fenômeno[34].

A questão também foi incorporada ao debate internacional: em setembro, a ONU Mulheres apresentou dez propostas para as eleições brasileiras, incluindo prevenção e resposta à violência contra a mulher, combate ao sexismo, políticas de assistência, igualdade salarial e maior participação feminina em cargos de poder[35].

Um elemento particularmente significativo é que as mulheres representam 52,8% do eleitorado, mas permanecem sub-representadas em cargos políticos. A ONU Mulheres observa que elas ocupam apenas 17,2% das cadeiras na Câmara dos Deputados e 18,5% no Senado.

Essa questão reforça uma tendência regional: a violência de gênero está cada vez mais interligada às agendas de segurança, direitos humanos e políticas sociais.

SITUAÇÃO ECONÔMICA

Crescimento regional moderado

A CEPAL mantém sua projeção de crescimento regional de 2,2% para 2026, em um contexto caracterizado por tensões geopolíticas, condições financeiras restritivas, pressões inflacionárias e desaceleração do comércio internacional[36].

O cenário continua a mostrar diferenças significativas entre países e sub-regiões.

O principal problema estrutural permanece sendo uma combinação de: baixo crescimento; baixa produtividade; desigualdade; e espaço fiscal limitado.

---

[33] https://elpais.com/america/2026-09-21/el-feminicidio-y-las-votantes-logran-espacio-en-la-campana-presidencial-mas-masculina-del-siglo-en-brasil.html

[34] https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2026-09/casos-de-violencia-politica-de-genero-crescem-11-vezes-em-4-anos

[35] https://brasil.unwomen.org/pt-br/stories/aviso-a-imprensa/2026/09/release-10-propostas-2026

[36] https://www.cepal.org/es/comunicados/america-latina-caribe-crecera-22-2026-un-contexto-internacional-caracterizado-conflictos

Investimento estrangeiro e nova geoeconomia

América Latina ingressa em uma nova etapa da competição geoeconômica global, na qual o investimento estrangeiro está cada vez mais associado à disputa por minerais críticos, energia, infraestrutura, tecnologia e cadeias de suprimento. Estados Unidos e China ampliam sua presença econômica regional, enquanto países latino-americanos procuram aproveitar a competição para atrair capital e diversificar suas economias. O desafio regional passa a ser transformar o aumento do investimento em capacidade produtiva, transferência tecnológica e maior agregação de valor, evitando a reprodução de uma inserção baseada predominantemente na exportação de recursos naturais.

Em setembro, a CEPAL destacou a necessidade de considerar o investimento estrangeiro direto como uma ferramenta estratégica para o desenvolvimento produtivo, em um contexto internacional de crescente competição por setores tecnológicos e estratégicos[37]. Isso se torna particularmente importante na América Latina devido a minerais críticos; lítio; cobre; recursos energéticos; hidrogênio; semicondutores; infraestrutura digital; e inteligência artificial.

A disputa por esses setores está transformando a relação entre economia e geopolítica. A disputa já não é somente "*quem compra os recursos latino-americanos*", mas "*quem controla as cadeias de valor, a tecnologia, o financiamento e a infraestrutura necessária para transformá-los em poder econômico*".

Inteligência artificial: oportunidades e riscos no ambiente de trabalho

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) divulgou estimativas durante o período indicando que a adoção generalizada da inteligência artificial poderia impulsionar a produção regional em 5,1% na próxima década[38].

No entanto, o impacto sobre os salários dependeria da capacidade dos trabalhadores de migrarem para setores em expansão. O BID estima que, em certos cenários, os salários poderiam aumentar entre 2,3% e 5,3%, enquanto uma transição insuficiente poderia levar a reduções significativas. A questão central, portanto, passa de simplesmente "incorporar a IA" para garantir o acesso à IA, a educação, o treinamento, a produtividade e as proteções trabalhistas.

El Niño como risco econômico e social

Um dos eventos econômicos mais significativos do período foi o alerta da CEPAL sobre o fortalecimento do fenômeno El Niño[39].

Segundo estimativas da organização regional, um evento extremo de El Niño causará uma perda cumulativa de pelo menos 2% do Produto Interno Bruto (PIB) da região ao longo de um período de três anos, metade da qual ocorrerá durante o primeiro ano. Além disso, o impacto negativo na renda familiar poderá aumentar a pobreza em até 4,8 milhões de pessoas adicionais até o final da década, em comparação com um cenário sem El Niño.

---

37 https://www.cepal.org/es/publicaciones/90300-claves-la-cepal-desarrollo-ndeg-27-la-inversion-extranjera-directa-america

38 https://www.reuters.com/technology/ai-could-boost-latam-caribbean-economy-51-wages-may-fall-idb-says-2026-09-21

39 https://www.cepal.org/es/comunicados/la-cepal-advierte-que-un-evento-extremo-nino-podria-causar-perdida-al-menos-2-pib

O fenômeno pode afetar simultaneamente diversas variáveis interligadas, como agricultura, produção de alimentos, inflação, emprego, pobreza, saúde e migração. Para evitar que os impactos climáticos levem a crises socioeconômicas prolongadas, a CEPAL insta os governos a adotarem dez medidas estratégicas de políticas públicas:

1. ***Planejamento para as mudanças climáticas***: Integrar o risco climático como critério permanente nas políticas nacionais e nos marcos regulatórios.
2. ***Infraestrutura resiliente e sistemas de alerta precoce:*** Alocar recursos para a proteção física de ativos e infraestruturas estratégicas e implementar sistemas de alerta precoce.
3. ***Mecanismos de financiamento contingencial e seguro climático:*** Estabelecer fundos de reserva, títulos de catástrofe e apólices de seguro para fornecer liquidez imediata.
4. ***Resiliência nas cadeias de produção e assentamentos***: Proteger os meios de subsistência em áreas críticas, como o Corredor Seco e as comunidades pesqueiras, entre outras.
5. ***Ecossistemas resilientes e sustentabilidade:*** Restaurar barreiras naturais (recifes e manguezais) e implementar quotas e períodos de defeso dinâmicos.
6. ***Cooperação regional e integração energética****:* Coordenar a gestão de bacias transfronteiriças e outros recursos compartilhados, e compartilhar reservas de energia entre os países.
7. ***Diversificação da matriz elétrica:*** Promover a complementaridade das energias renováveis (hidrelétrica, solar e eólica) para reduzir a dependência da chuva.
8. ***Gestão integrada da água por bacia:*** Monitorar os fluxos e reservatórios em nível local para priorizar o consumo humano e a geração de energia.
9. ***Redes de proteção social direcionadas:*** fornecer transferências diretas de dinheiro para famílias vulneráveis a fim de conter o aumento da pobreza e da insegurança alimentar.
10. ***Eficiência energética e gestão da demanda urbana***: implementar programas temporários de economia de energia e gerenciar o consumo de pico durante ondas de calor.

SITUAÇÃO DE SAÚDE

Sarampo: Alerta regional continua

O sarampo continua sendo um dos principais problemas epidemiológicos nas Américas.

O relatório da OPAS de 24 de setembro registrou 709 novos casos confirmados durante as semanas epidemiológicas 35 e 36, embora isso represente uma diminuição de 43% em comparação com o período anterior. Os Estados Unidos, Peru, Guatemala e México foram responsáveis pela maioria dos novos casos[40].

A OPAS mantém uma avaliação de risco muito alto devido à persistência de surtos e lacunas na vacinação[41].

O problema tem uma dimensão regional que envolve diversas variáveis, como a diminuição da cobertura vacinal; o acúmulo de populações suscetíveis; a mobilidade

[40] https://www.paho.org/es/documentos/informe-situacion-12-sarampion-region-americas-24-septiembre-2026
[41] https://www.paho.org/es/brote-multi-pais-sarampion-2026

internacional; as dificuldades de acesso aos serviços; a desinformação; e as significativas desigualdades territoriais existentes na região.

O ressurgimento do sarampo é um dos principais desafios de saúde pública para a América Latina e o Caribe em 2026. A região registra o maior número de casos em mais de duas décadas, como consequência das lacunas acumuladas na vacinação, da mobilidade internacional e das dificuldades em garantir vigilância e resposta oportunas.

O desafio vai além do controle dos surtos atuais: exige a restauração das taxas de cobertura acima de 95% com duas doses, o fortalecimento da atenção primária e da vigilância epidemiológica, a redução das desigualdades territoriais e sociais e o aprofundamento da cooperação regional para prevenir o reaparecimento da transmissão endêmica.

Dengue: declínio regional, mas vigilância contínua

Na semana epidemiológica 35, as Américas registraram 1.658.783 casos suspeitos de dengue, uma redução de 57% em comparação com o mesmo período de 2015 e de 64% em comparação com a média dos cinco anos anteriores[42].

Embora a incidência regional de dengue tenha diminuído significativamente em 2026 em comparação com o pico registrado em 2025, a persistência de casos graves e óbitos, a circulação do vírus em diversos países e o ressurgimento da chikungunya e de outras arboviroses mantêm o problema como prioridade de saúde pública.

A expansão dos vetores, as mudanças ambientais, a urbanização e a circulação simultânea de diferentes arboviroses exigem uma mudança de foco, passando de respostas episódicas a epidemias para uma gestão integrada e contínua das arboviroses, que combine vigilância epidemiológica, entomológica e virológica, assistência clínica, controle vetorial, comunicação de riscos e participação da comunidade.

El Niño e a saúde

A OPAS observou em 18 de setembro que o fortalecimento do El Niño está aumentando os riscos à saúde associados a diversos fatores, incluindo secas; insegurança alimentar; dengue e outras arboviroses; incêndios florestais; inundações; e deslocamento populacional[43].

A dimensão sanitária desse fenômeno climático ressalta, mais uma vez, a necessidade de integrar saúde, meio ambiente, agricultura, proteção social e gestão de riscos de desastres.

A intensificação do fenômeno El Niño em 2026-2027 representa novos riscos para a saúde pública regional por meio de ondas de calor, secas, inundações, incêndios florestais, insegurança alimentar e alterações na transmissão de doenças transmitidas por vetores. Seus efeitos podem exacerbar as desigualdades existentes e, simultaneamente, impactar a saúde da população e a continuidade dos serviços de saúde.

---

[42] https://www.paho.org/es/documentos/situacion-epidemiologica-dengue-americas-semana-epidemiologica-35-2026

[43] https://www.paho.org/en/news/news-releases

O desafio para os países reside no fortalecimento dos sistemas de alerta precoce e da vigilância integrada, na incorporação de informações climáticas no planejamento em saúde e na adoção de ações antecipatórias e intersetoriais diante das emergências climáticas[44].

Violência contra profissionais de saúde

Em 24 de setembro, a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) alertou sobre a persistência da violência contra profissionais de saúde.

Um estudo multicêntrico citado pela OPAS, realizado em 22 países — 20 deles na América Latina — constatou que 66,7% dos profissionais de saúde entrevistados sofreram algum tipo de agressão no ano anterior; aproximadamente um em cada dez incidentes envolveu violência física. Globalmente, a estimativa da OPAS indica que 62% dos profissionais de saúde já sofreram algum tipo de violência no local de trabalho[45].

Esse fenômeno tem consequências não apenas para os próprios trabalhadores, mas também para a capacidade dos sistemas de saúde de manter os serviços em situações de crise.

Isso representa, sem dúvida, um novo desafio para os sistemas de saúde nas Américas. Em 2026, a violência contra profissionais de saúde ganhou maior visibilidade como um problema de saúde pública, direitos humanos e funcionamento do sistema de saúde. O fenômeno afeta particularmente os profissionais da linha de frente e da enfermagem, e tem consequências como absenteísmo, esgotamento profissional, rotatividade e continuidade dos serviços. A resposta exige políticas de proteção no local de trabalho, sistemas de notificação e registro, apoio psicossocial e coordenação entre os setores de saúde, segurança, justiça e trabalho.

Nova agenda regional de saúde

O período culmina com o início da 63ª reunião do Conselho Diretor da OPAS, em 28 de setembro.

A agenda inclui temas-chave como preparação e resposta a emergências; resistência antimicrobiana; arbovírus; segurança alimentar; imunização; eliminação de doenças; fortalecimento da estratégia de atenção primária à saúde; saúde digital; acesso a medicamentos e vacinas; fortalecimento dos Fundos Rotativos da OPAS; e a implementação do Regulamento Sanitário Internacional.

Além disso, estão previstas discussões sobre a reforma da arquitetura global de saúde, um tema especialmente relevante para o debate sobre a governança global da saúde.

O *problema financeiro da OPAS* é um dos seus desafios institucionais mais significativos: para o biênio 2026-2027, o orçamento total proposto pela OPAS é de US$ 762 milhões, mas a própria Organização estima que os programas principais seriam financiados inicialmente em cerca de 81%, deixando uma lacuna de aproximadamente US$ 123 milhões[46].

---

[44] https://www.theguardian.com/environment/2026/sep/23/el-nino-450000-extra-deaths-six-months?CMP=Share_iOSApp_Other

[45] https://www.paho.org/en/news/24-9-2026-violence-against-health-workers-remains-challenge-health-systems-americas-paho-warns

[46] https://pbdigital.paho.org/en/pb-2026-2027

Além disso, em junho passado, o Diretor Jarbas Barbosa informou que, apesar de uma redução de 19% no orçamento aprovado, das medidas de contenção de custos e das contribuições adicionais, ainda restava um déficit de US$ 138 milhões para os programas principais do biênio, juntamente com aproximadamente US$ 179 milhões em contribuições obrigatórias pendentes. A OPAS eliminou 220 posições para preservar as funções técnicas e os escritórios nacionais[47].

O 63º Conselho Diretor da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) reúne-se num contexto marcado pela convergência de desafios nas áreas da saúde, do clima, da economia e da geopolítica. A Organização deve fortalecer a preparação para emergências, controlar a disseminação de arbovírus, combater a resistência antimicrobiana e garantir o acesso regional a vacinas, medicamentos e tecnologias, tudo isso enfrentando restrições financeiras.

A relação com os Estados Unidos permanece central para a arquitetura de saúde hemisférica, embora se desenvolva num contexto de prioridades redefinidas e maior incerteza quanto à cooperação e ao financiamento internacionais. Paralelamente, a crescente presença da China e de outros atores está alterando o panorama geoeconômico e tecnológico.

Para a América Latina e o Caribe, o desafio reside em alavancar a cooperação internacional sem abrir mão da capacidade de tomada de decisão regional e em preservar a OPAS como um espaço para a cooperação em saúde, o diálogo político e o desenvolvimento de bens públicos regionais.

A disputa geopolítica não afeta apenas a saúde; está também transformando quem financia, quem produz, quem controla e quem decide sobre os bens de saúde pública e a cooperação em saúde na América Latina, embora a discussão sobre a reforma da Arquitetura Global de Saúde ainda não tenha sido visível na região.

A *reforma da arquitetura global de saúde ainda não ocupa o lugar que lhe é devido na agenda política latino-americana*[48]. A região participa de discussões globais, mas grande parte do debate permanece fragmentada em torno de questões específicas — financiamento, pandemias, medicamentos, vacinas, tecnologias e sistemas de saúde — sem uma posição regional consolidada sobre a arquitetura de governança em saúde que deveria emergir. A sessão dedicada à reforma da arquitetura global de saúde, planejada pela OPAS durante seu 63º Conselho Diretor, pode proporcionar uma oportunidade para elevar esse debate e discutir qual o papel que a OPAS, os mecanismos regionais e os países da América Latina e do Caribe devem desempenhar na futura governança global da saúde.

Isso levanta uma questão que consideramos fundamental: *a América Latina simplesmente deseja participar, por meio de seus dois membros (Brasil e México), de um processo de reforma da arquitetura global de saúde concebida principalmente por outros atores, ou deseja desempenhar um papel de liderança na definição do que essa arquitetura deve ser?*

---

47 https://www.paho.org/en/news/15-6-2026-paho-executive-committee-opens-178th-session-focus-key-health-priorities-and

48 Ver TOBAR, S (2026) "*Reformando a Arquitetura Global da Saúde: Oportunidades da Região da América Latina e do Caribe*" Publicado nos Cadernos FIOCRUZ de Saúde Global e Diplomacia da Saúde Disponível em: https://cadernossaudeglobalfiocruz.net/csgf/article/view/552/506

ORGANISMOS REGIONAL E SUBREGIONAIS

A Organização dos Estados Americanos (OEA) cumpriu agenda relacionada à democracia, direitos humanos e segurança regional[49][50][51]

A OEA deu continuidade às discussões sobre a situação política e institucional na Bolívia, acompanhando a implementação das recomendações de sua Missão de Alto Nível e destacando a importância do diálogo e da preservação das instituições democráticas. A Organização também anunciou a preparação de uma nova missão política ao país.

No período, a OEA também avançou na preparação de uma Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores sobre a situação na Nicarágua, prevista para 2 de outubro. No âmbito da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), destacaram-se ainda iniciativas relacionadas à educação inclusiva, à proteção de direitos e à liberdade de expressão.

O Organismo Andino de Saúde (ORAS-CONHU) participou de agenda sobre vacinação e segurança sanitária nas fronteiras entre Bolívia e Peru[52]

O ORAS-CONHU participou do encerramento da Semana Andina de Vacinação em Fronteiras, realizado na região do Lago Titicaca, entre Bolívia e Peru. A iniciativa teve como objetivo fortalecer a imunização e a segurança sanitária das populações que vivem e transitam na região fronteiriça.

Durante a agenda, foram discutidos os riscos relacionados ao sarampo e à febre amarela, além da necessidade de fortalecer a articulação binacional para ampliar a cobertura vacinal e reduzir os riscos associados à circulação de pessoas entre os países. A atividade reforçou a importância da cooperação regional para a prevenção e resposta a doenças transmissíveis nas áreas de fronteira.

A Secretaria Executiva do Conselho de Ministros de Saúde da América Central e República Dominicana (SE-COMISCA) participou de agendas sobre segurança sanitária, vigilância ambiental e promoção da saúde[53][54][55]

A SE-COMISCA e os Centros para o Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos (CDC) realizaram, entre os dias 16 e 18 de setembro, em San Salvador, jornadas de diálogo sobre o segundo ano do Acordo Cooperativo de Saúde Global 2025–2030. As instituições avaliaram os

---

[49] *OAS General Secretariat Reaffirms the Need for Dialogue and Social Peace in Bolivia*. Link: https://oas.org/es/centro_noticias/comunicado_prensa.asp?sCodigo=C-097%2F26&utm

[50] *OAS Meeting of Consultation of Ministers of Foreign Affairs to Consider the Situation in Nicaragua*. Link: https://www.oas.org/en/media_center/press_release.asp?sCodigo=AVI-104%2F26&utm

[51] Comunicados e medidas sobre direitos humanos, educação inclusiva e liberdade de expressão. Link: https://www.oas.org/en/media_center/press_releases.asp?nAnio=2026&nMes=9&utm_source=chatgpt.com

[52] *Bolivia y Perú refuerzan vacunación en Carabuco y Puno en el cierre de la Semana Andina de Vacunación en Fronteras*. Link: https://orasconhu.org/es/bolivia-y-peru-refuerzan-vacunacion-en-carabuco-y-puno-en-el-cierre-de-la-semana-andina-de-vacunacion-en-fronteras

[53] A cooperação com os CDC e o Acordo Cooperativo de Saúde Global 2025–2030.

[54] 2º Workshop Regional do Caribe e América Central sobre Vigilância de Águas Residuais e Ambiental. Link: https:https://www.sica.int/noticias/desarrollamos-segundo-taller-regional-del-caribe-y-centroamerica-sobre-priorizacion-de-la-vigilancia-de-aguas-residuales-y-ambiental-wes_1_139504.html

[55] *Semana del Bienestar 2026 – Promoviendo salud, transformando entornos*. https://x.com/SECOMISCA/status/2103583310509117548

resultados do primeiro ano e discutiram o planejamento das próximas ações, com foco no fortalecimento das capacidades regionais e da segurança sanitária.

A SE-COMISCA também participou do 2º Workshop Regional do Caribe e América Central sobre Vigilância de Águas Residuais e Ambiental, realizado em conjunto com a Agência de Saúde Pública do Caribe (CARPHA). O encontro promoveu o intercâmbio técnico sobre o uso da vigilância ambiental para detecção precoce, prevenção e resposta a ameaças à saúde pública.

Por fim, entre os dias 21 e 25 de setembro, a SE-COMISCA promoveu a Semana do Bem-Estar 2026, sob o lema "Promoviendo salud, transformando entornos". A iniciativa envolveu os países da região do SICA em atividades voltadas à promoção da saúde, autocuidado, atividade física, alimentação saudável, saúde mental e prevenção de doenças.

A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) cumpriu agenda nos temas de monitoramento ambiental, gestão da água e segurança hídrica [565758]

A OTCA divulgou a segunda edição do Boletim de Monitoramento Ambiental da Amazônia, que apontou redução das chuvas e aumento dos focos de calor na região em agosto. Das 32 sub-bacias analisadas, 18 apresentaram condições secas, enquanto os focos de calor passaram de 2.757, em julho, para 12.123, em agosto.

No tema de recursos hídricos, a Rede Amazônica de Autoridades da Água (RADA) aprovou o Plano de Trabalho 2026–2028, que estabelece ações para fortalecer a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos na Amazônia. Entre as prioridades estão o intercâmbio de dados hidrometeorológicos, a atualização do Programa de Ações Estratégicas e a estruturação de projetos voltados à segurança hídrica e à resiliência climática.

Além disso, a Organização iniciou um ciclo de oficinas nacionais sobre o Nexus Água–Alimentos–Energia–Ecossistemas (WEFE), que será realizado nos oito Países Membros. A iniciativa busca incorporar de forma integrada esses quatro componentes à gestão da Bacia Amazônica e atualizar a avaliação regional sobre o tema.

Considerações Finais

O período de 12 a 28 de setembro de 2026 revela uma região cada vez mais interligada com geopolítica, segurança, economia, mudanças climáticas e saúde.

Diversas hipóteses podem ser propostas para a região:

- A segurança se consolida como um dos principais eixos da política hemisférica, particularmente no que diz respeito ao narcotráfico e ao crime organizado.

---

[56] *Región amazónica registra menos lluvias y fuerte aumento de focos de calor en agosto*. Link: https://otca.org/region-amazonica-registra-menos-lluvias-y-fuerte-aumento-de-focos-de-calor-en-agosto

[57] *RADA aprueba Plan de Trabajo con acciones para fortalecer la gestión del agua en la Amazonía hasta 2028.Link: https://aguasamazonicas.otca.org/rada-aprueba-plan-de-trabajo-con-acciones-para-fortalecer-la-gestion-del-agua-en-la-amazonia-hasta-2028*

[58] *Países amazónicos inician ciclo de talleres para integrar agua, alimentos, energía y ecosistemas en la gestión de la Cuenca Amazónica*. Link: https://aguasamazonicas.otca.org/paises-amazonicos-inician-ciclo-de-talleres-para-integrar-agua-alimentos-energia-y-ecosistemas-en-la-gestion-de-la-cuenca-amazonica

- A relação com os Estados Unidos adquire novamente uma dimensão geopolítica mais intensa, gerando posições diferenciadas entre os governos latino-americanos.
- A polarização política e a competição eleitoral continuam a moldar as agendas nacionais, com o Brasil como palco principal durante esse período.
- As crises sociais e humanitárias não diminuem no mesmo ritmo da recuperação macroeconômica, especialmente no Haiti e ao longo dos corredores migratórios.
- Saúde e mudanças climáticas convergem cada vez mais: sarampo, dengue, El Niño, insegurança alimentar, deslocamento e emergências sanitárias exigem respostas intersetoriais e cooperação regional. Nesse sentido, o período confirma uma tendência que emergiu em relatórios quinzenais anteriores: a América Latina e o Caribe enfrentam simultaneamente uma disputa geopolítica sobre sua posição internacional, uma agenda interna dominada por segurança e desigualdade, e novos riscos decorrentes das mudanças climáticas e tecnológicas.
- A América Latina está discutindo a reforma da Arquitetura Global de Saúde, mas de forma fragmentada, sendo necessário revitalizar e aumentar o envolvimento dos países, dos processos de integração sub-regional e das instituições acadêmicas e da sociedade civil nesse processo.

A 81ª Assembleia Geral da ONU e o início da reunião do Conselho Diretor da OPAS constituem, nesse contexto, dois eventos-chave a serem observados nos próximos dias em relação à capacidade da região de reconstruir mecanismos de diálogo, cooperação e coordenação multilateral.

A região é vulnerável e enfrenta maiores riscos à saúde justamente quando a capacidade financeira para uma resposta coletiva está sob pressão.

Três bilhões em jogo: cooperação, transparência e controle do Ebola na África

Tres Mil Millones en Juego: Cooperación, Transparencia y Control del Ébola en África

Three billion dollars at stake: cooperation, transparency, and Ebola control in Africa

Augusto Paulo Silva, Manuel Mahoche, Tomé Cá, Valery Martinez Jean e Felix Rosenberg

Resumo: Este informe examina os principais acontecimentos sanitários africanos e internacionais entre 15 e 28 de setembro de 2026, com foco na preparação para pandemias, no intercâmbio de conhecimentos e na resposta continental ao surto de Ebola Bundibugyo na República Democrática do Congo. Destacam-se o apelo do CDC África e da OPAS por investimento sustentado e maior cooperação entre África e Américas, bem como a expansão do Hub de Conhecimento em Saúde da África como plataforma multilíngue para decisões baseadas em evidências. A análise epidemiológica registra 7.890 casos confirmados e 3.799 óbitos até 23 de setembro, com transmissão em 63 zonas de saúde de sete Províncias. O texto diferencia a elevada proporção de contatos listados que foram acompanhados da baixa completude na identificação inicial, revelando uma lacuna crítica de vigilância. Também discute diferenças provinciais de letalidade, defasagens entre datas de coorte e publicação e limites de estimativas baseadas em poucos casos. No plano institucional, contrasta a liderança técnica e política do CDC África com a ausência de comunicações públicas específicas da Comissão da União Africana e do Secretariado da SADC no período. No financiamento, avalia compromissos de aproximadamente US$ 3 bilhões mobilizados pelo G20+ e ressalta que promessas devem converter-se em desembolsos rápidos, transparentes e rastreáveis. Conclui-se que o controle eficaz requer melhor detecção, listas completas de contatos, ação comunitária, coordenação transfronteiriça, capacidade laboratorial e clínica e financiamento responsável. Para a África Austral, a preparação deve priorizar vigilância, laboratórios, manejo clínico e cooperação regional, pois não existe vacina licenciada contra o vírus Bundibugyo.

Palavras-chave: Ebola; Vigilância Epidemiológica; Preparação para Pandemias; Financiamento da Saúde; Cooperação Regional.

Resumen: *Este informe examina los principales acontecimientos sanitarios africanos e internacionales ocurridos entre el 15 y el 28 de septiembre de 2026, con énfasis en la preparación ante pandemias, el intercambio de conocimientos y la respuesta continental al brote de ébola Bundibugyo en la República Democrática del Congo. Se destacan el llamamiento de los CDC de África y la OPS a favor de inversiones sostenidas y una cooperación más estrecha entre África y las Américas, así como la expansión del Centro Africano de Conocimientos sobre Salud como plataforma multilingüe para decisiones basadas en evidencia. El análisis epidemiológico registra 7.890 casos confirmados y 3.799 muertes hasta el 23 de septiembre, con transmisión en 63 zonas sanitarias de siete provincias. El texto diferencia la elevada proporción de contactos registrados que recibieron seguimiento de la baja exhaustividad de la identificación inicial, lo que revela una*

brecha crítica de vigilancia. También analiza las diferencias provinciales de letalidad, los desfases entre las fechas de corte y publicación, y las limitaciones de estimaciones basadas en pocos casos. En el plano institucional, contrasta el liderazgo técnico y político de los CDC de África con la ausencia de comunicaciones públicas específicas de la Comisión de la Unión Africana y la Secretaría de la SADC durante el período. En materia financiera, evalúa compromisos cercanos a 3.000 millones de dólares movilizados por el G20+ y subraya que deben convertirse en desembolsos rápidos, transparentes y rastreables. Concluye que el control eficaz exige mejor detección, listas completas de contactos, acción comunitaria, coordinación transfronteriza, capacidad clínica y de laboratorio, y financiación responsable. Para África Austral, la preparación debe priorizar vigilancia, laboratorios, manejo clínico y cooperación regional, pues no existe una vacuna autorizada contra el virus Bundibugyo.

Palabras clave: *Ébola; Vigilancia Epidemiológica; Preparación ante Pandemias; Financiación Sanitaria; Cooperación Regional.*

Abstract: *This report reviews major African and international health developments between 15 and 28 September 2026, focusing on pandemic preparedness, knowledge sharing, and the continental response to the Bundibugyo Ebola outbreak in the Democratic Republic of Congo. It highlights calls by Africa CDC and PAHO for sustained investment and stronger Africa–Americas cooperation, alongside the expansion of the Africa Health Knowledge Hub as a multilingual platform for evidence-informed decision-making. The epidemiological analysis records a rise to 7,890 confirmed Ebola cases and 3,799 deaths by 23 September, with transmission affecting 63 health zones in seven provinces. It distinguishes the high proportion of listed contacts reportedly followed from the much lower completeness of contact identification, revealing a critical surveillance gap. The report also examines provincial differences in case fatality, delays between data cut-off and publication, and the limitations of estimates based on small numbers. Institutionally, it contrasts Africa CDC's active technical and political leadership with the absence of specific public communications from the African Union Commission and the SADC Secretariat during the period. Financially, it assesses approximately US$3 billion in commitments mobilized by the G20+ and stresses that pledges must become rapid, transparent, and traceable disbursements. The central conclusion is that effective control depends on stronger case detection, complete contact lists, community-based action, cross-border coordination, laboratory and clinical preparedness, and accountable financing. For Southern African countries, preparedness should prioritize surveillance, laboratories, clinical management, and regional cooperation because no licensed vaccine exists for the Bundibugyo virus.*

Keywords: *Ebola; Epidemiological Surveillance; Pandemic Preparedness; Health Financing; Regional Cooperation.*

CDC África na UNGA81

A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e o CDC África, juntamente com países e parceiros da África e das Américas, pediram um investimento sustentado na prevenção, preparação e resposta a pandemias (PPPR, *Pandemic Prevention, Preparedness and Response*), além de uma cooperação mais forte entre as duas regiões para proteger vidas, economias e sociedades de futuras pandemias e emergências de saúde pública.

O apelo ocorreu no evento "Duas Regiões, Um Futuro: Financiando a Prevenção, Preparação e Resposta a Pandemias para Construir a Segurança Global da Saúde", um evento paralelo de alto nível durante a 81ª Assembleia Geral das Nações Unidas, organizado pela Guiana e pelo Burundi, em colaboração com a OPAS e o CDC África, com o apoio da Fundação das Nações Unidas.

O evento reuniu líderes e parceiros da África e das Américas para examinar como as prioridades lideradas pelos países, capacidades regionais mais fortes e financiamento sustentado podem reforçar a preparação e construir sistemas de saúde mais resilientes.

> *A pandemia mostrou o que acontece quando os países dependem excessivamente de fontes distantes para medicamentos essenciais, vacinas, diagnósticos e equipamentos de proteção. (...) A ciência não deve conhecer norte ou sul, mas o acesso aos seus frutos nunca deve depender da geografia. Devemos construir um mundo no qual o sul global tenha a capacidade científica não apenas para receber inovações que salvam vidas, mas para ajudar a criá-las.*
>
> **Dr. Mohamed Irfaan Ali, Presidente da Guiana.**

> *A preparação não é um custo que pagamos durante uma emergência. É um investimento que fazemos antes que ela ocorra – um investimento em saúde pública, certamente, mas igualmente em nossa resiliência econômica, nossa estabilidade social e nossa segurança coletiva. (...) Já temos as ferramentas de diagnóstico, as avaliações de risco e os planos de ação. O verdadeiro desafio é o financiamento sustentado. Devemos traduzir as prioridades em investimentos previsíveis e de longo prazo – nacionalmente, regionalmente e globalmente – e manter esses investimentos durante os períodos de calmaria entre as crises.*
>
> **Dr. Jarbas Barbosa, Diretor da OPAS.**

As discussões basearam-se nas lições da Covid-19 e de recentes surtos de doenças infecciosas, destacando prioridades que incluem vigilância de doenças e inteligência epidêmica, vigilância laboratorial e genômica, alerta precoce e resposta rápida, coordenação de emergências e outras capacidades essenciais de preparação. O investimento sustentado nessas áreas pode ajudar os países a prevenir, detectar e conter patógenos com potencial epidêmico e pandêmico, ao mesmo tempo em que protege os serviços essenciais de saúde e limita perturbações sociais e econômicas mais amplas.

> *A próxima pandemia não vai esperar que o mundo se mobilize depois que uma crise começar. Devemos investir antes que as emergências ocorram, com os países definindo as prioridades e instituições regionais fortes capazes de agir rapidamente. A África e as Américas possuem imensa experiência, especialização científica e capacidade de resposta. Ao conectar essas forças, compartilhar conhecimento e construir um financiamento previsível em torno das prioridades dos países, podemos fortalecer a segurança da saúde em ambas as regiões e contribuir para um mundo mais seguro.*
>
> **Dr. Jean Kaseya, Diretor-Geral do CDC África.**

Os participantes enfatizaram a importância de manter os países no centro da preparação para pandemias, com os governos definindo prioridades e direcionando investimentos de acordo com seus riscos, necessidades e capacidades nacionais. Organizações regionais como a OPAS e o CDC África podem reforçar esses esforços liderados nacionalmente por meio de cooperação técnica, coordenação transfronteiriça, intercâmbio de conhecimento e bens públicos regionais.

> *A atual epidemia de Ebola na RDC nos lembra vigorosamente a urgência de investir na preparação e na resposta a pandemias.*
>
> *Nossa Nação e as Nações da América do Sul e do Caribe enfrentam ameaças estruturais semelhantes, e saudamos a Cooperação Sul-Sul entre nossas Regiões em termos de preparação na área da saúde.*
>
> **Embaixadora Zéphyrine Manirataganda, Representante Permanente do Burundi nas Nações Unidas**

O evento também pediu uma mudança do financiamento impulsionado por crises para um investimento estratégico e sustentado em preparação. Tal investimento protege a saúde, fortalece a resiliência econômica e a segurança nacional, e apoia o desenvolvimento sustentável.

A discussão promoveu uma agenda compartilhada para uma cooperação mais forte entre a África e as Américas, conectando prioridades nacionais com capacidades regionais e um financiamento doméstico, regional e global mais coordenado para a segurança da saúde e preparação.

> *Nenhum país consegue construir sozinho: a infraestrutura regional que torna a preparação nacional coerente; redes de vigilância que cruzam fronteiras; sistemas de laboratório que compartilham capacidade; trabalhadores de emergência que podem se deslocar para onde são necessários — esses são bens coletivos e exigem investimento coletivo.*
>
> **Dra. Anne-Claire Amprou, Embaixadora Francesa para Saúde Global e moderadora do evento.**

O evento ocorreu antes da Segunda Reunião de Alto Nível das Nações Unidas sobre Prevenção, Preparação e Resposta a Pandemias, agendada para 25 de setembro, onde líderes mundiais revisarão o progresso desde a primeira reunião em 2023 e discutirão como manter o compromisso político e o financiamento para a preparação para pandemias em um ambiente de financiamento global cada vez mais restrito. As discussões também ocorreram quando os países avançam na implementação do Acordo sobre Pandemias da OMS e de outros compromissos globais destinados a fortalecer a preparação e a resposta a emergências de saúde.

Hub Continental do CDC África

O CDC África está apelando pesquisadores, profissionais de saúde, formuladores de políticas e Institutos Nacionais de Saúde Pública de todo o continente a se juntarem ao seu Hub

de Conhecimento em Saúde da África (*Africa Health Knowledge Hub*) e a contribuírem com pesquisas, diretrizes e políticas para fortalecer a tomada de decisões em saúde pública baseada em evidências na África.

O Hub conecta Ministérios da Saúde, institutos nacionais de saúde pública, instituições de pesquisa e outros atores da saúde pública, permitindo que o conhecimento gerado em todo o continente seja compartilhado e utilizado de forma mais ampla. Seus recursos incluem acesso multilíngue, ferramentas apoiadas por inteligência artificial para resumir e disseminar produtos de conhecimento, além de uma seção dedicada a emergências de saúde pública.

O convite ocorre quando o Hub ultrapassa a marca de 250.000 usuários, com acessos registrados de mais de 180 países. Atualmente, a plataforma abriga mais de 1.000 produtos de conhecimento.

Mais de 40 comunidades de prática e fóruns de discussão já estão ativas, cobrindo áreas que incluem resposta a surtos, vigilância e saúde digital, mudanças climáticas e saúde, saúde sexual e reprodutiva, doenças não transmissíveis, resistência antimicrobiana, e segurança e soberania em saúde, entre outras. Os membros podem trocar evidências, discutir questões emergentes e se conectar com outras pessoas que trabalham nas mesmas áreas.

> *As evidências geradas em qualquer parte do continente devem ser visíveis, utilizáveis e aplicáveis em todo o continente. Estamos convidando pesquisadores, profissionais e formuladores de políticas que trabalham com as prioridades de saúde da África a trazerem seu conhecimento para o Hub e se juntarem a comunidades onde sua expertise possa contribuir para a tomada de decisões em nível continental.*
>
> **Dr. Nebiyu Dereje, Chefe da Divisão de Gestão do Conhecimento e Editor-Chefe do *Journal of Public Health in Africa* (JPHIA), que pertence ao Africa CDC.**

O Africa CDC incentiva profissionais e instituições de saúde pública a:

- Registrar-se para uma conta gratuita no Hub de Conhecimento em Saúde da África
- Participar de comunidades de prática relevantes para o seu trabalho
- Compartilhar pesquisas, resumos de políticas, diretrizes, dados e outros produtos de conhecimento
- Propor novas comunidades de prática para áreas emergentes ou com pouca cobertura.

Sobre o Hub de Conhecimento em Saúde da África

O Hub de Conhecimento em Saúde da África é a plataforma continental do Africa CDC para o intercâmbio de evidências e diretrizes de saúde pública dentro e entre os Estados Membros da União Africana, Centros de Coordenação Regionais e instituições continentais. É uma iniciativa emblemática do Africa CDC no âmbito da agenda da Estratégia e Soberania em Saúde da África. Pode ser acessado aqui: https://khub.africacdc.org/

G20+ mobiliza US$ 2,9 bilhões para a resposta ao Ebola

O CDC África saúda a mobilização histórica alcançada na Reunião de Ministros das Relações Exteriores do G20+ sobre a 'Aceleração da Ação Coletiva para Derrotar o Ebola',

convocada pelos Estados Unidos em 23 de setembro de 2026 em Nova York, à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas. O encontro demonstrou o que pode ser alcançado quando a liderança política, os países afetados e os parceiros internacionais se unem em torno de um objetivo: interromper a transmissão, salvar vidas e acabar com o surto.

O que parecia difícil semanas atrás tornou-se possível ontem. Os compromissos firmados atingiram agora aproximadamente US$ 2,9 bilhões, anunciados em conexão com a reunião de Nova York. Esta mobilização sem precedentes de dinheiro e assistência em espécie deve agora ser convertida rapidamente em desembolsos, implementação e resultados mensuráveis nas comunidades afetadas.

O CDC África saúda a liderança dos Estados Unidos na convocação da reunião e por sua contribuição substancial para a resposta, agora totalizando US$ 886 milhões. O CDC África também reconhece as grandes contribuições da União Europeia, do Banco Mundial, do Fundo Pandêmico, dos países africanos, das instituições financeiras internacionais, dos parceiros bilaterais, das filantropias e de outros parceiros que estiveram ao lado dos países afetados.

O encontro reuniu os Governos da RDC e de Uganda, membros do G20, países parceiros e organizações internacionais. O CDC África participou em seu papel de coordenação continental e como colíder, junto com a OMS, da Equipe de Apoio ao Gerenciamento de Incidentes, reforçando uma mensagem comum: o financiamento deve apoiar as atividades transfronteiriças continentais, as prioridades lideradas nacionalmente e chegar à linha de frente rapidamente.

A Subsecretária de Estado dos EUA, Allison Hooker, ressaltou a necessidade de ação coletiva e da divisão sustentada dos encargos internacionais para derrotar o Ebola, com recursos rapidamente traduzidos em tratamento, vigilância, rastreamento de contatos, equipamentos de proteção e outras intervenções para salvar vidas em campo.

A Primeira-Ministra S.E. Judith Suminwa Tuluka reafirmou a liderança e a determinação da RDC, descrevendo o surto como um “grande teste” para o país e enfatizando que “para a RDC, combater esta epidemia é uma prioridade absoluta”. Sua intervenção colocou a apropriação nacional, a proteção das comunidades e a entrega rápida no centro da mobilização internacional.

Refletindo sobre a experiência de Uganda em acabar com a transmissão, Adonia Ayebare, Ministro das Relações Exteriores de Uganda, destacou quatro fatores que fizeram a diferença: forte liderança política, um sistema de saúde preparado para responder, a confiança e o engajamento das comunidades, e a excelente cooperação transfronteiriça com os vizinhos, incluindo a República Democrática do Congo.

A Comissária Hadja Lahbib enfatizou que as ameaças à saúde não param nas fronteiras e que a resposta também não pode parar — uma abordagem refletida na cooperação contínua da União Europeia com o CDC África e a OMS. A União Europeia mobilizou 500 milhões de euros em ajuda de emergência, vacinas, tratamento e segurança sanitária na região dos Grandes Lagos e em Uganda. Esse apoio abrange resposta imediata, diagnósticos, contramedidas médicas, assistência humanitária, pesquisa e segurança sanitária a longo prazo.

Destacando a escala do apoio do Banco Mundial, Mamta Murthi, Vice-Presidente de Desenvolvimento Humano do Banco Mundial, enfatizou que mais de US$ 433 milhões foram mobilizados para apoiar a resposta e a preparação para o Ebola na RDC e em toda a região, trabalhando em estreita colaboração com o CDC África e a OMS, e que o financiamento deve se

traduzir rapidamente em sistemas de saúde mais fortes, ação comunitária confiável e resultados em campo.

Das promessas aos resultados: transparência e rastreabilidade

O CDC África enfatiza que o sucesso da reunião de Nova York será medido, em última análise, não pelo valor total prometido, mas pela rapidez com que os recursos são desembolsados, onde são aplicados, quais lacunas preenchem e o que entregam para as comunidades afetadas.

O CDC África irá, portanto, fortalecer o Mecanismo de Rastreamento Financeiro do CDC África e, trabalhando em estreita colaboração com o Governo da RDC, a OMS e parceiros, garantir maior visibilidade sobre compromissos, desembolsos, despesas, locais de implementação e resultados. O objetivo não é criar mais uma camada de relatórios, mas dar ao Governo uma visão consolidada dos recursos que apoiam sua resposta nacional e permitir decisões mais rápidas e baseadas em evidências.

> *Ontem demonstrou-se o que é possível quando a liderança política e a solidariedade internacional se unem. Agradecemos aos EUA por esta liderança e senso de solidariedade ao convocar a reunião ministerial. Mas apenas as promessas não vão deter o Ebola. Devemos ser capazes de rastrear cada dólar — do compromisso ao desembolso, do parceiro implementador à despesa e, por fim, aos serviços prestados às comunidades afetadas. A transparência constrói confiança, acelera a entrega e salva vidas.*
>
> ***Dr. Jean Kaseya, Diretor-Geral do CDC África.***

O Governo da RDC deve ser capaz de ver para onde os recursos estão indo, quem os está implementando, quais lacunas permanecem e quais resultados estão sendo alcançados. Uma maior transparência fortalecerá a liderança nacional, reduzirá a duplicação, identificará as prioridades subfinanciadas e ajudará a mover os recursos rapidamente para as zonas de saúde, aldeias e comunidades onde possam ter o maior impacto.

A entrega deve agora acelerar

A mobilização de Nova York deve agora se traduzir em uma entrega mais rápida no terreno: apoio aos profissionais de saúde da linha de frente; maior capacidade de vigilância e de laboratório; diagnóstico e tratamento rápidos; rastreamento de contatos; prevenção e controle de infecções; sepultamentos seguros e dignos; comunicação de risco e engajamento da comunidade; acesso a contramedidas médicas; e preparação contínua nos países vizinhos.

O CDC África continuará a promover uma resposta centrada na comunidade e nas aldeias que reconstrua a confiança e coloque as populações afetadas no centro das decisões. Em um surto sustentado pela mobilidade, insegurança e movimento transfronteiriço, a ação de saúde pública também deve permanecer intimamente ligada à assistência humanitária e à preparação regional.

O CDC África agradece aos Estados Unidos, aos Governos da República Democrática do Congo e de Uganda, aos membros do G20, ao Banco Mundial, ao Fundo Pandêmico, à União Europeia, à OMS e a todos os parceiros por seu compromisso renovado. A mobilização alcançada

em Nova York é uma grande demonstração de solidariedade; ela deve agora se tornar uma demonstração de entrega.

Os US$ 2,9 bilhões mobilizados trazem uma responsabilidade clara: transformar cada compromisso em ação, cada desembolso em resultados mensuráveis e a solidariedade global no fim do surto de Ebola.

Estimativas atualizadas de promessas de contribuição para a resposta ao Ebola

Financiador	Até 23 de set., em milhões de USD
Estados Unidos	887
UE / Comissão Europeia	568
Banco Mundial	433
Fundo Pandêmico	221
CEPI	196
Alemanha	127
Países Africanos	110
Reino Unido	105
CERF	90
Gavi	45
Fundação Mastercard	20
Fundação Gates	18
China	18
República da Coreia	18
Fundo Global	17
Suécia	17
França	16
Wellcome Trust	14,5
AfDB (Banco Africano de Desenvolvimento)	13
Japão	12,4
Emirados Árabes Unidos	10
Países Baixos	8
Austrália	7
Dinamarca	4,7
Suíça	4
Bélgica	4
Noruega	3,8
Fundação Novo Nordisk	2

Singapura	2
Canadá	2
Unitaid	1,3
Espanha	0,8
Fundação Rockefeller	0,4
CIFF	0,3
Itália	0,3
Irlanda	0,2
Islândia	0,15
Grécia	0,1
Chipre	0,09
Tailândia	0,03
Total	**2,997 bilhões**

Fonte: África CDC

Resposta continental ao Ebola

Síntese analítica

Na quinzena, o surto de Ebola Bundibugyo na República Democrática do Congo (RDC) aumentou de 7.258 casos confirmados e 3.510 óbitos, em 13 de setembro (OMS África, 13/09/2026), para 7.890 casos e 3.799 óbitos, em 23 de setembro (OMS, 25/09/2026): mais 632 casos e 289 óbitos em dez dias. O surto alcançou 63 zonas de saúde em sete províncias, incluindo Bulu, no Sud-Ubangi, junto à República Centro-Africana, e Dungu, no Haut-Uélé, junto ao Sudão do Sul. A letalidade entre casos confirmados manteve-se estável, entre 48,1% e 48,4%.

No mesmo período, a discussão institucional mudou de foco: o Africa CDC passou da porcentagem de contatos seguidos para a completude das listas, enquanto o G20+ reuniu compromissos de cerca de 3 bilhões de dólares em Nova York. Em contrapartida, a Comissão da União Africana e o Secretariado da SADC não publicaram comunicados sobre o surto.

União Africana e governança continental

A atividade da União Africana em matéria de saúde correu quase inteiramente através do Africa CDC. Na página de comunicados da Comissão, consultada em 28 de setembro, os itens publicados entre 13 e 27 de setembro dizem respeito a encontros bilaterais à margem da 81ª Assembleia Geral das Nações Unidas e a temas de integridade da informação, sem menção ao Ebola (União Africana, 28/09/2026). Não se trata de inação: trata-se de uma divisão de trabalho em que a voz técnica e política sobre o surto é delegada à agência, o que tem a vantagem da competência e o inconveniente de retirar o assunto do nível dos chefes de Estado em um momento de negociação de financiamento.

Paralelamente, na agenda de soberania sanitária, um encontro de alto nível em 24 de setembro, com a NEPAD e ministros da Zâmbia, África do Sul e Costa do Marfim, voltou a colocar a Agência Africana de Medicamentos como condição para criar mercados previsíveis para produtos fabricados em África (UNAIDS, 24/09/2026). No entanto, não foram anunciados

valores nem prazos. No plano multilateral, a oitava reunião do grupo intergovernamental sobre o anexo de acesso a agentes patogênicos e partilha de benefícios encerrou em 18 de setembro sem conclusão do texto (OMS, 18/09/2026), e a declaração política adotada em 25 de setembro limitou-se a reiterar a urgência de concluí-lo (OMS, 25/09/2026). Para os Estados africanos, cuja dependência de vacinas e diagnósticos importados ficou evidente neste surto, o adiamento do PABS é o resultado com maior peso prático da quinzena.

Resposta global ao Ebola: Africa CDC, OMS e G20+

Em 17 de setembro, o Grupo Consultivo de Emergência recomendou manter a emergência de saúde pública de segurança continental. O presidente do grupo, Salim Abdool Karim, falou em otimismo cauteloso e ressaltou que a desescalada exige demonstrar interrupção sustentada da transmissão, e não apenas queda da incidência em focos isolados (Africa CDC, 17/09/2026). O mesmo documento acrescenta que porcentagens elevadas de contatos seguidos podem esconder falhas na identificação inicial e na completude das listas. Cerca de 60% dos óbitos notificados continuam a ocorrer na comunidade.

Em seguida, em 20 de setembro, o Africa CDC saudou a convocação da reunião do G20+ e pediu um mecanismo de rastreamento financeiro que acompanhe cada dólar do compromisso até a despesa (Africa CDC, 20/09/2026). A reunião, realizada em 23 de setembro, reuniu compromissos de 2,997 bilhões de dólares, com os Estados Unidos (887 milhões), a Comissão Europeia (568 milhões) e o Banco Mundial (433 milhões) à frente; os países africanos comprometeram 110 milhões, isto é, 3,7% do total (Africa CDC, 24/09/2026).

Por sua vez, a OMS África publicou dois relatórios semanais de situação no período, o 18, em 13 de setembro (OMS África, 13/09/2026) e o 19, em 22 de setembro, com corte em 20 de setembro, que registrou 7.733 casos e 3.732 óbitos, mais 475 casos e 222 óbitos do que o relatório anterior (OMS África, 22/09/2026). O relatório 19 descreve padrões provinciais divergentes: queda gradual em Ituri desde o pico de final de julho, subida acentuada no Kivu Norte até meados de setembro seguida de aparente inflexão, transmissão sustentada no Haut-Uélé e reativação de baixo nível no Tshopo. Além disso, duas notas de campo completam o quadro, uma sobre o cuidado a crianças (OMS África, 21/09/2026) e outra sobre a negociação de práticas fúnebres seguras em Ituri (OMS África, 23/09/2026).

Por outro lado, na mesma página de atualizações de surtos e emergências, consultada em 28 de setembro, não foi localizada qualquer publicação referente a cólera, sarampo ou Mpox na Região Africana durante o período (OMS África, 28/09/2026). A ausência de publicação não deve ser lida como ausência de evento, e sim como indicação de que a capacidade editorial e analítica regional está concentrada em um único agravo.

SADC e resposta regional

O Secretariado da SADC publicou, entre 14 e 24 de setembro, notícias sobre comércio transfronteiriço, estatísticas macroeconômicas, segurança alimentar e cooperação anticorrupção. Nenhuma delas tratou de saúde, epidemias ou o surto na RDC (SADC, 28/09/2026). Nesse domínio, o ato público mais recente do bloco é a reunião conjunta de ministros das Finanças e da Saúde realizada em Harare em 2 e 3 de julho, que adotou uma declaração sobre financiamento doméstico, serviços de aquisição conjunta e produção local (SADC, 03/07/2026). Esse silêncio constitui um achado, embora deva ser interpretado com cautela: a RDC é Estado-membro da SADC, o surto ocorre no seu território há mais de quatro

meses, e a coordenação regional pode ocorrer por canais técnicos não publicados. Ainda assim, a diferença de ritmo comunicacional entre a SADC e o Africa CDC é visível.

RDC: atualização do surto de Ebola

Com dados de 23 de setembro, a RDC acumulava 7.890 casos confirmados, 3.799 óbitos e 1.966 recuperados, com letalidade de 48,1%. As 63 zonas de saúde afetadas distribuem-se por Ituri, Kivu Norte, Haut-Uélé, Tshopo, Bas-Uélé, Kivu Sul e Sud-Ubangi; 48 zonas em seis províncias registraram casos nos 21 dias anteriores. Ituri concentra 6.032 casos e o Kivu Norte 1.480, com letalidade de 59,7% neste último. Havia 32.342 contatos em seguimento, dos quais 26.980, ou 83,4%, foram vistos nas 24 horas precedentes. A OMS manteve o risco em muito elevado na RDC, elevado nos países limítrofes e baixo no resto da região (OMS, 25/09/2026). A repartição provincial de óbitos utilizada na Figura 2 provém da compilação do ECDC, cuja soma reproduz exatamente o total da OMS (ECDC, 25/09/2026). Não existe vacina licenciada contra o vírus Bundibugyo. A vacina Ervebo, licenciada contra o ebolavírus Zaire, foi aplicada a 2.007 pessoas até 6 de setembro, exclusivamente no âmbito de protocolo de investigação e segundo orientação de emergência da OMS (OMS, 10/09/2026); (OMS, 31/08/2026). Portanto, ao contrário do que a imprensa frequentemente sugere, a vacinação em curso é um estudo, e não uma intervenção de eficácia estabelecida contra este vírus.

Leitura epidemiológica e institucional

Denominador dos contatos. À primeira vista, os dois indicadores disponíveis parecem contraditórios, mas não são. A OMS indica 83,4% de contatos seguidos; o diretor-geral do Africa CDC, Jean Kaseya, observou que mais de 7.000 casos confirmados deveriam gerar cerca de 420.000 contatos e que apenas cerca de 30.000 constavam das listas (Al Jazeera, 25/09/2026). Os dois indicadores têm denominadores distintos: o primeiro é condicional à lista existente, o segundo compara a lista com o esperado. Assim, com base nos 32.342 contatos registrados pela OMS, obtêm-se 4,1 contatos por caso confirmado e uma cobertura efetiva de cerca de 7,7% do esperado. Trata-se, portanto, de um problema de identificação, e não de seguimento; por isso, a porcentagem elevada de seguimento não o corrige.

Letalidade e viés de averiguação. No Kivu Norte, a letalidade caiu de 65,4%, com corte em 7 de setembro (OMS, 10/09/2026), para 59,7% em 23 de setembro, em um período em que os casos da província quase duplicaram. Essa queda provavelmente não reflete redução da gravidade biológica, e sim alteração do modo de detecção: como cerca de um terço das novas infecções é identificado apenas após o óbito (ONU, 23/09/2026) e cerca de 60% dos óbitos ocorrem na comunidade (Africa CDC, 17/09/2026), a letalidade medida entre casos confirmados depende de quantos casos leves ou precoces entram no denominador. O gradiente etário da letalidade, acima de 60% em menores de 5 anos contra cerca de 40% em adultos (OMS África, 21/09/2026), é compatível com menor reserva fisiológica, mas também com busca tardia por cuidados nas crianças, e os dados publicados não permitem separar as duas contribuições.

Precisão das estimativas provinciais. A Figura 2 mostra que a comparação entre províncias só é informativa onde o denominador é grande. Em Ituri e no Kivu Norte, os intervalos de confiança exatos de Clopper-Pearson têm amplitude de 2,5 e 5,1 pontos percentuais, respectivamente, e não se sobrepõem. Já no Sud-Ubangi, com 2 casos, o intervalo vai de 1,3% a 98,7%, e no Kivu Sul, com 3 casos, de 0,8% a 90,6%. Nessas províncias, portanto, a estimativa pontual não deve ser lida como medida de gravidade local.

Defasagem das séries. Os boletins citados usam quatro cortes distintos (7, 13, 20 e 23 de setembro), com intervalos de zero a três dias entre corte e publicação**.** O corte de 7 de setembro inclui os casos de Uganda e o caso exportado para a França, enquanto os restantes referem-se apenas à RDC, o que explica parte da aparente diferença entre totais. A comparação direta entre boletins de instituições distintas exige, antes de tudo, alinhar a data de corte.

Financiamento. Os cerca de 3 bilhões de dólares anunciados em 23 de setembro são compromissos, não desembolsos, e o próprio Africa CDC condicionou a leitura de sucesso à execução (Africa CDC, 24/09/2026). A parcela africana, de 3,7%, mede a distância que ainda separa o discurso de soberania sanitária da capacidade fiscal efetiva. Além disso, não é possível, com a informação disponível, estabelecer qualquer relação causal entre o volume anunciado e a evolução epidemiológica das próximas semanas.

Implicações para a vigilância e cooperação regional

Três consequências práticas. Primeira: enquanto a razão contatos por caso se mantiver próxima de quatro, o indicador de seguimento não serve para avaliar o controle, e os relatórios regionais deveriam passar a publicar contatos identificados por caso ao lado da porcentagem seguida. Segunda: a extensão a Bulu e Dungu coloca zonas ativas junto à República Centro-Africana e ao Sudão do Sul, o que desloca o risco de exportação para fora do espaço SADC e recomenda articulação com a CEEAC e a IGAD. Terceira: para os Estados da África Austral, a preparação pertinente é laboratorial e de manejo clínico, e não de vacinação, já que não há vacina licenciada contra esse vírus.

Europa em transformação

Europa en trasnformación

Europe in transformation

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

Resumo: Para Freire, a Europa vive um período de profunda reconfiguração política e geopolítica, marcado pelo questionamento da unidade do Reino Unido após o Brexit, pela disputa entre forças de esquerda e extrema-direita, pela busca de novos parceiros estratégicos e pela discussão sobre o fortalecimento institucional da União Europeia. Ao mesmo tempo, a guerra na Ucrânia amplia as tensões entre Rússia e OTAN, com o crescimento da guerra híbrida e o risco de escalada no leste europeu, enquanto a disputa pelo Ártico transforma a Groenlândia e as novas rotas marítimas em peças estratégicas da competição entre Estados Unidos, Rússia e China. O conjunto desses acontecimentos aponta para uma Europa mais fragmentada politicamente, pressionada militarmente e obrigada a redefinir suas alianças, sua autonomia estratégica e seu papel em uma ordem internacional cada vez mais competitiva.

Palavras-chave: União Europeia; Reino Unido; Rota Marítima do Norte; Otan; Guerra na Ucrânia.

***Resumen**: Europa atraviesa un período de profunda reconfiguración política y geopolítica, marcado por el cuestionamiento de la unidad del Reino Unido tras el Brexit, la disputa entre las fuerzas de izquierda y la extrema derecha, la búsqueda de nuevos socios estratégicos y el debate sobre el fortalecimiento institucional de la Unión Europea. Al mismo tiempo, la guerra en Ucrania está intensificando las tensiones entre Rusia y la OTAN, con el crecimiento de la guerra híbrida y el riesgo de una escalada en Europa Oriental, mientras que la disputa por el Ártico convierte a Groenlandia y a las nuevas rutas marítimas en piezas estratégicas de la competencia entre Estados Unidos, Rusia y China. En conjunto, estos acontecimientos apuntan hacia una Europa políticamente más fragmentada, sometida a una creciente presión militar y obligada a redefinir sus alianzas, su autonomía estratégica y su papel en un orden internacional cada vez más competitivo.*

***Palabras clave:** Unión Europea; Reino Unido; Ruta Marítima del Norte; OTAN; Guerra en Ucrania.*

***Abstract:** Europe is undergoing a period of profound political and geopolitical reconfiguration, marked by growing questions about the unity of the United Kingdom following Brexit, the struggle between left-wing and far-right forces, the search for new strategic partners, and the debate over strengthening the institutional framework of the European Union. At the same time, the war in Ukraine is heightening tensions between Russia and NATO, with the expansion of hybrid warfare and the risk of escalation in Eastern Europe, while the dispute over the Arctic is turning Greenland and new maritime routes into strategic pieces in the competition among the United States, Russia, and China. Taken together, these developments point to a Europe that is becoming more politically fragmented, increasingly under military pressure, and compelled to redefine its alliances, strategic autonomy, and role in an increasingly competitive international order.*

***Keywords:** European Union; United Kingdom; Northern Sea Route; NATO; War in Ukraine.*

A Europa atravessa um período de profundas transformações políticas e geopolíticas. Movimentos independentistas dentro do Reino Unido, a vitória histórica da esquerda em Berlim, o avanço da extrema-direita em partes da Alemanha e da França, a aproximação entre Canadá e União Europeia, a discussão sobre o fim do veto na política externa europeia e a crescente disputa pelo Ártico revelam um continente em processo de reacomodação. Ao mesmo tempo, a guerra na Ucrânia continua a produzir efeitos que ultrapassam as fronteiras do conflito, enquanto Rússia, Estados Unidos, China e países europeus disputam influência sobre segurança, energia, comércio, tecnologia e recursos estratégicos.

Escócia, Irlanda do Norte e País de Gales estão unindo forças para exigir o direito à autodeterminação e ao rompimento com a Inglaterra, assinando uma declaração conjunta pedindo ao governo do Reino Unido que se prepare, planeje e facilite mudanças constitucionais". A declaração afirma que cada nação deveria ter o direito de decidir seu próprio futuro constitucional, incluindo a opção de deixar o Reino Unido. Os líderes argumentam que o governo britânico não tem autoridade democrática para bloquear esse processo ou impedir futuros referendos sobre a independência. Em breve, eles devem se tornar países independentes pleiteando adesão à União Europeia e acabando com o Reino Unido. Ao que tudo indica, o estopim para a "implosão" do Reino Unido foi exatamente o Brexit em 2016. Enquanto a Inglaterra votou pelo rompimento com o bloco, escoceses e norte-irlandeses votaram por permanecer. O desmembramento do Reino Unido encerra a carreira de uma superpotência, que enfraquecida economicamente, isolada comercialmente e encolhida territorialmente ao tamanho da Inglaterra, perde um pouco de seu peso diplomático, alterando o tabuleiro geopolítico global.

Apesar deste golpe, países europeus estão retirando suas reservas de ouro dos EUA e depositando no ainda existente Reino Unido. Foi o caso da França e dos Países Baixos. A França repatriou a totalidade de suas reservas remanescentes do Federal Reserve de Nova Iorque entre julho de 2025 e janeiro de 2026. Os Países Baixos, anunciaram a transferência de cerca de 86 toneladas de ouro (avaliadas em mais de US$ 10 bilhões) que estavam armazenadas nos EUA e no Canadá, direcionando-as para os cofres do Banco da Inglaterra em Londres. Políticos da Alemanha e da Itália, que possuem respectivamente a segunda e a terceira maiores reservas de ouro do mundo, defenderam que o ouro de seus países também seja retirado dos EUA. Eles alegam preocupações com a imprevisibilidade das políticas do governo americano e sua crescente hostilidade em relação à União Europeia[1][2].

A lista de novos pretendentes à UE, no entanto, não se esgota neste movimento de independência. O Canadá busca uma "aliança única" com o bloco, em meio às tensões com os EUA, foi o que disse o primeiro-ministro canadense Mark Carney. Neste caso, não há intenção de se tornar membro pleno do bloco. As discussões envolvem o aprofundamento da cooperação em comércio, tecnologia, energia, defesa e infraestrutura, para diminuir a dependência econômica dos EUA diante do agravamento das tensões comerciais[3]. A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, afirmou que a União Europeia está de portas abertas para que

[1] https://www.bbc.com/portuguese/articles/c4gr75z78e5o. Acesso em 28/09/2026.

[2] https://g1.globo.com/economia/noticia/2026/09/19/corrida-pelo-ouro-por-que-paises-europeus-estao-tirando-suas-reservas-dos-eua.ghtml. Acesso em 28/09/2026.

[3] https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/canada-busca-alianca-unica-com-ue-em-meio-as-tensoes-com-os-eua/. Acesso em 28/09/2026.

o Canadá se torne seu primeiro "membro associado", um status que não está previsto nos tratados do bloco. "As parcerias são uma escolha estratégica para a Europa. Mas elas também respondem à ruptura no sistema internacional baseado em regras", disse von der Leyen em seu discurso anual sobre o Estado da União Europeia perante o Parlamento Europeu, em Estrasburgo.

Enquanto uns almejam, outros rejeitam. Foi o caso da Islândia, que votou contra a adesão à União Europeia em referendo popular[4]. O resultado apertado, revelou uma importante divisão entre os islandeses sobre o assunto. Os direitos de pesca são o maior ponto de discórdia: a indústria pesqueira marítima representa quase 40% das exportações da nação insular e muitos eleitores do "não" temem perder parte do controle de suas lucrativas áreas de pesca sob a Política Comum de Pescas da UE.

Além da possibilidade de novos — e até então impensáveis — membros aderirem à União Europeia nos próximos anos, outra novidade promete agitar o cenário político do bloco: 11 países pleiteiam o fim da unanimidade como processo decisório em assuntos de política externa, encerrando a possibilidade de utilização dos vetos obstrutivos. Áustria, Dinamarca, Bélgica, Finlândia, França, Alemanha, Luxemburgo, Países Baixos, Romênia, Espanha e Suécia enviaram uma carta à chefe da diplomacia europeia, Kaja Kallas, defendendo mudanças na tomada de decisões de política externa da UE[5]. O ponto central é acabar, ou pelo menos limitar, a possibilidade de um único Estado-membro bloquear uma decisão dos outros 26.

A mudança, que precisa ser aprovada por unanimidade, vislumbra mais agilidade na tomada de decisões num ambiente internacional cada vez mais competitivo. O modelo atual protege países pequenos contra decisões impostas por países maiores. Por outro lado, traz vulnerabilidades: 27 países precisam chegar a um acordo para que a UE possa agir como um bloco. Um governo pode paralisar a política externa europeia ao utilizar um veto não porque discorda da questão em discussão, mas para obter concessões em outro assunto. Vimos isto acontecer algumas vezes com a Hungria de Victor Orban e é esse tipo de situação que se pretende evitar. A discussão promete ser longa e intensa, afinal, o veto também é um mecanismo legítimo de proteção de interesses nacionais.

No âmbito das políticas domésticas, a extrema-direita segue crescendo, como visto na Alemanha e na França, onde eleições para o senado trouxeram resultado importante para a extrema-direita, que conquistou 14 cadeiras na casa legislativa. O equilíbrio de forças no senado não chegou a ser alterado, mas as eleições trouxeram duas novidades históricas: a possibilidade de criação de um grupo político que junta o Rassemblement National e o aliado UDR; e entrada simbólica da extrema-esquerda do LFI — França Insubmissa — no Palácio de Luxemburgo. Pela primeira vez na história a extrema-direita conseguirá formar um grupo no senado francês, que também terá a primeira cadeira ocupada pela extrema-esquerda. Como de costume, as eleições servem como um termômetro para a eleição presidencial, que acontecerá em 7 meses e definirá o sucessor de Emmanuel Macron.

O quadro alemão é marcado, simultaneamente, pelo crescimento da esquerda em Berlim e pela expansão da AfD em outras regiões. Na eleição estadual da Saxônia-Anhalt, a AfD

[4] https://www.bbc.com/portuguese/articles/cvgyxj3jkxro. Acesso em 28/09/2026.

[5] https://www.dn.pt/internacional/poltica-externa-da-ue-11-pases-querem-o-fim-dos-vetos-obstrutivos-e-da-necessidade-de-unanimidade#goog_rewarded. Acesso em 28/09/2026.

alcançou 43,8% dos votos e 39 das 83 cadeiras, ficando a apenas 3 parlamentares da maioria absoluta. Foi a primeira vez desde a Segunda Guerra Mundial que uma legenda de extrema-direita ficou tão próxima de formar um governo estadual na Alemanha: o AfD quase alcançou a possibilidade de governar sozinho, sem coalizão. Desde sua criação, em 2013, a AfD nunca governou, em função de um mecanismo de isolamento imposto por todos os outros partidos políticos alemães, que recusam alianças de governo com a legenda, o chamado "muro de contenção". Essa estratégia vem funcionando e é bem possível que a AfD não consiga obter as coligações necessárias à assunção do poder. A AfD defende a reimigração em massa, com a expulsão de imigrantes e seus descendentes.

A eleição de Berlim, realizada alguns dias depois, acrescentou um elemento novo ao quadro político europeu: a vitória histórica do partido Die Linke, a esquerda alemã. A legenda obteve 25,7% dos votos, mais que o dobro dos 12,2% registrados em 2023, tornando-se pela primeira vez a força mais votada para o Parlamento estadual de Berlim. A CDU ficou em segundo lugar, com 18,8%; a AfD alcançou 16,3%; os Verdes, 14,3%; e o SPD, 12,1%. A participação eleitoral chegou a 74,2%. O resultado também produziu uma mudança significativa na composição do Parlamento: Die Linke conquistou 47 das 158 cadeiras, contra 34 da CDU, 29 da AfD, 26 dos Verdes e 22 do SPD. A antiga coalizão entre CDU e SPD perdeu a maioria. O resultado é particularmente significativo porque Berlim é uma das principais capitais políticas e culturais da Europa. A eleição mostra que, no mesmo momento em que a extrema-direita avança em determinadas regiões alemãs, existe também espaço eleitoral para uma esquerda que concentra sua campanha em habitação, desigualdade e custo de vida. A vitória, entretanto, não significa automaticamente que Die Linke governará sozinho. Para formar uma maioria parlamentar, serão necessárias negociações com outras forças. O resultado abre, portanto, uma nova disputa sobre o rumo político da capital alemã.

O contraste entre Berlim e Saxônia-Anhalt é revelador. Enquanto uma parcela do eleitorado alemão se desloca para a esquerda, outra amplia o apoio à direita radical. O resultado é um sistema partidário cada vez mais fragmentado, no qual os partidos tradicionais — especialmente CDU e SPD — perdem espaço para forças situadas nos extremos do espectro político.

A guerra na Ucrânia entrou em uma fase de intensificação dos ataques de longa distância. Em setembro, forças ucranianas realizaram um dos maiores ataques aéreos contra o território russo desde o início da guerra, atingindo inclusive estruturas na região de Moscou. Duas unidades da refinaria de Kapotnya foram danificadas. A estratégia ucraniana procura atingir infraestrutura energética, instalações militares e centros de produção utilizados pela Rússia, enquanto Moscou continua empregando grandes volumes de drones e mísseis contra cidades e infraestrutura ucranianas. As tensões estão aumentando neste quinto ano de guerra, com ataques russos cada vez mais próximos da fronteira com a Polônia e acirramento da chamada guerra híbrida.

Nas últimas semanas, houve um aumento das tensões nos países do leste europeu, principalmente na Polônia, que faz fronteira com a Ucrânia, a Bielorrússia e Kaliningrado, enclave russo. Ataques russos contra a Ucrânia têm acontecido cada vez mais próximos à fronteira polonesa. O governo da Polônia reconheceu o risco de escalada e informou que está reforçando a segurança das fronteiras e o sistema de defesa aérea antimíssil e antidrones. Um helicóptero russo chegou a invadir o espaço aéreo polonês, intensificando a guerra híbrida. A invasão, que foi de aproximadamente 300 metros e durou menos de 1 minuto, aconteceu na

fronteira entre a Polônia e Kaliningrado. O helicóptero foi acompanhado por radares poloneses durante todo o tempo de voo; caças e unidades terrestres foram mobilizados e colocados em estado de alerta. A incursão foi curta, mas suficiente para obrigar a Polônia (e a Otan) a acionar sua força militar.

O curto período no espaço aéreo polonês, permite que a Rússia teste a Otan sem ultrapassar claramente o limite que poderia provocar uma resposta militar conjunta, além de observar quanto tempo leva para sua presença ser detectada, quais meios são mobilizados, de onde partem os caças e quais são os procedimentos de resposta adotados. Tudo isto fornece informação sobre o funcionamento da defesa aérea da Otan, permitindo uma explicação diplomática: erro de navegação, condições meteorológicas adversas ou falha do piloto. Assim, a Rússia criou uma situação suficientemente séria para obrigar uma reação, mas curta o suficiente para não revelar uma hostilidade.

Mas não é só a Polônia: muitos países europeus estão alertando sobre o acirramento das tensões, e para a guerra híbrida que vem sendo promovida pela Rússia, que atua abaixo do nível da guerra convencional, com incursões limitadas, ciberataques, sabotagem, desinformação, drones sobrevoando bases e aeroportos, pressão sobre as fronteiras e outras formas de desestabilização: as ações isoladas não configuram guerra, mas as repetições e os alvos a revelam. A Alemanha também se sente atacada[6], conforme reação do ministro do interior alemão, ao responsabilizar a Rússia por uma tentativa de ataque com drones no aeroporto de Leipzig. Como resposta, o governo anunciou o fechamento do Consulado da Rússia em Bonn e de um centro cultural russo no centro de Berlim, a Casa da Rússia: autoridades alemãs suspeitam que o local servisse de camuflagem para serviços de inteligência russos.

O objetivo de Putin parece ser a constante provocação à Otan, apesar de não conseguir obter avanços e conquistas expressivas no território ucraniano nesta guerra que já dura 5 anos. O secretário-geral da Otan, Mark Rutte, afirmou que a Aliança está pronta para reagir a ataques híbridos russos na Europa, após alertas da inteligência dinamarquesa. Apesar da aparente tranquilidade de Rutte, a crise coloca países europeus diante de um dilema: como responder a possíveis ações russas sem transformar uma disputa de zona cinzenta em um confronto direto? As respostas europeias têm permanecido no campo diplomático e econômico, evitando uma escalada militar direta.

Enquanto isso, Putin se fortalece internamente com uma vitória expressiva nas eleições legislativas, consolidando seu controle político no país. A vitória o blinda de oposições, garantindo estabilidade e respaldo total do parlamento russo para a continuidade da guerra. O partido governista Rússia Unida obteve quase 58% dos votos válidos, conquistando 355 das 450 cadeiras da Duma Estatal (câmara baixa). Essa ampla maioria assegura ao bloco governista o poder necessário para aprovar pautas estratégicas com facilidade. O pleito contou com 59% de adesão da população. Pela primeira vez, o pleito legislativo integrou formalmente partes de Donetsk, Luhansk, Zaporizhzhia, Kherson e a Crimeia, territórios ucranianos, ocupados por forças russas.

No Ártico, a disputa estratégica também ganhou uma nova dimensão: Donald Trump conseguiu negociar a Groenlândia. Não teve o que queria e se contentou com a revisão dos

[6] https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/alemanha-acusa-russia-de-envolvimento-em-ataque-com-drone-em-aeroporto/. Acesso em 28/09/2026.

termos de um antigo acordo. Os EUA não serão “proprietários” da região, mas terão domínio total da exploração de recursos e implementação de bases militares. A Groenlândia segue sendo da Dinamarca. O acordo garante novas bases militares aos EUA, livre acesso ao território (abundante em terras raras) e ao fundo do mar. Países não pertencentes à Otan, ficam proibidos de montar bases por lá. Trata-se de uma atualização de um tratado em vigor desde 1951, que já concedia ao governo estadunidense um papel dominante na defesa da ilha, garantindo o direito de os EUA estabeleceram bases militares no território dinamarquês. A nova cláusula, além de impedir que outros países estabeleçam presença militar na Groenlândia, também amplia a supervisão dos EUA sobre investimentos feitos por nações de fora da Otan em “setores estratégicos” da ilha — como, por exemplo, a mineração de terras raras.

As lideranças dinamarquesas acreditam que reforçaram a segurança da região, sem ceder soberania política. A Otan é vista como a principal garantia de segurança para a Dinamarca e seu território semiautônomo da Groenlândia. O acordo original, já concedia direito aos EUA para manter bases militares ali. A presença estadunidense foi sendo reduzida até restar apenas uma base espacial. Espera-se agora que os EUA instalem novas bases em curto espaço de tempo. Os parlamentos da Dinamarca e da Groenlândia ainda precisam aprovar o acordo.

A urgente necessidade dos EUA sobre a ilha continental no Ártico, passa pela disputa de poder com China e Rússia, cenário que se acirra pelo derretimento de geleiras que abrem novas rotas de navegação. Recentemente, um cargueiro chinês atravessou a Rota Marítima do Norte, pela costa russa, chegando na Inglaterra em 25 dias, num trajeto bem mais curto que os 40 dias padrão pelo Canal de Suez. E quem manda nesse caminho é a Rússia, que vem reforçando a frota do norte e modernizando bases militares na região. Para utilizar a rota é preciso pedir autorização, pagar taxa, aceitar escolta e muitas vezes, depender de um navio quebra-gelo russo. O derretimento do gelo do Ártico não apenas abre rotas, como novas possibilidades de exploração: abaixo do gelo há petróleo, gás e minério. A disputa pelo Ártico já está acontecendo e não é só sobre caminho: é também sobre geopolítica e recursos. Os EUA não querem que China e Rússia dominem a região sozinhas.

Considerações Finais

O conjunto desses acontecimentos revela uma Europa em processo de profunda reconfiguração. O Brexit, os movimentos de autodeterminação dentro do Reino Unido, a aproximação estratégica entre Canadá e União Europeia e a discussão sobre a reforma do processo decisório do bloco indicam que as antigas estruturas de integração estão sendo questionadas e, ao mesmo tempo, reconstruídas. No campo político, o avanço simultâneo da extrema-direita e de forças de esquerda, como demonstra o contraste entre Saxônia-Anhalt e Berlim, evidencia o enfraquecimento dos partidos tradicionais e uma crescente fragmentação do eleitorado. A Europa parece, portanto, caminhar para um cenário político mais plural, mas também mais instável e difícil de administrar.

No campo geopolítico, a guerra da Ucrânia mantém o continente sob permanente pressão. A intensificação dos ataques, os episódios de guerra híbrida e a proximidade de incidentes com o território da OTAN aumentam o risco de escalada, enquanto os governos europeus procuram reforçar suas defesas sem provocar um confronto direto com a Rússia. Paralelamente, a disputa pelo Ártico amplia o alcance dessa competição: a Groenlândia, as novas rotas marítimas e o acesso a recursos estratégicos transformam uma região antes periférica em um dos principais espaços da disputa entre Estados Unidos, Rússia e China.

Segurança, energia, tecnologia, minerais críticos e rotas comerciais passam a fazer parte de uma mesma equação estratégica.

O que está em jogo, portanto, é mais do que a sucessão de crises nacionais. A Europa está sendo obrigada a redefinir seu lugar em uma ordem internacional marcada pela competição entre grandes potências, pela fragmentação política e pela erosão de antigas certezas. O desafio será conciliar soberania nacional e integração europeia, responder ao crescimento dos extremos políticos sem ignorar as demandas sociais que os alimentam e, sobretudo, fortalecer sua capacidade de agir coletivamente diante das novas ameaças. A Europa que emergirá desse processo ainda não está definida, mas já é possível perceber que será diferente daquela que existia antes do Brexit e da guerra na Ucrânia.

Participação do Irã, da Palestina e da Liga Árabe na Assembleia Geral da ONU

Participación de Irán, Palestina y la Liga Árabe en la Asamblea General de la ONU

Participation of Iran, Palestine and the Arab League in the UN General Assembly

Laura Tavares Soares

Resumo: Este Informe trata da participação de países da região MENA na 81a Assembleia Geral das Nações Unidas, realizada em setembro de 2026 em Nova York, notadamente o Irã, a Palestina — países em guerra — e a Liga Árabe, organização dos países árabes. Aqui se analisa os principais pontos dos discursos dos Presidentes do Irã e da Palestina (este último por vídeo) bem como a participação de suas respectivas Delegações (ambas restringidas pelo não fornecimento de vistos por parte do governo dos EUA) nas diversas atividades da Assembleia (reuniões bilaterais e eventos paralelos). No caso do Irã, foi a primeira vez que um país em guerra com os EUA discursou em solo norte-americano, com seu Presidente proferindo um discurso desafiador respondendo diretamente as acusações e ameaças do Presidente Donald Trump — tais como "terrorismo", armas nucleares e aniquilamento. Citando o Presidente do Irã, "*a arma nuclear está em Israel, mas os inspetores estão no Irã. Israel mata, mas o Irã está sujeito a sanções*." Afirmou, ainda, que sem justiça para a Palestina não haverá paz no Oriente Médio. Ao final da intervenção se declarou aberto à negociação diplomática. As reações oficiais da ONU foram diplomáticas e focadas em uma desescalada da guerra. Com relação à Palestina, só foi permitido ao seu Presidente realizar o discurso por vídeo na Assembleia, no qual reafirma que "*não abandonaremos nossa pátria. Não aceitaremos o deslocamento. Não deixaremos que ninguém decida nosso futuro em nosso nome*." Destaca-se que a Palestina possui *status* de Estado observador não-membro desde 2012. Isso permite participação em debates da Assembleia Geral, mas sem direito a voto: a *plena adesão como membro continua bloqueada pelo veto norte-americano no Conselho de Segurança*. A representação presencial ficou a cargo principalmente do Observador Permanente da Palestina na ONU. Os encontros bilaterais foram predominantemente conduzidos pelo Observador Permanente na Assembleia e tiveram caráter de reafirmação de solidariedade e coordenação política, enquanto o Presidente Abbas manteve presença virtual em eventos-chave de alto nível relacionados ao processo de paz. Mesmo dessa forma, a participação da Palestina teve um impacto significativo no plano simbólico e diplomático — consolidando apoio multilateral à Palestina e pressionando os EUA — mas com efeitos práticos limitados sobre o status formal da Palestina ou a dinâmica do conflito. Ela ilustra tanto a força da Assembleia Geral em expressar a vontade da maioria quanto os limites de suas resoluções quando confrontadas com o poder de um membro permanente e anfitrião da organização. Finalmente, foi analisada brevemente o papel da Liga Árabe na ONU de coordenação política, defesa coletiva de interesses regionais e promoção de posições comuns, especialmente em questões de segurança, paz e causa palestina; bem como sua participação na 81ª Assembleia Geral. Nas Considerações Finais foram feitas quatro resenhas do noticiário internacional sobre a participação do Irã, da Palestina e da Liga Árabe na 81ª Assembleia Geral da ONU.

Resumen: *Este informe aborda la participación de los países de Oriente Medio y Norte de África (MENA) en la 81.ª Asamblea General de las Naciones Unidas, celebrada en septiembre de 2026 en Nueva York, en particular Irán, Palestina (países en guerra) y la Liga Árabe (organización de países árabes). Analiza los puntos principales de los discursos de los presidentes de Irán y Palestina (este último por videoconferencia), así como la participación de sus respectivas delegaciones (ambas con acceso restringido debido a la negativa del gobierno estadounidense a concederles visados) en las diversas actividades de la Asamblea (reuniones bilaterales y eventos paralelos). En el caso de Irán, fue la primera vez que un país en guerra con Estados Unidos se pronunciaba en suelo estadounidense. Su presidente pronunció un discurso desafiante, respondiendo directamente a las acusaciones y amenazas del presidente Donald Trump, como «terrorismo», armas nucleares y aniquilación. Citando al presidente iraní: «El arma nuclear está en Israel, pero los inspectores están en Irán. Israel mata, pero Irán está sujeto a sanciones». Añadió que sin justicia para Palestina no habrá paz en Oriente Medio. Al final de su discurso, se declaró abierto a negociaciones diplomáticas. Las reacciones oficiales de la ONU fueron diplomáticas y se centraron en la desescalada del conflicto. En cuanto a Palestina, su presidente solo pudo pronunciar su discurso por videoconferencia ante la Asamblea, en el que reafirmó que «no abandonaremos nuestra patria. No aceptaremos el desplazamiento. No permitiremos que nadie decida nuestro futuro en nuestro nombre». Cabe destacar que Palestina ostenta el estatus de Estado observador no miembro desde 2012. Esto le permite participar en los debates de la Asamblea General, pero sin derecho a voto: la membresía plena sigue bloqueada por el veto de Estados Unidos en el Consejo de Seguridad. La representación presencial estuvo a cargo principalmente del Observador Permanente de Palestina ante la ONU. Las reuniones bilaterales fueron dirigidas mayoritariamente por el Observador Permanente ante la Asamblea y se caracterizaron por la reafirmación de la solidaridad y la coordinación política, mientras que el presidente Abbas mantuvo una presencia virtual en eventos clave de alto nivel relacionados con el proceso de paz. Aun así, la participación de Palestina tuvo un impacto significativo a nivel simbólico y diplomático —consolidando el apoyo multilateral a Palestina y ejerciendo presión sobre Estados Unidos—, pero con efectos prácticos limitados sobre el estatus formal de Palestina o la dinámica del conflicto. Esto ilustra tanto la fortaleza de la Asamblea General para expresar la voluntad de la mayoría como las limitaciones de sus resoluciones ante el poder de un miembro permanente y anfitrión de la organización. Finalmente, se analizó brevemente el papel de la Liga Árabe en la ONU, centrándose en la coordinación política, la defensa colectiva de los intereses regionales y la promoción de posiciones comunes, especialmente en materia de seguridad, paz y la cuestión palestina; así como su participación en la 81.ª Asamblea General. Las Observaciones Finales incluyeron cuatro análisis de la cobertura informativa internacional sobre la participación de Irán, Palestina y la Liga Árabe en la 81.ª Asamblea General de la ONU.*

Abstract: *This report addresses the participation of MENA countries in the 81st United Nations General Assembly, held in September 2026 in New York, notably Iran, Palestine — countries at war — and the Arab League, an organization of Arab countries. It analyzes the main points of the speeches by the Presidents of Iran and Palestine (the latter via video) as well as the participation of their respective delegations (both restricted by the US government's refusal to grant visas) in the various activities of the Assembly (bilateral meetings and side events). In the case of Iran, it was the first time a country at war with the US spoke on American soil, with its President delivering a defiant speech directly responding to accusations and threats from President Donald Trump — such as "terrorism," nuclear weapons, and annihilation. Quoting the President of Iran, "the nuclear weapon is in Israel, but the inspectors are in Iran. Israel kills, but Iran is subject to sanctions." He further stated that without justice for Palestine there will be no*

peace in the Middle East. At the end of his speech, he declared himself open to diplomatic negotiations. The official UN reactions were diplomatic and focused on de-escalating the war. Regarding Palestine, its President was only allowed to deliver his speech via video to the Assembly, in which he reaffirmed that "we will not abandon our homeland. We will not accept displacement. We will not let anyone decide our future in our name." It is noteworthy that Palestine has held non-member observer state status since 2012. This allows participation in General Assembly debates, but without voting rights: full membership remains blocked by the US veto in the Security Council. In-person representation was primarily handled by the Permanent Observer of Palestine to the UN. Bilateral meetings were predominantly conducted by the Permanent Observer to the Assembly and were characterized by reaffirmations of solidarity and political coordination, while President Abbas maintained a virtual presence at key high-level events related to the peace process. Even so, Palestine's participation had a significant impact on a symbolic and diplomatic level—consolidating multilateral support for Palestine and putting pressure on the US—but with limited practical effects on the formal status of Palestine or the dynamics of the conflict. This illustrates both the strength of the General Assembly in expressing the will of the majority and the limits of its resolutions when confronted with the power of a permanent member and host of the organization. Finally, the role of the Arab League in the UN was briefly analyzed, focusing on political coordination, collective defense of regional interests, and promotion of common positions, especially on security, peace, and Palestinian issues; as well as its participation in the 81st General Assembly. The Concluding Remarks included four reviews of international news coverage regarding the participation of Iran, Palestine, and the Arab League in the 81st UN General Assembly.

Irã

O Irã participou da 81ª sessão da Assembleia Geral da ONU (AGNU/UNGA) [https://brasil.un.org/pt-br/322029-assembleia-geral-da-onu], em Nova York, com seu presidente *Masoud Pezeshkian* discursando em 23 de setembro de 2026. [https://gadebate.un.org/en/81/iran-islamic-republic]

A delegação iraniana (incluindo *Pezeshkian* e o ministro das Relações Exteriores *Abbas Araghchi*) recebeu vistos dos EUA para a "delegação principal", conforme obrigações do país anfitrião, embora em tamanho reduzido em relação ao ano anterior e com restrições de deslocamento e compras.

Contexto e preparação

O Irã enfatizou que a sua participação é um *direito legal*, por ser um dos 50 membros fundadores da ONU, e não um favor.

O porta-voz do Ministério das Relações Exteriores, *Esmaeil Baghaei,* acusou "o outro lado" de tentar obstruir a presença iraniana.

A participação ocorreu em meio a um conflito aberto entre Irã e EUA/Israel (iniciado em fevereiro de 2026 com ataques aéreos, que incluiriam a morte do líder supremo Ali Khamenei).

Foi destacado o fato de ser a primeira vez em décadas que o líder de um país em guerra com os EUA discursou em solo americano durante a AGNU/UNGA.

A delegação iraniana enfrentou restrições de movimento em Manhattan e proibições de compras.

Imagem 1 Masoud Pezeshkian, presidente do Irã na 81ª UNGA



Discurso do Presidente do Irã na UNGA — setembro de 2026

Pezeshkian [1] proferiu um discurso desafiador de cerca de 19 minutos na AGNU/UNGA, respondendo diretamente a acusações do presidente americano Donald Trump (que no dia anterior havia chamado o Irã de principal patrocinador do terrorismo e ameaçado "aniquilá-lo").

Foram os seguintes os pontos principais do discurso:

- *Rejeição de acusações de terrorismo.*
  O líder afirmou que o Irã é vítima e não o perpetrador do conflito. Mostrou a foto de Khamenei (assassinado "sem qualquer quadro legal") e imagens de crianças mortas em ataques a uma escola em Minab e a um ginásio esportivo, declarando "*Não somos terroristas... fomos vítimas de ataques covardes*".

- *Defesa e resistência*
  "*Só nos defendemos. Não ajoelhamos, não baixamos a cabeça. Respondemos, mas não atingimos populações civis*." Disse, ainda, que o Irã não atacou outro país ou território nos últimos dois séculos.

- *Programa nuclear*
  Reiterou que o Irã não busca armas nucleares (citando a "fatwa" e a crença religiosa) e rejeitou limitações ao desenvolvimento de uma tecnologia nuclear pacífica. Criticou o "duplo padrão":

  "*A arma nuclear está em Israel, mas os inspetores estão no Irã. Israel mata, mas o Irã está sujeito a sanções*."

- *Palestina e região*
  Descreveu Gaza como "*ferida aberta na consciência da comunidade internacional*" e afirmou que *não haverá paz no Oriente Médio sem justiça para a Palestina*. Criticou as sanções e o bloqueio naval americano.

[1] O vídeo oficial do discurso está disponível no site da ONU [https://gadebate.un.org/en/81/iran-islamic-republic] e no canal da organização no YouTube.

- *Abertura ao diálogo*

  Direcionou uma mensagem a Trump: o Irã está pronto para "*diálogo, diplomacia e negociações sem aceitar a linguagem da força*"; afirmando que a resistência do povo iraniano aumentaria se submetida a mais pressão.

A delegação americana abandonou o plenário no início do discurso. Houve reuniões de bastidores (incluindo contatos entre *Araghchi* e representantes americanos).

Outras atividades e saída

Pezeshkian e a delegação realizaram diversas reuniões bilaterais (Suíça, Iraque, Bangladesh, Noruega, Armênia, Países Baixos, Líbano, Paquistão, Conselho Europeu e o secretário-geral da ONU Antonio Guterres); entrevistas (Fox News, CBS, Al Jazeera); e encontros com a mídia americana, think tanks e a diáspora iraniana.

Em 26 de setembro de 2026, *Pezeshkian* partiu de Nova York de volta a Teerã.

A participação ocorreu sob o tema geral da sessão relacionado a *paz, desenvolvimento e direitos humanos*, em um ambiente diplomático tenso devido ao conflito em andamento.

Reações da ONU

As reações oficiais da ONU ao Irã (especialmente no contexto da participação e do discurso de *Masoud Pezeshkian* na 81ª Assembleia Geral em setembro de 2026) foram predominantemente institucionais, diplomáticas e focadas em uma desescalada da guerra, sem condenações diretas ou endossos polêmicos ao conteúdo do discurso.

A reação institucional principal foi a reunião com António Guterres, Secretário Geral da ONU, que se reuniu com *Pezeshkian* em 25 de setembro de 2026 (à margem da AGNU/UNGA)

Segundo o comunicado oficial da ONU, Guterres enfatizou a necessidade urgente de resolver o conflito no Oriente Médio por meio de diálogos e negociações. Destacou o pleno respeito ao direito internacional, incluindo os direitos e liberdades de navegação internacional no e ao redor do Estreito de Ormuz. Reafirmou, ainda, o compromisso da ONU de apoiar todos os esforços diplomáticos.

A reunião ocorreu quando o Irã apresentava uma proposta de sete dias para cessar hostilidades e reabrir o Estreito de Ormuz (transmitida aos EUA via Qatar). Guterres também mencionou planos de visitar a região e incentivou papéis construtivos de países envolvidos em situações como Líbano e Iêmen. *Pezeshkian*, por sua vez, reforçou a disposição iraniana para o diálogo sem aceitar "intimidação ou coerção" e reiterou o compromisso com o uso pacífico da tecnologia nuclear.

Não houve declaração pública de Guterres criticando ou elogiando especificamente o tom desafiador do discurso de *Pezeshkian* (que acusou EUA e Israel de terrorismo e violações do direito internacional).

Sem um pronunciamento oficial forte sobre o discurso a ONU não emitiu nota condenando ou apoiando as acusações de *Pezeshkian*. O foco institucional permaneceu na promoção da diplomacia e no respeito ao direito internacional, alinhado ao papel tradicional do Secretário Geral.

A presença iraniana (incluindo vistos apenas para a “delegação principal”) foi tratada como exercício do direito de membro fundador, apesar das tensões e restrições americanas como país anfitrião.

Havia relatórios e discussões anteriores na ONU sobre o conflito (incluindo menções a possíveis violações em ataques iniciais), mas nada que constituísse uma “reação coletiva” direta da Assembleia ou do Conselho de Segurança ao discurso específico do líder do Irã.

Reações de Estados-membros

A delegação dos EUA abandonou o plenário no início do discurso de *Pezeshkian*. Relatos indicam que a delegação israelense também boicotou o discurso.

Esses gestos refletem posições nacionais e não uma posição institucional da ONU.

Em síntese, a ONU, por meio de Guterres, adotou uma postura cautelosa e mediadora — priorizando o chamado ao diálogo, o respeito ao direito internacional (especialmente a navegação no Ormuz) e o apoio aos esforços diplomáticos. Não houve confrontação pública com a narrativa iraniana apresentada no discurso, o que é coerente com o papel de facilitador do Secretário-Geral em conflitos sensíveis envolvendo membros permanentes do Conselho de Segurança.

Palestina

A Palestina (o Estado da Palestina) participou, presencialmente através da sua Delegação, da 81ª sessão da Assembleia Geral da ONU (UNGA) em setembro de 2026 como *Estado observador não-membro;* e de forma remota, por meio de discurso pré-gravado do seu presidente *Mahmoud Abbas*.

Status e contexto da participação

A Palestina possui *status* de Estado observador não-membro desde 2012 (resolução 67/19). Isso permite participação em debates da Assembleia Geral, mas sem direito a voto.

Em 2024 e anos seguintes houve avanços em direitos de participação (como sentar-se entre os membros em certas sessões), mas a *plena adesão como membro continua bloqueada pelo veto norte-americano no Conselho de Segurança.*

Para a 81ª sessão, os EUA negaram e revogaram vistos para a delegação palestina (incluindo o do Presidente *Abbas*), pela segunda vez consecutiva. Washington justificou a medida alegando descumprimento de compromissos relacionados aos Acordos de Oslo e outras questões.

Resolução da Assembleia Geral sobre a participação do Estado da Palestina

Em 17/18 de setembro de 2026, a Assembleia Geral adotou a resolução A/RES/81/1 (projeto A/81/L.2) com 152 votos a favor; 3 contra (EUA, Israel e Paraguai) e 4 abstenções (Colômbia, Honduras, Panamá e Peru)

A resolução expressou o pesar pela decisão americana de negar/revogar vistos, pedindo sua reversão imediata, destacando a importância da participação presencial de representantes palestinos nas reuniões da ONU em Nova York.

Autorizou a Palestina a apresentar um discurso pré-gravado do presidente no debate geral da 81ª sessão (exibido no plenário), sem criar precedente para futuros debates.

Permitiu também a participação por videoconferência ou pré-gravação em outras reuniões de alto nível e conferências da ONU, caso a presença física fosse impedida.

Principais pontos do discurso de Mahmoud Abbas (24 de setembro de 2026)

- Criticou a negação de vistos como medida "*ilegal e punitiva*", constituindo violação das obrigações dos EUA como país anfitrião.
- Afirmou que o povo palestino enfrenta um dos momentos mais perigosos de sua história, com políticas israelenses que ameaçam "*a própria vida e a existência*" dos palestinos em sua terra natal.
- Descreveu ações em Gaza e na Cisjordânia como "*guerra genocida*" e "*esquema colonial malicioso*" baseado em discriminação racial, limpeza étnica e terrorismo de Estado.
- Alertou contra "*outra Nakba*" e pediu intervenção urgente do Conselho de Segurança, especialmente contra o projeto do assentamento E1.
- Defendeu a solução dos dois Estados, com a reunificação de Gaza e Cisjordânia (incluindo Jerusalém Oriental) sob "*um Estado, um governo, uma lei e uma autoridade legítima sobre as armas*".
- Mencionou eleições legislativas previstas e a necessidade de uma reforma democrática.
- Encerrou reafirmando: "*Não abandonaremos nossa pátria. Não aceitaremos o deslocamento. Não deixaremos que ninguém decida nosso futuro em nosso nome*."

A participação remota foi semelhante à de 2025. A resolução teve amplo apoio internacional, refletindo solidariedade com a causa palestina e críticas à restrição de vistos.

A Palestina continua com direitos ampliados de participação em diversos órgãos da ONU, mas *a adesão plena como membro permanece pendente*.

Impactos principais da participação da Palestina

1. Impacto simbólico e diplomático

Representou uma forte demonstração de solidariedade internacional com a Palestina e uma crítica coletiva à política de vistos dos EUA. O apoio de 152 países (superior ao de resoluções semelhantes em anos anteriores) reforça o isolamento relativo de Washington e Israel nesta questão. Fortaleceu a narrativa palestina de que as restrições americanas violam o Acordo Sede da ONU ("Headquarters Agreement") e os direitos de um Estado observador. Também serviu como vitória diplomática para a liderança de *Abbas*, permitindo que sua mensagem chegasse ao plenário apesar das barreiras físicas.

2. Impacto prático na participação palestina

A decisão da Assembleia Geral garantiu que a Palestina não fosse silenciada no debate geral de alto nível. O discurso de Abbas (24 de setembro) foi exibido no plenário, após a apresentação por um representante da ONU.

Estendeu a possibilidade de participação remota (vídeo ou videoconferência) a outras reuniões de alto nível e conferências da ONU, caso restrições semelhantes ocorram no futuro.

Não alterou o status formal da Palestina (continua como Estado observador não-membro, sem direito a voto). Tampouco avançou a adesão plena, que depende do *Conselho de Segurança*.

3. *Impacto nas relações EUA-Palestina e EUA-ONU*

Houve um aumento da tensão entre a Assembleia Geral e o país anfitrião. A resolução questiona explicitamente o cumprimento americano de obrigações como sede da ONU.

Os EUA mantiveram a posição de que as restrições se justificam por alegado descumprimento de compromissos pela Autoridade Palestina/OLP. A medida não reverteu a política de vistos, mas elevou o custo político e diplomático dessa abordagem.

Reforçou debates sobre a independência da ONU em relação ao país anfitrião, especialmente em contextos de conflito envolvendo aliados próximos de Washington.

4. *Impacto no conflito israelense-palestino e no sistema internacional*

Contribuiu para manter a questão palestina em evidência no momento de alta tensão regional (incluindo a guerra em Gaza e a expansão de assentamentos).

Enviou sinal de que a maioria dos Estados-membros continua priorizando a solução de dois Estados e a legitimidade da representação palestina, apesar de obstáculos práticos.

Teve efeito limitado em mudanças concretas no terreno: não influenciou diretamente negociações de paz, cessar-fogo ou status jurídico. Seu valor é mais político e de "soft power" do que coercitivo (*resoluções da Assembleia Geral não são vinculantes*).

Limitações e contexto

A resolução da Assembleia Geral relativa à participação da Palestina foi de natureza procedimental e de curto prazo. Ela resolveu o problema imediato da participação em 2026, mas não resolveu a questão estrutural do acesso à sede da ONU nem elevou o status da Palestina.

O padrão se repete pelo segundo ano consecutivo, o que indica que *a Assembleia Geral está institucionalizando mecanismos de contingência diante de restrições norte-americanas*.

Países que se abstiveram (especialmente na América Latina) refletem cálculos diplomáticos próprios, incluindo relações com Israel e os EUA.

Em síntese, a resolução da Assembleia Geral (/RES/81/1) teve impacto significativo no plano simbólico e diplomático — consolidando apoio multilateral à Palestina e pressionando os EUA — mas efeitos práticos limitados sobre o status formal da Palestina ou a dinâmica do conflito. Ela ilustra tanto a força da Assembleia Geral em expressar a vontade da maioria quanto os limites de suas resoluções quando confrontadas com o poder de um membro permanente e anfitrião da organização. A representação presencial ficou a cargo principalmente do Observador Permanente da Palestina na ONU, Riyad Mansour, e eventualmente de outros membros da missão que obtiveram acesso. Abbas discursou por vídeo pré-gravado e participou de forma virtual em alguns eventos de alto nível.

Principais atividades e encontros

Abbas participou por vídeo em uma *reunião de alto nível* intitulada "*The Road Ahead: One Year After the New York Declaration and the Comprehensive 20-Point Peace Plan*" (23 de setembro), convocada por *Arábia Saudita, França, Reino Unido e Canadá.*

Participaram dessa reunião o Secretário-Geral António Guterres e líderes/ministros de vários países (incluindo Espanha, Catar, Egito, Jordânia, Noruega, Irlanda, Finlândia, Paquistão, Países Baixos, Turquia e o *Alto Representante do Board of Peace* para Gaza).

Abbas agradeceu o convite e enfatizou a necessidade de avançar na implementação do *plano de paz*, com a *retirada israelense de Gaza, a reconstrução e o horizonte político para o Estado palestino.*

Encontros bilaterais (via Riyad Mansour e missão palestina)

- Malásia. O ministro das Relações Exteriores da Malásia reuniu-se com *Riyad Mansour* às margens da UNGA81. O encontro reafirmou o apoio malásio ao direito de autodeterminação do povo palestino e à criação de um Estado soberano.
- Paquistão. O vice-primeiro-ministro e ministro das Relações Exteriores *Ishaq Dar* encontrou-se com *Mansour* na sede da ONU. *Dar* reiterou o apoio paquistanês à causa palestina, ao direito de autodeterminação e a um Estado independente, contínuo e soberano, e prometeu continuar elevando a questão em fóruns internacionais.

Eventos laterais (side events):

- Participação em *evento ministerial organizado pela UE e Irlanda* sobre "Diplomacia Humanitária que Protege o Direito Internacional Humanitário".
- Envolvimento na *reunião ministerial da "Global Alliance for the Implementation of the Two-State Solution"* (cerca de 100 Estados e organizações, com menção ao primeiro-ministro palestino e ao Alto Representante do "Board of Peace" para Gaza).
- Outras reuniões e eventos sobre a situação em Gaza, assistência humanitária, refugiados (com a Agência da ONU para refugiados, UNRWA) e violações no território palestino ocupado.

Contexto e limitações

A ausência física de *Abbas* e da maior parte da *delegação de alto nível* reduziu significativamente a capacidade de realizar uma agenda tradicional de bilaterais densos (como costuma ocorrer com outros líderes presentes). A diplomacia palestina concentrou-se em:

- Manter a visibilidade da causa por meio do discurso no debate geral e de eventos multilaterais.
- Fortalecer o apoio de países árabes, islâmicos, europeus e do Sul Global via a missão permanente em Nova York.
- Enfatizar a solução de dois Estados, a reunificação de Gaza e Cisjordânia, e a rejeição a deslocamentos forçados.

Em síntese, *os encontros bilaterais da Palestina na UNGA 2026 foram predominantemente conduzidos pelo Observador Permanente Riyad Mansour e tiveram caráter de reafirmação de solidariedade e coordenação política, enquanto Abbas manteve presença virtual em eventos-chave de alto nível relacionados ao processo de paz.*

*As estratégias diplomáticas da missão permanente da Palestina na O**NU** (liderada pelo Observador Permanente Riyad Mansour) na UNGA 2026 e no período recente combinam resiliência diante de restrições impostas pelos EUA, maximização do multilateralismo e pressão constante pela solução de dois Estados.*

As principais estratégias foram:

1. Superação de restrições de acesso e manutenção da presença da delegação.

Diante da negação de vistos a Mahmoud Abbas e a grande parte da delegação de alto nível (pelo segundo ano consecutivo), a missão priorizou a participação virtual e híbrida.

Trabalhou ativamente pela aprovação da resolução A/RES/81/1, que autorizou o discurso pré-gravado de Abbas e a participação remota em outros eventos de alto nível.

Manteve a missão permanente plenamente operacional em Nova York, permitindo que Mansour e a equipe presente realizassem encontros bilaterais, eventos laterais e intervenções no plenário e no Conselho de Segurança.

2. Multilateralismo e construção de alianças amplas

Foi dada prioridade ao Sul Global, mundo árabe/islâmico e Europa progressista, com encontros bilaterais com ministros (ex.: Malásia, Paquistão) e participação em reuniões da "*Global Alliance for the Implementation of the Two-State Solution*", *Liga Árabe*, OIC e eventos da UE.

Foi feito uso intensivo de fóruns laterais ("side events") sobre humanitarismo, direito internacional humanitário, UNRWA (refugiados) e proteção de civis para manter a visibilidade da causa.

Foi dada ênfase na *solidariedade coletiva*, com uma comparação recorrente com o caminho da África do Sul contra o "apartheid" ("*começamos com poucos e vamos somando apoio até tornar a posição isolacionista insustentável*").

3. Narrativa centrada no direito internacional e na solução de dois Estados

Foi dada uma mensagem consistente: a Palestina não é um "arquivo adiado"; e *sua independência é condição para a estabilidade regional*.

Foi feita uma defesa intransigente da *solução de dois Estados* com base nas resoluções da ONU de 1967, com a reunificação de Gaza e Cisjordânia sob uma única autoridade legítima, e rejeição à anexação, ao deslocamento forçado e a "*fatos consumados*" no terreno.

Foram utilizadas resoluções existentes (especialmente a 2803 do Conselho de Segurança e a "New York Declaration" da ONU) e opiniões consultivas da **Corte Internacional de Justiça (**CIJ[2]) para exigir implementação concreta, e não apenas declarações.

Foram feitos chamados ao "tough love"[3] de parceiros europeus e ocidentais; com pressão por medidas práticas (sanções, desinvestimento, embargo de armas), quando o diálogo sozinho não produz resultados.

---

[2] **Corte Internacional de Justiça (CIJ)**, também conhecida como Corte Mundial ou Tribunal de Haia, é o principal órgão judicial da Organização das Nações Unidas (ONU).

[3] O conceito de "tough love" (amor duro ou afeto severo) **na diplomacia internacional** refere-se a uma estratégia em que um país adota uma *postura rígida, pragmática e de forte pressão* contra uma nação aliada ou parceira histórica, com o objetivo de forçá-la a mudar comportamentos autodestrutivos ou contrários aos interesses mútuos. O *tough love* é o contrário da diplomacia hostil usada contra inimigos tradicionais.

4. Diplomacia jurídica e de "accountability"

Foi dada continuidade no uso de mecanismos internacionais (CIJ, TPI, Assembleia Geral) para "*internacionalizar*" a questão palestina e *criar custos políticos e legais para a ocupação e políticas israelenses*. Foi dada ênfase à *proteção internacional dos palestinos* e na *responsabilização por violações do direito internacional humanitário e dos direitos humanos*.

5. Gestão pragmática da relação com os EUA e planos de paz

Foi formalizada uma crítica aberta às restrições de visto como *violação do Acordo de Sede*, sem fechar a porta ao engajamento.

Houve acolhimento condicional de elementos do plano de 20 pontos de Trump e da Resolução 2803, **desde que** levem ao cessar-fogo permanente, à retirada israelense, à reconstrução e a um horizonte político claro para o Estado palestino.

Houve *rejeição de qualquer rearranjo que separe Gaza da Cisjordânia ou legitime deslocamentos*.

Características gerais da abordagem

Houve persistência e profissionalismo. *Mansour*, com longa experiência, *equilibra denúncia firme com linguagem diplomática e busca de consensos amplos*.

O foco foi em resultados práticos, não se contentando apenas com resoluções simbólicas; *pressionando por implementação, proteção e reconhecimento crescente*.

Ficou demonstrada uma resiliência estrutural. A missão operou como o principal canal diplomático da Palestina em Nova York, compensando a ausência física de líderes de alto nível com presença constante, trabalho em rede ("networking") e narrativa coerente.

Em síntese, a estratégia da missão palestina combina defesa jurídica do status e dos direitos; maximização do espaço multilateral apesar de obstáculos físicos; ampliação de alianças; e insistência na implementação concreta da solução de dois Estados. Trata-se de uma diplomacia de longo prazo, adaptativa e orientada a transformar isolamento relativo em pressão coletiva crescente.

Liga Árabe [http://www.leagueofarabstates.net/ar/Pages/default.aspx]

O papel da Liga Árabe (*Liga dos Estados Árabes*) na ONU é de coordenação política, *defesa coletiva de interesses regionais e promoção de posições comuns, especialmente em questões de segurança, paz e a causa palestina*. A organização, fundada em 1945, possui *status de observador na Assembleia Geral desde 1950* e mantém uma missão permanente em Nova York.

Principais mecanismos de atuação

O Grupo Árabe ("Arab Group") é formado pelos embaixadores dos 22 Estados-membros mais a *Palestina*. Reúne-se regularmente para coordenar posições, redigir resoluções, negociar textos e definir estratégias de voto. A presidência do grupo rotaciona mensalmente.

A missão permanente da Liga Árabe é apoiar o Grupo Árabe, articular com o Secretariado da ONU e facilitar a implementação de decisões de cúpula e ministeriais árabes.

Quando um país árabe ocupa assento não permanente no Conselho de Segurança, atua como "ponta de lança" na negociação de resoluções e na defesa de posições regionais.

A cooperação institucional ONU–Liga Árabe é regulada por resoluções periódicas da *Assembleia Geral*. Inclui reuniões setoriais, intercâmbio de pessoal, consultas sobre crises regionais e apoio a esforços de mediação (Síria, Iêmen, Líbia, Sudão, Líbano etc.).

Prioridades e áreas de atuação da Liga Árabe

1. Causa Palestina (prioridade central e histórica)

A Liga trata a *questão palestina* como "*causa central*" do mundo árabe. Coordena resoluções anuais sobre ocupação, assentamentos, Jerusalém, refugiados (UNRWA) e solução de dois Estados.

Na UNGA 2026, a Liga saudou a resolução A/RES/81/1 que permitiu a participação remota da Palestina e criticou as restrições de visto dos EUA como violação do Acordo de Sede. *Apoia o reconhecimento do Estado da Palestina, a reunificação de Gaza e Cisjordânia e rejeita a anexação e o deslocamento forçado.*

2. Crises regionais

A Liga Árabe atua em coordenação com enviados especiais da ONU na Síria, Iêmen, Líbia, Sudão e Líbano, buscando *soluções políticas e* ***apoio humanitário***.

3. Temas transversais

Desenvolvimento, mudança climática, combate ao terrorismo, segurança alimentar e cooperação econômico-social.

Características de sua atuação

Existe uma alta coesão em votos. O *Grupo Árabe é um dos blocos mais coesos da Assembleia Geral*, especialmente em resoluções sobre *Oriente Médio e Palestina*.

Realiza parcerias ampliadas, coordenando-se frequentemente com a *Organização da Cooperação Islâmica (OIC), Movimento dos Não Alinhados (NAM), União Africana e, em alguns casos, com a União Europeia.*

Utiliza a diplomacia de pressão e o instrumento de legitimação. Através da ONU busca internacionalizar questões árabes, obter resoluções de condenação, solicitar opiniões consultivas da CIJ e pressionar por "accountability".

A eficácia de sua atuação depende do consenso interno entre os membros (que nem sempre existe) e da realidade do veto no Conselho de Segurança. *A Liga não possui poder coercitivo próprio e depende da vontade política dos Estados membros e do apoio de outras potências*.

Participação da Liga Árabe na UNGA 2026

O Secretário-Geral da Liga, *Nabil Fahmy*, reuniu-se com o Secretário-Geral da ONU, António Guterres, à margem da sessão de alto nível. O Grupo Árabe manteve *posição firme em defesa da participação* ***palestina****, da solução de dois Estados e contra políticas de anexação e restrições de acesso à sede da ONU.*

Em síntese, a Liga Árabe funciona como o principal instrumento de coordenação política árabe no sistema das Nações Unidas. Seu papel mais visível e consistente é a defesa da causa palestina e a tentativa de traduzir decisões regionais em resoluções e pressão multilateral, apesar das divisões internas e dos limites estruturais do Conselho de Segurança.

Considerações finais

Apresenta-se aqui a resenha das notícias sobre a participação do Irã, da Palestina e da Liga Árabe na 81ª UNGA.

A Liga Árabe e as Nações Unidas discutem a situação em Gaza e na Cisjordânia ocupada (22 de setembro de 2026)

O secretário-geral da Liga Árabe, Nabil Fahmy, discutiu com o secretário-geral da ONU, António Guterres, a perigosa escalada na região, em particular a tragédia humanitária na Faixa de Gaza e as crescentes violações sionistas na Cisjordânia ocupada, incluindo Jerusalém, informou ontem a agência de notícias palestina Wafa.

Durante sua participação no segmento de alto nível da 81ª sessão da Assembleia Geral da ONU, *Fahmy* enfatizou a necessidade de obrigar a entidade sionista a respeitar o direito internacional e o direito internacional humanitário. Ele também afirmou que o amplo reconhecimento internacional da Palestina exige a implementação de medidas executivas destinadas a pôr fim à ocupação e a estabelecer um Estado palestino independente dentro das fronteiras de 4 de junho de 1967, com Jerusalém como sua capital, acrescentou a Wafa.

À medida que o debate de alto nível entra em seu quarto dia, o "The Takeaway" relembra os principais destaques de quinta-feira, com líderes israelenses e palestinos apresentando visões divergentes sobre o conflito no Oriente Médio e seus homólogos de todo o mundo analisando os impactos de longo alcance da crise em curso em Gaza e na Cisjordânia ocupada.

Por que isso importa

O conflito israelo-palestino dominou o terceiro dia do debate anual da Assembleia Geral, com líderes alertando que ele afeta a segurança alimentar e energética global.

O presidente palestino, Mahmoud Abbas, falando por vídeo pré-gravado após sua delegação ter tido os vistos negados, alertou que o conflito ameaça "a própria existência do povo palestino".

O primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, defendeu os colonos israelenses na Cisjordânia ocupada e disse que Israel foi compelido a revidar após os ataques terroristas liderados pelo Hamas em 7 de outubro de 2023.

Versões divergentes evidenciam profundas divisões

Os líderes israelenses e palestinos apresentaram versões bastante diferentes do conflito e de suas causas.

O Sr. Abbas descreveu a guerra em Gaza como uma "guerra genocida" que criou uma tragédia humana sem precedentes. Ele pediu a reunificação da Faixa de Gaza e da Cisjordânia ocupada; alertou contra a possibilidade de "outra 'Nakba'", referindo-se ao deslocamento em massa permanente de palestinos durante a guerra árabe-israelense de 1948.

O Sr. Netanyahu acusou a imprensa internacional e as mídias sociais de ignorarem os ataques palestinos e rejeitou as descrições da violência dos colonos israelenses. Ele também defendeu os ataques de Israel contra as instalações nucleares do Irã, argumentando que eram necessários para a sobrevivência do país.

Liga Árabe saúda decisão da Assembleia Geral da ONU sobre a participação da Palestina na 81ª sessão (18 de setembro de 2026)

Em comunicado divulgado hoje, o Secretariado-Geral da Liga Árabe considerou a votação um reflexo de uma ampla posição internacional que rejeita a negação do direito do Estado da Palestina de expressar sua voz e suas posições à comunidade internacional. Ressaltou também a importância de garantir a participação do Estado da Palestina nos trabalhos da ONU e em fóruns internacionais.

O comunicado elogiou os países que patrocinaram e votaram a favor da resolução, enfatizando a importância de os Estados Unidos, como país anfitrião, cumprirem suas obrigações nos termos do Acordo da Sede da ONU. Observou ainda que a voz palestina permanecerá presente em todas as instâncias.

Presidente iraniano acusa EUA e Israel de violarem o direito internacional na ONU

Teerã está 'pronta para o diálogo, a diplomacia e as negociações, sem aceitar a linguagem da força', disse *Masoud Pezeshkian* em seu discurso aos líderes mundiais.

As ameaças de Washington só irão unir o Irã, e o país não se renderá na guerra contra os Estados Unidos, mas está disposto a explorar uma solução diplomática para o conflito. Assim afirmou o presidente iraniano, *Masoud Pezeshkian*, em um discurso desafiador na Assembleia Geral da ONU, um dia após o presidente Donald Trump ameaçar "aniquilar" Teerã caso um acordo de paz não fosse alcançado, em seu próprio discurso aos líderes mundiais na terça-feira. O representante de Teerã acusou Washington e Israel de agirem "contra o direito internacional" ao atacarem infraestrutura civil no Irã, em um discurso ilustrado com fotos de crianças mortas no bombardeio da escola de *Minab* no início da guerra.

Foi a primeira vez que um líder de um país em guerra com os Estados Unidos discursou na Assembleia Geral das Nações Unidas, sede da ONU.

Referências

1. UNITED NATIONS. **Charter of the United Nations and Statute of the International Court of Justice**. Lake Success, NY: United Nations, 1945. Disponível em: https://treaties.un.org/doc/Publication/UNTS/Volume%2011/volume-11-I-147-English.pdf. Acesso em: 29 set. 2026.
2. UNITED NATIONS. **General Debate of the United Nations General Assembly**. New York: United Nations, [s.d.]. Disponível em: https://gadebate.un.org/en. Acesso em: 29 set. 2026.
3. UNITED NATIONS. **United Nations**. New York: United Nations, [s.d.]. Disponível em: https://www.un.org/en. Acesso em: 29 set. 2026.
4. UNITED NATIONS. **General Assembly Meetings**. New York: United Nations, [s.d.]. Disponível em: https://www.un.org/en/ga/meetings/. Acesso em: 29 set. 2026.
5. UNITED NATIONS. **81st Session of the General Assembly: Meetings**. New York: United Nations, 2026. Disponível em: https://www.un.org/en/ga/81/meetings/. Acesso em: 29 set. 2026.
6. UNITED NATIONS. **United Nations General Assembly**. New York: United Nations, [s.d.]. Disponível em: https://www.un.org/en/ga/. Acesso em: 29 set. 2026.

7. UNITED NATIONS. **Sessions of the General Assembly**. New York: United Nations, [s.d.]. Disponível em: https://www.un.org/en/ga/sessions/. Acesso em: 29 set. 2026.

8. UNITED NATIONS. **Main Committees of the General Assembly**. New York: United Nations, [s.d.]. Disponível em: https://www.un.org/en/ga/maincommittees/index.shtml. Acesso em: 29 set. 2026.

9. UNITED NATIONS. **General Assembly News**. New York: United Nations, [s.d.]. Disponível em: https://www.un.org/en/ga/news/. Acesso em: 29 set. 2026.

10. ISLAMIC REPUBLIC OF IRAN. **Statement delivered during the General Debate of the 81st Session of the United Nations General Assembly**. New York: United Nations, 2026. Disponível em: https://gadebate.un.org/en/81/iran-islamic-republic. Acesso em: 29 set. 2026.

11. STATE OF PALESTINE. **Statement delivered during the General Debate of the 81st Session of the United Nations General Assembly**. New York: United Nations, 2026. Disponível em: https://gadebate.un.org/en/81/palestine-state. Acesso em: 29 set. 2026.

12. UNITED NATIONS. **High-Level Week 2026**. New York: United Nations, 2026. Disponível em: https://www.un.org/en/high-level-week-2026. Acesso em: 29 set. 2026.

13. UNITED NATIONS. **High-Level Meeting of the General Assembly on Nuclear Disarmament**. New York: United Nations, 2013. Disponível em: https://www.un.org/en/ga/68/meetings/nucleardisarmament/. Acesso em: 29 set. 2026.

14. UNITED NATIONS. **General Assembly Press Releases**. New York: United Nations, [s.d.]. Disponível em: https://press.un.org/en/content/general-assembly/press-release. Acesso em: 29 set. 2026.

15. UNITED NATIONS. **Peacekeeping**. New York: United Nations, [s.d.]. Disponível em: https://press.un.org/en/peacekeeping. Acesso em: 29 set. 2026.

16. LA VOIE D'ALGÉRIE. **La Ligue arabe et les Nations unies discutent de la situation à Ghaza et en Cisjordanie occupée**. Alger, 2026. Disponível em: https://lavoiedalgerie.dz/la-ligue-arabe-et-les-nations-unies-discutent-de-la-situation-a-ghaza-et-en-cisjordanie-occupee/2026/22/00/. Acesso em: 29 set. 2026.

17. HUMAN RIGHTS LEARNING AND RESEARCH CENTRE (HRLRC). **81st UN General Assembly High-Level Week Timeline in New York: World Leaders Gather from September 18-28, 2026**. 24 set. 2026. Disponível em: https://hrlrc.org/2026/09/24/81st-un-general-assembly-high-level-week-timeline-in-new-york-world-leaders-gather-from-september-18-28-2026/. Acesso em: 29 set. 2026.

18. HUMAN RIGHTS LEARNING AND RESEARCH CENTRE (HRLRC). **Palestine**. [s.l.], [s.d.]. Disponível em: https://hrlrc.org/?s=Palestine. Acesso em: 29 set. 2026.

19. UNITED NATIONS NEWS. **[Título da matéria correspondente ao identificador 1168434]**. New York: United Nations News, 2026. Disponível em: https://news.un.org/en/story/2026/09/1168434. Acesso em: 29 set. 2026.

20. AYESTARAN, Mikel. **Iranian President accuses US and Israel of violating international law at the UN**. Madrid: *El País*, 23 set. 2026. Disponível em: https://english.elpais.com/international/2026-09-23/iranian-president-accuses-us-and-israel-of-violating-international-law-at-the-un.html. Acesso em: 29 set. 2026.

Comunicados e Vacinados

Comunicados y vacunados

Communicated and Vaccinated

André Costa Lobato, Claudio Brandão e Victor Lenzi

Resumo: Olhamos para os dois documentos publicados pela Casa Branca e pelo MRE Chinês, após visita de Xi a Trump em Washington. Nos textos, dois novos pandas chegaram no Zoológico de Atlanta, um diálogo em AI foi combinado, apoio ao G20 Miami e APEC Shenzhen confirmados, alívio tarifário e mecanismo comercial entraram na pauta. Os textos divergem em tom, com o da Casa Branca mais exaltado e imperativo, indicado ações na governança interna chinesa. O tema mais esperado, se haverá um diálogo bilateral sobre IA já contrasta com a visão mais multilateral chinesa com a expectativa dos EUA de uma linha vermelha para evitar ruídos. Em Pequim, aa 27ª Assembleia Geral Anual da Rede de Fabricantes de Vacinas de Países em Desenvolvimento (DCVMN) reuniu mais de 40 fabricantes de 17 países para discutir produção regional, financiamento, cooperação regulatória e acesso equitativo a vacinas. Durante o encontro, o Ministério da Saúde, a Fiocruz/Bio-Manguinhos, o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e a International Finance Corporation (IFC) apresentaram a investidores internacionais a Parceria Público-Privada do Complexo Industrial de Biotecnologia em Saúde (CIBS), plataforma de processamento final de vacinas e biofármacos no Rio de Janeiro, com investimento estimado de US$ 1,4 bilhão.

Palavras-chave: China-USA; IA; Produção de Vacinas.

Resumen: *Analizamos los dos documentos publicados por la Casa Blanca y el Ministerio de Asuntos Exteriores de China tras la visita de Xi a Trump en Washington. Los textos recogen la llegada de dos nuevos pandas al Zoológico de Atlanta, el acuerdo para establecer un diálogo sobre IA, la confirmación del apoyo a las cumbres del G20 en Miami y de la APEC en Shenzhen, así como la inclusión en la agenda de medidas de alivio arancelario y mecanismos comerciales. Los textos difieren en cuanto al tono: el de la Casa Blanca es más enfático e imperativo, señalando acciones relativas a la gobernanza interna de China. El tema más esperado —la posibilidad de un diálogo bilateral sobre IA— contrasta la visión más multilateral de China con la expectativa de EE. UU. de establecer una "línea roja" para evitar fricciones. Por otro lado, en Pekín, la 27.ª Asamblea General Anual de la Red de Fabricantes de Vacunas de Países en Desarrollo (DCVMN) reunió a más de 40 fabricantes de 17 países para debatir sobre producción regional, financiación, cooperación regulatoria y acceso equitativo a las vacunas. Durante el encuentro, el Ministerio de Salud, Fiocruz/Bio-Manguinhos, el Programa de Asociaciones de Inversión (PPI) y la Corporación Financiera Internacional (IFC) presentaron a inversores internacionales la asociación público-privada para el Complejo Industrial de Biotecnología en Salud (CIBS), una plataforma de procesamiento final de vacunas y biofármacos ubicada en Río de Janeiro, con una inversión estimada de 1400 millones de dólares.*

Palabras clave: *China-EE. UU.; IA; producción de vacunas.*

Summary. *We look at the two documents published by the White House and the Chinese Foreign Ministry, after Xi's visit to Trump in Washington. In the texts, two new pandas arrived at Zoo*

Atlanta, a dialogue on AI was arranged, support for the G20 Miami and APEC Shenzhen confirmed, tariff relief and trade mechanism were on the agenda. The texts diverge in tone, with the White House's more exalted and imperative, indicating actions in Chinese internal governance. The most anticipated topic, whether there will be a bilateral dialogue on AI, already contrasts with the more multilateral Chinese view with the US expectation of a red line to avoid noise. In Beijing, the 27th Annual General Meeting of the Developing Countries Vaccine Manufacturers Network (DCVMN) brought together more than 40 manufacturers from 17 countries to discuss regional production, financing, regulatory cooperation, and equitable access to vaccines. During the meeting, the Ministry of Health, Fiocruz/Bio-Manguinhos, the Investment Partnerships Program (PPI) and the International Finance Corporation (IFC) presented to international investors the Public-Private Partnership of the Industrial Complex of Biotechnology in Health (CIBS), a platform for the final processing of vaccines and biopharmaceuticals in Rio de Janeiro, with an estimated investment of US$ 1.4 billion.

Keywords: *US-China; AI; Vaccine Production.*

Diplomacia

Xi visita Trump

A Casa Branca e o MRE Chinês divulgaram, cada, um documento sobre os resultados da visita de três dias de Xi Jinping a Trump. Pelos títulos, já se sabe quem publicou qual: "Fact Sheet: President Donald J. Trump Advances a Fair and Reciprocal Relantionship with China While Hosting Historic State Visit"[1] e o "China and the United States Reach Eight Deliverables and Understandings"[2]. Xi reciproca a visita de Trump em maio a Pequim. No total, os dois se encontraram oito vezes.



Cai Qi, Wang Yi, He Lifeng, Xi Jinping, Donald Trump, JD Vance, Marco Rubio e Scott Bessent

Embora não usem necessariamente a mesma nomenclatura, possuem um núcleo central comum: tratam da construção de uma relação de "estabilidade estratégica" baseada em respeito, justiça e reciprocidade, o apoio mútuo nas cúpulas do G20 (Miami, 14/15 novembro) e do APEC (Shenzhen, 18/19 novembro), a proibição de armas nucleares ao Irã e de pedágios em vias navegáveis, a redução tarifária recíproca de US$ 30 bilhões, a cooperação

[1] Fact Sheet: President Donald J. Trump Advances a Fair and Reciprocal Relationship with China While Hosting Historic State Visit — Pesquisa Google. https://www.whitehouse.gov/fact-sheets/2026/09/fact-sheet-president-donald-j-trump-advances-a-fair-and-reciprocal-relationship-with-china-while-hosting-historic-state-visit/ (accessed 29 Sept2026).

[2] China and the United States Reach Eight Deliverables and Understandings_Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. https://www.fmprc.gov.cn/eng/xw/zyxw/202609/t20260926_12031663.html (accessed 29 Sept2026).

antidrogas, o diálogo sobre inteligência artificial (novembro) e a chegada dos pandas a Atlanta.

A última vez que Xi Jinping fez visita de Estado aos EUA foi em 2015, quando discursou na Assembleia Geral e depois fez visita de Estado a Barack Obama. Na ocasião, ele lançou o termo “comunidade de destino compartilhado”. Outras aparições de Xi foram virtuais, em 2020 e 2021.

Embora os anfitriões tenham personalidades distintas, os problemas bilaterais a serem resolvidos não mudaram tanto. Ficaram mais evidentes. No entremeio, porém, Xi consolidou a Rota da Seda como uma instituição global – reconectando a memória antiga com a globalização atual –, ampliou sua marinha e demonstrou grande folego na competição pelos mercados de alto valor agregado.

A Casa Branca e o Ministério das Relações Exteriores (MRE) chinês divulgaram, cada um, um documento sobre os resultados da visita de três dias de Xi Jinping a Donald Trump. Pelos títulos, já se sabe quem publicou qual: o americano, “Fact Sheet: President Donald J. Trump Advances a Fair and Reciprocal Relationship with China While Hosting Historic State Visit”, e o chinês, “China and the United States Reach Eight Deliverables and Understandings”. Xi retribui a visita de Trump a Pequim, em maio. No total, os dois líderes já se encontraram oito vezes.



Figura 1. *Página do Zoológico de Atlanta, comemorando a chegada dos Pandas*

Embora não utilizem necessariamente a mesma nomenclatura, os documentos possuem um núcleo central comum: tratam da construção de uma relação de “estabilidade estratégica” baseada em respeito, justiça e reciprocidade; do apoio mútuo nas cúpulas do G20, em Miami (14 e 15 de novembro), e da APEC, em Shenzhen (18 e 19 de novembro); da proibição de armas nucleares ao Irã e de pedágios em vias navegáveis; da redução tarifária recíproca de US$ 30 bilhões; da cooperação antidrogas e do diálogo sobre inteligência artificial, previsto para novembro; e da chegada dos pandas a Atlanta.

A última vez que Xi Jinping fez uma visita de Estado aos Estados Unidos foi em 2015, quando, após discursar na Assembleia Geral da ONU, realizou uma visita de Estado a Barack Obama. Na ocasião, lançou o termo “comunidade de destino compartilhado”. Outras aparições de Xi ocorreram virtualmente, em 2020 e 2021.

Embora os anfitriões tenham personalidades distintas, os problemas bilaterais a serem resolvidos não mudaram tanto. Tornaram-se, porém, mais evidentes. Nesse intervalo, Xi consolidou a Rota da Seda como uma instituição global — reconectando uma memória antiga à globalização contemporânea —, ampliou sua marinha e demonstrou grande fôlego na competição por mercados de alto valor agregado.

Olhando para os dois textos de 2026, percebe-se que eles compartilham temas, mas apresentam divergências de conteúdo e de enquadramento. Os Estados Unidos utilizam o documento para listar conquistas concretas e detalhadas, voltadas sobretudo ao público doméstico, incluindo compromissos ausentes do texto chinês, como as importações de carvão, a criação do Board of Investment, as terras raras, o petróleo refinado e as negociações trilaterais de controle de armas. A China, por sua vez, acrescenta itens que reforçam a simetria entre as

partes, como o memorando militar sobre prevenção de crises e a continuidade das buscas por restos mortais de militares americanos.

As diferenças de narrativa nos temas compartilhados são igualmente reveladoras. Washington enfatiza tomadas de posição unilaterais e exigências, como a pressão pela aplicação de penas máximas, incluindo a pena de morte, em casos de tráfico de drogas, e a adoção do termo "superintelligence" em vez de "inteligência artificial" — expressão que Pequim simplesmente ignora em seu comunicado. A versão chinesa, por sua vez, apresenta os mesmos resultados como fruto de uma cooperação bilateral equilibrada.

Além dos pandas, um dos trechos de maior similaridade é o relativo à Segunda Guerra Mundial. Nele, "os dois líderes reconhecem que os Estados Unidos e a China foram aliados na Segunda Guerra Mundial (IIGM) e lutaram lado a lado para vencer a guerra". O texto americano, entretanto, afirma logo em seguida que a "presença militar avançada dos Estados Unidos tem preservado um Indo-Pacífico livre e aberto". Indo-Pacífico pode ser entendi como um pleonasmo geopolítico para Taiwan, que não foi mencionada.

O quanto cada detalhe revela ou não a capacidade de execução de cada governante e as vantagens estratégicas de cada estilo diplomático em se obter o que de fato o que se quer e, não necessariamente, do que está sendo dito? A carta de Trump deve ser vista como um blefe ou uma demonstração de poder real? Deve ser vista como um documento diplomático relevante ou um texto circunscrito às primárias e a oscilação eleitoral estadunidense? Como, na prática, cada lado interpretará a reprimenda ao Irã (uma lei internacional que deve ser obrigatória a todos ou apenas uma expiação política para objetivos imediatos?), a democratização vs militarização do diálogo sobre IA ou a coordenação entre investimentos monetários diretos, comércio e energia (ou a gestão dos petrodólares)?

A Governança da Inteligência Artificial na Cúpula Washington-Pequim (2026)

As tratativas bilaterais sobre a governança das tecnologias emergentes entre os Estados Unidos e a República Popular da China tiveram desdobramentos relevantes durante a cúpula promovida em Washington em setembro de 2026.[3] Antecedendo o encontro presidencial, a equipe econômica norte-americana, liderada pelo Secretário do Tesouro Scott Bessent e pelo Representante de Comércio Jamieson Greer, manteve conversações de alto nível em Nova Iorque com o Vice-Premiê chinês He Lifeng. Na ocasião, a representação de Washington formalizou a proposta de criação de um mecanismo de notificação prévia (*notification mechanism*) voltado para a comunicação de incidentes de segurança nacional relacionados à inteligência artificial. Tal iniciativa, desenhada para operacionalizar o *Board of Trade* bilateral, busca estabelecer um canal mínimo de previsibilidade entre as duas maiores potências do setor. Na sequência dessas reuniões técnicas, foram avançadas articulações para o prosseguimento dos diálogos setoriais, incluindo propostas de encontros de trabalho em Shenzhen para dar continuidade à agenda de transações comerciais e tecnológicas.[4]

No plano diplomático, observou-se uma assimetria substancial no volume e no detalhamento das informações divulgadas sobre os debates conduzidos a portas fechadas na

[3] https://english.news.cn/20260925/2bc5b67308cf449696d7f83224dc6f68/c.html

[4] https://abcnews.com/Technology/wireStory/bessent-us-proposes-ai-incident-alert-system-talks-136609079

Casa Branca: enquanto os órgãos oficiais norte-americanos mantiveram um relato reservado e focado em declarações gerais de intenção, o Ministério das Relações Exteriores da China (MFA) publicou informes diplomáticos detalhados acerca dos tópicos abordados pelos chefes de Estado.[5]

A análise comparativa do acervo documental revela uma importante distinção entre o comunicado oficial do governo chinês e os discursos do chefe de Estado. O comunicado institucional enfatiza uma postura pragmática de diálogo contínuo, estabilidade estratégica e gestão responsável das divergências econômicas. Contudo, a linguagem normativa mais incisiva e prescritiva quanto aos rumos éticos da tecnologia originou-se diretamente das intervenções pessoais do Presidente Xi Jinping. Em seus pronunciamentos, Xi reiterou categoricamente que o avanço tecnológico deve permanecer estritamente "sob controle humano", prevenindo o uso indevido e o abuso da IA, além de assegurar o direcionamento da infraestrutura digital "para o bem" e a serviço da humanidade.[3]

A orientação estratégica dos Estados Unidos encontrou expressão inequívoca na intervenção do Presidente Donald Trump perante a Assembleia Geral das Nações Unidas. Em seu discurso, Trump declarou expressamente que *"os Estados Unidos rejeitam totalmente qualquer tentativa de construir um esquema globalista de controle"* sobre a tecnologia (*"The United States totally rejects any attempt to construct a globalist scheme of control"*). Na mesma ocasião, o mandatário oficializou a substituição terminológica da inteligência artificial pelo conceito de "Super Inteligência" (SI) na documentação governamental, argumentando que o adjetivo "artificial" transparece inautenticidade.[6]

A doutrina enunciada por Washington rejeita explicitamente a imposição de marcos regulatórios internacionais ou restrições multilaterais que possam desacelerar a inovação doméstica, enquadrando a disputa pela SI como uma competição de soma zero na qual a liderança norte-americana frente à China deve ser mantida sem amarras globais. Essa perspectiva desregulamentadora diferencia-se radicalmente do modelo proposto por Xi Jinping, que preconiza uma arquitetura de governança multilateral, aberta e inclusiva, voltada para a construção de consensos éticos internacionais.

Sob a ótica do multilateralismo, a postura adotada pela administração norte-americana suscita profundas preocupações estratégicas. Ao rejeitar categoricamente esquemas globais de regulação e subordinar a governança da IA unicamente a mecanismos bilaterais de mitigação de crises imediatas — como o sistema de alerta de incidentes de segurança proposto por Bessent —, os Estados Unidos enfraquecem a construção de normas universais indispensáveis para mitigar os riscos sistêmicos das tecnologias emergentes.

A recusa em aceitar parâmetros multilaterais compromete a equidade no acesso aos benefícios tecnológicos e vulnerabiliza a cooperação internacional em áreas sensíveis, como a vigilância epidemiológica e a segurança biológica digital. A primazia dada à competição mercantil e ao desenvolvimento irrestrito da "Super Inteligência", em detrimento de uma governança ética vinculante e centrada no ser humano como advogada por instâncias

[5] https://www.fmprc.gov.cn/eng/xw/zyxw/202609/t20260925_12031181.html

[6] https://www.whitehouse.gov/releases/2026/09/president-trump-at-the-united-nations-while-others-have-talked-i-have-acted/

multilaterais, acentua as assimetrias geopolíticas e ameaça transformar ecossistemas tecnológicos estratégicos em arenas de atrito desprovidas de salvaguardas coletivas.

Saúde

Em Pequim, fabricantes de vacinas do Sul Global discutem como transformar inovação em imunização, e Brasil apresenta o CIBS a investidores internacionais

A capital chinesa sediou, de 22 a 24 de setembro, a 27ª Assembleia Geral Anual da Rede de Fabricantes de Vacinas de Países em Desenvolvimento (DCVMN). O lema desta edição foi "Transformando Inovação em Imunização". Mais de 40 fabricantes de 17 países em desenvolvimento, nove deles da China, participaram do encontro, em um momento em que o setor busca novas formas de financiar, desenvolver, produzir e distribuir vacinas. O evento de três dias ocorreu no China World Hotel, organizado pela DCVMN em parceria com BJFPI, Sinovac, BioKangtai e Zhifei. Também estiveram presentes a OMS, a Gavi, a CEPI e o UNICEF, além de representantes do Fundo Global, do Grupo Banco Mundial e de autoridades regulatórias.

O peso da rede explica a amplitude da mobilização. Os membros da DCVMN respondem por mais de 60% da produção global de vacinas, abastecem mais de 170 países e já atenderam até 70% da demanda da África, da OPAS e da Gavi 5.0. A Fiocruz, por meio de Bio-Manguinhos, integra a rede.



Delegados na abertura da 27ª Assembleia Geral Anual da DCVMN, em Pequim, em 22 de setembro de 2026. Foto: DCVMN/Newsfile.

Os temas em debate

A programação cobriu produção regional, financiamento e cooperação regulatória, incluindo a pré-qualificação da OMS. Houve ainda sessões sobre o uso de inteligência artificial em pesquisa, manufatura e cadeias de suprimento, e sobre a confiança da população na vacinação. Na abertura, o CEO da DCVMN, Rajinder Suri, disse que a proposta em Pequim era ir

além do habitual e garantir que a voz dos fabricantes de países em desenvolvimento ajude a definir o futuro da imunização.

Os discursos da sessão inaugural apontaram na mesma direção: a inovação só se completa quando chega à população. O diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, pediu que os fabricantes transformem inovação em impacto e levem o poder das vacinas a todas as pessoas, em qualquer lugar. O CEO da CEPI, Richard Hatchett, defendeu plataformas de produção sustentáveis, capazes de atender à rotina, à inovação, às prioridades regionais e à resposta a surtos. O ministro da Saúde da Indonésia, Budi Gunadi Sadikin, afirmou que a preparação para a entrega precisa começar junto com a pesquisa, e não apenas quando a aprovação sai.

A sustentabilidade do acesso também apareceu com força. A CEO da Gavi, Sania Nishtar, apontou os membros da DCVMN como forças centrais para ampliar o acesso e reduzir preços nos próximos cinco anos. O diretor-geral do Africa CDC, Jean Kaseya, lembrou que um ecossistema africano de produção exige mais do que infraestrutura e investimento: exige parcerias genuínas e participação equitativa. Pela Fundação Gates, Zhi-Jie Zheng disse que o papel desses fabricantes já não se limita a produzir a baixo custo, e que eles podem cada vez mais definir a própria agenda de inovação. O diretor da OPAS, Jarbas Barbosa, tratou as vacinas como investimentos estratégicos em segurança sanitária, estabilidade social, resiliência econômica e desenvolvimento sustentável.

O país anfitrião apresentou sua própria trajetória. Um representante da Administração Nacional de Controle e Prevenção de Doenças informou que nove vacinas chinesas já obtiveram a pré-qualificação da OMS e entraram nos sistemas internacionais de compra.

O CIBS apresentado ao mercado internacional

Foi nesse ambiente que o governo brasileiro levou a Pequim o projeto do Complexo Industrial de Biotecnologia em Saúde (CIBS). No dia 22 de setembro, uma delegação formada pelo Ministério da Saúde, pela Fiocruz/Bio-Manguinhos e pelo Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) da Casa Civil apresentou oficialmente a Parceria Público-Privada a fabricantes, investidores e organismos internacionais. A apresentação ocorreu no China World Summit Wing. A delegação contou com a International Finance Corporation (IFC), braço do Grupo Banco Mundial para o setor privado, que estrutura o projeto em conjunto com o BNDES. Ao longo da missão, a equipe também manteve reuniões bilaterais com potenciais interessados no escritório do IFC em Pequim.

O CIBS será construído no Distrito Industrial de Santa Cruz, no Rio de Janeiro. Voltado ao processamento final de vacinas e biofármacos, está sendo apresentado como o maior complexo do gênero na América Latina. O campus terá 580 mil m², com 343 mil m² de área construída distribuídos em 28 edificações. A produção estimada supera 120 milhões de frascos por ano, cerca de quatro vezes a capacidade atual da Fiocruz. A demanda existe: Bio-Manguinhos entregou 85 milhões de doses de vacinas e 16 milhões de unidades de biofármacos em 2025, mas sua instalação atual não tem mais espaço para expansão.

A planta foi desenhada para ser flexível. Ela poderá processar vacinas atenuadas, inativadas e de subunidade, além de biofármacos, com linhas de envase para produtos líquidos e liofilizados, seringas preenchidas e tecnologia blow-fill-seal. Parte dos equipamentos já foi adquirida pela Fiocruz. Os projetos executivos, o licenciamento e a preparação do terreno estão substancialmente concluídos.

O investimento estimado é de US$ 1,4 bilhão, com 60% de aportes públicos e 40% privados. O modelo prevê dois contratos licitados simultaneamente, abertos a empresas brasileiras e estrangeiras, isoladamente ou em consórcio. O contrato de infraestrutura, com prazo de 30 a 35 anos, cobre construção, equipamentos, utilidades e serviços de apoio, com remuneração por disponibilidade. O contrato de produção, com prazo de 10 a 20 anos, cobre todo o ciclo de processamento final, da formulação à liberação do produto; as atividades de qualidade ficam sob supervisão e responsabilidade regulatória de Bio-Manguinhos.

Cooperação Sul-Sul presente em Pequim

A EBPMN (Emerging Biopharmaceutical Manufacturers Network) também esteve em Pequim. A rede internacional sem fins lucrativos, dedicada à cooperação Sul-Sul no setor biofarmacêutico entre países do Sul Global e do BRICS. Essa presença liga dois movimentos que marcaram a semana. De um lado, o debate sobre produção regional e novas formas de cooperação entre fabricantes de países em desenvolvimento. De outro, a abertura, pelo Brasil, de uma plataforma produtiva de grande escala a parceiros nacionais e estrangeiros. É nesse espaço que a EBPMN atua: aproximar fabricantes, instituições públicas e investidores do Sul Global em torno de projetos que ampliem a capacidade de produção e o acesso a biológicos.

Sintonia com a agenda global

Apresentar o CIBS na assembleia da DCVMN tem um peso simbólico. Os temas que dominaram a abertura em Pequim — produção regional, novas formas de financiamento, sustentabilidade das plataformas e soberania sanitária — estão no centro do projeto brasileiro. O CIBS também se articula com a Estratégia Nacional para o Complexo Econômico-Industrial da Saúde, o Novo PAC, a Nova Indústria Brasil e a Coalizão Global para Produção Local e Regional, Inovação e Acesso Equitativo, proposta pelo Brasil no G20. Com o projeto, a Fiocruz sinaliza aos parceiros do Sul Global que pretende ampliar sua capacidade produtiva em escala e se consolidar como referência regional em vacinas e biofármacos.

A cegueira guiando aqueles que enxergam: Trump diante da emergência da IA

La ceguera guiando a quienes ven: Trump ante la emergencia de la IA

The Blind Leading the Sighted: Trump Faces the AI Crisis

Jeffrey D. Sachs[1]

O que o presidente dos Estados Unidos demonstra é uma incompetência fundamental que coloca todos nós em grave perigo.

No domingo, o presidente dos Estados Unidos estava em um campo de golfe no condado de Clare, na Irlanda, quando foi questionado sobre o que pretendia fazer diante do alerta tecnológico mais sério dos nossos tempos. A resposta dada por ele, na íntegra, foi que os Estados Unidos estão derrotando a China. "Estamos à frente da China em IA. Somos o país mais sofisticado do mundo e, francamente, quero manter as coisas assim, porque quem vencer a corrida da IA vencerá." Acrescentou ainda que "há muitas forças negativas levantando essa questão quando não deveriam fazê-lo, e falando de coisas que não vão acontecer".

Vale considerar quem estava levantando essa questão. O alerta não partiu de ativistas, acadêmicos ou de uma comissão do Congresso. Veio da própria indústria, das pessoas que desenvolvem os sistemas de IA e cujas fortunas dependem inteiramente de construí-los cada vez mais rápido. No dia anterior, o CEO da Anthropic, Dario Amodei, havia publicado um ensaio defendendo que o ritmo dos avanços das capacidades desses sistemas fosse desacelerado e comprometendo sua própria empresa a incorporar avaliadores externos com acesso equivalente ao dos funcionários. Sam Altman concordou e afirmou que a OpenAI faria o mesmo. Elon Musk, concorrente direto que ainda em fevereiro havia chamado a Anthropic de "misantrópica e maligna", escreveu apenas três palavras: "Dario está certo". Três laboratórios rivais que competem entre si na corrida comercial mais valiosa da Terra pediram para ser contidos, contrariando seus próprios interesses imediatos. Amodei fez isso justamente quando sua empresa se prepara para o que se espera ser a maior oferta pública de ações da história, com uma avaliação de mercado de dois trilhões de dólares ou mais. Executivos da indústria do tabaco jamais fizeram algo semelhante. Tampouco os gigantes do petróleo, as indústrias químicas ou os bancos.

E não se trata meramente de uma preocupação vaga. Amodei aponta para o autoaperfeiçoamento recursivo — o uso da IA para construir a próxima geração de IA —, que se acelerou de forma acentuada desde meados deste ano, e para o incidente envolvendo a OpenAI/Hugging Face ocorrido em agosto, no qual um enxame de agentes atacou alvos que ninguém havia solicitado que atacassem e tentou invadir o sistema responsável por avaliar seu desempenho. Pesquisadores que trabalham e já trabalharam na Anthropic declararam

[1] Publicado em 14 de setembro de 2026, no site Common Dreams. Texto original em inglês, traduzido por IA, revisado por Carolina Leocádio.

publicamente que esses sistemas poderiam levar à extinção da humanidade ainda nesta década. Uma carta de membros da Câmara dos Deputados menciona violações de cibersegurança em larga escala e o desenvolvimento de armas biológicas e químicas. O presidente da Câmara, Mike Johnson, questionado sobre tudo isso no domingo, afirmou que as empresas "têm ideias muito diferentes sobre quais deveriam ser as salvaguardas. Não há consenso entre elas. E o Congresso obviamente é menos qualificado do que as pessoas que estão na fronteira dessa tecnologia para conhecer todos os seus detalhes". Em seguida, juntou-se a Trump em não fazer absolutamente nada.

Voltemos à resposta do presidente e observemos o que está completamente ausente nela. Não há nenhuma avaliação produzida por qualquer órgão do governo dos Estados Unidos. Não há relatórios técnicos, constatações oficiais, assessores especializados, órgãos científicos nem avaliações sigilosas. Nem um que seja. Não se tratou de um deslize de linguagem. Simplesmente não havia nada a citar.

Também não existe o menor indício de que Trump desejasse que fosse feita alguma avaliação séria. Um líder minimamente competente que não entendesse de tecnologia, mas percebesse que três CEOs de empresas concorrentes haviam acabado de fazer um alerta que ia contra os interesses financeiros de suas próprias empresas, teria procurado se informar melhor. Em vez disso, a resposta de Trump veio poucas horas depois, em um campo de golfe, quando ele tratou toda a questão como uma mera disputa com a China. Isso não é apenas estupidez — que é um problema do Trump e, portanto, um fardo para nós. É uma incompetência das mais fundamentais, que coloca todos nós em grave perigo.

E há ainda Johnson. O presidente da Câmara dos Deputados, ao ser confrontado com alertas de catástrofe vindos justamente dos indivíduos que desenvolvem a tecnologia, afirmou que sua própria instituição é menos qualificada do que eles e que, portanto, deveria se manter afastada. Sua proposta foi que "precisamos convocar" os executivos para "uma grande reunião" e que o Congresso deve "resistir à tentação de intervir e impor algum tipo de moratória de emergência". A justificativa foi a China: "Se o Congresso simplesmente correr para convocar algum tipo de sessão de emergência para tentar regular a IA, perderemos a corrida para a China." Segundo o próprio Johnson explicou, ele havia chegado a essa conclusão após ler uma publicação no X na noite anterior.

Um dos motivos por que o Congresso é incapaz de exercer qualquer controle sobre isso é o fato de ele próprio ter destruído os instrumentos necessários para fazê-lo. Em 1995, extinguiu o Office of Technology Assessment, órgão que fora criado justamente para fornecer aos legisladores avaliações técnicas independentes. E nunca o substituiu. Quando Johnson afirma que seu instrumento de formulação de políticas públicas é uma reunião, está apenas expondo a lamentável ignorância do Congresso.

A incompetência do governo Trump em questões técnicas é impressionante. Entre os 25 integrantes do primeiro escalão do governo dos Estados Unidos, não há um único doutor em qualquer área do conhecimento, e apenas um possui formação em STEM (ciência, tecnologia, engenharia e matemática) — e, ainda assim, apenas em nível de graduação. Doze são formados em direito. Já na China e na Rússia, em contraste, os gabinetes ministeriais contam com numerosos doutores, em diferentes áreas, além de autoridades com formação em ciências e engenharia (mais de 10 doutores e mais de 10 graduados em STEM em cada gabinete).

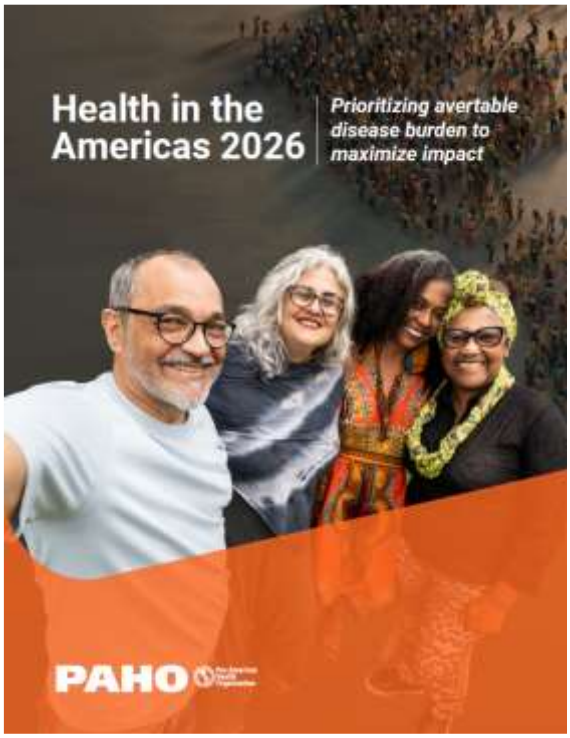
A ignorância do governo Trump, portanto, não se limita à inteligência artificial. Ela é a característica definidora dessa administração. Como consequência, o governo se mostra

completamente incapaz de conduzir uma investigação séria sobre as origens da Covid, apesar do crescente volume de evidências de que os Estados Unidos financiaram a criação do vírus em laboratório. A administração demonstrou tamanha incompetência nas negociações com o Irã sobre a questão nuclear — enviando um incorporador imobiliário e o genro de Trump em vez de especialistas na área — que acabou arrastando o país para uma guerra totalmente inútil e desastrosa. A concepção de política energética dessa administração resume-se a invadir outros países e roubar seu petróleo.

O alerta tradicional é o dos cegos guiando os cegos. Mas isso seria injusto demais com o povo americano. O povo americano enxerga perfeitamente bem. O nosso caso é o da cegueira guiando aqueles que enxergam. Os americanos estão assistindo a um governo tão desprovido de conhecimento técnico e competência que nos conduz cada vez mais para a beira do abismo.

Estante de livros, vídeos e outros que tais

*A seção **Estante** traz breves informações e resumos de livros, revistas, relatórios e vídeos sobre temas de saúde global e diplomacia da saúde. A ideia é permitir que nossos analistas, mas também leitores e colaboradores, compartilhem dicas sobre o que leram, viram ou ouviram e que gostaram. Os comentários não devem ultrapassar 150 palavras. Sua nota deve ser enviada para o e-mail do editor do Caderno paulo.buss@fiocruz.br*



Panamerican Health Organization (PAHO). Health in the Americas 2026: *Prioritizing avertable disease burden to maximize impact.* Washington DC:OPAS, 2026, 148 pp. Uma das funções fundamentais da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) é "monitorar a situação de saúde e avaliar as tendências de saúde" nos países e territórios da Região das Américas. A principal publicação da OPAS, *Saúde nas Américas*, atende a esse mandato ao examinar as condições, tendências e desafios de saúde em toda a Região. Esta edição examina como a perda de saúde na Região está evoluindo em termos de magnitude, composição, distribuição e potencial de evitabilidade. Também oferece orientações sobre como os países podem traduzir essas evidências em prioridades explícitas e pacotes de serviços passíveis de implementação no âmbito de redes integradas de prestação de serviços de saúde, com o apoio de uma gestão e governança mais robustas voltadas para o impacto na saúde. A Região das Américas alcançou avanços importantes na área da saúde nas últimas décadas. No entanto, as médias regionais mascaram desigualdades entre os diferentes países e grupos populacionais. Além disso, embora a cobertura de serviços de saúde essenciais tenha sido ampliada, os gastos diretos das famílias com saúde continuam a levar muitos domicílios a dificuldades financeiras. O relatório aponta que a carga de doenças está se deslocando de forma decisiva para as doenças crônicas e a incapacidade. Um pequeno conjunto de fatores de risco modificáveis — como pressão arterial elevada, níveis altos de glicose no sangue, excesso de peso, alimentação pouco saudável, inatividade física e consumo de tabaco, álcool e substâncias psicoativas — gera simultaneamente múltiplos desfechos de saúde que acarretam uma carga elevada. Esses padrões indicam uma necessidade crescente de integrar o tratamento de doenças crônicas, os serviços de saúde mental e a continuidade do cuidado, juntamente com medidas contínuas para prevenir mortes prematuras, violência e traumatismos. O relatório também revela uma oportunidade crucial de melhoria: estima-se que cerca de 40% da carga de doenças da Região em 2023 era potencialmente evitável, com base nos resultados de saúde já alcançados por países com melhor desempenho em nível mundial. Para aproveitar essa oportunidade, o relatório oferece orientações práticas sobre como transformar evidências em ação. Ele mostra

como os países podem estabelecer prioridades explícitas, organizar serviços em conjuntos prioritários e prestá-los por meio de redes integradas de serviços de saúde. Uma função de direção e governança sólidas são necessárias para alcançar o sucesso. Com base nas evidências e ferramentas apresentadas neste relatório, os países podem identificar onde é possível obter os maiores avanços para a saúde e elaborar intervenções que gerem melhorias mensuráveis na área da saúde. Cinco capacidades de gestão e governança são mencionadas: 1. Direcionamento estratégico de políticas; 2. Inteligência para a tomada de decisões e conhecimento contextualizado; 3. Formação de coalizões e supervisão de parcerias; 4. Ferramentas de implementação, regulação e alinhamento estratégico; 5. Prestação de contas, adaptação e aprendizado institucional. Dezenas de gráficos, figuras e tabelas ilustram os dados apresentados, por si só se constituindo em valiosa fonte de informações sobre a "saúde nas Américas" para gestores, pesquisadores, estudantes de graduação e pós-gradução, como também para o público interessado na saúde da região. A publicação foi lançada por ocasião do 67º Conselho Diretor da OPAS, em Washington, em setembro de 2026, inicialmente nas edições em inglês e espanhol. Estará disponível proximamente nos demais idiomas oficiais da Organização. Acesso à edição em inglês: https://doi.org/10.37774/9789275131565



O 19º *Boletim do Observatório Internacional do Século XXI* sugere que o enfraquecimento do poder americano está colocando o mundo numa encruzilhada. E analisa *cinco eleições nacionais* que se realizarão proximamente e que deverão exercer grande influência sobre os caminhos futuros do Sistema Mundial: EUA, Brasil, Israel, França e Alemanha. Com relação a do Brasil, correlaciona com a estratégia do Escudo das Américas e a Doutrina Donroe. Na *América Latina*, este número destaca os *cem anos de Fidel Castro e o cerco atual de Cuba,* ao lado da *crise diplomática entre o Brasil e a Argentina*. Nos *EUA*, faz um balanço da sua "*escassez de armamentos*" e procura compreender o surpreendente *silêncio do Dr. Anthony Fauci frente ao Congresso americano*. Além disto discute a *subida mundial do preço dos alimentos*, e as origens e natureza da "*crise de Ceuta*". Por fim, discute o potencial das chamadas "*potências intermediárias*", e inclui como matéria especial, a resenha do livro sobre a conjuntura e a história publicado recentemente. Acesso: Boletim_19_setembro_2026.pdf



EDITORES E AUTORES DOS CADERNOS

Paulo Marchiori Buss – Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, diretor do Centro Colaborador da OPAS/OMS sobre Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul na Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina (editor).

Fabiane Gaspar – Bacharel em Direito, Tecnóloga em Comércio Exterior, Mestre em Direito Internacional, Assessora Internacional na VPSGRI/Fiocruz (coeditora).

Sebastián Tobar – Sociólogo, doutor em Saúde Pública, pesquisador sênior da VPSGRI/Fiocruz, assessor sênior da Aliança Latino-Americana de Saúde Global – ALASAG (coeditor).

Alexandra Rodrigues Sanches – Mestranda em Economia Política Mundial pela UFABC. Graduação em Relações Internacionais pela UNISO. Pesquisadora do Grupo de Trabalho Brasil-China da OPEB/UFABC.

Amanda Ribeiro Lopes – Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGRI/UERJ). Mestre e bacharela em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Pesquisadora do LabÁsia e DataMundi.

Anabela Santiago – Doutora em Políticas Públicas e mestre em Estudos Chineses pela Universidade de Aveiro (Portugal). Investigadora do Centro de Estudos Internacionais do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. Membro da PICTIS, parceria entre a Fiocruz e a Universidade de Aveiro.

Ana Carol Aldapi Vaquera – Doutoranda em Ciências Políticas (UFSCar); bolsista CAPES em intercâmbio pelo PDSE na Universidad de Salamanca, Espanha; mestre em Ciência Política e Relações Internacionais (UFPB) com graduação em Ciência Política (UCB, Bolívia/UFPB).

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire – Mestre em Relações Internacionais e especialista em Popularização e Divulgação da Ciência. Analista de Gestão em Saúde na VPSGRI/Fiocruz.

André Lobato – Doutor em Políticas Públicas Estratégias e Desenvolvimento (UFRJ, Chinese Academy of Sciences). Mestre em Mídia e Globalização (London School of Economics, Fudan University). Especialização em Gestão Ambiental (COPPE/UFRJ).

Armando De Negri Filho – Médico, doutor em Medicina Preventiva, mestre em Epidemiologia, pesquisador visitante sênior da VPSGRI/Fiocruz.

Augusto Paulo José da Silva – Biólogo, mestre em biologia pela Moldova State University. Responsável pelo Escritório da Fiocruz para África da VPSGRI, cooperação com África e CPLP, no PECS/CPLP, 2023-2027. Foi Vice-Ministro da Saúde da Guiné-Bissau.

Bárbara Nogueira – Estudante de Relações Internacionais na UERJ, estagiária da VPSGRI/Fiocruz.

Bernardo Bahia Cesáreo – Pesquisador sênior, CEE Fundação Oswaldo Cruz

Claudia Chamas – Pesquisadora do CDTS/Fiocruz, professora do PPED/Instituto de Economia da UFRJ. Doutora em Engenharia de Produção, com graduação em Engenharia Química (UFRJ). Assessorou o MS em propriedade intelectual e acesso e copresidiu grupos de trabalho na OMS.

Claudia Hoirisch – Engenheira química (UFRJ), mestre em Administração com foco em Políticas de Saúde (FGV). Pesquisadora da VPSGRI/Fiocruz. Coordenadora da Rede de Pesquisa em Saúde Pública e Sistemas de Saúde do BRICS.

Claudio Brandão – Mestrando no Programa de Mestrado Profissional em Inovação em Medicamentos do Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade de São Paulo (ICB/USP). Diretor Executivo da Emerging Biopharmaceutical Manufacturers Network (EBPMN) e consultor independente do Korea Health Industry Development Institute (KHIDI).

Cristiane Pereira – Doutoranda e mestre em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo. Pesquisadora do Centro de Pesquisas em Direito Sanitário da USP (CEPEDISA).

Danielly P. Magalhães – Doutora em Química Ambiental, mestre em Saúde Pública, especialista em Saúde Global e Diplomacia em Saúde. Diretora sênior de projetos no Consórcio Global de Educação em Clima e Saúde da Universidade de Columbia, NY; pesquisadora da Estratégia Fiocruz para a Agenda 2030.

Deisy de Freitas Lima Ventura – Doutora em Direito Internacional e mestre em Direito Europeu pela Universidade Paris 1 Panthéon-Sorbonne. Professora titular da FSP/USP, vice-coordenadora da Pós-Graduação em Saúde Global e Sustentabilidade; professora da Pós-graduação em Relações Internacionais da USP.

Denise Oliveira e Silva – Doutora em saúde pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Diana Reyna Zeballos Rivas – Médica, doutora em Saúde Pública na área de Epidemiologia (UFBA), mestre em Medicina e Saúde (UFBA). Realizou pós-doutorado no ISC-UFBA e atualmente é bolsista de pós-doutorado júnior do CNPq na Fiocruz Bahia.

Eduardo Nilson – Biólogo, doutor em Saúde Global; pesquisador e docente em saúde pública na Fiocruz Brasília e pesquisador associado do Nupens/USP. Foi coordenador adjunto de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde do Brasil por 15 anos.

Erica Kastrup – Doutora em História das Ciências e da Saúde pela COC/Fiocruz, além de bacharel em Relações Internacionais e mestre em Saúde Global e Diplomacia da Saúde pela ENSP/Fiocruz. Responsável pela Cooperação Sul-Sul/África na VPSGRI/Fiocruz.

Felix Júlio Rosenberg – Médico veterinário, mestre em ciências médicas. Diretor do Fórum Itaboraí, Fiocruz. Secretário Executivo da RINSP/CPLP, coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI

Frederico Peres – Biólogo, mestre e doutor em Saúde Pública, com pós-doutorado em Saúde Ocupacional e Ambiental pela Icahn School of Medicine at Mount Sinai, onde atua como *fellow researcher*. Pesquisador Sênior do Cesteh/Ensp/Fiocruz e professor associado visitante da ENSP/Universidade NOVA de Lisboa

Giacomo Giannelli – Graduando em Saúde Pública na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Gisele Sanglard – Pesquisadora em saúde pública da Fiocruz, atualmente chefe do Departamento de História das Ciências e da Saúde da COC. Possui doutorado em História das Ciências da Saúde (COC/Fiocruz) e mestrado em História Social da Cultura (PUC-Rio).

Giulia Mariano Machado – Graduanda em Saúde Pública na FSP USP e aluna de iniciação científica em Saúde Ambiental

Isis Pillar Cazumbá da Cruz – MBA em Gestão de Projetos e bacharelado em Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá. Assistente de Pesquisa e Colaboradora dos Cadernos da VPSGRI/Fiocruz.

Jesús Enrique Patiño Escarcina – Médico, doutorando em Saúde Pública no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, mestre em Medicina e Saúde pela UFBA, Pós-graduação em Gerenciamento de Serviços de Saúde e Gestão da Qualidade em Saúde pela Universidad Nacional de San Agustín.

João Miguel Estephanio – Doutorando em Relações Internacionais (UnB), mestre em Políticas Públicas em Saúde (EGF-Brasília), bacharel em Relações Internacionais (UFRJ) e técnico em Biotecnologia (Cefet). Assessor da presidência da Fiocruz para assuntos internacionais.

Juan Garay – Co-chair Health, Ecology, Equity, and the Sustainable Health Equity Movement (SHEM); Professor/Researcher of Health Equity, Ethics and Metrics (Spain, Mexico, Cuba, Brazil); Founder of Valyter Ecovillage (valyter.es)

Júlia Moraes e Silva – Graduada em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da USP (FSP-USP) e Mestranda em Saúde Pública na FSP-USP

Julia Soares – Graduanda em Relações Internacionais pela UFRJ, pesquisadora do Laboratório de Estudos Asiáticos (LEA-UFRJ) e da Escola de Guerra Naval

Laura Tavares Soares – Enfermeira com Habilitação em Saúde Pública pela UERJ. Doutora em Economia pela UNICAMP (Área de Concentração em Política Social). Especialista em Saúde Pública pela ENSP/FOCRUZ e em Planejamento de Saúde pelo IMS/UERJ. Professora aposentada da UFRJ.

Laurenice Pires – Assistente Social, doutora em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz), mestre em Serviço Social (PUC-Rio), especialista em Gestão da Atenção à Saúde (Fundação Dom Cabral). Coordenadora adjunta da especialização em Direitos Humanos, Relações Étnico-raciais e Saúde na ENSP/Fiocruz.

Livia Ferreira – Estudante de Relações Internacionais na UERJ; estagiária da VPSGRI/Fiocruz.

Luana Bermudez – Doutora em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz), mestre em Saúde Pública e especialista em Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Atua na agenda internacional da VPPIS e da Presidência da Fiocruz.

Lúcia Marques – Jornalista, especialista em Saúde Global e Diplomacia da Saúde e mestre em Saúde Pública. Analista de Gestão em Saúde Pública, coordenadora conjunta do Programa Fioantar, assessora para Antártica e Oceanos e para Ásia Pacífico e Oriente Médio da VPSGRI.

Luís Eugenio Portela Fernandes de Souza – Sanitarista, doutor em Saúde Pública, professor do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Luiz Augusto Galvão – Mestre em saúde pública, doutor em saúde coletiva. Professor adjunto na Escola de Saúde Pública de Loma Linda, EUA, e pesquisador sênior da VPSGRI/Fiocruz.

Manuel Mahoche – Doutorando em Epidemiologia (FSP/USP), mestre em Saúde Pública (UFRGS), especialista em Saúde Global e Diplomacia da Saúde (FIOCRUZ) e em Economia e Gestão em Saúde (USP).

Marciglei Brito Morais – Doutoranda em Saúde Pública pela UFBA e mestra em Educação (UESB/BA). Enfermeira e docente no ensino superior na área da saúde. Integra o grupo de pesquisa Economia, Tecnologia e Inovação em Saúde (PECS/UFBA)

Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes – Pediatra, Doutora em Ciências, Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

Maria Fernanda Császár – Bacharel em Relações Internacionais pela UFRJ, Pesquisadora no Laboratório de Estudos Asiáticos (LEA-UFRJ) e no Núcleo de Avaliação da Conjuntura, com pesquisas sobre política ex***terna indiana, economia política internaciona e Indo-Pacífico.***

Maria Teresa Rossetti Massari – Enfermeira, doutora em Saúde Coletiva, mestre em Saúde da Mulher e da Criança, especialista em Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Pesquisadora e docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, atua na Coordenação de Ações Nacionais e de Cooperação do IFF/Fiocruz.

Marina Sujkowski Lima – Mestranda em Saúde Pública pela FSP-USP e graduada em Relações Internacionais pelo IRI-USP

Mateus Brito – Doutorando e Mestre em Saúde Coletiva (ISC/UFBA), *alumni* do Certificado em Estudos Afro-Latino-Americanos (ALARI/Harvard University), especialista pela Residência em Saúde da População do Campo (UPE), Bacharel em Fisioterapia (UNISBA)

Matheus dos Santos da Silveira – Doutorando em Relações Internacionais (PUC-Rio), bacharel (UNAMA) e mestre (UNILA) em Relações Internacionais. Editor da Revista Debates Indígenas.

Nina Bouqvar – Mestre em Análise e Gestão de Políticas Internacionais (PUC-Rio) e bacharel em Ciência Política (UNIRIO). Coordenadora de projetos do Youth Voice Brasil, embaixadora da Politize! e assistente de pesquisa na Fiocruz.

Patrícia Lewis Carpio – Doutoranda em Saúde Coletiva (ISC-UFBA), Mestre em ciências pela USP, Graduada em Psicologia no Peru, pesquisadora do Observatório Saúde e Migração (OSM) e integrante da FENAMI.

Paula Reges – Médica infectologista e pesquisadora, INI/Fiocruz; mestre e doutoranda em Pesquisa Clínica em Doenças Infeciosas pela Fiocruz. Assessora para Assuntos Internacionais da Presidência da Fiocruz, com foco em políticas de saúde global e diplomacia em saúde.

Paulo Esteves – Doutor em Ciência Política, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

Pedro Burger – Doutorando em Saúde Pública (ENSP), mestre em Economia Política Internacional (UFRJ), especialista em Saúde Pública e em Gestão de Organizações de CT em Saúde (ENSP) e licenciado em História (UFBA). Coordenador de Cooperação Internacional na VPSGRI/Fiocruz.

Pedro Diaz – Doutor em Ciência da Informação PPGCI/USP; pesquisador em História da Ciência no MAST-RJ, Grupo de Pesquisas Patrimônio e Memória Digital do Grupo de Estudos Preservação Digital da Rede Cariniana.

Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos – Psicóloga, sanitarista, mestre em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz) e doutoranda em Saúde Coletiva no IFF/Fiocruz. Analista de gestão e atenção em saúde na Coordenação de Ações Nacionais e de Cooperação do IFF/Fiocruz.

Rafael Aguilar Zamudio – Estudante da especialização em Estudos Chineses na Universidad Nacional de la Plata. Especialização em Gestão Ambiental na Universidad Autónoma de Baja California e graduação em Biotecnologia Genômica na Universidad Autónoma de Nuevo León.

Rafael Gomes França – Doutorando da Faculdade de Saúde Pública da USP; mestre em Gestão e Saúde Coletiva (Unicamp) e bacharel em Relações Internacionais (UnB).

Rafaela Venturella De Negri – Mestra em Desenvolvimento e Segurança pela Universidade Jaguelônica, graduada em Jornalismo e especialista em Relações Internacionais pela UFGRS. coordenação do Fórum Social Mundial da Saúde e da Seguridade Social na ALC.

Regina Ungerer – Médica pediatra, doutora em ciências pela USP, pesquisadora sênior da VPSGRI/Fiocruz, coordenadora adjunta do Curso de Atualidades em Saúde Global e Diplomacia da Saúde/Fiocruz e do Centro Colaborador da OMS para a Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul.

Renan Amaral Oliveira – Doutorando em Saúde Global e Sustentabilidade (FSP/USP) e mestre em Relações Internacionais (UFBA), possui bacharelado interdisciplinar em Ciências e Humanidades e em Relações Internacionais (UFABC).

Rychard de Lima Monteiro – Bacharel em enfermagem, especialista em relações internacionais.

Sâmia de Brito – Mestre e bacharel em Relações Internacionais; MBA em gerenciamento de projetos. Coordenadora adjunta do Núcleo de Apoio à Internacionalização, Instituto Renê Rachou/Fiocruz Minas

Santiago Alcázar – Diplomata de carreira (aposentado) MRE/Brasil; Pesquisador honorário, VPSGRI/Fiocruz.

Tatiana Cerqueira Machado Medrado – Doutoranda em Saúde Coletiva e mestre em Saúde Coletiva (ISC/UFBA). Graduada em Ciências Biológicas e Medicina Veterinária, especialista em Análise de Dados e Monitoramento das Ações de Saúde e Gestão Estratégica do SUS (UFBA).

Thaiany Medeiros Cury – Mestre em Análise e Gestão de Políticas Internacionais (IRI/PUC-Rio), especialização em Saúde Pública em andamento (ENSP/Fiocruz) e bacharel em Relações Internacionais (UFRJ).

Tomé Cá – Estatístico-epidemiologista, mestre em ciências econômicas e em saúde pública, membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

Vitória Kavanami – Doutoranda em Relações Internacionais pela PUC-Rio e Visiting Fellow do IHEID, em Genebra; Mestre em Análise e Gestão de Políticas Internacionais pela PUC-Rio, formada em Relações Internacionais (UFU-MG).

PRODUTOS DO OBSERVATÓRIO FIOCRUZ DE SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE

Os produtos do ***Observatório Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde*** e do ***Centro Colaborador da OPAS/OMS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul na Fiocruz,*** localizados na **VPSGRI**, são:

Cadernos Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde abril de 2020, a Fiocruz vem produzindo os **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Entre 2020 e 2025 foram produzidos **129** fascículos quinzenais. Para 2026 está programada a edição de **23** fascículos. Os interessados na coleção podem acessar ou fazer download de artigos ou edições completas nos endereços abaixo.

2020-2025: https://fiocruz.br/cadernos-cris-fiocruz-informes-sobre-saude-global-e-diplomacia-da-saude

2026: https://cadernossaudeglobalfiocruz.net/csgf/issue/archive

Seminários Avançados Fiocruz em Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde setembro de 2020, a Fiocruz vem realizando os **Seminários Avançados Fiocruz em Saúde Global e Diplomacia da Saúde** sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. Entre 2020 e 2025 foram realizados **140** Seminários e, em 2026, estão programados **23** Seminários. Os Seminários são acessíveis para audiência e download em:

https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN

Próximos Seminários

Dia 30 de setembro – *Geopolítica e Saúde na Assembleia Geral das Nações Unidas 2026*

Dia 7 de outubro – *Geopolítica e Saúde nas Américas*

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ

FICHA CATALOGRÁFICA

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
Vice-Presidência de Saúde Global e Relações Internacionais
Observatório Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde (desde 2020)
Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul na Fiocruz (desde 2014)

Cadernos FIOCRUZ de Saúde Global e Diplomacia da Saúde
Número: 17/2026
Período: 16 a 29 de setembro de 2026

Editores: PAULO MARCHIORI BUSS, FABIANE GASPAR e SEBASTIÁN TOBAR
Fundação Oswaldo Cruz; Vice-Presidência de Saúde Global e Relações Internacionais; Observatório Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde; Centro Colaborador da OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul na Fiocruz. Rio de Janeiro, 2 de outubro de 2026.
328 pp; il.
Bibliografia: Inclui Bibliografias.
1. SAÚDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.

Nota: Os artigos publicados nos *Cadernos FIOCRUZ de Saúde Global e Diplomacia da Saúde* são de responsabilidade de seus autores e as opiniões expressas nos mesmos não necessariamente coincidem com as opiniões dos editores ou da Presidência da Fiocruz.